



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO



ARIOSVALBER DE SOUZA OLIVEIRA

**NAS ENCRUZILHADAS DA CONSCIÊNCIA NEGRA: O MOVIMENTO NEGRO DE
CAMPINA GRANDE – PB NAS LUTAS POR E NA EDUCAÇÃO (1986-2013)**

João Pessoa
2025

ARIOSVALBER DE SOUZA OLIVEIRA

**NAS ENCRUZILHADAS DA CONSCIÊNCIA NEGRA: O MOVIMENTO NEGRO DE
CAMPINA GRANDE – PB NAS LUTAS POR E NA EDUCAÇÃO (1986-2013)**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para qualificação de doutorado.

Linha: História da Educação

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

048n Oliveira, Ariosvalber de Souza.
Nas encruzilhadas da consciência negra : o movimento negro de Campina Grande - PB nas lutas por e na educação (1986-2013) / Ariosvalber de Souza Oliveira. - João Pessoa, 2025.
424 f. : il.

Orientação: Maria Elizete Guimarães Carvalho.
Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. História da educação. 2. Consciência negra. 3. Movimento Negro - Campina Grande. I. Carvalho, Maria Elizete Guimarães. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37(091)(043)

ARIOSVALBER DE SOUZA OLIVEIRA

NAS ENCRUZILHADAS DA CONSCIÊNCIA NEGRA: O MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE – PB NAS LUTAS POR E NA EDUCAÇÃO (1986-2013)

Texto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para qualificação de Doutorado

Linha: História da Educação

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho

Resultado: Aprovado

João Pessoa, 31 de março de 2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARIA ELIZETE GUIMARAES CARVALHO**
Data: 16/05/2025 09:06:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.a. Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho
Orientadora (Presidente da banca) –
Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente
 **GERVACIO BATISTA ARANHA**
Data: 15/05/2025 18:31:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha –
Universidade Federal de Campina Grande
(Membro Externo)

Documento assinado digitalmente
 **PATRICIA CRISTINA DE ARAGAO**
Data: 15/05/2025 12:42:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Fabiana Sena da Silva –
Universidade Federal da Paraíba
(Membro Interno)

Prof^a Dra. Patrícia Cristina de Aragão –
Universidade Estadual da Paraíba
(Membro Externo)

Prof. Dr. José Antonio Novaes da Silva –
Universidade Federal da Paraíba
(Membro Interno)

Prof^a Dra. Geralda Macedo – Universidade
Federal da Paraíba
(Suplente Interno)

Prof^a. Dra. Grinaura Medeiros de Moraes –
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(Suplente Externo)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos militantes do Movimento Negro de Campina Grande pela disponibilidade em colaborar nesta pesquisa. Todos foram receptivos e gentis, disponibilizaram-me materiais valiosos, muitos documentos e indicaram outros nomes para a pesquisa. Prontamente, posso afirmar que sem o MNCG eu não estaria vivendo este momento tão especial.

Aos militantes Josemir Camilo, Benedito Antonio Luciano, Jaildo Figueiredo, Jussara Natália Moreira Bélens de Melo, Erivaldo Moreira Barbosa, Jair Silva Ferreira, Moisés Alves e Cristovan Andrade – representantes do MNCG.

Ao amigo Joseilton Brito, sua presença foi muito importante para a construção desse texto, suas palavras de incentivo e livros cedidos foram de grande relevância, além de outras conversas edificantes.

Ao amigo Aluísio Marques, grato pelas oportunidades abertas e pela amizade, assim como pelos bate-papos renovadores em muitos finais de tardes.

Ao professor José Benjamim Pereira Filho, nome importante na minha trajetória de militante e pesquisador, patrimônio vivo da UEPB e das lutas sociais paraibanas.

Aos historiadores Gervácio Batista Aranha e Luciano Mendonça de Lima, duas referências intelectuais, que me ensinaram a importância do respeito à pesquisa em História.

À professora Elizete Guimarães Carvalho, para além de uma orientadora, ficou estabelecida uma relação de confiança e admiração. Suas sugestões, indicações e apontamentos foram de grande importância para todo o texto. Os eventuais problemas localizados na pesquisa se devem, exclusivamente, ao autor.

A Antonio Novaes (Baruty) e Solange Rocha, ambos são renomados estudiosos da história e cultura negra, além disso, ajudaram-me no processo de construção do projeto de pesquisa que resultou no presente estudo. Axé!

Às professoras Fabiana Sena e Patrícia Aragão, que participaram da qualificação e apontaram ajustes de grande relevância para a tese. Trata-se de uma honra tê-las como arguidoras deste trabalho, as falhas e limites do texto devem ser debitadas apenas ao autor.

À Alexleide, este texto e este momento só existem graças ao seu apoio, que foi decisivo. Tudo começou com conversas de um projeto de tentar o doutorado, até chegar ao presente momento. Gratidão por tudo, só você sabe as dores e as alegrias acumuladas em todo o longo e curto processo dessa pesquisa.

A minha mãe Goretti e irmã Gessi – amores de uma vida inteira

A minha filha Camila e a minha esposa Maria Reis, amo vocês.

DEDICATÓRIA

Aos milhares de brasileiros que sucumbiram à pandemia da COVID-19, centenas de pessoas tiveram suas vidas ceifadas abruptamente. Muitas poderiam ter sobrevivido, caso não tivesse sido executado um conjunto de políticas deliberadas de não enfrentamento ao vírus por parte da gestão federal anterior.

As milhares de pessoas negras que foram e são vítimas do racismo. Aos seres humanos que tiveram suas vidas rompidas pelo terrorismo do Estado brasileiro, que legitima os números indecentes de assassinatos de jovens negros, além de agressões permanentes contra a história e a cultura negra.

Este trabalho também é em memória da minha tia Janilda Oliveira, aos amigos Elialdo Andriola (Professor do curso de Física da Universidade Estadual da Paraíba); Dario Douglas (Supervisor Escolar da rede estadual de ensino); Ednaldo (amigo de infância e de time de bairro – Santa Adélia); Alfredo Bosi (um dos nossos mais notáveis críticos literários); Ramon de Alcântara Aleixo (um intelectual de extrema gentileza e delicadeza humana) e Larissa Sarmiento Lira (talentosa pesquisadora das religiões do axé na Paraíba)

Tia Marli, mais que uma tia, nossa amada “Mamusca”, que sempre acolheu com tanto amor, inesquecíveis risadas e comida farta todos que aproveitaram um pouco de sua companhia.

Dona Lia, avô de minha filha e minha querida sogra, que nos deixou de maneira tão inesperada, mas seus ensinamentos e doçuras permanecem em cada um de nós.

Wanda Chase, uma das vozes mais importantes do protesto negro brasileiro contemporâneo, nos deixou três dias após a defesa desta tese. Expressei neste texto e para a banca examinadora a sua importância para o Movimento Negro de Campina Grande, assim como para a luta antirracista no Brasil.

Wanda Chase, presente!

Quando servia na Marinha, trouxera de uma de suas viagens um xale indiano para Ida. Tinha-o comprado num lugar qualquer da Inglaterra. No dia em que o deu à irmã e esta o experimentou, alguma coisa agitou-se dentro dele, alguma coisa que nunca fora tocado até então. Jamais havia percebido, antes desse dia, a beleza de sua raça. Mas ao fitar os olhos em Ida, que se posta à janela da cozinha, ao perceber que ela não era simplesmente sua irmã mais moça, mas uma jovem que não tardaria a fazer-se mulher, sua imagem associou-se às cores do xale, às cores do sol, e a um esplendor incalculavelmente mais antigo do que as pedras cinzentas da ilha que havia nascido. Pareceu-lhe que talvez esse esplendor voltasse a brilhar um dia no mundo, neste mundo que eles conheciam. Séculos e séculos atrás, Ida não fora uma simples descendente de escravos. Bastava contemplar-lhe o rosto escuro ao sol, sombreado e suavizado pelo magnífico xale, para sentir a sua régia grandeza de outrora.

James Baldwin, **Numa Terra Estranha**, 1984

Mas, dentro da escola, nós temos que lutar, e já foi colocado, que é uma de nossas grandes reivindicações, lançada, inclusive, pelo MNU [Movimento Negro Unificado] nesses anos todos de luta, a instauração da história da África no currículo em todos os níveis e graus do ensino público e gratuito do Brasil [...] então nós temos que lutar sim, companheiros, nesses dois níveis, sempre tendo em vista a questão da construção de um projeto de nação, porque um povo que desconhece a sua própria história, é incapaz de construir o futuro para si.

Lélia Gonzalez, **Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes**, 28 de abril de 1987

Queremos mais uma vez afirmar que o “13 de Maio”, por não significar liberdade, não deve ser comemorado e, sim, encarado como mais uma data no calendário oficial. Aproveitamos a oportunidade para reafirmarmos o “20 de Novembro” como data magna da NEGRITUDE, por lembrar a morte de ZUMBI DOS PALMARES, símbolo máximo da luta de libertação dos negros no Brasil.

Movimento Negro de Campina Grande, 1988

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar a trajetória de algumas ações efetuadas pelo Movimento Negro de Campina Grande (MNCG) por e na educação, no período histórico de 1986 a 2013. Partimos da ideia de que a educação se tornou a principal reivindicação dos militantes negros campinenses. Esta perspectiva ocorreu pelo fato de que o processo educacional foi visto como trilha necessária para a construção da consciência negra. Dito de outra forma, para a pessoa negra ter uma visão crítica, racial e de emancipação diante de si e do mundo que a circunda. Nesse sentido, a luta por educação empreendida pelo MNCG teve, num primeiro momento, a exigência de espaço no currículo para a temática negra e, logo após a aprovação da Lei 10.639, em 2003, pleiteou-se a efetivação desse dispositivo legal. As ações e atividades da organização negra campinense exigindo espaços na educação tiveram um caráter educativo para a sociedade e as instituições, em razão de que demonstraram a importância do negro para a educação e redimensionaram o currículo ao inserir a temática racial e os saberes negros. Daí a percepção de nomear o MNCG como ator político educador. Este estudo parte de um conjunto de reflexões teóricas e metodológicas das quais nossa pesquisa é tributária, como o fato de estar vinculada aos estudos da história social da educação e da história da educação da população negra. Nessa perspectiva, analisamos o espaço educacional brasileiro pelo viés da disputa de projetos raciais e de sociedade. No tocante ao trato com o *corpus* documental, acionamos várias fontes históricas produzidas pelo Movimento Negro de Campina Grande e outras tantas que mencionam tal coletivo social, utilizando-nos dos pressupostos indicados pelo paradigma indiciário. A partir da análise dessas fontes históricas e de cruzamentos entre elas, desenvolvemos um estudo acerca do Movimento Negro de Campina Grande, em suas disputas por e na educação, como parte integrante da história da educação da população negra brasileira e paraibana.

Palavras-chave: História da educação, Consciência Negra, Movimento Negro de Campina Grande.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the trajectory of some of the actions carried out by the Black Movement of Campina Grande (MNCG) for and in education, in the historical period from 1986 to 2013. This paper defends the idea that education became the main demand of black activists in Campina Grande. This was due to the fact that the educational process was seen as a necessary path for building black consciousness. In other words, for black people to have a critical, racial and emancipatory view of themselves and the world around them. In this sense, the struggle for education undertaken by the MNCG initially demanded space in the curriculum for black issues and, soon after the passing of Law 10.639 in 2003, it called for this legal provision to be put into effect. The actions and activities of the black organization in Campinas demanding space in education had an educational character for society and institutions, because they demonstrated the importance of black people for education and resized the curriculum by inserting racial issues and black knowledge. Hence the perception of naming the MNCG as an educating political actor. This study is based on a set of theoretical and methodological reflections to which our research is tributary, such as the fact that it is linked to studies of the social history of education and the history of education of the black population. From this perspective, we analyze the Brazilian educational space through the lens of disputed racial and social projects. With regard to the documentary corpus, we will use various historical sources produced by the Black Movement of Campina Grande and many others that mention this social collective, using the assumptions indicated by the indicative paradigm. By analyzing these historical sources and cross-referencing them, we have developed a study of the Black Movement of Campina Grande, in its disputes over and in education, as an integral part of the history of education for the black population of Brazil and Paraíba.

Keywords: History of Education, Black Consciousness, Black Movement of Campina Grande

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar la trayectoria de algunas de las acciones realizadas por el Movimiento Negro de Campina Grande (MNCG) por y para la educación, en el período histórico de 1986 a 2013. La idea es que la educación se convirtió en la principal reivindicación de los activistas negros de Campina Grande. Esto se debió al hecho de que el proceso educativo fue visto como un camino necesario para la construcción de la conciencia negra. Es decir, para que los negros tuvieran una visión crítica, racial y emancipadora de sí mismos y del mundo que los rodeaba. En este sentido, la lucha por la educación emprendida por el MNCG reivindicó inicialmente un espacio en el currículo para las cuestiones negras y, poco después de la aprobación de la Ley 10.639, en 2003, exigió la aplicación de esta disposición legal. Las acciones y actividades de la organización negra de Campinas reivindicando espacio en la educación tuvieron un carácter educativo para la sociedad y las instituciones, porque demostraron la importancia de los negros en la educación y remodelaron el currículo insertando cuestiones raciales y conocimientos negros. De ahí la percepción del MNCG como educador político. Este estudio se basa en un conjunto de reflexiones teóricas y metodológicas de las que nuestra investigación es tributaria, como el hecho de estar vinculada a los estudios de historia social de la educación y a la historia de la educación de la población negra. Desde esta perspectiva, analizamos el espacio educativo brasileño a través de la lente de los proyectos raciales y sociales en disputa. En cuanto al tratamiento del corpus documental, utilizamos diversas fuentes históricas producidas por el Movimiento Negro de Campina Grande y muchas otras que mencionan a este colectivo social, utilizando los supuestos indicados por el paradigma indicativo. A partir del análisis de estas fuentes históricas y de sus referencias cruzadas, hemos desarrollado un estudio del Movimiento Negro de Campina Grande, en sus disputas sobre y en la educación, como parte integrante de la historia de la educación de la población negra de Brasil y de Paraíba.

Palabras clave: Historia de la Educación, Conciencia Negra, Movimiento Negro de Campina Grande

LISTAS DE SIGLAS

CCCA – Comissão Campinense do Centenário da Abolição

CIE – Centro de Inteligência do Exército

CF – Constituição Federal

DB – Diário da Borborema

FHC – Fernando Henrique Cardoso

GS – Gazeta do Sertão

HE – História da Educação

HTP – História do Tempo Presente

IHTP – Instituto de História do Tempo Presente

JP – Jornal da Paraíba

MN – Movimento Negro

MNCG – Movimento Negro de Campina Grande

MNU – Movimento Negro Unificado

MNJP – Movimento Negro de João Pessoa

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB – Partido

PT – Partido dos Trabalhadores

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

SEDHIR – Setor de Documentação e História Regional

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Quadro de trabalhos referentes aos estudos sobre o Movimento Negro de Campina Grande.....	p.118
Figura 2 – Cartaz do I Encontro Afro-brasileiro Campinense – 8 de novembro de 1986	p.133
Figura 3 – O Movimento Negro apresenta: palestras sobre as lutas de libertação dos negros (Quilombos) pelo Prof. Camilo	p.138
Figura 4 - Movimento Negro quer desmitificar o 13 de maio – 1987.....	p.170
Figura 5 – Cartaz de divulgação do Ato Público de Abertura do Centenário da Abolição em Campina Grande, 5 de fevereiro de 1988.....	p.188
Figura 6 – I Ciclo de debate sobre o Negro – março de 1988.....	p. 194
Figura 7 – Negros preferem 20 de novembro - 13 de maio de 1988.....	p.196
Figura 8 – Capa da Cartilha do Centenário da Abolição – 100 Anos de Libertação Fictícia.....	p.214
Figura 9 – Moisés Alves, Benedito Antonio Luciano e Henrique Cunha Junior - Encontro para Nova Consciência - 7 de março de 2000.....	p. 288
Figura 10 – Diário da Borborema, terça-feira, 21 de fevereiro de 2006 – Consciência Negra em debate	p.289
Figura 11 – 360, Campina Grande, julho de 1998.....	p.302
Figura 12 - Tabela de projetos de lei sobre o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana, de Adriano Bueno da Silva (2022).....	p. 330

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Do encontro com o tema de pesquisa e outras considerações..... p.14

CAPÍTULO 1 – TRILHAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DA p.33

PESQUISA.....

1.1– Aspectos de uma pesquisa vinculada à História do Tempo Presente..... p.33

1.2 – Das fontes impressas dos jornais às páginas da internet..... p.43

1.3 – Fontes Orais e a História Oral..... p.53

1.4 – História Social da Educação, Agência, Experiência e Resistência Negra..... p.61

CAPÍTULO 2 – MOVIMENTO NEGRO E HISTORIOGRAFIA..... p.68

2.1 – Aspectos da História Social da Educação da população negra..... p.68

2.2 – Um olhar sobre a historiografia do Movimento Negro no
Brasil..... p.75

2.3 – Os movimentos sociais negros e a questão educacional..... p.96

2.4 – Movimento Negro de Campina Grande – um balanço historiográfico..... p.105

**CAPÍTULO 3 – AS VICISSITUDES DO MOVIMENTO NEGRO DE
CAMPINA GRANDE E SUAS DEMANDAS EDUCACIONAIS.....** p.120

3.1 – O processo constitutivo do Movimento Negro de Campina Grande (1986) p.120

3.2 – Movimento Negro de Campina Grande em cena (1986-1987)..... p.136

3.3 – O Centenário da Abolição – a denúncia de uma farsa e a educação antirracista
através da luta pela memória (1987-1988) p. 162

3.4 – Cartilha do Centenário da Abolição: História da África e História do Negro no
Brasil..... p.205

3.5 – O Movimento Negro de Campina Grande e o Letramento Racial na prática
educativa e social..... p.230

**CAPÍTULO 4 – O MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA: TENSÕES
SOCIAIS E VISÕES DE EDUCAÇÃO NO LIMAR DA LEI 10.639/2003.....** p.248

4.1 - Os movimentos sociais negros e a agenda educacional e racial no contexto da
Constituição de 1988..... p.248

4.2 - Movimento Negro e os anos 90: algumas considerações.....	p. 257
4.3 Movimento Negro de Campina Grande na década de 1990: palestras educativas como principal eixo de mobilização	p.268
4.4 - Encontro Para Nova Consciência, Sessão Especial da Consciência Negra e Encontro Estadual do Movimento Negro.....	p. 282
4.5 - “Da negação da esmola ao pagamento de uma dívida histórico”: as cotas raciais, críticas e reafirmações.....	p. 296
4.6 - Uma década de implantação da Lei 10.639/2003: Movimento Negro de Campina Grande na luta por e na educação.....	p. 327
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.356
REFERÊNCIAS.....	p.364
ANEXOS	p.388

INTRODUÇÃO

Do encontro com o meu tema de pesquisa e outras considerações

Meu interesse pela temática desta pesquisa nasceu por uma via de mão dupla, num primeiro plano, enquanto pesquisador, e, noutro, como militante social. Na primeira dimensão, tive a oportunidade de trabalhar na função de professor formador da Especialização em “Educação para as Relações Étnico-Raciais”, desenvolvida na Universidade Federal de Campina Grande-PB (2014-2018).

Essa experiência acadêmica foi muito significativa, pois tive a possibilidade de estudar de maneira mais sistemática as conexões das questões raciais com o processo educacional. Além disso, nos últimos anos colaborei em algumas bancas de heteroidentificação na UFCG e na Universidade Estadual da Paraíba. Logo, essas atividades agregaram conhecimentos teóricos e práticos nas dimensões da temática racial no acesso ao ensino superior.

Mas bem antes, ingressei no Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena (Neabí-UEPB – Campus I), em 2006. Nesse espaço, acompanhei vários debates e os impactos da temática durante boa parte da minha graduação e pós-graduação, uma vez que fui aluno da primeira turma de especialização ofertada sobre a questão racial na Paraíba, em 2008. Por outro lado, também visualizei fortes resistências por parte de alguns docentes da Universidade, que não viam relevância em tais discussões para o processo formativo da licenciatura em História.

Já em outra extensão, atuei como integrante do Movimento Negro de Campina Grande, por duas décadas, principalmente no âmbito educacional. Contudo, foi bem antes, na adolescência, durante uma palestra, que tive o meu primeiro contato com o debate acerca do racismo. Na ocasião, assisti com entusiasmo militantes negros denunciando a problemática da discriminação racial, assim como destacando a importância de enfrentá-la.

Sem nenhum planejamento, no decorrer da graduação, reencontrei os militantes que havia visto no final da adolescência e comecei a participar das atividades estudantis e do Movimento Negro. Assim, acompanhei os desafios, as contradições, os limites, as lutas, as disputas internas, enfim, o movimento e suas vicissitudes.

Nesse diapasão, um aspecto se destacava: “a questão educacional”. Em outros termos, a luta por educação era um tema recorrente de reivindicação. Ademais, todos os integrantes

do coletivo eram professores. Algumas imagens desse período não saem da retina, principalmente, a insistência que fazíamos para que as escolas e as universidades dessem espaço para debatermos sobre o racismo e a história e cultura afro-brasileira.

Nesse ambiente, se de um lado era comum encontrar redes de apoio nas escolas e nas universidades, por outra via, era também frequente presenciar resistências, boicotes velados e explícitos de muitos espaços educativos, tanto no nível da educação básica quanto no superior. Logo, as nossas propostas de debates e de atividades eram permitidas, muitas das vezes, enquanto concessão pontual e sem a colaboração efetiva. Por fim, acabávamos por nos tornar responsáveis por toda a logística e estrutura de muitas de nossas ações antirracistas.

Essa conjuntura mudou consideravelmente após a aprovação dos dispositivos legais presentes nas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, em virtude de uma maior presença da temática étnico-racial nas universidades e nas redes educacionais de ensino básico. Com esse novo horizonte legal, as secretarias de educação municipais, estaduais, as escolas privadas e os cursos superiores de licenciaturas foram impelidos a atuar em torno da questão.

Em seguida, nesta conjuntura educacional, núcleos de estudos iam aparecendo, e cursos de especializações, também. Éramos chamados por secretarias de educação para darmos formação aos professores, muitas escolas e universidades convidavam-nos para mesas-redondas, e alguns livros didáticos temáticos foram lançados. Da mesma maneira, foi possível notar um aumento no interesse por parte dos professores em relação ao assunto, dentre outras tantas mudanças que ocorreram.

Apesar desses avanços na esfera de ações voltadas a um ensino para as relações étnico-raciais, permaneceram alguns problemas e, conjuntamente, ficaram evidenciadas outras contradições. Por exemplo, tornou-se comum que a temática racial fosse somente desenvolvida nas escolas em datas “simbólicas”, tais como o “19 de abril – Dia do Índio” e o “20 de novembro – Dia da Consciência Negra”.

Dito com outras palavras, a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena ficaram sendo tratadas nos espaços educacionais, muitas vezes, como concessão pontual e/ou enquanto ações realizadas às pressas, apenas com intuito de honrar compromissos firmados em agendas do calendário escolar.

Nessa quadra histórica, esses espaços ocupados na minha trajetória acadêmica e pessoal refletem mudanças maiores no tocante às relações étnico-raciais e ao processo educacional, visto que o Estado brasileiro, do final da década de 1990 até as duas primeiras

décadas do século XXI, adotou um conjunto de políticas públicas com recortes raciais, algo extensivo à dimensão educacional.

Por seu turno, os movimentos sociais negros brasileiros estiveram pressionando o poder público por espaço na agenda das políticas educacionais no transcurso do século XX. Aspectos que se destacaram no processo de redemocratização brasileira até as primeiras décadas do século XXI (Domingues, 2013; Gomes, 2017, 2022; Fernandes, 2021).

Destarte, a educação tornou-se, por assim dizer, a principal bandeira de luta e de reivindicação dos coletivos negros, do pós-abolição até os dias atuais. Quanto a essa questão, o historiador Petrônio Domingues reflete que:

No pós-abolição, o negro “descobriu” cada vez mais a importância da educação e o valor dos diplomas. Não somente os descobriu, como resolveu agenciá-los por iniciativas próprias, sem depender da ação do Estado ... não é sem motivos que a educação sempre esteve presente nos repertórios, projetos e empreendimentos das organizações afro-brasileiras em suas diferentes modalidades, configurações e dimensões... A educação sempre foi considerada o caminho mais eficaz, quando não a panaceia para a resolução de todos os males da população de ascendência africana. Parece, inclusive, que o movimento negro brasileiro tinha (e tem) percepção, de longa data, do que diversas pesquisas contemporâneas vêm mostrando: a educação está no centro das desigualdades raciais, assim como das desigualdades de renda mais gerais. (Domingues, 2013, p. 295-296)

Os tensionamentos provocados pelos coletivos negros ao Estado brasileiro por espaços na dimensão educacional foram bem intensos nas últimas décadas do século XX e nas duas primeiras do século XXI. Nesse ambiente histórico, apesar das contradições e limites, ficaram constatados muitos avanços, a temática do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena ganhou um espaço nunca visto na história da educação brasileira.

Em razão disso, Aline Pereira e Vantuil Pereira (2021) utilizam a expressão “nova agência política do movimento negro”, pois, nos últimos anos, os espaços conquistados no acesso ao ensino superior via cotas raciais; a expansão de trabalhos acadêmicos e de um mercado editorial negro mudaram os focos e as maneiras de atuações desses coletivos sociais negros.

Foi nessa circunstância histórica que a problemática da minha pesquisa foi sendo gestada. Fui incluindo, com o passar dos anos, novas leituras, estabelecendo anotações e reflexões. O que resultou em livros/coletâneas organizados por mim sobre educação e relações étnico-raciais.

Mas sempre me chamou a atenção os poucos estudos a respeito da história de homens e de mulheres que provocaram o Estado por leis e políticas públicas raciais no decorrer da história da educação mais recente do Brasil. Singularmente, pensando no contexto paraibano e da cidade de Campina Grande, onde militantes negros(as) continuam reivindicando espaço para uma educação efetivamente antirracista.

Sobre essas questões, Edson Lopes Cardoso (2022), ao refletir sobre os significados da morte de Luiza Bairos¹, reputada militante negra, constata o desconhecimento das novas gerações no que se refere a importantes nomes da luta contra o racismo no Brasil. Esse estudioso destaca a relevante tarefa de nos contrapormos ao processo de dissolução do passado recente de diligências e de lutas do movimento negro brasileiro, porquanto, “sem nossos esforços, imensos, gigantescos, essa é uma história que pode não ser contada aos negros de amanhã” (Cardoso, 2022, p. 422).

Cabe acentuar também que os movimentos sociais negros brasileiros exerceram um papel educativo, tanto no recorte individual, para as pessoas que se tornaram militantes desses coletivos, quanto numa perspectiva social, abrangendo a sociedade e os seus aparatos institucionais. Em outras palavras, trata-se do “Movimento Negro educador”, como defende Nilma Lino Gomes (2022, p. 26-27, grifo nosso):

O Movimento Negro atua como um farol a iluminar as vidas negras sobre seus direitos. Como uma luz que brilha social e politicamente revelando desigualdades raciais, discriminações e preconceitos. Como uma escavadeira que perfura a sólida estrutura social classista, patriarcal e machista para mostrar quão profundos são esses fenômenos perversos que alimentam privilégios, poder, desigualdades e distanciamentos ... também enfatizo a compreensão do Movimento Negro como um importante ator político que constrói, sistematiza, articula saberes produzidos pela população negra ao longo da história social, política, cultural e educacional brasileira assim como produz saberes emancipatórios educando e reeducando a sociedade e suas instituições. É nesse aspecto que *reconheço o Movimento Negro como um educador*.

No meu caso, vivenciei essa experiência educativa possibilitada pelo Movimento Negro de Campina Grande. Foi a partir do procedimento educativo das palestras e das conversas com os militantes negros campinenses que me despertei para o interesse em ler, estudar e escrever sobre questões raciais. Sumarizando, os primeiros contatos que tive com

¹ Luiza Helena de Bairos (1953-2016) foi uma das mais importantes vozes do movimento negro e da luta das mulheres negras no Brasil. Outrossim, tratou-se de uma relevante intelectual e destacada figura pública, chegando a ser Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial (2011-2015). Para mais informações: <https://www.geledes.org.br/perfis-femininos-luiza-bairos/>. Acesso em: 09 fev. 2023.

autores negros e estudiosos dos assuntos raciais, bem como com temas específicos acerca do racismo, deram-se pelas mãos dos militantes negros campinenses.

Além desses pontos importantes, o MNCG² foi decisivo no meu processo formativo de autoidentificação enquanto homem negro, ajudando-me a melhor compreender o meu lugar racial na sociedade. Do mesmo modo, comecei a refletir por outros ângulos a respeito de acontecimentos ocorridos na minha vida, consegui enxergar o racismo que vivi, presenciei e reproduzi em várias fases da minha existência.

Por exemplo, na minha adolescência, oriundo de família de baixa renda, morador de um bairro popular, eu era apaixonado por futebol, nosso grande e único lazer social, e tinha como ídolo o “Ronaldo Fenômeno”. Em uma entrevista que assisti, o camisa nove da seleção disse que o cabelo dele era ruim e, por isso, raspava o cabelo. Prontamente, apropriei-me dessa fala como uma verdade e conduta, e igualmente, passava a máquina no meu cabelo, pois não gostava dele. Achava-o ruim, feio. Dado que afetou a minha autoestima durante toda a juventude.

Esse episódio, entre outros tantos, só fora superado na vida adulta, quando aprendi, com os militantes negros, sobre a beleza do cabelo crespo, da cor negra, enfim, do orgulho de ser um afrodescendente; assim como da não aceitação do racismo e da necessidade de se lutar contra o preconceito e a discriminação racial.

Dessa maneira, passei pelo processo do “tornar-se negro”³, um caminho de autoconhecimento e de autoafirmação de meus pertencimentos raciais. Nesse ínterim, o MNCG foi imprescindível, principalmente pelo papel educativo possibilitado por essa organização social.

Essas questões atravessaram todo o meu processo formativo, acadêmico e pessoal, da graduação até chegar à pesquisa em tela. Todavia, essa aproximação com o tema do estudo deve ser refletida, pois um trabalho de História exige um esforço contínuo de distanciamento crítico diante da interpretação dos documentos e do objeto de análise. Portanto, são reflexões que precisam ser consideradas, em virtude de colaborar numa melhor leitura interpretativa dos acontecimentos ocorridos em tempos idos.

² Utilizaremos também no decorrer do trabalho a sigla MNCG para nos referirmos ao Movimento Negro de Campina Grande.

³ Título de um importante estudo elaborado pela psicanalista Neusa Santos Souza (1948-2008). Essa pesquisa foi fruto de uma dissertação de mestrado defendida em 1983 e que ganhou uma nova edição em livro no ano de 2021. Trata-se de uma leitura indispensável nos estudos sobre os efeitos psicológicos do racismo no processo de formação da identidade das pessoas negras no Brasil.

Por outro prisma, uma pesquisa elaborada por um historiador se encontra localizada num contexto histórico e afetada pelos condicionamentos do seu tempo. Com efeito, torna-se crucial buscar um justo meio entre o rigor científico e o distanciamento do pesquisador com as concepções de mundo que o atravessam. Nos termos de Enzo Traverso (2012, p. 41):

Se o historiador não trabalha fechado na clássica torre de marfim, ao abrigo dos rumores do mundo, também não vive dentro de uma câmara frigorífica, imune às paixões do mundo. Ele está submetido às condicionantes de um contexto social, cultural e nacional. Não escapa às influências das suas recordações pessoais, nem às de um saber herdado, de que pode tentar libertar-se, não através da sua negação, mas de um esforço de distanciamento crítico. Nessa perspectiva, a sua tarefa não consiste em tentar pôr de lado a memória – pessoal, individual e colectiva – mas em colocá-la à distância e em inscrevê-la num conjunto histórico mais vasto.

Por conhecer, de certa maneira, as pessoas que cederam suas memórias e por ter participado do coletivo em análise, estabelecemos uma análise mais atenta do Movimento Negro de Campina Grande numa conjuntura histórica mais ampla, dialogando com os argumentos postos por Enzo Traverso (2012).

Analisaremos tal movimento social de maneira crítica, sem cair na esfera da idealização, atentaremos para os elementos de contradições, de disputas internas e os limites de atuação. Assim como na análise documental, confrontaremos os relatos das memórias com uma série de outros documentos utilizados na pesquisa.

O Movimento Negro de Campina Grande nasceu em 1986 enquanto desdobramento da criação do “Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial”. Este surgiu em São Paulo, no ano de 1978, tendo mudado o nome para “Movimento Negro Unificado” (MNU). Fato esse que colaborou para a criação de vários movimentos negros em todo o país, como ocorreu em Campina Grande. Prontamente, os coletivos negros criados a partir do MNU são reconhecidos como “movimento negro contemporâneo” (Pereira, 2013; Gomes, 2017).

Em vista disso, Nilma Lino Gomes (2011) defende a relevância dos movimentos negros no Brasil no processo de constituição dos espaços abertos na educação para as questões raciais, em virtude de que “o acúmulo de saberes produzidos pelo movimento negro faz parte de uma história ancestral de luta e resistência, que ganha corpo na sua demanda pela educação desde o começo do século XX” (Gomes, 2011, p. 51).

Nesse mesmo sentido, Luiz Gonçalves (2011) levanta a ideia de que, para se pensar a história da educação dos negros no Brasil, antes de tudo, é de fundamental importância

apontar o trabalho realizado pelo movimento negro, pois, sem esse ator coletivo, dificilmente as questões raciais seriam temáticas presentes na agenda pública educacional.

A partir dessas questões levantadas anteriormente, resolvi refletir quanto à relevância de se estudar o Movimento Negro de Campina Grande, que há anos exige pautas educativas. Dessa maneira, o ponto central de nosso estudo é a defesa de que, semelhante ao protesto negro nacional, o MNCG teve na educação sua principal bandeira de luta, sendo a pauta central de sua trajetória. Isto posto, levantamos a hipótese de que a agenda educativa do MNCG teve como principal objetivo a formação da “consciência negra”, em razão de que a emancipação da população negra, a luta contra o racismo, a apreciação da história e cultura negra, só seriam viáveis pelo desenvolvimento de uma educação para as relações étnico-raciais e antirracista. Portanto, para a militância negra campinense, a educação se encontrava na encruzilhada de acesso à garantia da cidadania da população negra.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa analisa a trajetória de algumas ações efetuadas pelos militantes campinenses *por* e *na* educação, no período histórico de 1986 a 2013. Assim como se examina o processo constitutivo de tal movimento social negro e suas reivindicações educacionais em duas conjunturas históricas: a primeira (1986-2002) volta-se para um momento no qual não havia um respaldo jurídico nacional mais efetivo em torno de uma educação para as relações étnico-raciais no ensino básico. O segundo (2003-2013), trata-se de um período no qual os indicativos da Lei 10.639/2003, determinando o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, já se encontravam localizados; logo, almeja-se refletir sobre os impactos desse dispositivo legal nas lutas e atuações dos militantes negros campinenses.

Outros aspectos que se vislumbra perscrutar são referentes às possibilidades e aos limites presentes na luta educacional efetivada pelo MNCG. No subtítulo do nosso trabalho, escolhemos fazer um jogo de preposições: “memórias e lutas *por* e *na* educação (1986-2013)”, a preposição “*na*” reflete que, além de reivindicar “*por*” pautas educativas, o Movimento Negro atuou e atua “*na*” esfera da educação.

Nesse último ponto, as cobranças no âmbito educacional também foram acompanhadas e feitas por meios educativos, tais como: cartilhas; artigos de jornais impressos e publicados em sites; atos públicos de protestos; palestras; organizações de seminários e encontros de debates; intervenções na mídia, entre outras. Assim dizendo, o MNCG atuou numa dimensão educativa quando usou deliberadamente do conhecimento para ensinar e

justificar o debate acerca das questões raciais nas instituições públicas e privadas do município de Campina Grande.

De toda forma, a educação se constituiu como uma das principais bandeiras de lutas do MNCG no decorrer dos anos, ao tempo que foi através dela que se configurou boa parte dessas agendas reivindicatórias. O Movimento Negro de Campina Grande, com suas contradições e limites, conseguiu dar visibilidade para as pautas raciais na sociedade campinense.

Nesse mesmo sentido, Nilma Lino Gomes (2017) indica que o movimento negro brasileiro ressignifica e politiza as questões raciais, compreendendo-as “como construção social”. Ele reeduca e emancipa a sociedade, a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a diáspora africana” (Gomes, 2017, p. 38).

Esses dados que conectam o movimento negro à educação fazem parte de um contexto maior do qual também se compreendem os movimentos sociais enquanto coletivos educativos. Segundo Maria da Glória Gohn (2012, p. 123),

A educação se apresenta como uma forma de aprendizagem aos participantes dos movimentos e associações; como efeito pedagógico multiplicador das ações coletivas junto à sociedade civil e à sociedade política; e como demandas específicas na área educacional, dentro e fora da instituição escolar. Tudo isso podemos resumir com a frase: os movimentos sociais, das diferentes camadas sociais, com suas demandas, organizações, práticas e estruturas, possuem um caráter educativo assimilável aos seus participantes e à sociedade mais ampla. Os resultados desse processo traduzem-se em modos e formas de construção da cidadania político-social brasileira.

Nessa conjuntura de conexões entre educação e movimento social, destaca-se que o Movimento Negro de Campina Grande foi criado no dia 8 de novembro de 1986, no “Primeiro Encontro Afro-brasileiro Campinense”, realizado no auditório do Museu Histórico da cidade. Um grupo de professores do ensino superior, da educação básica, de artistas, estudantes e de lideranças comunitárias, reuniu-se para debater sobre questões raciais, tendo no horizonte a sociedade campinense. E nesse evento surgiu a ideia de criar um movimento negro na cidade de Campina Grande.

Ao final desse encontro, constitui-se o MNCG, tendo na liderança os professores Josemir Camilo e Benedito Antonio Luciano, ambos docentes da Universidade Federal da

Paraíba – Campus II⁴. Esse movimento social contava, no seu início, com uma média de vinte pessoas que participavam ativamente das atividades (Jornal da Paraíba, terça-feira, 19 de maio de 1987). Portanto, trata-se de um movimento negro com mais de três décadas de existência, que iniciou com um grupo de pessoas vinculado ao mundo educacional e cultural da cidade.

O MNCG, nas suas primeiras ações e atividades, acompanhou muitos dos valores da época, sobretudo da luta pela redemocratização e por projetos inclusivos de sociedade. Nisso, existia uma vinculação entre as noções de raça e de classe. Em outras palavras, esse movimento social negro se orientava na esfera mais progressista e à esquerda dos movimentos sociais que surgiram no contexto das últimas décadas da ditadura militar.

Nos primeiros anos de existência do MNCG (1986-1988), as ações desse coletivo se constituíram principalmente em alguns pontos, a saber: a negação “ao treze de maio” enquanto data comemorativa do povo negro no Brasil, ao tempo que se exigia “o vinte de novembro” como “Dia da Consciência Negra”; o combate “ao mito da democracia racial”; a campanha pelo fim do *apartheid*, na África do Sul; a denúncia ao racismo, entre outras tantas pautas presentes na época.

Nesse cenário, a principal agenda de lutas se deu em torno do centenário da abolição (13 de maio de 1988), tendo o MNCG organizado, em parcerias com várias entidades, uma comissão para tratar desse evento. Concomitantemente, aconteceram uma série de atividades, de palestras em escolas e universidades, em sociedades de amigos dos bairros; participação na mídia escrita, televisada e falada. Entre tantas ações, destaca-se a confecção da cartilha “Centenário da abolição: 100 anos de libertação fictícia – 1888-1988”, que foi distribuída e debatida em escolas e SABs da cidade.

Na década de 1990, o MNCG contará com a presença de duas novas lideranças, os professores Jair Silva e Moisés Alves, que continuam até hoje em atividade. Por sua vez, Josemir Camilo se afasta do movimento nos anos noventa e Benedito Antonio Luciano em 2002. Ambos decidiram se dedicar plenamente ao mundo acadêmico, onde continuaram, à sua maneira, seus estudos voltados à temática negra; atualmente, esses docentes estão aposentados da UFCG.

⁴ Atualmente, Universidade Federal de Campina Grande. A UFCG foi criada a partir da Lei Nº.10.419 de 09 de abril de 2002, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba. Tem sua origem na década de 1950, quando foram criadas a Escola Politécnica de Campina Grande (1952) e a Faculdade de Ciências Econômicas (1955), momento em que a educação superior dava os primeiros passos na Paraíba. Este período histórico foi responsável pela construção de uma identidade própria que motivou o desmembramento e a criação da UFCG. Disponível em: <https://portal.ufcg.edu.br/conheca-a-ufcg.html>. Acesso em: 15 mar. 2023.

Ressalta-se que o MNCG nunca possuiu uma sede própria e nem apresentou um programa de ação e de orientações e/ou regras mais gerais e específicas. Embora algumas tentativas tenham sido realizadas neste sentido, elas não lograram êxito ao final. Essas características se vinculam ao fato de não ser um coletivo institucionalizado juridicamente. Hoje em dia, o MNCG conta com quatro militantes ativos, uma mulher e três homens. Todos fazem parte da educação, são professores(as) do ensino básico.

Segundo a antropóloga Melânia Farias (2001), o MNCG se caracteriza pelo espontaneísmo e por ações individuais como predominância, o que acarreta numa grande dificuldade para agregar pessoas, em especial, a população negra campinense. Nessa última dimensão, cabe destacar que se trata de uma questão presente em vários movimentos negros no país, que já fora tema de estudo e de reflexão de vários autores (Santos, 1985; Pinto, 2013; Moura, 2014; Alberto, 2017).

Malgrado o número pequeno de integrantes, o movimento em análise se demonstrou muito ativo, com muitas ações concretizadas, principalmente, na área educacional. Os militantes campinenses em destaque conseguiram estabelecer parcerias com as universidades, imprensa e outras dimensões do poder público e privado, o que possibilitou ações com certa estrutura e visibilidade, sendo o MNCG coletivo objeto de pesquisas acadêmicas.

Nessa perspectiva, encontram-se, na área da Antropologia, as monografias e dissertações de Melânia Farias (UEPB-2001, UFPE-2004) e Gracielle Silva (UFCG-2015, UFPE-2018), que analisam as principais características da identidade do Movimento Negro de Campina Grande. No que lhe concerne, Mônica Ribeiro (UEPB-2014) elaborou uma monografia de História a respeito do surgimento do Movimento Negro de Campina Grande, em 1986, e a participação do coletivo no evento do centenário da abolição, em 1988.

Também existe a monografia em História de Jair Silva Ferreira (UEPB-2009), na qual dedica um capítulo de sua pesquisa ao MNCG. Vale ainda destacar a monografia em pedagogia de Ana Lúcia Sales (UEPB-2021), que aponta um importante panorama histórico a respeito do coletivo social em questão. Por fim, releva mencionar a dissertação em História de Cleidiana Bem Elias (UFCG-2022) sobre o movimento de capoeira em Campina Grande (1980-2014), em razão de que em seu trabalho há um conjunto de informações acerca do MNCG.

De modo geral, os referidos trabalhos acadêmicos são pesquisas relevantes, que trazem um conjunto de informações valiosas no tocante ao MNCG. Tem-se, por uma via, uma atenção especial para o ano de 1988 e as atividades em torno do centenário da abolição, sendo

o primeiro grande evento capitaneado pelo coletivo negro de Campina (Ferreira, 2009; Ribeiro, 2014).

Por outro lado, esses estudos focalizam sua atenção na passagem dos anos noventa para os dois mil, especialmente, tendo como ângulo de investigação as ações e as visões dos militantes negros Jair Silva Ferreira e Moisés Alves (Farias, 2004; Silva, 2015, 2018; Sales, 2021; Elias, 2022).

Diante disso, esses trabalhos carecem de algumas reflexões importantes. Por exemplo, ao lermos tais textos, não sabemos como surgiu o Movimento Negro de Campina Grande. Quem eram as pessoas que participaram da criação desse coletivo? Que articulações existiam em torno das exigências educacionais nos primeiros anos de atuação do MNCG? Como a educação acabou se constituindo enquanto a principal bandeira de luta desse movimento social? Essas questões, entre outras, ficam sem respostas ou sinalizações concretas.

Cumprе ressaltar que esses estudos conseguiram trazer alguns dados sobre a dimensão educativa como parte das bandeiras de luta desse movimento social, bem como espaço de atuação profissional dos militantes analisados (Farias, 2001; Silva, 2018; Ribeiro, 2014; Ferreira, 2009; Sales, 2021; Elias, 2022). Contudo, a educação não se tornou um eixo principal de reflexão dessas pesquisas, embora seja detectada de alguma maneira a relevância da agenda educacional na história e atuação do MNCG.

O fato é que a educação se configurou como a principal bandeira de reivindicação e de atuação dos militantes do MNCG. Logo, nos primeiros anos, o combate se deu para incluir no currículo o ensino da História da África e do Negro no Brasil, além de denunciar o racismo. Por seu turno, a reivindicação mais recente (2003-2013) ocorreu na exigência pela efetivação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e da implementação das cotas raciais.

Nesse panorama, o recorte histórico selecionado no nosso trabalho (1986-2013) apresenta um estudo acerca das demandas educacionais em um contexto marcado por mudanças e continuidades. No nosso projeto original, submetido ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, linha História da Educação, estava sinalizado o início da pesquisa para o ano de 1988, em razão de ser no centenário da abolição o primeiro grande evento realizado pelo Movimento Negro de Campina Grande.

Porém, ao fazer um balanço historiográfico sobre tal coletivo negro, no decorrer da investigação, constatee poucas informações quanto ao surgimento do MNCG e das pessoas que fizeram parte do início desse movimento social (Farias, 2001, 2004; Silva, 2014, 2018;

Ferreira, 2009; Ribeiro, 2014; Sales, 2021; Elias, 2022). Diante disso, o recorte foi redimensionado e se inicia em 1986.

Dessa feita, analisaremos como se constituiu o Movimento Negro de Campina Grande e quais eram suas reivindicações educacionais até chegar ao ano de 2013, data que simboliza uma década de existência da Lei 10.639/2003. Esse dispositivo legal alterou a Lei de Diretrizes e Bases da educação 9.394/96 e tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo da educação básica, assim como adicionou o 20 de novembro – “Dia da Consciência Negra” no calendário escolar.

Foi também no ano de 2013, com a aprovação da Lei 5.337/2013, que a Lei Municipal 3.565, de 1997, determinando a “Semana da Consciência Negra”, sofreu alteração em seus artigos 1º e 2º e teve o acréscimo do §1 no artigo 1º. A partir dessa normativa de 2013, ficou estabelecido “A Semana da Consciência Negra e de Ação Anti-racista”, a ser realizada todos os anos, nas escolas da rede municipal de Campina Grande, no período de 14 a 20 de novembro (Campina Grande, 2013). Esse dispositivo jurídico, igualmente, coloca que essa atividade deverá ser realizada em parceria com o Movimento Negro de Campina Grande e demais membros interessados da sociedade civil⁵.

Nesse aspecto, especificamente, refletimos sobre os impactos destas legislações (Leis 10.639/2003 e 11.645/2008) nas ações e posturas dos militantes negros campinenses, numa conjuntura em que existiu um respaldo jurídico mais contundente em torno de uma educação para as relações raciais. Bem como analisaremos como o debate das cotas raciais foi recepcionado e agenciado pelo MNCG nos anos 2000.

Portanto, o período selecionado (1986-2013) visa, de um lado, analisar como surgiu o Movimento Negro em destaque e melhor compreender quem eram os militantes que constituíram tal coletivo. Em outra esfera complementar, esse recorte histórico possibilita refletir acerca das principais pautas educacionais antirracistas reivindicadas pelos militantes negros campinenses em dois momentos contextuais: primeiramente, num cenário em que não existia uma legislação educacional nacional efetiva para as relações étnico-raciais (1986-2002). Segundo, em um contexto no qual já existiam diretrizes jurídicas em torno da obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira (2003-2013). Estas

⁵ O Art. 1º da Lei 3.565 de 31 de dezembro de 1997, vigorou com o seguinte texto: “Art.1º Fica instituída, no âmbito do Município de Campina Grande - PB, a Semana de Consciência Negra e de Ação anti-racista, a realizar-se, anualmente, no período compreendido entre 14 e 20 de novembro. Art.2º Acrescento o §1 no Art. 2º que vigora com a redação que segue: A definição, coordenação e organização das atividades a serem desenvolvidas na semana da Consciência Negra serão estabelecidas conjuntamente pela Câmara Municipal, secretaria de Cultura, pelos grupos do movimento negro de Campina Grande e por membros da sociedade civil interessados em sua realização” (Campina Grande, 2013).

conjunturas impactaram as maneiras e os modos de militância dos integrantes do coletivo negro de Campina Grande.

Dessa maneira, nossa pesquisa alinha-se ao campo da História da Educação, área de estudo que vem crescendo nos últimos anos, contando com um contingente considerável de possibilidades de pesquisas no Brasil. Essa linha de investigação recebeu, no último quartel do século XX, estatuto de conhecimento (Barros, 2018). Na esteira da ampliação de sujeitos e de temas presentes enquanto objetos de interesses das pesquisas na área educacional, como as mulheres, a educação do campo, os movimentos sociais, entre outros, os estudos voltados para a educação da população negra vêm ganhando espaço no campo da História da Educação.

É nesta conjuntura histórica que se localiza nosso estudo, cuja proposta é examinar a trajetória de lutas e de ações do Movimento Negro de Campina Grande no recorte de 1986 a 2013. Desse modo, trouxemos para o proscênio aspectos da história da educação da população negra paraibana, em razão de que a presença do Movimento Negro se fez vigente no período mais recente da história da educação brasileira.

Nesse sentido, considerando o último quartel do século XX, período que teve como marco educacional a Lei 10.639/2003, Petrônio Domingues (2013, p. 293) reflete que “as linhas de estudos e pesquisas especializadas na história da educação não podem continuar negligenciando o tema da resistência negra, especialmente neste momento tão singular”.

Assim dizendo, Domingues (2013) está destacando a importância de se estudar os esforços coletivos realizados pelas organizações negras e pelos indivíduos negros na busca por conectar a educação como via de afirmação individual e política. Principalmente, considerando o surgimento de leis indicativas no processo de uma educação para as relações étnico-raciais existentes, no país, entre as décadas finais do século XX e as primeiras do XXI.

Prontamente, nossa pesquisa visa ampliar os estudos em torno da História da Educação da população negra paraibana a partir da análise das atuações do Movimento Negro de Campina Grande por e na educação, prescrutando, assim, as ações e as experiências formuladas pelos militantes negros(as) campinenses nos embates, nas disputas por projetos pedagógicos políticos e por currículo. Isso numa concepção educacional antirracista e voltada para as relações étnico-raciais.

Para tanto, o presente trabalho utiliza-se da metodologia da História Oral (Meihy, Seawright, 2020; Alberti, 2013; Thompson, 1992; Halbwachs, 1990), em razão de essa perspectiva trazer, ao proscênio dos estudos históricos, vozes e saberes de pessoas que

pertencem a grupos sociais com poucas possibilidades de terem documentadas e preservadas suas histórias e memórias.

Esses aspectos estão também presentes na história do Movimento Negro, como alertam Gonçalves e Silva (2000), ao chamarem a atenção para as dificuldades de se estudar as lutas e as ações das entidades negras brasileiras na esfera educacional, visto que a maioria dessas atividades foi realizada por conta dos próprios militantes. Em muitos casos, esses ativistas negros(as) não registraram e/ou organizaram espaços de memórias em torno dessas experiências. Além desses fatores, os dados expostos nas entrevistas realizadas pela metodologia da História Oral permitem:

Ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado por meio do estudo aprofundado de experiências e visões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular mediante a análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações. (Alberti, 2013, p. 26)

Desse modo, essas memórias de resistência constituem-se enquanto uma das principais vias de acesso para nossa pesquisa. Portanto, contamos com a colaboração de sete militantes, a saber: Josemir Camilo, Benedito Antonio Luciano, Jussara Natália Moreira Bélens de Melo, Jaildo Figueiredo, José Cristovam Andrade, Moisés Alves da Silva e Jair Silva Ferreira. Desses, apenas os três últimos permanecem em atividade de militância. Essas pessoas fizeram a história do Movimento Negro de Campina Grande. Atualmente, a média de idade desses(as) militantes reside entre cinquenta a setenta anos.

Desses ativistas, somente não conhecia a Jussara Natália Moreira Bélens de Melo e o Jaildo Figueiredo, ambos muito citados por Josemir Camilo e Benedito Antonio Luciano. Foi bem tranquila a comunicação com todos esses colaboradores e não ocorreu em nenhum momento hesitação e/ou dificuldade para o processo da entrevista. Ao contrário, os(as) colaboradores(as) foram receptivos e indicaram outros nomes e fontes para a presente pesquisa. Os locais das entrevistas foram combinados em comum acordo, não havendo interferências de barulhos externos e nem de outras pessoas. Convém frisar que tentei entrevistar Wanda Chase e Vera Mendonça para realçar a dimensão do debate relativo ao feminismo negro no início do MNCG. Porém, mesmo conseguindo os contatos e iniciando uma conversa, por motivos maiores, não foi possível estabelecer uma entrevista com essas respectivas militantes.

Por sua vez, como estamos analisando um movimento social negro, que visou e visa fazer combates e enfrentamentos ao racismo presente na sociedade brasileira e campinense, problemática enraizada e de caráter estrutural, o elemento de tensões sociais se configura como incontornável (Almeida, 2019; Oliveira, 2021; Fernandes, 2021).

Em vista disso, também estabelecemos diálogos com alguns dos pressupostos da História Social (Thompson, 1987, 2021), sobretudo, por se tratar de uma proposta teórica que valoriza as experiências e o agir dos indivíduos comuns na vida cotidiana, bem como destaca os processos de resistências, de tensões sociais de homens e de mulheres que fizeram histórias a partir das suas possibilidades de ações. Uma História Social da Educação à luz das contribuições de E.P. Thompson torna-se relevante a partir da

Compreensão da educação como socialização, acredita-se que por meio da categoria experiência, pode-se analisá-la a partir da dialética entre ser social e consciência social, levando em conta o agir dos sujeitos nos processos educativos em que se encontram inseridos. Neste sentido, trata-se de buscar entender os processos contraditórios em que os homens e mulheres se educam e são educados e atentar para as possibilidades de conservação e mudança. (Martins, 2014, p. 315)

Desta maneira, Thompson (1987, 1981, 2021) e os indicativos da História Social serão utilizados na nossa pesquisa, uma vez que estudamos o mundo das ações e do agir dos militantes negros(as) de Campina Grande na luta por e na educação, que há mais de três décadas vem buscando um processo educacional antirracista e voltado para as relações étnico-raciais. Desse modo, não perdendo de vista que as leis e os dispositivos legais presentes no processo educacional são frutos de embates e de disputas no processo da história.

Todavia, este estudo analisa os aspectos do “agenciar humano” a partir da experiência desses militantes negros campinenses, numa relação dialética entre os condicionamentos sociais e a formação da consciência antirracista, em uma perspectiva negra, tendo como horizonte constitutivo as vicissitudes das questões raciais e da resistência negra (Souza, 2021).

Nossa pesquisa, igualmente, encontra-se afetada pelos impactos da História do Tempo Presente, pois o nosso recorte histórico (1986-2013) se localiza próximo ao tempo da escrita, assim como o fato de todos os colaboradores do estudo estarem vivos. Isso posto, algumas reflexões sobre os desdobramentos de tais questões serão realizadas neste trabalho.

Desta forma, a presente pesquisa se encontra dividida em quatro seções. O primeiro capítulo versa acerca de questões teóricas e metodológicas das quais esse estudo é tributário, assim como também traz reflexões no tocante às fontes documentais acionadas.

Nessa parte do trabalho, iniciaremos com algumas reflexões sobre nosso estudo e seus

vínculos com os desafios e as possibilidades da História do Tempo Presente, em razão de nosso recorte histórico (1986-2013) ser parte do contexto que estudamos. Logo em seguida, refletiremos acerca dos jornais impressos e digitais, fontes documentais de suma importância para nossa investigação. Após essa parte, o primeiro capítulo continua com um tópico dedicado às fontes orais e à História Oral, visto que os(as) militantes negros(as) campinenses acionados nesse estudo contribuíram com suas memórias e saberes.

Por fim, encerra-se o capítulo com algumas ponderações sobre a História Social da Educação. Nossa pesquisa se vincula a essa dimensão de estudo, pois, analisamos militantes de um movimento social negro tensionando o poder público por outras perspectivas educacionais.

Desse modo, compreende-se o espaço educacional como parte dos enfrentamentos de projetos de sociedade entre os grupos sociais que compõem a sociedade. Adicionamos a esse debate as categorias de análise “experiência negra”, “resistência negra” e “agência negra” (Thompson, 1987, 2021; Souza, 2021), percepções relevantes para se estudar o processo constitutivo e de luta de homens e de mulheres que compuseram o Movimento Negro de Campina Grande nas suas lutas por e na educação (1986-2013).

Já, no segundo capítulo, discorreremos sobre os aspectos historiográficos dos estudos voltados para a História da Educação da População Negra e do Movimento Negro no Brasil e de Campina Grande. Nessa parte do texto, compreendemos que o debate historiográfico não se refere apenas a obras produzidas por historiadores ou informações levantadas em textos de História. A historiografia inclui também tudo o que já foi produzido por vários saberes sobre o tema de interesse do historiador (Barros, 2022)⁶.

Dessa maneira, para uma abordagem mais arguta sobre o Movimento Negro de Campina Grande, torna-se necessária uma análise crítica dos estudos já realizados quanto a essa organização social, assim como se faz relevante observar as pesquisas existentes sobre o movimento negro no Brasil. Essas reflexões historiográficas permitem uma visualização mais contextualizada da nossa pesquisa e, de igual maneira, ajudam-nos a ponderar sobre questões a serem problematizadas sobre o MNCG e suas relações com a dimensão educacional.

No primeiro tópico desse capítulo, analisaremos algumas características da História da Educação da População Negra, dimensão de estudo à qual nosso texto se vincula. Na parte seguinte, refletiremos sobre a historiografia do movimento negro no Brasil para melhor

⁶ Escolhemos realizar um debate historiográfico ao invés de uma pesquisa de “Estado da Arte” – abordagem de pesquisa bibliográfica que vem sendo bastante utilizada atualmente nos estudos da História da Educação. Isto porque acreditamos que a construção de um balanço crítico historiográfico não se desdobra em prejuízos analíticos para a presente pesquisa.

localizarmos nosso estudo em torno do Movimento Negro de Campina Grande, que surgiu como um desdobramento do Movimento Negro Unificado (1978).

Logo após, estabeleceremos um tópico dedicado ao debate acerca das relações entre movimentos sociais negros e a pauta educacional. Constata-se que a educação se tornou a principal bandeira de luta do Movimento Negro brasileiro no decorrer do século XX. Refletir quanto às razões e às causas do protesto negro por educação configura-se como central no nosso trabalho. Ademais, essa tendência de luta também se faz presente na agenda política do MNCG.

Finalizaremos o segundo capítulo com uma análise dos estudos já realizados sobre o Movimento Negro de Campina Grande, dito com outros termos, indicaremos um balanço historiográfico, verificando tendências, distanciamentos, lacunas e contradições nos estudos já realizados a respeito desse coletivo negro em análise. Para, assim, melhor nos situarmos em relação ao nosso grupo social de estudo – MNCG.

O terceiro capítulo é dedicado a estudar as vicissitudes do Movimento de Campina Grande e suas demandas educacionais. No tópico inicial, discorreremos a respeito do processo de formação do MNCG, da mesma maneira refletiremos sobre o contexto histórico da época. Essa abordagem se apresenta como um aspecto incipiente nos trabalhos que já estudaram esse movimento social. Neles, apenas se informa, de maneira breve, que o MNCG surgiu, em 1986, no “I Encontro Afro-brasileiro Campinense” (Farias, 2001, 2004; Ferreira, 2009; Ribeiro, 2014; Silva, 2015, 2018; Sales, 2021; Elias, 2022).

Assim como também, esses estudos não tratam a educação como eixo central de análise das lutas efetivadas pelo Movimento Negro de Campina Grande. Logo, esse tópico pretende contribuir para o debate acerca do surgimento do MNCG e da importância da educação para tal organização negra. Após esses apontamentos, dedicamos mais quatro tópicos ao Movimento Negro de Campina Grande.

O segundo trata das principais ações realizadas na cidade de Campina Grande, no recorte de 1986 a 1987, um período até então nunca analisado com atenção. Já o terceiro, examina os eventos e as ações dos militantes negros campinenses em torno do centenário da abolição (1988). Sobretudo nos esforços do MNCG para denunciar a farsa das comemorações organizadas pelo governo federal referente ao 13 de maio de 1988. Com efeito, o Movimento Negro de Campina Grande exerceu um processo de educação antirracista por meio da luta pela memória.

Por sua vez, o quarto tópico é voltado a sopesar a cartilha do “Centenário da Abolição

– 100 anos de libertação fictícia (1888-1988)”. Nessa parte, indicamos a hipótese de que esse documento se configura como o primeiro material didático publicado sobre educação para as relações étnico-raciais no estado da Paraíba e em Campina Grande. Mesmo assim, essa obra nunca foi analisada, somente esteve mencionada nos estudos dedicados ao MNCG. A cartilha do centenário da abolição tinha como principais características as reivindicações do “20 de novembro – Dia da Consciência Negra” – como data simbólica para o povo negro campinense e a exigência da inclusão da História da África e do Negro no Brasil.

Na quinta parte desse terceiro capítulo, estuda-se como ocorreu o processo de letramento racial desenvolvido pela organização negra campinense ao denunciar e protestar contra o racismo reproduzido na música “Galeguin dos zoi azu”, de Genival Lacerda e João Gonçalves, no programa humorístico “Os Trapalhões” e na peça de teatro “Fogo-Fátuo”, de Lourdes Ramalho. Dessa forma, o MNCG levantava um debate educacional público até então ausente na cidade, a saber: as manifestações culturais podem disseminar valores racistas. Da mesma maneira, apontava-se a necessidade de não aceitar a naturalização disso, mesmo em obras aparentemente despretensiosas.

No quarto capítulo, a presente pesquisa se debruça sobre as lutas e atuações do Movimento Negro de Campina Grande no contexto da Lei 10.639/2003. Inicia-se com a primeira parte dedicada a refletir acerca da agenda de luta educativa antirracista, tendo como horizonte a constituição de 1988. Em seguida, analisaremos o contexto nacional do protesto negro na década de 1990. No terceiro tópico, pesquisaremos sobre a importância da participação do coletivo social negro campinense em três espaços, quais sejam: Encontro para Nova Consciência, Sessão Especial do Dia da Consciência Negra na Câmara Municipal de Vereadores de Campina Grande e o Encontro Estadual do Movimento Negro.

Por seu turno, o quarto tópico reflete sobre como as palestras se tornaram o principal eixo de mobilização do MNCG. Aspecto que ressalta o caráter educativo desse movimento social, em razão de que os militantes negros ocuparam espaços em escolas, universidades, SABs e mídia, para ministrar aulas sobre a temática racial. Preenchendo uma ausência existente num currículo educacional fortemente eurocêntrico, ao mesmo tempo em que foram protestando e exigindo ambiente para o conteúdo da história e da cultura do povo negro na escola e na sociedade.

Já o quinto tópico, examina a recepção do Movimento Negro de Campina Grande ao caloroso debate presente na sociedade brasileira, nos anos 2000, sobre a implementação das cotas raciais no ingresso ao ensino superior. Essa discussão causou grande atenção da opinião

pública no Brasil, fazendo surgir clivagens e desentendimentos entre setores do protesto e de pesquisadores negros. Dado, igualmente, presente em Campina.

A última parte desse capítulo se dedica a ponderar sobre os dez anos de implementação da Lei 10.639/03. Entre 2003 e 2013, o protesto negro campinense canalizou muita energia para tal dispositivo legal ser efetivado no município de Campina Grande. Para tanto, foram realizados pelo MNCG seminários, palestras, acionamentos na justiça, entre outras ações. Por fim, retomarei alguns aspectos postos no decorrer do trabalho e apresentarei as considerações finais da pesquisa, fazendo, por assim dizer, um balanço do nosso estudo, nos seus pontos de possibilidades e de redimensionamentos.

CAPÍTULO 1 – TRILHAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DA PESQUISA

1.1 – Aspectos de uma pesquisa vinculada à História do Tempo Presente

Por mais recuado no tempo que seja o objeto de análise, os olhares lançados pelo historiador ao passado acontecem através das lentes do tempo presente. Esse pressuposto em torno da escrita da história sinaliza que a mudança também é parte inerente do conhecimento histórico, visto que as sociedades se transformam constantemente. Nesse sentido, as interpretações de eventos passados são disputadas e direcionadas a cada geração, a partir das suas próprias demandas do passado, do presente e das expectativas de futuro.

Marc Bloch (2001) afirma que a História, além de ser um estudo sobre o homem, é uma ciência do homem no tempo. Assim, ele chama a atenção para o fato de que a ciência histórica não se refere tão-somente a um conhecimento preocupado e/ou sintonizado com o passado. Portanto, o tempo é visto como um dado muito mais complexo no *métier* do historiador. Nessa perspectiva, presente e passado são eixos comunicantes, logo, são os problemas levantados pela pesquisa histórica que modulam essa relação.

Jacques Le Goff (2013), numa visão próxima a de Marc Bloch (2001), aponta que toda história é contemporânea, em virtude de que ela atende às perguntas feitas no presente. Nessa perspectiva, Le Goff (2013, p. 53) reflete sobre a compreensão de que “a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado presente”. Portanto, de acordo com esses historiadores, o conhecimento histórico se torna resultado da sociedade em que é gerado e com ela mantém diálogos constantes.

Não obstante esses entendimentos, certa visão positivista da História apregoa que, preocupado em trazer a verdade dos fatos, configura-se como importante a maior distância temporal entre o historiador e o seu tema de investigação. Porquanto, supostamente, já se conhece o contexto maior dos fatos ocorridos no passado e de seus desdobramentos. Nessa perspectiva histórica, o distanciamento mais dilatado em relação ao tempo pretérito, permitiria a pesquisa histórica uma visão mais objetiva dos acontecimentos.

Tal percepção pode ser denominada de visão “retrospectiva da História”, que estabelece que o maior recuo no tempo garantiria uma visão “mais segura” da pesquisa histórica. Desse jeito, o historiador deveria pesquisar, efetivamente, quando não mais existissem seres humanos vivos do recorte histórico selecionado em seu trabalho. Em síntese, a visão retrospectiva trabalha com “processos históricos cujo desfecho já se conhece” (Ferreira, 2018, p. 82). Cabe, presentemente, sublinhar que os estudos do tempo presente não

pretendem desconsiderar a legitimidade dos espaços das pesquisas de períodos mais recuados no tempo. Ao contrário dessa noção, o HTP surge para enriquecer o campo de estudos do conhecimento histórico.

Ainda sobre esse tema, Marieta Ferreira (2018) ressalta a força dessa concepção de História no Brasil. Ela demonstra que os primeiros cursos de História existentes no país – da Universidade de São Paulo, em 1934; da Universidade do Distrito Federal, em 1935; e da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, em 1939 – privilegiavam no currículo temporalidades recuadas, tais como: “Brasil colonial”, “Antiguidade Clássica” e a “História Moderna”, entre outras.

Segundo Ferreira (2018) esse quadro mudou no decorrer dos anos, sobretudo, a partir do final da década de 1970, com o processo de reabertura política e da emergência, nos grandes centros urbanos, de novos partidos políticos e de movimentos sociais e sindicais, entre outros tantos fatores contribuintes. Para Ferreira (2018), a criação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), em 1973, representou um marco no processo de valorização da história contemporânea.

A visão retrospectiva da História não tem muito espaço hoje na historiografia, por razão do reconhecimento dos limites do conhecimento em torno dos estudos do passado. Admite-se que não é possível restituir integralmente a história de um tempo já esvaído. Esses limites constitutivos da pesquisa, no entanto, não se tornaram impedimentos para o trabalho do historiador, em razão de que a análise crítica de documentos, das fontes e dos vestígios deixados pelo ser humano na sua passagem pela terra, somado ao aparato metodológico e teórico, possibilitam à história uma visão mais aproximada dos fatos ocorridos em tempos pretéritos. Portanto, o conhecimento histórico se vale de procedimentos rigorosos de lógica histórica, subsidiado em dados concretos da realidade, em levantamentos de provas, construção textual e na sustentação delas perante seus pares (Thompson, 2021).

Além dessas questões, não se pode olvidar o compromisso com a “veracidade” estabelecido no trabalho elaborado pelo historiador, essa questão é uma das pedras de toque desse ofício. Daí a busca incessante pelos vestígios e fontes históricas, por um melhor subsídio teórico-metodológico para lidar com elas, assim como a submissão de seu texto à análise de leitores especializados. Segundo François Bédarida (2000, p. 222, grifo nosso):

Não obstante, e sem cair, assim espero, no ubris, declaro abertamente que a despeito de tudo a busca da verdade deve ser explicitamente considerada a regra de ouro de todo historiador digno desse nome. Alfa e ômega desse ofício. Mesmo sabendo que não conseguiremos jamais dominar essa

verdade, mas apenas se aproximar dela. Chama vacilante e frágil da noite, mas que apesar de tudo ilumina o nosso caminho e sem a qual mergulharíamos nas trevas. De fato, a verdade histórica provém da interface entre os componentes do passado, tal como ela nos chega através de seus vestígios documentais, e o espírito do historiador que o reconstrói, buscando conferir-lhe inteligibilidade.

Em relação a esses pontos voltados aos desafios e possibilidades da pesquisa em História, José D'Assunção Barros (2013) traz uma reflexão muito importante sobre a problemática da “retrodição”, que pode ser lida como a noção presente no conhecimento histórico, diferente de outras ciências, de se examinar assuntos já sucedidos no tempo e no espaço.

Portanto, o historiador, quando inicia o seu estudo, geralmente, já sabe, além do contexto maior do ocorrido, do futuro próximo dos desdobramentos de assuntos relacionados ao tempo passado. Em outras palavras: “fazer uma retrodição é presumir uma causa para um evento; é estender um olhar para trás buscando a sua origem ou algum elo que está faltando em determinada cadeia causal explicativa” (Barros, 2013, p. 209).

Esses aspectos se exacerbam quando se perde de vista a visão crítica diante do tempo presente em que se olha para o passado, bem como acerca do próprio passado destituído de possibilidades dinâmicas e variáveis. Em outras palavras, olha-se para o ido até o tempo presente como desdobramentos de acontecimentos lineares e inevitáveis, numa cadeia de causa e efeito. Essa concepção pode causar um olhar viciado do historiador para o pretérito, desse modo, engessando e diminuindo a complexidade do horizonte de ações e de expectativas dos sujeitos presentes na história.

Exemplificando, um historiador que se propõe a pesquisar a vida dos(as) escravizados (as) de uma determinada região do Brasil, tendo como recorte temporal 1850-1860, parte do conhecimento de que anos depois surgirão várias leis abolicionistas, como a Lei do Ventre (1871), Lei dos Sexagenários (1885) e a Lei Áurea (1888), essa última assinada pela princesa Isabel e que decretou o fim do cativo. Sabe-se também que a escravidão chegou ao fim e também das consequências imediatas dessa questão para o futuro da nação e dos libertos.

Contudo, os homens e as mulheres escravizados(as) que viveram o período assinalado (1850-1860) não tinham esse conhecimento, eles(as) viveram suas vidas e detinham um conjunto bem complexo de expectativas de presente, futuro e passado. E tentar compreender e/ou se aproximar das visões próprias desses sujeitos diante de si e da sociedade em que viviam, converte-se no grande desafio para o historiador. Perder do horizonte de análise essa noção de enredamento em torno do presente do passado torna acanhada a visão estabelecida

numa pesquisa histórica.

Então, dessa forma, não é o recuo temporal que garante uma leitura mais aproximada do acontecido, mas sim a análise crítica e contextualizada do tempo passado/presente. Segundo José D'Assunção Barros (2013), um dos aspectos mais interessantes na História do Tempo Presente reside no fato de que:

Se por um lado, oferece aos historiadores, que a ela se dedicam uma perigosa floresta de possibilidades diante da qual já não há a aconchegante clareira de um futuro conhecido, oferece-lhes, de outro lado, uma nova possibilidade de aprendizado acerca do fazer histórico. O historiador, aqui, poderá reeducar o seu olhar. Percebendo em seu próprio presente que todas as possibilidades estão em abertos, diante de um futuro ainda não determinado, *o historiador pode aqui reaprender aquilo de que não deveria ter um dia esquecido: também os atores históricos de qualquer passado que ele examine, do mais recente ao mais distante, tiveram um dia diante de si um labirinto de possibilidades abertas; para cada um deles a História foi uma tomada de decisão, o momento em que o futuro estava em jogo, sendo possível conduzi-lo para um ou para outro lado.* Percebendo as centelhas que se formam no seu próprio tempo presente, o historiador pode voltar para o passado mais distanciado um olhar mais humano. (Barros, 2013, p. 243-244, grifo nosso)

Dessa maneira, Barros (2013) chama a atenção para o aspecto dinâmico e complexo nos estudos da História, pois se trata, antes de tudo, de uma operação difícil de ser realizada. Essas questões sobre a História do Tempo Presente ajudam-nos a melhor refletir acerca do nosso estudo, pois analisaremos as lutas de militantes negros campinenses por e na educação num recorte próximo (1986-2013) ao tempo da escrita. Outrossim, os militantes do MNCG, que estão colaborando com suas memórias, estão vivos e, da mesma maneira, encontram-se no contexto em que foi se construindo a pesquisa.

Quando esses homens e mulheres vinculados ao Movimento Negro campinense iniciaram sua militância, na década de 1980, eles(as) não dispunham da visão que temos de hoje, de décadas depois, nas quais algumas de suas reivindicações históricas seriam contempladas em leis públicas direcionadas pelo estado brasileiro e o município de Campina Grande.

Desse modo, em relação ao estudo desenvolvido sobre temas próximos ao tempo da escrita do historiador, torna-se necessário estabelecer uma pesquisa que se vale de uma variedade de fontes e de um cotejamento entre elas, para se ter uma melhor visão de conjunto do objeto em análise.

Por seu turno, o fato da existência de testemunhas vivas estabelece um cuidado adicional na intervenção historiográfica, sobretudo, no trato dos documentos orais, em razão de que o escrito e/ou narrado pode ser questionado pela memória das fontes ainda vivas.

Ao abordar um tema em História com o recorte do tempo presente, outros desafios são adicionados. Entre tantos, destaca-se o fato de não se saber efetivamente quais as fontes são mais importantes e quais as secundárias, pois não existiu um maior intervalo de tempo para depurar tal conhecimento. Outra questão posta é a dificuldade de estabelecer uma visão de regularidades quanto ao tema analisado, assim como os riscos dos excessos de se evidenciar os fatos sem maiores problematizações contextuais.

Entretanto, pontua-se como relevante não confundir o tempo presente com o instante agora, pois não estamos nos reportando aos estudos de acontecimentos do momento imediato. Nesse sentido, tempo presente se refere, em primeiro lugar, à “análise dos desdobramentos dos processos humanos enquanto eles ainda estão ocorrendo de forma contemporânea ao historiador” (Oliveira, 2022, p. 32).

Existe na História do Tempo Presente uma preocupação sobre temas e questões que continuam afetando a sociedade, assim como assuntos e problemáticas que se desenrolam de maneira recorrente, especialmente, quando se trata de questões estruturais e enraizadas na vida cotidiana das pessoas, como exemplo, o racismo no Brasil (Almeida, 2019; Fernandes, 2021; Oliveira, 2021).

Ao focarmos nos estudos das lutas por educação estabelecidas por militantes negros no período mais recente da história da educação brasileira, observamos uma problemática que deita raízes em lutas vigentes desde o pós-abolição (13 de maio de 1888) até os dias atuais (Domingues, 2013; Gomes, 2022).

Com efeito, o problema levantado, nesta pesquisa, localiza-se em um contexto histórico maior no qual o racismo se institui como parte da ordem social econômica no decorrer da história do país, tendo reverberações em várias dimensões do mundo social, entre elas, a educacional.

Os estudos em história reivindicando o tempo presente como campo historiográfico têm como marco a criação do *Institut d' Histoire du Temps Présent* (IHTP), no ano de 1978, na França, sob a liderança do historiador François Bédarida. O instituto reuniu, no início, um grupo de historiadores interessados em “conhecer a mentalidade francesa em torno da ocupação nazista entre 1940 e 1944” (Oliveira, 2022, p. 34).

O interesse pela História do Tempo Presente, na França e em outros países da Europa, manifesta-se com mais evidência a partir dos anos 70 do século XX, estando conectado aos traumas advindos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), do Nazismo, do Fascismo e do Holocausto. Numa época em que o mundo estava em plena transformação, afetado por uma acirrada Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética (1945-1991), e também com o visível espectro de um conflito nuclear no horizonte de possibilidade.

Soma-se, a esse cenário, o processo de descolonização de países africanos e da exposição da responsabilização de potências europeias nas suas políticas imperialistas, assim como o surgimento de eventos de grande repercussão como o maio de 1968 e a emergência de grupos sociais minoritários de direitos em suas reivindicações por políticas públicas, por exemplo, as mulheres e os negros.

Dessa forma, eram historiadores e pesquisadores impactados pelo trauma de um passado recente ligado à Segunda Guerra (1939-1945) e suas consequências, que tinham o interesse em redimensionar e aprofundar uma melhor compreensão sobre esses acontecimentos, problematizando a partir da ótica das minorias e das vítimas das experiências de opressão. Em outros termos, estavam preocupados em trazer para o proscênio novas memórias e estudos históricos compromissados com as vítimas dos episódios de violências vivenciadas na primeira metade do século XX, em razão de que as marcas dessas catástrofes permaneceram abertas.

Mesmo antes do IHTP, por matizes teóricas diferentes, essas questões já estavam expostas na História e Filosofia. Nesse último caso, com outros contornos próprios, pelos estudiosos vinculados ao Instituto de Frankfurt.⁷ Filósofos como Theodor W. Adorno e Walter Benjamin refletiram acerca de muitas dessas questões em torno das confrontações do passado com o presente a partir do ângulo da justiça para com os oprimidos da história.

Para Adorno (2020), diante das permanências das causas e dos valores que possibilitaram os horrores da Segunda Guerra e do Holocausto, era necessário “elaborar o passado”⁸, que significa superar no tempo presente as causas que possibilitaram o arbítrio ocorrido no passado. Segundo o estudioso, se posta como urgente recusar o sentido da

⁷ O Instituto de Frankfurt surgiu na Alemanha, no ano de 1923, e reuniu um conjunto de pensadores: Marx Horkheimer, Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse, Hannah Arendt, Walter Benjamin, Leo Lowenthal, Eric Fromm, Karl Wittfogel, entre outros(as). Os(as) estudiosos(as) vinculados(as) a essa escola estabeleceram uma releitura das ideias de Karl Marx e de outros filósofos, apontando uma variedade de reflexões em torno do campo da cultura e problematizando as contradições do projeto de esclarecimento imerso em uma sociedade capitalista. Esses(as) pensadores(as) formularam, em vista disso, uma “teoria crítica” do conhecimento extremamente relevante para a história do pensamento. Para mais informações, MATOS, Olgária C. F. **A escola de Frankfurt: luzes e sombras do iluminismo**. São Paulo: Editora Moderna, 1993.

⁸ Esse é o título da conferência escrita por Adorno, em 1963.

inevitabilidade de um processo histórico pré-definido, um *télos*, visto que o presente é histórico e se encontra aberto para transformações e rompimentos com as condições sociais objetivas (Leo Maar, 2020).

Adorno (2020), para além da história, também destaca o papel da educação no processo de emancipação humana⁹, todavia, o acesso ao processo educativo formal, por si só, não garante a formação do espírito crítico. Por sua vez, apresenta-se como necessário que “a educação seja uma educação para a contestação e para a resistência permanente” aos enquadramentos históricos aos quais os seres humanos se encontram submetidos (Adorno, 2020, p. 200).

Walter Benjamin (1994), em suas teses sobre o conceito de história, estabelece chave de leituras conexas a muitos indicativos referentes aos estudos da história do tempo presente. O autor se contrapõe a historiografia historicista de seu tempo, que destacava os estudos de uma história que privilegiava as elites e os grandes homens, numa visão de progresso como sinônimo da evolução humana.

Numa visão benjaminiana, da qual compartilhamos, a história deve ser escrita a “contrapelo”, na contramão dos estudos que privilegiam os grupos dominantes, em virtude da importância de o historiador estudar sob a perspectiva dos oprimidos do passado e do presente. Ao escrevermos um estudo referente aos militantes negros campinenses, estamos focando num movimento social marcado pela precarização estrutural, que se propôs a combater o racismo presente e naturalizado na sociedade. Muitas das ações, eventos e atividades antirracistas efetivadas pelo MNCG não estão registradas em livros de história, nem preservadas em espaços de memórias, tampouco se configuram como tema de interesse da maioria dos pesquisadores.

Para Walter Benjamin, essa perspectiva de uma escrita em contraposição à ordem dominante, trata-se de uma necessidade diante do processo contínuo de exceção engendrado pelo sistema capitalista. Nesse sentido, a relação presente e passado se conjuga por meio de diálogos permanentes. Nos termos de Benjamin (1994), em uma de suas mais conhecidas teses, a VI¹⁰, tem-se:

⁹ Adorno (2020) proferiu a palestra “A educação após Auschwitz” em 19 de abril de 1965, que depois foi publicada no livro “Educação e Emancipação” (2020), em que se tem algumas ponderações acerca do papel primordial da educação contra a barbárie.

¹⁰ São textos de grande densidade filosófica e histórica, que foram escritos em um momento de tentativa de fuga de Walter Benjamin da Europa. Um período de muita apreensão em torno do presente/futuro vivenciado pelo filósofo, que, diante de sua detenção por forças aliadas ao nazismo, em uma atitude limite, suicidou-se. Dessa maneira, essas teses retratam esse período de encalacrada vivenciada pelas forças aliadas e pelo autor. Para uma análise mais detalhada desses textos, recomenda-se o estudo realizado por Michael Löwy intitulado **Walter**

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência como os que a recebem. Para ambos, o perigo único é o mesmo: entregar-se às classes dominantes. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem somente como salvador; ele vem também como vencedor do Anticristo. *O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.* (Benjamin, 1994, p. 224-225, grifo nosso)

Benjamin (1994), no contexto histórico de plena ascensão do nazismo, demonstra que a história é uma construção que não visa trazer o passado integralmente, mas que deve se apropriar dos vestígios e das imagens possibilitadas numa vinculação aos embates voltados ao tempo presente, redimindo as lutas e os projetos não consumados dos grupos espoliados no passado. Sumarizando, este pensador também postula uma história crítica e conectada às noções mais complexas em relação ao tempo.

Sintetizando, Adorno (2020) e Benjamin (1994) estabeleceram, em suas principais ideias em torno do conhecimento histórico, muitos temas de interesse da História do Tempo Presente, isso bem antes do processo de institucionalização desse campo historiográfico, que ocorreu a partir de 1970. Acerca dessa questão, no âmbito da historiografia, também se pode citar o texto “A estranha derrota” (1940), escrito por Marc Bloch (2011), um testemunho crítico sobre os impactos da derrota do exército francês para as tropas alemãs na Segunda Guerra.

Elaborado no calor do momento, trata-se de um importante trabalho de História do Tempo Presente, no qual Bloch (2011) mobilizou toda sua erudição e experiência de historiador para refletir sobre as condições que levaram a capitulação da França ao nazismo. Todavia, esse texto foi além do imediato e se valeu de um levantamento impressionante de informações e de dados sobre a história francesa, tendo como foco as questões militares. Ponderando quanto aos desafios desse texto, Marc Bloch (2011, p. 7, grifo nosso) reflete que:

Escrever e ensinar história: este é, há quase 34 anos, o meu ofício. Ele me levou a folhear muitos documentos de épocas diversas para fazer, o melhor que pudesse, uma triagem entre o verdadeiro e o falso; e também a olhar e observar muito. A atenção particular que dediquei, em meus trabalhos, à

questão rural acabou por me convencer de que sem contemplar o presente é impossível compreender o passado.

Portanto, Marc Bloch (2011) deixou um belo exemplo testemunhal acerca de um dos momentos mais críticos da Europa no século XX, um texto igualmente impactado pela História do Tempo Presente, tornando-se um estudo emblemático desse campo da historiografia.

O historiador marxista Eric Hobsbawm também nos legou, no livro “A era dos extremos – o breve século XX” (1995)¹¹, um valoroso estudo de HTP¹². Hobsbawm, que nasceu no ano de 1917 e faleceu em 2012, viveu grande parte do século XX, o qual ele nomeou de “breve” período. Tal estudioso defende a ideia de que o século passado pode ser interpretado como um momento de avanços tecnológicos nunca visto antes na Humanidade, ao tempo que também foi uma época permeada de catástrofes e de guerras de dimensões inimagináveis na história, daí a concepção de “a era dos extremos”.

Hobsbawm (2013)¹³, ao refletir sobre os grandes desafios e as possibilidades encontradas na escrita de um estudo vinculado à história do tempo em que se vive, destaca o caráter surpreendente dos eventos ocorridos durante o século XX que ele estudou e presenciou. Ao olhar com mais atenção para essas questões, Hobsbawm (2013) constatou o quanto o presente é uma dimensão de múltiplas e inesperadas aberturas. No tocante ao recorte histórico analisado, ele pondera que a “experiência fundamental de todos que viveram grande parte deste século é erro e surpresa. O que aconteceu foi, quase sempre, totalmente inesperado” (Hobsbawm, 2013, p. 310).

Dessa maneira, Hobsbawm (2013) estabelece a compreensão de que o tempo presente é um espaço marcado por múltiplas possibilidades, algumas planejadas e/ou desejadas, mas outras tantas inesperadas e surpreendentes. Aspectos que são extensivos ao presente passado de homens e de mulheres que vivenciaram suas vidas em épocas anteriores.

No Brasil, os estudos acerca da História do Tempo Presente tiveram outros marcos temporais. Nesse caso, o fim da Ditadura Militar (1964-1985) foi muito impactante para o crescimento desse campo historiográfico. Desponta com o processo de redemocratização do país um grande interesse em se estudar o período do regime militar brasileiro a partir do ângulo das vítimas, sendo uma tentativa de busca por reparação no campo da memória social.

¹¹ HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita; Revisão técnica de Maria Célia Paoli. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹² História do Tempo Presente.

¹³ Recomenda-se também a leitura do capítulo “O presente como história”, publicado em 1993, meses antes da publicação da obra “A era dos extremos” (Hobsbawm, 2013).

Ademais, muitos algozes e violentados desse período da história brasileira ainda se encontravam vivos, sendo testemunhas imprescindíveis para se ter acesso a mais informações relativas a esse passado em disputa no Brasil.

Igualmente nesse contexto, com a entrada dos movimentos sociais na arena política e de seus tensionamentos com o Estado, tem-se também uma série de reivindicações voltadas para a memória nacional. Por exemplo, os movimentos sociais negros contemporâneos vão exigir que aspectos culturais, as experiências de resistências e de violências vivenciadas pelo povo negro brasileiro, estejam presentes no currículo e na história do Brasil.

Segundo Marieta Ferreira (2018), o campo da História do Tempo Presente no Brasil foi ampliado a partir dos impulsos possibilitados pela História Oral. Sobretudo, no momento de redemocratização do país e das disputas em torno da memória social da ditadura militar, assim como das reivindicações das populações negras e indígenas.

Dessa forma, a História Oral, no início dos anos 1990, foi o elemento de estímulo para a afirmação da HTP no Brasil, em razão de que “por meio da história política e dos desafios trazidos pelos debates acerca das memórias dos grupos excluídos, ocorreu um crescimento exponencial dos trabalhos” desse campo historiográfico no país (Ferreira, 2018, p. 99).

Tal expansão pode ser reivindicada pelos estudos da História da Educação, dada a possibilidade de se estudar temas mais recentes no processo educativo brasileiro, sobretudo, quando partimos da noção de que o tempo presente é de fundamental importância para se estudar o passado. Ademais, são eixos interligados, pois, habitualmente, se parte com questões do presente para o tempo passado, bem como se percebe que o hoje é constantemente afetado pelo ontem, do mesmo modo que o passado é modulado pelo presente (Le Goff, 2013).

Dessa maneira, a educação faz parte de projetos políticos de sociedade e de disputas de poder no contexto histórico; refere-se a uma prática social constituída por sujeitos. Logo, torna-se relevante ter acesso às fontes oriundas desses indivíduos e de suas práticas. E esses projetos e sujeitos são pleiteados também no campo da análise histórica. Ainda sobre a História da Educação, Scocuglia (2007, p. 14) indica que:

Portanto, a história da educação do tempo presente é determinante das descobertas da história da educação do passado vivo. Em outras palavras, podemos argumentar que a história da educação do tempo presente não é só importante em si mesma, mas é também determinante do conhecimento do passado. As histórias da educação do tempo presente reconstroem as histórias da educação do passado, sendo, portanto, fundamentais para a

história e a historiografia da educação – do passado, do presente e da projeção do futuro.

Nessa configuração, as pesquisas em torno de temas do tempo presente devem ser encaradas como via de possibilidades nos estudos da história da educação no Brasil, principalmente, depois das transformações sofridas no âmbito educacional após a ditadura militar. Da mesma maneira, não se pode negligenciar a relevância dos movimentos sociais que adentraram no cenário político nacional, pressionando o poder público, exigindo políticas públicas de reparação educacional e de memória.

Essas duas últimas questões se apresentam como as principais bandeiras do movimento negro contemporâneo, que teve como consequência mais recente o surgimento de leis e políticas públicas educacionais de recorte racial. Esses atores coletivos fazem parte da história da educação da população negra brasileira e paraibana, requerendo, assim, mais estudos e reflexões.

1.2 – Das fontes impressas dos jornais às páginas da internet

O acontecimento passado se conforma como um espaço não possível de restituição completa, por não ser factível voltar ao tempo para fazer a análise necessária, e, mesmo que fosse, os vários pontos de vista conflitantes impossibilitariam tal intento. Esse limite incontornável se apresenta como uma das principais características da pesquisa histórica. Apesar disso, os rastros, os fios e os documentos deixados pelos seres humanos na sua passagem pela terra, permitem ao historiador elaborar um estudo que se aproxime do ocorrido.

Segundo Marc Bloch (2001, p. 78), na nossa subordinação ao passado, nós, historiadores, estamos presos a conhecê-lo apenas por meio de [seus] vestígios, “consequimos, todavia, saber sobre ele muito mais do que ele julgara sensato nos dar a conhecer. [É, pensando bem, uma grande revanche da inteligência sobre o dado”]. Nesse sentido, os documentos utilizados como fontes históricas são validados a partir dos questionamentos levantados pelo pesquisador e da problematização elaborada pelo historiador.

Para Marc Bloch (2001), o acesso aos vestígios históricos, por si só, não garante um acréscimo qualitativo a uma pesquisa em História, tendo em vista que o mais importante são os problemas levantados no estudo, as questões apresentadas acerca dos documentos, bem

como a análise crítica e contextualizada sobre eles. No que se refere à compreensão de fontes históricas, José D’Assunção Barros reflete:

“Fonte histórica” é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente. As fontes históricas são as marcas da história. Quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de árvore de modo a que este sirva de sinalização aos caminhantes em certa trilha, quando um povo constrói seus instrumentos e utensílios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta – em todas essas situações, e em muitas outras, homens e mulheres deixam vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural. (Barros, 2019, p. 15)

Os documentos são elaborados em um determinado contexto histórico, são marcados por intencionalidades e relações de poder. Neles estão expostas muitas informações e dados, por outro lado, têm-se também imagens e informações implícitas, algumas vezes, intencionalmente silenciadas.

Na análise das fontes escolhidas neste estudo, utilizamos o “paradigma indiciário” proposto por Carlo Ginzburg (1989). Essa metodologia de análise documental se sustenta na atenção redobrada aos detalhes presentes nos artefatos e vestígios históricos, pois esse cuidado pode ser um mecanismo de acesso para a visualização de questões maiores e mais profundas.

Ginzburg (1989) designa uma recuperação histórica dos usos desse paradigma em vários ramos do conhecimento na história: do italiano Giovanni Morelli e seu olhar nos detalhes para averiguar a veracidade das obras de arte ao método investigativo implementado por Sherlock Holmes nas suas incursões investigativas presentes nas histórias assinadas pelo escritor Arthur Conan Doyle, entre outros exemplos desse método de investigação.

Em síntese, o traço que aglutina a melhor compreensão dos usos do paradigma em análise se dá na “capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (Ginzburg, 1989, p. 152). Porém, faz-se necessário estabelecer uma coerência teórica no uso do “indiciarismo” como via de análise¹⁴ das fontes, pois Ginzburg (1989) defende a noção de que História é uma ciência que

¹⁴ Durante minha pesquisa bibliográfica, localizei alguns textos, no campo de história da educação, que conciliavam o método indiciário com a perspectiva teórica foucaultiana. Trata-se de uma incoerência de ordem lógica, por se tratar de duas concepções teóricas inconciliáveis.

se baseia em evidências e provas, por conseguinte, de um saber que se aproxima dos fatos ocorridos.

Portanto, sua postura teórica se apresenta numa contraposição às teorias pós-modernas¹⁵, especialmente, no que se refere à centralidade da linguagem como meio de representação do real, pois nessa concepção epistemológica a realidade e o real se constituem enquanto rede discursiva e jogos discursivos.

Em outras palavras, os dados da realidade seriam tramas discursivas que caberia ao pesquisador estabelecer uma análise sobre essas teias. O conhecimento histórico, nesse sentido, estaria mais próximo de uma arte, de uma trama de ficção, do que dos limites, das possibilidades e dos horizontes de uma ciência.

Logo, não é recomendado utilizar o “indiciarismo” proposto por Ginzburg (1989) sem considerar essas prerrogativas. Ainda a respeito do paradigma indiciário, cumpre refletir sobre algumas de suas bases de sustentação, a saber:

Se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a *idéia de totalidade deve ser abandonada*. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. *Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la. Essa idéia, que constitui o ponto essencial do paradigma indiciário ou semiótico* (Ginzburg, 1989, 177, grifo nosso).

Nosso trato com as fontes utilizadas neste trabalho compartilha muitos aspectos das ideias propostas por Ginzburg (1989), tanto nos aspectos vinculados à dimensão metodológica do paradigma indiciário, quanto na concepção de história compreendida como uma ciência atrelada aos subsídios das provas possibilitadas pelas análises dos vestígios históricos. São várias as fontes de pesquisa que aproveitamos neste estudo e cada uma foi verificada a partir de suas características próprias, bem como foram estabelecidos cruzamentos entre elas.

¹⁵ Na apresentação do seu livro “O fio e os rastros – verdadeiro, falso, fictício”, Ginzburg (2007, p. 9, grifo nosso) defende: “*contra a tendência do ceticismo pós-moderno de eliminar os limites entre narrativas ficcionais e narrativas históricas*, em nome do elemento construtivo que é comum a ambas, eu propunha considerar a relação entre umas e outras como uma contenda pela representação da realidade... Com as coisas nesses termos, não era possível combater o neoceticismo repetindo velhas certezas. *Era preciso aprender com o inimigo para combatê-lo de modo mais eficaz*”. Desse modo, não se pode desvincular o método do paradigma indiciário enquanto uma via de contraste às propostas teóricas de autores atrelados ao pós-estruturalismo, como, por exemplo, Michel Foucault. Dito isso, não estamos desconsiderando a importância desse filósofo para a História. Trata-se, antes de tudo, de um pensador que merece ser lido e relido, que trouxe relevantes contribuições para a historiografia. Contudo, não nos alinhamos aos pressupostos de sua apreensão sobre o conhecimento histórico. Para a visualização de uma crítica mais direta de Ginzburg a Foucault, vide a sua entrevista ao jornal Folha de São Paulo, em 13 de junho de 1999, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs13069912.htm>. Acesso em: 30 mar. 2023.

Os(as) militantes do Movimento Negro de Campina Grande produziram um *corpus* variado de textos e de documentos no decorrer do recorte histórico analisado (1986-2013). Ao estarmos vinculados a uma pesquisa do tempo presente, deparamo-nos com um leque bem variado de fontes históricas das quais, boa parte delas, acabamos por ter certa proximidade. Vivemos em um mundo burocratizado, onde foram ampliados os mecanismos de registros e de controle, especialmente com o advento da internet, aumentando exponencialmente as possibilidades de fontes documentais.

Esses fatores se configuram como uma das principais características desse campo historiográfico, tornando-se desafiador selecionar e depurar quais fontes merecem mais atenção e problematização (Hobsbawm, 2013). Por outra perspectiva, destaca-se a ampliação de documentos importantes, tais como as fontes orais de pessoas que viveram em determinados períodos passados. Essas testemunhas são de grande relevância para uma pesquisa histórica, por trazerem imagens singulares de acontecimentos passados.

Esse último ponto é muito significativo para a História da Educação, pois o processo educacional se constitui a partir de práticas humanas inseridas num contexto social e cultural. Afonso Scocuglia (2007) infere algumas questões em torno das fontes em uma pesquisa de história da educação tendo como recorte o presente, entre elas, que a HTP:

Nos oferece uma abundância de fontes até então desconhecidas ou não utilizadas e, especialmente, no caso da história da educação, os determinados depoimentos orais e outras fontes que nos aproximam, mais e mais, do fazer educacional, do que se passa no interior da sala de aula, das relações educador-educando, dos jogos de poderes embutidos em todo o processo educacional, enfim, do cotidiano educacional que só pode ser completamente reconstruído com a contribuição dos atores/sujeitos do processo educacional que é essencialmente prático. (Scocuglia, 2007, p. 30)

Dessa forma, os apontamentos indicados por Hobsbawm (2013) e Scocuglia (2007) demonstram ao historiador as possibilidades das fontes históricas em uma pesquisa contemporânea. No nosso recorte histórico (1986-2013), acompanhamos, com a chegada das tecnologias digitais, mudanças significativas nos meios de comunicação, a saber: a passagem de uma época marcada pela cultura do impresso para o mundo digital.

No último quartel do século XX, o jornalismo e a comunicação tinham no papel um dos seus principais meios de produção e circulação. Dados que foram sendo alterados no decorrer da primeira década do XXI. Esse cenário é importante destacar, em razão de que o Movimento Negro de Campina Grande atuou utilizando os meios de comunicação disponíveis do seu tempo.

Maria da Glória Gohn (2012) evidencia que os movimentos sociais surgidos no processo de transição democrática, como no caso do MNCG, utilizavam da educação enquanto instrumento de mobilização política e popular, gestando-se como “um processo permanente de aprendizagem a partir da prática, geradora de processos organizativos e de consciência social” (Gohn, 2012, p. 9).

Dessa maneira, os militantes negros campinenses produziram uma série de documentos que conservaram um tom educativo e político, com a intenção de despertar a atenção da população de Campina Grande para a problemática racial. Assim, podemos denominar esses vestígios de “fontes históricas voluntárias”, ou seja, materiais produzidos explicitamente com desígnios sociais e educacionais, tais como artigos de jornais, cartazes, folders, cartilha do centenário da abolição, artigos em plataformas digitais, entrevistas na mídia, palestras, entre outros. Com o passar dos anos e as mudanças tecnológicas, os sites e blogs se tornaram espaços de atuação para os textos que antes eram alocados nas páginas dos jornais impressos.

Ao analisar as fontes históricas da pesquisa em tela, ficou constatado que os principais líderes do MNCG foram, no início, os docentes Josemir Camilo e Benedito Antonio Luciano. Da década de 1990 em diante, destacaram-se os professores Jair Silva e Moisés Alves. Quando conversei com esses militantes negros campinenses em relação ao presente estudo, recebi prontamente caixas de documentos guardados sobre suas atuações enquanto membros do Movimento Negro de Campina Grande. Chamam a atenção os cuidados em torno desses arquivos pessoais, recortes de jornais, cartazes, listas de presenças de eventos, entre outros, preservados em pastas devidamente organizadas.

Vale ressaltar que, quando estava escrevendo o último tópico da pesquisa, tive acesso a uma caixa repleta de documentos relativos ao MNCG, entre os anos de 1986 a 1989, no Setor de Documentação e História Regional – SEDHIR da UFCG. Esse material foi organizado e doado pelo professor Josemir Camilo, na época, docente da UFPB-Campus II, antes de ele ir para a Inglaterra no início dos anos de 1990. Esse acervo é de grande riqueza, existem nele reportagens, fotos, questionários, projetos, recortes de jornais, entre outras fontes, devidamente separadas e guardadas com muito cuidado em sacos plásticos. Ainda deu tempo de inserirmos algumas informações valiosas para nossa pesquisa a partir desse acervo documental. Porém, apenas acessamos uma parte muito pequena do material disponível, que, de tão vasto, possibilita novas pesquisas sobre o protesto negro campinense e paraibano.

No caso de Josemir Camilo e Benedito Antonio Luciano, eles disponibilizaram textos detalhados de cronogramas de suas ações e de seus artigos publicados nos jornais enquanto militavam no coletivo negro campinense. Esses dois militantes campinenses iniciaram o MNCG nos anos de 1980¹⁶.

Ambos eram docentes do campus II da Universidade Federal da Paraíba e atuaram intensamente na imprensa, com muitos textos publicados referentes à temática racial. Por isso, utilizavam as páginas dos jornais para a luta antirracista, fosse o “Jornal da Paraíba”¹⁷, “Diário da Borborema”¹⁸, “Gazeta do Sertão”¹⁹, “A União”²⁰ ou “Correio da Paraíba”²¹.

Tais periódicos foram disseminados em Campina Grande até a primeira década do século XXI, visto que, com a ascensão da internet e da comunicação digital, os jornais impressos deixaram de circular na cidade, restando apenas “A União”, periódico oficial pertencente ao estado da Paraíba.

Desse modo, uma das nossas principais fontes são os jornais impressos e textos publicados em sites e blogs. No primeiro caso, analisaremos como os periódicos expuseram informações sobre o MNCG e verificaremos a produção de artigos escritos pelos militantes negros campinenses no recorte histórico indicado no presente estudo.

Em seguida, problematizaremos essas fontes, por compreendermos que os jornais não são meros meios de comunicação que trazem tão-somente informações com imparcialidade e neutralidade. São, primordialmente, veículos que divulgam visões de mundo de grupos

¹⁶ Esses professores até hoje mantêm colunas em sites. No caso do professor Benedito Luciano, ele escreve regularmente no “Paraibaonline”, que se apresenta como o principal portal de notícias do estado da Paraíba. Para mais informações: <https://paraibaonline.com.br/blogs-e-colunas/>. Acesso em: 01 abr. 2023.

¹⁷ Iniciou sua circulação em 5 de setembro de 1971 e migrou totalmente para a plataforma digital em 10 de abril de 2016, tendo surgido em Campina Grande com o objetivo de ser um jornal de circulação estadual (Souto Maior, 2023).

¹⁸ Iniciou sua tiragem em 02 de outubro de 1957 e encerrou sua circulação no ano de 2012. Foi fundado por Assis Chateaubriand. A coleção completa do Diário da Borborema se encontra aos cuidados da Biblioteca Átila Almeida, da Universidade Estadual da Paraíba, que teve a autorização de preservação desse valioso acervo, inclusive de acesso ao público interessado. Lamentável é que essa atenção não tenha sido estendida para os outros jornais do município, que se encontram avulsos, em vários locais e de difícil acesso. Cabe também destacar, que, entre 2023 e 2025, a Biblioteca Átila Almeida esteve fechada por problemas estruturais, o que acarretou na impossibilidade de voltar a estes jornais e de ter acesso a outras edições.

¹⁹ Trata-se do primeiro jornal de Campina e um dos primeiros do estado da Paraíba, que começou a circular no dia 1º de setembro de 1888, sendo fechado várias vezes e retornando em 1981, liderado por Edvaldo de Souza do Ó. Encerrou sua circulação em 1988 (Souto Maior, 2023).

²⁰ A União é um veículo de comunicação, gráfica e editora pertencente à Empresa Paraibana de Comunicação (EPC). “A União é responsável pela publicação do Diário Oficial da Paraíba, do histórico Jornal A União, fundado em 1893, e da “Revista Correio das Artes”, mais antigo suplemento literário em circulação no Brasil, criado em 1949. Para mais informações, vide: <https://auniaio.pb.gov.br/institucional/quem-somos>. Acesso em: 01 maio 2023.

²¹ Iniciou no dia 5 de agosto de 1953, no município de João Pessoa, e encerrou suas atividades em 2020 (Souto Maior, 2023).

existentes na sociedade. Essas fontes são concepções de poder e projeções de sociedade elaboradas por grupos sociais e econômicos.

Portanto, há uma miríade de intencionalidades nas páginas dos jornais, muitos explícitos e outros tantos implícitos e/ou não ditos. Essa fonte histórica se caracteriza pela periodização e possibilidade de longo alcance. Para além desses fatores, configura-se como um documento vinculado à ideia de reproduzir “a real” e/ou “a verdadeira” versão da informação, da “correta visão” dos acontecimentos do mundo social, cultural e político.

Na sociedade contemporânea brasileira, especialmente no decorrer do século XX, com o crescimento dos grandes e médios municípios, os periódicos informativos impressos diariamente ganharam importante papel na vida cotidiana dos cidadãos, tornando-se porta-vozes de grupos de poder e de parte das disputas políticas presentes na sociedade.

Em Campina Grande, a história da imprensa remete ao final do século XIX com a chegada do jornal “Gazeta do Sertão”, no ano de 1888, e continuou durante o transcorrer do século passado, sendo que até as primeiras décadas do século XX a imprensa impressa da cidade foi marcada pela precarização e pelo aspecto efêmero de duração dos periódicos, que surgiam e logo deixavam de existir.

Todavia, esses fatores sofreram alterações, a partir dos anos 50, com o crescimento econômico e populacional do município. Em pouco tempo, os jornais tiveram um caráter mais duradouro e profissional, sobretudo, com o surgimento dos periódicos “Diário da Borborema”, em 1957, pertencente ao grupo econômico liderado por Assis Chateaubriand, e “Jornal da Paraíba”, em 1971. Além deles, tem-se o retorno do jornal “Gazeta do Sertão”, no ano de 1981.

Além disto, no decorrer do último quartel do século passado, também foram distribuídos no município os jornais “Correio da Paraíba” e “A União”. Com efeito, boa parte da história de Campina Grande da segunda metade do século XX foi noticiada nos periódicos que atendiam a um público de leitores diários, configurando-se como parte da vida cotidiana de boa parte da população campinense e se convertendo em fontes históricas preciosas.

Prontamente, por ter essas características associadas aos aspectos do dia a dia de uma sociedade em determinadas épocas, os jornais se tornaram um *corpus* documental relevante para os historiadores. Ainda sobre esse ponto, releva destacar o caráter polifônico dos periódicos e dos muitos temas que se revelavam em suas páginas, possibilitando, assim, várias chaves de leitura para o pesquisador.

Por exemplo, os cronistas dos jornais trazem informações valiosas acerca do cotidiano, desvelam em palavras aspectos do mundo sensível e material de uma cidade, historiando, à sua maneira, detalhes preciosos do ritmo de vida e dos valores culturais e sociais de uma sociedade num determinado tempo. Para uma pesquisa em História, os jornais devem ser lidos a partir de algumas premissas, a saber:

Os jornais são atravessados por posicionamentos no tocante à realidade social, os quais se conectam visceralmente a certos interesses políticos, sociais e econômicos. A intenção de agir sobre a sociedade através de seus discursos sobre a realidade, e das informações que selecionam ou mesmo fabricam, é muito característica dos jornais – ou da multiplicidade de autores, profissionais, editores e sujeitos sociais neles envolvidos. É exatamente porque os jornais são instrumentos e campos de lutas, ocultando interesses políticos e sociais que podem ser desvelados através da análise do seu discurso, que eles se tornam particularmente interessantes para os historiadores que pretendem abordá-los ou como objetos de estudo ou como fontes históricas. (Barros, 2019, p. 183)

Dessa maneira, avaliaremos os textos produzidos pelos militantes negros campinenses nas páginas dos jornais, bem como as matérias vinculadas pelos periódicos sobre o MNCG. Além dessas fontes, examinaremos outros documentos produzidos pelo Movimento Negro, como os cartazes, atas de reuniões, folders e outros impressos. Dedicaremos uma atenção especial à “cartilha do centenário da abolição de 1988”, visto que se trata de um documento educacional permeado de imagens e informações interessantes quanto às projeções de educação reivindicadas pelo MNCG na época.

Ainda em relação aos jornais consultados, no recorte de 1986 a 2013, prescreveremos as reportagens que destacaram e/ou fizeram menção ao Movimento Negro de Campina e suas atividades, dando uma atenção “ao 13 de maio” e o “20 de novembro” de cada ano. Essas datas são emblemáticas para os movimentos sociais negros brasileiros. Notadamente foram os dias em que o MNCG foi se estabelecendo no município com evento e ações de maior abrangência, o que resultou em certa visibilidade da mídia, desdobrando-se em temas de reportagens e de matérias especiais. Todavia, o coletivo negro campinense também atuou fora dessas datas simbólicas e, igualmente, recebeu atenção em algumas reportagens.

Sobre os textos publicados nos jornais pelos militantes negros campinenses no período destacado na nossa pesquisa, Josemir Camilo e Benedito Luciano são os que mais escreveram. Trata-se de um conjunto de vários artigos²² relacionados às questões raciais. Já o Jair Silva também publicou textos em jornais impressos. Por seu turno, os demais militantes

²² Como consta nas referências.

colaboradores não publicaram artigos referentes ao tema do racismo nos periódicos diários da cidade e do estado.

Além dos jornais impressos, também analisaremos projetos de leis e outros documentos presentes na Câmara Municipal de Vereadores de Campina Grande, em razão de que o MNCG participou de sessões especiais e do processo de elaboração de leis educacionais referentes às relações étnico-raciais. Nesse sentido, as Leis 3.565/1997 e 5.337/2013 foram as duas principais normativas que indicavam a obrigação de se trabalhar a “Consciência Negra” nas escolas da rede municipal de educação²³.

Voltando aos jornais, sites e blogs, o nosso recorte histórico alcança o ano de 2013, período em que já temos os impactos do mundo digital e da internet no mundo e em Campina Grande. Nesse momento o espaço virtual se tornou presente na vida cotidiana de grande parte da população campinense.

Com efeito, a internet, com suas janelas e espaços interativos de navegação de pesquisas, impactou as relações sociais e culturais. Essas mudanças são extensivas ao mundo acadêmico, o processo de digitalização de monografias, dissertações e teses, assim como a existência de revistas científicas disponíveis em páginas da internet, tornam-se parte integrante da vida das pessoas que vivenciam o mundo da pesquisa científica.

A partir da primeira década dos anos 2000, surgiu a Web 2.0, que potencializou as possibilidades interativas da *World Wide Web* (WWW) entre usuários e sites. Dessa forma, os navegantes puderam se tornar produtores de textos, imagens, músicas e vídeos; tornou-se mais acessível à criação de páginas próprias na internet e nas redes sociais. A *Wikipédia*²⁴, *Youtube*²⁵, *Google*²⁶ e os blogs²⁷, são exemplos emblemáticos desse novo cenário. Nessa quadra histórica, os movimentos sociais ocuparam o mundo digital para atuarem em suas pautas de reivindicações e de denúncias, por sua vez, produzindo conteúdos que se configuram como documentos digitais, fontes históricas.

²³ Aqui cabe salientar as dificuldades de se pesquisar nesse espaço, não pelo acesso e pela colaboração dos funcionários, mas sim pelas condições abjetas do arquivo morto, que se tornou um depósito de quinquilharias. Esse ambiente corre o risco iminente de destruição, pois as fiações estão em estado avançado de deterioração. Após a defesa, pretendemos entrar com um requerimento junto ao Ministério Público – Patrimônio Público para discutir sobre a situação do acervo documental da Casa de Félix Araújo.

²⁴ Criada no ano de 2001 com o objetivo de se tornar uma “Enciclopédia livre e participativa, construída e atualizada por pessoas de várias partes do mundo” (Almeida, 2022).

²⁵ Trata-se de uma plataforma responsável pelo abrigo e compartilhamento de vídeos (Almeida, 2022).

²⁶ Empresa de busca online criada nos Estados Unidos no ano de 1998, tornando-se a maior do mundo até os dias de hoje. Para mais informações, vide: <https://olhardigital.com.br/2018/12/18/tira-duvidas/google-historia-curiosidades-e-tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-o-buscador/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

²⁷ Refere-se a um site de internet atualizado com certa frequência, no qual as modificações são feitas em ordem cronológica iniciada pela mais recente (Almeida, 2022).

Dados que estão presentes na história do Movimento Negro de Campina Grande, em razão de o militante negro campinense Jair Silva ter elaborado e publicado textos de denúncias em sites e blogs especializados na temática racial. A maioria desses artigos reflete reivindicações no campo educacional.

Quanto a essas questões, Fábio Chang de Almeida (2022) traz algumas reflexões pertinentes, muitas das quais estabelecemos diálogos no presente estudo. Ele discorre que a internet começou a fazer parte da vida cotidiana da maioria dos brasileiros a partir das duas últimas décadas, dados que geraram transformações nas comunicações entre as pessoas. E os impactos causados pelo mundo digital também se localizam no campo da História do Tempo Presente, impulsionando as fontes de pesquisa e o acesso a elas.

Essas repercussões também afetaram as investigações históricas com recorte de tempo mais recuado, em razão de que o processo de digitalização de jornais e documentos antigos se tornou, nos últimos anos, acessível aos pesquisadores interessados. Um bom exemplo dessa questão é o espaço possibilitado pela Hemeroteca Digital Brasileira²⁸, fomentada pela Biblioteca Nacional.

Almeida (2022) aponta que a internet possibilitou, por um lado, uma abundância de documentos digitais e algumas facilidades de pesquisas através do acesso a sites e links. Por outra via, o historiador, ao utilizar dessa ferramenta de pesquisa e dessas fontes digitais, deve estabelecer um olhar mais atento à veracidade e à origem dos conteúdos analisados, em razão de que muitos deles são constantemente compartilhados e reapropriados, bem como podem conter dados falsificados e utilizados inadvertidamente. Soma-se a esse cenário o caráter efêmero e dinâmico dos sites, que muitas vezes desaparecem com os seus respectivos conteúdos.

No que lhe concerne, mesmo diante de algumas limitações, os pesquisadores da História do Tempo Presente podem ter na internet uma fonte possível de pesquisa, por abrigar documentos digitais que registraram, à sua maneira, imagens e traços das visões de mundo dos seres humanos num recorte temporal mais contemporâneo. Sobre os documentos digitais, eles podem ser definidos nos seguintes termos:

Tentando construir um conceito o mais simples possível, podemos considerar que “documento digital” – seja aquele documento – de conteúdo imensamente variável – codificado em um sistema de dígitos binários. Tal

²⁸ O site reúne uma variedade impressionante de coleções de jornais, revistas e outros documentos antigos digitalizados e disponíveis para os usuários, com uma plataforma de buscas bem interativa e dinâmica. Para mais detalhes, vide: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 abr. 2023.

documento pode estar armazenado localmente em diversos suportes, como *pen drives* e *hands disks*. Também pode estar armazenado remotamente em servidores do tipo “nuvem”. (Almeida, 2022, p. 108-109, grifos do autor)

Ainda no tocante às questões das fontes digitais, Almeida (2022) indica duas categorias de documentos digitais, a saber: “não primários” e “primários”. O primeiro se refere aos textos secundários e terciários, tais como livros, manuais, teses, revistas acessadas via internet. No que se refere ao segundo, o autor sugere ser possível desdobrá-las em duas subcategorias: “primários exclusivos” e “primários digitalizados”.

No presente trabalho, acionamos “documentos digitais não primários”, que são as teses, dissertações, monografias, artigos de revistas disponibilizados na internet. Assim como nos utilizaremos de “documentos digitais primários” em suas duas possibilidades: os “primários exclusivos”, artigos escritos pelos militantes negros campinenses nas páginas da internet; e também os “primários digitalizados”, múltiplos documentos impressos que digitalizei para este estudo – folders, cartazes, matérias e artigos de jornais, programações de eventos, atas de reuniões, entre outras fontes.

Desse modo, os documentos impressos e digitais, fontes históricas acessadas pela nossa pesquisa, foram analisados a partir de chaves de leitura indicadas pelo paradigma indiciário (Ginzburg, 1989) e, igualmente, fizemos alguns cruzamentos informativos com as fontes orais. Por esta razão, os testemunhos e a colaboração das memórias de expressão oral dos militantes negros campinenses receberam um espaço importante no presente estudo.

1.3 – Fontes Orais e História Oral

Marieta Ferreira (2018) elaborou um balanço histórico relevante sobre a presença da História Oral no Brasil. A pesquisadora demonstra como esse campo historiográfico teve um crescimento considerável a partir dos anos 1990, pois até então não se tinha muito espaço nos currículos universitários, tampouco era comum ser tema de encontros científicos e/ou seminários. Embora, desde 1970, já existissem algumas experiências marcantes, como, por exemplo, a criação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), no ano de 1973²⁹.

²⁹ Foi lançado também o “Programa de História Oral” (PHO) da FGV/CPDOC, em 1975, configurando-se como um dos maiores acervos de entrevistas do Brasil. O espaço possui mais de 2400 entrevistas, correspondendo a cerca de 7600 horas de gravação, divididas em 150 projetos diferentes desenvolvidos por pesquisadores do CPDOC. Para mais informações, vide: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/historia-oral>. Acesso em: 10 abr. 2023.

Na última década do século passado se expandiram as pesquisas individuais em História e nas Ciências Sociais, que utilizavam das memórias, mediante o uso de entrevistas, para se estudar temas ligados aos grupos sociais excluídos e/ou subalternizados. Esses dados se localizavam num contexto de redemocratização da sociedade brasileira, no qual surgiram grupos e movimentos sociais reivindicando políticas públicas de memórias, como foram os casos dos povos indígenas e negros.

Nessa conjuntura, a História Oral adquiriu novos espaços institucionais, tanto nos Programas de Pós-Graduação em cursos de História, quanto nas associações e em encontros científicos. Como aponta Ferreira (2018, p. 90), os surgimentos da Associação Brasileira de História Oral (1994), do “II Encontro Nacional de História Oral” (Rio de Janeiro, 1994), do “I Encontro Regional da Região Sul-Sudeste” (São Paulo/Londrina, 1995) e do “III Encontro Nacional” (Campinas, 1996)”, foram atividades que refletiram uma comunicação maior entre os pesquisadores brasileiros da História Oral, bem como demonstraram uma produção acadêmica significativa quanto a esse campo historiográfico.

Nesse mesmo período, tem-se também um conjunto de textos e de estudos sobre a temática em questão que foram sendo publicados, traduzidos e editados. Assim sendo, tornaram-se referências e, até hoje, são consultados nos estudos que se utilizam das memórias como via de reflexão. Ferreira (2018) apresenta contextualmente alguns desses trabalhos, como os livros “A voz do passado”, de Paul Thompson (1992), e “Memórias e sociedade: lembranças de velhos”, de Ecléa Bosi (1994); os textos “Memória, esquecimento e silêncio” (1987) e “Memória e identidades” (1992), de Michel Pollack³⁰; a coletânea “História Oral: usos & abusos”, organizada por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (1996, 1998, 2000); entre outras obras.

Embora não mencionados por Ferreira (2018), acrescento no mesmo cenário os livros “A Memória Coletiva”, de Maurice Halbwachs³¹ (1990) e “História e Memória”, de Jacques Le Goff (1990, 2013). Cabe destacar que nossa pesquisa também é tributária desses estudos.

Desse modo, Ferreira (2018) reflete que, apesar dessas obras terem sido publicadas há mais de duas décadas, ainda são proeminentes para os pesquisadores da temática. Essa

³⁰ Sociólogo austríaco que esteve no Brasil, em 1987, para proferir algumas palestras sobre memória e identidade. Duas dessas falas expostas no CPDOC foram publicadas e são as mencionadas no parágrafo; consideradas, desde então, como dois textos clássicos acerca do tema.

³¹ Sociólogo francês (1877-1945) de sólida formação acadêmica, tendo sido aluno na juventude do filósofo Henri Bergson, um dos mais destacados pensadores das relações entre a filosofia e a memória, estabeleceu diálogo com o grupo dos Annales e sofreu uma forte influência do pensamento funcionalista de Émile Durkheim. Em 1925, publicou “Quadros sociais da memória”. No ano de 1945, foi capturado pela Gestapo e morto pelas forças nazistas, tendo alguns de seus textos clássicos publicados postumamente. Entre eles, destaca-se a obra “Memória Coletiva” (1950), texto seminal sobre as relações entre memória individual e coletiva.

expansão da História Oral, a partir da década de 1990, estendida em surgimentos de encontros e associações temáticas, assim como na constatação de uma maior presença nos currículos de Pós-Graduação, são sinais de um campo em crescimento. Porém, “a grande virada que consolidou definitivamente esse campo foi a discussão dos projetos relativos ao ‘dever da memória’ perante as vítimas da ditadura militar, e os grupos excluídos e discriminados de negros e indígenas” (Ferreira, 2018, p. 93).

Logo, nosso trabalho encontra-se imerso nessa conjuntura histórica de expansão dos estudos de História Oral e do Tempo Presente. Sobre essa relação, Ferreira (2018) atribui que, diferente de outras nações, no Brasil, os estudos de História Oral foram importantes para a afirmação das pesquisas da HTP.

Já no plano internacional, os estudos de História Oral surgem após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), nos Estados Unidos, reforçados pela tecnologia dos aparelhos de gravação, visando registrar as memórias daqueles que vivenciaram os horrores da grande guerra e do Holocausto. Releva salientar que estudiosos antigos e clássicos da historiografia já consideravam os testemunhos de grande valia para uma pesquisa em História, entre eles, pode-se citar Heródoto e Tucídides³² (Alberti, 2013). Esses estudos chegaram ao Brasil a partir da década de 1970.

Para Verena Alberti (2013), Paul Thompson (1992), José Carlos Sebe B. Meihy (2015, 2020), Marieta Ferreira (2000, 2018), os estudos de História Oral que se baseiam nos usos de entrevistas para se ter acesso às memórias de pessoas devem ser precedidos de um projeto norteador, com objetivos concretos e bem delineados.

Esse é um pressuposto incontornável dos estudos de História Oral, por se debruçar sobre as memórias, uma dimensão extremamente complexa do saber humano, o tratamento adequado aos usos desse conhecimento deve ser considerado, para assim se evitar abusos, manipulações e leituras descontextualizadas. Ainda no tocante a esse campo do saber histórico, Verena Alberti (2013) define que:

História oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em acervo aberto para pesquisadores. Trata-se

³² Heródoto de Halicarnasso (484-425 a.C.) e Tucídides (460-395 a.C.) são considerados os estudiosos pioneiros da História no mundo Ocidental. Ambos, cada qual de maneira particular, utilizaram-se do testemunho e da memória como fonte para a reflexão histórica. Para mais detalhes, vide: Meihy, 2015.

de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou testemunharam. (Alberti, 2013, p. 24)

Além dessa definição, Alberti (2013) postula que a História Oral pode ser encarada por várias disciplinas e ângulos de análise. Nesse último aspecto é possível utilizá-la como fonte de pesquisa, técnica de pesquisa ou método de investigação. Importa reiterar que essas dimensões são comunicantes e não focos de separação irreduzíveis. Com efeito, é a condução teórico-metodológica do trabalho que vai definir seu estatuto.

Na nossa perspectiva, nos utilizaremos da História Oral enquanto metodologia de pesquisa, em virtude de que contamos com a colaboração das memórias e saberes de sete militantes do Movimento Negro de Campina Grande. Dito de outra forma, analisaremos um conjunto de imagens que só as memórias podem trazer, pois, trata-se das vozes daqueles que praticaram e vivenciaram a militância antirracista por dentro, que empreenderam atividades desdobradas em várias ações, que acumularam experiências de enfrentamento ao racismo, que levantaram pautas em torno do âmbito educacional.

Neste estudo, temos como cerne estudar as lutas dos militantes negros campinenses por e na educação, tendo como período histórico 1986-2013. Existe um conjunto de documentos impressos e digitais sobre o tema em destaque, mesmo assim, as memórias desses homens e mulheres que fizeram o Movimento Negro de Campina Grande se configuram enquanto fontes imprescindíveis para a pesquisa. O presente trabalho se localiza na História da Educação da População Negra, pois a dimensão educacional foi uma das principais bandeiras de lutas dos movimentos sociais negros existentes no Brasil.

Aspectos que se desdobraram em projetos de leis educacionais que foram sancionados e em outras propostas que não, bem como um conjunto de ações educativas gestadas pelos militantes do MNCG, de combate ao racismo e de valorização da História do Negro. Além das dimensões materiais dessas ações preservadas em determinadas fontes, existem as práticas humanas individuais e coletivas de militantes negros campinenses que só são possíveis de ter acesso via às memórias de expressão oral (Meihy, Seawright, 2020).

Torna-se, assim, importante compreender que as memórias individuais estão entrelaçadas a uma memória social coletiva dada num determinado contexto histórico e social (Halbwachs, 1990). Por motivo de que o indivíduo faz parte de um grupo, de uma classe social, de uma “raça”, convive com outros grupos sociais e com eles compartilha, discorda de certas visões de mundo, de valores sociais e culturais. Portanto, “a memória é um elemento

essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (Le Goff, 2013, p. 435).

Dessa forma, a memória social se torna um espaço de disputa na sociedade e reflete os antagonismos e as contradições sociais nela presentes. Assim como revela as forças de determinados grupos sociais em detrimento de outros. Exemplificando, as datas comemorativas instituídas pelo Estado, bem como os monumentos públicos, os nomes das ruas e de escolas, o que deve ser trabalhado no currículo, entre outros, são demonstrações de relações de poder em torno dos espaços e das políticas de memória. Numa sociedade desigual estruturada pelo racismo, como a brasileira, as memórias sociais são espaços de visibilidade para as assimetrias raciais (Theodoro, 2022).

Em outros termos, ser os detentores da memória e do olvido se torna “uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (Le Goff, 2013, p. 390).

Dessa forma, a memória se configura como um espaço de confrontos sociais, passando a integrar as disputas de projetos políticos e de poder entre os grupos sociais existentes. Releva frisar que a “Memória” e a “História” compartilham da mesma noção de estarem ancoradas ao passado, sendo a primeira caracterizada pelo caráter subjetivo e mutável, além de ser composta por um jogo complexo entre o esquecimento e a lembrança.

A memória é seletiva e impactada por um conjunto de valores psicológicos, sociais e culturais modulados pelo presente. As imagens trazidas pelas memórias são frutos das experiências do vivido, logo, existe um componente subjetivo impregnado. Partindo desses pressupostos, Enzo Traverso (2012) reflete que a memória:

Fica ancorada aos factos a que assistimos, dos quais fomos testemunhas, ou mesmo actores, e às impressões que deixaram no nosso espírito. A memória é qualitativa, singular, pouco preocupada com comparações, com a contextualização, ou com generalizações... Pelo seu carácter subjectivo, a memória nunca é cristalizada; mais se parece com um estaleiro aberto, em contínua operação... A memória é uma construção, sempre filtrada por conhecimentos adquiridos posteriormente, pela reflexão que se segue ao acontecimento, por experiências que se sobrepõem à primeira e modificam a recordação. (Traverso, 2012, p. 21-22)

Já a História é um conhecimento atrelado aos horizontes disciplinares de uma ciência, possui um leque de regras, de comprometimentos de veracidade e ainda é acompanhado por um conjunto de avaliações de confirmação dos dados levantados em uma pesquisa. Com o

passar do tempo, a História sistematizou o uso da Memória como fonte histórica, conformando-se enquanto um saber relevante para a pesquisa histórica. Prismas presentes no nosso trabalho, dado que analisamos as memórias de “colaboradores”, especificamente sete militantes do Movimento Negro de Campina Grande.

Nesse sentido, compartilhamos alguns apontamentos metodológicos estabelecidos por Sebe B. Meihy e Leandro Seawright (2020), a saber: não utilizamos as expressões “depoimento” e “depoentes”, em razão de esses termos se conectam às imagens e valores policialescos, com certo viés autoritário tão presente no Brasil desde a Ditadura Militar (1964-1985)³³.

Em vista disso, empregamos a expressão “colaboradores” para denominar os(as) militantes negros(as) campinenses que cederam seu tempo para a entrevista, bem como documentos, suas memórias e seus saberes. Não obstante, esse vocábulo indica a noção de mediação, de participação conjunta e comprometimentos partilhados (Meihy, Seawright, 2020).

Valemo-nos da noção de “memória de expressão oral”, em virtude do limite do termo “memória oral”. Nesse sentido, avaliamos as informações dadas oralmente após instigado por uma entrevista semiestruturada de um projeto que utiliza a metodologia da História Oral, o que resultou numa memória exposta através da oralidade, que foi transcrita e textualizada. Para além desses fatores, “memória de expressão oral” permite ao “pesquisador não trabalhar como armazenador de conteúdos lembrados, mas como mediador de linguagens conhecidas, de impressões e de novos parâmetros comunicativos” (Meihy; Seawright, 2020, p. 25).

Dessa maneira, busca-se o maior respeito aos nossos colaboradores³⁴, encarando-os não apenas como objeto de análise, mas como parte constitutiva da pesquisa. O fato de ter nas memórias de expressão oral uma de nossas principais fontes de estudo não acontece apenas pelos limites dos documentos impressos, bibliográficos e digitais consultados. Isso ocorre, sobretudo, pelos valores próprios dos relatos de memórias, por razão de possibilitar conhecermos como se deu a criação e a trajetória do MNCG no período de 1986-2013, em especial, tendo como ângulo principal as reivindicações educacionais.

³³ O autoritarismo compõe o processo de formação do Brasil desde o período colonial. O que chamamos a atenção é para algumas estruturas e valores autoritários fincados pelo regime militar (1964-1985), que ainda hoje estão presentes na sociedade. Dois exemplos nesse sentido podem ser destacados: primeiro, é a ideologia do inimigo interno reproduzida pela polícia militar e, o outro, refere-se ao fantasma do perigo comunista (Kössling, 2007).

³⁴ Nosso projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFPB, recebendo a Certificação de Apresentação Ética (CAAE). Plataforma Brasil C1 59538822.3.0000.5188, e Parecer nº: 5.499.604, 30 de junho de 2022.

O MNCG é um movimento social marcado pela precariedade financeira e estrutural, os militantes atuaram, na maioria das vezes, por conta própria, custeando financeiramente suas ações e eventos. A rigor, essas características estão presentes em quase todos os movimentos sociais negros contemporâneos (Pereira, 2008). Nisso, constata-se uma maior dificuldade de se estudar esse coletivo negro, pois os militantes negros(as) campinenses não organizaram sistematicamente espaços de preservação dessas memórias e experiências de lutas.

Embora os líderes de maior destaque desse coletivo negro: Josemir Camilo³⁵, Benedito Antonio Luciano, Jair Silva e Moisés Alves, guardem caixas de documentos sobre suas trajetórias no MNCG. Dessa forma, pode-se levantar a hipótese de que pode existir, por algum desses militantes, um projeto futuro de escrita a respeito desse coletivo negro, bem como se nota uma tentativa tenaz de preservação de sua história nesse movimento social.

Dessa forma, uma das grandes contribuições da História Oral é viabilizar uma maior ampliação de informações e dados acerca de grupos e movimentos sociais de minorias de direitos, adicionando traços qualitativos a uma pesquisa histórica vinculada aos de baixo e/ou às pessoas comuns. Dessa forma, “a história oral recebe destaque entre as possibilidades de se pensar registros e estudos de grupos silenciados de diversas maneiras e dos excluídos dos mecanismos de registros de História e demais disciplinas” (Meihy, Holanda, 2015, p.107).

Porquanto, a entrevista na História Oral possibilita adentrar em imagens e informações sobre acontecimentos pouco estudados, assim como oportuniza ter acesso a impressões particulares no tocante a eventos e acontecimentos que não se localizam em outros documentos. Verena Alberti (2004), explanando acerca das vicissitudes da entrevista em História, pondera:

Mas há nela uma vivacidade, um tom especial, característico de documentos pessoais. É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida a – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. E, ouvindo-o falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em um contínuo, temos a sensação de que as discontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais; emoções, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos. (Alberti, 2004, p. 14)

³⁵ O professor Camilo cedeu parte dessa documentação ao Setor de Documentação e História Regional da Universidade Federal de Campina Grande – SEDHIR.

Além desses aspectos, a tentativa de recuperar aspectos do vivido para quem viveu torna a entrevista de extrema importância para uma pesquisa em História. Mesmo diante de imprecisões das imagens recuperadas pela memória individual, ela se configura numa coletividade e num contexto histórico e social. Levando-se em conta essas considerações, Maurice Halbwachs (1990, p. 34) reflete:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam depoimentos... não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, por que elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade.

Para Halbwachs (1990), a memória individual se conecta de maneira indissociável à dimensão social, visto que o indivíduo faz parte de uma comunidade localizada em um determinado contexto cultural e histórico. No caso do presente trabalho, tratamos de pessoas que militaram no MNCG, sendo que boa parte, atualmente, não faz mais parte desse coletivo social, a saber: Josemir Camilo, Benedito Antonio Luciano, Jaildo Figueiredo e Jussara Natália Moreira Bélens de Melo.

Alguns desses militantes negros, mencionados anteriormente, já foram entrevistados por outras pesquisadoras (Farias, 2001, 2004; Silva, 2014, 2018), a saber: Josemir Camilo, Moisés Alves, Benedito Luciano e Jair Silva. Esses trabalhos são de pesquisadoras da disciplina de Antropologia e se tornaram relevantes por trazerem dados sobre as dimensões da formação identitária do MNCG e do *modus operandi* de suas atuações políticas.

São estudos, porém, que não trouxeram algumas informações relevantes a respeito do MNCG, ilustrando: como se deu o processo de formação desse coletivo social? Em qual contexto (inter)nacional surgiu o movimento? Quem eram as pessoas que estavam mais envolvidas direta e indiretamente no início do MNCG? Quais são as inspirações e tensões internas presentes nesse coletivo social negro? Como se constituíram as reivindicações no campo da educação antes da legislação de uma educação para as relações étnico-raciais (2003)?

Essas indagações e outras não foram bem contempladas nos estudos de Melânia Farias (2001, 2004) e de Gracielle Silva (2004, 2018). O que não diminui a relevância dos respectivos trabalhos; convém sublinhar que ambas as pesquisadoras analisam a relevância da educação para o MNCG, apesar de não se configurar como um ponto central de suas análises.

Nesse sentido, nossa pesquisa entrevistou os mesmos militantes já acionados e fizemos com outros(as), no caso em questão, o advogado Jaildo Figueiredo, a professora Jussara Natália Moreira Bélen de Melo e o professor José Cristovam Andrade. Esses militantes não se constituíram como líderes do Movimento, mas tiveram uma participação significativa em muitas ações e atividades do MNCG.

Essas entrevistas foram feitas a partir de questões semiestruturadas e contaram com a aceitação integral de publicação de seu conteúdo por parte dos(as) entrevistados(as). Releva salientar que nosso projeto foi aprovado, sem ressalvas, pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFPB. Esses materiais orais foram analisados e confrontados com as informações e dados presentes em outros documentos³⁶. Mas, antes das entrevistas, fizemos uma pesquisa prévia sobre os indivíduos e sobre o tema em análise, para assim tornar mais complexo e enriquecedor o momento de colaboração dos militantes do MNCG. As entrevistas tiveram uma média de duração de uma hora e vinte minutos.

Cabe salientar que, diante da pandemia da COVID-19, boa parte dessas conversas foi realizada com todos os cuidados necessários. O local foi combinado antecipadamente em comum acordo, deixando sempre em aberto a preferência dos entrevistados e considerando espaços de silêncio e arejados. As questões foram elaboradas no sentido de melhor conhecermos sobre a trajetória individual dos militantes e do Movimento Negro de Campina Grande, bem como relativo à importância da educação enquanto pauta de reivindicação e de atuação política.

1.4 – História Social da Educação, Agência, Experiência e Resistência Negra

O economista Mário Theodoro (2022) indica o conceito de “sociedade desigual” ao analisar a estrutura econômica da sociedade brasileira. Para esse estudioso, a abissal desigualdade social é a principal característica do Brasil. Além dessa constatação, o racismo se conforma como a principal base de estruturação dessa ordem assimétrica no país, que tem caráter permanente e de dados inaceitáveis (Theodoro, 2022).

Esse estudioso indica também que a desigualdade social e racial garante privilégios para pequenos setores da sociedade brasileira, constituídos esmagadoramente de pessoas brancas. O quadro de assimetria econômica entre brancos e negros no Brasil tem

³⁶ Em anexo.

desdobramentos em várias dimensões do tecido social e político, entre as quais estão a saúde, a educação, a justiça e o mercado de trabalho.

Especificamente no tocante à educação, Mário Theodoro (2022) traz um conjunto de dados estatísticos e de estudos que demonstram a enorme desigualdade entre brancos e negros no processo educacional brasileiro, mesmo diante de alguns avanços ocorridos recentemente nos números de matrículas no ensino básico e de uma maior presença de pretos e de pardos no ensino superior.

Por exemplo, mais de um milhão de crianças e adolescentes entre quatro e dezessete anos estão fora do ensino regular e, desses, mais de 90% são de baixa renda. Em 2019, “foram mais de 780 mil crianças e adolescentes negros fora da escola” (Theodoro, 2022, p. 230). Para além dos números, esse pesquisador também aponta o papel da escola que, por vezes, atua como transmissora do ideário racista presente na ordem social brasileira. Nas palavras desse autor, analisando o processo formativo do país:

Forjaram-se no território brasileiro todos os ingredientes necessários à formação da *sociedade desigual*: o racismo como ideologia dominante, o preconceito e a discriminação racial como práticas sociais corriqueiras, a branquitude e a valorização do branco ... *A sociedade racista molda as instituições* do ambiente de desigualdade. Esse cenário geral se desenvolve no dia a dia do cidadão brasileiro e repercute diretamente em sua trajetória de vida... *Esse é, na verdade, o resultado de uma história.* (Theodoro, 2022, p. 89, grifo nosso)

Essa análise levantada por Theodoro (2022) ajuda-nos no nosso trabalho do ponto de vista teórico, em razão de que, ao adotarmos a história social da educação como perspectiva, estamos considerando a educação como um processo histórico marcado por disputas políticas e de poder. Dito de outro modo, destacamos a dimensão social presente na educação, sobretudo na sociedade brasileira, onde o racismo e a desigualdade social são parte integrante da vida cotidiana das pessoas de ontem e de hoje, aspectos que se reverberam na esfera educacional.

Dessa maneira, dialogamos com perspectivas advindas da história social inglesa, em especial de algumas contribuições de Edward Palmer Thompson (1981, 1987, 2021). Esse estudioso se tornou um dos historiadores mais influentes no mundo³⁷, tendo considerável presença na historiografia mais recente do Brasil. Seus textos começaram a ser traduzidos e

³⁷Segundo Eric Hobsbawm, se trata do historiador de língua inglesa mais citado no mundo durante o século XX. Para mais detalhes: Mattos, 2012.

utilizados no país na década de 1970. Já no decênio seguinte, a obra de Thompson recebeu uma atenção considerável por parte de historiadores brasileiros.

Nessa época, o Brasil atravessava um momento de fim da Ditadura Militar e da emergência de renovação das greves dos movimentos operários e das lutas sindicais, assim como do surgimento de novos partidos políticos e movimentos sociais urbanos. Esse contexto histórico de aspiração democrática teve repercussão nos focos de análises dos estudos em História, elemento verificado, por exemplo, no aumento do interesse em pesquisas que problematizaram as percepções próprias dos populares e de grupos sociais marginalizados³⁸.

Desse modo, as obras e os textos de Thompson foram bastante utilizados nos estudos de História do mundo do trabalho e da escravidão (Mattos, 2012; Lara, 1995)³⁹. Nesse último recorte temático, constituiu-se, a partir da década de 1980, por parte de muitos historiadores, o interesse em se estudar o cativo negro brasileiro a partir das visões e dos horizontes de expectativas dos homens e mulheres escravizados(as)⁴⁰. Por conseguinte, até hoje os estudos de História que analisam os movimentos sociais, de trabalhadores e de escravizados têm nas propostas teóricas e metodológicas de Thompson uma de suas principais fontes (Gomes; Negro, 2013).

E.P. Thompson produziu seus textos em contraponto aos usos e abusos do marxismo econômico e do estruturalismo que eclipsavam o papel ativo das pessoas nos estudos da História. Tendo como base o materialismo histórico e dialético do marxismo, Thompson (1981, 1987, 2021) trouxe contribuições significativas para esse campo teórico. Entre elas, pode-se destacar a importância de se estudar a história dos trabalhadores e das pessoas comuns a partir do agenciar humano desses indivíduos em meio aos condicionantes sociais, econômicos e culturais, nos quais estão inseridos.

³⁸ Nesse sentido, pode-se citar a dissertação de mestrado “Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque” (1984), de Sidney Chalhoub, defendida na Unicamp, e publicada em versão de livro no ano de 1986.

³⁹ Para mais dados sobre a relevância da obra historiográfica de Thompson, vale conferir o livro. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**, do historiador Marcelo Badaró Mattos (2012), que estabelece um importante estudo acerca da trajetória de vida e epistemológica de E.P. Thompson, assim como contextualiza sua importância e presença na historiografia brasileira.

⁴⁰ A historiadora Silvia Hunold Lara (1995), no artigo “**Blowin in the Wind**: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”, chama a atenção para o impacto da obra de Thompson nos estudos sobre a escravidão brasileira e estabelece como esse historiador foi recepcionado pelos pesquisadores brasileiros, visto que ele trouxe chaves metodológicas e teóricas relevantes para se estudar o período do cativo negro no Brasil, tendo como eixo de análise os horizontes de mundo dos escravizados. Relewa destacar que os estudos de história a respeito da escravidão brasileira também foram e são realizados a partir de outras perspectivas teóricas, embora, em sua grande maioria, continuem sendo realizadas sob o prisma da história social de influência thompsoniana (Negro; Gomes, 2013).

Thompson (1987), na sua pesquisa sobre a formação da classe operária inglesa (1780-1832), demonstrou o quanto a classe trabalhadora inglesa formou sua consciência a partir de experiências acumuladas no processo histórico. Desse modo, ele indica que a classe operária não deve ser encarada conforme um conceito abstrato e nem segundo o resultado automático das estruturas econômicas, mas sim como um coletivo constituído de seres humanos ativos, fazendo-se enquanto classe trabalhadora no processo dinâmico e contraditório de uma sociedade localizada em um contexto histórico.

Nesse sentido, a percepção de experiência se torna de grande relevância para Thompson (1987), tendo em vista que as ações efetivadas pelos trabalhadores ingleses estavam imersas em contextos culturais e históricos determinados; isso numa relação dialética entre o agir dos indivíduos e os condicionamentos do mundo material e simbólico existente.

Thompson (1981, 2021), em seu texto de caráter mais teórico⁴¹, no qual se contrapõe ao estruturalismo proposto pelo filósofo Louis Althusser, reafirma sua defesa em torno da História e do agir humano. Esse ensaio foi impactado por dois eixos marcantes da época, entre as décadas de 1950 e 1960, leia-se: “a crise do comunismo” e uma “crítica à tradição marxista estruturalista”.

Nessa conjuntura, Thompson (2021) defende a percepção de que a História é uma ciência do contexto e da mudança, existindo uma lógica histórica na sua configuração, nos termos do próprio autor:

Por “lógica histórica” designo um método lógico de pesquisa adequado a matérias históricas, projetado, na medida do possível, para testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e para eliminar procedimentos auto confirmadores (“instâncias”, “ilustrações”). O discurso histórico disciplinado de prova consiste em um diálogo entre conceito e evidências, diálogo realizado por meio de hipóteses sucessivas, de um lado, e pesquisa empírica, do outro... não, por favor, notem – as evidências por si mesmas, mas as evidências interrogadas dessa maneira. (Thompson, 2021, p. 73)

Dessa forma, Thompson (2021) não defende uma visão positivista da História, visto que ele reconhece os limites e o caráter seletivo e provisório do conhecimento histórico. Esse historiador, por outro lado, chama a atenção para os dados concretos da pesquisa em História, primeiramente, por se tratar de um conhecimento disciplinar marcado por um conjunto de

⁴¹ Trata-se de **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser, publicado originalmente, em 1978. No Brasil a primeira publicação deste texto ocorreu no ano de 1981, já, em 2021, a editora Vozes publicou a versão completa desse ensaio, contando com uma nova tradução e outros textos inéditos de E.P. Thompson.

regras e de procedimentos acumulados de verificação. Além disso, os acontecimentos passados podem ser até reinterpretados, ressignificados a partir de novos olhares e na análise de novos documentos, porém, o *status* ontológico do ocorrido não pode ser desfeito. Cada nova geração de pesquisadores pode trazer novas evidências e levantar novas questões, “mas isso não implica absolutamente que os próprios acontecimentos passados se modifiquem de acordo com cada pesquisador” (Thompson, 2021, p. 76).

Nessas reflexões, Thompson (1981, 1987, 2021) defende a categoria de “experiência” para dimensionar o papel ativo dos indivíduos no processo da História e das condições culturais dadas. Os seres humanos são influenciados pelo contexto social onde vivem, os valores presentes no mundo social e cultural atravessam esses indivíduos, num primeiro plano são afetados e, noutro, atuam a partir desses afetos sentidos. Para Thompson (2021), o conceito de experiência pode ser lido a partir de alguns direcionamentos:

Uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, pois abrange a resposta mental e emocional, de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos eventos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de evento... A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não o faz sem pensamento; surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e pensam sobre acontece a si e ao seu mundo. (Thompson, 2021, p. 28-29)

Essa categoria proposta por Thompson (2021) se torna de grande valia para nossa pesquisa, em virtude de analisarmos a História da Educação⁴² pelo ângulo dos sujeitos que vivenciaram e fizeram o processo educativo. Desse modo, centralizo a atenção para as dimensões raciais presentes na educação brasileira, isso sob a ótica dos militantes negros campinenses. Pretende-se, assim, analisar as ações vivenciadas e praticadas por esses homens e mulheres no processo do “fazer-se” enquanto pessoas negras e integrantes do Movimento Negro de Campina Grande nas lutas por e na educação.

Outro aspecto de destaque possibilitado pela História Social é a necessidade de se refletir sobre os conflitos sociais e políticos presentes na sociedade. O elemento de tensão

⁴² E.P.Thompson (1924-1993) não dedicou nem um livro e nem uma análise mais profunda a respeito da educação, embora ele tenha sido muito impactado pela sua experiência como professor de jovens e adultos num projeto de extensão do Departamento Extra-Muros da Universidade de Leeds, dados que tiveram repercussão na sua concepção de História (Mattos, 2012). Existe uma conferência intitulada “Experiência e educação”, apresentada em 1968, na mencionada universidade, sendo posteriormente publicada no livro “Os românticos” (2012). Texto no qual Thompson chama a atenção para a importância de que as instituições educacionais levem em consideração, nos seus projetos curriculares, as experiências e os saberes acumulados pelos alunos. Nos termos do autor sobre o aspecto singular no ensino de pessoas adultas: “A experiência modifica, às vezes de maneira sutil e às vezes mais radicalmente, todo o processo educacional; influencia os métodos de ensino, a seleção e o aperfeiçoamento dos mestres e o currículo, podendo até mesmo revelar pontos fracos ou omissões nas disciplinas acadêmicas tradicionais e levar à elaboração de novas áreas de estudo” (Thompson, 2012, p.13).

social e de resistência é marcante nessa perspectiva historiográfica. Esses dados estão integrados ao nosso objeto de análise, em razão de que examinamos um movimento social que visa combater o racismo, um coletivo negro de resistência aos valores racistas preponderantes e enraizados na sociedade. O termo “resistência” indica o “apelo para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor força própria à força alheia” (Bosi, 2002, p. 118).

Nesta pesquisa também consideramos as vicissitudes das questões raciais no Brasil, do racismo e do ser negro nesse país. Assim, as(os) categorias/substantivos “Experiência”, “agência” e “resistência” terão o acréscimo do adjetivo e/ou sentido do termo “negro”. Daí que utilizaremos a percepção de “experiência negra”, “agência negra” e “resistência negra”.

Dessa maneira, pretende-se destacar o protagonismo negro desses homens e mulheres militantes negros(as) campinenses que, ao assumirem sua negritude e reafirmarem seu pertencimento racial, contrapunham-se ao racismo presente no município de Campina Grande. Dados não triviais em um município do interior do nordeste, sobretudo, numa sociedade brasileira dos anos 80 e 90 do século passado. Além desses fatores, esses militantes criaram um movimento social negro com o objetivo de lutar contra o racismo e de valorizar a História e a Cultura do negro no Brasil.

Por conseguinte, eles utilizaram a educação como via de militância e reivindicaram espaços no processo educacional, numa perspectiva de descolonização da educação e do currículo, tendo em consideração a presença dominante do eurocentrismo nessas dimensões. Estes aspectos invisibilizam e estereotipam a presença da História e da Cultura do negro e acabam por reproduzir o racismo brasileiro.

A trajetória dos indivíduos do MNCG trata-se de um decurso marcado pelo ponto de vista principal do ser e de estar enquanto negro no Brasil, um processo de “experiência negra” e de “agenciar humano negro”. Especialmente numa sociedade na qual o racismo se apresenta como um dado da vida cotidiana, naturalizado nas relações entre as pessoas, instituições públicas e privadas. Nos termos de Neuza Santos Souza (2021), trata-se do processo “tornar-se negro”, que parte de algumas premissas presentes:

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. Aqui esta experiência é a matéria-prima (Souza, 2021, p. 46)

Desse modo, a partir dessas considerações postas por Neusa (2021) e Thompson (1981,1987,2021), consideramos as ações e atividades efetivadas pelos militantes negros campinenses nas suas injunções educativas no processo de busca por suas origens históricas e culturais, bem como reafirmando as suas maneiras de ser e de estar enquanto homens e mulheres negros(as) em meio a uma sociedade marcada pelo racismo cotidiano e estrutural.

CAPÍTULO 2 – MOVIMENTO NEGRO E HISTORIOGRAFIA

2.1 – Aspectos da História da Educação da População Negra

O presente trabalho se localiza na área da História da Educação, campo de estudos que vem se consolidando nos últimos anos no Brasil. Essa linha de investigação ampliou os temas e os objetos de interesses de pesquisas, acompanhando, à sua maneira, a expansão dos trabalhos de História advindos com o processo de constituição dos programas de Pós-Graduação em História, sobretudo, a partir dos anos de 1980.

Nessa conjuntura, a criação do Grupo de Trabalho “História da Educação” da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no ano de 1984, o surgimento do Grupo de Estudo e Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR), na Universidade de Campinas, em 1986, e a constituição da Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE, em 1999, entre outros, são marcos do amadurecimento desse campo de estudos (Vidal; Faria Filho, 2003).

Antônio Carlos Pinheiro (2020) postula a existência de cinco gerações de pesquisadores dessa área que se dividem em alguns momentos da História da Educação brasileira, a saber: a primeira (1838-1910), influenciada pela tradição legada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e marcada por obras dedicadas aos estudos dos “grandes homens” e das “instituições” formadoras da recente nação brasileira. Trata-se de autores vinculados aos padrões positivistas e historicistas da História da Educação.

Já a segunda geração (1911-1965) refere-se aos pesquisadores que estabeleceram os primeiros estudos direcionados propriamente ao campo da História da Educação no Brasil. A terceira (1966-1980), por sua vez, abrange estudiosos que vivenciaram o processo de constituição da Pós-graduação em Educação. No caso da quarta geração (1981-2000), esta é formada por pesquisadores que estiveram presentes no processo de expansão e consolidação das pós-graduações em Educação. E, por fim, a última geração é de autores(as) que experimentaram a estabilidade dos programas de pós no Brasil.

Essa periodização proposta por Pinheiro (2020) se torna pertinente para melhor localizarmos o contexto institucional de nosso trabalho, por motivos de estarmos inseridos no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba – PPGE-UFPB, que teve seu início no ano de 1977. Após algumas reformulações, esse programa de pós lançou seu curso de Doutorado em 2002. Nisso, a linha História da Educação aparece com

a resolução do CONSEPE nº 52º/2007. Charliton Machado, Maria Nunes e Melânia Rodrigues (2010) demonstram, ao analisar os trabalhos desenvolvidos em educação pelo PPGE/UFPB (1977-2006) a existência de alguns estudos defendidos acerca de temas relacionados à HE antes de sua constituição enquanto área de pesquisa.

Nesse sentido, releva destacar que, no ano de 1992, foi criado o Grupo de Trabalho do HISTEDBR na Paraíba, fato que se desdobrou em estudos desenvolvidos em torno de temáticas conectadas à HE. Mas, ao analisarmos os trabalhos apresentados pelo corpo discente do PPGE (1977-2006), que versam sobre temas da HE, não se tem pesquisa sobre a questão negra na educação (Machado; Nunes; Rodrigues, 2010).

Levanto a hipótese de que, com o advento da Lei 10.639/2003 e de seus desdobramentos nos cursos de graduação, em licenciaturas, e de pós-graduações, houve um aumento, no PPGE/UFPB⁴³, de pesquisas relacionadas às questões raciais na educação. Inclusive, esse programa, contou com a presença da professora Surya Aaronovich Pombo de Barros⁴⁴ (2020-2024), que desenvolveu um conjunto de pesquisas e de orientações de trabalhos acerca da História da Educação da População Negra da Paraíba (séculos XIX e XX).

Dessa forma, a História da Educação vem se fortalecendo enquanto disciplina nos cursos de Pedagogia e como Linha de Estudos e Pesquisas, bem como fazendo parte do quadro de disciplinas do PPGE. Em especial, esse crescimento se deu de maneira mais intensa nos dois últimos decênios do século passado. Apesar desses avanços no processo de constituição da HE, a temática racial e/ou estudos voltados para a História da Educação da população negra foram incipientes, tratando-se de uma área de estudo mais recente. Nos termos de Surya Barros (2015, p. 13):

O aumento das pesquisas com o recorte racial, no entanto, é um fenômeno recente na historiografia da educação brasileira. Embora já possamos falar de duas décadas de produção quando comparado a outros objetos consolidados há mais tempo no campo (história das instituições, formação docente, educação feminina, legislação, por exemplo), a história da educação da população negra ainda é uma área relativamente nova.

Surya Barros (2022) apresenta um percurso interessante referente à trajetória dos estudos raciais na história da educação brasileira. Essa historiadora traz os estudos pioneiros

⁴³ Temos um levantamento parcial de teses e de dissertações que confirmam essa hipótese (de 2011 a 2021), porém, não recuamos mais no recorte temporal por razão de não estarem disponíveis na página da internet do PPGE, embora ainda estejamos à procura desses dados na linha da qual fazemos parte.

⁴⁴ Trata-se de uma das principais pesquisadoras sobre a História da Educação da População Negra no Brasil, autora de vários textos e de pesquisas de referência acerca do tema em questão.

em torno da aludida temática, como, por exemplo, os textos: “A escolarização da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século” (1989), de Zélio de Brito Fabri Demartini, e “Raça e educação: uma articulação incipiente” (1992), de Regina Pahim Pinto, entre outros⁴⁵ (Barros, 2022).

Essa atenção recente à presença negra na história da educação brasileira reflete um desinteresse, por um bom tempo, dessa área de estudos sobre as dimensões raciais no processo educacional. Numa análise bibliográfica acerca dos estudos voltados à questão racial na educação brasileira, Pahim (1993, p. 4) diagnosticou que a “educação do negro brasileiro tem sido um assunto pouco explorado, tanto entre os estudiosos da Educação, quanto entre aqueles que se propuseram a compreender as relações raciais” no Brasil.

Pahim (1993) demonstrou que, mesmo entre os estudiosos das questões raciais, como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Roger Bastide, entre outros, o tema da educação apareceu de maneira tangencial. Por seu turno, já no âmbito dos estudos educacionais, essa ausência se mostrou mais latente.

Num estudo elaborado alguns anos mais tarde, Pahim (1993), ao fazer um balanço de artigos publicados nos “Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas”, no período de 1972-1992, destaca os poucos estudos dedicados às relações entre raça e educação. Tais aspectos foram se modificando a partir do final dos anos de 1980, existindo alguns estudos relacionados às questões raciais no processo da educação brasileira. Destacaram-se três eixos de interesses, a saber: “as categorias étnico-raciais nos materiais didáticos e paradidáticos”, “estatísticas socioeducacionais em função da raça/cor e identidade” e “socialização da criança negra”. Pahim (1992) também aponta que, por ainda se tratar de uma reflexão acadêmica incipiente, devido à pouca atenção dos estudiosos da educação, o tema não conseguiu se constituir enquanto um espaço consolidado de pesquisa.

Ainda no tocante à presença desses estudos, podemos citar outros textos emblemáticos como o dossiê temático “Negros e a Educação” (2002), da Revista Brasileira de História da Educação, e o livro “Educação do Negro e Outras Histórias” (2005), organizado por Jerusa Romão e publicado via Secretária da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD-MEC).

Já em 2007, o professor Marcus Vinícius Fonseca publicou o artigo “A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira”, na Revista Brasileira

⁴⁵ O documento “Caderno de Pesquisa” – dossiê “Raça Negra e Educação”, trata-se de um desdobramento do Seminário “O negro e a educação”, realizado em 1986, e publicado em 1987, pode ser lido como uma importante fonte para a História da Educação, visto que se trata de uma ampla coletânea de estudos sobre a educação brasileira e a questão negra.

de História da Educação. Nesse texto temos uma discussão muito importante em relação aos motivos que levaram a existirem poucos estudos sobre o negro na historiografia da educação, bem como a maneira restritiva de tratamento dado ao negro no processo educacional brasileiro por alguns paradigmas historiográficos.

Para Fonseca (2007), mesmo diante de alguns avanços, torna-se necessário considerar o protagonismo do negro e da questão racial na sociedade brasileira, e, igualmente, refletir suas dimensões constitutivas na história da educação do país. Porquanto, conforme o autor:

O processo de renovação da historiografia educacional não avançou no sentido de desnaturalizar o lugar tradicionalmente ocupado pelo negro, tampouco construiu um padrão de narrativa que os incorporasse à história da educação... que ainda não foram elevados à condição plena de sujeitos nem ocuparam o seu devido lugar nas problematizações que conduzem as pesquisas. É preciso reconhecer que, nos últimos anos, houve um aumento da produção de pesquisas sobre a educação dos negros. Mas ainda é necessário um esforço para conjugar a renovação da historiografia com a conquista de avanços que possibilitem uma nova escrita da história da educação, que ocorra a partir de uma operacionalização da categoria raça, concorrendo para uma nova descrição da educação e da sociedade em que os negros não sejam apenas um fenômeno residual. (Fonseca, 2007, p. 44-45)

A historiadora Surya Barros (2015), por seu turno, elaborou um estudo da arte da pesquisa acerca da temática, na qual realizou um balanço da História da educação da população negra no Brasil⁴⁶, tendo como recorte o período de 1989 a 2012. Esse projeto aconteceu durante os anos 2011 e 2012, no Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, tendo sido financiado pelo Programa de Valorização da Licenciatura da UFPB – PROLICEN e publicado no ano de 2015.

Trata-se de uma preciosa obra na qual se tem, a partir de várias fontes de pesquisas e de um estudo de caráter abrangente, uma seleção de mais de trezentos trabalhos referentes ao tema da educação da população negra no Brasil, publicados entre 1989 e 2012. Além disso, o estudo precede de uma interessante apresentação a respeito do percurso histórico dos trabalhos e das pesquisas feitas em torno do negro na história da educação brasileira.

A mesma autora, em parceria com o pesquisador Marcus Vinícius Fonseca, organizou e publicou o livro/coletânea “História da educação dos negros no Brasil” (2016), pela editora da Universidade Federal Fluminense. Tem-se, aqui, uma obra constituída de capítulos escritos por vários(as) pesquisadores(as) brasileiros(as), de regiões diferentes do país, sobre as

⁴⁶ Essa pesquisa contou com a participação das estudantes bolsistas Roberta Maria Aguiar, Camila Almeida de Araújo e Lays Regina Macena Martins Batista dos Santos (Barros, 2015, p. 14).

relações entre a educação e a questão racial em múltiplas temporalidades, desde a escravidão até o pós-abolição, e o Brasil contemporâneo. Dessa maneira, o livro pode ser lido como uma demonstração de que a população negra participou e participa da história da educação brasileira de ontem e de hoje.

Surya Barros (2017) publicou outro importante trabalho acerca do tema em reflexão. Trata-se de sua tese de doutorado em educação intitulada “Universo letrado, educação e população negra na Parahyba do Norte (século XIX)”⁴⁷ pela Universidade de São Paulo. Nesse estudo, a autora reflete sobre a presença da gente negra no processo educacional da província paraibana, desfazendo a visão corrente de que os negros durante o período imperial não participaram do processo de escolarização.

Para tanto, a partir da análise de várias fontes primárias e do estudo da trajetória de alguns indivíduos negros, como o caso de Graciliano Fontino Lordão (1844-1906), a autora apresenta um panorama da presença da população negra nos espaços letrados da província e contextualiza com o cenário educacional nacional oitocentista.

Destarte, Barros (2017) questiona certa visão reproduzida em muitos estudos de que o acesso ao mundo escolar estava totalmente interditado ao negro no Brasil oitocentista. Esse estudo encontra-se num contexto de renovação metodológica e teórica das pesquisas da História Social da escravidão e do negro no país que ocorre a partir dos anos de 1980⁴⁸.

Nesse cenário surgiram, a partir de então, estudos que focalizavam a atenção na análise de tentativa de compreensão das visões próprias dos escravizados, de seus modos de ações, de seus desejos, de suas lutas, das suas maneiras de ser e de estar no mundo, entre outras imagens. Trazendo, assim, para o proscênio das pesquisas históricas as dimensões humanas do povo negro, o agenciar humano dos afrodescendentes, quebrando com a visão objetificada desses sujeitos, que eram associados tão-somente ao “escravo”, numa rede de sinônimo de africano (igual) negro e (igual) escravo⁴⁹. Essa concepção compreendia o negro como um dado apenas estatístico e coisificado.

Essa renovação nas pesquisas da História do Negro no Brasil teve reverberações na História da Educação da População Negra. Da década de 1990 em diante, tem-se um conjunto

⁴⁷ Para a visualização mais densa de outros estudos importantes sobre a história da educação da população negra no Brasil, recomendam-se os textos de Surya Barros (2015, 2018).

⁴⁸ Para uma visão mais detalhada desses avanços nos estudos da escravidão no país, vale conferir o balanço historiográfico elaborado pela historiadora Silvia Hunold Lara (1995).

⁴⁹ Na Paraíba, a tese de doutorado sobre a história social da escravidão em Campina Grande no século XIX, do historiador Luciano Mendonça, é um exemplo dessa renovação dos estudos no tocante a essa questão. Atualmente é possível visualizar pesquisas em torno dos escravizados em todas as regiões que compõem o estado da Paraíba.

de estudos, de dossiês temáticos em revistas, de dissertações e teses de doutorados a respeito da história da educação a partir do ângulo da questão negra.

Conforme Barros (2022, 2022), existem atualmente algumas tendências de estudos negros na HE que se destacam. Entre eles, pode-se apontar os trabalhos em torno das “experiências da docência negra no século XIX e XX”, “a trajetória de intelectuais negros no Brasil” – bem como suas conexões com questões transnacionais –, “as experiências de escolas para negros elaboradas por coletivos sociais na primeira metade do século XX”, entre outros. Mesmo diante desse crescimento, todavia, existe uma demanda de pesquisas da História da Educação da gente negra no Brasil do tempo presente (Barros, 2022).

Pahim (1987,1993), nesse debate, estabelece que os estudos voltados à HE negligenciaram as iniciativas e as lutas dos movimentos negros no campo educativo no decorrer da segunda metade do século XX. Dado também constatado por Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves Silva (2000) quando defendem a noção de que “há poucos estudos históricos tratando das questões educacionais referentes à população negra brasileira no século XX. Isso tem gerado uma lacuna enorme no conhecimento sobre o assunto” (Gonçalves; Silva, 2000, p. 149).

Duas décadas após os apontamentos de Pahim (1993), Petrônio Domingues (2013) reforça a necessidade de estudos acerca dos esforços dos movimentos sociais negros e de intelectuais negros em torno de suas reivindicações por educação no período mais recente da História da Educação brasileira. Tendo em vista que, após a redemocratização no Brasil e com o surgimento do movimento negro contemporâneo (1978), o Estado brasileiro adotou uma série de leis afirmativas para o povo negro e, igualmente, um conjunto de dispositivos legais voltados a uma educação para as relações raciais⁵⁰.

Esse aparato jurídico não é obra do acaso e nem é destituído de ações humanas, pois as leis educacionais existentes são consequências de disputas entre grupos sociais, são conflitos de poder, de projetos de mundo e sociedade. Fazem parte de um processo histórico de reivindicações políticas. Portanto, existe uma história social de homens e de mulheres negros(as) por detrás dessas leis que estão abertas para pesquisas.

Soma-se a esse cenário, os movimentos sociais negros, suas experiências e contestações sociais e educacionais junto ao poder público e privado, que tiveram algumas de suas pautas implementadas nos últimos anos. Tais questões e sujeitos devem fazer parte da

⁵⁰ Desse modo, podemos indicar que as Leis 10.639/2003 e 11645/2008, que determinam o ensino da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena na educação básica, e a Lei 12.711/2012, que trata das cotas raciais no acesso ao ensino superior, entre outras leis, são exemplos desse contexto histórico.

História da Educação. Além desses aspectos, torna-se necessário mais estudos sobre os impactos das questões raciais no cenário educacional nas quatro últimas décadas no Brasil, tanto no nível básico quanto no superior.

Nesse sentido, podemos levantar como exemplo algumas questões, a saber: quais os impactos da implementação da Lei 10.639/2003 no currículo dos cursos de licenciaturas e nas pesquisas de Pós-Graduação em Educação? Quais fatores e grupos sociais colaboraram no processo de constituição das Leis de Cotas 12.711/2012? Como as cotas raciais conseguiram ou não tornar mais negro o ensino superior?⁵¹ As produções dos livros didáticos das disciplinas do ensino básico sofreram alterações consequentes após essa legislação afirmativa implementada nos últimos vinte anos?

Essas e outras tantas questões demonstram a miríade de possibilidades de pesquisas em torno da História da Educação do negro no tempo presente. Dessa feita, nosso trabalho pretende colaborar na ampliação dos estudos voltados aos movimentos sociais negros e suas conexões com a educação, em razão de se tratar de atores políticos importantes no processo de descolonização do currículo.

A história da educação brasileira foi branca por muito tempo, por razão de que, por um período considerável, eclipsou o protagonismo e a presença da gente negra no processo educacional (Barros, 2022). Dados que estão sendo alterados nos últimos anos, em especial, pela quinta geração de historiadores da educação, muitos dos quais vinculados aos movimentos sociais negros e a grupos culturais negros e às comunidades negras, como são os casos dos quilombolas, povos de terreiros, capoeiristas, entre outros (Pinheiro, 2020).

Uma maior visibilidade aos estudos da educação da população negra ocorre também pelo processo de consolidação dos programas de pós-graduação e da expansão de temáticas inseridas nesse campo da pesquisa (Pinheiro, 2020). Apesar desse crescimento de estudos, existe o racismo institucional presente também no mundo acadêmico brasileiro que tende a engessar essa temática e seus respectivos pesquisadores (Oliveira, 2021).

Dessa maneira, o assunto racial recebe, muitas vezes, um tratamento de concessão e de pontualidade, como resultado de uma obrigação legal que impele as instituições públicas de ensino a responderem a essas demandas. Nesse ideário de restrição, são destinados aos intelectuais negros, amiúde, a incumbência de apenas estudar questões relacionadas ao

⁵¹ Já existem estudos em torno dessas questões (Pereira; Pereira, 2021), porém, vale pensar as questões locais diante desse cenário de um horizonte de presença da questão negra na agenda pública e educacional brasileira ocorrida mais recentemente.

racismo (Oliveira, 2021). Logo, retira-se a responsabilidade de toda a comunidade acadêmica diante da questão.

Assim sendo, nessa lógica, as instituições de ensino superior, não encaram os estudos em torno da temática racial e da luta contra o racismo nos seus valores próprios, ou seja, como parte inerente do processo de garantia da democracia brasileira e da qualidade de ensino, visto que com a existência do racismo não existe possibilidade de democracia e nem de uma educação de excelência e inclusiva.

Essas reflexões devem ser estendidas às pesquisas da História da Educação brasileira, pois os estudos do processo educativo, a partir do ângulo das experiências dos indivíduos negros, dos grupos culturais negros e dos movimentos sociais negros, vêm para ampliar, democratizar e colorir com tintas da pluralidade esse campo de estudos. Desse modo, nosso trabalho traz uma história do movimento negro de Campina Grande nas suas atuações reivindicatórias no âmbito educacional como parte inclusiva da história da educação paraibana.

2.2 – Um olhar sobre a historiografia do Movimento Negro no Brasil

O crítico literário Alfredo Bosi (1992), refletindo sobre os significados epistemológicos e sociológicos em torno do conceito de “Cultura”, indica que “começar pelas palavras talvez não seja coisa vã”. Emanando-nos dessa mensagem, refletiremos quanto à concepção de “movimento negro” e de como esse coletivo foi e vem sendo estudado no Brasil. Não se pretende, aqui, fazer um balanço de todos os trabalhos publicados acerca desse tema, dado o número extenso de estudos lançados nos últimos anos. Tal análise, porquanto, daria uma pesquisa de tese à parte⁵².

O que estabeleceremos é uma reflexão voltada para alguns autores e textos emblemáticos sobre as principais características do movimento negro brasileiro e, igualmente, refletir como esse ator político vem sendo abordado. Dessa maneira, para melhor localizar o coletivo negro de nossa pesquisa, o MNCG. Essa questão se coloca como importante, para que assim evitemos anacronismos e imprecisões analíticas.

A luta dos povos negros por melhores condições de vida na sociedade brasileira existe desde o início da escravidão, em razão de que a história do tráfico negreiro e da diáspora

⁵² Aqui se constata um campo aberto para novos trabalhos. Tem-se poucas pesquisas historiográficas referentes aos estudos sobre os movimentos negros no Brasil. Em outras palavras, ainda se encontra incipiente a análise histórica das pesquisas desenvolvidas em relação ao movimento negro brasileiro.

negra também é uma história de lutas e de resistências. A escravidão foi a instituição com mais tempo de longevidade no país, durou mais de três séculos. O Brasil foi a última nação do mundo ocidental a abolir o sistema escravocrata.

Cabe destacar também que, durante o tráfico negreiro internacional (XVI-XIX), o maior contingente de africanos escravizados no mundo foi deslocado para as terras brasileiras, sendo mais de quatro milhões de seres humanos contrabandeados. Esses números téticos não podem ser encarados apenas pelo viés estatístico e frio dos cálculos matemáticos; trata-se, antes de tudo, de seres humanos que tiveram suas vidas brutalmente transformadas e violentadas. Num processo que não foi um resultado natural da história, mas ao contrário, a escravização de africanos no comércio transatlântico foi um desdobramento de uma etapa do sistema capitalista que legitimou tal ordenamento de exceção e de aviltamento de milhares de pessoas negras.

Esse comércio de escravizados se subsidiava nos termos raciais vinculados à cor da pele. Aspectos que foram regulados pelas teorias científicas, num conjunto de ideias e de justificativas que naturalizaram a existência da humanidade dividida entre “raças”. Nessa conjuntura, a “raça negra” foi sentenciada como “inferior” e propensa “naturalmente” à escravização.

Daí que, no presente texto, usarmos o termo “escravizado” em vez de “escravo”, pois, assim, evidenciamos semanticamente a noção de que essas pessoas não nasceram “escravas”, elas foram transformadas em mercadorias, atendendo às regras e aos valores de uma época histórica⁵³.

Todavia, esse contexto histórico foi atravessado por experiências de resistências negras, existindo várias manifestações de revoltas⁵⁴, como levantes, fugas individuais e em massa, além de constituições de quilombos e movimentos abolicionistas, entre outros tantos exemplos.

Nas últimas décadas do século XIX, o movimento abolicionista esteve presente em todas as regiões do Brasil e pode ser considerado como o primeiro movimento de massa de abrangência nacional, no qual surgiram várias experiências de conquistas de leis e de questionamento concreto à ordem escravocrata. Tanto é assim que, quando a princesa Isabel

⁵³ Não é que o uso do termo escravo esteja errado, pois era a categoria institucionalizada na época e presente nos documentos históricos, mas aqui a proposta é deslocar o termo para possibilitar algumas reflexões em torno dessa questão.

⁵⁴ Pode-se citar o Quilombo de Palmares, a Revolta dos Malês (1835), a Revolta do Quebra-quilos (1871) entre outras tantas revoltas e quilombos que surgiram nas regiões brasileiras na época da escravidão. Foram acontecimentos que pressionavam a ordem escravocrata. Esse último levante assinalado teve a participação de escravizados (Lima, 2005).

assinou a Lei Áurea, no dia 13 de maio de 1888, libertou um contingente de cerca de 700 mil pessoas, o que revela que a maioria dos escravizados já tinha se libertado⁵⁵ (Chalhoub, 2012).

O processo de libertação foi excludente e colocou os libertos e seus descendentes às margens dos direitos de cidadania, bem como sem nenhum acesso às políticas indenizatórias e/ou compensatórias diante da violência e da desestruturação econômica e social que sofreram durante anos pelo Estado brasileiro. Consequentemente, nas décadas seguintes à abolição, apareceram em vários estados brasileiros um conjunto de grupos e de movimentos negros lutando por direitos, coletivos sociais que estarão presentes durante o transcorrer do século XX.

A partir dessa contextualização, situamos que, quando mencionamos o movimento negro, estamos tratando desses grupos que surgiram após a abolição até os dias atuais. No caso específico do Movimento Negro de Campina Grande, este teve seu início em 1986 e constituiu-se a partir da influência do Movimento Negro Unificado, criado em São Paulo, no ano de 1978. Com efeito, os coletivos negros surgidos a partir de então são denominados de movimentos negros contemporâneos (Pereira, 2013; Gomes, 2017).

Florestan Fernandes (2021) pode ser considerado um dos primeiros autores a se debruçar com mais atenção sobre os movimentos sociais negros no Brasil. Destaca-se, assim, o seu texto “A integração do negro na sociedade de classes”, escrito e defendido como parte do concurso para a Cadeira de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, em 1964. Os dados utilizados nesse trabalho de Florestan foram levantados nas décadas de 1950 durante sua pesquisa financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO⁵⁶.

Essa obra reflete acerca do processo de integração da população negra na ordem capitalista pós-abolição, na sociedade de classes do sistema de trabalho livre de competitividade. Para Fernandes (2021), com a existência do racismo no Brasil, não há possibilidade de existir “democracia racial”, muito menos “democracia”. Daí que ele usa a expressão “o mito da democracia racial” (Fernandes, 2021). O estudioso aponta que as condições estruturantes de pauperização da população negra permaneceram após o fim da escravidão e esse contingente da população ficou à mercê de suas próprias responsabilidades.

⁵⁵ O processo de abolição no país é um tema bem complexo e bastante estudado na historiografia, existem vários fatores contribuintes, sejam econômicos, políticos, sociais, culturais, além de conexões internacionais. Desse modo, sobre esse desenvolvimento, recomendamos o estudo de Sidney Chalhoub (2012).

⁵⁶ Vale destacar que os professores Roger Bastide e Florestan Fernandes, da USP, ficaram responsáveis por esses estudos em São Paulo. Ao situar os projetos de pesquisas nos municípios de São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro e Salvador, ficaram de fora muitas experiências individuais e coletivas, no mesmo período, de lutas contra o racismo localizadas em outros municípios e estados brasileiros.

Esse quadro social marcou uma geração de negros que contestaram essa situação e lutaram por uma “nova abolição” e por sua integração plena na sociedade de classes. Dessa maneira, surge uma imprensa negra e vários coletivos negros que vão protestar contra essa ordem racialmente desigual, com destaque para a Frente Negra Brasileira (1931-1937).

Tais movimentos sociais podem ser considerados as “primeiras grandes tentativas coletivas de correção substancial das contradições existentes entre o substrato legal e a realidade social implantados através do abolicionismo e da experiência republicana” (Fernandes, 2021, p. 379).

Essas questões são abordadas na segunda parte de sua pesquisa, intitulada “Os movimentos sociais no meio negro”, na qual Fernandes (2021) analisa os objetivos e as causas desses coletivos, bem como aponta suas possibilidades, limites e contradições. Valendo-se, para isso, de um conjunto variado de documentos, de jornais a relatos de lideranças negras de São Paulo da primeira metade do século XX, entre outras tantas fontes documentais.

Fernandes (2021) destaca que a luta desses movimentos sociais negros não se dava contra a ordem econômica, social e política existente, o foco residia na abolição das distinções e de privilégios raciais, visto que esses coletivos almejavam, o quanto antes, a igualdade econômica e social perante os brancos. O confronto se configurava pela integração do negro na recente sociedade republicana, para que, assim, os seus direitos fossem efetivamente iguais aos dos brancos.

Para esse sociólogo, esses movimentos negros foram importantes, pois trouxeram à luz do dia a força do protagonismo negro na sociedade brasileira após o regime escravocrata. Nos seus próprios termos, ele reflete que:

Não obstante, nesse ínterim, os movimentos sociais reivindicatórios preencheram uma tarefa histórica de inegável magnitude. Alargaram o horizonte cultural do “negro”, ajustando-o melhor à natureza da sociedade de classes, e incentivaram-no a contar consigo próprio na “luta pela vida”, confiando em seus recursos materiais e morais. Ensinarão-no, sobretudo, que o negro não é inferior ao branco e que seu lugar na sociedade dependerá do que souber fazer para tirar proveito de suas aptidões. (Fernandes, 2021, p. 453)

Ainda nesse estudo, Florestan Fernandes (2021) utiliza a expressão “movimentos sociais” para se referir às entidades de caráter racial e constituídas por pessoas negras, em São Paulo, durante as primeiras décadas do século passado. Nesse contexto histórico, tem-se a assunção da imprensa negra. Nessa época é possível localizar, pouquíssimas vezes, em jornais

e em outros documentos, a expressão “movimento negro”, mas não no sentido que atribuímos hoje, que se refere aos grupos e às entidades de militantes negros em prol da luta contra o racismo. Como exemplo, no jornal “A voz da raça”, do dia 23 de junho do ano de 1934, na coluna intitulada “Wilson, observando”, lemos:

Para quem tem observado o *movimento negro* dentro do Brasil deve ter notado certas melhorias, não obstante os nossos patrícios ainda estarem bastante atrasados na civilização. O negro necessita ainda de muitas correções nos modos e gestos, aprender a ter compreensão, saber apreciar as coisas belas, instrutivas, para melhorar sua educação tanto moral como intelectual. (Voz da Raça, 23 jun. 1934, grifo nosso)

Essa mudança em torno da expressão em análise ocorreu a partir dos coletivos e grupos surgidos nos anos de 1970, “que tornaram comum o uso do termo *Movimento Negro* para designar o seu conjunto e as suas atividades” (Pereira, 2008, p. 26, grifo nosso). Sobretudo, com a constituição do MNU, em 1978 – o Movimento Negro Unificado - que pode ser lido como um marco histórico. A partir de então, a expressão “Movimento Negro” ganhou espaço na sociedade, nos debates políticos e acadêmicos.

Essas delimitações reflexivas referentes ao termo MN⁵⁷ se fazem necessárias para melhor contextualizarmos nossa pesquisa e evitarmos incongruências históricas. Por exemplo, Cleidiana Bem Elias (2022), num trabalho acerca da constituição do movimento capoeirista e de sua trajetória de resistência no município de Campina Grande (1980-2014), coloca que:

Pensar sobre o Movimento Negro Contemporâneo, desde sua gênese, tanto em Campina Grande como no Brasil, é algo complexo. *Como sabemos, o Movimento Negro Contemporâneo já estava ocorrendo, entre o período de 1889 a 1937*, e foi uma fase difícil, pois foi pensado na liberdade do homem negro, porém não foi pensado em meios para solucionar as desigualdades raciais em termos culturais, políticos e socioeconômicos. (Elias, 2022, p.58, grifo nosso)

A passagem acima se encontra no primeiro capítulo de sua dissertação, espaço dedicado a uma contextualização sobre aspectos formativos da história de Campina a partir do prisma das questões raciais. Nisso, ao trazer o processo de constituição do MNCG, Elias (2022) não o contextualiza enquanto um coletivo que se forma a partir das repercussões do surgimento do MNU, em 1978. Além desses aspectos, afirma que “o Movimento Negro

⁵⁷ A partir de então, também denominaremos a sigla MN para nos referirmos ao Movimento Negro.

Contemporâneo” já existia desde o início do século XX, quando a expressão ainda não era reconhecida nos termos atuais, dado que só advém a partir dos anos de 1970 (Pereira, 2008).

Dessa maneira, na pesquisa elaborada por Elias (2022), encontra-se ausente uma periodização histórica mais cuidadosa referente aos movimentos negros existentes no Brasil do século XX, em especial, do MNCG. Já existem autores e textos que, por sua vez, propõem uma periodização em fases e/ou momentos desses coletivos sociais no Brasil (Santos, 1985; Junior, 1992; Pereira, 2008; Domingues, 2007; Gomes, 2017).

Deste modo, pode-se apontar que os estudos de pesquisadores vinculados ao projeto da Unesco, no decênio de 1950, foram importantes nas reflexões em torno dos movimentos negros existentes na primeira metade do século passado. Desses estudiosos, destaca-se a obra do Florestan Fernandes (1989, 2021) por dedicar um espaço considerável de seus textos para a reflexão sobre o protesto negro e os movimentos sociais negros⁵⁸.

Nessa conjuntura, o movimento negro brasileiro recebeu projeção nacional a partir dos anos finais de 1970. Assim, os primeiros estudos e reflexões acerca desse movimento social, na sua concepção contemporânea – MN – ocorreram a partir da década de 1980. Nesse contexto, Lélia Gonzalez (1982)⁵⁹, que participou do processo de formação do MNU (1978-), foi uma das primeiras estudiosas a analisar as dificuldades no tocante à compreensão do movimento negro brasileiro. “Na verdade, falar do Movimento implica no tratamento de um tema cuja complexidade, dada a multiplicidade de suas variantes, não permite uma visão unitária” (Gonzalez, 1982, p. 9).

Para Gonzalez (1982), o surgimento do Movimento Negro Unificado (1978) foi um processo de amadurecimento dos múltiplos coletivos negros que o precederam. Pois, existiram no país uma ampla diversidade de grupos negros, com agendas de lutas e espaços de atuações diversas, desde a Imprensa Negra até o Teatro Experimental do Negro, entre outros tantos.

Ainda assim, torna-se possível adotar a compreensão de que se tratam de movimentos negros, pois a dimensão negra é um dado que os singulariza. Essa pluralidade de coletivos

⁵⁸ A obra de Florestan também influenciou militantes que estiveram no processo de constituição de criação dos movimentos sociais negro no processo de transição democrática no Brasil, como foram os casos de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, entre outros. Nesse contexto, a Associação Cultural do Negro, em 1965, pelo trabalho sobre a Integração do Negro na Sociedade de Classe, concedeu a Florestan Fernandes o título de sócio honorário (Domingues, 2020).

⁵⁹ Nasceu em 1935 e faleceu em 1994. Professora universitária e autora de ensaios e livros importantes sobre a temática do feminismo negro, do *decolonialismo* e do movimento negro brasileiro. Trata-se de uma das principais vozes do movimento e feminismo negro no Brasil.

negros é constituída por pautas e características próprias que devem ser refletidas e consideradas (Gonzalez, 1982).

Alguns anos depois do texto de Lélia Gonzalez (1982), Joel Rufino dos Santos (1985) também estabelece algumas reflexões a respeito da definição de movimento negro. Para esse autor, existem dois entendimentos sobre esse coletivo, um pelo viés de um “sentido restrito” e o outro numa perspectiva de “sentido amplo”.

No primeiro caso, Joel Rufino (1985) se refere às entidades e ações de coletivos negros existentes desde a década de 1930, tendo como marco a constituição da Frente Negra Brasileira. Essa concepção, divide-se em duas fases: a primeira (1931-1945), marcada pela luta voltada à integração do negro, e a segunda (1946-1984), caracterizada por uma nova atitude dos movimentos negros e um enfrentamento mais concreto em torno da ideologia da democracia racial. O outro entendimento de movimento negro proposto pelo autor, o de “sentido amplo”, é defendido por ele como a melhor definição, pois significa:

Todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à auto-defesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros. (Utilizo preto, neste contexto, como aquele que é percebido pelo outro; e negro como aquele que se percebe a si). Entidades religiosas (como terreiros de candomblé, por exemplo), assistenciais (como as confrarias coloniais), recreativas (como “clubes de negros”), artísticas (como o Grupo de Dança Afro Olorum Baba Mi), culturais (como diversos “centros de pesquisa”) e políticas (como o MNU); e ações de mobilização-política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e “folclóricos” – toda esta complexa dinâmica, ostensiva ou invisível ou cotidiana, constitui movimento negro. (Santos, 1985, p.287, grifo nosso)

Essa aceção defendida pelo estudioso se torna inconsistente em termos históricos, visto apresentar uma diversidade de manifestações negras distintas sem delimitação temporal e de contexto. Nos seus próprios termos, diz-se: “todas as ações em qualquer tempo” (Santos, 1985). Exemplificando, segundo o recorte estabelecido por Santos (1985), comunidades de terreiras e confrarias coloniais podem ser denominadas de movimento negro, compreensão que resulta numa generalização que esvazia as complexidades de contextos sociais e culturais dessas atividades.

Por exemplo, o movimento de capoeiristas e das religiões do axé são constituídos por uma dimensão negra, assim como existe o aspecto da cultura de resistência negra, detendo conexões com a luta do movimento negro. Porém, essas manifestações têm suas regras e

características próprias ligadas aos aspectos culturais, sociais e religiosos. Dessa maneira, essa proposta de Joel Rufino (1985) torna-se problemática do ponto de vista histórico.

Numa interpretação próxima a de Santos (1985), Nilma Lino Gomes (2017) defende uma visão ampliada de compreensão sobre o Movimento Negro existente no país. Segundo essa autora:

Entende-se como movimento negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação, da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. (Gomes, 2017, p. 24)

Nilma Lino Gomes (2017) afirma que podem ser considerados movimentos negros as organizações que se posicionam contra o racismo, sejam elas acadêmicas, culturais, artísticas, entre outras. Por esse ângulo, concordamos com a autora, pois o elemento norteador desse movimento social é a luta antirracista, contudo, a nossa compreensão foca no movimento negro na sua dimensão política de mobilização racial (negra). Destaca-se, assim, que esse coletivo político assume em muitos momentos as feições culturais (Domingues, 2007). Desta forma, consideramos movimentos negros os existentes desde o pós-abolição – do início do século XX – até os dias correntes.

Estamos estudando o MNCG. Trata-se, antes de tudo, de um movimento social, que surgiu a partir da iniciativa de indivíduos que se organizaram em um coletivo social, detendo práticas de atuações e de lutas, fazendo contrapontos aos valores racistas presentes na sociedade campinense. Além desses aspectos, compete destacar que os militantes de uma organização social têm no horizonte, expectativas de mudanças e de transformações sociais. Nesse âmbito, o MNCG se constituiu como um movimento social que nasceu e atua tendo como eixo principal a luta contra o racismo.

Ainda em relação aos movimentos sociais negros no Brasil, Amauri Mendes (2008) e Petrônio Domingues (2007) propõem periodizações importantes. O primeiro pesquisador considera que existem três momentos de impulsos marcantes para a história desses movimentos. Inicialmente surge o primeiro impulso, a partir da década de 1920, com o advento da imprensa negra, sobretudo, em São Paulo, e com a constituição da Frente Negra Brasileira (1931-1937).

O segundo impulso vai de 1940 a 1970, um momento marcado pelo advento das experiências do Teatro Experimental do Negro (TEN) e de constituição das condições necessárias para que, nas décadas de 1950 e 1960, possibilitassem o surgimento da retomada dos movimentos sociais negros nos anos de 1970. Por fim, o último impulso acontece dos anos 70 em diante, quando se amadurece o papel e a presença do Movimento Negro como eixo propulsor da cultura de consciência negra. Ademais, esse momento possibilitou um salto qualitativo na luta contra o racismo (Pereira, 2008).

Nos termos de Amauri Mendes Pereira (2008), as razões desse processo de fortalecimento se deram por motivo de que o movimento já não dependia unicamente dos poucos militantes negros atuantes, pois a temática da consciência negra conseguiu entrar no espaço do debate público e se tornou um assunto de setores institucionais do Estado. Nesse momento, “a questão já não era como se manter ativo, mas como e para onde avançar” (Pereira, 2008, p. 68).

Petrônio Domingues (2007), por sua vez, indica uma divisão próxima à proposta por Amauri Mendes (2008), porém, apresenta algumas tendências norteadoras próprias em cada período proposto. Domingues (2007) propõe analisar a trajetória do movimento negro brasileiro, entre 1889 e 2000, compreendendo que durante esse período o coletivo social negro constituiu um conjunto de ações diversas em prol da população negra. Para ele, o movimento negro brasileiro pode ser pensado nos seguintes sentidos:

Movimento Negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum. (Domingues, 2007, p. 102)

Portanto, para Domingues (2007), o movimento se compõe na luta cultivada pelos próprios negros na tentativa da resolução de seus problemas. Nesse âmbito, a centralidade do ser negro e da autoafirmação do pertencimento à “raça negra” se tornam o ponto de partida. Cabe salientar que o movimento negro estará presente no transcorrer de todo século XX.

Esse momento, segundo o referido estudioso, divide-se em três fases, a saber: a primeira fase do movimento negro brasileiro foi organizada no período da “Primeira República ao Estado Novo (1889-1937)”;

a segunda, foi no recorte histórico entre a “segunda

República e a ditadura militar (1945-1964)”; e, por último, a terceira fase do Movimento Negro deu-se do início do processo de “redemocratização à República Nova (1978-2000)”.

É importante frisar que a primeira fase se encontra no início do período republicano, no qual foi instituído um projeto de embranquecimento da nação por meio do incentivo da imigração europeia para trabalhar nas lavouras de café e de outras culturas agrícolas dos estados das regiões Sul e Sudeste, com destaque para São Paulo. Na passagem do século XIX para o XX, progressivamente existiu um deslocamento do eixo econômico nacional para São Paulo, como a expansão da cultura cafeeira, que num primeiro momento abrigou um grande fluxo de escravizados, seguido de imigrantes europeus.

As elites brasileiras à frente do Estado comandaram um projeto de embranquecimento da população brasileira. Acreditava-se que o processo da imigração europeia resultaria em impactos que, a longo prazo, transformaria o país numa população majoritariamente formada por pessoas brancas (Schwarcz, 1993). Nesse diapasão, as necessidades da gente negra foram invisibilizadas e os processos de discriminação e de exclusão das primeiras gerações de negros pós-abolição se intensificaram.

Tais dados estiveram mais expostos em São Paulo, onde o processo de modernização ocorria em ritmo acelerado. Assim, as oportunidades de funções de trabalho no espaço urbano se expandiam, contudo, estes ambientes estavam, muitas vezes, vedados aos negros. Existia, por assim dizer, um processo de emparedamento que não permitia o acesso dos afrodescendentes aos lugares mais dinâmicos do mercado de trabalho paulista (Fernandes, 2021).

Não é por acaso que é em São Paulo que teremos um conjunto de iniciativas organizadas em torno do protesto negro. A imprensa negra surge nesse sentido. Das décadas de 1910 a 1940, uma série de jornais organizados e produzidos por negros aparece em São Paulo: Menelick (1915), O alfinete (1918), A Liberdade (1918), O Getulino (1923), Clarim da Alvorada (1924), Voz da Raça (1933), entre outros tantos. Estima-se que, em 1930, circulavam mais de trinta jornais com o recorte racial e produzidos por negros (Domingues, 2007). Muitos desses periódicos tinham vida efêmera; poucos se sobressaíram e se mantiveram por mais anos⁶⁰.

Esses tipos de jornais também existiram em outros estados e municípios brasileiros, mas a predominância e o maior alcance, deram-se em São Paulo. Relewa destacar que essas

⁶⁰ Da segunda metade do século XIX surgiram alguns jornais que tematizaram a luta pelo direito dos negros e dos escravizados, mas eram poucos e não tiveram uma sistematização de circulação. Destaca-se que parte desses períodos que compuseram a imprensa negra foi digitalizada e se encontra disponível para pesquisa. Para mais detalhes, disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/impresnanegra/>. Acesso em: 07 jul. 2023.

ações existiam em outros países impactados também pela escravidão negra, como foi o caso dos Estados Unidos. Além disso, também ocorria uma circularidade internacional de informações e de ideias sobre as questões negras numa perspectiva (afro)transatlântica⁶¹ (Butler; Domingues, 2020).

A imprensa negra foi o resultado de um grande esforço de negros em torno da luta pela cidadania que tinha no acesso à escrita e ao letramento um de seus principais meios. Releva observar que os jornais impressos eram os principais veículos de comunicação das informações sociais e culturais da época.

No tocante a essa questão, Paulina L. Alberto (2017) aponta que essa geração de homens da “classe de cor” usava de seus periódicos para contestar o *status quo* que tornava permanente o processo de exclusão sofrido na pele. Em razão de que viviam impulsos sociais que os aproximavam de uma classe média, mas eram impedidos de uma maior ascensão devido às distinções quanto à cor negra.

Ainda segundo essa estudiosa, o fato de um conjunto de homens negros tomarem para si o processo de produzir jornais e a assunção da escrita pode ser lido pelo “cunho político por demonstrar sua capacidade de provar aptidão dos homens negros para cidadania e pela contestação das ideias dominantes sobre sua degradação intelectual” (Alberto, 2017, p. 57).

Esta primeira fase do Movimento Negro (1889-1937) foi um período constituído de outras ações além da imprensa negra, visto que tivemos a ascensão de vários coletivos negros, como, por exemplo, “O Centro Cívico Palmares”, em 1926. Mas o grande destaque vai para a Frente Negra Brasileira (1931-1937). Trata-se da experiência de maior abrangência da militância negra até então, com ramificações em vários estados brasileiros (PE, MG, RS, ES, BA) e conta com um contingente considerado de participantes, ultrapassando a marca de mais de 10 mil associados⁶² (Moura, 1983).

A Frente Negra Brasileira detinha uma estrutura organizacional nunca vista no protesto negro, com escolas, grupos de teatro, departamento jurídico, jornal próprio – “A voz da raça” –, entre outros serviços. Essas características fizeram com que os *fentenegrinos* recebessem uma boa adesão de homens e mulheres negros(as). Mas existiu uma série de

⁶¹ Domingues (2020) localizou jornais negros norte-americanos, como o “Chicago Defender”, que faziam menções à Frente Negra Brasileira e suas ações, assim como também encontrou jornais da imprensa negra brasileira noticiando acontecimentos e eventos realizados por negros estadunidenses. Portanto, o pesquisador demonstra o caráter transatlântico e afro-diaspórico da luta por direitos da gente negra estabelecida na imprensa negra da primeira metade do século anterior. Para mais informações, vide seu artigo “Como se fosse Bumerangue: Frente Negra Brasileira no Circuito Transatlântico” (2020).

⁶² Embora esses números sejam apresentados por estudiosos, muitas das vezes, sem fontes documentais comprobatórias. Contudo, sabe-se que foi o movimento negro brasileiro, até hoje, com o maior número de associados.

desentendimentos ideológicos entre lideranças que estavam no comando da FNB⁶³. Arlindo Veiga Neto, principal liderança da entidade, era adepto de alguns ideais ligados ao nacionalismo de direita que defendiam alguns valores expostos pelo nazifascismo. Dado que acarretou a saída de alguns membros da entidade que, por sua vez, criaram “A Legião Negra Brasileira” – inspirada em ideias socialistas, mas que não conseguiram ter a mesma força de expressão da FNB.

Uma das principais realizações da Frente Negra Brasileira foi ter conseguido a aceitação de negros no ingresso da Força Pública de São Paulo. Esse fato rendeu muito prestígio para a entidade perante à comunidade negra na época. No ano de 1936, foi criado o Partido da Frente Negra, mas este logo sofreu uma *debacle* irreversível com o advento do Estado Novo (1937-1945). Por conseguinte, a ditadura implementada por Getúlio Vargas determinou o fechamento da Frente Negra Brasileira.

Ainda houve um esforço de tentativa de continuidade com a criação da “União Negra Brasileira”, todavia, a entidade deixou de existir em 1938, por coincidência, na data dos 50 anos da abolição da escravidão (Moura, 1983). Igualmente, com o fim da Frente Negra Brasileira, no ano de 1937, encerra-se a primeira fase do Movimento Negro brasileiro (Domingues, 2007).

A segunda fase do Movimento Negro (1945-1964) no Brasil foi marcada pelo intervalo de duas ditaduras. Inicia-se após a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e encerra-se com o advento da ditadura militar (1964). Com o fim do período do autoritarismo varguista, os movimentos negros voltaram com bastante força, muitas associações e coletivos negros surgiram em várias regiões de país. Dentre essa ampla variedade, destacamos a “União dos Homens de Cor”, que surgiu em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no ano de 1943. Essa entidade negra se expandiu para outros estados e municípios brasileiros.

A UHC atuava na promoção de debates na imprensa local, serviços de assistência jurídica, médica e de alfabetização (Domingues, 2007, p. 108), chegando a ser recebido pelo Presidente Vargas em 1950. Outro movimento de destaque nesse período foi o Teatro Experimental do Negro, iniciado em 1944, no Rio de Janeiro, sob a liderança de Abdias do Nascimento⁶⁴.

⁶³ Frente Negra Brasileira.

⁶⁴ Foi um dos mais destacados intelectuais e militante negro brasileiro. A trajetória de vida e de militância de Abdias do Nascimento se confunde com a história do protesto negro do Brasil contemporâneo. Nasceu em 1914 e faleceu em 2011. Participou da Frente Negra, fundou o Teatro Experimental do Negro, organizou a Convenção Nacional do Negro e o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro. Durante a ditadura militar, exilou-se para vários países, onde, na década de 1970, fez uma série de denúncias contra o racismo presente no Brasil, criou o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros, também fez parte do processo da constituinte de 1988, autor de vários

O TEN criou o jornal “Quilombo”, impresso no Rio de Janeiro, que circulou entre o final dos anos 40 até o início de 1950. Além disso, esse grupo oferecia cursos de alfabetização, cursos sobre a África e estabeleceu eventos nacionais, como a Convenção Nacional do Negro, em 1945, e o 1º Congresso do Negro Brasileiro, no ano de 1950 (Alberto, 2017).

O grupo em questão foi um dos pioneiros a trazer ideias da negritude⁶⁵ francesa ao Brasil. O TEN, com o advento da ditadura militar, sofreu um refluxo na sua expansão e, devido ao exílio forçado do seu principal líder, Abdias do Nascimento, chega ao fim em 1968. Outro nome de proa neste período foi o de Solano Trindade⁶⁶, poeta social e um dos propagadores do Teatro Social.

Também se destaca nessa fase do Movimento Negro a apresentação do documento “Declaração de Princípios do Comitê Democrático Afro-brasileiro” – 1945. Neste documento produzido por alguns estudantes e militantes negros, entre eles Abdias do Nascimento e Solano Trindade, tem-se um conjunto de exigências por direitos para o povo negro, assim como pela defesa da democracia e contra qualquer forma de governo fascista. Nesse texto, localizamos também a defesa pelo direito à greve, à anistia completa a todos os presos políticos e à defesa por educação (Moura, 1983).

Assim, nota-se que a participação do movimento negro e de seus militantes não se estendia apenas às reivindicações próprias, mas estes também estiveram atuantes nas lutas públicas maiores, dos grandes debates políticos localizados no Brasil. Aspectos circunscritos em outros momentos da história do movimento negro brasileiro. Como ocorrerá com o advento do Movimento Negro Unificado nos anos 70, na sua posição de resistência frente à Ditadura Militar. Com o golpe de 1964, encerrava-se a segunda fase do MN (Domingues, 2007).

A terceira fase do Movimento Negro, organizado na República, ocorreu entre 1978 e 2000 (Domingues, 2007). Portanto, nasce no período da Ditadura Militar e se conecta a vários acontecimentos e experiências internacionais e locais. Todavia, ressalta-se que o período que antecede esse momento, de 1964 a 1978, foi também marcado por um conjunto de ações de

livros e ensaios importantes sobre quilombo e a cultura negra e africana. Para mais informações. Disponível em: <http://www.letas.ufmg.br/literafro/autores/462-abdias-nascimento>. Acesso em: 22 jul. 2023.

⁶⁵ Francisco Solano Trindade, nasceu em 1908, Recife, e morreu em condições paupérrimas em 1974. Trata-se de um dos principais poetas da literatura afro-brasileira, um dos fundadores do Teatro Popular Brasileiro, além de um dos mais destacados militantes negros. Para mais informações: <http://www.letas.ufmg.br/literafro/autores/429-solano-trindade>. Acesso em: 22 jul. 2023.

⁶⁶ Movimento literário afro-franco-caribenho que surge a partir dos anos de 1930, que se propõe a valorizar a cultura negra-africana. O poeta nascido na Martinica, Aimé Césaire e Léopold Sédar Senghor, poeta e primeiro presidente do Senegal, foram os principais nomes da Negritude (Cashmore, 2000).

lutas negras, instituições, grupos, jornais em defesa do povo negro, que surgiam, à sua maneira, num contexto de forte repressão política.

Essa conjuntura afetou os movimentos e militantes negros brasileiros, pois as “elites intelectuais negras foram desarticuladas pelo golpe de 64... a repressão desmobilizou as lideranças negras, lançando-as numa espécie de semiclandestinidade isolada das organizações propriamente clandestinas” (Gonzalez, 1982, p. 30).

Nesse contexto, é reveladora a recordação da cantora Elza Soares⁶⁷ sobre o advento do golpe militar: “[...] eu lembro do que aconteceu no dia seguinte. Veio o golpe. E aí fiquei assustada. Pelo Brasil. Por mim. *Pela minha raça*, por toda a gente miserável que estava ali e não ia ser representada mesmo, ia ser mais prejudicada ainda.” (Camargo, 2018, p. 192, grifo nosso).

Neninho do Obaluaê⁶⁸, militante negro nessa época, que foi preso durante o período de repressão, recorda de maneira semelhante quando dos primeiros dias do momento do Estado de exceção: “[...] pelas ruas a Polícia e o Exército tentavam conter as manifestações. Porém, ninguém ousava fazer qualquer comentário. *Havia o medo no ar. Era tudo. Principalmente para os negros* (Obaluaê, 1999, p. 37, grifo nosso).

Essas imagens, trazidas pelas memórias de Lélia Gonzalez (1982), Elza Soares (2018) e Neninho do Obaluaê (1999), refletem a percepção de que o golpe militar veio acompanhado de muita repressão sobre os setores populares da sociedade, em especial, no que se refere ao contingente negro da população. Isso também ocorreu em relação aos militantes e suas organizações sociais, bem como atingiu as pessoas negras que não se vinculavam a nenhum movimento social e cultural. Portanto, o negro, na lógica do aparelho repressivo instalado pelos militares, tornou-se um suspeito em potencial.

Karin Sant’Anna Kössling (2007) demonstrou, a partir da análise documental dos arquivos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), que foi fundado em 1924 e extinto no ano de 1983, como o movimento negro e seus

⁶⁷ Uma das mais talentosas vozes da música brasileira, que imortalizou, na sua voz singular, a música “A carne”, de Seu Jorge, Marcelo Yuka e Ulisses Cappelette, que retrata como numa sociedade racista a vida negra vale menos que as outras. Elza viveu uma vida marcada por muitas tragédias pessoais e teve um romance conturbado com Garrincha, o jogador do Botafogo e da seleção brasileira de futebol. Durante a ditadura teve sua casa metralhada e recebeu várias ameaças, o que a fez exilar, voltando anos depois ao Brasil. Nasceu em 1930 e morreu no ano de 2022. Para mais informações, conferir o livro **Elza** (2018), biografia escrita pelo jornalista Zeca Camargo.

⁶⁸ José Augusto Gonçalves da Silva, nasceu em 1948, São Paulo, foi preso político durante a ditadura militar. Também é dos militantes que compuseram a construção do Movimento Negro Unificado em 1978, assim como foi fundador do Centro de Luta Neto de Zumbi, em 1979, e Coordenador do Centro de Lutas do Movimento Negro Unificado Intra-Cárcere. Publicou o livro **Beco Sem Saída**: eu vivi no Carandiru (1999).

milитantes foram alvos de vigilância e repressão por parte desse órgão de repressão durante (1964-1983).

Kössling (2007) analisa que, desde 1940, os movimentos negros em São Paulo viviam sendo vigiados pelo DEOPS, dados que foram intensificados durante a Ditadura Militar, articulando-se com outros órgãos de repressão, como o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Defesa Interna (DOI-COD).

Com o advento do MNU, o monitoramento repressivo ficou mais evidente, sobretudo no receio dos militares de que existissem movimentos de contestação racial semelhantes aos que estavam existindo nos Estados Unidos, como os “Panteras Negras” e as lutas por direitos civis agenciadas pelos negros estadunidenses.

Além desses aspectos, na Lei de Segurança Nacional de 1967, eram considerados crimes, ações que estimulassem as questões em torno de discussões sobre o ódio ou discriminação racial (Kössling, 2017). Assim, para os militares, o racismo era um tema levantado por grupos ligados às esquerdas, logo, conectados ao comunismo.

Dessa maneira, no momento de constituição do Movimento Negro Unificado, na década de 1970, essa vigilância aumentou, sendo utilizados agentes militares infiltrados em reuniões e eventos de entidades negras, assim como os jornais e revistas de temáticas negras da época eram analisados pelos agentes da ditadura. Além desses aspectos, muitos militantes eram convocados para depor em delegacias. Dados assim, não ficaram apenas na cidade de São Paulo, em outros municípios onde existia Movimento Negro também houve o monitoramento dos agentes da repressão (Kössling, 2007).

Nesse sentido, Joel Rufino dos Santos (1985) aponta que, nesse período, muitas entidades negras usavam o conceito de cultura e o termo “afro-brasileiro” para não se deixar evidenciar o aspecto racial, visto a repressão quanto ao termo na época. Nessa conjuntura de Ditadura Militar, os movimentos e entidades negras surgiam e se contrapunham ao racismo e reivindicavam seus direitos dentro dos seus limites de atuação. Podemos mencionar nesse período algumas das entidades existentes no país, a saber:

Grupo Palmares, no Rio Grande do Sul, 1971; Centro de Cultura e Arte (Cecan) e o grupo de teatro Evolução, em São Paulo, 1972 ; o bloco afro Ile Aiyê em 1974 e o Núcleo Cultural afro-brasileiro em 1976, ambos em Salvador; a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) em 1974 e o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) em 1975, no Rio de Janeiro; o Grupo de Trabalho André Rebouças , em Niterói, e o Centro de Estudos Brasil-África (Ceba), em São Gonçalo (RJ), em 1975, entre outras. (Pereira, 2013, p. 220)

As organizações negras que surgiram durante os anos de 1960, sobretudo no decênio de 1970, foram influenciadas por vários fatores externos. Entre eles, podemos destacar: as lutas pelos direitos civis dos negros estadunidenses nas décadas de 60 e 70; a atuação de algumas de suas mais notáveis lideranças, como Martin Luther King, Malcom X e Angela Davis; e os movimentos negros norte-americanos como os “Panteras Negras”. Além desses aspectos políticos, também foi muito influente a música negra estadunidense, como a *Soul music* e o ativismo de atletas negros como Cassius Clay – Muhammad Ali (Pereira, 2008).

As lutas contra a descolonização africana também impactaram o ativismo negro dessa fase, pois, a partir dos anos de 1960, um conjunto de países do continente africano, em plena Guerra Fria, da acirrada e violenta disputa entre os blocos capitaneados pelos Estados Unidos (capitalismo) e União Soviética (Socialismo), levantou-se contra o julgo do colonialismo. Esses acontecimentos eram noticiados e chegavam ao Brasil, influenciando os militantes brasileiros (Alberti; Pereira, 2007).

No plano interno, uma geração de negros que chegava ao ensino superior foi a que lideraram a maioria dessas organizações e estiveram no prosclênio da constituição do MNU. Em outros termos, eram pessoas que estavam em ascensão no plano dos estudos e com possibilidades de progressão profissional e econômica.

Por seu turno, existia um processo de estudos em torno de experiências de lutas negras existentes no país, bem como se constatava a consciência da barreira que a cor da pele impunha a esses indivíduos nesses novos espaços ocupados. Este quadro social e cultural levou uma geração de homens negros e de mulheres negras a abraçarem a militância política, cultural e social, mesmo diante de tantos obstáculos impostos pela Ditadura Militar.

Nessa conjuntura, Hamilton Cardoso, um importante militante negro da época, sobre esse processo de conscientização, destaca a necessidade de legitimar o próprio negro na sociedade brasileira. Nisso, “enquanto sujeito e agente de luta pela cidadania, ou seja, um indivíduo que não precisa despojar-se de sua condição racial, de sua história ‘nacional’ nem de suas tradições culturais para aspirar a direitos na sociedade” (Cardoso, 1987, p. 85).

A presença das ideias marxistas, nesse período, estava progressivamente ganhando força no meio acadêmico e influenciando o debate político e intelectual. Tanto é assim que a “Convergência Socialista”, organização de orientação Trotskista, se tornou um dos espaços de formação de muitas lideranças do MNU (Domingues, 2007). Embora a relação entre a militância negra e os membros das esquerdas fosse pontuada por vários conflitos, em razão da prevalência da noção de luta de classes em detrimento das questões raciais.

É nesse contexto de acúmulos de experiências de associações negras do passado mais recente e da atuação de muitos grupos negros existentes questionando o preconceito de cor e valorizando a cultura negra em várias partes do Brasil, sobretudo em São Paulo, que aflora o MNU.

Alguns acontecimentos foram de fundamental importância para a criação desse movimento no ano de 1978, a saber: a prisão, tortura e assassinato do feirante negro Robson Silveira da Luz, na delegacia de Guaianases; a expulsão de quatro atletas negros do time juvenil de vôlei do Clube de Regata Tietê; e o assassinato de Nilton Lourenço por um policial, essa vítima, igualmente, era um homem negro e operário, morador da cidade do Rio de Janeiro (Moura, 1983).

Esses eventos geraram grande revolta e tiveram forte repercussão no meio da militância e entre intelectuais negros. Logo, foi marcado um ato público de protesto e uma carta de protesto foi distribuída no local onde se reuniram várias entidades negras de São Paulo e de outros estados. A realização dessa ação se deu, no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, e contou com a presença de mais de mil pessoas.

Um dado não trivial, pois uma manifestação com grande público na rua denunciando o racismo, a violência policial, e apontando a necessidade da luta social não era permitida pelo governo autoritário vigente na época. Enfatiza-se que esse ato foi acompanhado pela vigilância policial e teve agentes infiltrados de ponta a ponta (Moura, 1983).

Sobre essa ação emblemática, tem-se uma imagem muito significativa compartilhada por Milton Barbosa (Miltão), um dos idealizadores do MNU e uma das vozes mais relevantes da história do movimento antirracista no Brasil, aos historiadores Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira (2007). Nela é possível visualizar o nível de tensão e de ousadia desse ato político em pleno regime militar. Diz Milton Barbosa que:

No dia nos encontramos na galeria Nova Barão e saímos meio que abraçados uns nos outros, morrendo de medo. Eu mesmo tinha ido ao banheiro toda hora no meu trampo...Teve gente que falou que foi ao banheiro toda hora mesmo, um troço doido. Estávamos assustados e aí nós caminhamos: Vamos nessa... A gente percebeu, imediatamente quando ocupamos a praça, que a polícia se arrependeu de ter deixado, pelas coisas que eles falavam, ficaram xingando e ameaçando. Mas aí já era tarde. Foi um negócio barra-pesada, não foi mole não. Agora, nos articulamos muito bem com a Igreja, com a imprensa toda. A mesma grande imprensa que estava contra a ditadura militar... não tinha mais como eles reprimirem porque o Brasil vendia a imagem de país não-racista... (Barbosa *apud* Alberti; Pereira, 2007, p. 151-152)

Foi nesse evento que foi formado o Movimento Negro Contra a Discriminação Racial (MNCDR). Logo após, no dia 23 de junho do mesmo ano, aconteceu a primeira Assembleia Nacional, em que foram produzidos documentos norteadores desta organização. Na terceira Assembleia Nacional, ocorrida em Salvador, no dia 4 de novembro de 1978, o nome foi alterado para Movimento Negro Unificado (1978). Desse modo, ficou instituído que a luta central desse movimento era de combate ao racismo.

A proposta era tornar o movimento unificado nacionalmente, assim surgiram várias entidades correspondentes em vários estados. O MNU se consolidou como um significativo movimento social presente no país, mas, por outra perspectiva, a dimensão de um projeto nacional foi se despedaçando diante dos conflitos e das disputas internas existentes nos movimentos sociais negros dessa época. Estes se tornaram movimentos autocentrados e, muitas vezes, com o horizonte maior de autossobrevivência.

No entanto, o Movimento Negro Unificado participou ativamente de lutas importantes da época, como o combate à Ditadura Militar, a luta pela anistia irrestrita, pois para o movimento todo preso era político (Oliveira, 2021). O MNU apontou vários temas de preocupações, entre eles, destacaram-se a denúncia da violência policial e a luta por educação. Além disso, o movimento negro participou do processo de construção da Constituição brasileira de 1988 e dos grandes debates políticos ocorridos posteriormente. Do mesmo modo, as primeiras ações do MNCG, entre 1986 e 1988, acompanharam muitas dessas características e bandeiras de lutas. Henrique Cunha Júnior (1992), analisando esse momento histórico e movimento, indica que:

Este momento coincide com a reestruturação dos movimentos políticos e manifestações que vão levar à contestação ampla do regime militar... ela permitiu um entrosamento maior nas esquerdas do país... o que teve reflexos significativos nos setores liberais, pois todos estes grupos contestavam a ditadura militar e tinham interesses na formação ampla. O passo decisivo deste salto do movimento negro vem com a criação do MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. Embora o movimento como um todo não tenha chegado a se unificar, o aspecto da propaganda influiu em todos os sentidos. *A grande imprensa descobriu existir um movimento negro no Brasil... a palavra de ordem é a democracia.* (Cunha Júnior, 1992, p. 66, grifo nosso)

Portanto, o movimento negro conseguiu colocar as questões raciais e as reivindicações para a gente negra na agenda do poder público do Estado brasileiro. Constitui-

se como um importante ator político presente no processo de transição democrática até o transcorrer da Nova República.

Além dessa questão, tal movimento deslocou a noção de “raça negra” para o campo da legitimidade no processo de lutas reivindicatórias perante os espaços públicos e privados de poder. Desse modo, estabeleceu o enfrentamento ao ideário da democracia racial⁶⁹, projeto ideológico implementado na época do governo militar. Trata-se, em linhas gerais, de uma ideologia que defende a noção de que o Brasil é uma nação profundamente mestiça, sem os conflitos raciais existentes em outros países, como no caso dos Estados Unidos.

Nesse processo de enfrentamento ao racismo e à democracia racial, a pauta educacional se constituirá como uma das principais bandeiras reivindicatórias do MNU. De igual modo, tais questões estarão presentes nas agendas de luta do MNCG, sobretudo na década de 1980 e de 1990. A luta pela valorização do ser e estar enquanto negro no Brasil, assim como o combate ao preconceito racial, perpassam o processo de descolonização do currículo e da necessidade de enegrecimento do conteúdo de História e de outras disciplinas.

Portanto, assim se configura a terceira fase do Movimento Negro brasileiro (1978-2000), proposta por Petrônio Domingues (2007). Nesse ponto, vale ressaltar que utilizamos essa periodização para melhor localizarmos nosso estudo em torno do Movimento Negro de Campina Grande (1986-2013), que surge nesse momento e é um desdobramento do MNU. Portanto, muitas das características do MNCG se vinculam aos dados presentes no Movimento Negro Unificado.

O movimento negro contemporâneo (1978-) trouxe um conjunto de pautas para o cenário político brasileiro, a saber: uma agenda de exigências de ações de reconhecimento das diferenças raciais e culturais; políticas de identidades (a valorização de ser negro e o orgulho racial); reivindicações de políticas públicas de cidadania, isso tanto na perspectiva de combate ao racismo, assim como na exigência de garantia dos direitos civis; e as demandas por políticas afirmativas e compensatórias (Guimarães, 2012).

Petrônio Domingues (2007), ao propor essa periodização de três fases do movimento negro brasileiro durante o período republicano, indicou os principais eixos norteadores desse movimento em cada período indicado. Nesse sentido, os movimentos negros que atuaram no primeiro momento (1889-1937) apresentam um discurso reivindicatório moderado e a luta era no sentido da assimilação, de aceitação na sociedade (Fernandes, 2021; Domingues, 2007).

⁶⁹ O tema da democracia racial é bem abrangente nas ciências sociais. De toda maneira, para uma análise mais acurada sobre essa ideologia e conceito, recomenda-se a leitura do livro **Classes, raças e democracia** (2002), do sociólogo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, que se trata de um dos principais estudiosos desse tema no Brasil.

Por seu turno, a segunda fase (1945-1964) foi estruturada por meio de ações em busca da integração do negro na sociedade e detendo um campo de exigências moderadas. Já na última fase (1978-2000), a postura do Movimento foi mais direta, esteve atravessada pela exigência do reconhecimento à diferença e da luta pela igualdade plena. De maneira semelhante, tinha-se a nomenclatura “negro” na centralidade discursiva das ações (Domingues, 2007). Em outras palavras, tratava-se de um movimento social “negro”, um coletivo que assumia sua negritude como símbolo de resistência e atuação. Torna-se importante frisar que essa periodização proposta por Domingues (2007) não se separa em fossos de rupturas intransponíveis, por motivo de que ela foi formada por fatores de continuidades e descontinuidades.

Outro aspecto referente ao debate em torno da historiografia do movimento negro brasileiro, configura-se mencionado por Amauri Mendes Pereira (2008) quando estabelece que, a partir dos anos de 1980, inicia-se um conjunto de esforços dos pesquisadores-militantes na árdua tarefa de reconstituição histórica de organizações negras existentes no Brasil.

Com efeito, o início dos primeiros estudos sobre tais movimentos sociais enfrentou resistências no meio acadêmico, aspectos que foram se modificando nas décadas posteriores diante da afirmação dos trabalhos voltados às questões raciais, assim como de seus pesquisadores. Aspectos que não resultaram numa resolução plena das aversões a estas temáticas em âmbito acadêmico (Oliveira, 2021).

Dessa maneira, a partir desse apontamento feito por Pereira (2008), aponta-se que na historiografia dos estudos em torno do movimento negro brasileiro, existe uma tendência de boa parte de seus autores(as) serem militantes e/ou de terem sofrido os impactos desse movimento social no seu processo formativo intelectual.

Não estamos afirmando que todos os trabalhos foram e são escritos por “pesquisadores-militantes”, existem estudiosos que não se constituem enquanto ativistas das causas negras. Nesse sentido, podemos mencionar os casos de Paulina L. Alberto (2017), Antônio Alfredo Guimarães (2012) e Regina Pahim Pinto⁷⁰ (2013). Trata-se de estudiosos que produziram textos e reflexões importantes sobre os movimentos sociais negros brasileiros, mas que não foram e/ou são militantes negros(as).

Mas, ao estudarmos a bibliografia voltada para o movimento negro brasileiro, constata-se a presença considerável de pesquisadores-militantes e/ou militantes-

⁷⁰ Pesquisadora falecida em 2010, vinculada à Fundação Carlos Chagas e professora de Antropologia da Universidade de São Paulo, autora de um conjunto de estudos relevantes sobre o movimento negro de São Paulo, inclusive sendo tema de sua tese de doutorado defendida, em 1993. Essa autora também produziu estudos pioneiros em torno das relações entre educação e as questões raciais, nas décadas de 1980.

pesquisadores. Desse modo, podemos indicar os seguintes autores(as): Lélia Gonzalez (1982); Clóvis Moura⁷¹ (1983); Joel Rufino dos Santos⁷² (1985); Hamilton B. Cardoso⁷³ (1987); Henrique Cunha Junior⁷⁴ (1992); Ivair dos Santos⁷⁵ (2006); Amauri Mendes Pereira⁷⁶ (2008); Marcos Cardoso⁷⁷ (2011); Amilcar Araujo Pereira⁷⁸ (2013); Edson Lopes Cardoso⁷⁹ (2014); Nilma Lino Gomes⁸⁰ (2017), entre outros.

Essa tendência de pesquisadores/ativistas pode ser compreendida enquanto um processo de iniciativa de valorização dos saberes e da relevância dos movimentos sociais

⁷¹ Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003). Um dos mais notáveis intelectuais e intérpretes da sociedade brasileira, que não teve uma formação e vida acadêmica institucional, mas que construiu uma vasta obra relativa à temática da história e da cultura do negro no Brasil. Destaca-se o livro “Rebeliões na Senzala”, publicado em 1959. Neste texto temos toda uma análise do processo de resistência do povo negro durante a escravidão, além de pensar o racismo como um dado estrutural da sociedade brasileira, isso bem antes das importantes contribuições do Silvio Almeida (2019) em torno dessa ideia. Foi um militante marxista, das causas negras e populares, inclusive, sendo um dos oradores no ato público que marcou o início do MNU. Autor de cabeceira de muitos militantes negros nas décadas de 1980 e de 1990. Para mais informações, conferir o prefácio de Dennis de Oliveira no livro “**Dialético Radical do Brasil Negro**” (2013).

⁷² Nasceu no Rio de Janeiro, em 1941, e faleceu no ano de 2015. Foi historiador, romancista e intelectual engajado na luta contra o racismo. Foi preso durante a ditadura militar e na década de 1990 foi presidente da Fundação Palmares, ganhou vários prêmios literários. Para mais informações, disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autores/288-joel-rufino-dos-santos>. Acesso em: 20 jul. 2023.

⁷³ Nasceu no interior de São Paulo em 1953, sendo um dos principais articuladores da criação do MNU. Hamilton Cardoso se formou em jornalismo e faleceu em 1999. Para mais informações: <https://www.geledes.org.br/hamilton-cardoso/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

⁷⁴ Nasceu em São Paulo em 1952, filho de destacados militantes negros, tornou-se professor universitário e autor de vários livros de literatura e de ensaios relacionados ao movimento negro e à cultura africana. Para mais informações: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autores/276-henrique-cunha-jr>. Acesso em: 22 jul. 2023.

⁷⁵ Nasceu em São Paulo, no ano de 1952, e esteve à frente de um dos primeiros espaços do poder público para lidar com as questões raciais: O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, em 1984. Militante das questões negras que ocupou vários espaços de conselhos e de grupos de trabalho ligados ao enfrentamento ao racismo.

⁷⁶ Nasceu no Rio de Janeiro em 1951, foi um dos militantes negros que estiveram no processo de constituição do MNU e fundador da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA), integrou a direção do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), em 1975. Atualmente é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e autor de vários livros sobre racismo, educação e movimento negro (ALBERTI; PEREIRA, 2007).

⁷⁷ Nasceu em Belo Horizonte em 1956, foi um dos fundadores do MNU em Minas Gerais, formado em Filosofia e Mestre em História (UFMG), e esteve presente em várias importantes ações do movimento no decorrer dos anos 80 e 90, como no tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, em 1995 (ALBERTI; PEREIRA, 2007).

⁷⁸ Filho de Amauri Mendes Pereira, histórico militante do movimento negro brasileiro. Destaca-se também que Almicar escreveu a tese de doutorado **O Mundo Negro: relações raciais e a constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil** (2013). Atualmente é professor da UFRJ e vem escrevendo e publicando uma série de livros e artigos referentes ao movimento negro contemporâneo.

⁷⁹ Edson Lopes Cardoso nasceu no município de Salvador em 1949, logo migrou para Brasília. Em 1984, fundou a Comissão do Negro do Partido dos Trabalhadores, trabalhou junto à assessoria e aos gabinetes dos deputados Florestan Fernandes, Paulo Paim, Ben-Hur Ferreira. Ele também esteve à frente da organização da Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, em 1995. Criou o jornal *Írohin*, em 1995, é autor de um conjunto de artigos sobre as contradições e as lutas do movimento negro contemporâneo (Alberti; Pereira, 2007).

⁸⁰ Nilma Lino Gomes nasceu em Belo Horizonte, no ano de 1961. Atualmente é professora de Educação da UFMG, foi Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPP/PR, entre outras tantas funções relevantes no campo educacional e racial. Autora de um conjunto de estudos dedicados à cultura negra, Nilma Gomes reivindica a relevância central do Movimento Negro no seu processo formativo intelectual e humano (Gomes, 2017, 2022).

negros, realizados por aqueles(as) que militaram e/ou foram impactados por tais organizações. Assim, fica destacado que a luta por cidadania do povo negro se estende na disputa por espaço na educação superior e no conhecimento acadêmico.

Trata-se, antes de tudo, de pesquisadores-militantes que não se restringem apenas a utilizar o negro e a cultura negra como fontes de pesquisa, pois, são intelectuais negros(as) que pensam e formulam conhecimentos sobre as questões raciais. Dessa forma, reforçam a importância do papel educativo do movimento negro no Brasil, assim como dos seus saberes e ações políticas (Gomes, 2022). Esses aspectos atravessam a história do movimento negro contemporâneo. Vários pesquisadores já chamaram atenção para esse assunto (Pereira, 2008; Domingues, 2007, 2013; Gomes, 2017, 2022; entre outros).

De tal maneira, pode-se afirmar que a pauta educacional foi a pedra de toque das exigências dos movimentos negros existentes no país no transcorrer de todo século XX. Dados que também se localizam em outros países impactados pela escravidão e pelo racismo. Cada época e/ou fase do movimento negro brasileiro modula os eixos de reivindicações por e na educação. Desse modo, a agenda educativa pode ser considerada o *leitmotiv* do protesto negro brasileiro de ontem e de hoje.

2.3 – Os movimentos sociais negros e a questão educacional

Arlindo Veiga do Santos, Presidente-Geral da Frente Negra Brasileira, no dia 2 de dezembro de 1931, escreveu o “Manifesto à gente negra brasileira”. Esse texto, num primeiro plano, indica uma série de questionamentos ao processo de exclusão a que foi submetido o povo negro brasileiro após a Lei Áurea (13 de maio de 1888); noutra dimensão, reivindica a “segunda abolição”, a integração efetiva do negro na sociedade brasileira. Entre os inúmeros problemas refletidos pela principal liderança da FNB, a educação recebeu atenção de destaque. Em seus próprios termos, tem-se que:

A questão negra brasileira ... É antes de tudo e principalmente, *um problema de educação*, intrinsecamente, e, extrinsecamente é o respeito a todos os direitos humanos, sociais, cívicos e políticos do negro, tanto os direitos humanos, sociais, cívicos e políticos do negro, tanto por parte da sociedade como o do Poder Público [...] Quanto à parte sentimental, que constitui a grande tragédia silenciosa ou aberta que faz parte da Família Brasileira uma contradição permanente determinada pelo preconceito de cor, com simulações, hipocrisias, reservas e até brigas em questões de amizade, parentesco, casamento, etc., - isso somente se poderá resolver por um quase esforço geral e *por uma educação nova*, brasileira radical, *integral em todas*

as escolas, em que se cancele aquele sistema estulto de menosprezar e negar a toda hora o Negro em toda nossa evolução histórica ou de exaltá-lo com um sentimentalismo contraproducente que apenas consegue fazer dele um pobre objeto de piedade.... (Santos *apud* Fernandes, 2021, p. 401-402, grifo nosso)

Não se tinha nem cinquenta anos completos de fim da escravidão quando Arlindo Veiga dos Santos pontuou essas reflexões, por meio das quais estabelece a compreensão da educação como via de integração do negro na sociedade brasileira. A geração de negros militantes da qual Arlindo fazia parte percebera o valor da educação no processo da “nova abolição” e, assim, detectara que o acesso ao processo educativo formal se configurava como um dos principais mecanismos de acesso à cidadania.

Na mesma década em que Arlindo Veiga publicou seu manifesto ao povo negro brasileiro, chamando a atenção para o significado da educação, o afro-estadunidense Carter Godwin Woodson publicou o livro “A des-educação do negro” (1933). Woodson, como Veiga dos Santos, fez parte das primeiras gerações de negros nascidos livres. Além desse aspecto, Woodson conseguiu concluir o seu mestrado e doutorado, assim como atuou de maneira militante em prol da história e da educação dos negros norte-americanos.

Carter G. Woodson (2021) defende a ideia de “des-educação do negro”, uma vez que o sistema de ensino norte-americano da sua época estabelecia um processo de alienação dos afro-americanos. Ademais, sedimenta-se um conjunto de estereótipos sobre a história e a cultura de tais povos. Desse modo, legitimava-se o processo de inferiorização e do racismo existente contra esse contingente da população dos Estados Unidos. Sumarizando, Carter G. Woodson (2021) reflete que:

O problema de manter o negro por baixo, é, portanto, resolvido com facilidade. Quando você controla o pensamento de uma pessoa, não precisa se preocupar com suas ações... ele vai encontrar seu “lugar adequado” e permanecer lá. Não precisa mandá-lo usar a porta dos fundos. Ele fará sem que o ordenem. Na verdade, se não houver porta dos fundos, ele vai criar uma. Sua educação torna isso necessário. O mesmo processo educacional que inspira e estimula o opressor com a ideia de que ele é tudo... deprime e esmaga a centelha do gênio do negro, fazendo-os sentir que sua raça não tem muito valor e que ele nunca alcançará os padrões de outros povos. (Woodson, 2021, p. 26)

Arlindo Veiga dos Santos e Carter Godwin Woodson, mesmo distantes no espaço, uma vez que viveram em países diferentes, foram contemporâneos de nações alicerçadas pela experiência da escravidão negra e refletiram de maneira semelhante quanto à importância da educação no processo de inclusão e de enfrentamento ao racismo.

Em outras palavras, esses indivíduos demonstraram que, sem acesso à educação e a um processo educativo que considere o valor da gente negra, não é possível a conquista da cidadania plena para os negros libertos enfrentarem as hostilidades e barreiras de um novo mundo desvelado pelo fim do regime escravocrata.

Passados mais de cinquenta anos das reivindicações por educação levantadas pela FNB, expostas no manifesto de Arlindo Veiga dos Santos, o Brasil saiu de mais uma ditadura. O deputado federal Paulo Paim (PT-RS) protocolou o projeto de Lei nº 678/1988, que tratou da inclusão da matéria “História Geral da África e do Negro no Brasil” como obrigatória no currículo escolar.

Tal propositura era uma das principais exigências do movimento negro contemporâneo, presente em vários documentos dessa organização. Depois de algumas idas e vindas em comissões legislativas, a Lei nº 678/88 permaneceu estagnada. Passados oito anos, finalmente, em 1996, a proposta de lei educacional em questão foi vetada. Cabe salientar um trecho de justificativa do dispositivo legal em destaque:

Não podemos mais admitir que *nossas escolas ensinem às crianças negras que historicamente elas seriam inferiores a seus pares brancos*. Em outras palavras, não podemos mais admitir que a escola seja um poderoso agente de manutenção e perpetuação do racismo. É fundamental para a construção de um Brasil moderno que a história ensinada nas escolas dê um novo enfoque à participação da população negra na formação social brasileira de forma a resgatar a verdade. Ao mesmo tempo, *é inadmissível que um país que possui pelo menos metade de sua população composta por negros desconheça por completo a história da África*. Portanto, entendemos que estaremos dando um grande passo na direção de extirpar o preconceito de nossa sociedade. (Brasil, 1988, grifo nosso).

No projeto de Paulo Paim de 1988, data do centenário da abolição, fica estabelecida a importância de uma nova composição curricular, evidencia-se que a “História Geral da África e do Negro no Brasil” deve ser efetivada nas escolas e nas salas de aula. Com efeito, a educação assim é encarada como uma das vias mais significativas de combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial.

Ao trazer os apontamentos de Arlindo Veiga dos Santos, Carter Godwin Woodson e Paulo Paim, queremos direcionar algumas reflexões sobre as relações entre educação e os movimentos sociais negros. Destacar, num primeiro plano, que a luta por educação dos negros não aconteceu apenas no Brasil, configurou-se, antes de tudo, como uma pauta de reivindicação de homens e de mulheres negros(as) de países envolvidos no comércio do

tráfico negreiro e afetados pelas sequelas sociais da escravidão para os descendentes dos escravizados.

Nesse sentido, pode-se pensar que a luta por e na educação se institui enquanto uma experiência da “Diáspora Negra⁸¹” (Butler, Domingues, 2020). O comércio do tráfico negreiro e suas consequências tornaram o “Atlântico negro”, proporcionaram uma estrutura social e cultural com eixos comunicantes entre culturas negras de nações margeadas por águas atlânticas e conectadas por experiências comuns de violências e de ações de resistências dos povos negros das Américas e das *Áfricas*⁸².

Povos negros descendentes de africanos escravizados localizados em várias nações do continente americano se comunicaram ao longo da história, em muitas pautas, com padrões culturais e de ações semelhantes. Todavia, esses diálogos afro-diaspóricos não devem ser vistos como cópias e/ou reproduções; não obstante, “tem de ser compreendida como a permuta (negociação de práticas, narrativas e representações) entre uma diáspora e outra, quando não trocas culturais entre experiências negras com semelhanças familiares na região” (Butler, Domingues, 2020, p. XIII-XIV).

Desse modo, a reivindicação por educação, como foi posta pelo afro-brasileiro Arlindo Veiga dos Santos e o afro-americano Carter Godwin Woodson, na década de 1930, demonstra o caráter afro-diaspórico dessa agenda de luta. De como o espaço educativo tornou-se importante para os afrodescendentes das *Américas* (Gonzalez, 2020). Essa última expressão, utilizada em destaque, configura-se como necessária para se pensar as Américas a partir das influências culturais africanas no seu processo formativo.

Outro aspecto que se destaca nos apontamentos de Arlindo Veiga dos Santos (1931) e também de Paulo Paim (1988) é a centralidade da problemática da educação na história do movimento negro brasileiro, que atravessa as três fases constitutivas desse movimento no decorrer do século passado (Domingues, 2007). Dito de outro modo, a questão educacional foi a principal bandeira de reivindicação dos movimentos sociais negros existentes no Brasil, porém, a pauta educativa teve especificidades e variou em cada contexto histórico.

⁸¹ Diáspora é uma expressão de origem relacionada à problemática judaica, dos milhares de judeus que tiveram que se deslocar para outras regiões do mundo, mas que recentemente foi ressignificada para dar conta das experiências africanas e de outros povos. “O uso da diáspora ajuda a destacar as maneiras pelas quais as pessoas se entenderam como parte de uma comunidade global de ascendência africana, fazendo e estabelecendo suas próprias conexões.” (Butler, 2020, p. 36).

⁸² A expressão encontra-se no plural para dar ênfase ao aspecto da diversidade do continente africano. A África é formada por uma complexa pluralidade regional, física, política, cultural e étnica. Atualmente é constituída por cinquenta e quatro países. Daí a necessidade de ir além do reducionismo comum que reproduz um imaginário negativo sobre a África, muitas vezes, reduzindo e generalizando esse imenso continente a um país.

Cabe aqui mencionar que essa luta por educação também foi estabelecida durante a época da escravidão no Brasil⁸³ e em outras nações que, igualmente, sofreram o processo do tráfico negreiro (séculos XVI-XIX). Nesse contexto, Alexandra Silva (2021) demonstrou, em sua pesquisa “A educação como desejo de liberdade na diáspora africana”, o quanto a instrução e/ou educação foi desejada e buscada por escravizados e escravizadas como um dos principais caminhos para a liberdade plena durante o período do cativeiro. Para Silva (2021), essa questão ocorreu não apenas no Brasil, mas de maneira análoga em outros países, como os Estados Unidos.

No que se refere ao movimento negro constituído no transcurso do século XX, a educação foi requerida de múltiplas maneiras. Entretanto, a agenda política de luta por espaços educativos tornou-se fundamental, de tal maneira, que a história do protesto negro brasileiro pode ser lida como uma história de lutas *por* e *na* educação. Segundo Luiz Gonçalves (2000, p. 138) a educação para o movimento negro foi encarada por vários ângulos:

Ora visto como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho; ora como veículo de ascensão social e, por conseguintes de integração; ora como instrumento de conscientização por meio do qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direito à diferença e respeito humano.

Nesse cenário, Petrônio Domingues (2013) propõe uma periodização na agenda de lutas educacionais agenciadas pelo movimento negro brasileiro. Trata-se de três períodos, a saber: “a primeira fase do protesto negro por educação aconteceu entre 1889 e 1937”; “a segunda fase do movimento negro por educação transcorreu entre 1937 e 1978” e “o terceiro período ocorreu entre 1978 e 2003”.

Na primeira fase (1889-1937), tem-se uma preocupação por acesso à escolaridade diante do processo de exclusão sofrida pelo povo negro após os primeiros anos da abolição. Nesse cenário, surgiram em vários estados e municípios brasileiros, sociedades e associações negras que criaram salas de aulas, produziram jornais e proporcionaram espaços de alfabetização, entre outras ações educativas. Nesse momento, o movimento negro

⁸³ Como um exemplo emblemático dessa questão, temos o caso do professor negro Pretextato dos Passos Silva que requereu, junto aos poderes públicos responsáveis da época, o funcionamento de uma escola para crianças pretas e pardas na Corte do Rio de Janeiro sob sua direção. Pretextato, após muita luta, conseguiu montar em sua casa uma escola para crianças negras que funcionou de 1856 a 1873 (Silva, 2021).

vislumbrava educação tanto no sentido de escolarização quanto no tocante à formação cultural e moral do indivíduo (Domingues, 2013).

Nessa época era comum a exigência por acesso à “instrução”, que significava a possibilidade de se alfabetizar e/ou de se escolarizar (Domingues, 2013). Dessa forma, as organizações negras dessa fase acreditavam que, ao ter acesso ao bem educacional, os negros seriam integrados e respeitados plenamente na sociedade. E nessa quadra histórica, releva-se sublinhar que o cidadão analfabeto não podia votar nas eleições, dado que demonstra a importância da alfabetização, visto tratar-se de um dos códigos de acesso a um dos pontos centrais de cidadania na época – o ato de participar das eleições.

Nessa conjuntura histórica também se encara a educação como meio de luta, em razão de que os jornais, as campanhas de alfabetização e a criação de espaços educacionais, entre outros, apresentam-se, antes de tudo, como práticas educativas. Existem nessas ações reivindicatórias um componente pedagógico que, por um lado, demonstra a falha no sistema social e educacional brasileiro, por outro, evidencia a resistência ao *status quo* de abandono às demandas do povo negro nos primeiros anos pós-abolição. Logo, a exigência era por educação e o mecanismo de luta ocorria por vias e práticas educativas, e tal perspectiva ocorreu nas demais fases, encontrando-se vigente até os dias atuais.

No segundo momento (1937-1978), de maneira semelhante ao anterior, têm-se os surgimentos de várias organizações negras em várias regiões e estados brasileiros, assim como a educação continuou a ser o principal tema de atenção. Nessa fase aparecem, mesmo que de maneira incipiente, exigências de acesso ao ensino superior, contudo, o direcionamento majoritário se configurou, ainda, na luta pela alfabetização e o acesso ao mundo escolar.

Dessa maneira, estava presente a percepção de que o “domínio do código de leitura e da escrita permitia abrir novos horizontes na vida do negro, elevando sua autoestima, seu capital simbólico, suas perspectivas de futuro e chances de novas oportunidades de trabalho e progresso social” (Domingues, 2013, p. 288).

Por fim, no último período (1978-2003), o foco não residiu mais na busca por educação como via de instrução, a exigência centralizou-se em novas dimensões de conteúdos curriculares. Tornou-se urgente a presença do ensino da História do negro brasileiro e da África, mas isso a partir do ângulo da resistência e da luta contra a opressão, em razão de que era necessário trazer a História Negra para o prosclênio curricular, pois se tratava das raízes do povo brasileiro.

Assim, a militância do movimento negro desse período, boa parte composta de pessoas que estudavam em curso superior ou já atuavam na docência acadêmica, trouxe a necessidade de se combater o eurocentrismo existente na estrutura educacional brasileira, vislumbrando assim uma perspectiva de combate ao colonialismo presente no currículo.

Uma concepção educacional e curricular anticolonial, isto porque, mesmo com o fim formal do colonialismo europeu, as formas de domínio se mantiveram em outras dimensões das relações sociais e econômicas entre países colonizados e colonizadores. Um desses predomínios, localiza-se no campo epistemológico e revela-nos que os valores europeus se conformam como uma das influências hegemônicas presentes na configuração educacional e curricular dos países subdesenvolvidos, como o Brasil. Nessa lógica dominante, perdem espaço de legitimidade científica os saberes de povos de outras regiões do mundo e de culturas fora do eixo eurocêntrico⁸⁴.

Mesmo que tal expressão não fosse de uso comum na época (1978-2000), a luta das organizações negras dessa fase centrava-se no combate aos valores do “colonialismo” europeu ainda fincado na estrutura curricular de ensino implementado na educação brasileira. Quanto a essa questão, Marcio Seligmann-Silva (2022) afirma que as lutas educacionais empreendidas pelos movimentos sociais negros fazem parte de uma virada testemunhal que combate os valores colonialistas, pois apontam para novas modalidades de memórias e de saberes que confrontam os ideários de nação e de memória nacional alicerçada na hegemonia dos valores brancos e europeus. Com efeito, a luta por e na educação engendrada pelas organizações negras tem uma perspectiva anticolonial.

Nessa fase teremos os impactos ocorridos após o surgimento do Movimento Negro Unificado, que influenciou o aparecimento de várias entidades negras em diversos municípios brasileiros. Tem-se também um conjunto de grupos de estudos da cultura negra e africana, como o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) e a Sociedade Intercâmbio Brasil-África (SINBA), entre outros tantos.

Além dessas questões, nesse momento existiu um conjunto de experiências pedagógicas de ensino para as relações étnico-raciais em alguns estados e municípios do Brasil. Nessa conjuntura, podemos citar três ações como exemplo: a primeira foi a implementação da disciplina “Introdução aos estudos africanos” no currículo oficial da rede

⁸⁴ Para o sociólogo Kehinde Andrews (2023), o colonialismo permanece vigente no mundo, numa etapa conectada às demandas do capitalismo globalizado sustentado na força do imperialismo e da violência contra pessoas e povos racializados. “O racismo molda a vida na nova era do império e de forma tão integral quanto fazia nas eras da escravidão e da colonização direta” (Andrews, 2023, p. 25).

estadual de 1º e 2º Grau da Bahia, em 1985, após toda uma campanha do MNU-Bahia (Santos, 1987).

A segunda ação foi a instituição do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, em São Paulo, em 1984, que vai fomentar alguns trabalhos em torno do âmbito educacional, inclusive apoiando o Caderno de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas com o importante dossiê “Raça Negra e Educação” (1987).

A última ação realizada foi a proposta da “Pedagogia Interétnica” elaborada pelos sociólogos Roberto Santos e Manoel de Almeida Cruz, constituída na década de 1980, que pretende compreender e questionar os valores eurocêtricos presentes na estrutura curricular educacional brasileira, assim como valorizar a história, a cultura negra e incentivar o combate ao racismo (Cruz, 1987).

É preciso destacar que existiram outras tantas experiências educacionais antirracistas ocorridas no país na década de 1980. Tratou-se de um período em que o Brasil passava pelo processo de redemocratização e de implementação de uma nova Constituição, logo se efetivaram um conjunto de lutas por leis afirmativas dentro da esfera educacional para o povo negro, sendo a aprovação da Lei 10.639/2003 um dos marcos dessa luta. Além dessas questões, a luta por políticas de inclusão no Ensino Superior se fez presente, seja na criação de cursos preparatórios para o vestibular, seja na exigência por cotas raciais no ingresso dos cursos de nível superior.

A nossa pesquisa sobre a luta por e na educação do Movimento Negro de Campina Grande (1986-2013), localiza-se nesta terceira fase educacional de lutas realizadas pelas entidades negras brasileiras (1978-2003) proposta por Petrônio Domingues (2013). Porém, nosso recorte vai além, visto que vamos analisar os desdobramentos da Lei 10.639/2003 após uma década de implementação e de como os militantes negros campinenses agenciaram suas lutas nesse contexto.

Em linhas gerais, o movimento negro brasileiro é um coletivo social urbano que surge numa perspectiva de reação à situação de abandono efetivado pelo poder público a esse contingente da população, assim como ele aponta para a necessidade de novas configurações de sociabilidades, de relações econômicas, sociais e culturais. Desse modo, o projeto econômico implementado no país, historicamente caracterizado pela enorme desigualdade social, sustentou-se na opressão e marginalização da população negra. Trata-se do racismo estrutural reproduzido pelas instituições públicas e privadas, entre elas, as educacionais.

Nesse sentido, com o advento do período republicano, da consolidação do sistema capitalista de competição pelo mercado de trabalho, da migração da maioria da população brasileira para as cidades (o país se urbanizou no decorrer do século XX), a educação se constituiu como um dos principais meios de ingresso à cidadania e ao mercado de trabalho.

Esse descaso com a população negra, constatado pelo movimento negro brasileiro, encontra-se também no processo educacional. Por conseguinte, fazendo com que os militantes negros chamassem para si, muitas vezes, o papel educativo. Para além da luta por acesso aos espaços educacionais, esse ator político se mobilizou por reivindicações de espaço no currículo, para que assim considerasse a valorização da História e da Cultura do negro, bem como uma perspectiva educacional de combate ao racismo.

Com efeito, o movimento negro impôs o problema da educação da população negra como uma questão nacional, adicionando tal problemática na agenda do poder público brasileiro. Nos termos de Nilma Lino Gomes (2017, p. 18-19):

Uma coisa é certa: se não fosse a luta do Movimento Negro, nas suas mais diversas formas de expressão e de organização – com todas as tensões, os desafios e os limites –, muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria acontecido. E muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído. E nem as políticas de promoção da igualdade racial teriam sido construídas e implementadas.

Nilma Gomes (2017, 2022) defende a ideia de que o movimento negro brasileiro se estabelece como um ator político educador – “Movimento negro educador” (Gomes, 2017). Em razão de que esse coletivo social possibilitou o agenciamento de conhecimentos temáticos ligados às questões raciais, bem como destacou a importância da diversidade racial e da necessidade de combate ao racismo no processo educacional brasileiro.

Maria da Glória Gohn (2012) e Miguel Arroyo (2014) também defendem o caráter educativo existente nos movimentos sociais, visto que suas reivindicações educacionais, que questionam o currículo e exigem a inserção de sujeitos e saberes, possibilitam novos conhecimentos, diversificando e qualificando ainda mais a complexidade do ensino-aprendizagem.

No tocante ao movimento negro, Amauri Mendes (2008) e Nilma Lino Gomes (2017, 2022) chamam a atenção para o aspecto educacional presente na atuação dessa organização social. Isso em várias dimensões. Por um lado, os(as) militantes negros(as) reeducam as instituições públicas e privadas ao chamar a atenção para a problemática racial, exigindo

políticas efetivas de reparação. Por outra via, reeducam os indivíduos que fazem parte dos movimentos sociais negros, “além de combater o racismo, sempre se esforçaram em educar o negro, a comunidade negra – a começar por seus próprios militantes” (Pereira, 2008, p. 45).

Dessa maneira, a educação sempre esteve na agenda de luta do MN, aspecto que recebeu considerável projeção institucional, nas últimas décadas, após o Estado brasileiro adotar um conjunto de leis aprovadas de caráter afirmativo na esfera educativa, como exemplos emblemáticos temos as Leis 10.639/2003 e 12.711/2012. A primeira determina a presença do conteúdo afro-brasileiro e africano na educação básica e a outra regulamenta as cotas raciais no acesso ao ensino superior.

Nessa quadra histórica, o movimento negro lutou por ações educacionais, ao tempo que utilizou a dimensão educacional como meio de reivindicação. Portanto, a História da educação da população negra brasileira do tempo presente encontra-se aberta para muitas pesquisas e os movimentos negros tiveram participação marcante nesse período. Estes constituem-se, assim, como parte da história da educação brasileira contemporânea, da mesma maneira que o Movimento Negro de Campina Grande integra a história da educação da população negra paraibana.

2.4 – Movimento Negro de Campina Grande – um balanço historiográfico

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2019) desenvolve valiosas reflexões sobre o perigo e os possíveis usos de uma História única. Tal autora narra que, na infância, seu primeiro contato com a literatura se deu com autores europeus, o que, por um bom tempo, a fez imaginar que os livros só podiam ser escritos por homens brancos. Todavia, essa concepção mudou quando ela teve acesso a textos de escritores africanos de sua etnia e de seu país. Aspectos que transformaram sua concepção de mundo e de arte, resultando em estímulos decisivos para ela se tornar escritora, por perceber ser possível escrever literariamente a partir de suas próprias perspectivas de ser e de estar no mundo.

Assim, Chimamanda (2019) indica que o ato de contar uma história acompanha as estruturas maiores de poder e usa a palavra *nkali*, de origem Igbo, que significa “ser maior que o outro”. Em outras palavras, a autora chama a atenção para o fato de que o ato de narrar traz dimensões de poder, de inclusão e de exclusão, de ter voz ou de ser silenciado. Portanto, no ato da contação de uma história, uma visão de mundo de determinado grupo social pode

ser utilizada em detrimento de outra. Por conseguinte, desconsidera a diversidade e os pontos de vista diferentes, conflitantes e contraditórios.

Começo o presente tópico com essas reflexões da escritora em tela para refletirmos em relação a certa visão que ainda existe sobre a história de Campina Grande. Luciano Mendonça de Lima (2010), o principal estudioso da escravidão na cidade, indica que há uma série de lugares-comuns no que se refere aos estudos históricos de Campina Grande que, de tão repetida acriticamente, acabou ganhando tons de “mito”.

Por exemplo, as imagens do município vocacionado naturalmente ao progresso; “a capital do trabalho e da paz”; “dos grandes comerciantes”; do “incrível Cristiano Lauritzen”, “o dinamarquês empreendedor”; “do ouro branco do algodão”; do “Maior São João do Mundo”, entre outras. Não que essas personagens e esses dados não façam parte da cultura e deixem de ter sua importância, entretanto, torna-se imprescindível visualizar de maneira mais complexa tais assuntos, assim como trazer à luz os estudos históricos de outros aspectos e elementos desta urbe; de outro modo, faz-se necessário sair do horizonte de uma história única sobre Campina.

Nessa perspectiva, no mais recente livro acerca da história desse espaço urbano, intitulado “Campina Grande: da aldeia a Metrópole”, publicado pelos pesquisadores Vanderley de Brito e Ida Steinmüller (2020), temos, por um lado, um texto repleto de chavões, e, por outro, ausência de problematizações relevantes. O subtítulo já encarna a visão ufanista da cidade ao considerá-la uma metrópole, mesmo que tal termo não seja refletido e/ou melhor apresentado no texto.

Essa obra tem como um dos seus principais objetivos ser um livro didático e servir como material educativo para as redes educacionais locais. Nesse último aspecto, felizmente o mesmo não foi adotado pela rede pública municipal e estadual de educação. É bem complexo tentar compreender a tratativa apresentada a muitos aspectos históricos da cidade presentes nele.

Parece-nos transfigurar nessa obra um projeto deliberado de contar uma história a partir da ideologia dos seus respectivos autores, os atuais líderes do Instituto Histórico de Campina Grande (IHCG). Isso sem considerar os documentos e as múltiplas pesquisas existentes mais recentemente na área de história sobre Campina Grande, assim como de muitos(as) autores(as) e estudos que inovaram e trouxeram múltiplas perspectivas em relação à cidade.

Em tal trabalho, apresenta-se uma história já mastigada e reproduzida como única, de um município nascido e destinado ao comércio e ao progresso, “a capital do trabalho e da paz”. Deparamo-nos com uma pesquisa que se preocupa em resgatar e valorizar os feitos dos “grandes homens”, de Teodósio de Oliveira Ledo ao atual prefeito da urbe. Numa tentativa de sedimentar um ideário de um espaço urbano em que, no seu processo histórico, quase não teve conflitos sociais, um município onde não existem desigualdades sociais e raciais.

Nessa ótica, trata-se de um espaço urbano em que não permanecem contradições sociais, trata-se de um local sem favelas, violências e outros problemas econômicos. Também se encontram ausentes homens e mulheres fora do arco das elites e das classes médias, e quando algum ou alguma aparece, geralmente, é para compor uma nota menor de importância. Não há o ponto de vista dos populares e de sua cultura, suas práticas de resistência e de seus valores. Não se abordam as questões oligárquicas que pavimentam uma ordem social marcada pela desigualdade econômica com sérios desdobramentos sociais. Nessa visão historiográfica, os escravizados e outros personagens não merecem espaço de destaque.

Tais aspectos saltam aos olhos na obra, exemplificando, Brito e Steinmüller (2020) não colocam as informações quanto à composição de cor ou raça ao apresentarem os dados atuais de habitantes da cidade, eclipsando, assim, que a maioria da população de Campina é constituída de pretos e pardos (IBGE, 2010)⁸⁵.

No tocante à instituição do cativo, destaca-se o tom jocoso e de desinteresse na obra. Diferentemente da parte dedicada aos supostos fundadores da cidade, não se tem um capítulo dedicado propriamente aos escravizados e à escravidão. Assim, não sabemos quais são as origens dos cativos. A quais grupos étnicos pertenciam? De quais regiões foram trazidos? Como reagiram em torno do sonho de liberdade? Essas e outras questões são obliteradas e o que temos são tópicos breves sobre a Revolta de Quebra-Quilos (1874) e a Lei Áurea. Aspecto que lembra o livro de Elpídio de Almeida (1962)⁸⁶, no qual existe uma parte dedicada ao Quebra-Quilos e à abolição.

Brito e Steinmüller (2020) dedicam uma página e meia para a escravidão e a abolição. Estes autores aproveitam esse breve espaço para colocar que o sistema escravocrata foi pouco

⁸⁵ Disponível em: <https://datapedia.info/cidade/2202/pb/Campina-grande/?b=1#etnias>. Acesso em: 17 mar. 2022.

⁸⁶ Trata-se do livro “História de Campina Grande”, do historiador Elpídio de Almeida (1893-1971), publicado inicialmente em 1962. Essa obra é um clássico da historiografia campinense e repleta de informações valiosas quanto aos aspectos formativos do município. Apesar de algumas contradições e problemas em certos olhares acerca da questão da gente negra campinense, os cuidados com os temas da abolição e da revolta do quebra-quilos recebem melhor atenção e qualidade por parte de Elpídio.

representativo para Campina Grande, que não houve revolta escrava, apenas algumas fugas de escravizados na região e de um levante frustrado de caráter oportunista (“oportunismo”), durante a Revolta de Quebra-Quilos (1874) – isso mesmo, caro(a) leitor(a), a expressão utilizada é essa mesma entre aspas. Para finalizar a pouca importância do negro em Campina Grande, segundo o ponto de vista desses pesquisadores, nos seus próprios termos: “na *crueza da realidade, foi opaca em Campina Grande a presença de escravos [...]* aliás, se comparando a outros Estados da Federação, *e até hoje é pequeno o número de gente negra e de influências culturais afro-brasileiros na região de Campina Grande*” (Brito; Steinmüller, 2020, p. 56, grifo nosso).

Essas informações trazidas nessa passagem conectam-se a uma seara do engodo intelectual, infelizmente parte integrante do espírito da nossa época, marcado por *fake news*, obscurantismo e terraplanismo. Ademais, como bem indicou Marc Bloch (2001, p. 98), “não basta constatar o embuste. É preciso também descobrir seus motivos. Mesmo que, a princípio, para melhor rastreá-lo”.

Pois, o IBGE (2010) indica que a maioria da população do município é formada por negros (pretos e pardos⁸⁷). Ademais, já existem estudos na área da História reconhecidos por sua qualidade científica no que diz respeito à escravidão em Campina Grande, que não são citados nas referências de Brito e Steinmüller (2020). Nessa questão, por exemplo, temos a tese de doutorado em História, de Luciano Mendonça de Lima (2008), sobre o sistema escravocrata na Campina oitocentista, e a sua dissertação de mestrado acerca da Revolta de Quebra-Quilos (2006).

Além dos aspectos ligados à Campina Grande do século XIX, existem pesquisas relacionadas às culturas negras campinenses do tempo presente que abordam questões como religiosidades “afro-ameríndias”, o “rap”, a “capoeira”⁸⁸, entre outras tantas manifestações da cultura negra existentes no município. Estes estudos demonstram a presença da cultura afro na constituição urbana de Campina Grande de maneira ineludível.

Ainda em relação ao trabalho de Brito e Steinmüller (2020), no afã de diminuir, invisibilizar e silenciar a história do povo negro, esses autores trazem dois breves momentos para o MNCG. O primeiro expõe que tal coletivo social teria solicitado uma homenagem a João Carga D’água, um dos líderes da Revolta do Quebra-quilos (1874).

⁸⁷Disponível em: <https://datapedia.info/cidade/2202/pb/Campina-grande/?b=1#etnias>. Acesso em: 17 mar. 2022.

⁸⁸ No campo da religiosidade, já se têm trabalhos quanto às religiões do axé na urbe. Neste caso podemos citar como exemplo, os trabalhos de Ofélia Barros (2017) e Larissa Lira (2019). Sobre a capoeira e o rap na cidade, podemos mencionar os textos de Ana Ivazaki (2018) e Luísa Mendonça (2019). Entre outros tantos estudos acerca da dimensão negra em Campina Grande.

Nessa passagem, os autores apontam que este gesto fora um equívoco, pois João Carga D'água foi um membro abastado da sociedade campinense e que não tem conexão com a cultura negra (Brito; Steinmüller, 2020). O segundo momento, em poucas linhas, apresenta o MNCG como um dos grupos promotores da cultura na cidade, que foi fundado em 1986, e que promove conferências, exposições de danças e de teatro.

Essas duas imagens reduzem as complexidades e a importância do MNCG. Nesse âmbito, pode-se ler uma intenção de desqualificar sutilmente a ação e, por conseguinte, o coletivo em destaque. E nesse aspecto, igualmente, não é citada nenhuma pesquisa quanto ao MNCG nas referências.

Além dessas questões, Brito e Steinmüller (2020) não entraram em contato com nenhum militante do Movimento para saber sobre o episódio do monumento referente a João Carga D'água, ou seja, as principais fontes não foram consultadas. Daí se encontram no texto informações que não se coadunam com os fatos ocorridos, pois não foi iniciativa do MNCG a construção da estátua. Outrossim, acreditamos que é válida a política de memória para acontecimentos sociais e personagens relevantes da história de Campina, tais como a Revolta do Quebra-Quilos e João Carga D'água.

Ao término da leitura do livro de Brito e Steinmüller (2020), temos a impressão de que o desprezo destes autores à história e cultura do povo negro da cidade coincide com o dos senhores escravocratas e de parte das oligarquias do tempo atual, como bem reflete Lima (2005) acerca da indiferença de alguns historiadores sobre o tema dos escravizados em Campina.

Sumarizando, a obra de Brito e Steinmüller (2020) é um texto que, ao fim e ao cabo, fala em nome dos senhores da casa grande e das grus do município de ontem e de hoje. Malgrado todo esse esforço intelectual de diminuir a importância da gente negra campinense, existe uma história do negro e de sua cultura em Campina Grande, caracterizada por dados complexos e multifacetados.

Essa questão não se liga apenas ao passado mais recuado do tempo da escravidão, do período oitocentista, uma vez que há uma história do negro campinense do tempo presente. Como tão bem encontra-se sinalizado no processo formativo do MNCG, surgido no ano de 1986 e existente até os dias atuais.

Dados atuais acerca de Campina Grande demonstram que se trata da segunda maior cidade do estado da Paraíba e, no ano de 2024, precisamente no dia 11 de outubro, completou 160 anos de emancipação. Atualmente, a população desse espaço urbano se encontra com

mais de 419 mil habitantes; desses, os pardos são 52,65% e os pretos, 7,63%, ou seja, a população negra é maioria, com um contingente de mais de 60% da população campinense⁸⁹. Números que seguem uma tendência presente nos censos anteriores. Inclusive, esses estudos pretéritos foram disponibilizados pelo IBGE na época da publicação do livro de Vanderley de Brito e Ida Steinmüller (2020). Dito de outro modo, esses autores negligenciaram informações públicas que desmentem o argumento de que é pequena a presença negra na população de Campina Grande. Brito e Steinmüller (2020) também tentam diminuir a importância do escravizado no processo de formação histórica e cultural da cidade.

No processo de desenvolvimento de Campina, a escravidão fez parte do cenário urbano, os escravizados constituíram parte significativa da mão de obra, mas em um número não tão expressivo quando comparado a outras cidades brasileiras, tais como Rio de Janeiro, Recife, Salvador, entre outras.

Assim, segundo o censo de 1872, o número de escravizados era de 1.115 pessoas para um conjunto populacional de 15.404 habitantes (Lima, 2010). Todavia, a presença social e cultural foi significativa. Cabe, por exemplo, destacar que a cidade foi palco da Revolta de Quebra-Quilos (1874), levante social que se expandiu para outras províncias do Brasil, e contou com a presença de escravizados (Lima, 2010).

Como já fora mencionado, nesse espaço urbano em análise, existe um coletivo negro, o Movimento Negro de Campina Grande, com 38 anos de existência, surgido na década de 1980, em decorrência de movimentos sociais negros que apareceram em muitos municípios e estados brasileiros na época. Tal movimento, no transcorrer dos anos, tornou-se tema de algumas pesquisas acadêmicas, a exemplo da monografia, em antropologia, da pesquisadora Melânia Nóbrega Pereira de Farias (2001).

Farias (2001) defende um estudo sobre o perfil do militante do Movimento Negro de Campina Grande. Para tanto, ela entrevistou cinco militantes, localizados pelo termo informantes. A antropóloga utilizou algumas questões semiestruturadas e abertas. No primeiro capítulo, ela se propõe a analisar a formação do Movimento Negro e, para tanto, se vale de informações obtidas nas entrevistas de militantes fundadores do movimento social negro em análise.

Desse modo, em um curto parágrafo, a autora apresenta que o MNCG surgiu em 1986: “os fundadores do movimento, datam de 1986 as primeiras movimentações em torno da organização política de um movimento que se destinava à luta contra o racismo em Campina

⁸⁹ Para mais informações: <https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2023/12/22/censo-2022-veja-quais-sao-os-municipios-mais-amarelos-brancos-indigenas-pardos-e-pretos-do-brasil.ghtml>. Acesso em 26 dez 2024.

Grande” (Farias, 2001, p. 16). Esses dados trazidos por Farias (2001) foram utilizados, sem muito acréscimo, em pesquisas posteriores acerca do Movimento Negro de Campina Grande (Silva, 2015, 2018; Ribeiro, 2014; Ferreira, 2009; Sales, 2021; Elias, 2022).

Ainda em sua pesquisa, a antropóloga aponta que o MNCG é constituído de uma “elite negra”, de negros em ascensão acadêmica, visto que tal coletivo é formado por professores universitários e por discentes de cursos superiores. Além dessas questões, Farias (2001) destaca que este movimento pode ser caracterizado pelo individualismo e espontaneísmo em suas ações. De acordo com ela, são por essas razões que se pode explicar a ocorrência de um número reduzido de militantes campinenses.

Todavia, ao apontar essas questões, Farias (2001) não as conecta com reflexões em torno das vicissitudes do movimento negro brasileiro, que tem como uma das suas principais características a dificuldade de arregimentar membros. São, geralmente, movimentos constituídos de poucos componentes efetivos. A autora avalia essas questões tão somente a partir dos dados localizados nas informações obtidas pelos informantes, sem contextualizar historicamente tais aspectos.

Outros problemas localizados em sua pesquisa (Farias, 2001) se referem às imprecisões conceituais sobre “movimento negro” e “negritude”, usados no texto sem nenhuma localização exata dos termos. Por seu turno, a antropóloga estabelece com afinco os limites constitutivos do MNCG e eclipsa as possibilidades e os aspectos propositivos desse movimento para o município de Campina Grande.

Vale destacar que a autora traz um dado significativo ao apontar a importância da educação para o MNCG, mesmo dedicando apenas três páginas de um tópico, no terceiro capítulo, para debater essa questão. Nesse breve espaço, ela reflete que a educação é a principal via de acesso à consciência negra para os militantes negros campinenses.

Depois de alguns anos, Farias (2004) produz uma dissertação de mestrado em antropologia a respeito do MNCG, na qual estabelece e aprofunda alguns temas trazidos na sua pesquisa de monografia. Nesse novo texto, ela se propõe a analisar “negros militantes” e “negros não-militantes”, atentando para como essas duas categorias se relacionam.

Em síntese, Farias (2004) reitera aspectos defendidos sobre o MNCG na sua monografia, como a ideia de um movimento composto por uma “elite negra” (universitária); marcado pelo individualismo e o espontaneísmo em suas ações; que tem na educação uma de suas principais reivindicações, visto que o processo educativo é reconhecido como o principal veículo de constituição da consciência negra; entre outros dados já defendidos em 2001.

No entanto, a problemática da falta de representatividade desse movimento social se torna o *leitmotiv* que atravessa toda a pesquisa de Melânia Farias (2004, p. 104):

Um exemplo dessa relação entre aspectos individuais e sociais que envolvem as relações raciais é ilustrado através da dificuldade de agregação enfrentada pelo Movimento Negro, em particular o Movimento Negro Campinense. Através do que foi discutido neste estudo, percebe-se que tal dificuldade de agregação reflete uma outra dificuldade: conciliar valores, expectativas e posturas individuais com um ideal coletivo.

Portanto, para Farias (2004), o mais relevante é apontar o horizonte contraditório do MNCG, focando na incapacidade de aglutinação de pessoas, conferindo centralidade às questões identitárias, perdendo de vista os dados estruturantes que compõem um movimento social negro no Brasil. Fora essas questões, Farias (2001, 2004) não sinaliza efetivamente aspectos propositivos do MNCG e de suas ações.

Segundo essa pesquisadora, “apesar de tantos anos de existência, podemos perceber que a militância negra em Campina Grande, após o advento do centenário da abolição, *acontece mais no nível retórico do que real, prático*” (Farias, 2001, p. 35, grifo nosso). Para tal antropóloga, o fato de não agregar a população negra campinense faz com que esse movimento social não exista na prática. O que é uma visão bem restrita das dinâmicas em torno de um movimento social.

Após os estudos de Melânia Farias (2001, 2004), o historiador Jair Silva Ferreira, que também se configura como um dos mais combativos militantes do MNCG, elaborou uma monografia em História referente à implementação da História da África em alguns livros didáticos à luz da Lei 10.639/2003. Tal pesquisa, datada do ano de 2009, é organizada em três partes. Destaco aqui dois capítulos dela: um referente aos movimentos sociais afro-brasileiros e à educação no Brasil e, outro, dedicado ao MNCG, respectivamente intitulados “Movimento Negro de Campina Grande” e “Experiências educacionais pela implementação da Lei 10.639/03”.

Ferreira (2009), nesse último capítulo, chama a atenção para um conjunto de atividades realizadas pelo MNCG em torno da luta pela efetivação da Lei 10.639/2003. Esse exercício é feito num processo de recuperação de muitas ações e atividades engendradas pelo pesquisador/militante na sua atuação enquanto ativista desse coletivo negro.

De modo semelhante aos estudos de Farias (2001, 2004), Ferreira (2009) recupera a imagem que sintetiza o início do movimento social negro em destaque, ao indicar que essa organização “surgiu no ano de 1986, a partir do ‘1º Encontro Afro-Brasileiro Campinense’

realizado no Museu Histórico, para combater as desigualdades raciais e para reconstruir a história da população afro-brasileira” (Ferreira, 2009, p. 29).

Depois do estudo de Jair Silva Ferreira (2009), a historiadora Mônica Ribeiro (2014) produziu uma monografia, em História, analisando a participação do Movimento Negro de Campina Grande no centenário da abolição, em 1988. Ribeiro (2014) inicia recuperando a imagem de fundação do MNCG elaborada por Farias (2001) e, logo após, traz muitos detalhes interessantes de como se desdobraram as ações do coletivo em análise na cidade no centenário da abolição.

Tal pesquisadora valeu-se de um conjunto variado de documentos, uma parte cedida pelo professor Josemir Camilo, um dos fundadores do MNCG. Destacam-se reportagens de jornais da época, atas de reuniões, que retratam ações e atividades do movimento. Resumindo, Mônica Ribeiro levanta uma série de dados importantes sobre essa fase do movimento e destaca a relevância desta organização no processo de construção de uma identidade negra campinense.

Após os estudos de Melânia Farias (2001, 2004), Jair Silva Ferreira (2009) e de Mônica Ribeiro (2014), Gracielle da Costa Silva (2015), passados dez anos do estudo realizado por Melânia Farias (2004), elaborou uma monografia em antropologia a respeito do Movimento Negro de Campina Grande. O objetivo de Silva (2015) foi verificar como estava atuando este movimento e seus militantes e, para tanto, além de entrevistas, utilizou-se de outras fontes, tais como reportagens de jornais impressos e televisivos sobre o MNCG.

Nesse estudo, Gracielle Silva (2015) dedica o terceiro capítulo ao Movimento Negro de Campina Grande, analisando os aspectos de suas ações e causas. Logo, a autora traz a mesma informação de origem levantada por Farias (2001). Conforme suas palavras, “O Movimento Negro da Cidade de Campina, na Paraíba, fundado oficialmente em 1986, constitui-se em meio a um histórico de luta contra o regime escravista [...] pretendo realizar um trabalho que possa dar voz aos seus membros” (Silva, 2015, p. 40).

Nessa parte do seu trabalho, a antropóloga traz muitas das informações já apresentadas por Farias (2001) e comete algumas imprecisões, como, por exemplo, afirma que o movimento surge a partir do “II Encontro Afro-brasileiro Campinense”, em 1986, e ainda atribui apenas a Benedito Antonio Luciano a fundação do coletivo. De fato, o MNCG surgiu em 1986, mas esse encontro afro-campinense foi o primeiro, e não o segundo, como a autora afirma; e Benedito foi “um” dos idealizadores. Outrossim, existe uma conjuntura histórica da época que foi eclipsada nessa apresentação feita por Silva (2015).

Também nesse estudo, Silva (2015) apresenta várias atividades do MNCG, ocorridas na primeira década dos anos 2000. Esta antropóloga reflete sobre o fato da não institucionalização de tal coletivo e de suas debilidades estruturais. Porém, ela vai além de Melânia Farias (2001, 2004) ao destacar os aspectos propositivos desse coletivo negro que continua ativo e ressignificando suas ações e suas causas no decorrer dos anos.

Anos mais tarde, em 2018, Gracielle Silva retoma sua pesquisa e desenvolve uma dissertação de mestrado em antropologia. Silva (2018) nesse estudo atribui uma divisão de duas frentes presentes no MNCG, formando assim dois grupos de atuação os quais a autora visa analisar. Dessa maneira, ela aponta para a necessidade de pensar a pluralidade da luta antirracista no referido movimento social.

Para tanto, tal antropóloga nomeia esses dois grupos por “MNCG-Zumbi” e “MNCG-Dandara”, uma alusão a duas importantes referências da história negra brasileira. Conforme Silva (2018), o primeiro grupo teria uma postura de militância mais próxima da periferia e mais independente do poder público; já o MNCG-Dandara seria mais ligado ao mundo acadêmico e mais institucionalizado.

Essa bifurcação proposta por Silva (2018) é questionável, visto que os/as militantes negros(as) campinenses do primeiro grupo (MNCG-Zumbi) não deixaram de ter seus eventos realizados com apoio de instituições públicas e privadas. Além disso, os militantes do segundo grupo (MNCG-Dandara), mesmo ocupando espaços em estruturas públicas e organizando atividades em parcerias com a UFCG, não renunciaram às suas atividades junto às comunidades periféricas.

Apesar dessa análise apressada, Silva (2018) não destitui a relevância dessas diferenças; ao contrário, demonstra que essa diversidade nos *modus operandi* de militância indica uma pluralidade própria do movimento negro, enriquecendo-o e, sobretudo, vislumbrando múltiplas faces de ações contra o racismo.

Diferente do entendimento de Farias (2001), Silva (2018) demonstra que o movimento existe no plano efetivo e concreto da realidade, e não da ficção vinculada ao imaginário de seus militantes, mas nas múltiplas ações engendradas por estes indivíduos, mesmo diante de limitações e contradições presentes no MNCG. Segundo Silva (2018, p. 130):

Em suma, o MNCG-Dandara se insere de forma mais aprofundada no espaço acadêmico e o MNCG-Zumbi na periferia, no entanto, tais diferenciações não implicam na ineficácia das ações de nenhuma das frentes, corroborando com a ideia de que existem duas formas distintas de estratégia, atuação e enfrentamento ao racismo que, conseqüentemente, resultam em diferentes

frutos. Diante do quadro que se desenhou em todo o decorrer da pesquisa, pude compreender que, apesar da ideia de divisão (no sentido de fragmentação) sugerir enfraquecimento, percebo que, ao contrário, essa cisão possibilita que o movimento atue em várias instâncias da sociedade.

Ainda em relação à dissertação de Silva (2018), ela dedica um tópico, dividido em três subtópicos, sobre a importância da educação como uma das principais bandeiras de lutas do MNCG. O primeiro subtópico trata da luta da militância negra pela efetivação da Lei 10.639/2003; já o segundo trata de refletir quanto às relações de diálogos entre o MNCG e a academia na luta contra o racismo; por fim, o último, examina como os militantes negros campinenses encararam as questões em torno das cotas raciais.

Retomando alguns apontamentos de Melânia Farias (2001, 2004), Silva (2018) também indica a importância que a educação tem para o MNCG. Para os militantes negros campinenses, o acesso a um processo educativo detém o sentido libertador e de conscientização, especialmente quando se consideram as relações étnico-raciais e o componente antirracista. Nas palavras de Gracielle Silva (2018, p. 81, grifo nosso):

Pelo que pude perceber, as ações dessa militância, diferentemente do que eu supunha no início da pesquisa, não se limitam a agregação de novos membros ao movimento. A luta é muito maior no que se refere à sensibilização⁹⁰ da situação de segregação sofrida por esta parcela mais desfavorecida da população. *De um modo geral, há também um esforço recorrente em implantar efetivamente a Lei 10.639. A luta em si é pela conscientização da situação do negro nesta cidade, no Brasil e no mundo e a aplicação prática desta Lei pode ser um elemento de transformação da sociedade, a partir da mudança no espaço escolar.* A militância surgiria, portanto, como consequência, através do despertar dessa consciência.

Dessa maneira, Silva (2018) destaca que a atuação do Movimento Negro de Campina Grande se centra, a partir de então, na luta pela garantia da efetivação dos indicativos presentes nos dispositivos legais da Lei 10.639/2003. Ressalta-se que a referida lei já tinha quinze anos de existência quando Silva (2018) elaborou sua pesquisa. Depreende-se, assim, a atenção dada pelo MNCG à questão da educação, fazendo com que a tal organização estabelecesse um conjunto de ações referentes a este tema.

Entre tantas atividades realizadas pelo Movimento Negro de Campina Grande, Silva (2018) destaca duas ações: a primeira, empreendida pelo MNCG-Dandara, foi a publicação de dois livros organizados por membros do MNCG em parceria com os historiadores Gervácio

⁹⁰ Tal termo se encontra digitado dessa forma, mas pelo contexto é possível compreender que se trata da expressão “sensibilização”.

Batista Aranha (2016) e Luciano Queiroz (2015), ambos docentes da Unidade de História, da UFCG⁹¹. Além desse apoio, estas obras contaram com a colaboração da pesquisadora Maria Aparecida dos Reis, especialista em educação para as relações étnico-raciais (UFCG).

Já a segunda, realizada pelo MNCG-Zumbi, tratou-se da III edição do Seminário Agosto para Igualdade Racial, que comemorou o centenário de Abdias do Nascimento e trouxe a pauta do genocídio dos jovens negros como destaque. Tal atividade foi efetivada em parceria com associações culturais e de capoeira.

Silva (2018) demonstra também que, para além do MNCG, existem outras entidades e intelectuais negros que agenciam ações antirracistas e a valorização da cultura negra afro-campinense, a exemplo de grupos de capoeira, povos de terreiros, raps, intelectuais negros, entre outros.

Já no ano de 2021, Ana Lúcia Sales defendeu uma monografia, em Pedagogia, na qual dedica um capítulo ao MNCG. Nesse estudo, Sales (2021) se propõe a analisar uma experiência pedagógica antirracista desenvolvida com crianças do 5º ano do ensino fundamental I, a partir da leitura socializada e reflexiva da obra literária infanto-juvenil “A Bela Acordada”, da escritora Ligia Pereira dos Santos. Essa ação foi realizada de maneira remota diante da pandemia da Covid-19.

Nesse estudo em questão, têm-se algumas reflexões sobre a importância da educação para os movimentos sociais negros brasileiros. O terceiro capítulo, intitulado “Movimento Negro de Campina Grande e educação para as relações étnico-raciais”, é dedicado ao MNCG. Nessa parte temos um arcabouço repleto de informações a respeito dos eventos e atividades efetivadas pelo MNCG em torno da luta pela efetivação da Lei 10.639/2003, dando-se um destaque especial ao “Seminário Agosto Para Igualdade Racial”⁹², evento organizado pelo Movimento Negro campinense desde 2012. Logo, a educação se localiza como um dos principais pontos de atenção desse encontro, tendo um destaque especial para a Lei 10.639/2003. Inclusive, em 2013, o tema central do evento foram os dez anos de existência dessa Lei.

Após analisar as atividades realizadas no decorrer da história desse seminário, Sales (2021, p. 26) reflete que tal encontro “pedagógico se manteve de forma insurgente para debater com a sociedade civil e poderes públicos sobre a relevância epistemológica dos

⁹¹ O MNCG, em parceria com professores da Unidade de História da UFCG, organizou as seguintes coletâneas: **Nas confluências do Axé**: refletindo os desafios e possibilidades de uma educação para as relações étnico-raciais (2015); **Ubuntu**: Educação, Alteridade e Relações étnico-raciais (2016).

⁹² Esse encontro é comandado por Jair Silva Ferreira, importante militante do MNCG.

africanos e afro-brasileiros no processo de formação social e histórico da população paraibana”.

No tocante ao surgimento do MNCG, a autora reproduz a síntese localizada em pesquisadores anteriores (Farias, 2001; Ferreira, 2009; Ribeiro, 2014; Silva, 2015), ao descrever que o referido movimento foi “fundado no dia 8 de novembro, em 1986, a partir da realização do ‘1º Encontro Afro-Brasileiro Campinense’ que aconteceu no Museu histórico da cidade” (Sales, 2021, p. 18).

Sumarizando, Sales (2021) nesse estudo consegue recuperar um conjunto variado de atividades e de ações do MNCG em torno das reivindicações educacionais à luz da Lei 10.639/2003, embora deixe de lado muitas ações significativas de outros membros do movimento ocorridas na mesma época, o que não diminui a relevância de seu texto.

Já a pesquisadora Cleidiana Bem Elias (2022) defendeu uma dissertação de Mestrado em História sobre o movimento capoeirista e sua resistência em Campina Grande (1980-2014). Nesse estudo não há uma parte exclusivamente dedicada ao MNCG, mas, no primeiro capítulo, ela discorre a respeito do contexto histórico da urbe e levanta informações acerca dessa organização negra.

Contudo, tal pesquisadora traz dados genéricos e com certa vagueza metodológica, visto que analisa algumas ações localizadas numa temporalidade mais recente, fora do recorte selecionado no seu trabalho. Como, por exemplo, a luta do MNCG por cotas raciais na UEPB, que ocorreu entre 2020 e 2021 (Elias, 2022).

A historiadora também apresenta informações sem respaldo de fontes históricas e/ou bibliográficas, como a presente nesta passagem: “[...] apesar das inúmeras conquistas, notamos que ainda há muito que fazer, uma vez que mesmo havendo movimentos negros organizados, a exemplo do Movimento Negro da Paraíba, surgido em 1978 [...]” (Elias, 2022, p. 65).

Essa informação não se coaduna com as evidências históricas referentes ao movimento negro paraibano, em razão de que em 1978 surgiram o Movimento Negro Unificado, em São Paulo, além de outros movimentos em estados e municípios brasileiros, mas na Paraíba, tal ocorrência deu-se apenas em 1979, com a constituição do Movimento Negro de João Pessoa (Silva, 1999). Elias (2022) estabelece a mesma síntese utilizada nos estudos anteriores sobre o surgimento do MNCG em 1986. Dessa maneira, construímos uma tabela para demonstrarmos os estudos referentes ao MNCG. A primeira constatação é de poucas pesquisas tendo como centralidade esse movimento social negro, uma vez que localizamos apenas cinco trabalhos:

quatro da área de Antropologia e um de História. Por outro lado, temos três trabalhos que dedicam uma parte dos seus estudos ao Movimento Negro campinense. Dessas pesquisas, duas são vinculadas à História e uma à Pedagogia. No que se refere à área da História, os poucos estudos podem ter como fator contribuinte a questão de se tratar de um movimento social do tempo presente e que segue uma tendência de pesquisas incipientes sobre as questões negras em Campina Grande no pós-abolição⁹³. Ainda em relação aos estudos referentes ao MNCG, segue a tabela abaixo

Figura 1 – Quadro de trabalhos referentes aos estudos sobre o Movimento Negro de Campina Grande

2001	FARIAS, Melânia Nóbrega Pereira de	<i>Sou, por isso somos e por sermos, sou: uma inclusão sobre o perfil do Militante Negro em Campina Grande – PB</i>	Antropologia – Monografia – (UEPB)
2004	FARIAS, Melânia Nóbrega Pereira de.	<i>Negro no Plural: um estudo de caso sobre a construção identitária de negros Militantes e Não-Militantes em Campina</i>	Antropologia - Dissertação – (UFPE)
2009	FERREIRA, Jair Silva.	<i>Representações da África de ensino de professores da rede estadual.</i>	História – Monografia (UEPB)
2014	RIBEIRO, Mônica dos Santos	<i>Resistência e Negritude em Campina Grande: O movimento negro no centenário da abolição</i>	História – Monografia (UEPB)
2015	SILVA, Gracielle da Costa	<i>Militância e identidade: Uma incursão sobre o Movimento Negro de Campina Grande na atualidade.</i>	Antropologia-Monografia – (UFCG)
2018	SILVA, Gracielle da Costa.	<i>Movimento negro ou movimentos negros? As múltiplas vozes da militância antirracista em Campina Grande – PB</i>	Antropologia – Dissertação (UFPE)
2021	SALES, Ana Lucia. livro a bela acordada: o	<i>Histórias afro-reluzentes a partir do reluzentes a partir do livro a bela acordada: o cumprimento da lei 10.639/03</i>	Pedagogia – Monografia (UEPB)
2022	ELIAS, Cleidiana Bem.	<i>Capoeira em Campina Grande: da vadiagem a atividade respeitável (1980-2014).</i>	História – Dissertação (UFCG)

Conforme é possível verificar, dentre todos os trabalhos analisados, não existe nenhuma tese de doutorado referente ao MNCG. Tem-se duas dissertações em Antropologia (Farias, 2004; Silva, 2018) e uma dissertação em História que dedica uma parte ao coletivo negro campinense (Elias, 2022). Os demais trabalhos se referem a monografias de conclusão de cursos: duas na área de História (Ferreira, 2009; Ribeiro, 2014); duas de Antropologia (Farias, 2001; Silva, 2015); e uma de Pedagogia (Sales, 2021).

⁹³ Por exemplo, ao analisarmos as dissertações em História defendidas no Programa de Pós-Graduação em História da UFCG (2007-2022), verificamos num universo de mais de duas centenas de dissertações, apenas seis dedicadas às questões negras em Campina, três delas abordando as religiosidades do axé e uma sobre a temática do negro em alguns livros didáticos adotados no ensino médio no município.

A questão educacional não se constituiu como centralidade em nenhum desses estudos, embora esteja presente neles a importância da educação como pauta de reivindicação do Movimento Negro de Campina Grande. Outro aspecto comum vigente nessas pesquisas são as poucas informações sobre o surgimento desse coletivo. O que temos apenas é a informação de que o mesmo surgiu em 1986, a partir do “I Encontro Afro-Brasileiro Campinense”, ocorrido no auditório do Museu Histórico da cidade, e a única fonte utilizada para tal informação é o relato do professor Antônio Benedito Luciano (Farias, 2001). A presença dessa memória não foi bem discutida nessas pesquisas, sendo unicamente reproduzida nos estudos subsequentes sem maiores complementos.

Assim, perde-se de vista a perspectiva do contexto histórico do município na época e a dimensão humana, uma vez que se encontram silenciadas outras vozes que participaram desse movimento, assim como ficam eclipsados os acúmulos de experiências anteriores das pessoas que resolveram formar esse coletivo negro.

Contudo, esses trabalhos desenvolvidos são importantes e trouxeram um conjunto de informações e reflexões valiosas sobre a temática racial mais recente de Campina Grande. Dessa forma, esse(as) pesquisadores(as) acionados(as), na tabela anteriormente exposta, confrontam os esforços de pesquisadores de ontem e de hoje que tentam diminuir e apagar a presença da história do povo negro nesta cidade; reiteram em seus estudos que Campina Grande também é uma cidade negra e de axé.

Esses estudos também demonstram que a história do Movimento Negro de Campina Grande se vincula de maneira incontornável com a dimensão educacional. Isso ocorre tanto pelo fato de seus principais militantes serem educadores, como pela temática da educação se configurar enquanto principal bandeira de luta do coletivo negro campinense.

Diante dessa constatação, pretendemos, no próximo capítulo, examinar melhor como surgiu o MNCG e suas principais características formativas, refletir sobre suas ações em torno da educação no final dos anos de 1980 e no decorrer da década de 1990, analisar os tensionamentos empreendidos pelos militantes negros a partir da Lei 10.639/2003 e pensar sobre os limites e as possibilidades da luta antirracista no âmbito educacional.

CAPÍTULO 3 – AS VICISSITUDES DO MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE E SUAS DEMANDAS EDUCACIONAIS

3.1 – O processo constitutivo do Movimento Negro de Campina Grande (1986)

Campina Grande completava 122 anos de emancipação quando surgiu o Movimento Negro, no ano de 1986. Ainda em tempos do Brasil Imperial, a partir da Lei provincial nº 137, de 11 de outubro de 1864, Campina era alçada à cidade e deixava de ser Vila Nova da Rainha (Almeida, 1962). A escravidão fez parte do cenário urbano e cotidiano dessa cidade. Em sua grande maioria, os escravizados eram oriundos da África Centro-Occidental, geralmente trazidos das regiões de Angola e do Congo. Boa parte desses africanos escravizados era levado ao Recife e depois para Campina e região (Lima, 2010).

No decorrer do tempo, o longo sistema escravocrata no Brasil foi sendo questionado internamente e na esfera internacional. No plano interno, isso ocorreu de várias maneiras, entre elas, pode-se destacar as ações de resistência cotidianas implementadas por homens e mulheres escravizados(as) que enfrentavam o regime do cativeiro por meio de múltiplas práticas de lutas por liberdade.

Esses aspectos foram potencializados com o movimento abolicionista que ganhou força nacionalmente nos decênios de 1870 e 1880. Na dimensão internacional, a Inglaterra, maior potência econômica mundial da época, exercia grande pressão pelo fim do comércio do tráfico negreiro. Mas, chama a atenção o fato de que tal nação foi uma das grandes beneficiadas durante anos por esse infame comércio (Andrews, 2023).

No caso do município em análise, o número de escravizados não foi tão grande quanto o de outras cidades brasileiras, como Recife, Rio de Janeiro, Salvador, entre outras, que tinham uma economia mais dinâmica e detinham na mão de obra cativa grande parte de sua população. Tais fatores foram extensivos à província da Parahyba, que comparada a outras, detinha um número menor de escravizados; contudo, na segunda metade do século XIX, o contingente da população negra e mestiça suplantava 50% da população (Rocha; Flores, 2015). Nessa conjuntura, Campina Grande era uma das cidades que mais possuía escravizados. Em 1850, para uma população de 17.895 habitantes, “3.446 eram cativos. Número maior do que distintas cidades dessa província. Além disso, eram muitos os possuidores de escravos no município, quase todos os proprietários rurais” (Almeida, 1962, p. 210).

Esse contingente de escravizados foi diminuindo com o passar dos anos devido a vários fatores, como as epidemias de *cólera-morbo*, fortes secas e a crise econômica da região Norte (depois denominada de Nordeste), que fez com que boa parte dos escravizados fosse comercializado para a região Sudeste. Nesse cenário, no final do século XIX, a população de Campina Grande dispunha de 15.104 habitantes e, desses, 1.115 eram escravizados (Lima, 2010).

Nesse ínterim, cabe salientar a presença dos escravizados na Revolta de Quebra-Quilos (1874), um importante levante social resultado da reação da população mais vulnerável contra as adversas condições de vida, que teve como fator de estopim a implementação de uma nova forma de medição de pesos e de medidas alicerçadas no sistema métrico francês⁹⁴.

Mas, para além desse movimento, os escravizados campinenses agenciaram várias maneiras de lutar por liberdade. Destaca-se, nesse âmbito, a luta na justiça de alguns cativos ao tentarem provar que foram trazidos ao Brasil após o ano de 1831, informação que feria a Lei de 7 de novembro de 1831, que determinava livre todo africano escravizado desembarcado em terras brasileiras depois desse ano (Lima, 2010).

Luciano Mendonça de Lima (2005) localizou vários documentos que demonstravam a luta de escravizados na justiça por liberdade, a partir da brecha possibilitada pela Lei de 1831. Inclusive, esta ganhou a alcunha de “lei para inglês ver”, pelo fato de ser constantemente descumprida, em razão de que centenas de africanos escravizados foram trazidos ilegalmente ao Brasil até 1850.

Tal aspecto proporcionou um aspecto mais cruel à escravidão brasileira. Trata-se do fato de que grande parte dos libertos, no dia 13 de maio de 1888, ter sido ilegalmente escravizada (Chalhoub, 2012). Compendiando, a escravidão no Brasil foi um acontecimento imoral do ponto de vista ético e humano (crime de lesa-humanidade), assim como, em grande medida, ilegal. Para o desfecho completo dessa tragédia social, a abolição do regime escravocrata ocorreu sem nenhuma política compensatória para a massa de libertos e de descendentes de escravizados. Ainda sobre o processo de abolição ocorrido no Brasil, Alfredo Bosi (1992) estabelece uma interessante reflexão:

⁹⁴ Essa revolta foi um movimento político, social e cultural que eclodiu na Província da Paraíba, especificamente na feira de Fagundes, em Campina Grande, no dia 31 de outubro de 1874, se alastrando para outras províncias e vilas da região norte, o que lhe conferiu forte repercussão nacional. Além disso, esse levante foi severamente reprimido pelas forças de segurança da época. Para mais informações sobre essa insurreição popular, vale conferir o estudo de Luciano Mendonça de Lima (2006).

O Treze de Maio não é uma data apenas entre outras, número neutro, notação cronológica. É o momento crucial de um processo que avança em duas direções. Para fora: o homem negro é expulso de um Brasil *moderno*, cosmético, europeizado. Para dentro: o mesmo homem negro é tangido para os porões do capitalismo nacional, sórdido, brutesco. O senhor liberta-se do escravo e traz ao seu domínio o assalariado, migrante ou não. Não se decretava oficialmente o exílio do ex-cativo, mas esse passaria a vivê-lo como um estigma na cor de sua pele. (Bosi, 1992, p. 272, grifo do autor)

A escravidão chega ao fim com a Lei Áurea de 1888, mas a história do povo negro campinense continuou após a abolição. Acerca desse último assunto, não existe pesquisa referente à situação do contingente negro da população campinense logo após o fim da escravidão. Esse quadro de poucos estudos sobre o negro pós-abolição também se faz presente em relação a outros municípios e estados da região Nordeste⁹⁵.

Com o passar dos anos, Campina Grande se consolidou como o segundo maior município do estado da Paraíba e sofreu muitas transformações no decorrer de sua história. Acompanhou, à sua maneira, as mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas acontecidas na sociedade brasileira.

A dimensão geográfica historicamente favoreceu Campina na questão econômica regional, por se localizar num trecho de passagem de várias regiões do estado da Paraíba, no meio do percurso para João Pessoa (capital), bem como para Recife, cidade pernambucana economicamente importante para toda a região. Tornou-se um lugar de parada de comerciantes e de pessoas, o que fez a vila, depois cidade, crescer e constituir-se de um comércio para atender tanto a demanda interna quanto a um público de pessoas de passagem constante pela localidade.

Destaca-se também a chegada do trem na cidade, no dia 2 de outubro de 1907, sobretudo, pelo fato de ser ponta de trilho, o que aumentou o processo de circulação de mercadorias e auxiliou no desenvolvimento econômico local. Estes fatores colaboraram no crescimento comercial de Campina, que na primeira metade do século XX passou pela expansão econômica de alguns produtos, como o algodão, o couro, entre outros.

Tais características fizeram com que a cidade, no transcurso desse período, recebesse

⁹⁵ Os estudos denominados de “pós-emancipação” ou “pós-abolição” vêm ocupando espaço nas pesquisas sobre a História do negro no Brasil. Tal vertente de trabalho visa analisar a História da população negra logo após o fim da escravidão (13 de maio de 1888). Um recorte importante, pois, na historiografia tradicional, a trajetória do negro no país iniciava com o tráfico negreiro e encerrava com a Lei Áurea de 1888. Contrapondo-se a esse ideário, os estudos da pós-emancipação já dispõem de um número considerado de pesquisas, sobretudo referentes a alguns estados da região Sudeste, em especial, o Rio de Janeiro e São Paulo (Negro; Gomes, 2013). Por outro lado, diante dos poucos trabalhos existentes, tornaram-se promissoras as análises em torno da história do povo negro no pós-abolição nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

pessoas de diversos locais da Paraíba que buscavam melhoria de vida. Essa migração provavelmente ocasionou um dado interessante quanto à questão eleitoral naquela época: “na década de 1950, Campina Grande constituía-se no maior núcleo eleitoral do Estado, com 55.774 votantes, enquanto João Pessoa contava com 25.575 eleitores” (Lima, 2012, p. 29).

Nesse mesmo contexto, vale frisar que a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP) foi instalada em Campina, no ano de 1949 – a única localizada numa cidade do interior do país. Na década seguinte, em 1957, foi criada a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT).

Segundo Lima (2012), nos anos de 1950, essa cidade era a mais dinâmica economicamente do estado da Paraíba, diante do fato de ter conseguido se situar bem no projeto desenvolvimentista existente no país nesse período. As elites campinenses dessa fase, que capitanearam o projeto econômico do município, tinham como principais bandeiras a defesa da educação e da industrialização.

Não é por acaso que, em 1952, inaugurou-se a Escola Politécnica da Paraíba, que ofertou o curso de Engenharia Civil. A estrutura multiespacial desse local foi de vital relevância para a constituição do Campus II da UFPB – Campina Grande, em meados dos anos de 1970. Cabe destacar também que, nos anos de 1960 e 1970, foram criados os cursos de Engenharia Mecânica e os mestrados em Engenharia Elétrica e de Sistemas (UFCG, 2017). Já, em 1966, foi constituída a Fundação da Universidade Regional do Nordeste (FURNE), que teve como função a manutenção da Universidade Regional do Nordeste⁹⁶.

Convém ressaltar que esse projeto educacional foi elaborado para atender às demandas das elites locais e não possuiu um caráter inclusivo, de democratização plena do acesso ao mundo escolar para a maioria da população campinense. Assim como, esses avanços econômicos existentes não garantiram uma expressiva redução nos índices de desigualdades sociais presentes em Campina Grande nos anos de 1950.

Nas décadas de 1960 e 1970, com o advento de um novo projeto de desenvolvimento econômico gestado pelos militares, consolidou-se um investimento de centralização de recursos federais nas capitais dos estados brasileiros. Fato este que mudou o centro do desenvolvimento econômico da Paraíba, em razão de que Campina Grande perdeu progressivamente espaço de protagonismo econômico para a capital, João Pessoa (Lima, 2012).

⁹⁶ Para mais informações, vide: <https://www.fundacaofurne.org.br/index.php/a-furne/sobre>. Acesso em: 29 jul. 2023.

Tal aspecto se intensificou com a aguda crise econômica que atingiu o Brasil a partir da segunda metade de 1970 e durante toda a década de 1980. Fato que afetou a economia campinense. Por outro lado, nos anos 70, em algumas cidades da região Nordeste, os militares investiram na área urbanística e educacional. Nessa última, o objetivo foi atender à necessidade de mão de obra especializada exigida pelas empresas e indústrias da época.

Nesse contexto, existiu na Paraíba e em Campina Grande o início de articulações políticas envolvendo os entes federados, políticos e intelectuais, com o objetivo de ampliação da UFPB. Dessa forma:

A partir de 1974, o Ministério da Educação cria condições para a efetivação da Resolução, nº 12/73 do conselho universitário da UFPB. Através dessa resolução são criados os centros e departamentos e a universidade passou a funcionar distribuída: Campus I na cidade de João Pessoa, Campus II na cidade de Campina Grande, Campus III na cidade de Areia, Campus IV na cidade de Bananeiras, Campus V na cidade de Cajazeiras, Campus VI na cidade de Souza, Campus VII na cidade de Patos [...]. No campus II [...] sob as “bençãos” do governo federal, entre 1974 e 1980 foram criados 13 novos cursos superiores, sendo 08 na área de tecnologia, 04 na área humanística e 01 na área da saúde. Com a criação desses cursos, a economia municipal teve um novo alento. (Lima, 2012, p. 206-207)

A criação do Campus II – Campina Grande foi muito importante para a economia local, sobretudo com a chegada de professores e de alunos para morar na cidade, o que movimentou o comércio interno e intermunicipal. Além de um fluxo contínuo de estudantes de várias partes do Brasil, especialmente dos estados do Nordeste, que vieram residir por alguns anos em Campina, sendo que alguns acabaram por permanecer na urbe.

Dessa forma, esse espaço urbano se tornou um polo educativo de ensino superior para as cidades próximas. Além do Campus II, Campina Grande abrigava a Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE), que foi estadualizada em 1987, no governo Tarcísio Burity, constituindo, a partir de então, a Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Essas instituições dispunham de vários cursos superiores, o que atraiu um número grande de estudantes e docentes interessados de outras regiões e municípios.

Voltando ao Campus II da UFPB, destacam-se os cursos que surgiram nessa época: Meteorologia (1974); Tecnologia Química (1976); Ciências da Computação; Engenharia Mecânica; Engenharia de Minas; Bacharelado em Matemática (1977); Pedagogia (1979); Administração; Letras e História (1980); e Medicina (1980) (Lima, 2012, p. 207).

O curso de História iniciou como Bacharelado com duas áreas de concentração, “História Econômica” e “História da Arte e Cultura”, vinculadas ao Centro de Humanidades

do Campus II, a partir da existência da área de História e Geografia, do Departamento de Sociologia e Antropologia. Já, em 1985, o curso abriu a habilitação para Licenciatura, que até então era oferecida apenas pela Fundação Universidade Regional do Nordeste.

Dessa forma, na década de 1980, Campina Grande era um município com mais de duzentos e quarenta e sete mil habitantes, que atravessava um grave refluxo econômico: fechamento de fábricas, “tais como a Walling Nordeste (produtora de fogões que gerava mais de mil empregos diretos), Sambra, Susy, Bravisa, Sanca, Sibril, Francalaza, Incopresa, Fibrasa, etc.” (Lima, 2012, p. 137); falta de moradia e movimentos de ocupação urbana; altas taxas de desemprego e de violência; entre outros problemas sociais e econômicos presentes nesse espaço urbano. Por outro lado, as atividades econômicas de maior destaque se constituíram do comércio e do setor imobiliário (Lima, 2012).

Nessa conjuntura histórica, Campina Grande foi afetada por reivindicações sociais, elaboradas por várias entidades e organizações sociais, que tinham como pano de fundo a luta pela redemocratização da sociedade. Demandas que foram intensificadas com as eleições de 1982⁹⁷, as atuações da Sociedade dos Amigos do Bairro (SABs), os movimentos estudantis e culturais, a presença de partidos de esquerda (como o Partido dos Trabalhadores – PT e o Partido Comunista do Brasil – PCdoB), às atividades das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs (ligadas à Igreja Católica), entre outras.

Segundo Maria da Glória Gohn (2001), os anos 80 foram atravessados pela presença de vários movimentos sociais que surgiam em todo o Brasil. Essas organizações traçaram um conjunto de negociações e de lutas por direitos junto ao Estado brasileiro. Se, por uma perspectiva, foi uma época de grandes problemas sociais e de agudas crises econômicas, por outro ângulo, configurou-se como uma fase marcada pelo surgimento de vários movimentos sociais e pela presença de lutas sindicais e de classes. Sobre tais questões, Gohn (2001) pontua a presença insurgente dos movimentos sociais no espaço urbano brasileiro, no processo de transição de fim da ditadura militar:

Junto com a volta do jogo democrático, teve-se o acirramento da crise econômica e uma onda geral de desemprego a que o país já se havia desacostumado. A inflação começou a galopar em seus índices, a

⁹⁷ Foram as eleições que retomaram o voto direto para os cargos de prefeitos (exceção para as capitais), governadores, deputados estaduais, federais e senadores. Tal momento se tornou um marco no processo de redemocratização do país e contribuiu para o fortalecimento da luta contra a ditadura militar. Além desses aspectos, alguns atores sociais urbanos vinculados aos movimentos sociais e sindicatos ganharam projeção institucional ao serem escolhidos como representantes da população de alguns estados e municípios brasileiros. Em Campina Grande, o prefeito eleito foi Ronaldo Cunha Lima e, até hoje, o seu grupo, a família Cunha Lima, comanda a gestão política do município.

mobilização social tomou características de agitação de massas com greves, saques a supermercados, linchamentos populares, expressando o desejo das massas de fazer justiça com as próprias mãos e desespero social [...]. A década de 80 foi extremamente rica do ponto de vista das experiências político-sociais [...] o surgimento de inúmeros movimentos sociais em todo território nacional, abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas, como das mulheres, negros, crianças, meio ambiente, saúde, transportes, moradia, estudantes, idosos, aposentados, desempregados, ambulantes, escolas, creches etc. (Gohn, 2001, p. 126)

Esse quadro social e cultural exposto por Gohn (2001) também ocorreu em Campina Grande, ao tempo que esse espaço urbano disponibilizava vários cursos de ensino superior, consolidando-se, por assim dizer, num centro de convergência para estudantes e professores de diversas regiões da Paraíba e do Nordeste.

Essas questões estarão vinculadas ao surgimento do Movimento Negro de Campina Grande, que entra em cena em 1986, um ano após o fim do regime militar brasileiro. E as duas principais lideranças dessa organização social, Josemir Camilo e Benedito Antônio Luciano, eram docentes da Universidade Federal da Paraíba – Campus II, respectivamente do curso de História e de Engenharia Elétrica. Ademais, o processo constitutivo do MNCG se vinculou a muitos aspectos semelhantes ao processo formativo do movimento negro contemporâneo, instituído a partir do MNU (1978).

O movimento negro campinense surgiu a partir da iniciativa e idealização de pesquisadores negros que fizeram parte de uma geração de indivíduos que conseguiram acesso ao Ensino Superior. Dado também presente na formação do Movimento Negro Unificado, em São Paulo (1978), como de outros coletivos negros contemporâneos que surgiram na época em algumas regiões do país.

Contudo, existem especificidades que devem ser apontadas, visto que Campina Grande não era uma cidade marcada por um passado pós-abolição de movimentos sociais negros ativos e nem existiu nela uma imprensa negra. Trata-se de um município do interior do estado da Paraíba, não se constituindo como diferentes espaços urbanos brasileiros maiores da época, que detinham em sua história mais recente um conjunto de ações negras e de organizações negras, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, etc. Utilizando outros termos, municípios que possuíam uma tradição de luta contra o racismo no pós-abolição.

No estado da Paraíba, o Movimento Negro de João Pessoa surge em 1980, seis anos antes do MNCG (1986). Os militantes Vandinho de Carvalho e Tutu de Carvalho foram impactados pelo aniversário de um ano do Movimento Negro Unificado de Recife, em 1979. A partir de então, esses dois militantes, em contatos com ativistas de João Pessoa, como João

Balula, Regina Santos, Raquel, Socorro Freitas, Nicinha de Carvalho, Paula Francinete, fundaram o MNJP (1980). Geralmente, esses(as) militantes negros(as) se reuniam na Universidade Federal da Paraíba – Campus I – João Pessoa (Pimentel, 1998; Correia, 1999).

No início da década de 1990, tal movimento perdeu força, embora muitos desses militantes tenham permanecido na luta, seja em outras entidades e espaços, como o “Movimento de Ação Negra” (MOVANE), pastorais negras, capoeiras, entre outros (Correia, 1999). Alguns traços formativos do MNJP estarão conectados ao MNCG, inclusive, alguns de seus militantes colaboraram nas primeiras atividades deste último movimento. Entretanto, não apenas o Movimento Negro de João Pessoa teve grande importância na formação do MNCG, o Movimento Negro Unificado de Recife e seus militantes também estiveram presentes nas primeiras ações e na própria constituição do coletivo negro campinense.

Josemir Camilo, um dos principais idealizadores do MNCG, é natural de Goiana-PE e fez graduação e mestrado em História, na cidade do Recife. Em 1979, veio morar em Campina e, em 1980, iniciou sua trajetória de trabalho no recém-constituído curso de História da UFPB – Campus II. Mas, antes de residir em Campina Grande, este militante já entrara em contato com a temática racial a partir de alguns estudos e eventos. Em entrevista cedida à nossa pesquisa, Josemir Camilo compartilhou algumas de suas memórias em torno de sua história a respeito da temática negra:

[...] eu comecei com uma pesquisa sobre quilombos em Pernambuco, nesse tempo era professor lá em Recife e fazia mestrado, então descobri esse filão, porque todo mundo só se referenciava ao quilombo de Palmares [...] eu descobri um quilombo, que se chamava quilombo das matas do Catucá. Então eu investiguei e apresentei como trabalho de uma disciplina. Daí eu participei de alguns seminários. Em 1978, imediatamente apresentei num seminário e depois em Alagoas, num evento organizado por Décio Freitas. Então foi toda a elite de pesquisadores, sociólogos e líderes do movimento negro... Então, em 1979, quando vim trabalhar em Campina Grande, tinha um espaço na imprensa e comecei a comentar, mas já comentava na imprensa algumas coisas. (Melo, J. C., 2022, p. 1)

Desse modo, o professor Josemir Camilo divulgou uma pesquisa acerca do Quilombo das Matas do Catucá, um estudo inovador para a época, visto que se tinha uma concepção da experiência quilombola vinculada centralmente ao Quilombo dos Palmares. Esse pesquisador publicou seu texto no Arquivo Público Estadual de Pernambuco, em 1977-1978, com o título “Quilombos em Pernambuco no século XIX”, bem como o apresentou no “Congresso Nacional do Quilombo dos Palmares”, em Alagoas, na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em 1981. Também defendeu tal estudo no Congresso Internacional sobre

Escravidão, promovido pela Universidade de São Paulo (USP), em 1988.

Esses dois eventos foram muito significativos na época. A respeito do primeiro, pode-se destacar a dimensão política do evento que, para além do caráter acadêmico, tratou-se de um relevante ato de reivindicação voltado para a importância do Quilombo de Palmares como símbolo histórico para o povo negro brasileiro e como memória de luta e de resistência para os movimentos negros brasileiros contemporâneos.

No artigo “Zumbi, Memorial e Projeto”, publicado no jornal Gazeta do Sertão, no dia 27 de outubro de 1981, Camilo ressalta alguns dados relativos ao “Congresso Nacional do Quilombo dos Palmares” (UFAL – 1981)⁹⁸, que contou com um grupo de importantes pesquisadores e militantes negros do Brasil na época. Dentre os que se fizeram presentes estavam: Clóvis Moura, Décio Freitas, Mário Maestri, Manoel Correia de Andrade, Sergius Gonzaga, Voltaire Schiling, Luiz Mott e Eugênia Nery. No que se refere aos militantes-pesquisadores, destacam-se a participação de Joel Rufino, Lélia Gonzalez, a atriz Zezé Mota, o cineasta Cacá Diegues (Gazeta do Sertão, terça-feira, 27 de outubro de 1981).

Nesse texto, também se expõe o mal-estar entre o encontro nacional e algumas lideranças do Movimento Negro Unificado que estavam em reunião, no mesmo período, em torno de uma atividade acerca da constituição do memorial Zumbi dos Palmares. Como foi exposto pelo Abdias do Nascimento ao indicar que “o simpósio nacional sobre o Quilombo dos Palmares” era uma maneira de tirar o foco da atividade do MNU. Esse encontro, ocorrido na UFAL, em 1981, contou com a presença de sete embaixadores africanos, além da celebração de uma missa realizada pelo arcebispo Dom José Maria Pires⁹⁹. Camilo revela, em relação a esse encontro, que:

O dia 20 de novembro se incorporou às datas nacionais. Não, por decisão do governo, como sempre faz com datas cívicas. Esta foi imposta pelos negros organizados. [...] o ridículo foi o aparato policaresco que se montou para a segurança dos embaixadores africanos [...] a paranóia ainda não foi trabalhada. Eles vêem fantasmas em todo canto da sala. Mas a descontração

⁹⁸ O professor Danilo Marques (Universidade Federal de Alagoas – UFAL) está fazendo um trabalho de recuperação e de digitalização de textos e de imagens desse encontro histórico. Para mais informações: <https://www.uol.com.br/eco/ultimas-noticias/2022/08/15/professor-de-alagoas-luta-para-salvar-a-memoria-do-quilombo-dos-palmares.htm>. Acesso em: 19 jul. 2023.

⁹⁹ Dom José Maria Pires (1919-2017), conhecido também por Dom Zumbi, foi o primeiro Arcebispo Negro do Brasil e esteve à frente da Arquidiocese da Paraíba de 1966 a 1996. Dom José assumiu a luta contra as opressões e desigualdades sociais, optando por exercer seu sacerdócio ao lado dos oprimidos. Ele esteve na luta dos camponeses e dos negros contra o racismo. “Dom Zumbi” foi autor da homilia da “Missa dos Quilombos” ocorrida em Recife, no ano de 1981. A primeira missa negra ocorrida no país. Além desse evento, Dom José Maria Pires participou de várias atividades antirracistas no estado da Paraíba. Para mais informações: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/587504-centenario-de-dom-jose-maria-pires-o-bispo-da-caoa-negra>. Acesso em: 29 jul. 2023.

dos embaixadores e o resultado do Simpósio deixaram todos bem. O entrosamento com o pessoal do MNU trouxe novas luzes sobre os problemas e organização popular e a necessidade de se focar o problema do negro de maneira política e não culturalmente. Se fosse para “resgatar” a negritude, Pelé seria irresgatável. *O problema é de classes e não de etnias*. (Gazeta do Sertão, terça-feira, 27 de outubro de 1981, grifo nosso)

Nessa passagem transcrita do artigo do professor Camilo, de 1981, fica assinalado “o 20 de novembro – Dia da Consciência Negra” – à luz da memória de Zumbi dos Palmares – como resultado da luta dos negros organizados da época. Igualmente está localizado o lado da repressão da Ditadura Militar em torno de eventos de entidades negras e/ou organizadas, aspecto presente até o fim da ditadura militar e após. Dito de outro modo, os militantes das organizações sociais negras sempre foram acompanhados enquanto suspeitos pelos órgãos de segurança do Estado brasileiro (Kössling, 2007).

Residindo em Campina Grande, a partir de 1979, Josemir Camilo deu continuidade à publicação de artigos em jornais¹⁰⁰, muitos desses textos foram referentes às questões raciais. Entre 1983 e 1984, Camilo esteve na Inglaterra fazendo pesquisa de arquivos para sua pesquisa de doutorado e escreveu de lá alguns artigos sobre a negritude – movimento político e literário afro-franco-caribenho da primeira metade do século XX. Seu primeiro texto em jornal dedicado à temática negra foi a resenha do livro “Moçambique: as primeiras Machambas”, de Sônia Corrêa e Eduardo Homem, publicado no Diário de Pernambuco, em 1977.

Percebe-se no decorrer dos anos de 1980 uma mudança na centralidade da abordagem do tema proposto por Camilo, que nos primeiros artigos vislumbrava a noção de luta de classes para depois focar na dimensão da etnicidade como prisma principal. Contudo, isso não ocorreu de maneira abrupta, tratou-se de um longo processo. Levanto a hipótese de que essa mudança ocorreu a partir do processo educativo formativo proporcionado pela sua experiência de militante do MNCG e pela sua passagem na Inglaterra (1983-1984), que o fez compreender que a centralidade da “luta de classe” não era base suficiente para dar conta dos desafios da luta contra o racismo. Josemir Camilo, no artigo “Os movimentos de libertação dos negros”, publicado no jornal Gazeta do Sertão, em 1981, indica as seguintes ponderações:

A principal finalidade do tratamento deste tema é negar que a luta do negro tenha que ser racista/antirracista. Erram aqueles que tentam levar o encaminhamento das lutas por esse lado [...] pior ainda, é querer organizar

¹⁰⁰ Em anexo seguem os títulos dos artigos publicados por Josemir Camilo, Benedito Luciano e Jair Silva, a respeito das questões negras nos jornais.

uma batalha em cima de um conceito ideologicamente falso e superado como é o de raça, em termos científicos. E, no caso do Brasil, falar em raça é até uma piada, como se o país comportasse uma etnia própria, além do natural indígena. Negros e brancos, no Brasil, *é uma questão de classe e não de etnia*. (Gazeta do Sertão, domingo, 11 de outubro de 1981, grifo nosso)

Noutro texto, intitulado “O dia da Negritude”, publicado no Correio da Paraíba no dia 29 de novembro de 1985, Camilo reflete acerca de como o recém-formado Movimento Negro Unificado, com atuação em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, com pequenos núcleos em Olinda, Recife e Maranhão, e em entre outros municípios brasileiros, estava conseguindo impor “o 20 de novembro” enquanto data nacional do povo negro brasileiro. O historiador ressalta a capacidade de articulação do MNU; em contrapartida, estabelece algumas críticas a tal organização, sobretudo, por não considerar as questões de classe e centralizar sua força na busca por uma “cultura negra pura” (Correio da Paraíba, sexta-feira, de 29 de novembro de 1985).

Josemir Camilo, no período de 1981 até 1988, escreveu vários artigos relativos aos temas ligados à problemática racial no Brasil e no mundo, como: o *apartheid* na África do Sul; a denúncia contra o treze de maio como data de comemoração; o movimento da negritude; o processo de abolição no Brasil; a revolta do Quebra-Quilos; características econômicas da escravidão em Campina Grande; os movimentos negros no Brasil, entre outros temas.

Esses textos publicados por Camilo em jornais que circulavam em Campina Grande, nas décadas de 1980 e 1990, acabaram chamando a atenção de alguns leitores que se identificaram com alguns de seus argumentos e reflexões. Jaildo Figueiredo, advogado e funcionário público, que fez parte do início do MNCG, relata a respeito de sua inserção nesse coletivo que:

Eu já era funcionário público e formado em Direito (1985), na verdade, o teórico do Movimento Negro foi Josemir Camilo, ele começa a discutir o fato da questão do negro na Paraíba e no Brasil, de um modo geral. Então ele fez pesquisas em Campina Grande e constatou alguns discursos que revelavam preconceito [...] então, a partir desses artigos que ele escrevia no Jornal da Paraíba, semanalmente, eu lia e já tinha interesse pelo tema e já discutia com alguns colegas na Faculdade de Direito. Uma faculdade muito reacionária, atrasada demais, inclusive, racista. Era difícil discutir. Então, eu comecei a me interessar pelo Movimento Negro de Campina Grande a partir dos artigos que Camilo escrevia e depois o pessoal se reunia no Museu Histórico de Campina Grande e aí a gente deu corpo e dimensão ao movimento. Entre 1986 e 1988 a fermentação do movimento foi muito grande, o movimento participou de várias atividades na universidade federal, estadual, escolas... (Figueiredo, J., 2022, p. 1)

Nessa colaboração de memórias disponibilizadas por Jaildo Figueiredo é possível localizar alguns dados interessantes. Entre tantos, destacamos a ausência do debate sobre a problemática racial na Faculdade de Direito e na sociedade campinense, assunto que o advogado notava ser discutido apenas pelo Movimento Negro de Campina Grande, daí ele ter sido influenciado pelos artigos publicados pelo professor Josemir Camilo na imprensa campinense. Assim, Camilo foi contactado por pessoas que estavam interessadas na luta em prol da população negra e, nessa soma, surgiu a ideia de constituir um movimento negro campinense.

Nesse contexto, também se destaca a presença do professor Benedito Antonio Luciano (curso de Engenharia Elétrica da UFPB – Campus II), que também publicava artigos na imprensa escrita campinense nessa época, assim como era colega de trabalho do docente Josemir Camilo, e, igualmente, estava interessado no debate racial. Bené (como também era e é chamado) teve uma trajetória de vida de migração para Campina Grande, a saber:

Os meus pais são originários do sertão paraibano, minha mãe, meu pai é do sertão do Ceará. Meu pai nasceu em Mauriti – CE. Minha mãe nasceu em Brejo do Cruz, mais precisamente na serra dos Martins, por ali, nessa região, entre Paraíba e Rio Grande do Norte. Minha mãe é dessa região, norte-rio-grandense, de fato, meu pai é cearense [...] eu nasci em Coremas, cidade do interior da Paraíba, do sertão, em 9 de outubro de 1954 [...] meu pai trabalhava, nessa época, no DNCOS, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, no laboratório central de solos e concretos, esse laboratório foi transferido para Campina Grande, e meu pai veio para Campina Grande, isso provavelmente, em torno de 1956, 1957, então cheguei aqui em Campina entre dois a três anos de idade e fomos morar num bairro bem conhecido da cidade, José Pinheiro, na rua Silva Jardim, depois nos mudamos para o Monte Santo em seguida para o bairro da Bela Vista, onde meu pai morou a vida todo e onde, inclusive, moro até hoje (Luciano, B. A. 2022, p. 5)

Segundo Benedito Antônio Luciano, a ideia de Movimento Negro em Campina Grande nasceu de uma provocação feita pelo professor/antropólogo Kabengele Munanga. Em seus próprios termos, tem-se o seguinte relato de memória:

Surgiu a partir de uma passagem minha pelo Rio Grande do Norte, em contato com uma reunião que participei junto com alguns estudantes africanos de Guiné-Bissau, Cabo Verde, com o professor Kabengele Munanga¹⁰¹, que à época estava lá na UFRN, tinha acontecido alguns fatos

¹⁰¹ Kabengele Munanga nasceu na República Democrática do Congo e se naturalizou brasileiro em 1985. Fez doutorado em Antropologia pela Universidade de São Paulo, onde exerceu a docência (1980-2012). Aposentou-se como professor titular. Munanga atuou na área de Antropologia da África e das populações afro-brasileiras, tornando-se um dos mais destacados pensadores da história e da cultura afro-brasileira e africana. Também foi organizador da obra “Superando o racismo na escola” (1999), uma das pioneiras no processo de inclusão da

de discriminação racial. Eu participei dessa reunião à noite, e naquela oportunidade o professor Kabengele me perguntou se havia movimento negro estruturado em Campina Grande, eu disse que não. Ele estranhou e perguntou pra mim por que, ao voltar pra Campina Grande, não buscar articular, junto com alguns colegas, a formação de um grupo pra discutir essas questões de racismo e discriminação. E assim aconteceu, eu encontrei com alguns colegas em Campina Grande, e, originalmente, nossas reuniões não tinha uma sede, ela acontecia assim de forma muito tranquila, informal [...] em torno de um chopp [...] E começamos a discutir a possibilidade de organizar um movimento negro em Campina Grande. Nessa oportunidade também encontrei o professor Josemir Camilo e outros colegas com quem começamos a nos articular e terminou por organizarmos o primeiro Encontro Afro-brasileiro Campinense. (Luciano, B. A. 2022, p. 1)

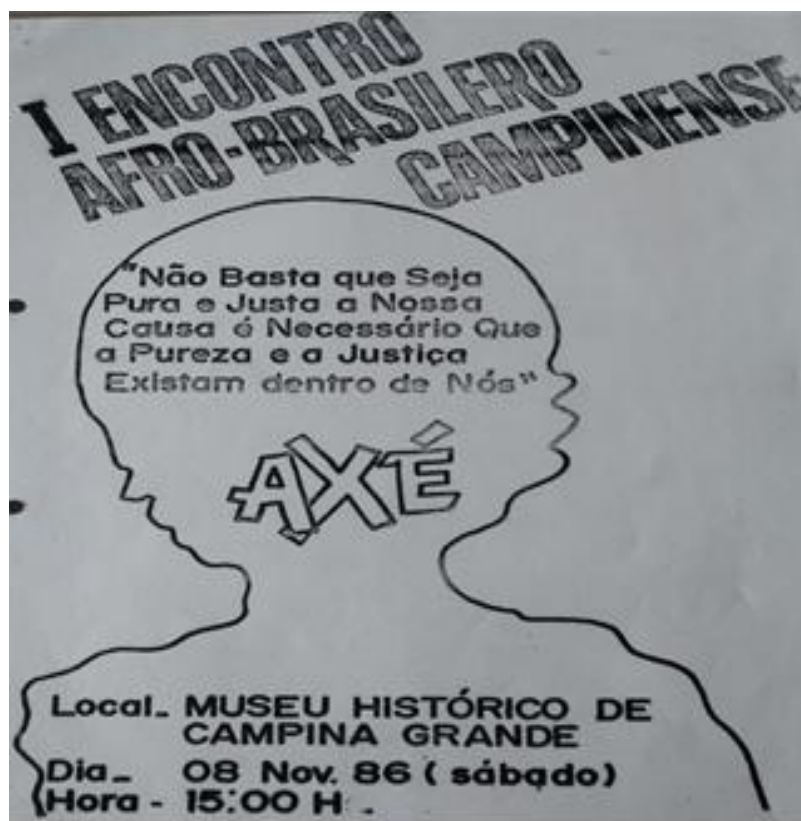
Nessas memórias, pode ser destacado o caráter afro-diaspórico no processo de constituição do MNCG e de conexões com o MNU. O professor Benedito foi provocado por um antropólogo de origem africana a partir de uma situação de racismo enfrentada por estudantes africanos da UFRN. Logo, Munanga foi quem o incentivou para a constituição de um Movimento Negro em Campina, que fosse uma organização negra semelhante aos recentes movimentos negros constituídos em algumas cidades brasileiras a partir do MNU – 1978.

Nota-se, assim, as redes de comunicações e informações presentes entre experiências negras de outros países e de outros estados brasileiros, um circuito interestadual e transatlântico negro de trocas informativas e de ações relativas às questões raciais. Sobretudo, de experiências de lutas contra o racismo e de valorização da história e da cultura negra.

Josemir Camilo já detinha um acúmulo de reflexões e de experiências com e sobre o Movimento Negro Unificado. Além disso, ele era, na época, diretor do Museu Histórico de Campina Grande, local que se tornou muito importante para as primeiras atividades em torno da problemática racial na cidade. Desse modo, Camilo uniu-se ao colega Benedito Antonio Luciano e tornaram-se os organizadores mais à frente do I Encontro Afro-Brasileiro Campinense, que ocorreu na tarde de sábado, dia 8 de novembro de 1986. O cartaz de divulgação desse evento foi afixado em várias partes da cidade e continha a seguinte imagem:

temática étnico-racial na educação brasileira. Tal pesquisador foi agraciado com muitas menções e homenagens durante sua carreira docente. Para mais informações: <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/5509/kabengele-munanga/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

Figura 2 – Cartaz do I Encontro Afro-brasileiro Campinense – 1986



Fonte: Documento disponibilizado pelo professor Benedito Antonio Luciano.

Dessa maneira, o primeiro evento público a discutir a questão racial negra em Campina Grande foi elaborado pela sociedade civil, por um pequeno grupo de homens e de mulheres que se reivindicaram como negros(as) e que, ao seu modo, protestavam contra o racismo vigente na sociedade.

O cartaz do Encontro foi produzido por um professor do Colégio Estadual da Prata¹⁰² e traz, além de uma mensagem reflexiva, a palavra “Axé” em destaque. Esse termo tem um simbolismo muito importante para a cultura negra brasileira, usado nas tradições das religiões afro-brasileiras, especialmente no candomblé. De origem iorubá, “Axé” significa a força vital e/ou a força que rege a vida (Lopes, 2006). Tal vocábulo foi apropriado pela militância negra brasileira na década de 1980, num movimento de afirmação da valorização da cultura negra e

¹⁰² Maior escola pública de Campina Grande e a segunda do estado da Paraíba, pertencente à rede estadual de ensino. Inicialmente foi construída como Escola Estadual de Campina Grande, em 1953, tendo sido a primeira a disponibilizar o ensino secundário na cidade. Nomes de destaque da cultura e da política passaram por esse espaço educacional, tais como: Elba Ramalho, José Nêumanne Pinto, Luiza Erundina, Bráulio Tavares, entre outros tantos. Na década de 1980, recebeu o nome de Estadual Dr. Elpídio de Almeida, mas a memória social popular instituiu sua própria nomeação: Estadual da Prata ou, carinhosamente, “Gigantão da Prata”. Esta última denominação ocorre pelo fato de que a escola se localiza no bairro da Prata. Trata-se de um dos grupos escolares mais tradicionais da cidade.

do pertencimento negro.

Os versos presentes no cartaz acima (figura 1) merecem também destaque, em razão de que se trata de uma passagem do poema “Do povo buscamos a força”, do poeta angolano Agostinho Neto. Esse autor, que nasceu em Angola no ano de 1922 e faleceu em 1979, tornou-se um importante líder político do país, fazendo parte do movimento de luta pela liberdade de sua nação, que era colônia de Portugal. Foi elevado a um dos principais símbolos mundiais da luta anticolonial. Em 1975, Angola se tornou independente e Agostinho Neto se constituiu como o primeiro presidente da nação. Ademais, Neto é considerado o principal poeta angolano. No Brasil, seu livro “Poemas de Angola” contou com o prefácio de Jorge Amado e foi publicado em 1975 e reeditado no ano de 1976.

O poema “Do povo buscamos a força¹⁰³” traz várias mensagens de chamamento para a luta contra as injustiças existentes em Angola, notadamente devido à violência estruturada pelo processo de colonização portuguesa. Por isso, a necessidade de reafirmar o direito ao justo combate pela liberdade. Complementando tal perspectiva, essa legítima batalha deve ser realizada de maneira honesta e integral, daí o verso selecionado para o anúncio do I Encontro Afro-brasileiro e Campinense: “Não basta que seja pura e justa / a nossa causa / é necessário que a pureza e justiça / existam dentro de nós”. No que lhe concerne, esse cartaz tem uma dimensão educativa de valorização da cultura negra ao trazer a expressão “Axé” e um verso de um poeta africano. Dessa forma, demonstra as conexões culturais incontornáveis do Brasil com a África e as influências afro-atlânticas sob a militância negra campinense.

Na ocasião do “I Encontro Afro-Brasileiro Campinense” foi formado o Movimento Negro de Campina Grande, que a princípio teve como nomes de maior destaque os professores Josemir Camilo e Benedito Antonio Luciano, informação confirmada por Jussara Natália M. B. de Melo, que na época, a convite do professor Camilo, também participou das primeiras atividades do MNCG. Jussara, no ano de 1986, era aluna secundarista e filha de

¹⁰³ “Não basta que seja pura e justa / a nossa causa / É necessário que a pureza e a justiça / existam dentro de nós / Dos que vieram / e conosco se aliaram / muitos traziam sombras no olhar / intenções estranhas. Para alguns deles a razão da luta / era só ódio: um ódio antigo / centrado e surdo / como uma lança. / Para alguns outros era uma bolsa / bolsa vazia (queriam enchê-la) / queriam enchê-la com coisas sujas / inconfessáveis. / Outros viemos. / Lutar pra nós é ver aquilo / que o Povo quer realizado. / É ter a terra onde nascemos. / É sermos livres pra trabalhar. / É ter pra nós o que criamos / Lutar pra nós é um destino - / é uma ponte entre a descrença / e a certeza do mundo novo. / Na mesma barca nos encontramos. / Todos concordam - vamos lutar. / Lutar pra quê? / Pra dar vazão ao ódio antigo? / ou pra ganharmos a liberdade / e ter pra nós o que criamos? / Na mesma barca nos encontramos / Quem há de ser o timoneiro? / Ah as tramas que eles teceram! / Ah as lutas que aí travamos! / Mantivemo-nos firmes: no povo / buscáramos a força / e a razão / Inexoravelmente/ como uma onda que ninguém trava / vencemos. / O Povo tomou a direção da barca. / Mas a lição lá está, foi aprendida: / Não basta que seja pura e justa / a nossa causa / É necessário que a pureza e a justiça / existam dentro de nós”. (Neto, 1976, p. 49-50)

uma militante do PT, companheira de partido de Josemir Camilo.

Segundo Jussara, falar do Movimento Negro em Campina Grande é voltar a 1986, quando as primeiras pessoas – os professores Josemir Camilo e Benedito Luciano (Bené) – começaram a se organizar, “[...] a se juntar para pensar sobre a questão da negritude em Campina [...] [que] não tinha até então nenhuma organização especificamente sobre as questões étnico-raciais” (Melo, J.N.M.B., 2023, p. 1).

É imprescindível frisar que, além de Camilo, Bené, Jussara Natália, outras pessoas também participaram do início do MNCG, tais como Vera Mendonça, Jaildo Figueiredo, Enoque Mendonça, Vanildo Silva, Dema, Erivaldo Moreira Barbosa, Djair Silva, Wanda Chase, Else, Vera Mendonça, entre outros. No processo de organização do evento em torno do centenário da abolição, em 1988, diversos nomes irão somar ao movimento e à luta antirracista na cidade.

Logo após o “I Encontro Afro-Brasileiro Campinense”, houve um debate pela manhã na Rádio Campina FM, no dia 20 de novembro de 1986, no qual o jornalista Rômulo Azevedo entrevistou Benedito Antonio Luciano e o historiador Durval Muniz. O primeiro já foi denominado como militante do MNCG. À tarde foi realizado um ato público, na Praça da Bandeira, alusivo à Consciência Negra. Durante o turno da noite, o MNCG se reuniu no Museu Histórico de Campina Grande para discutir o 20 de novembro. Posteriormente, em fevereiro de 1987, houve mais dois eventos do Movimento Negro de Campina Grande.

O primeiro foi uma discussão voltada para “A democracia racial”, ocorrida na quarta-feira do dia 4 de fevereiro, às 20 horas, no Museu Histórico, no qual as universitárias Elizabeth Cristina e Antonia Maria (ambas do curso de Ciências Sociais da UFPB – Campus II) apresentaram alguns dados relativos ao racismo na Paraíba. Em seguida, “[...] o professor Josemir Camilo, um dos articuladores do Movimento Negro de Campina Grande, convida todos os interessados a participarem do debate, uma vez que é de fundamental importância [...] a toda sociedade campinense” (Jornal da Paraíba, terça-feira, 3 de fevereiro de 1987).

A outra atividade foi uma palestra referente às lutas de libertação dos negros (quilombos), proferida pelo professor Josemir Camilo. O Jornal da Paraíba assim descreve: “Na próxima quarta-feira, às 20h, no Museu Histórico de Campina Grande, será realizada uma palestra sobre a ‘História das Lutas dos Negros’, promovida pelo ‘Movimento Negro’, recém-criado em Campina Grande” (Jornal da Paraíba, terça-feira, 17 de fevereiro de 1987, grifo nosso). Nessa divulgação do JP, tem-se também que a palestra do professor Josemir Camilo pretende questionar os historiadores da elite branca que silenciaram a luta

empreendida pelos quilombos existentes no Brasil.

Dessa maneira, o MNCG estava constituído e iniciava sua trajetória de ações, sendo bem atuante até o ano de 1988. Prontamente, um novo ator político-social entrava em cena em Campina Grande. Um movimento negro composto por militantes que vão mobilizar energia para chamar a atenção da sociedade campinense quanto à questão negra, bem como a respeito da necessidade de enfrentamento ao racismo e à valorização da História e Cultura Afro-Brasileira e Campinense.

3.2 – Movimento Negro de Campina Grande em cena (1986-1987)

Após uma análise historiográfica realizada sobre os estudos que se dedicaram ao MNCG (Farias, 2001; Ferreira, 2009; Silva, 2014; Sales, 2021; Elis, 2022), constata-se que todos eles estabelecem um salto histórico, a saber: do início do movimento, em 1986, algo percorrido em poucas linhas, para o ano de 1988, quando acontecem as atividades relacionadas ao centenário da abolição. Segundo Melânia Farias (2001, p. 16, grifo nosso), “datam de 1986 as primeiras movimentações em torno da organização política de um movimento que se destinava a lutar contra o racismo em Campina Grande [...] contudo, *só em 1988 esse grupo campinense ganha visibilidade*”.

Das pesquisas centradas no movimento negro campinense, apenas a monografia de Mônica Ribeiro (2014) dedica uma parte para algumas atividades do MNCG referente aos preparativos do centenário da abolição, no ano de 1987. Ribeiro (2014) se vale de um amplo conjunto documental, de jornais, atas de reuniões, entre outras fontes importantes para se visualizar essa organização negra.

Dessa forma, a pesquisa de Mônica Ribeiro (2014) se contrapõe ao limite posto na pesquisa de Farias (2001), de que o MNCG só ganha visibilidade na cidade a partir do ano de 1988. Relewa destacar que Farias (2001) só teve acesso ao histórico dos primeiros anos do movimento negro campinense através das memórias postas oralmente por dois militantes negros consultados.

Desse modo, ao aprofundar a leitura dos documentos da época e das memórias dos militantes negros campinenses que vivenciaram o início da organização negra em análise, verifiquei que o ano de 1987 foi muito importante para o MNCG, uma fase de muitas ações e de visibilidade na mídia da época: jornais impressos, programas de rádio e de televisão. Esse período pode ser denominado de “o Movimento de Campina Grande em cena”. Dito de outra

forma, tratou-se do momento no qual o MNCG iniciou o seu processo de formação e de visibilidade na cidade. E um espaço como esse não pode ser negligenciado numa pesquisa histórica sobre tal coletivo.

Dessa forma, da ideia de criação do MNCG, em 1986, à constituição da organização negra campinense no ano de 1987, existem algumas características marcantes que conectam essa organização social negra com dados também presentes no MNU de 1978, assim como nos demais movimentos sociais negros contemporâneos. Aspectos que apontam as possibilidades e os limites do protesto negro brasileiro e campinense no final da década de 1980.

Assim sendo, essa parte do nosso estudo pretende trazer algumas atividades e ações do MNCG em 1987, além de alguns aspectos formativos e organizacionais de tal movimento. Todavia, não abordaremos de maneira sistemática todas as ações efetivadas pelo movimento nesse ano, mas traremos aquelas mais marcantes que ajudam a compreender o tema educacional.

Após a ideia de criação de um movimento negro, no município de Campina Grande, em novembro de 1986, ele já estará em cena no início de 1987. Nesse sentido, por exemplo, localizamos documentos na imprensa com as primeiras menções ao MNCG e suas atividades. Um deles, trata-se de um artigo publicado no Jornal da Paraíba, da terça-feira, 17 de fevereiro de 1987, onde se divulga a palestra do professor Josemir Camilo sobre as lutas de libertação dos negros no Brasil a partir das experiências dos quilombos. Atividade organizada pelo “recém formado movimento negro na cidade”, conforme consta na imagem captada da página “VARIEDADES” do mencionado jornal, espaço esse dedicado aos eventos que estavam por acontecer na cidade e no país:

No próximo dia 18, às 20 horas, no Museu Histórico de Campina Grande, haverá uma palestra sobre a ‘História das Lutas dos Negros’, promovida pelo ‘Movimento Negro’, recém criado em Campina Grande. A palestra será proferida pelo professor J. Camilo, da UFPB. O professor enfocará o tema de maneira bem natural: as lutas de libertação dos trabalhadores escravizados (como ele faz questão de denominar), através dos Quilombos. Em sua palestra, serão apresentados vários ‘Quilombos’ que foram intencionalmente deixados de lado, na História, pelos historiadores da elite branca”. (Jornal da Paraíba, terça-feira, 17 de fevereiro de 1987)

Figura 3 – O Movimento Negro apresenta: palestras sobre as lutas de libertação dos negros (Quilombos) pelo prof. Camilo



Fonte: Jornal da Paraíba, terça-feira, 17 de fevereiro de 1987

Todavia, ainda no final de 1986, Josemir Camilo, um dos idealizadores do movimento negro campinense, escreveu um artigo revelador intitulado “Negro, problema específico?”, no qual estabeleceu os desafios de uma organização negra na cidade de Campina Grande. Neste texto, há as seguintes ponderações:

Com a tentativa de se criar, em Campina, um grupo ou movimento negro, algumas perguntas se fazem necessárias. Uma delas diz respeito à negritude como fenômeno (ou problema) em nossa cidade. Por que uma coisa é o negro no Rio, em Salvador e até em Recife. Outra é o negro no interior, no sertão. É preciso ver o que é específico [...] *existe realmente um fenômeno chamado negritude, a nível local? Como se delinea? O movimento negro, no Brasil, é de origem, na classe média, porque nasceu de situações universitárias e de profissionais liberais “de cor”* [...] Pode, no entanto, a consciência do negro da classe média, organizada, reverter em benefício para o negro operário, que está alienado de seus direitos? [...] *Volto a perguntar: o problema é exclusivamente étnico ou social? Não acredito, pois, que um movimento negro possa vingar sem primeiro limitar, definir, o problema (fenômeno) negro em Campina.* (Diário da Borborema, terça-feira, 2 de dezembro de 1986, grifo nosso)

Na passagem acima, Camilo desvelou algumas questões centrais para a estruturação de um movimento social negro em Campina Grande e, também, refletiu quanto a algumas das

principais características do movimento negro contemporâneo brasileiro, surgido no final da década de 1970. O primeiro aspecto de discussão é sobre a vinculação das organizações negras contemporâneas com o mundo universitário e de profissões liberais de “classe média”.

Dito de outra forma, o historiador indica que tais movimentos antirracistas eram formados por homens e mulheres negros(as) que já tinham alcançado alguma ascensão social e, por sua vez, estavam distantes das massas negras espoliadas de baixa renda do mundo social. Tal quadro gerou um distanciamento desses grupos sociais negros com as massas negras, conseqüentemente, não conseguindo se constituir como movimentos sociais de massas.

Esse dado pode soar como contraditório, em razão de a maioria da população brasileira e campinense ser constituída de pretos e pardos = negros¹⁰⁴. Como reflete Camilo nesta passagem do artigo: “Como vamos aplicar a Lei Afonso Arinos (contra o preconceito racial) se temos toda uma população mestiça, pobre, descendentes de cariris com mulatos¹⁰⁵ e negros” (Diário da Borborema, terça-feira, de 2 de dezembro de 1986).

Essas reflexões postas por Camilo são temas de estudos de diversos pesquisadores, tais como Paulina L. Alberto (2017), Clóvis Moura (2014), Amauri Mendes Pereira (2008), Edson Lopes Cardoso (2022), entre outros. Por seu turno, a antropóloga Melânia Farias (2001, 2004) fez essa discussão tendo o MNCG como eixo central de análise. Desse modo, o sociólogo e jornalista Clóvis Moura (2014) estabelece alguns apontamentos acerca da dinamicidade dos movimentos sociais negros em São Paulo, que servem também para pensar várias experiências coletivas negras no Brasil contemporâneo.

Moura (2014) indica que os movimentos sociais negros urbanos no país foram liderados por intelectuais distantes das camadas negras marginalizadas e subalternizadas da sociedade. Para ele, as denúncias e ações dos militantes negros são realizadas a partir de algumas discriminações e preconceitos raciais sentidos na pele por esses indivíduos, em especial, na dificuldade de ascensão a lugares mais altos no mundo social. Tais ativistas acabam por reproduzir o modelo individualista presente na sociedade capitalista. Assim, descartam um projeto de transformação radical da sociedade e de enfrentamento ao racismo.

¹⁰⁴ A percepção de pretos e pardos como negros se encontra no IBGE e no Estatuto da Igualdade Racial (2010), mas tal questão se deve a uma longa luta dos movimentos negros brasileiros para esse reconhecimento por parte do Estado brasileiro.

¹⁰⁵ Nessa fase, o movimento não tinha ainda uma concepção bem definida de termos para designar a população negra brasileira e/ou campinense, daí o uso de “mulato” no texto, descartado nos últimos anos pelos militantes negros, por razão de carregar uma origem depreciativa e racista. Para mais informações: <https://primeirosnegros.com/e-preto-ou-negro-e-letramento->. Acesso em: 27 jul. 2024.

Clóvis Moura (2014) usa as categorias de “letrados” e “plebeus” para tratar os principais setores da população negra paulista. A primeira seria formada por profissionais liberais, universitários, empresários, artistas, entre outros membros da classe média negra, que, aliás, refere-se a uma parcela bem pequena dessa sociedade. Em contrapartida, a segunda categoria diz respeito aos operários, desempregados, favelados, em suma, pessoas das camadas de baixa renda da sociedade, a maioria da população de São Paulo. Contudo, ambos (letrados e plebeus) são atravessados pelos valores do mundo branco.

Dessa maneira, na leitura desse sociólogo, os militantes negros, membros da classe média, em sua maioria, universitária (letrados), não conseguiram mobilizar o contingente da população negra excluída (plebeus). Existia, assim, uma distância de mundos que só se comunicaram de maneira retórica pelo universo da militância letrada, que apontava os dados de desigualdades e de exclusão social, mas sem desenvolverem o diálogo orgânico com os grupos e indivíduos negros subalternizados (Moura, 2014).

Por outro lado, o universo negro plebeu não reconheceu e nem se identificou com os movimentos sociais negros. Para Clóvis Moura, as experiências eleitorais foram exemplos emblemáticos dessa tensão. Sobretudo, quando pessoas negras se candidataram na disputa eleitoral. As representações negras que decidiram ir para “a disputa de cargos eleitorais, sentem, [...] o grande hiato que há entre a sua atuação como membro da comunidade negra, situado no universo letrado, e as necessidades e reivindicações do universo plebeu” (Moura, 2014, p. 293).

No entanto, o sociólogo reflete que existiram tentativas de aproximações entre os militantes negros letrados e o contingente negro marginalizado, mas, geralmente, não foram bem-sucedidas, em razão de que o “universo letrado negro” se encontrou no horizonte de expectativas dos valores da classe média branca. De maneira semelhante às inquietações postas por Josemir Camilo, em 1986, Clóvis Moura (2014) pondera acerca dessa problemática:

Isto, segundo pensamos, cria um processo seletivo de valores reivindicativos entre os dois universos negros. No letrado, há, em primeiro plano, a necessidade de se reivindicar a igualdade étnica porque, em muitos aspectos ele já conseguiu patamares sociais de classe média; no segundo plano, *plebeu*, pelo contrário, o interesse maior é a reivindicação social, econômica, educacional, de saúde e segurança, pois ele ainda não conseguiu se estabelecer e dinamizar-se no plano do negro da classe média. Tudo isto irá refletir no nível político, tornando-se frequente ouvir-se nos dois universos: *negro não vota em negro*. (Moura, 2014, p. 302, grifos do autor)

Clóvis Moura publicou esse texto originalmente, no ano de 1994, período de enraizamento do projeto neoliberal no país e de fragmentação das lutas e dos movimentos sociais. Para esse estudioso, dentro de sua concepção teórica marxista, a saída para essa limitação da luta contra o racismo acontecerá pela via da dialética radical do negro, do reconhecimento da problemática racial e na perspectiva de uma luta antirracista atrelada às lutas de classes/raças contra a ordem econômica capitalista.

Contudo, essa tendência de o movimento negro contemporâneo ter como líderes, negros e negras de classe média precisa ser melhor refletida para não cair na generalização e na petrificação de algumas características. De fato, Josemir Camilo, nesse artigo de 1986, reflete, à época, os desafios de um Movimento Negro campinense, pelo caráter distante das massas negras espoliadas da cidade e por ser um município sem tradição histórica de movimentos sociais de combate ao racismo. Além dessa questão, encontravam-se ausentes estudos e apontamentos bibliográficos referentes centralmente ao fenômeno da negritude campinense.

O MNCG, no recorte do nosso estudo (1986-2013), não conseguiu se configurar como um movimento de massa, com capilaridade social na cidade de Campina Grande. Assim como o MNU não se constituiu enquanto um movimento de multidão que contou com grande participação da população negra paulista e nem obteve êxito em se tornar um movimento nacionalmente unificado. Embora tais movimentos tenham realizado alguns grandes atos com números relevantes de participantes e de repercussão na mídia.

Porém, mesmo com essa limitação nos números de participantes, tanto o MNU quanto o MNCG trouxeram o debate racial para o proscênio da esfera pública e tensionaram o Estado para que agisse diante de tal problemática. Validamente, os movimentos sociais negros contemporâneos conseguiram impor a agenda racial no debate público brasileiro.

Nessa perspectiva, Paulina L. Alberto (2017), ao analisar militantes negros e intelectuais negros de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, no século XX, constatou que foi um grande desafio para os movimentos sociais negros colocarem a problemática racial na sociedade brasileira, mesmo sendo uma nação composta de maioria negra e miscigenada. Por outro lado, trata-se de um país muito afetado pela ideologia da democracia racial. Nos seus próprios termos, têm-se as seguintes questões:

O que as palavras e as ações de um pequeno e diferenciado grupo de intelectuais negros podem nos contar sobre as ideias de raça no Brasil? Aqueles que estudaram essa elite política e intelectual destacaram os problemas que eles enfrentaram, e continuam a enfrentar, para conseguir que

a população afrodescendente apoie, ou se veja representada em, movimentos com base exclusivamente na raça, numa nação em que maioria dos afrodescendentes não se identifica como negra [...] as questões de representações e de inclusão concreta e simbólica em torno das quais os *intelectuais negros estruturam suas intervenções públicas eram também dimensões vitais de experiência para os segmentos mais amplo da população afrodescendentes [...] ajudaram a definir parâmetros para a cidadania*, também afetando os menos privilegiados e incentivando o surgimento de movimentos mais amplos para contestar as estruturas de preconceito. *No final do século XX, as críticas feitas por um grupo crescente de ativistas e intelectuais negros deram origem a projetos – como as atuais campanhas de ação afirmativa – que estão reestruturando a sociedade brasileira como um todo.* (Alberto, 2017, p. 35-36, grifo nosso)

Paulina Alberto (2017) chama a atenção para que, mesmo sendo uma parcela muito pequena da população negra, os militantes negros conseguiram intervir no debate público e impor o debate racial na agenda pública nacional. Dados que resultaram em políticas públicas relevantes para o conjunto maior do contingente negro da sociedade brasileira.

Dessa maneira, Josemir Camilo, no artigo de 1986, mostrava-se motivado para a criação de uma organização negra: “sou completamente a favor da criação de movimento de ‘minorias oprimidas’. O problema é verificar a coerência entre a intenção e o fenômeno” (Diário da Borborema, terça-feira, 2 de dezembro de 1986). Portanto, o historiador destacava ser necessária uma reflexão mais arguta sobre o que seria um movimento negro campinense.

Esses questionamentos elaborados por Josemir Camilo foram importantes na tentativa de evitar um coletivo social negro desconectado com os dados efetivos das demandas da população negra, assim como para se obstar um movimento marcado pelo “dirigismo” vazio. Essa indagação remete a uma reflexão de Paulo Freire presente na obra “Pedagogia do Oprimido”, a de que se torna necessário que o movimento educativo e/ou ação pedagógica se conecte *com* as massas oprimidas e não *sem* e muito menos apenas *para* as massas (Freire, 1987). Essa máxima freiriana pode ser utilizada para pensar o *modus operandi* do protesto negro, que fosse um movimento social existente não apenas *em nome* do povo negro, mas *com* a gente negra participando ativamente.

Josemir Camilo retomou esse debate no artigo “Movimento Negro”, publicado no início de 1987. Nesse momento, o MNCG já existia, participava de debates em rádio e realizava eventos em Campina Grande. O ano de 1987 foi bem movimentado e teve como principal horizonte as atividades preparatórias para o centenário da abolição em 1988. Neste novo texto e contexto, Camilo estabeleceu as seguintes questões em relação ao Movimento Negro de Campina recém-constituído:

Alguma polêmica causou meu artigo “Negro: Problema específico?”, chegando a mostrar rachaduras internas no recém criado Movimento Negro de Campina. O que propunha era a definição do problema para se traçar uma política... arrisco-me a fazer uma proposta, de nível cultural-universitário, sem descartar o político, onde o movimento busque identificar o fenômeno da negritude, em Campina, em toda sua extensão. Assim, história, estatística, análise sociológica, visão antropológica, localização no mercado de mão-de-obra e produção cultural do negro seriam os componentes do grupo. Politicamente, o movimento estaria consciente (ao menos, deveria) de todos os tipos de preconceitos e exploração que a sociedade esteja a cometer contra negros, mestiços e mulatos. A partir dessa consciência, denunciar, ir à imprensa, cobrar os direitos humanos e do cidadão, desmascarar a nossa “democracia racial” etc. bem como ficar solidário com os oprimidos da África do Sul, numa verdadeira campanha anti-apartheid. Política e culturalmente há que desmascarar o 13 de maio e, mais ainda, o centenário da abolição, a ocorrer em 1988... tudo isso é possível com uma consciência negra, dos seus direitos e de sua rica tradição. É preciso provar a falsidade da sociedade em sua produção cultural, em que o negro é achincalhado, ridicularizado, sobre quem se contam piadas nocivas e racistas. Tudo isso é preciso passar em revista. Afinal, somos mais de 52 milhões entre pardos e negros. (Jornal da Paraíba, sábado, 17 de janeiro de 1987, grifo nosso)

Os apontamentos postos nessa passagem são significativos para se compreender as principais características do Movimento Negro de Campina Grande no seu início de atuação. Para Camilo, o MNCG tem uma base formada na dimensão cultural-universitária, que deve ser integrada ao mundo da política, com o objetivo de desvelar os dados de negritude do município de Campina Grande.

Essa última temática demonstra-se de grande importância e contém uma dimensão educativa incontornável. As ações e atividades do MNCG, de 1986 em diante, serão relevantes para demonstrar os traços da história da cultura afro-brasileira e do racismo existente em Campina Grande. Mas, para conseguir chamar a atenção da opinião pública, as múltiplas ações engendradas pela organização negra campinense terão um componente pedagógico intrínseco.

Utilizando-se da concepção de Nilma Lino Gomes (2022), afirmamos que “o Movimento Negro de Campina Grande será um ator político educador”, em razão de que foi ele quem lançou um conjunto de materiais informativos, de atividades demonstrativas e reflexivas sobre a presença negra na estrutura social e cultural dessa cidade. Isso muito antes de toda legislação e estudos acadêmicos advindos após a Lei 10.639/2003.

Josemir Camilo também destacou a importância da construção dessa “Consciência Negra” na cidade. Para tanto, fazia-se necessário denunciar, publicizar e se revoltar diante dos dados de desigualdades e de racismo presentes na sociedade campinense. Sumarizando,

tornava-se indispensável a existência e propagação da “Consciência Racial” para se enfrentar a ideologia da democracia racial e do racismo naturalizado na vida cotidiana e reproduzida pelas instituições públicas e privadas. Releva observar que esses temas e assuntos não existiam no debate público campinense até o surgimento da organização negra campinense, na segunda metade da década de 1980.

Além dessas questões, o excerto extraído do artigo de Josemir Camilo, do primeiro mês de 1987, condensa as principais bandeiras de lutas a serem empreendidas pelo MNCG. Tem-se, num primeiro plano, a dimensão afro-atlântico da luta, ao destacar a importância do enfrentamento ao sistema social do *Apartheid*, na África do Sul.

As demais bandeiras são o desmascaramento do “13 de maio” como data de memória para o povo negro, a realização de ações em torno do centenário da abolição (1988), o combate às dimensões culturais que reproduzem o racismo e atacam a dignidade da gente negra, aspectos, muitas vezes, reproduzidos através de piadas, músicas, filmes, etc. Esse último ponto pode ser lido como uma prática de “letramento racial”, conceito este que pode ser entendido como a interpretação de textos e de imagens a partir da ótica do combate ao racismo e da valorização da cultura negra.

Por outro lado, com base nos dados apresentados por Camilo, em 1987, fica demonstrado que a luta antirracista construída pelo MNCG não será contra a ordem social econômica vigente, visto que essa organização negra não se reivindicou com um movimento social de esquerda e de enfrentamento aos grupos oligárquicos presentes na cidade. Diferentemente do MNU, nos seus primeiros anos de existência, e de algumas tendências negras, que associavam a luta de raça à de classe, o MNCG, no seu nascimento, já incorporava uma visão centrada na etnicidade. Dito com outras palavras, não havia o apontamento da luta por uma transformação radical da sociedade campinense.

Ainda em relação a esse tema, existe um esboço de estatuto do Movimento Negro de Campina Grande dessa época que, embora não tenha sido aprovado, é muito significativo para pensar a concepção de organização negra postulada por parte da militância negra campinense. No segundo artigo desse documento, se tem a definição do MNCG: “*É um movimento de luta contra o racismo, sem distinção de raça, sexo, instrução, credo religioso ou político e sem fins lucrativos*” (Estatuto do Movimento Negro de Campina Grande, 1989, p. 1, grifo nosso)¹⁰⁶.

O 4º capítulo deste documento, intitulado “Fins”, apresenta as funções do MNCG,

¹⁰⁶ Em anexo.

destacando logo de início o combate ao racismo, onde este se fizer presente: “contra o racismo e o preconceito de cor”, seguido de outros compromissos “manter intercâmbios com organizações culturais e congêneres do nosso país e outros países; estender a luta contra toda forma de discriminação, seja regionalista, nacional e internacional” (Estatuto do Movimento Negro de Campina Grande, 1989, p. 1). Portanto, fica exposta a ideia de que a luta contra o racismo era o dado central de aglutinação para todos que faziam parte da organização negra campinense. Mesmo com diferenças ideológicas entre os integrantes, o movimento tinha no combate ao racismo sua principal demanda.

Neste estatuto, não se expõe a estrutura organizacional do MNCG, que se encontrava aberta para discussão. O esboço do documento ainda definia que qualquer pessoa que concordasse com o programa de ação e o estatuto, podia se integrar ao movimento, desde que se comprometesse a cumprir sua orientação advinda de decisão coletiva (Estatuto do Movimento Negro de Campina Grande, 1989, p. 1). Cabe destacar que, até o corrente ano (2025), o MNCG não tem registro formal de institucionalização, nem programas de ações e documentos normativos de orientações.

Para Josemir Camilo (2022), não se institucionalizar foi uma vantagem diante dos riscos da burocratização presentes em muitos movimentos sociais. Já para Benedito Luciano (2022), apesar das tentativas, a falta de coesão e organização por parte dos militantes negros campinenses fez com que essa formalização nunca existisse.

Tal cenário demarcou outra importante característica desse coletivo negro campinense: a precarização financeira e estrutural. De resto, algo extensivo em outros movimentos sociais negros existentes no Brasil (Pereira, 2008; 2013). Nesse sentido, a militante Jussara Natália, que participou do início do Movimento Negro de Campina Grande, relata algumas dessas dificuldades materiais:

Bom, vamos falar das dificuldades, as dificuldades eram materiais, nós não tínhamos espaço, nós não tínhamos dinheiro, cada um que ajudava, a gente financiava muita coisa, por exemplo, quando foram chegando alunos da educação básica, das periferias para aglutinar, a gente que ajudava no transporte [...] lá em casa mesmo, quando me casei com Camilo, minha casa era um lugar que eu servia almoço, recebia as pessoas... passou a ser um lugar de referência. Tinha vez que, a gente para aumentar o almoço, comprava soja... ficava até caro para a gente, pois saía muito do bolso de Camilo. Na época [eu] era estudante, [...] recebia uma bolsa, e saía do bolso dele (Camilo), então, não tinha dinheiro. E muita gente era de periferia, e a gente foi dialogando com os meninos de periferia, com alunos de capoeira, com meninos de cultura periférica negra. Nós tínhamos que financiar transporte, alimentação... às vezes, eu comprava sacos de soja, eu aprendi a fazer ótimas sojas, bolinhos de soja... Chegava o pessoal de João Pessoa e

ficavam lá em casa, dormiam no chão, então, assim, era dinheiro, a gente queria fazer um evento, mas precisava convidar pessoas, e não era de graça, tinha que alugar, tinha que ter alimentação ... então faltava dinheiro... a questão era essa de logística que faltava, então faltava dinheiro, mas tinha muita vontade. (Melo, J.N.M.B., 2023, p. 1)

Essa passagem de Jussara Natália Moreira Bélen de Melo faz-nos refletir que nem todos os(as) militantes negros(as) do MNCG eram oriundos da classe média. No caso de Campina Grande, as duas principais lideranças (Camilo e Bené) eram homens negros em ascensão profissional e econômica pelo fato de serem professores universitários, porém, essa conjuntura não resultou automaticamente na estruturação de uma organização negra consolidada financeiramente. Tal problemática estrutural dificultou o processo de realização de eventos e atividades contínuas e de maior abrangência social. Dito de outra maneira, a militância se dava, recorrentemente, no sacrifício do autofinanciamento e na soma de cotas dos integrantes com um pouco mais de renda.

É nessa perspectiva que se pode problematizar alguns quesitos acerca da interpretação de Clóvis Moura (2014) e Melânia Farias (2001), em torno de se ler o movimento negro contemporâneo e campinense tão-somente como organizações capitaneadas por uma “elite negra letrada”. De fato, estamos de pleno acordo quando ambos os pesquisadores demonstram a forte presença de pessoas negras escolarizadas e de classe média à frente do MNU e do MNCG, sobretudo, nos seus primeiros anos de existência.

Fato esse que, segundo Moura (2014) e Farias (2001), colaborou na incapacidade de o movimento negro brasileiro e campinense se tornarem movimentos de massas, com plena participação popular e com presença das camadas negras mais vulneráveis socialmente. Especificamente, no caso de Campina Grande, o MNCG foi marcado pelo comando de ações atravessadas pelo espontaneísmo e o individualismo (Farias, 2001).

Concordamos também com o dado de que o MNCG não conseguiu se constituir enquanto um movimento social de massa, mas, faz-se importante considerar alguns aspectos fincados na dinâmica social brasileira e campinense. Considerando o recorte histórico estipulado no atual estudo (1986-2013), avultou-se nessa conjuntura histórica a força da ideologia da democracia racial presente e enraizada na sociedade, o que fez com que boa parte da população de pretos e pardos não se sentisse convencida e/ou atraída a participar da luta antirracista. Nesse sentido, Josemir Camilo (2022) estabelece algumas reflexões pertinentes sobre as dificuldades de adesão popular ao movimento negro no Brasil:

Porque eu vejo a questão do movimento. O que é movimento? É uma ação em função de alguma coisa. Então, é uma questão identitária. Então, boa

parte da população negra, afrodescendente, vamos chamar assim, não se identifica. Ela quer se identificar como brasileiro. Ela não argumenta isso, mas, é o que passa, né? Então são duas coisas, pra haver um movimento mais largo, teria que haver uma identidade, e essa identidade não passa. E mesmo afro já seria uma meio coisa artificial também, dependendo. E depois o seguinte, o que esse movimento busca de concreto? Então, não sei, quando ele aponta para cotas, ele é bem visto, tem aderência [...] sabe? Quando ele não tem proposta pra sei lá [...] o preço do pão, o preço da gasolina, coisa e tal, compreende? Então não há aderência. Ele vai diminuir principalmente pela perspectiva identitária. Quer dizer, as pessoas preferem ficar nesse lusco-fusco do moreno, do pardo, coisa e tal. Ou seja, desde que não mexam com elas, que não sejam reprimidas, que não sejam discriminadas, coisa e tal, vai ficando nesse patamar. São duas coisas então: o fluxo do movimento, todo movimento tem um fluxo e tem o refluxo, e a questão da identidade, o processo identitário, ou seja, quem se identifica. (Melo, J. C., 2022, p. 25)

Outro aspecto também relevante foi a precarização financeira e estrutural do Movimento Negro de Campina Grande, que dificultou a expansão e as ações permanentes contra o racismo. Assim como se postou no horizonte a força do racismo brasileiro, que fez com que os militantes negros fossem vistos, muitas vezes, como sectários e reprodutores de vitimizações que, sob esse ângulo de análise, negligenciavam o problema maior: a desigualdade social.

Além desses fatores, releva sublinhar que não foi nem é uma tarefa tranquila dividir as demandas da vida pessoal, trabalho, estudos e família, com as exigências da militância social, em razão de que o ativismo social exigiu e exige dedicação de tempo e de preparação para os possíveis confrontos e assédios sociais e econômicos. Noutra dimensão, aponta-se que militar num movimento social não vem acompanhado de subsídios para a manutenção financeira do militante. Ademais, o ativista social negro também carrega consigo um conjunto de compromissos financeiros, pessoais e familiares, assim como projetos pessoais, profissionais e acadêmicos.

Então, essas divisões de categorias propostas por Moura (2014) – “letrados”, militantes negros escolarizados/universitários, e “plebeus”, negros marginalizados – precisam ser refletidas nas dinâmicas históricas e nas diversidades regionais presentes nos movimentos sociais negros brasileiros. Igualmente, a interpretação de Farias (2001) quanto à elite de negros campinenses que compõe o MNCG precisa ser problematizada, pois, o fato de ter acesso ao estudo superior e ao concurso público não se desdobra numa efetiva ascensão econômica e social, embora possibilite, sobretudo, ao nível de universidade, uma renda e escolarização melhor em comparação aos trabalhadores negros assalariados e precarizados economicamente.

Além desses aspectos, destaca-se outro limite nessa interpretação: se as primeiras lideranças do MNCG, Camilo e Bené, eram docentes universitários, com um nível de escolaridade e de renda maior ao da maioria da população negra campinense, o mesmo não aconteceu com as lideranças negras que surgem a partir da década de 1990. Tanto Jair Silva quanto Moisés Alves, importantes nomes do MNCG, apesar de terem concluído o curso superior, não conseguiram obter trabalhos de renda de classe média e nem adentraram ao funcionalismo público via concurso público.

Outro problema na leitura de Melânia Farias (2001) é a ausência de uma pesquisa mais sistemática acerca da história do Movimento Negro de Campina Grande, nas suas múltiplas ações desenvolvidas no tempo e nas tentativas de construção de um movimento mais amplo. Em especial, nos seus primeiros anos de existência, marcados por eventos de considerável participação e de um conjunto de colaboradores para além de suas principais lideranças da época.

O MNCG efetivou um conjunto de atividades no transcorrer do ano de 1987 que recebeu certo espaço na mídia. Como já fora mostrado no presente texto, Josemir Camilo (Camilo) e Benedito Antonio Luciano (Bené) foram as duas principais lideranças dessa organização social na época, ambos professores do Campus II, da UFPB, e articuladores de alguns espaços de jornais impressos da cidade. Esses dois militantes escreviam, de maneira constante, artigos para jornais que circulavam em Campina Grande e no estado da Paraíba. Esse espaço de atuação e a função exercida profissionalmente, de professores universitários, podem ter colaborado no processo de divulgação de grande parte das ações antirracistas elaboradas pelo MNCG nesse período.

Josemir Camilo publicou o artigo “Movimento Negro” no jornal A União, no dia 19 de maio de 1987. Nesse texto temos um conjunto de informações valiosas sobre como estava se constituindo o MNCG. O militante inicia o artigo informando que Campina Grande contava com mais um movimento social, “o negro, que busca seus direitos de cidadania, se batendo contra o preconceito e a discriminação racial. Apesar de contar apenas com sete meses de existência, o Movimento foi à rua neste treze de maio, para desmistificar essa data” (A União, terça-feira, 19 de maio de 1987).

Continuando a narrativa, Camilo nos informa que o MNCG detém um núcleo de aproximadamente vinte pessoas que participavam de várias atividades na cidade. Existe um documento¹⁰⁷ redigido à mão com uma lista dos nomes de militantes da época e suas funções,

¹⁰⁷ Trata-se de três folhas que se encontram guardadas num saco plástico em uma caixa de documentos cedidos

assim como de apoiadores e/ou simpatizantes. Nele, estão os seguintes ativistas: Vera Mendonça¹⁰⁸ (fundadora e universitária), Gilvanete (afastada), Enoque Mendonça (comerciante), Jussara Natália M. B. de Melo (aluna secundarista), Jaildo Figueiredo (advogado), Jacinto (universitário), Pepê (fundador, afastado e gráfico), Valéria (universitária), Else (universitária), Fernando (funcionário da UFPB – Campus II), Socorro Santos (funcionária da UFPB – Campus II), Rildo (universitário), Marcio (universitário), Kalina (secundarista), Sebastião (secundarista), Vanildo Silva (jornalista), Elizete, Elza (mestranda), Socorro (universitária – irmã de Fernando), Elinde, Dema, Afonso (gráfico), Lira, Bené, José Jataí (cinigrafista da TV Borborema), Francisco de Assis (funcionário da UFPB), Marcos (secundarista), Marcos Sabiá (capoeira), Dorivan (Acauã da Serra), (D)Nalva, Tonny, Margareth (Prof.^a Sec), Socorro Zacarias (secundarista), Maria José (funcionária da UFPB), Valdinete (estudante), Alessandra (estudante), Vera (sociologia), Noemia F. S. de Oliveira, Maria Expedito Santos, Jacinto e Gil. Simpatizantes e contatos: Anita, Abádia, Arlandil (estudante), Gilmar dos Santos (estudante), Luciano Mendonça (estudante), Apolinário (jornalista do Gazeta do Sertão), Márcio, Dorinha, Nelson de Angola, Eugênio, José Benjamin e Rosilene (universitários), Damião (estudante), Jairo (advogado), Álvaro Fernandes (teatro), José Mário (estudante).

Destaca-se, também, que a comunidade campinense começou a tomar conhecimento da organização negra, o que resultou em convites para participar de debates em colégios, igrejas e associações de bairros. Esse artigo igualmente apresenta que o Movimento se reunia no Museu Histórico e no bar chamado “Pilequinho”.

Esse bar foi destacado nas memórias de Josemir Camilo (2022) e Benedito Antonio Luciano (2022) como um importante espaço de reunião (in)formal da militância negra campinense. Inclusive, na matéria “Negros comemoram com protesto o 13 de maio” (Jornal da Paraíba, terça-feira, 12 de maio de 1987), é mencionado que o Movimento Negro de Campina Grande, realizou, à noite, no Pilequinho, rua 13 de maio, reunião com todos os seus membros, com o propósito de elaborar a programação relativa a esta data. A socióloga Vera Lúcia Mendonça, integrante do MNCG, frisou que “o 13 de maio será mais um dia de protesto, a favor dos direitos do negro em nossa sociedade, que infelizmente são ainda

pelo professor Josemir Camilo ao SEDHIR – UFCG. (Vide anexo)

¹⁰⁸ Cabe destacar que, em algumas reportagens desse período, Vera Mendonça fala em nome do MNCG. E, como consta na lista, ela foi uma das fundadoras desse coletivo campinense. Jussara Natália (2023) ressaltou em sua colaboração a força que essa militante negra campinense tinha. Não localizamos o contato dela (Vera), que não mora mais em Campina Grande. Mas, fica uma pesquisa em aberto para ser realizada: qual a importância dessa militante e de outras no processo de construção do MNCG?

velados” (Jornal da Paraíba, terça-feira, 12 de maio de 1987).

Antes de encerrar o texto “Movimento Negro” (A União, terça-feira, 19 de maio de 1987), Josemir Camilo apresenta outra questão relevante, a saber: o MNCG vem estabelecendo debates relativos à resistência dos quilombos, “a significação do Movimento Negro, os descaminhos do Movimento a nível nacional, contando com a colaboração de dois companheiros do Movimento Negro de João Pessoa e da jornalista Wanda Chase, ex-militante do MNU. Assim, o movimento campinense repensa sua luta” (A União, terça-feira, 19 de maio de 1987).

Cabe destacar, nesse trecho, o interesse do MNCG em melhor conhecer os caminhos e descaminhos do movimento negro brasileiro na época. Como não existia uma tradição histórica de movimentos antirracistas na cidade de Campina Grande e nem um espaço de estudos referentes ao fenômeno da negritude campinense, coube às primeiras gerações de homens e mulheres negros(as), que estiveram à frente do Movimento Negro de Campina Grande, desbravar na prática a constituição de uma agência negra na cidade à luz das demandas contemporâneas. Mas, para tanto, foi estabelecido um amplo diálogo e correspondência com outros movimentos sociais negros existentes no país, assim como com militantes negros mais experientes.

Desse modo, o início da história do MNCG se encontrou em diálogo com o Movimento Negro de João Pessoa e de Recife. Alguns militantes dessas organizações ajudaram no processo de amadurecimento e de importantes ações realizadas pelo MNCG, entre 1987 e 1988. “Era um pessoal forte e com muita experiência, eles vieram nos fortalecer, pois estávamos começando, a gente estudava, mas eles tinham essa experiência à luz do MNU, na linha do campo político do Movimento Negro Nacional” (Melo, J.N.M.B., 2023, p. 2). Nesse contexto, ressaltam-se os nomes dos militantes negros(as) João Balula¹⁰⁹ e Wanda Chase. O primeiro do MNJP e a última do MNU – Recife.

Sobre João Balula, cabe apresentar que seu nome completo era João Silva Carvalho Filho. Ele nasceu em 1959, no município de Pombal, no sertão da Paraíba, e logo depois morou em João Pessoa. Balula construiu uma notável história de luta antirracista no estado, que atravessou as décadas de 1980 e 1990 até chegar ao ano de seu falecimento, em 2008. Compendiando, João Balula é reconhecido como principal nome do movimento negro

¹⁰⁹ Vide o artigo do historiador Elio Chaves Flores intitulado “João Balula, presente: história afro-paraibana”. Para mais detalhes, acesse: <https://www.brasildefatopb.com.br/2023/09/12/joao-balula-presente-historia-afro-paraibana>. Acesso em: 27 jul. 2024.

paraibano e, nos últimos anos, recebeu algumas homenagens póstumas na Paraíba. Acerca do diálogo entre MNCG e MNJP, nos primeiros anos de existência do primeiro, Benedito Antonio Luciano aponta que:

O Movimento Negro de João Pessoa tinha à frente João Balula, uma grande liderança, e nós conseguimos nos articular com o Movimento Negro de João Pessoa e João Balula veio à Campina Grande e nós tivemos uma reunião na Diocese de Campina Grande, MNCG e MNJP, na sequência nós fomos para João Pessoa, quando digo nós, digo as lideranças do MNCG, e a gente teve uma reunião conjunta, lá na Diocese de João Pessoa, e tivemos o apoio de Dom José Maria Pires... talvez seja importante ressaltar, nesse particular, o apoio que tivemos da Diocese de Campina Grande e de Dom José Maria Pires, em João Pessoa, então, Movimento Negro de Campina Grande e de João Pessoa trabalhou conjuntamente de forma muito harmoniosa, acho que isso é uma informação muito importante. (Luciano, B. A., 2022, p. 5)

Nesse âmbito, o Movimento Negro de Campina Grande construiu muitas atividades e ações no decorrer do ano de 1987. Recapitulando o contexto histórico, desde o início dos anos 80, temos o professor Josemir Camilo trazendo para os jornais impressos que circulavam em Campina textos referentes à negação do treze de maio como data comemorativa, alinhado ao projeto político do MNU, assim como diversos assuntos relacionados à negritude. Esses artigos foram recepcionados por alguns leitores que se somaram a um projeto de construção de um grupo de enfrentamento ao racismo em Campina Grande.

Tendo mais à frente, inicialmente, Josemir Camilo e Benedito Antonio Luciano, no final de 1986 foi formado o MNCG e no ano seguinte mais pessoas se somam às atividades desse movimento, tais como Jussara Natália, Franklin, Erivaldo Moreira Barbosa, Vera Mendonça, Djair Silva, Gil, Gilvanete, Else, Dema, Margareth, Jaildo Figueiredo, Enoque Mendonça, entre outros¹¹⁰. Os temas mais recorrentes das ações e atividades foram o combate à ideologia da democracia racial e o treze de maio.

Esse último assunto foi tema de um protesto realizado, no dia 13 de maio de 1987, com repercussão na mídia¹¹¹ e na Câmara Municipal de Vereadores da cidade. Nesse último caso, o vereador Márcio Rocha (Partido Comunista Brasileiro – PCB) informou, na sessão do dia 12 de maio de 1987, que iria ocorrer um ato público organizado pelo Movimento Negro de Campina Grande denunciando o treze de maio, na Praça da Bandeira (a principal da cidade).

¹¹⁰ É bem provável que outras pessoas tenham participado desse momento, contudo, apenas esses nomeados foram os localizados nas fontes históricas consultadas.

¹¹¹ No Diário da Borborema desse dia, existe uma longa matéria intitulada “Movimento quer desmitificar o 13 de maio” (Diário da Borborema, quarta-feira, 13 de maio de 1987).

Logo, Márcio Rocha elogia a postura do MNCG e pede apoio da Câmara a tal atividade (Câmara Municipal de Vereadores – Casa Félix Araujo, 12 de maio de 1987, p. 1)

Para o MNCG, havia planos de se projetar várias ações para o ano do centenário da abolição em Campina (1988), como estava sendo planejado em diversas cidades e estados brasileiros. Mas essa intenção ganhou novos contornos a partir da presença e da participação da jornalista Wanda Chase.

Antes de adentrar na participação da Wanda no processo de constituição das ações do MNCG, cabe apresentar alguns dados sobre ela. Wanda Chase da Silva nasceu na cidade de Manaus, no ano de 1950. O sobrenome *Chase* tem origem em Barbados, país localizado na América Central, que foi colônia britânica por muitos anos. Portanto, o vocábulo “*Chase*” vem dos avós maternos *Charles Beriford Chase* e *Evelyn Greenwith Chase*. Salienta-se que, nas primeiras décadas do século XX, foi comum o intercâmbio com profissionais da região do Caribe para o Amazonas e Manaus, por exemplo, alguns desses contribuíram na construção do porto de Manaus (Lima; Guillen, 2021).

Wanda Chase¹¹² fez parte de diversos movimentos negros, da década de 1980, participou do Conselho de Entidades Negras de Pernambuco e do Movimento Negro de Recife. Nessa época, ela era jornalista da Globo Nordeste, sediada em Recife. A TV Paraíba, filial da Rede Globo, foi inaugurada em Campina Grande, no início de 1987, e iniciou suas transmissões locais – jornais e outros programas produzidos na cidade. É nesse período que a repórter Wanda Chase veio para Campina fazer parte da equipe de jornalistas dessa filial. Prontamente, iniciou-se o encontro de diálogos entre Wanda e os militantes do recém-formado movimento negro em Campina Grande.

Ao trazermos personalidades da luta antirracista nesse estudo, tais como João Balula, Wanda Chase, entre outros, cabe-nos abordar uma reflexão em torno do processo de restrição desses nomes e de várias personalidades importantes do protesto negro brasileiro contemporâneo em livros que tratam da história do movimento negro brasileiro e/ou da cultura negra. Pode-se mencionar, nesse sentido, os livros “História do Movimento Negro”, organizado por Verena Alberti e Amilcar Araújo Pereira (2007), e “Enciclopédia Negra” (2021), de Flávio dos Santos Gomes, Jaime Lauriano e Lilia Moritz Schwarcz.

Ao lermos tais livros, saltam aos olhos o processo de silenciamento de vários movimentos e militantes negros brasileiros. Sob a coordenação dos pesquisadores Verena

¹¹² Atualmente, Wanda Chase reside em Salvador, onde há mais de vinte anos vem exercendo sua função de jornalista e divulgadora da cultura negra. Para mais informações: <https://www.ibahia.com/preta-bahia/de-manaus-a-salvador-conheca-trajetoria-de-wanda-chase-309684>. Acesso em: 27 jul. 2024.

Alberto e Amílcar Araújo Pereira, a primeira obra trata de um projeto de memória de militantes do movimento negro brasileiro contemporâneo, intitulado: “História do Movimento Negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral”, desenvolvido pelo Centro de Cultura de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, financiado pela Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV).

Tal pesquisa foi publicada, em livro, no ano de 2007. Numa passagem da apresentação, os autores colocam que irão trazer alguns entrevistados que estiveram atuando nos movimentos negros que apareceram nas décadas de 1970 e 1980, posto que foram assinalados o surgimento e a trajetória “[...] das primeiras organizações do movimento negro, no período citado, nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santos, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Maranhão, Pará, e em Brasília [...]” (Alberti; Pereira, 2007, p. 14).

Nessa passagem, não há menção à Paraíba e a outros estados da federação que tiveram, igualmente, movimentos negros iniciados no recorte histórico em questão. Mais adiante, esses pesquisadores apontam que, diante da abrangência nacional do estudo, alguns nomes ficarão de fora e colocam os limites orçamentários e de prazos como sérias dificuldades no processo do trabalho. Mesmo assim, não há nenhuma referência aos nomes de militantes e de militantes negros que não foram acionados na pesquisa.

Contudo, ressalta-se o valor e a importância dessa pesquisa construída por Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira (2007), que merece o reconhecimento historiográfico. Existe nela um conjunto valioso de vozes de importantes nomes do movimento negro, além da apresentação de dados imprescindíveis para melhor conhecermos a história do protesto negro das últimas décadas do século XX. Inclusive, o presente estudo é tributário em muitos sentidos do livro em destaque. Por outra via, chama a atenção a ausência de militantes como Wanda Chase, Vandinho, João Balula, entre outros tantos. De alguma forma, a referida coletânea acaba por reafirmar uma noção de movimento negro contemporâneo atrelado tão-somente a algumas experiências no Brasil, sobretudo vinculadas aos estados de São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, etc.

Já na obra “Enciclopédia negra” (2021), de Flávio Gomes, Jaime Lauriano e Lilia Moritz Schwarcz, temos um luxuoso calhamaço com mais de 550 personalidades negras, em 417 verbetes individuais e coletivos, ancorados na enorme produção científica elaborada nas últimas décadas referente à escravidão e ao pós-abolição. A introdução relata que “um projeto como este será sempre incompleto, e deixará de fora muitas vidas que certamente merecem

ser contadas e recontadas” (Gomes; Lauriano; Schwarcz, 2021, p. 11). Trata-se de uma justificativa plausível, pois uma coletânea com essa característica não conseguiria trazer todos os nomes relevantes da história e cultura afro-brasileira.

Além desses dados, esse livro é uma importante contribuição para o acesso a muitos nomes da história afro-brasileira. Nele existe um conjunto bem amplo de pessoas negras que contribuíram para o fortalecimento da cultura negra no Brasil. Por sua vez, destaca-se que vários são desconhecidos do grande público. Tratando-se de uma enciclopédia, a obra apresenta verbetes da letra A até Z, assim, nomes como Abdias do Nascimento, Guerreiro Ramos, Carolina Maria de Jesus, Zózimo Bulbul, entre outros tantos, estão nela inclusos, aliás, merecidamente.

Porém, encontram-se ausências relevantes, por exemplo, na letra W temos apenas a apresentação, justa, diga-se de passagem, de Wilson Simonal. Portanto, ao fim da leitura do cartapácio, constatam-se as inexistências de muitos nomes e eventos da história negra-brasileira, exemplificando alguns: Telma Chase, Wanda Chase, Solange Rocha, Lepê Correia¹¹³. Com um detalhe adicional, essas personalidades estão vivas. Desse modo, torna-se relevante registrar a importância dessas pessoas e de outras tantas em vida, pois, foram fundamentais para a tradição de luta antirracista presente no país.

Nota-se, assim, que essas duas obras selecionadas e analisadas anteriormente são importantes e relevantes no processo de democratização e de visibilidade do movimento negro no Brasil e da cultura afro-brasileira. Por outro lado, verifica-se a necessidade de tornar mais diversas e plural essas coletâneas de livros publicados por editoras de circulação nacional, em razão de acabar invisibilizando personagens, movimentos e ações negras existentes em outros estados e municípios brasileiros, sendo tão importantes quanto os nomes presentes em tais obras.

Para termos uma ideia do quanto foi amplo o processo de surgimento de movimentos, entidades e militantes negros(as) na década de 1980, o Instituto de Estudos da Religião (ISER) publicou, em março de 1988, o “Catálogo de Entidades de Movimento Negro no Brasil”. Nesse estudo, foram identificados 573 grupos negros distribuídos em vinte estados

¹¹³ Thelma Chase da Silva (irmã de Wanda), que nasceu em Manaus, em 1953, trata-se de uma importante militante negra pernambucana (Lima; Guillen, 2021); Solange Pereira da Rocha nasceu em Londrina, no estado do Paraná, radicada há muitos anos na Paraíba, atualmente é pós-doutora e professora do Curso e da Pós-graduação em História da UFPB, sua dissertação e sua tese foram premiadas e se tornaram fontes imprescindíveis para melhor conhecer a história da escravidão paraibana, além disso, trata-se de uma militante negra que atuou em vários grupos e coletivos negros; Severino Lepê Correia nasceu em Recife no ano de 1952, poeta e compositor, é um importante nome do movimento negro pernambucano (Lima; Guillen, 2021).

brasileiros. Ressalta-se na apresentação deste catálogo que o número aumentou durante o processo de pesquisa e publicação.

No que se refere à Paraíba, aponta-se a existência de três entidades: a “Comissão pró-associação do Conselho Nacional do direito da Mulher”, situada no município de Sousa, o “Movimento Negro de João Pessoa” e a “Federação dos Cultos africanos do estado da Paraíba” – estas duas últimas localizadas na capital paraibana (Damasceno, 1988). Esses números relativos às organizações negras existentes no país foram bem maiores, pois, ficaram de fora milhares de grupos de capoeira que, na época, por não estarem institucionalizados e sem sede física para correspondência, não estiveram presentes na catalogação, assim como muitos terreiros de axé e outras organizações negras.

Voltando ao início do MNCG, destaca-se que a presença de Wanda Chase foi de grande importância para as ações realizadas pelo MNCG entre 1987 e 1988. Com sua experiência e articulação com o MNU-Nacional, grupos culturais negros e a imprensa, Wanda trouxe uma nova dinâmica para os preparativos voltados ao centenário da abolição, como bem relataram Josemir Camilo e Jussara Natália:

[...] E aí, quando entra a jornalista, que estava por aqui, a Wanda Chase, jornalista negra, militante do MNU, ela começa a alimentar esse grupo, e mostra, começa a questionar o problema do centenário da abolição. É ela que nos adverte: Olha, existe verba para o evento do centenário, não para comemorar, mas para desmistificar o centenário da abolição. Então a gente fez um projeto com a ajuda dela também, e esse projeto foi aceito. Trouxemos o representante do Ministério da Cultura, o Antônio Pimenta, ele veio, conversou conosco, nos animou e tudo, e fizemos esse projeto e realmente saiu um dinheiro [...] então, ou seja, conseguimos umas dez entidades, incluindo a Secretaria de Educação do Município, então o que consta naquela cartilha do centenário da abolição, com o dinheiro que veio, cada entidade recebeu sua cota à parte, e outra cota foi pra exatamente a cartilha[...] De forma que foi bem dinâmico e fizemos vários atos, *mas também começamos a sofrer uma espécie de antagonismo pela imprensa reacionária, jornalista branco, coisa e tal*. E tivemos que apelar mesmo para advogados. (Melo, J. C., 2022, p. 1, grifo nosso)

Bom, falar do Movimento Negro, é a gente voltar para 1986, quando as primeiras pessoas começaram se organizar, que foram os professores Camilo e Bené, começaram a se juntar para pensar sobre a questão da negritude em Campina Grande, e eles foram convidados, antes disso, por uma professor do estadual Prata, que não recordo o nome (Dema), e foi a partir de Camilo, que ele me encontrou, por ser filha de uma companheira petista dele, de movimento do PT de Campina Grande, e ele sabendo que a filha era negra, e foi isso mesmo, ele foi me convidar para participar da primeira reunião, e aí eu me interessei, eu já fazia parte do movimento estudantil, e comecei a as leituras sobre as questões étnico-raciais, aí eu me interessei, acho que tinha dezessete anos, *Campina não tinha nenhuma organização especificamente sobre questões étnico raciais*. E aí eu fui para a primeira reunião e a ideia

que em 88 era o centenário da abolição, e aí surgiu, nessas primeiras reuniões, a ideia de fazer atividades em torno dessa data... foi então que Camilo foi buscando outras pessoas dentro do PT, fora do PT, na universidade... e aí Camilo encontrou, não sei como foi esse encontro com Wanda Chase, uma jornalista de Recife, que estava engajada há muito tempo no movimento negro nacional, ela tinha uma experiência bem maior que a nossa, nós estávamos apenas começando, foi através de Wanda Chase, que ela sugeriu que o evento do centenário da abolição fosse para refletir. (Melo, J.N.M.B., 2023, p. 1, grifo nosso)

Nessas duas passagens temos informações preciosas acerca do MNCG, em 1987, e destacamos entre elas: a articulação de Wanda Chase com as questões nacionais em torno das atividades do centenário da abolição; a participação do setor de minorias do Partido dos Trabalhadores; e as tensões existentes, em alguns momentos, com parte da imprensa campinense, notadamente, a escrita¹¹⁴.

Mas, por outro lado, o MNCG recebeu espaços importantes na mídia campinense, como, por exemplo, no programa “A palavra é sua”, em 29 de novembro de 1987, exibido na TV Paraíba, que contou com a participação de militantes do movimento negro campinense. Benedito Antonio Luciano, Josemir Camilo e Jaildo F. Nascimento foram os entrevistados pela jornalista Wanda Chase. O tema central desse programa foi: “Consciência Negra”.

Tal espaço de mídia não se trata de algo trivial para a época, pois esse tema não estava na ordem do dia na cidade e nem era um assunto presente na imprensa campinense. As múltiplas atividades realizadas pelo MNCG durante o final do ano de 1986 e no decorrer de 1987 fizeram com que esse coletivo fosse lembrado pelo jornalismo local. Ressalta-se nesse período que, nacionalmente, os movimentos sociais negros iam ampliando sua visibilidade nos debates públicos. Além disso, o fato de a militante Wanda Chase fazer parte da TV Paraíba pode ter colaborado para uma maior atenção e maior visibilidade por parte dessa rede de televisão com o tema da negritude.

Dessa forma, os militantes negros campinenses Benedito Luciano, Jaildo Figueiredo e Josemir Camilo tiveram suas falas na TV Paraíba abordando o espaço do negro na sociedade, a importância do movimento contra o racismo e pela valorização da história e cultura afro-brasileira.

Sobre esse momento, o artigo “A palavra é do Negro”, de Josemir Camilo, publicado

¹¹⁴ Um bom exemplo sobre essas tensões é o artigo “Protestos, sim, mas...”, do jornalista Hermano José, no qual ele defende que o Movimento Negro de Campina Grande se posta como um coletivo sectário e que apenas imita movimentos sociais negros de outros países. Essas críticas se deram após o MNCG ter estabelecido críticas, num programa de rádio, à peça “Fogo Fátuo”, da dramaturga Lourdes Ramalho (Diário da Borborema, 13 de maio de 1988). Mais adiante no trabalho, vamos abordar melhor essa questão.

no Jornal da Paraíba, em 4 de dezembro de 1987, aponta-se algumas reflexões no tocante a esse momento do MNCG. O título do texto é um interessante jogo de palavras com o nome do programa (A palavra é sua). Os militantes negros campinenses Benedito Luciano, Jaildo Figueiredo e Josemir Camilo tiveram suas falas na TV Paraíba abordando o espaço do negro na sociedade, a importância do movimento contra o racismo e pela valorização da história e cultura afro-brasileira. Camilo reflete acerca dessa ocasião:

Um fato raro, inusitado, uma TV levar ao ar um programa sobre negros. Foi o que aconteceu com a TV Paraíba, com o seu programa A Palavra é Sua. Pelo conhecimento que tenho, parece que em nenhum outro lugar o assunto tenha merecido tal destaque. Mesmo em João Pessoa, onde o Movimento é aguerrido, a imprensa não noticiou o agito do 20 de novembro, como a campinense fez. A consequência foi a de gerar mais debate. Pessoalmente, fui abordado várias vezes sobre o assunto, na Praça da Bandeira. Uns se identificavam com o discurso do negro; outros punham dúvida neste tipo de movimento. Um estudante perguntou se valia a pena aquele trabalho ... outro ainda disse que sua família era racista e não racista. Quer dizer, de qualquer maneira, o programa mexeu. (Jornal da Paraíba, sexta-feira, 4 de dezembro de 1987).

Esse trecho indica alguns aspectos interessantes para melhor depreender o MNCG nessa fase: primeiro, o reconhecimento da importância do MNJP, que existia desde 1980 e colaborou muito nas primeiras atividades do coletivo negro campinense; segundo, a importância que o movimento de combate ao racismo ia recebendo na cidade, conquistando um espaço num meio de comunicação expressivo que era a TV Paraíba, recentemente inaugurada em Campina Grande. Por último, constata-se a relevância dessas participações do MNCG no processo de publicizar o debate sobre o negro e o racismo na sociedade, gerando debates, apoios e questionamentos.

Ainda em 1987, o MNCG se postou numa ação bem interessante que demarcou as permanências do autoritarismo militar, mesmo após o fim da ditadura. Numa noite de sábado, dia 31 de outubro de 1987, Djair Silva, de 21 anos, estudante do curso de economia do Campus II da UFPB, e o comerciante Enoque Medeiros Silva, de 25 anos, estavam se divertindo em um “bar”, localizado na rua Getúlio Vargas. Ambos conversavam sobre muitos assuntos e trivialidades, entre eles, acerca das bandeiras dos países e o comunismo. Tal fato deixou descontente Hélio Idalino, escrivão da 3ª DD, que, armado, reportou-se a eles e exigiu que se calassem.

Djair e Enoque protestaram, afirmando que apenas estavam conversando e que isso era permitido. Não satisfeito, Hélio Idalino ligou para a Polícia Militar, que rapidamente chegou

ao local e efetuou a prisão. Na central de polícia, Djair e Enoque foram espancados pelo delegado Haroldo Gonzaga de Farias e pelo escrivão Hélio Idalino. Isso tudo sob os olhares complacentes dos policiais. Cerca de meia hora depois, Djair e Enoque foram liberados. Ao final, o segundo fraturou o braço e teve que se submeter a uma cirurgia (Jornal da Paraíba, quarta-feira, 4 de novembro de 1987).

Tal acontecimento demonstra o caráter autoritário presente na cidade de Campina Grande, no final da década de 1980, assim como revela a truculência dos agentes das forças de segurança contra estudantes e trabalhadores. Djair Silva e Enoque Mendonça eram militantes negros e participavam de muitas atividades do MNCG, mas ambos reagiram, contactaram o advogado Jairo de Oliveira e entraram com uma representação criminal contra os agentes de segurança envolvidos (Ribeiro, 2014).

Com apoio do Movimento Negro de Campina Grande, foi realizado um ato de protesto, na Praça da Bandeira, contra esse acontecimento arbitrário, que contou com a participação de várias entidades sociais e de classes, como consta no jornal a seguir:

Repudiando a violência praticada na noite do último sábado, na Central de Polícia de Campina Grande, contra o comerciante Enoque Mendonça e ao estudante [...] Djair, todas as entidades comunitárias e sindicais da cidade realizaram, no final da tarde de ontem, na Praça da Bandeira, o primeiro “Ato Público Contra a Violência” *que vem imperando nos últimos meses*. O protesto solene foi coordenado pelos representantes do DCE-UFPB, Comissão dos Direitos Humanos, João Pedro Teixeira, ASPMCG, MEL, CUT, ASES, Partido dos Trabalhadores, PCB, PCdoB, Sindicato dos Motoristas de Transportes Coletivos, *Movimento Negro*, Movimento dos Sem Casa, SAB das Malvinas e AMPEP. (Jornal da Paraíba, sábado, 7 de novembro de 1987, grifo nosso)

Constata-se na matéria acima que o ato público foi uma reação a uma cultura de violência policial existente na cidade que desencadeou um ato de protesto com a presença de muitas instituições. Dado reforçado no abaixo-assinado “POLÍCIA ESPANCA NEGROS”, elaborado pelo MNCG em solidariedade a Enoque Mendonça e Djair Silva, a saber:

Nós, militantes e simpatizantes do MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE – M. N. C. G –, abaixo-assinados, vimos a público denunciar a *VIOLÊNCIA POLICIAL, que se abateu sobre a nossa cidade, culminando no dia 31/10/1987 com a prisão e espancamento de dois militantes do Movimento Negro: DJAIR SILVA e ENOQUE MENDONÇA*, por estarem conversando (sic) política num bar, provando, assim, *que o cidadão Negro continua sendo brutalmente discriminado*¹¹⁵.

¹¹⁵ Abaixo-assinado publicado pelo Movimento Negro de Campina Grande, em 3 de novembro de 1987, grifo nosso. Em anexo, a primeira página deste documento.

Neste documento público, o MNCG apontou o problema do racismo de forma direta. Tanto o “Jornal da Paraíba” quanto o “Diário da Borborema”, ambos datados de 4 de novembro de 1987, relatam que os militantes negros campinenses falavam sobre o comunismo, e isso foi o principal motivo para o descontentamento do Hélio Idalino.

De fato, depreende-se que, no imaginário da segurança pública, de seus agentes e de setores da direita brasileira, o comunismo se tornou uma assombração presente até os dias atuais. Perspectiva mais evidente em anos da Guerra Fria (1945-1991), em razão de que o espectro do comunismo se instituiu como legitimação do uso da violência e da repressão dos órgãos de segurança do Estado brasileiro contra determinados setores da população brasileira.

Nesse caso de violência acima citado, o ano de 1987 estava bem recente ao fim da ditadura militar, que formalmente tinha se encerrado, mas, permaneceram o imaginário e as práticas de violência policial, assim como a lógica do combate ao inimigo interno. Arbitrariedade de segurança pública que recaiu de maneira mais cruel contra os setores populares da sociedade, numa junção entre questões sociais e raciais, pois, foram e são os negros (pretos e pardos) e os pobres os principais alvos desse quadro de opressão.

Cabe sublinhar que o Movimento Negro Unificado (MNU) surgiu, na cidade de São Paulo, em 1978, tendo como estopim a violência policial, especificamente dos casos de prisão e morte de Robson Silveira da Luz, na delegacia de Guaianases (São Paulo), e do assassinato de Nilton Lourenço, no Rio de Janeiro. A partir de então, o movimento negro contemporâneo terá na denúncia à violência policial uma de suas principais bandeiras de atuação. Nessa perspectiva, durante os anos finais do regime militar e da campanha da anistia, o MNU defendeu a campanha de que todos os presos no Brasil eram políticos. Tal percepção se sustentou no fato de “que os presos comuns são vítimas de um sistema judiciário racista e elitista, sendo essa razão de maior parte dos encarcerados serem negros e pobres” (Oliveira, 2021, p. 116).

Essa proposta do MNU não foi conduzida pelos setores progressistas da época. De toda maneira, ficou estabelecida na agenda do movimento negro brasileiro da década de 1980 em diante a notificação ao racismo vigente na política de segurança no país. Dessa forma, o Movimento Negro de Campina Grande, ao centralizar a questão racial no caso de violência policial sofrido por Enoque Mendonça e Djair Silva, ressaltou o racismo institucional presente na prática policial, que reproduzia e reproduz de maneira brutal o racismo estrutural brasileiro (Almeida, 2019). Durante sua colaboração a esta pesquisa, Josemir Camilo lembrou desse acontecimento:

Uma vez, dois militantes estavam conversando, isso antes de 1988, se não me engano, num bar, e tinha um policial lá que mandou eles se calarem, e eles disseram que não, que tinham direito, e sofreram agressão física, e isso, levou pra a imprensa e foi divulgado, deu um alcance muito grande, ou seja, mesmo em um bar, o negro tem que ficar calado porque tem uma autoridade que não permitia que se discutisse, alguma coisa assim... então, novamente, fomos para um advogado. (Melo, J. C., 2022, p. 2)

Ainda sobre o protesto do MNCG em reação ao espancamento sofrido pelos militantes Enoque e Djair, constatou-se que essa terrível experiência só veio “provar mais uma vez que o cidadão negro não tem liberdade de opinião e continua sendo brutalmente discriminado” (Jornal da Paraíba, domingo, 8 de novembro de 1987).

Ademais, o MNCG produziu o abaixo-assinado “POLÍCIA ESPANCA NEGROS” com 416 assinaturas distribuídas em dezoito folhas, devidamente preenchidas com os seguintes segmentos: “55% de estudantes, 10,8% de professores, 10,4% de comerciantes, 2,6% de funcionários públicos e domésticas, e 1,6% de entidades” (Jornal da Paraíba, domingo, 8 de novembro de 1987). Portanto, essa (re)ação do Movimento Negro de Campina Grande, representada pelo ato público de protesto e de denúncia à violência racista policial¹¹⁶, teve certa repercussão na mídia impressa.

Tal ocorrido se deu já próximo do final de 1987. Um ano em que o MNCG entrava em cena, com muitas ações e atividades registradas em jornais e em outros documentos. Mas, ainda no final desse ano, na TV Paraíba, Benedito Luciano apresentaria uma rápida mensagem de feliz ano de 1988¹¹⁷, na campanha nacional do “Axé” da rede Globo de televisão – “Axé pra todo mundo”.

Essa experiência vivenciada por Bené, tratou-se de uma campanha exibida pela TV Globo na passagem do de 1987 para 1988, ano que demarcava o centenário da abolição”. Também, nesse período, foi exibida uma vinheta que contou com participação de vários artistas e personalidades negras da política e da cultura da sociedade brasileira: Tim Maia, Djavan, Glória Maria, Gilberto Gil, Roberto Ribeiro, Milton Nascimento, Milton Gonçalves, Elza Soares, Nei Lopes, entre outros, cantando os versos “axé, axé, axé, pra todo mundo

¹¹⁶ Referindo-se à manifestação que ocorreu, na Praça da Bandeira, em solidariedade a Djair Silva e Enoque Mendonça.

¹¹⁷ Fizemos um ofício à TV Paraíba solicitando este material para nossa pesquisa, mas até o momento não recebemos uma resposta.

axé”¹¹⁸. Sobre esse espaço conquistado pelo MNCG, mais uma vez a Wanda Chase esteve atuante, conforme relato de Benedito Luciano:

Nós tivemos, na virada de 1987 pra 1988, a mensagem que foi ao ar na televisão pra todo o estado da Paraíba, foi uma mensagem do Movimento Negro, em torno de 30 segundos. É uma fala minha, que Wanda Chase provocou e eu fiz essa gravação do lado de fora da TV Paraíba ... não foi feita em estúdio, foi feita no jardim, ao vivo, gravei. Foi numa tirada só, né, ela fez a provocação e eu disse uma frase que ficou como centro da mensagem. (Luciano, B. A., 2022, p. 3)

Dessa maneira, o MNCG adentrou na agenda nacional dos vários movimentos sociais negros vigentes no Brasil, que centralizaram energias no ano do centenário da abolição. Assim sendo, vale ressaltar que, ao contrário do que afirmou a pesquisadora Melânia Farias (2001), o coletivo negro campinense não aparece apenas em 1988, pois, desde o final de 1986, tal agrupamento realizou várias ações importantes e se destacou em alguns espaços de mídia na cidade.

Outrossim, 1987 foi o ano em que o Movimento Negro de Campina Grande, em sintonia com as organizações negras espalhadas em todo o país, estabeleceu sua agenda de luta e temas a serem enfrentados e expostos na cidade. No dia 20 de novembro desse ano, no artigo “Contra o Racismo”, publicado no Jornal da Paraíba, Josemir Camilo sinalizou alguns dos pontos de atenção necessários à luta antirracista.

Em seus próprios termos, Camilo inferiu que no dia 20 de novembro, em que se comemorou o dia da Consciência Negra, em alusão a Zumbi, tornou-se necessário apontar as cobranças necessárias ao poder público. Entre elas, destacaram-se: a proibição de programas da mídia que reproduziam o racismo, tais como na atração da Rede Globo “Os Trapalhões” e em músicas como “Nega do Cabelo Duro”¹¹⁹; uma definição efetiva do IBGE no que se refere ao item de Cor e Raça – para se melhor definir e calcular a população negra presente na sociedade brasileira e campinense –; plena liberdade de manifestação dos terreiros de Axé e a *inserção da cadeira de Cultura Negra no 1º e 2º Grau e da História da África na*

¹¹⁸ Para mais detalhes sobre essa campanha da Globo, vide: <https://gshow.globo.com/programas/video-show/noticia/em-1988-campanha-axe-brasil-reunia-personalidades-negras-em-manifesto.ghtml>. Acesso em: 27 jul. 2024.

¹¹⁹ Um dos principais versos da música “Fricote”, lançada em 1985, pelo cantor baiano Luiz Caldas. Tal artista e música fizeram muito sucesso no Brasil na década de 1980. Em entrevista recente, Luiz Caldas afirmou que não canta mais essa música pelo fato de ter imagens de racismo nela e que, se fosse hoje, não lançaria tal canção. Para mais elementos informativos: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2021/10/25/luiz-caldas-diz-que-nao-canta-mais-fricote-por-letra-considerada-racista.htm>. Acesso em: 27 jul. 2024.

Universidade (Jornal da Paraíba, sexta-feira, 20 de novembro de 1987, grifo nosso). Além desses aspectos, a luta pelo vinte de novembro como data para o povo negro campinense e o centenário da abolição, em 1988, foram os temas centrais para o recém-formado Movimento Negro de Campina Grande.

3.3 – O Centenário da Abolição – a denúncia de uma farsa e a educação antirracista exercida através da luta pela memória (1987-1988)

Machado de Assis, sob o pseudônimo de “Boas Noites”, assinou crônicas intituladas “Bons Dias”, entre os anos de 1888 e 1889, no jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. O Bruxo do Cosme Velho publicou a crônica “Bons dias, em 19 de maio de 1888”, seis dias após a abolição da escravidão. Nesse texto, temos um senhor – um aristocrata típico do Brasil oitocentista – que resolve libertar seu escravo Pancrácio, um jovem rapaz, antes mesmo da Lei Áurea.

Com presteza, tal senhor prepara um jantar para alguns convidados com o intuito de comunicar o ato de rara generosidade. No outro dia, ele chama Pancrácio e avisa: “– Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado que... – Oh! Meu senhô! Fico” (Assis, 1994, p. 6). Mesmo garantindo um valor muito baixo para sua subsistência, sem muita opção, Pancrácio resolve ficar e aceita as condições dadas, que não mudaram em comparação ao tempo do cativeiro.

Isto porque Pancrácio continuou sendo oprimido e recebendo os maus tratos de sempre, “aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por não me escovar bem as botas; *efeitos da liberdade*. Mas, eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; *eram dois estados naturais, quase divinos*” (Assis, 1994, p. 6, grifo nosso).

Ao final, o senhor, satisfeito pelo estado permanente de dominação, planeja se candidatar a deputado, tendo como principal propaganda o fato de ter libertado o seu escravo antes mesmo da Lei Áurea, por motivo de que tal gesto só seria digno dos “grandes homens”, os visionários, diferentes dos poderes públicos, “sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu” (Assis, 1994, p. 7)

O escritor negro Machado de Assis¹²⁰, que presenciou o processo de abolição da

¹²⁰ Para mais informações sobre o debate em torno da negritude de Machado de Assis, tanto no âmbito pessoal quanto de sua obra literária, recomendo o livro **Machado de Assis afro-descendente**: escritos de caramujo, do crítico literário Eduardo de Assis Duarte (2007).

escravidão, nessa referida crônica, de maneira irônica e cortante, expõe as contradições do processo pós-abolição no Brasil, ao calor dos acontecimentos, após alguns dias de instituída a Lei Áurea. A personagem Pancrácio pode ser lida como uma representação do estado de violência e de falta de alternativa para as massas libertas após o 13 de maio de 1888. No tocante ao seu proprietário, apresentou-se uma encenação da plena garantia de segurança aos antigos senhores no processo de mudança social e econômica advinda com o fim da escravidão. De maneira sarcástica, o senhor que liberta Pancrácio é uma imagem bem condizente da desfaçatez da classe senhorial brasileira que pôs fim ao regime escravocrata e continuou o processo de dominação econômica e de opressão sobre a população negra liberta.

Passadas algumas décadas da publicação da crônica de Machado, Carolina Maria de Jesus, então catadora de papelão, numa manhã chuvosa de 13 de maio de 1958, na favela do Canindé, na cidade de São Paulo, relata em seu diário que se tratou de mais um dia de fome, em que só tinha feijão e sal para oferecer aos seus filhos, que ela criava sozinha em condições abjetas. Nesse mesmo dia, ela conta que pediu para os filhos pedirem gordura a uma vizinha e só à noite conseguiram se alimentar.

Carolina começa essa crônica “13 de maio” assim: “Hoje amanheceu. É um dia simpático para mim. *É o dia da abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos*” (Jesus, 2014, p. 30, grifo nosso). Após relatar todas as agruras de mais um dia de frio e de fome, Carolina termina o texto com a seguinte imagem: “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra *a escravidão atual – a fome!*” (Jesus, 2014, p. 32, grifo nosso).

Machado de Assis e Carolina Maria de Jesus são dois escritores negros de trajetórias de vida distintas e de estilos estéticos próprios, que viveram em épocas diferentes. Para se tornarem escritores, ultrapassaram várias barreiras de dificuldades e tiveram o reconhecimento profissional ainda em vida, aspecto quase improvável diante das condições materiais de suas origens. O primeiro nasceu quando ainda existia escravidão e viu os últimos dias da infame instituição. Por seu turno, a segunda fez parte de uma geração que nasceu no período da primeira república e faleceu em 1977, um ano antes da criação do Movimento Negro Unificado – São Paulo. Ambos os escritores, à sua maneira, refletiram sobre os problemas existentes com o fim do sistema escravocrata e localizaram os limites e as contradições em torno da liberdade gestada após o 13 de maio.

Esta percepção foi compartilhada, nas primeiras décadas do século XX, pelos primeiros movimentos sociais negros da era republicana e pela imprensa negra, após a constatação da impossibilidade de inclusão e ascensão econômica para a maioria da

população negra. Logo, tais organizações negras iniciaram o processo de questionamento ao “13 de maio” e, ao mesmo tempo, exigiram “a segunda abolição” (Fernandes, 2021). Assim, esses coletivos negros lutaram por políticas de inclusão efetivas, dito de outro modo, exigiram que a pauta específica do contingente negro da nação deveria fazer parte da agenda do Brasil republicano.

Tal tônica continuou presente no decorrer das décadas de 1940, 1950 e 1960. Porém, com o advento do golpe militar, em 1964, os movimentos sociais negros brasileiros sofreram um considerável refluxo, embora não tenham deixado de existir e nem de surgir no percurso das duas primeiras décadas do regime autoritário. Além disso, o Estado brasileiro, sob a égide dos militares, adotou a “ideologia da democracia racial” como propaganda oficial.

Por essas veredas, as forças armadas adotaram oficialmente a versão de que no Brasil não existia racismo e de que essa problemática pertencia a outros países, em razão de que o país, seguindo essa lógica, era fruto de uma miscigenação harmônica. Relewa destacar que na Constituição de 1967, no inciso §8º do artigo 150º, ficou proibido o direito para a sociedade civil de realizar atividades que fomentassem “o ódio racial ou de classe”¹²¹. Assim, movimentos e agrupamentos negros eram vistos como ameaças à segurança nacional. Esse dispositivo legal pode ser interpretado como um eufemismo jurídico que visava inibir o surgimento de movimentos sociais negros semelhantes aos que existiam nos Estados Unidos.

Nessa quadra histórica, a Ditadura Militar impôs um conjunto de políticas de memória relacionadas ao nacionalismo e ao discurso de integração da nação focado nos grandes homens e nas datas, supostamente, redentoras. Nesse último caso, podemos citar os seguintes dias: “7 de setembro – Independência do Brasil”; “15 de novembro – Proclamação da República”; “13 de maio – Dia da abolição da escravidão”, entre outros. No que lhe concerne, o 13 de maio era trabalhado, no currículo escolar e na propaganda oficial, a partir da visão redentora da princesa Isabel e de como foi exemplar o fim do cativeiro no Brasil, que dispensou a luta sangrenta entre brasileiros e regiões no processo de capitulação da ignominiosa instituição.

Mesmo assim, diante desse cenário de repressão e arbítrio, os movimentos sociais negros no país levantaram um conjunto de questionamentos ao 13 de maio como data oficial

¹²¹ § 8º - É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação sem sujeição à censura, salvo quanto a espetáculos de diversões públicas, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos independe de licença da autoridade. *Não será, porém, tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe.* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 27 jul. 2024.

de memória para a população negra brasileira. Nesse diapasão, teremos como marco a criação do Grupo Palmares, no Rio Grande do Sul, fundado em 1971, que tinha como integrante Oliveira Silveira¹²².

Será, portanto, Silveira o principal idealizador do 20 de novembro como “Dia da Consciência Negra”. No seu poema, publicado em 13 de maio de 1969, diz: “Treze de maio traição / liberdade sem asas e fome sem pão” (Silveira, 2003, p. 23). Desse modo, os versos do “poeta da Consciência Negra” estabelecem imagens que refletem para o espaço da exclusão e da marginalidade proporcionado pela Lei Áurea, representada pelo treze de maio. Além de Oliveira Silveira, o Grupo Palmares, no seu início, foi formado também por Antônio Carlos Cortes, Ilmo da Silva, Vilmar Nunes, Anita Leocádia Prestes Abad e Nara Helena (Silveira, 2003). Tal coletivo, especialmente Silveira, foi impactado pelos estudos sobre o Quilombo dos Palmares, de Édison Carneiro e Ernesto Ennes.

Com efeito, a experiência de Palmares se configuraria como a passagem mais marcante da história do negro brasileiro, outrossim, representou todo um século de luta e liberdade conquistada, sendo também um contraponto à “liberdade” doada no treze de maio de 1888” (Oliveira, 2003, p. 26). Daí ser o nome escolhido para o coletivo de jovens negros: “Grupo Palmares¹²³”. Vale ressaltar que, ainda em seu primeiro ano de fundação (1971), esse grupo instituiu o primeiro evento alusivo ao 20 de novembro como dia da “Consciência Negra”. Atividade que não passou batida pelos militares que, dois dias antes desse ato, convocaram o grupo Palmares para a sede da Polícia Federal com o intuito de apresentar a programação e explicar a ação planejada para o 20 de novembro de 1971, em Porto Alegre (Oliveira, 2003).

Dessa maneira, o 13 de maio foi descartado e o 20 de novembro elevado como data para a gente negra no Brasil, pois era o dia da morte de Zumbi dos Palmares, o guerreiro negro que lutou até a morte por liberdade para o seu povo. Tal proposta de Oliveira Silveira e do grupo Palmares foi abraçada pelo Movimento Negro Unificado, no final da década de 1970, que reivindica, até os dias atuais, o vinte de novembro como data magna do povo negro brasileiro, visto tratar-se do Dia da Consciência Negra.

Com a constituição do MNU e de sua expansão em vários municípios e estados brasileiros, a luta pelo 20 de novembro apresentou-se como uma das principais agendas de

¹²² Trata-se de um dos importantes poetas da literatura brasileira e uma das vozes mais relevantes do movimento negro brasileiro.

¹²³ O quilombo dos Palmares chamou a atenção de outros coletivos negros existentes no país no decorrer do século XX, por exemplo, O “Centro Cívico Palmares” fundado em 1926 e encerrado em 1929, em São Paulo, que deu origem à Frente Negra Brasileira.

luta das organizações negras da década de 1980. Essa questão foi trabalhada nos artigos publicados na imprensa campinense pelo militante Josemir Camilo desde o início dos anos oitenta.

Nesse sentido, Camilo publicou os textos “Os movimentos de libertação dos negros” (Gazeta do Sertão, 1981); “Zumbi, Memorial e Protesto” (GS, 1981); “Professor Analisa Simpósio sobre o Quilombo dos Palmares – Depoimento” (Diário da Borborema, 1981); “O falso dia do Negro” (DB, 1982); “A abolição da outra escravatura” (DB, 1983); “O dia da negritude” (DB e Correio da Paraíba, 1985); “A razão econômica do 13 de maio” (DB – Suplemento TUDO, 1986); e “Movimento quer desmitificar o 13 de maio” (DB, 1987)¹²⁴.

Josemir Camilo escreveu ainda mais outros artigos relacionados ao treze de maio na década de 1990, todavia, nota-se que antes da constituição do MNCG (novembro de 1986) e o centenário da abolição (13 de maio de 1988), os seus textos relacionados à data da Lei Áurea foram intensificando a negação desse dia em consonância com a agenda nacional do MNU. Nessa perspectiva, por exemplo, o Diário da Borborema, domingo, 11 de maio de 1986, avulta boa parte da “Revista TUDO” – anexa ao jornal – para se debater a questão da Lei Áurea. Nisto, temos dois valiosos artigos publicados, a saber: “Contestação do Negro à escravidão”, de Luciano Mendonça de Lima, aluno na época do curso de bacharelado em História (UFPB-Campus II); e “A razão econômica do 13 de maio”, de Josemir Camilo. No primeiro texto, temos uma reflexão relativa ao papel ativo do negro escravizado na luta pela liberdade e uma crítica à interpretação de Gilberto Freyre sobre a escravidão.

Quanto ao artigo de Josemir Camilo, este versa acerca dos motivos econômicos que contribuíram para o fim da escravidão no Brasil. Esse historiador indica que a Lei Áurea não foi um ato benevolente por parte das elites do Estado brasileiro, ao contrário, tratou-se de reflexos das contradições e das pressões internas e externas que sepultaram a instituição do cativo, isso foi realizado com o objetivo de manter a ordem desigual, sobretudo para as camadas dirigentes – uma busca por mudança pelo alto e reacionária. Nos seus próprios termos:

Faltando dois anos para o centenário da Lei Áurea, o mito da libertação dos

¹²⁴ Centramos nos artigos de Josemir Camilo, pois não foi mais permitido ter acesso aos jornais do Diário da Borborema, localizados na Biblioteca Átila Almeida – UEPB, em razão de problemas estruturais no prédio. Desse modo, não sendo mais possível localizar alguns artigos sobre esses temas escritos pelo militante Benedito Antonio Luciano. Também não conseguimos localizar os jornais da Paraíba – que se encontram dispersos e incompletos em alguns espaços na cidade. Algo bem sério para os historiadores de Campina Grande, pois, muitos dos dados levantados pelo DB também estavam expostos no JP.

trabalhadores escravos continua. O dia 13 de maio é muito mais uma celebração à Princesa Imperial Dona Izabel do que mesmo um reparo ideológico. A lei deve ser entendida como um atestado de óbito e não como a libertação de uma classe. Classe oprimida não se liberta por decretos [...] sabemos, entretanto, pelos estudos de história econômica, que não há nenhum valor ou glória à Princesa Izabel. (Diário da Borborema, domingo, 11 de maio de 1886)

Com a formação do MNCG, no final de 1986, além de textos na imprensa escrita, o ano de 1987 foi de realizações de alguns atos públicos em torno da denúncia da farsa do treze de maio e também de preparação para o centenário da abolição. Assim sendo, o primeiro grande ato público de protesto ao “13 de maio” ocorreu numa quarta-feira do dia treze do quinto mês deste ano (1987), na Praça da Bandeira, e teve repercussão na mídia e na Câmara Municipal de Vereadores.

Mas antes do protesto, o MNCG enviou um texto para ser divulgado na Câmara Municipal de Vereadores, numa tentativa de chamar a atenção da casa legislativa para o debate racial. Após a abertura da sessão do dia 12 de maio, o vereador Márcio Rocha¹²⁵ (Partido Comunista Brasileiro – PCB) destacou que o dia seguinte (13 de maio de 1987) marcaria os noventa e nove anos da abolição da escravatura e que, como ocorreria em outros municípios e estados brasileiros, essa data também seria debatida em Campina Grande pelo Movimento Negro, que faria um ato público de protesto na Praça da Bandeira.

Márcio Rocha assinala que esse período deve servir para refletir acerca do processo de exclusão das massas negras libertas que se reverberam até os dias atuais, sendo o negro ainda discriminado em vários espaços da sociedade brasileira. Continuando sua fala, o edil compartilha a leitura, para os demais edis, de um documento produzido pelo MNCG sobre a data em questão:

Treze de Maio. Abolição para quem? Como nossa história nos faz lembrar essa data, *cabe a nós do Movimento Negro de Campina Grande levar a público o seu real significado*. O Treze de Maio é passado para nós, como sendo o dia em que a princesa Izabel assinou a Lei Áurea, “libertando” os negros do sistema escravista, passando estes de escravos a “cidadãos”. Na verdade, a abolição não é um fato isolado, individual. Foi uma necessidade da sociedade, uma resposta a um momento histórico [...] quando se fala em abolição, subentende-se liberdade[...] A abolição significou tudo isto? [...] onde estão inseridos os negros na nossa sociedade? É fácil responder: estão nos subúrbios, nas favelas, fora das escolas, nos piores empregos. Não

¹²⁵ Márcio Rocha, vereador em Campina Grande entre os anos de 1983 a 1997, foi o primeiro edil do PCB eleito na cidade no processo de reabertura democrática. No início dos anos de 1980, era aluno do curso de Medicina e de Ciências Sociais do Campus II da UFPB e destacava-se como importante liderança estudantil da época. Para mais informações, vide: <http://cgretalhos.blogspot.com/2010/08/relembrando-o-vereador-mario-rocha.html>. Acesso em: 27 jul. 2024.

estamos aqui para comemorar, mas para denunciar. Denunciar uma situação que se reproduz na sociedade. O Movimento Negro de Campina Grande vem denunciar e informar que nossa luta continua [...] pela não discriminação racial, contra toda e qualquer discriminação, pelo rompimento imediato das relações diplomáticas com a política racista da África do Sul e por uma consciência negra. Movimento Negro de Campina Grande. Axé. (Câmara Municipal de Campina Grande – Casa Félix Araújo, 1987, p. 03-04, grifo nosso)

Após a leitura do texto do MNCG, Márcio Rocha aponta a importância dessa ação do movimento negro campinense, em razão de que o racismo ainda se encontrava na sociedade. Tal parlamentar refletiu, também, a importância para que as demandas da população negra estivessem presentes na constituição brasileira a ser elaborada e promulgada em 1988. Encerrando sua fala, antes de passar para a plenária, Márcio Rocha elaborou um requerimento de apoio ao MNCG e entregou-o às mãos do Presidente da Sessão, Sr. Félix Araújo Filho. Rocha afirma que a Casa Legislativa não deveria apenas apoiar o movimento, mas desejava que as bancadas partidárias desse espaço estivessem no ato do dia 13 de maio de 1987.

Logo após, o vereador Erinaldo Guedes (Partido Democrático Social – PDS) reproduz, em sua fala, a ideologia da mestiçagem no país ao afirmar que se deve protestar por todos os brasileiros e não apenas pelos negros do país e faz duras críticas aos professores da UFPB localizada na cidade, em especial salientando as constantes greves existentes na instituição. Aqui, abre-se a hipótese de que essa reprimenda se deu em razão de o MNCG e o ato público proposto terem, enquanto líderes, professores da UFPB – Campus II. Outros temas entraram na pauta da sessão que se encerrou sem indicar um apoio efetivo da Casa Legislativa ao ato do dia 13.

No documento do MNCG, lido pelo edil Márcio Rocha, destacaram-se vários aspectos e ângulos de análises, a saber: primeiro, a noção defendida de que é dever da organização negra campinense levar para a cidade “o real significado do treze de maio”, que teve reflexos diretos em problemas sociais localizados na nação e no município; segundo, o reiterado uso do termo “denunciar”, ou seja, era necessário expor para a sociedade essa agenda oficial do Estado brasileiro que estabeleceu um processo de exclusão permanente sob a gente negra no país e, assim, a Lei Áurea é um importante símbolo dessa discussão; por fim, sublinhou-se a necessidade da fomentação da Consciência Negra na cidade.

Esses apontamentos são indicadores da agenda posta pelo MNCG em seus primeiros passos. Essa passagem faz lembrar a visão de “movimento negro educador” de Nilma Lino Gomes (2017), a qual indica que esse movimento social teve um papel educativo para as instituições públicas e privadas, ensinando que a pauta racial deveria ser considerada na

agenda do debate da política pública.

A exposição do vereador Márcio, em 1987, pode ser encarada como um bom exemplo dessa questão, da mesma maneira o ato público, que tem uma dimensão política, pedagógica e educativa. Nesse último item, salienta-se que uma ação pública se trata de uma atividade organizada que visa chamar a atenção da sociedade para um determinado tema específico. Geralmente se encontra acompanhado de práticas, gestos e discursos com objetivos de convencimento. Nesse sentido, quando o MNCG afirma, no texto lido na Câmara, que cabe a ele mostrar para a sociedade o verdadeiro significado do treze de maio, tal objetivo será realizado a partir de argumentos e de dados – numa perspectiva de ensinar e educar a sociedade a visualizar tal assunto com outros olhos.

O ato de protesto do MNCG de denúncia à farsa do treze de maio foi marcado para a quarta-feira, 13 de maio de 1987, às 17h, na Praça da Bandeira. Já nas primeiras horas do dia, o jornal Diário da Borborema trazia para os(as) seus(as) leitores(as) informações sobre essa atividade, dedicando uma página inteira ao tema. E o título da matéria, “Movimento quer desmistificar o treze de maio”, sintetiza bem o espírito do evento.

Releva acentuar que nessa publicação temos os depoimentos dos(as) militantes Josemir Camilo e Vera Mendonça (aluna do curso de Ciências Sociais – UFPB/CAMPUS II), além de um cartaz de divulgação elaborado pelo artista Archidy Picado Filho¹²⁶. Esse ilustrador, cartunista, pintor, desenhista, que nasceu em 1961, fez parte da equipe pioneira de trabalho da TV Paraíba, afiliada da Rede Globo, em Campina Grande, na segunda metade dos anos de 1980. Na época das ações do MNCG, Archidy Filho era amigo do professor Josemir Camilo e de outros colaboradores do movimento antirracista de Campina Grande.

¹²⁶ Para mais informações: <https://paraibacriativa.com.br/artista/archidy-picado-filho/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Figura 4: Movimento Negro quer desmitificar o 13 de maio.



Fonte: Diário da Borborema, quarta-feira, 13 de maio de 1987

A reportagem posta pelo Diário da Borborema ilumina algumas informações ausentes nas notas taquigráficas da Câmara Municipal, exibidas um dia antes do ato e refletidas nos parágrafos anteriores. Nesse documento da imprensa, informa-se que o evento será às 17h, e ao final das atividades serão apresentadas uma roda de samba e de capoeira, duas importantes manifestações culturais da gente negra brasileira. Menciona-se, igualmente, um conjunto de explicações sobre a atividade do final da tarde; os objetivos do MNCG; algumas reflexões a respeito do racismo no Brasil e a divulgação da carta aberta intitulada “13 de maio, abolição para quem?”.

Essa carta foi produzida para ser distribuída no local do evento, a Praça da Bandeira. Trata-se de um texto curto, bem didático, provocativo e objetivo, demonstrando que o 13 de maio era um embuste. Tal narrativa foi lida na Câmara pelo vereador Márcio Rocha. Cabe destacar que o nome MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE se encontra em caixa alta e encerra da mesma maneira: “PELA NÃO DISCRIMINAÇÃO – CONTRA TODA E QUALQUER DISCRIMINAÇÃO – PELO ROMPIMENTO IMEDIATO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM A ÁFRICA DO SUL – POR UMA CONSCIÊNCIA NEGRA - AXÉ”.

(Diário da Borborema, quarta-feira, 13 de maio de 1987)

Alfredo Bosi (2002) aponta que a resistência no plano da escrita se manifesta tanto no

conteúdo quanto na forma. Ao destacar em caixa alta o nome do coletivo responsável pelo texto/ato e encerrar com algumas pautas reivindicativas da mesma forma, o MNCG reafirma sua posição de autoria e de demarcação da problemática do racismo na cidade de Campina Grande. Compete, igualmente, sublinhar a expressão AXÉ no final, que expõe as dimensões das raízes africanas dessa luta.

No que lhe diz respeito, na matéria, a militante Vera Mendonça explica que se torna importante denunciar essa data do treze de maio e a Lei Áurea, pois não houve liberdade para o povo negro no Brasil e a esmagadora maioria dos negros ainda vivia em condições subalternas. Verinha (como também era conhecida) expõe que a ideia do MNCG surgiu de algumas pessoas que participavam de um seminário voltado para a problemática racial realizado no museu da cidade, no dia 8 de novembro de 1986, e, desde então, vinham realizando importantes debates, mas, esse ato público de protesto era a primeira atividade de rua do recente coletivo negro campinense constituído (Diário da Borborema, quarta-feira, 13 de maio de 1987).

Mas, além do ato, segundo Vera Mendonça, o MNCG estava com um projeto de pesquisa intitulado “Discriminação Racial” – tratava-se de um trabalho realizado a partir de um questionário com o intuito de comprovar a existência da discriminação racial na sociedade campinense. O principal objetivo era demonstrar, com dados concretos, que o racismo se fazia presente na cidade e, assim, construir uma campanha de conscientização antirracista. O resultado seria divulgado em 20 de novembro de 1987 – dia da Consciência Negra. Não localizamos as conclusões das informações levantadas, porém, conseguimos encontrar mais de cem questionários preenchidos.

As perguntas desse documento foram: informações pessoais sobre sexo, idade, profissão, cor (branco, negro ou outras); 1- Você tem preconceito de cor? 2- Você se casaria com uma pessoa de cor negra? 3- Você votaria num político negro? Essas três primeiras questões eram para assinalar dentre as opções “Sim”, “Não”, “Depende” e “Outros”; 4- Como você se sentiria tendo um chefe/patrão negro? As opções dessa indagação também eram objetivas e possibilitavam escolher entre “Superior”, “Inferior”, “Igual” e “Indiferente”. No campo abaixo, havia um espaço para observações.

Esse material teve um valor educativo interessante, posto que se pretendeu constatar com informações efetivas que a problemática racial existia em Campina Grande. Com perguntas objetivas, tentava-se perceber traços da mentalidade preconceituosa da população campinense. Nota-se que a primeira questão, a depender da resposta, caso a opção assinalada

fosse “o não”, poderia ser contestada pelas demais, em razão de que se declara que não se tem preconceito racial, mas, logo à frente, se podia responder que não casaria com uma pessoa negra e nem votaria num candidato negro, além de se sentir inferior caso tivesse um patrão negro. Tais respostas soariam contraditórias e, por isso mesmo, as perguntas estavam colocadas nessa ordem, para tentar captar traços desse racismo à brasileira, de um problema que existe, mas que não é admitido, aceito individualmente pelos campinenses. Pois ocorre no Brasil “o preconceito de ter preconceito” (Fernandes, 2021).

O resultado dessa pesquisa foi apresentado no ato do vinte de novembro de 1987, porém, como já fora mencionado, não conseguimos localizá-la. Apesar disso, essa proposta se mostra muito relevante e evidencia a preocupação educacional do MNCG – nenhuma instituição pública ou privada da cidade até então tivera tido essa atenção e/ou iniciativa. Para a militância da organização negra campinense, ao realizar esse estudo nas escolas, universidades e em outros espaços, “a meta era coletar informações a respeito do racismo, e assim ficar provado que a população é realmente preconceituosa” (Jornal da Paraíba, domingo, 8 de novembro de 1987). Com outras palavras, o MNCG, aqui, pretendia demonstrar para a sociedade de Campina Grande, didaticamente, via dados quantitativos e qualitativos de uma pesquisa, que o racismo existia na cidade e que era importante enfrentar essa problemática.

Voltando à reportagem do DB, acerca do ato público do MNCG do dia 13 de maio de 1987. Josemir Camilo reflete as permanentes desigualdades sociais entre brancos e negros no Brasil e de como o racismo era naturalizado e disseminado na sociedade. Isso, muitas vezes, através de palavras e/ou expressões que reproduzem o ideário da inferioridade e da negatividade relacionado ao negro e à sua cultura negra. Camilo exemplifica: “a coisa está preta”, termo usado para designar que algo não está bom.

Da mesma forma, Camilo assinala como o programa humorístico “Os Trapalhões”¹²⁷, da TV Globo, ao colocar o personagem Mussum como um bebedor contumaz, que fala de maneira singular, naturaliza o racismo, inferioriza e ridiculariza o negro (Diário da Borborema, quarta-feira, 13 de maio de 1987).

¹²⁷ Programa humorístico surgido no início da década de 1970, na TV Record e depois transmitido pela TV Globo, que contava com quatro atores protagonistas: Didi (Renato Aragão), Dedé Santana (Manfried Sant’anna), Mussum (Antônio Carlos Bernardes Gomes) e Zacarias (Mauro Faccio Gonçalves), que eram Os Trapalhões. Tal quadro se tornou uma das principais atrações de entretenimento da Rede Globo de televisão, com grande audiência, dados extensivos ao cinema, em razão de que os trapalhões produziram um conjunto de filmes, alguns se tornando sucesso de bilheteria. Para mais informações: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/humor/os-trapalhoes/noticia/formato.ghtml>. Acesso em: 27 jul. 2024.

Os argumentos postos por Josemir Camilo trazem chaves de reflexões importantes de combate ao racismo. Num primeiro plano, ele chama a atenção para o fato de que o racismo se desdobra no plano da linguagem, do discurso reproduzido no cotidiano que reflete os valores sociais hierárquicos presentes no processo de formação da sociedade brasileira.

Noutra perspectiva, esse militante ressalta como o racismo é desenvolvido a partir de “supostas brincadeiras” e disseminado por programas midiáticos que reforçam o desprezo à dignidade do povo negro na sua totalidade. Exemplificando essa perspectiva, não é só Mussum que ficava ridicularizado nos episódios do quadro humorístico “Os Trapalhões”, pois, antes de tudo, significavam agressões extensivas a todos os negros.

Desse modo, o MNCG, desde o seu início de atuação, já apontava para debates que hoje se fazem vigentes no combate ao racismo, quais sejam, “o letramento racial” e “o racismo recreativo”. O primeiro se tornou uma expressão de uso bem recorrente nos últimos anos no Brasil e se trata, em linhas gerais, da necessidade de se ter um conjunto de habilidades para compreender o racismo e suas manifestações através da linguagem escrita, não verbal e gestual.

A partir desse ponto de vista, a letra de uma música, um trecho de um romance literário, uma cena de filme, uma postagem na rede social, um olhar diferenciado, entre outros tantos exemplos, podem (re)afirmar práticas racistas. Daí a necessidade do letramento racial no combate ao racismo e na reafirmação do orgulho negro (Moreira, 2024). Nessa dimensão, o MNCG travou vários embates contra manifestações culturais racistas da época, dado que será melhor analisado no tópico a seguir.

Quanto ao “racismo recreativo”, trata-se de um conceito elaborado pelo jurista Adilson Moreira (2019) que analisa como o racismo também se estrutura no humor para sedimentar seus valores de agressões ao homem e à mulher negro(a). Dessa forma, quando Camilo denuncia o programa “Os Trapalhões” por ridicularizar o povo negro através do personagem Mussum, ele está destacando o racismo recreativo, onde o espaço do personagem negro é representar o estereótipo negativo e reproduzir o papel da ridicularização. Nesse sentido, Moreira (2019, p. 31) reflete:

Ele faz parte de um projeto de dominação que chamaremos de racismo recreativo. Esse conceito designa um tipo específico de opressão racial: a circulação de imagens derogatórias que expressam desprezo por minorias raciais na forma de humor, fator que compromete o status cultural e o status material dos membros desses grupos. Esse tipo de marginalização tem o mesmo objetivo de outras formas de racismo: legitimar hierarquias raciais presentes na sociedade brasileira [...] o uso do humor para expressar hostilidade racial, estratégia que permite a perpetuação do racismo, mas que protege a imagem social de pessoas brancas. O racismo recreativo

exemplifica uma manifestação atual da marginalização social em democracias liberais: *o racismo sem racistas*.

Dessa maneira, o MNCG constituiu muitas ações e contendas relacionadas ao racismo recreativo, tão enraizado e naturalizado na sociedade brasileira. Ainda sobre a matéria dedicada ao ato do dia 13 de maio de 1987, destaca-se, na carta aberta do MNCG, o irrestrito apoio ao fim do Apartheid na África do Sul. Esse gesto demonstra o caráter afro-atlântico dos movimentos sociais negros dos anos de 1970 e 1980 – uma conexão de influência de lutas, pois as disputas pela independência dos países africanos e de alguns de seus principais líderes tiveram impacto na militância neste período. Do mesmo modo, o combate ao sistema político do Apartheid na África do Sul esteve na agenda de pugna das organizações negras no Brasil, inclusive, configurando-se com uma das principais pautas do MNCG.

Esta temática esteve presente em vários artigos de Josemir Camilo publicados em jornais da cidade: “As crianças do Apartheid – União – 1987”; “Dia Internacional Contra o Racismo – DB – 1988”; “As leis do Apartheid – União – 1986”; “Soweto, o massacre continua – DB – 1988”; “África do Sul; Baixo Austral – DB – 1986”; “O Apartheid é puro fascismo – DB/CP – 1985”; “Um movimento anti-apartheid – DB – 1986”. Nesse último texto, Camilo aponta a necessidade de formação de um movimento em Campina Grande de denúncia e repúdio ao sistema de segregação existente na África do Sul. Tal demanda foi escrita meses antes da criação do movimento negro campinense que, após fundado, em 1986, incorporou à sua agenda o combate ao Apartheid.

Ainda em relação à reportagem, enfatiza-se a imagem que acompanha a carta aberta do MNCG (figura 4) e que também estará exposta em outros espaços de divulgação desse coletivo na época. Segundo Josemir Camilo (2022), esse desenho foi feito pelo artista Archidy Picado Filho e, analisando-o com mais atenção, pode-se ler alguns detalhes relevantes para se pensar a proposta de Consciência Negra do MNCG nessa fase.

A imagem de divulgação do MNCG se caracteriza pela face de um ser humano com traços fenotípicos negros, lábios e nariz grosso, também se destacam os olhos compostos por grades. Tem-se a cabeça aberta, de onde saem dois beija-flores (um com a fonte branca e o outro, preta) sob um pano de fundo estrelado, e o nome Movimento Negro em letras caixa-alta e uma alternância da fonte preta e branca. Tal desenho pode ser compreendido como um chamamento para a abertura da mente a uma nova consciência racial – de um novo tempo em que exista o reconhecimento do negro e da possibilidade de uma nova relação entre brancos e negros. Trata-se de uma imagem que representa a liberdade – numa época marcada pela luta por direitos, sobretudo, tendo como horizonte o processo de redemocratização e da

composição de uma nova Carta Magna, a Constituição de 1988.

Cabe destacar que o ato do 13 de maio de 1987 provocou críticas por parte de setores da imprensa escrita ao MNCG, ao tempo que houve uma reação do coletivo negro campinense. Conforme Josemir Camilo, o Movimento Negro de Campina Grande começou a ganhar certo espaço na mídia e, ao mesmo tempo, recebeu certo antagonismo de parte minoritária dessa imprensa. Na coluna de Baby Vieira (jornalista Geovaldo Vieira de Carvalho), no Diário da Borborema, dos dias 13 e 15 de maio, há um conjunto de ironias e agressões ao MNCG e ao seu ato contra a data da Lei Áurea.

No dia 13 de maio de 1987, encontra-se essa passagem da coluna de Baby Vieira: “Bom dia, *morenos* de todo o Brasil! Que o espírito da saudosa Princesa Isabel esteja convosco [...]. Mas é bom não esquecer que, de hoje a um ano, acaba a mamata. Diz o galego da Guerrilha que a Lei Áurea só tem 100 anos de validade” (Diário da Borborema, quinta-feira, 13 de maio de 1987). Já na coluna intitulada “Batida de Pino”, do sábado, dia 15 de maio de 1987, Baby Vieira coloca de maneira jocosa e desrespeitosa:

Acreditei em Guerrilha de que a Lei Áurea só vale 100 anos e acabei sendo crucificado *no Dia do protesto patrocinado pelo Movimento Negro em Campina Grande*. Sob o som de atabaques e coreografia de capoeiras, os *oradores morenos tacharam-me de reacionário e defensor do sistema discriminador*. Há quem garanta que, se eu estivesse presente, veria a coisa preta. Isso é uma injustiça! *Sou doido por esses neguinhos...* Brincadeira à parte, acho do mais justo o movimento negro e sou seu incentivador desde nascença [...]. Primeiro, nasci no dia 13 de maio, na escuridão da madrugada Quilombo dos Palmares [...] o café é o líquido oficial de minha senzala e Machado de Assis meu escritor preferido. *Amo a escuridão e sou preto na essência. Não vejo, portanto, motivo para ser crucificado pelo Movimento Negro, logo no dia do meu aniversário. Estou com vocês e não abro nem para os arianos de Hitler. Vamos escurecer esta nação!* (Diário da Borborema, sexta-feira, 15 de maio de 1987, grifo nosso)

Eis um conjunto de imagens racistas destiladas pelo jornalista Geovaldo Vieira de Carvalho, que de maneira ultrajante fez chacota com o Movimento Negro de Campina Grande e seus militantes; tem-se, aqui, a reprodução de imagens do ideário da mestiçagem que tenta desconsiderar o discurso da afirmação negra no Brasil e da problemática racial. Portanto, dentro desse viés, lutar contra o racismo seria reproduzir um discurso racista inexistente e os militantes antirracistas se portariam como sectários. Esses aspectos estiveram fundidos nesse texto da coluna de Baby Vieira repleto de ironias e de agressões ao MNCG.

Prontamente, o MNCG publicou uma nota denunciando o racismo reproduzido pelo Diário da Borborema através da coluna Baby Vieira e exigiu uma resposta de tal jornal.

Ademais, “alertamos, ainda, que se prevalecer tal atitude preconceituosa e discriminatória, recorreremos aos meios jurídicos (Lei nº 1390, de 3/7/1951, Lei Afonso Arinos) para fazer valer nossos direitos de cidadãos. Campina Grande, 15/05/87. Movimento Negro de Campina Grande contra a Discriminação Racial. Axé”.

Não encontramos mais documentos sobre os desdobramentos desse conflito entre o MNCG e o jornalista Geovaldo Carvalho. Contudo, ficou estabelecido o elemento de tensão existente na sociedade campinense quanto à resistência em admitir o racismo e um movimento negro na cidade. Convém destacar que o centro dos ataques de Baby Vieira estava posto na proposta do MNCG de trazer o vinte de novembro como data magna para o povo negro, assim como a destituição crítica dos festejos em torno do 13 de maio e da Lei Áurea.

De fato, desde novembro de 1986, o reconhecimento do vinte de novembro (dia da Consciência Negra) foi o ponto fulcral de atuação do MNCG. Isso foi levado a debates na mídia, nas SABs, em escolas e universidades. Quando se completou um ano de existência do MNCG, no domingo, dia 8 de novembro de 1987, saiu a matéria intitulada: “Dia da ‘Consciência Negra’ será comemorado”, no Jornal da Paraíba.

Essa matéria relata que, nesse dia do penúltimo mês do ano de 1987, o Movimento Negro de Campina Grande completava um ano de atuação na cidade, assim como descreve que o objetivo primordial desse coletivo era despertar a sociedade campinense para a questão do preconceito racial contra a população negra e convocar o povo a assumir uma posição crítica diante dessa problemática. A denúncia contra o racismo, a luta pela conscientização do próprio negro em enfrentar essa situação e o estudo da cultura e da história constituíam-se como pontos basilares do recém-construído Movimento Negro de Campina (Jornal da Paraíba, domingo, 8 de novembro de 1987).

A reportagem continua relatando as atividades do MNCG para o mês de novembro de 1987, mas, antes, indica que a reivindicação do deslocamento das comemorações do treze de maio (Lei Áurea) para o vinte de novembro (Consciência Negra) se configurou como a principal bandeira de luta dessa organização negra. No que se refere às ações para novembro, para o dia 18 foi marcada exibição de slides, debates sobre o racismo e apresentação de Capoeira na SAB de Bodocongó. Por sua vez, no dia 19, no Museu Histórico, seria exposto o resultado da pesquisa “Discriminação Racial”; já no dia 20, às 17h, na Praça da Bandeira, ocorreria um ato público contra o treze de maio e a distribuição de uma carta pública, lembrando que coletivos de Capoeiras e o Grupo Acauã da Serra se fariam presentes também nessas atividades. (Jornal da Paraíba, domingo, 8 de novembro de 1987).

Nesse contexto, igualmente, foi informado que o MNCG participaria dando apoio à Campanha da Fraternidade na Paraíba, cujo tema “Ouvi o clamor desse povo” foi escolhido em alusão aos cem anos da abolição de 1888. Por fim, destacou-se o ato de solidariedade aos militantes Enoque Mendonça e Djair Silva que foram espancados por policiais, no dia 3 de novembro de 1987. Ressaltou-se que Enoque Mendonça foi submetido a uma complexa cirurgia no braço esquerdo com mais de duas horas de duração, no Hospital João XXIII, e que o mesmo irá acionar judicialmente o Estado pela injustiça e prejuízos sofridos (Jornal da Paraíba, domingo, 8 de novembro de 1987).

Portanto, o MNCG esteve bem ativo em 1987. No dia 13 de maio, realizou seu primeiro ato público contra a data da Lei Áurea e, igualmente, no dia vinte de novembro desse corrente ano, efetivou outro evento alusivo a Zumbi dos Palmares. Tratou-se do dia da Consciência Negra (18, 19 e 20 de novembro) que iniciou com atividades na SABs de Bodocongó, noutro dia no Museu Histórico e encerrou-se no dia 20, na Praça da Bandeira, com um ato em prol da Memória e da História de Zumbi dos Palmares – lido pela militância negra campinense como símbolo da história do negro brasileiro e campinense. Isto se confirma ao lermos o seguinte trecho do documento distribuído pelo Movimento Negro de Campina Grande que informa:

O dia Nacional da Consciência Negra foi deliberado por vários movimentos negros no Brasil, em decorrência do assassinato do representante maior da raça negra no país, Zumbi [...] por tudo isso, o MNCG, vem à praça mais uma vez conclamar a população para refletir *as lutas travadas pela comunidade negra em busca por democracia, para tanto, todos aqueles que tenham denúncias de discriminação racial que procurem o MNCG através da Caixa Postal “10104”*. (Jornal da Paraíba, quinta-feira, 19 de novembro de 1987)

O excerto desse panfleto do MNCG apresenta como o ato do dia da Consciência Negra, de 1987, teve o objetivo de demarcar o debate sobre o racismo e a história do negro, no Brasil, representado pela trajetória de vida e de luta de Zumbi. Além desses pontos, o MNCG colocou sua caixa postal disponível publicamente para quem quisesse participar da luta antirracista, levando denúncias em relação a casos de racismo para serem analisadas.

Ainda no segundo semestre de 1987, a jornalista e militante Wanda Chase conseguiu trazer José Pimenta para Campina Grande, então assessor para assuntos da Cultura Afro-brasileira do Ministério da Cultura. O Movimento Negro de Campina Grande recebeu o José Pimenta e participou de uma reunião com ele, Félix Araújo Filho, presidente da Câmara Municipal de Vereadores (representando o prefeito), outras pessoas e entidades. Essa reunião

ocorreu em 9 de dezembro de 1987. Como decorrência desse encontro foi realizada uma atividade cujo objetivo era a formação de um agrupamento chamado “Comissão Campinense do Centenário da Abolição”, visando elaborar um projeto relativo a essa data especial.

Pimenta informou que existiam recursos, mas que era necessário um projeto para a captação desse financiamento. Cabe, aqui, focalizar um pouco mais desse contexto. No ano de 1985, foi criado o Ministério da Cultura (Minc) e instituída a Assessoria de Cultura Afro-brasileira. Em 1986, nesse espaço ministerial foi composta uma comissão para organizar os festejos em torno do centenário da abolição. Tais ambientes institucionais, segundo Carlos Moura¹²⁸ (2008), foram frutos de muitas das reivindicações do movimento negro.

Em seguida, no dia 13 de maio de 1987, foi estabelecido o Decreto nº 94.326 que criava o Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura (Procen), que seria executado no ano de 1988, sob a coordenação do Ministério da Cultura em articulação com outros ministérios, estados, municípios e representantes da sociedade civil¹²⁹. Carlos Moura (2008, p. 11) traz parte do texto de justificativa do Procen:

O Centenário da Abolição dará à sociedade brasileira uma oportunidade preciosa: a de avaliar nossos quase 500 anos de História. O escravagismo, a abolição e o longo processo de subalternização do negro que se lhe seguem não são, com efeito, episódios acessórios da formação brasileira, mas o seu próprio desdobramento. Como no Centenário da Independência ou, mais recentemente, no Cinquentenário da Semana de Arte Moderna, o que será colocado em discussão são os caminhos da civilização brasileira.

Carlos Moura (2008), do mesmo modo, coloca que o Procen conseguiu se assentar como uma unidade gestora dentro do Minc, assim, garantindo orçamento, cargos, e seu coordenador recebeu a autonomia para ordenar despesas (Moura, 2008). Nesse ínterim, Josemir Camilo e Wanda Chase ficaram responsáveis pela elaboração do projeto – a redação do texto e o envio para o Minc. Nos termos de Camilo: “Como historiador e militante do Movimento Negro de Campina Grande, fui convidado a fazer parte da Comissão Campinense do Centenário da Abolição, da qual resultou um projeto enviado ao Minc, para financiamento (Diário da Borborema, sexta-feira, 29 de janeiro de 1988).

Mas, antes do envio do projeto, foi realizado o “1º Encontro de Estudos do Centenário da Abolição”, no dia 17 de dezembro de 1987, às 20h, no Auditório da Associação Comercial,

¹²⁸ Carlos Alves Moura, militante do movimento negro da década de 1970, foi um dos fundadores do Centro de Estudos Afro-brasileiros e presidente da Fundação Palmares.

¹²⁹ Para mais detalhes: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/d94326.htm. Acesso em: 27 jul. 2024.

que discutiu diversos temas sobre a questão negra, tendo como horizonte os cem anos da abolição que iria ocorrer em 1988. Essa ação foi promovida pelo Movimento Negro de Campina Grande, o Grupo Afro-brasileiro Campinense e o Grupo Acauã da Serra, tendo o apoio da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Campina Grande e do Ministério da Cultura. Desse encontro saiu a Comissão Campinense do Centenário da Abolição de Campina Grande, coletivo responsável pelo projeto e ações a serem desenvolvidas durante o ano de 1988¹³⁰.

Portanto, a Comissão Campinense do Centenário da Abolição foi formada pelas seguintes entidades, grupos e seus(suas) respectivos(as) representantes: Movimento Negro de Campina Grande (MNCG) – Jussara Natália M. B. de Melo; Diocese de Campina Grande (pastoral) – Margareth Maria de Melo; Associação de Teatro Amador de Campina Grande – Álvaro Fernandes; Memorial Zumbi – Wanda Chase; Grupo de Cultura Folclórica Acauã da Serra – Dorian Rafael dos Santos; Grupo de Capoeira Abadauê dos Palmares – Marcos Antônio Batista; Grupo de Capoeira São Braz (Consciência Negra dos Palmares) – Djalves Alves; Associação Campinense dos Poetas e Escritores – José Valdecy Nabudy; Centro Acadêmico de História UFPB-Campus II – Luciano Mendonça; Sociedade de Amigos do Bairro de São José – Evandil S. Galdino; Secretaria de Educação e Cultura de Campina Grande – Creusolita Cavalcante; e Grupo Afro-brasileiro Campinense – Benedito Antonio Luciano. O Grupo de Capoeira de Bodocongó, representado por Roberto Alves, participou desse momento, mas não permaneceu nesse coletivo.

Na configuração dessa comissão, é possível verificar o quanto o centenário da abolição, em 1988, conseguiu mobilizar várias instituições e entidades. Destacaram-se grupos de capoeira da cidade, setores da Igreja Católica, movimentos estudantis e associações de bairros, entre outros. Além dessas esferas sociais, a imprensa deu espaço para as ações em torno desse período, seja divulgando, apoiando e rebatendo alguns dados levantados pelo MNCG. Igualmente, releva observar uma distensão interna no próprio MNCG, visto que o “Grupo Afro-brasileiro Campinense”, criado pelo militante Benedito Luciano, contava com alguns estudantes da UFPB-Campus II, no entanto, tal coletivo não durou por muito tempo e Benedito Luciano voltou a atuar em nome do MNCG.

¹³⁰ Sublinha-se que também surgiu nesse período a Comissão Estadual do Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil – CECAEB/PB, que teve como presidente Sérgio de Castro Pinto. Essa Comissão era constituída do Movimento Negro de João Pessoa /MNJP; Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo da Paraíba/SECETUR; Secretaria de Educação do Estado da Paraíba; Secretaria Municipal de Educação e Cultura/SEDEC e Arquidiocese da Paraíba. Os contatos desse coletivo disponibilizados, foram: João Balula, Vandinho Carvalho, Paula Francinete, Yara Matos e a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo.

Em vista disso, Josemir Camilo, no artigo “O centenário da abolição em Campina Grande”, publicado no Jornal Diário da Borborema, do dia 29 de janeiro de 1988, expressa ao leitor as bases de seus argumentos no projeto de Centenário enviado ao Minc. Diante desses informes, apresenta-se “quase” na íntegra o texto redigido, segundo seus próprios termos. Nisso, Camilo aponta que Campina Grande necessitava de uma reflexão sobre a negritude presente na sua história e cultura. Em seguida, ele realça a importância do papel da escravidão no processo de formação da cidade e das revoltas sociais que tiveram participação de pessoas escravizadas, tais como o “Ronco da Abelha” (1852), “o Levante dos Escravos” (1873), “a Revolta de Quebra-Quilos” (1874) e o perfil racial do líder dessa revolta, João Carga D’água (Diário da Borborema, sexta-feira, 29 de janeiro de 1988).

Dessa forma, Camilo chama a atenção para a necessidade de se estabelecer que a cidade de Campina Grande também era uma urbe negra, que na sua história teve escravidão e a contribuição cultural e social afro era parte integrante de sua sociedade. Portanto, tornava-se necessário rever a história de Campina e de algumas de suas revoltas sob o ângulo da negritude¹³¹.

Bem como se configurou, para Camilo e o MNCG, como incontornável rever e/ou atualizar os dados censitários do IBGE (1980), que indicavam que Campina Grande apresentava aproximadamente 10 mil negros – uma estimativa para 1988, já que, em 1980, o número era de 8.000¹³². Assim, na cidade em questão, “apenas 3% de sua população era negra. O que não parece verdade, uma vez que, para o movimento negro, o que o IBGE chama de pardo é bastante vazio de critérios. Há que repensar isto, social e geneticamente” (Diário da Borborema, sexta-feira, 29 de janeiro de 1988).

Na prática, os trechos partilhados por Josemir Camilo do projeto enviado ao Minc para o Centenário da abolição, no Diário da Borborema, no primeiro mês de 1988, sinalizavam para a importância do fomento de uma cultura de Consciência Negra campinense, de valorização dos aspectos de negritude na cidade, da necessidade de luta pela valorização da história e cultura afro-brasileira e do combate ao racismo em Campina Grande.

Em seguida, no início de 1988, foi constatado que o projeto foi aprovado e os recursos disponibilizados, contudo, Benedito Antonio Luciano (2022) estabelece que foi preciso o

¹³¹ Cabe salientar que essa dimensão, no campo da historiografia, destacada por Camilo, só será desbravada de maneira mais consequente nos trabalhos de pesquisa de Luciano Mendonça de Lima, professor do curso de História da UFCG. Na sua dissertação de mestrado dedicada à Revolta do Quebra Quilos (2001) e na tese de doutorado sobre a história social da escravidão em Campina Grande no século XIX (2008).

¹³² Esses dados foram apresentados por Josemir Camilo neste artigo publicado e não localizamos as fontes desses números.

apoio do Movimento Negro de Recife e de alguns de seus militantes para o aporte financeiro ser investido nas atividades do centenário em Campina Grande, em razão de que o MNCG não conseguiu se institucionalizar a tempo dos prazos exigidos pelo edital do Minc.

Dessa maneira, o ano de 1988 foi muito intenso para os movimentos sociais brasileiros, em destaque para os negros. Temos o processo de construção e votação da Constituição de 1988 e o Centenário da Abolição. Eventos que provocaram grande mobilização nacional. A Globo – a maior rede de televisão do país – encerrava o ano de 1987, vinculando em sua programação uma mensagem de Axé; posteriormente, já no mês de janeiro de 1988, transmitia o carnaval do Rio de Janeiro para todo o país.

Com destaque para o desfile da escola de samba Unidos de Vila Isabel, que trouxe o tema “Kizomba, a festa da raça¹³³”. Este enredo, que foi criado por Martinho da Vila e composto por Rodolpho, Jonas e Luiz Carlos da Vila, com orçamento modesto, consagrou a Vila Isabel como a grande campeã do carnaval de 1988 numa apresentação memorável, na qual os seguintes versos ganharam o Brasil:

Valeu Zumbi
O grito forte dos Palmares
Que correu terras, céus e mares
Influenciando a abolição
Zumbi, valeu
Hoje a Vila é Kizomba
É batuque, canto e dança
Jongo e Maracatu...
Esta Kizomba é a nossa constituição...
Vem a lua de Luanda
Pra iluminar a rua
Nossa sede é nossa sede
De que o apartheid se destrua¹³⁴

Desse modo, o ano de 1988 iniciava, no Brasil, marcado pelos eventos em torno dos cem anos da abolição, um conjunto de ações que ocorriam em todas as regiões do Brasil. No dia 21 de março de 1988, data que alude ao Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, o presidente José Sarney abriu oficialmente as “comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura”. Sarney iniciou enaltecendo o caráter de unidade do país marcado por uma considerável diversidade social e racial e aproveitou o momento para repudiar o sistema do Apartheid, reafirmando que o Brasil estabeleceu uma série de decretos

¹³³ Para mais informação: <https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/kizomba-da-vila-isabel-35-anos-atras-despertava-para-a-consciencia-negra/>. Acesso em: 27 jul. 2024.

¹³⁴ Idem.

proibindo relações com a África do Sul.

Tal presidente elogiou o Ministro da Cultura Celso Furtado pela condução das atividades referentes ao centenário (1988) e, além disso, determinou que as comissões constituídas dessem todo apoio “à militância dos movimentos negros e aos projetos por eles mesmos propostos em todo o território nacional, em simpósios, debates, seminários, conferências, publicações e outras manifestações” (Sarney, 1988, p. 123). O presidente Sarney ainda destacou que seria criada a Fundação Palmares e decretou que a Serra da Barriga fosse considerada monumento nacional em homenagem ao quilombo dos Palmares (Sarney, 1988).

Ao final, o presidente realçou o ideário da democracia racial como parte integrante da formação brasileira e os cem anos da abolição se tornaram um excelente momento para reiterar esse dado histórico. “É assim que desejamos que a abolição seja comemorada. Com uma prestação de contas na ordem das altas decisões históricas[...]Somos o elo de uma corrente que se alonga para o futuro [...] Viva a raça negra do nosso país” (Sarney, 1988, p. 125-126). Em vista disso, Sarney acabou por reproduzir o ideário racial da época da ditadura militar, a do negro como um dos colaboradores do processo de formação brasileira e da democracia racial. Assim sendo, o centenário da abolição, na lógica do Estado brasileiro, serviria para comemorar a contribuição do negro para o país. Dessa maneira, o racismo seria uma problemática inexistente na sociedade brasileira.

Perspectivas ideológicas semelhantes ao discurso de Sarney, se fazem perceptíveis no tom da mensagem “Cem anos de abolição” divulgada na imprensa paraibana pelo governador do estado da Paraíba, Tarcísio Burity, que iniciou o texto elogiando a data do 13 de maio e o gesto da princesa que rompeu os grilhões da escravidão. Ainda nesse discurso, se estabeleceu que essa data simbolizaria “a democracia racial que nos destaca entre as grandes nações do mundo [...] saúdo o Centenário da Abolição da Escravatura com o sentimento de exaltação a essa raça que participa da nossa nação como o País de todas as cores” (Diário da Borborema, sexta-feira, 13 de maio de 1988).

Verifica-se como o centenário da abolição foi engendrado pelo poder público para reafirmar a ideologia da democracia racial e combater as pautas antirracistas dos movimentos sociais negros. Porém, tais organizações subverteram o ordenamento oficial e questionaram o 13 de maio. Esta data de 1988 foi encarada pelos movimentos sociais negros brasileiros como o ano nacional de denúncia contra o racismo. Como relatou o militante negro Amauri Mendes Pereira sobre esse ano, “tudo era uma forma de ver harmonia. E nós estávamos ali exatamente

para botar água nessa sopa. Era pra mostrar que não havia harmonia. Nosso ímpeto era mostrar que havia o contrário, havia o racismo” (Alberti; Pereira, 2007, p. 258).

No dia 11 de maio de 1888, no Rio de Janeiro, foi realizada “A Marcha Contra a Farsa da Abolição”, um grande ato público que contou com milhares de pessoas que saíram em caminhada com faixas de protesto na Avenida Getúlio Vargas e que no trajeto visavam fazer um ato de protesto em frente à estátua de Duque de Caxias (patrono do exército brasileiro). Esse evento contou com um grande aparato de repressão militar nas ruas, um contingente enorme de militares e de armas acompanhou de perto todo o processo de manifestação. Inclusive, o exército proibiu os manifestantes de concluírem o trajeto completo, numa evidente demonstração de repressão e intimidação aos militantes negros e simpatizantes da luta antirracista.

O Centenário da Abolição ganhou uma projeção nacional, estando no centro das atenções do Centro de Informações do Exército¹³⁵, e fez parte de alguns relatórios secretos de monitoramento. Esses documentos que se tornaram públicos nos últimos anos demonstram o quanto os movimentos sociais negros foram alvos de vigilância e de repressão pelas forças armadas brasileiras, em especial, com o advento do governo da Ditadura Militar. Mesmo no processo da redemocratização, no governo de José Sarney (1985-1990), o Serviço Nacional de Inteligência (SNI) continuou monitorando os partidos de esquerda, lideranças sociais, movimentos estudantis, sociais e intelectuais, manifestações culturais, entre outros tantos atores sociais que criticavam o governo e o sistema capitalista.

Segundo esta lógica ideológica, o objetivo principal era prevenir a democracia brasileira e a ordem, daí a necessidade de acompanhar de perto os potenciais inimigos internos e externos. Num primeiro plano, os movimentos populares e sociais eram atores políticos a serem vigiados, intimidados e reprimidos. Incluem-se nesse cenário as organizações negras e suas atividades. No relatório periódico mensal do ano de 1988, produzido pelo Ministério do Exército – Gabinete do Ministro do Centro de Inteligência do Exército –, de caráter confidencial, existem algumas análises sobre o Centenário da Abolição e os movimentos sociais negros. Acerca disso, no relatório referente ao mês de fevereiro, no 3º capítulo intitulado “Campo Psicossocial” há o item “h - Movimentos Populares (M. Pop)”,

¹³⁵ Durante a Ditadura Militar, o General Golbery do Couto e Silva criou o Serviço Nacional de Informação (SNI), que se constituiu como um órgão de inteligência para monitorar a administração pública, mas, também servindo ao aparato de repressão e vigilância. Em 1967, foi criada a criação do Centro de Informações do Exército (CIE) que surgiu tanto para a coleta de informação quanto na repressão direta, e foi provavelmente a peça mais letal da política de exceção e terrorismo engendrado pelo governo dos militares (Schwarz; Starling, 2015).

que é dedicado ao racismo.

Nessa parte, destacam-se as comemorações dos 100 anos da abolição da Escravatura, demonstrando as principais ações do governo e dos movimentos sociais e culturais negros em torno dessa questão. Nisso, ressaltam-se dois aspectos, a saber: as escolas de samba do Rio de Janeiro que se dedicaram ao tema do centenário (com destaque para a presidenta da Escola Unidos de Vila Isabel pelo fato de ser filiada ao PCB); além do fato da existência de setores do clero progressistas e de parte da mídia que apoiavam as ações contestatórias do movimento negro. Segundo esse texto, tais setores acabavam por difundir a luta de classes e eram utilizados pelas esquerdas para alimentar um sentimento racista que não existia no Brasil. Portanto, estavam criando “mais uma área de antagonismo social, com forte chamado emocional” (CIE, 10 de março de 1988, p. 23).

Já o relatório do mês de abril de 1988 produz um documento anexo chamado “Abolição da Escravatura – A Distorção de um Fato Histórico”. Nele, temos uma análise de várias ações de partidos de esquerda, movimentos sociais, políticos e militares. Inclusive, existe uma parte dedicada “à 26ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB” e à “Campanha da Fraternidade do ano de 1988”, que tinha como tema “A fraternidade e o Negro”, sendo o texto base “Ouvi o Clamor Deste Povo”.

Neste momento, o anexo “Abolição da Escravatura – a Distorção de um fato Histórico” analisa os conflitos internos entre as diversas tendências da Igreja Católica no que se refere ao tema da abolição, chamando a atenção para os setores que contestaram uma campanha mais radical da CNBB, que supostamente pretendia incentivar “o conflito de raças e [...] mobilizar mais um setor da sociedade – o dos negros e dos simpatizantes da causa negra – dentro do trabalho da massa, para transformar a sociedade numa outra não capitalista, justa, fraterna e sem classes” (CIE, 10 de maio de 1988, p. 14.).

Cabe grifar que nesse relatório e em outros, existem tópicos dedicados às relações do marxismo com setores da Igreja Católica e às suas críticas ao sistema capitalista. Tem-se, assim, mais uma demonstração do fantasma do comunismo presente no imaginário dos militares brasileiros, questão existente até os dias atuais, mesmo com o fim da Guerra Fria e da União Soviética.

Ainda no texto “Abolição da Escravatura – A Distorção de um Fato Histórico”, o primeiro tópico, intitulado “Comemorações do centenário da abolição da escravatura”, informa que o 13 de maio será transformado em feriado nacional e apresenta as ações do governo federal em torno do tema, com o objetivo de realizar ações de celebração. No

entanto, o texto demonstra que várias entidades negras estavam desvirtuando os dados históricos para apontar problemas sociais e raciais inexistentes no processo de formação da sociedade brasileira. Nessa parte, indica que tais movimentos sociais estavam querendo interferir no currículo e em livros didáticos, com apoio, inclusive, do Ministério da Educação (CIE, 1988).

Logo em seguida, localiza-se a segunda parte denominada “Exploração do centenário da abolição”, que se divide em três tópicos e conclusão, a saber: a) “Atuação das Esquerdas”; b) “Clero Progressista”; c) “Movimento Negro Brasileiro” (MNB); e encerra com a “Conclusão”. Tais relatórios eram assinados pelo General Tamoyo Pereira das Neves, então chefe do Centro de Inteligência do Exército.

No primeiro item (“Atuação das Esquerdas”) se localizam informações referentes a muitas atividades realizadas nos últimos anos pelo Movimento Negro Brasileiro em várias localidades do país e por partidos de esquerda que debatiam questões raciais. Mas, também salienta as quatro escolas de samba do Rio de Janeiro que trouxeram o tema racial como enredo, em 1988, com destaque para a Vila Isabel, de Martinho da Vila e de sua esposa “Ruça” (comunista), presidenta dessa importante agremiação carnavalesca.

Nessa passagem, ventila-se a possibilidade do apoio financeiro de movimentos comunistas angolanos à Vila Isabel. Em linhas gerais, nesse tópico, encontram-se sublinhadas as perigosas influências das ideias marxistas e/ou comunistas sob ações do Movimento Negro Brasileiro, em razão de que geravam uma “pregação da luta de classes sob o manto de denúncia infundada do racismo em nossa Pátria, onde não faltava apoio externo” (CIE, 10 de maio de 1988, p. 3). Ainda no tocante a esse item, constata-se um texto de Florestan Fernandes, de 1975, destacando que a luta racial no Brasil deve ser uma luta de classe. Vale frisar que nessa passagem, o General Tamoyo Neves, no alto de sua ignorância, denomina Florestan, um dos nossos mais notáveis sociólogos, de jornalista.

O tópico seguinte (“Clero Progressista”) avulta que setores da Igreja Católica eram adeptos da teologia da libertação e vinculados às ideias marxistas, “igualmente, vem apoiando e incentivando as idéias de grupos racistas” (CIE, 10 de maio de 1988, p. 3). Nessa dimensão do relatório, igualmente, evidenciam-se as disputas internas da CNBB sobre o tema, o que para o General Neves era a prova incontestável dos equívocos da Campanha da Fraternidade do ano de 1988.

Já no último tópico (“Movimento Negro Brasileiro”), analisa-se o crescimento do movimento negro no país, representado por centenas de organizações presentes na maioria

dos estados. O texto evidencia os vários movimentos e associações existentes, destacando o MNU como o mais organizado e tendo representações em muitas cidades e estados do país, “que por meio de palestras e de atos públicos [...] apoiados pelos Meios de Comunicação Social, procura, num trabalho de doutrinação, desenvolver e estimular o racismo” (CIE, 10 de maio de 1988, p. 4, grifo nosso). Por fim, enfatiza-se o poder de influência do movimento negro brasileiro no debate público nacional, com desdobramentos na esfera da política. Nas considerações finais do documento (“Conclusão”), encontra-se o arremate sobre os cem anos da abolição:

O Centenário da Abolição da Escravatura vem propiciando às esquerdas, por meio da adoção de um tema candente, um intenso trabalho de doutrinação ideológica. *Através de distorções da História, utilizando falsas estatísticas e fazendo uso da técnica de Agitação e Propaganda*, procuram mobilizar a população por meio de palavras de ordem, buscando criar “um ódio que não existe entre brancos e negros brasileiros” [...]. Assim, num país como o nosso, de “muitas raças e um só povo”, nas palavras de D. Eugênio Sales, *onde a miscigenação se processou sem traumas ao longo dos dois últimos séculos, as esquerdas conseguem, pelo menos, empanar o brilho de um evento que deveria ser de confraternização e integração, semeando o germe da discórdia*, com a finalidade de criar mais uma área de antagonismo social, sobrepondo a *exploração de um pretenso racismo à exaltação de um fato histórico de real importância no processo de formação da nacionalidade brasileira*. (CIE, 10 de maio de 1988, p. 5-6, grifo nosso)

Dessa maneira, para o governo de José Sarney – em que pesem a criação do Procen, o orçamento destinado, as comissões constituídas e a retórica de apoio aos movimentos negros existentes no Brasil para participar dos cem anos da abolição –, o ano de 1988 era visto como uma oportunidade de ressaltar os princípios da “democracia racial brasileira”.

Por sua vez, as forças de segurança do Estado brasileiro encaravam os movimentos sociais negros na lógica autoritária do inimigo interno presente desde a ditadura militar. Com efeito, o documento “Abolição da Escravatura – A Distorção de um Fato Histórico”, produzido pelo Serviço de Inteligência do Exército, condensa historicamente o olhar de vigilância e de repressão sob as organizações negras no país.

Para os movimentos negros, o ano de 1988 foi atravessado pelo sentimento de resistência e de uma grande oportunidade para denunciar o problema do racismo vigente na sociedade brasileira. Uma fase marcada pelo entusiasmo e pela aspiração de um sistema político democrático em construção, simbolizado pela Constituição cidadã. Desse modo, o movimento negro brasileiro, ao denunciar o processo de violência da escravidão do passado e do racismo ainda presente, abria o horizonte para a problemática da política racial entrar na

pauta da agenda pública nacional. Logo, a educação foi uma das principais vias de reivindicações neste sentido.

Edna Roland, uma das principais vozes do movimento de mulheres negras de São Paulo, recorda o ano de 1988: “era o centenário da Abolição, o Brasil inteiro estava em ebulição, inúmeras organizações negras surgiram e foram criadas ao longo de 1988, mil mobilizações, mil coisas” (Alberti; Pereira, 2007, p. 256). Esse contexto histórico de efervescência da luta negra no país também ocorreu na Paraíba e em Campina Grande. Como tão bem reflete o militante Benedito Antonio Luciano no artigo “O engenheiro André Rebouças”, publicado no Jornal da Paraíba, em 28 de fevereiro de 1988:

O presente ano foi escolhido pelo Estado e pela Igreja como sendo um ano para o negro ser lembrado. Nós, *que participamos do movimento negro brasileiro*, vemos com uma certa dose de desconfiança essas comemorações, essas crises de consciência e essa tentativa de indenização em um ano de um débito que remonta há séculos. Mas, no entanto, nem por isso o Centenário da Lei Áurea deixa de ser uma oportunidade preciosa para a sociedade brasileira, e em particular os movimentos negros brasileiros, refletirem e avaliarem nossos quase quinhentos anos de história; história esta que não seria contada sem a presença do negro [...]. E neste ano em que os movimentos negros organizados em todo o Brasil defendem a tese de que houve a abolição (no papel) mas não houve emancipação – daí o sentido da luta dos movimentos. (Jornal da Paraíba, domingo, 28 de fevereiro de 1988, grifo nosso)

Esse recorte é bem emblemático e informativo, em razão de que Bené demonstra a conexão da agenda do MNCG com os demais movimentos negros brasileiros em torno de ressignificar o ano de 1988. Para as organizações negras, o centenário da abolição deveria ser utilizado como data para demonstrar o processo excludente do fim da escravidão no Brasil, assim como para demarcar a dívida histórica do Estado brasileiro para com o contingente negro de sua população.

Desse modo, o Movimento Negro de Campina Grande, em conjunto com a Comissão Campinense do Centenário da Abolição (CCCA), começa o ano de 1988 com algumas reuniões e ações. Numa carta circular divulgada publicamente em janeiro de 1988, a Comissão do Centenário da Abolição informou que os seus principais objetivos eram resgatar o NEGRO em nossa história, combater o racismo, desmistificar o 13 de maio e comemorar o 20 de novembro, a data magna da NEGRITUDE: “Para isso, vimos solicitar o apoio da Comunidade Campinense e, ao mesmo tempo, nos colocar à disposição de acordo com o programa a ser desenvolvido durante o ano de 1988” (Comissão Campinense do Centenário da Abolição, Carta circular, janeiro de 1988).

No carnaval de Campina Grande de 1988, o tema foi “100 anos: novos quilombos” e, a pedido do departamento de turismo, a CCCA designou Álvaro Fernandes para ser o seu representante na comissão julgadora do desfile das escolas de samba da cidade (Comissão Campinense do Centenário da Abolição, Ofício nº 002/88, 10 de fevereiro de 1988).

Por sua vez, em 5 de fevereiro de 1988, foi realizado o Ato Público de abertura dos eventos do Centenário da Abolição, que ocorreu na sexta-feira, às 17h, na Praça da Bandeira. Essa ação contou com a participação de vinte entidades e foram momentos nos quais fizeram falas críticas referentes ao 13 de maio e também teve apresentações de arte e culturas negras. Convém destacar o cartaz de divulgação dessa atividade, em que uma das imagens selecionadas em sua composição (a fotografia) tem um caráter pedagógico relevante e será também utilizada no texto de divulgação do “I Ciclo de Debate sobre o Negro”, em março de 1988.

Figura 5 – Cartaz de divulgação do Ato Público de abertura do Centenário da abolição em Campina Grande, 5 de fevereiro de 1988



Fonte: SEDHIR UFCG

Nesse anúncio temos, além de informes acerca do ato público da Praça da Bandeira, em 5 de fevereiro de 1988, duas imagens significativas: uma gravura do século XIX e uma fotografia. Esta última foi retirada de uma reportagem do Jornal do Brasil de 1982, em que é exposto um policial militar levando homens pretos que foram presos amarrados por cordas no

pescoço¹³⁶. Isto ocorreu no Rio de Janeiro, após uma blitz policial na estrada Grajaú-Jacarepaguá. Tanto a fotografia, que ficou conhecida como “Todos Negros”, quanto a reportagem foram assinadas pelo fotojornalista Luiz Morier. Essa imagem teve grande repercussão nos anos 80 após sair na primeira página do Jornal do Brasil com a legenda: “PM prende favelados pelo pescoço, um tipo inusitado de algema”. Relewa destacar que todos os homens presos e/ou amarrados estavam com carteira de trabalho, eram moradores da comunidade e logo foram dispensados.

O cartaz em destaque é horrendo, abjeto e muito similar a gravuras e pinturas da época da escravidão no século XIX. Aspecto reforçado na justaposição da fotografia e da tela de um quadro que remonta ao século XIX e mostra escravizados acorrentados pelo pescoço. O uso dessas imagens pode ser lido como a tentativa dos organizadores, desse ato de 5 de fevereiro de 1988, de expor publicamente a mensagem de que a opressão contra o povo negro brasileiro permaneceu mesmo com o fim da escravidão.

Nesse sentido, a imagem tem uma função didática expressiva, ao demonstrar visualmente e/ou didaticamente que a Lei Áurea não trouxe tratamento de dignidade para o povo negro brasileiro. A fotografia “Todos negros”, registrada em 1982, 94 anos após o fim da escravidão, reflete o quadro de racismo permanente no Brasil. Por sua vez, também chama a atenção para a necessidade da luta antirracista promovida pelo MNCG em 1988.

Ainda no mês de fevereiro, a Comissão Campinense do Centenário da Abolição, em parceria com a Pastoral da Diocese de Campina Grande, trouxe o arcebispo da Paraíba, D. José Maria Pires para proferir a palestra “O negro e a sociedade brasileira”. Essa atividade ocorreu na quinta-feira, dia 4 de fevereiro, à noite, na sala do Secretariado da Catedral (Jornal da Paraíba, domingo, 7 de fevereiro de 1988). Tal ação reflete a participação ativa de setores populares da Igreja Católica no debate sobre o centenário da abolição em Campina Grande. Destaca-se que também houve discussões em outras igrejas católicas da cidade¹³⁷.

Logo em seguida, o MNCG, que fazia parte da Comissão Campinense do Centenário da Abolição com o slogan “100 anos de libertação Fictícia”, organiza o “I Ciclo de Debates sobre o Negro”, ocorrido entre os dias 21 e 25 de março de 1988, no Museu de Artes da Universidade Estadual da Paraíba.

¹³⁶ Para mais informações sobre a história dessa imagem, vide: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/07/historia-fotografia-premio-esso-negros.html>. Acesso em: 17 dez. 2024.

¹³⁷ Por exemplo, na Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, celebrada na paróquia de Bodocongó, entre os dias 14 a 18 de dezembro de 1988, foi trabalhado o tema “Escutai o Clamor deste Povo”. Inclusive, no cartaz temos a imagem das faces de uma mãe e criança negra (em anexo).

Cabe salientar que a escolha do 21 de março não foi por acaso, uma vez que este é o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, data proposta pela Organização das Nações Unidas (1966), numa alusão ao massacre de Sharpeville, província de Gauteng, na África do Sul. No dia 21 de março de 1960, um grupo de sul-africanos protestava pacificamente contra o Apartheid e foi brutalmente reprimido pelas forças de segurança. Ao final, 69 pessoas foram assassinadas e 186 saíram feridas, tornando-se uma das páginas mais tristes do terrível sistema político de segregação do Apartheid que durou várias décadas (1948-1994).

Portanto, as datas históricas são acionadas e ressignificadas por pessoas e grupos sociais a partir de determinados contextos históricos. Dessa forma, o 21 de março, a partir da década de 1980, foi trazido a lume pelos movimentos sociais negros no Brasil, numa luta de solidariedade aos africanos oprimidos na África do Sul e no combate ao Apartheid. Inclusive com diversas ações realizadas em estados e municípios por movimentos negros que exigiam o rompimento diplomático total do Brasil com a África do Sul enquanto existisse o perverso sistema político de segregação.

Essa pauta também se colocou como uma das principais bandeiras de lutas do MNCG (1986-1988), tema de vários artigos publicados na imprensa pelo professor Josemir Camilo desde o início dos anos 80. Assim, o primeiro debate público realizado com relação ao negro e ao dia 21 de março em Campina Grande se deu sob as mãos do movimento negro campinense.

Ao analisar o folder do evento (em anexo), percebem-se várias informações importantes. Num primeiro plano, vale verificar a programação. No primeiro dia, 21 de março de 1988, foi realizada uma mesa de debate voltada para o tema “Dia Internacional contra o Racismo”, cujos expositores foram os representantes dos Movimentos Negros de Recife, João Pessoa e Campina Grande. Já, no dia 22, teve a exibição do vídeo “Mulher Negra” e uma discussão aberta coordenada pelos militantes do MNCG, MNJP e MNU-Recife.

No dia 23 foi organizada uma tarde de autógrafos com José Flávio Sombra Saraiva, autor do livro “Formação da África contemporânea”; e, pela noite, às 20h, esse autor ministrou uma palestra intitulada “História da África Contemporânea”. Posteriormente, no dia 24 de março, à tarde, foi realizada uma sessão de autógrafos com o jornalista e historiador Décio Freitas¹³⁸ e, à noite, ele ministrou uma conferência sobre “O Quilombo dos Palmares”.

¹³⁸ Décio Bergamaschi Freitas nasceu 1922, no Rio Grande do Sul e faleceu no ano de 2004. Foi filiado ao partido comunista, monitorado pelas forças de segurança da Ditadura Militar, tornou-se autor de vários livros, entre eles, destaca-se Palmares – A Guerra dos Escravos, de 1973. Essa obra tinha sido lançada no Uruguai dois

No encerramento do “Ciclo de debates sobre o negro”, foi exibido o vídeo “O Negro no Mercado de Trabalho”, de José Araújo, que também proferiu uma palestra.

Ainda nesse material de divulgação, existe uma forte mensagem que diz: “Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade”; e, na parte final, a reprodução do poema “Sou Negro”, de Solano Trindade¹³⁹, um dos textos mais famosos da literatura negra-brasileira, que termina com os seguintes versos: “Na minh’alma ficou / o samba / o batuque / o bamboleio / e o desejo de libertação”. Vale salientar que esse evento foi organizado também pelas entidades que compunham a comissão do Centenário da Abolição, todavia, o protagonismo e a idealização das atividades, temas, convidados, entre outros aspectos, se deram pela coordenação do MNCG.

Logo, essas ações engendradas pela MNCG foram pioneiras na cidade de Campina Grande, assim como o fato de trazer pesquisadores da história da África e do negro no Brasil para lançarem seus livros e debaterem sobre esses temas que, por sua vez, não eram discutidos nas universidades e nem tinham espaço no currículo dos cursos de licenciatura em História da UEPB e UFPB. História da África era um assunto de pouca circulação nos meios acadêmicos brasileiros, algo também localizado nas instituições de ensino superior de Campina Grande. Havia poucos autores de referência dedicados ao tema, entre eles, pode-se destacar José Flávio Sombra Saraiva¹⁴⁰. A história africana só entrará com alguma visibilidade no currículo do ensino superior, principalmente nos cursos de licenciaturas em História, nas duas primeiras décadas do século XXI.

Diante do exposto, percebe-se a relevância dessa atividade gestada pelo MNCG, o I Ciclo de Debates sobre o Negro, que teve um caráter educacional marcante, em razão de que foi um movimento social negro, em articulação com outras entidades sociais e políticas, que construiu o primeiro debate público, em Campina Grande, voltado para a história da África e do negro no Brasil.

Josemir Camilo, no artigo “Rediscutindo o negro”¹⁴¹, do início de 1988, discorre a

anos antes. Foi um autor lido pelo Grupo Palmares, de Porto Alegre. E essa obra foi muito importante para trazer à tona a importância da história de resistência do Quilombo dos Palmares e de Zumbi. Para mais informações sobre o autor: <https://www.jornaldocomercio.com/especiais/reportagem-cultural/2023/01/882336-o-centenario-de-decio-freitas-o-intelectual-que-libertou-a-historia.html>. Acesso em: 27 de jul de 2024

¹³⁹ Um dos nossos mais notáveis poetas e militante antirracista. Para mais informações sobre Solano Trindade: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/429-solano-trindade>. Acesso em: 22 jul. 2023.

¹⁴⁰ Professor titular da Universidade de Brasília e um dos criadores do curso de Relações Internacionais dessa instituição. No ano de 1987, ele lançou a obra “Formação da África Contemporânea” e fez parte de um pequeno grupo de estudiosos que lançaram livros sobre a África na década de 1980. José Flávio Sombra Saraiva nasceu em 1960 e faleceu em maio de 2024. Para mais informações: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/jose-flavio-sombra-saraiva-professor-da-unb-morre-aos-64-anos>. Acesso em: 24 de dez 2024.

¹⁴¹ Temos em mãos o original desse texto datilografado, numa interpretação das informações, cruzando imagens

respeito de alguns aspectos desse evento. Ele inicia destacando que o MNCG, em fase de estruturação, participou do I Ciclo de Debates sobre o Negro (21 a 25 de março de 1988) e ressalta a atuação da jornalista Wanda Chase e de Gilvandro dos Santos (Vandinho – um dos líderes do MNJP) no processo de reflexão acerca da história do negro.

Camilo também aponta as contribuições de Vandinho ao estabelecer pontes para um dilema que inquietava os movimentos negros da época, a saber: o Movimento Negro deveria atuar nas periferias e comunidades tradicionais para conscientizar os negros ou deveria seguir um projeto político, inclusive pelo viés socialista? Segundo o docente, tal dilema foi ponto de intenso debate.

Sobre esse evento, Josemir Camilo também destacou as tensões postas com alguns indivíduos vinculados a partidos da esquerda de Campina Grande. Aspecto marcante para ele, pois isso ficou bem salientado na entrevista por mais de uma vez e também se localiza numa síntese escrita por ele quanto à sua participação no Movimento Negro de Campina Grande. Logo, Camilo destaca: “Quando em mesas redondas, me confrontei com alguns militantes marxistas que não enxergavam o Movimento Negro como luta autêntica, até ridicularizavam o movimento. Houve um desses marxistas que chegou a dizer em debates que o MN era negócio de Meu Rei, Meu Rei, imitando um baiano” (Melo, J. C., 2022, p. 3).

Essa passagem sinalizada por Josemir também se coaduna com algumas inquietações do militante Benedito Antonio Luciano em relação a pessoas pertencentes a partidos de esquerda da época. Tensão política presente também em outros movimentos negros existentes no país da época (Alberti; Pereira, 2007). A questão da centralidade da luta de classes e da superação do capitalismo como prioridade eram dados colocados por alguns militantes marxistas e, nesse entendimento, a luta contra o racismo era encarada como uma agenda não prioritária. Portanto, nessa conjuntura, existiram tensões e confrontos entre projetos de lutas contra o racismo no Brasil.

Por outro lado, analisando vários documentos históricos, estudos voltados ao movimento negro contemporâneo, nota-se a colaboração incontornável de partidos de esquerda na luta e na pauta da agenda antirracista dos anos de 1970, 1980, 1990 e 2000. Mesmo reconhecendo as contradições em torno desse diálogo, constata-se que a agenda das pautas do movimento negro brasileiro foi levada ao parlamento nacional pelos mandatos de políticos vinculados aos partidos de esquerda.

de outros documentos selecionados com as colaborações das memórias dos(as) militantes. Verificamos que se trata de um artigo relacionado a esse ciclo de debate de março de 1988. Contudo, não localizamos o jornal em que foi publicado e está em aberto a possibilidade de não ter sido reproduzido em algum periódico.

Apenas como um exemplo, pode-se mencionar a trajetória partidária de Abdias do Nascimento, Benedita da Silva e Paulo Paim. Além disso, a pauta de combate ao racismo efetivado pelo movimento negro brasileiro se configura como contrária à agenda do ideário posto pelos partidos de direita do país, que sustenta a tese da democracia racial e da negação a políticas afirmativas para o contingente negro da população brasileira. E, com todos os limites expostos, foi nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) que várias leis e projetos de demandas das organizações negras foram contempladas nacionalmente. Contudo, essa agenda foi fruto de uma pressão constante dos movimentos sociais negros. Mas, releva destacar que parte dessas questões será melhor abordada nos últimos tópicos do presente estudo.

Dito de outra maneira, mesmo reconhecendo as rusgas e as contendas dos militantes negros brasileiros (campinenses) com alguns indivíduos subordinados aos partidos de esquerda, nas últimas décadas do século passado e das duas primeiras do século XXI, não tem como desconsiderar, do ponto de vista histórico, os setores à esquerda da Igreja Católica, da imprensa, e dos partidos políticos (PT, PDT, PCdoB e PCB), que se constituíram como aliados de grande parte das reivindicações das organizações negras brasileiras. Mas, essas alianças foram constantemente permeadas por tensões de várias ordens e formas.

Outra reflexão trazida por Josemir Camilo, no artigo “Rediscutindo o negro” (1988), refere-se às pautas específicas para os movimentos negros no Brasil, em razão de que existiam diferenças nas demandas e características formativas entre municípios e estados brasileiros. Assim, ele dá o exemplo do movimento baiano, com pautas e contextos bem distintos, por exemplo, do movimento negro paraibano, embora houvesse muitos temas e assuntos em comum.

Camilo, igualmente, analisa a importância de contextualizar historicamente as bandeiras de lutas do movimento negro brasileiro, pois cada época impõe um conjunto próprio de agendas reivindicatórias. Ao final, ele indica que “há que proceder, então, um estudo da situação do negro, a nível local e denunciar os níveis de discriminação e racismo, além das barreiras sociais, que tentam impor ao negro” (Camilo, 1988).

Dessa maneira, Josemir sublinha, mais uma vez, a importância de se ressaltar a presença da cultura da negritude em Campina Grande, de se agenciar e publicizar a Consciência Negra campinense. Demonstrar para o poder público dessa cidade que sua história e população é negra, assim como instituir a prática de enfrentamento ao racismo existente na sociedade. Desse modo, o MNCG foi o principal agenciador da temática racial na

cidade.

Ainda a respeito do referido evento de março de 1988, a militante Jussara Natália destacou, nas suas memórias, que ela coordenou uma das mesas: “aquele auditório lotava, lotava, era à noite [...] percebi que havia no movimento dissensões sobre o que é ser negro no Brasil” (Melo, J.N.M.B., 2023, p. 2). Esse dado é reforçado por um ofício que localizamos, datado de 16 de março de 1988 e assinado por esta militante, solicitando o auditório do Museu de Artes da Universidade Estadual da Paraíba pela grande demanda de interessados no evento¹⁴². Natália (2023) evidencia, também, o caráter das tensões internas entre militantes dos movimentos negros, bem como indica o interesse que os eventos do MNCG causaram na cidade entre os anos de 1987 e 1988.

A constituição da Comissão Campinense do Centenário da Abolição demonstra bem essa última assertiva posta por Jussara Natália, pois se tratou de um conjunto amplo de entidades presentes nas ações em torno dos cem anos da abolição. Com efeito, o MNCG agenciou um conjunto de ações e de debates sobre a problemática racial e a história e cultura afro-brasileira (campinense) e africana. Temas e assuntos que até então não tinham espaço no debate público campinense.

Figura 6– Imagem do I Ciclo de Debates sobre o Negro, março de 1988



Fonte– Acervo de Benedito Antonio Luciano.

¹⁴² Of. nº 007/88, 16 de março. Ilmo. Sr. Diretor do IAPAS. Senhor Diretor, A Comissão Campinense do Centenário da Abolição vem de antemão agradecer a V. S. pela liberação do auditório desta conceituada entidade para o I Ciclo de Debates sobre o Negro, de 21 e 25 de março. Entretanto, devido à grande demanda de público por aquele evento, a Comissão houve por bem recorrer a um auditório maior, no que se refere ao número de pessoas. Espero contar com a sua compreensão e apreço. Atenciosamente, Jussara Natália Moreira Bélen – Comissão Campinense do Centenário da Abolição.

Na imagem acima, temos o auditório do Museu da UEPB – Assis Chateaubriand durante o evento antirracista proposto pelo MNCG, em março de 1988. Na mesa de abertura das atividades do dia 25 de março, temos ao centro Luciano Mendonça (Centro Acadêmico de História da UFPB-Campus II), na ponta esquerda, encontra-se a professora Creusolita de Almeida Cavalcante (Secretaria de Educação e de Cultura de Campina Grande) e, na ponta direita, José Pimenta (Ministério da Cultura).

Alguns detalhes chamam-nos a atenção. Primeiramente, salta aos olhos o número de pessoas participando, o que se conecta ao relato da militante Jussara Natália; na lousa escura, temos o mapa da África e na parede uma faixa do MNCG com a seguinte mensagem: “Libertação é luta – 20 de novembro”. Tal texto remete ao combate pela Consciência Negra – simbolizada pelo dia da morte de Zumbi dos Palmares – que se configurou como uma das principais bandeiras do MNCG em 1988.

Nessa conjuntura, em contramão à agenda do movimento negro brasileiro, o Presidente José Sarney, em 29 de abril de 1988, decretou a Lei nº 7.658 que estabeleceu feriado nacional o dia 13 de maio de 1988, destinado às comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura. Portanto, houve a insistência da promoção do 13 de maio como data oficial alusiva à memória do povo negro brasileiro. Essa ação governamental gerou reação de vários movimentos negros brasileiros.

Diante disso, o MNCG e a Comissão Campinense do Centenário da Abolição publicaram a “Nota ao público de repúdio ao dia 13 de maio¹⁴³”, que declarou o seguinte: “várias entidades negras e culturais de Campina que constituem a Comissão do Centenário vêm a público repudiar o ato do presidente [...] em feriar o 13 de maio sem consultar movimentos negros em nível nacional que defendem o 20 de novembro” (Ribeiro, 2014, p. 25). Nesse momento, também foi enviado um telex aos congressistas paraibanos e à deputada federal e militante negra Benedita da Silva (PT-RJ):

A comissão Campinense do Centenário da Abolição protesta o projeto de feriado do 13 de maio do presidente Sarney devido a não ser este dia da negritude segundo consenso de centenas de movimentos negros no país que defendem o 20 de novembro dia Zumbi como dia do Negro. Solicitamos aos congressistas votarem contra o projeto feriado 13 de maio por ferir aspirações da comunidade negra brasileira; Axé. (Comissão Campinense do Centenário da Abolição – Nota pública – Repúdio ao 13 de maio - feriado)

¹⁴³ Comissão Campinense do Centenário da Abolição. Nota ao público de repúdio ao dia 13 de maio. Campina Grande-PB, 1988.

Dessa maneira, ficou determinado que o Governo Federal pretendia fazer dos cem anos da abolição da escravatura um ato festivo de celebração da história do Brasil. Em Campina Grande, o Movimento Negro de Campina Grande, desde seu surgimento, em 8 de novembro de 1986, lutava para colocar o vinte de novembro – Dia da Consciência Negra – como data ingente para o povo negro campinense.

Mas, para tanto, era preciso destituir o centenário da abolição de toda carga simbólica planejada pelo Governo Federal. Desse modo, no dia 12 de maio de 1988, numa tarde de quarta-feira, foi realizado um ato público de repúdio a essa data e de reafirmação do 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra, dia de memória para o povo negro brasileiro e campinense. Os jornais impressos da cidade de Campina Grande apresentaram matérias a respeito dessa data, com destaque para o Gazeta do Sertão, que em parceria com a Comissão Campinense do Centenário da Abolição, lançou uma edição especial só com matérias e textos alusivos à história e cultura negra¹⁴⁴.

O Diário da Borborema, de 13 de maio de 1988, destaca em sua capa uma reportagem sobre o ato público promovido pelo MNCG e dedica duas páginas completas de sua edição ao tema. No tocante à primeira página, tem-se o título da matéria “Negros preferem 20 de novembro”, dedicado à ação do MNCG; já o editorial do jornal veio intitulado assim: “Após 100 anos, há liberdade?”. Ainda acerca dessa publicação do Diário da Borborema, vale conferir a figura abaixo que apresenta algumas chaves de interpretações interessantes.

Figura 7 Negros preferem 20 de novembro – 13 de maio de 1988



Fonte: Diário da Borborema, sexta-feira, 13 de maio de 1988¹⁴⁵.

¹⁴⁴ Em anexo, tem-se a primeira página desse periódico.

¹⁴⁵ Capa em anexo.

Na chamada de capa do jornal foi descrita a ação do MNCG (o ato público de protesto) e nela podemos perceber uma construção contraditória bastante interessante. Isto porque a legenda “O ato na Praça da Bandeira do Movimento Negro não teve grande público” não condiz com a imagem exibida no enquadramento da fotografia, uma vez que a foto realça um aglomerado de pessoas. Aspecto reforçado pela passagem da reportagem do Jornal da Paraíba do mesmo dia, 13 de maio de 1988, que indica o considerável número de pessoas que afluíram à Praça da Bandeira.

Desse modo, quando Josemir Camilo¹⁴⁶ (2022) coloca que o MNCG sofreu certo antagonismo por parte da imprensa local no seu processo de início de ocupação do espaço na mídia local, muitas vezes isso ocorreu de forma velada e outras de maneiras mais explícitas. Aqui, por exemplo, não é nada gratuito o Diário da Borborema fazer questão de evidenciar, na capa, que o evento foi marcado pelo esvaziamento, algo que pode ser lido da mesma forma como uma ação que não foi bem-sucedida. Destaca-se que um ano antes, em 1987, houve uma contenda pública entre o MNCG e o jornalista Geovaldo Carvalho, do DB.

Já na reportagem do Diário da Borborema intitulada “Comunidade negra vai às ruas em protestos”, dedicada ao ato público do MNCG, o texto de legenda descreve: “À Comunidade negra protestou contra o racismo durante ato público”¹⁴⁷. Nela, tem-se uma imagem fotográfica com muitas pessoas aglomeradas, inclusive muitas crianças, uma faixa e cartazes com mensagens de protesto. No texto, temos um conjunto de dados valiosos sobre a atividade, quais sejam: num primeiro plano, é realçado que os negros foram à Praça da Bandeira para repudiar a comemoração oficial dos cem anos da abolição da escravidão que ocorria no país. Noutra parte, é compartilhado um trecho de uma nota do MNCG e da Comissão do Centenário da Abolição Campinense que diz: “não estamos aqui para celebrar o 13 de maio como data comemorativa do centenário da abolição da escravidão. Estamos, sim, *conclamando toda a população campinense para refletir conosco o significado desta data para a sociedade brasileira*” (Diário da Borborema, sexta-feira, 13 de maio de 1988, grifo nosso).

O manifesto do MNCG distribuído, no 12 de maio de 1988, tem um tom educativo de chamamento para a sociedade campinense refletir sobre as implicações sociais e econômicas do processo de abolição da escravidão no Brasil e de suas consequências. Com efeito, os(as) militantes da organização negra de Campina Grande demonstravam para a sociedade que o 13

¹⁴⁶ Cabe sublinhar que Josemir Camilo é o homem de barba e cabelos longos que se encontra no centro dessa imagem (figura 7).

¹⁴⁷ Em anexo.

de maio não significava apenas um dia presente no calendário a ser celebrado, ao contrário, tratava-se de uma data a ser disputada no campo da memória e das lutas sociais negras do tempo presente daquela época.

Em outras palavras, reivindicava-se que a data do fim da escravidão no país fosse para refletir acerca da importância da luta contra o racismo ainda enraizado na sociedade brasileira e campinense, assim, a memória servia como eixo para pavimentar a luta desses militantes negros campinenses.

Em relação à reportagem do JP, destaca-se que participaram dessa atividade militantes de João Pessoa, grupos de capoeira, crianças trazidas de São José da Mata (distrito de Campina Grande), a Pastoral do Negro e outras entidades. “A mensagem era sempre contra a discriminação racial” (Jornal da Paraíba, sexta-feira, 13 de maio de 1988) e ao tempo que se apontava para o 20 de novembro como data para o povo negro, pois simbolizava a resistência negra. Na matéria “Negros fazem protesto”, do Jornal da Paraíba, sexta-feira, 13 de maio de 1988, têm-se informações e imagens valiosas complementares sobre esse ato.

Primeiramente, informa-se que o evento foi iniciado com a apresentação do Coral Infantil, do distrito de São José da Mata, seguido dos grupos de capoeira Abaduê Palmares e Bodocongó. Oficialmente, o evento começou às 18h com a fala de Maria Lenira, representando a Secretaria de Educação e Cultura do Município. Também nessa matéria existe a fala dos irmãos Francisco de Assis e Marcos de Assis, dois militantes do MNCG, que relataram: “depois de passados 100 anos da pseudabolição, assistimos ao negro ser rejeitado em seus empregos, são encontrados na sua grande maioria, nas favelas, nas cadeias e relegados de qualquer plano social igualitário” (Jornal da Paraíba, sexta-feira, 13 de maio de 1988). Para essa reportagem, o slogan do evento foi “Cem anos de Abolição sem abolição”; eis a mensagem central trazida pelo Movimento Negro de Campina Grande e pela Comissão Campinense do Centenário da Abolição, no 13 de maio de 1988.

Por fim, no ato público em destaque, foram apresentados dados das desigualdades raciais e da discriminação racial entre brancos e negros no mercado de trabalho. A militante Jussara Natália lembrou que “os negros hoje estão protegidos do racismo que é considerado por lei como crime inafiançável [...] Acima de tudo os negros foram à praça para protestar contra esse racismo” (Diário da Borborema, sexta-feira, 13 de maio de 1988).

Além dessa manifestação em protesto ao 13 de maio, realizada na principal praça da cidade, o MNCG e a Comissão Campinense do Centenário da Abolição participaram de debates em importantes espaços da mídia jornalística. Por exemplo, no dia 12 de maio de

1988, o jornalista Juarez Amaral¹⁴⁸ entrevistou militantes do MNCG, no programa Jornal de Verdade, da Rádio Caturité, uma das mais ouvidas da cidade; e também houve a participação de lideranças da organização negra campinense no programa Bom Dia Paraíba – TV Paraíba falando sobre o ato público: “Cem anos de abolição sem abolição”.

Já no dia 13 de maio de 1988, no famoso quadro de entrevista do Programa Chico Maria¹⁴⁹, o entrevistado foi o militante negro campinense Benedito Antonio Luciano. Tal momento teve certa repercussão e serviu de reflexão para um artigo de jornal do professor Josemir Camilo. Um dia depois, na Rádio Caturité, os(as) militantes Josemir Camilo, Wanda Chase e Benedito Antonio estiveram debatendo o racismo no país.

Dessa forma, ressalta-se o considerável espaço concedido a setores da imprensa ao MNCG e ao tema da abolição, seja na escrita, falada e televisionada. A organização negra campinense, em 1988, foi ocupando as ruas, praças, SABs, escolas, universidades e o jornalismo da cidade, destacando o combate ao racismo e ao projeto de edificação do 13 de maio constituído pelo governo Sarney.

Ainda no mês de maio de 1988, o Movimento Negro de Campina Grande foi o principal responsável por trazer o Olodum¹⁵⁰ – maior bloco afro do mundo – para se apresentar na cidade. O Jornal da Paraíba, terça-feira, de 24 de maio de 1988, destaca que o Olodum realizou, no último domingo, 22 de maio de 1988, um show no Forródrômo¹⁵¹. Nesse recorte do periódico, evidencia-se a admiração da multidão que compareceu ao Parque do Povo, pois o público local se demonstrou atento ao sucesso do grupo baiano, que, no ano de 1987, já tinha lançado seu primeiro disco “Egito Madagascar”. Assim, o Olodum já havia produzido músicas de sucesso e de circulação nacional, como “Raça Negra”, “Faraó,

¹⁴⁸ Jornalista muito influente da imprensa paraibana da década de 1980 e 1990, seus programas de rádio e televisão tiveram uma audiência considerável na cidade. Lembrando que nessa fase da história, o rádio e o jornal impresso eram dois meios de comunicação de grande alcance popular. O programa “Jornal de Verdade”, transmitido pela rádio Caturité, era uma das grandes atrações matutinas da imprensa campinense. Juarez Amaral nasceu em 1951 e foi vítima fatal da Covid-19, em 2022. Para mais detalhes: <https://parlamentopb.com.br/jornalista-juarez-amaral-morre-vitima-do-coronavirus/>. Acesso em: 27 jul. 2024.

¹⁴⁹ Jornalista paraibano que marcou época na TV campinense e paraibana. Na década de 1980, apresentou programas de entrevistas nas TV Paraíba e TV Borborema e, na década de 1990, foi para a TV Cabo Branco. Durante seus programas, nas referidas redes de televisão, Chico entrevistou muitas personalidades da cultura e da política brasileira, tais como: Pelé, Gilberto Gil, Ariano Suassuna, Leonardo Boff, Dom Helder Câmara, Luís Carlos Prestes, entre outros tantos. Assim, a participação do MNCG no seu programa foi um marco que ajudou a publicizar o debate sobre o racismo na sociedade campinense. Chico Maria nasceu em 1930 e morreu aos 92 anos, em 2022. Para mais informações: <https://jornaldaparaiba.com.br/cotidiano/morre-aos-92-anos-chico-maria-jornalista-que-marcou-epoca-na-tv-da-paraiba>. Acesso em: 27 jul. 2024.

¹⁵⁰ Fundado na cidade de Salvador em 1979, o Olodum trouxe na sua produção musical e visual um conjunto de ações de valorização da cultura negra e das raízes africanas. No decorrer dos anos, ganhou projeção nacional e internacional e é reconhecido como a maior banda percussiva do planeta. Para mais informações: <https://olodum.com.br/>. Acesso em: 27 jul. 2024.

¹⁵¹ Atualmente, região do Parque do Povo.

divindade do Egito” e “Madagáscar Olodum”.

O jornal apontou o sucesso da banda Olodum e os vários shows realizados em capitais e cidades brasileiras e o reconhecimento internacional, que se deu por meio do convite do Paul Simon para gravar em Londres. O texto também informa que “para Campina Grande o grupo veio sem nenhum cachê apenas *à convite do Movimento Negro da cidade*, que contou com o apoio da TV Paraíba” (Jornal da Paraíba, terça-feira, 24 de maio de 1988, grifo nosso).

A matéria sobre a primeira apresentação do Olodum em Campina Grande encerra enfatizando o sucesso do evento e a animação da multidão presente, bem como salienta o comparecimento de algumas entidades negras – Grupo de Capoeira Abadauê dos Palmares e Grupo Afro Campinense – e da Secretaria de Educação do Município, representada por Maria Lenira (Jornal da Paraíba, terça-feira, 24 de maio de 1988).

Essa ação do MNCG, em parceria com a prefeitura municipal de Campina Grande, sob a articulação da jornalista Wanda Chase, foi notável no plano da cultura e da educação. Isto porque o Olodum é o principal bloco afro do país e suas músicas, sua poética, vestimentas, instrumentos representavam e representam um trabalho educativo no que se refere aos valores civilizatórios dos povos africanos e da sua importância para o Brasil. Dito de outra maneira, a música do Olodum, sua letra e melodia, pode ser lida como aulas acerca da história e da cultura de povos africanos e do negro brasileiro.

Quanto a essa relevante ação do MNCG, o militante Jair Silva, na época adolescente, recordou-se do evento do qual fez questão de participar e mencionou ter sido este um dos primeiros contatos que teve com a cultura negra brasileira. Tal experiência foi marcante no processo formativo desse ativista negro campinense, sobretudo, no campo da autoestima, ao presenciar um conjunto de talentosos percussionistas negros em cores vivas, alegres, em cantos, letras de emancipação e protesto negro, em danças e ritmos contagiantes, que fizeram milhares de pessoas vibrarem no Parque do Povo. Jair Silva recorda:

Eu era um adolescente. Morava nas Malvinas. Eu estudava na escola Virgínios da Gama e Melo e fiquei sabendo que tinha uma festa no Parque do Povo e fui lá. Quando eu cheguei, era o Olodum. Oh! Eu me lembro até quando o Olodum entrou cantando, várias canções eu tenho até hoje na minha cabeça! “De banzo eu não soffro, eu não soffro não...” E aquela lá: “Força e pudor, liberdade ao povo do Pelô” [...], em 1988. Exatamente, foi no Centenário da Abolição. Eu não sabia de nada disso, que o Olodum estava aqui para fortalecer a luta do movimento negro contra o racismo numa conjuntura tão importante marcada pelo Centenário da Abolição. Em que o governo federal queria transformar essa data em uma grande festa. *O movimento negro não deixou porque nós sabemos o que trouxe de consequências negativas. Uma abolição falsa.* (Ferreira, J. S., 2022, p. 1, grifo nosso)

Jair Silva demonstra o impacto dessa atividade nas suas recordações, mas ainda, indica que, com o passar do tempo, compreendeu as razões da vinda do Olodum em Campina Grande, no ano de 1988, e a importância da organização negra campinense na contraposição ao projeto de fazer desse ano um momento para celebração. Ainda sobre a passagem do grupo musical baiano em Campina Grande, vale mencionar a matéria “Encantando Nação”, do jornalista Apolinário Pimentel, publicada no Jornal Gazeta do Sertão, dos dias 24 e 30 de abril de 1988. Existem nesse artigo traços da emoção vivenciada pelo jornalista e por muitas pessoas que foram ao Forró dromo prestigiar o Olodum.

Por várias vezes contive as lágrimas, numa atitude covarde, tentando assim controlar minha emoção provocada por aquele som afro-baiano que invadiu meu ser e corria em minhas veias forte e vivo [...]. O grupo Olodum, da Bahia, certamente não veio à Campina Grande esperando que iria encontrar uma multidão de pessoas de todas as cores, sexos e raças, que o aceitaria como algo encantado. Mas foi isso que aconteceu [...]. pode parecer utopia, mas quem foi ao Forró dromo ver Olodum, acabou concordando com a idéia de que a raça negra é, realmente, uma nação encantada e encantadora [...]. Axé Madagascar, Pelourinho e ritmo de vida. Axé negritude, que domina o mundo e impõe sua força. Axé Olodum cor da vida. Axé encantada nação... (Gazeta do Sertão, 24 e 30 de abril de 1988)

Trazer o Olodum para Campina Grande foi mais uma iniciativa do Movimento Negro de Campina Grande na sua luta por e na educação, isso em pleno ano de 1988, uma data de grande importância para a história brasileira. Dessa forma, o MNCG refutou, a partir de ações de rua, textos e debates em SABs, escolas, universidades e na mídia, a proposta do governo Sarney de fazer do centenário da abolição um momento para celebrar a suposta democracia racial brasileira, na qual a contribuição do negro era de grande importância para a formação da nação. Portanto, nesse ideário oficial, não se tocava nos dados de desigualdades sociais e do racismo existente contra os(as) negros(as) no país. Assim também, o Estado brasileiro pavimentava oficialmente, no horizonte presente-futuro, o não comprometimento com políticas públicas reparatórias para o povo negro brasileiro.

Em vista disso, torna-se necessário estabelecer algumas reflexões sobre o treze de maio de 1888 e a Lei Áurea assinada pela Princesa Isabel. O processo que levou ao fim da escravidão foi marcado por várias ações e acontecimentos. Teve-se uma pressão internacional, especialmente da Inglaterra, que, embora tenha sido a nação que mais lucrou com o comércio do tráfico negreiro, não aceitava mais tal comercialização. O questionamento da Inglaterra se mostrava mais evidente em relação ao Brasil pela demora e a relutância das elites brasileiras em encerrar tal instituição.

Por outro ângulo de análise, houve um forte movimento interno de enfrentamento à escravidão desde sempre, da criação de milhares de quilombos no território brasileiro ao movimento de fugas individuais, coletivas e de compras de alforrias. Esta conjuntura se intensificou na segunda metade do século XIX, com o advento do movimento abolicionista, que se constituiu como o primeiro movimento social de abrangência nacional.

Prontamente, existiram vários projetos de abolição, alguns radicais – no sentido pleno do termo – que procuraram atingir as raízes do problema e visavam mudanças efetivas, como, por exemplo, a proposta de reforma agrária do abolicionista André Rebouças. Mas, ao final, o projeto de abolição instituído assentou um projeto de exclusão social e econômica para os libertos e os negros descendentes dos escravizados. A Lei Áurea possui apenas dois artigos, o primeiro que declara extinta a escravidão e o segundo que revoga as disposições contrárias. A economia do texto desse dispositivo legal demonstra bem o desprezo das elites brasileiras aos escravizados e a maneira sórdida com que encerraram essa instituição, aliás, a mais duradoura da história do Brasil.

Dessa maneira, as elites econômicas brasileiras se livravam de responsabilidades para com os escravizados e seus descendentes, bem como o Estado brasileiro, com o advento da República, em 1889, adentrava na ordem capitalista e de modernização, desenvolvendo uma política de embranquecimento da sua cultura e de estigmatização racial a partir da cor da pele da população negra.

Tal política foi combatida pelos movimentos sociais negros da primeira metade do século XX, sobretudo em São Paulo, onde se exigia uma segunda abolição (Domingues, 2013; Fernandes, 2021). Com a instituição da Ditadura Militar (1964-1985), o ideário da democracia racial vai se fazer presente como política oficial do Brasil e o “13 de maio” se institui como data de celebração e de enaltecimento à Princesa Isabel e à suposta história pacífica entre as raças e povos que constituíram o país. Entretanto, um conjunto de coletivos negros e o Movimento Negro Unificado questionarão a interpretação redentora dessa data e exigirão o deslocamento para o vinte de novembro como dia a ser lembrado e debatido pela sociedade brasileira.

Então, é nessa conjuntura que o MNCG gestou a denúncia contra a farsa montada pelo governo brasileiro. Ao mesmo tempo, seguiu a agenda dos movimentos negros no Brasil, visto que a organização negra campinense apontou o 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra e do povo negro no país, como tão bem sintetizou a chamada da reportagem: “Negros preferem 20 de novembro”, do Diário da Borborema do dia 13 de maio

de 1988.

As gerações de homens e de mulheres negros(as) que fizeram esse combate nesse período da história de Campina Grande viviam sob o contexto de fim da ditadura militar e do processo de redemocratização. Aspectos que podem ser vistos como uma reafirmação da problemática racial no país, principalmente, numa conjuntura histórica permeada, por um lado, pelos horizontes de expectativas em torno da resistência contra a ordem política arbitrária vigente na época, e, por outro, pela aspiração de direitos para a gente negra na conjuntura da construção da Constituição de 1988.

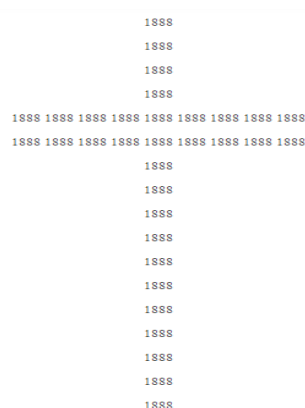
Releva destacar que as imagens de Zumbi e do Quilombo dos Palmares representavam experiências históricas de negação ao sistema escravocrata brasileiro. Dito de outra maneira, eram e são símbolos de luta e de resistência negra do passado, reivindicados pelos projetos de presente-futuro do movimento negro campinense no ano de 1988.

Dessa forma, trazer o vinte de novembro ao proscênio do debate público consistiu numa atividade educativa antirracista exercida através da luta pela memória. O MNCG levou o questionamento do 13 de maio para a sociedade de Campina Grande e, ao mesmo tempo, apontou para a necessidade de luta contra o racismo.

Essas bandeiras de lutas foram realizadas a partir de um conjunto de ações educativas e repletas de intencionalidades pedagógicas, quais fossem atos públicos, artigos de jornais, debates públicos, ciclo de debates com pesquisadores da história do negro no Brasil e da África. Assim, tentou-se colocar para a sociedade campinense que ela também possuía uma cultura negra, bem como foi constituído o início de uma cultura da Consciência Negra em Campina Grande.

Os(as) militantes negros(as) campinenses destacaram que o racismo também era um problema local; daí a necessidade de se recusar a celebração de uma data que instituiu uma cultura de negação de direitos e de dignidade humana aos negros brasileiros e campinenses. Nesse ínterim, o poeta campinense e militante negro Arnaldo Xavier¹⁵² publicou, em 1988, dois poemas visuais significativos:

¹⁵² Poeta e teatrólogo, Arnaldo França Xavier nasceu em Campina Grande, no ano de 1948. Morou na cidade por um tempo, mas logo migrou para São Paulo, onde fez sua carreira de escritor e de militante antirracista. Participou do I Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros, ocorrido em São Paulo, em 1985. Em 2004, o poeta Arnaldo Xavier veio a óbito. Na entrevista cedida, Josemir Camilo relatou que conheceu o bardo campinense. Recentemente, Jô Oliveira, primeira vereadora preta eleita na cidade de Campina Grande, a pedido do militante do Movimento Negro Jair Silva, instituiu a medalha de honra ao mérito Arnaldo Xavier, honraria cedida, anualmente, as pessoas de destaque da cultura afro-brasileira e da luta antirracista. Para mais informações: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/169-arnaldo-xavier>. Acesso em: 27 jul. 2024.



Esses dois poemas¹⁵³ fazem alusão ao centenário da abolição – 13 de maio de 1988. No primeiro (à esquerda), temos um caligrama em forma de crucifixo constituído pelo ano 1888, totalizando trinta e três repetições. Aqui, o poeta Arnaldo Xavier representa poeticamente o centenário da abolição pelo prisma do sacrifício e do sofrimento do povo negro brasileiro. A cruz e os trinta e três “1888” simbolizam o cristianismo, remetendo à imagem de Jesus Cristo, o messias dessa religião, que morreu crucificado aos 33 anos. Inclusive, o calendário adotado pelo Brasil é o cristão.

Com efeito, esse caligrama pode ser compreendido enquanto uma poderosa crítica aos cem anos da abolição, assim, 1888 em 1988 significou, antes de tudo, a dor, o luto e o sofrimento da população negra no país. Já o segundo poema representa uma corrente, formada a partir dos números 1 9 8 8. Prontamente, essa imagem pode ser interpretada como o ano da abolição (1888) à luz de cem anos (1988), significando um laço permanente de emparelamento do contingente da população negra brasileira aos direitos sociais e à cidadania. Daí o 1988 ser representado por uma corrente unitária e inquebrantável.

Dessa maneira, o poeta Arnaldo Xavier fez coro, através de sua poesia, à interpretação dos “cem anos da abolição sem abolição” realizada pelo movimento negro campinense, em razão de que o ano de 1988 representou um momento único para se protestar contra a farsa de se festejar essa data. Por sua vez, o projeto de abolição instituído pelo Estado brasileiro significou a permanência do processo de opressão, de exploração da população negra e do racismo que, mesmo no centenário de promulgação da Lei Áurea, continuava presente na

¹⁵³ Para mais reflexões e informações sobre esses dois poemas de Arnaldo Xavier e de sua poética, vale conferir o ensaio: “Transnegressão”, de Ronald Augusto. Disponível em: <https://poesia-pau.blogspot.com/2013/02/transnegressao.html>. Acesso em: 27 jul. 2024.

sociedade brasileira.

Desse mesmo modo, para o MNCG, tornou-se importante combater o racismo e o projeto de edificação do 13 de maio. Além disso, essas reivindicações provocadas pelo coletivo negro campinense indicavam a necessidade de reflexão acerca do fenômeno da negritude na cidade e da relevância de incluir na agenda do poder municipal a pauta racial, sobretudo na área da educação. E o Movimento Negro de Campina Grande atuou neste sentido durante o transcorrer do ano do centenário.

Já próximo ao final de 1988, dos cem anos da abolição sem abolição, o MNCG, juntamente com a Comissão Campinense do Centenário da Abolição, no dia vinte e seis de novembro de 1988, lançou a “Cartilha Centenário da Abolição: 1888-1988 – 100 anos de Libertação Fictícia”. Configurou-se, assim, o primeiro material didático antirracista e de educação para as relações étnico-raciais publicado em Campina Grande e, provavelmente, no estado da Paraíba.

3.4 – Cartilha do Centenário da Abolição, História da África, História do Negro no Brasil

Diante do advento da Ditadura Militar, Abdias do Nascimento, no final dos anos de 1960, exilou-se do Brasil para evitar um desfecho trágico diante desse sistema de poder arbitrário instalado no país. Morou nos Estados Unidos e na Nigéria, ministrou aulas em algumas universidades desses respectivos países. Na década de 1970, ele participou de importantes festivais internacionais ligados à cultura negra.

No Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas, realizado em Lagos, na Nigéria, em 1977, Abdias Nascimento¹⁵⁴ enviou a proposta de ensaio: *Racial Democracy in Brazil: Myth or Reality* para ser apresentado, mas tal texto não foi aceito pelos organizadores. Algo sem justificativa, uma vez que ele fora convidado para participar de tal encontro.

Com presteza, Abdias escreveu uma carta aberta aos realizadores do evento solicitando uma explicação pela não aceitação de seu ensaio. Nenhuma resposta foi dada ao militante negro. Contudo, rapidamente se descobriu que pressões diplomáticas de representantes do governo brasileiro atuaram para evitar que Abdias defendesse a sua tese central: a de que a democracia racial no Brasil era, na verdade, uma mentira e o que existia era um processo de genocídio contra o negro brasileiro.

¹⁵⁴ Abdias Nascimento era o termo que o autor queria que fosse citado (Nascimento, 2016).

Abdias Nascimento atacou, em âmbito internacional, uma das principais bandeiras ideológicas da Ditadura Militar: “a democracia racial brasileira”. No entanto, seu texto fora mimeografado e distribuído aos participantes do referido festival e depois publicado em livro (1978), com o título “O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado”.

Mesmo diante de toda repressão, as denúncias de Abdias Nascimento foram divulgadas neste evento cultural de 1977, na Nigéria, diante de várias representações de países com forte presença negra em suas culturas, assim o problema racial brasileiro foi exposto externamente. Como sintetizado pelo notável militante: “... à abolição legal da questão negra através da Lei de Segurança Nacional e da omissão censitária – manipulando todos esses métodos e recursos – a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro” (Nascimento, 2016, p. 111).

Abdias Nascimento, na conclusão de seu texto, recomendou algumas ações para o Estado brasileiro no campo da cultura, arte, ciência, tecnologia e educação. Esse eminente ativista antirracista apontou muitas reivindicações ao governo brasileiro, que também eram parte das agendas dos coletivos negros brasileiros da época, entre elas, destacaram-se: a inclusão dos quesitos de raça ou etnia em todos os futuros censos demográficos (retirado pelos militares em 1970) e que os dados fossem de domínio público; o estudo e adoção de políticas compensatórias aos afro-brasileiros pelos séculos de escravização e exclusão social e econômica; a restituição de obras de arte e artefatos religiosos da cultura afro-brasileira que se localizam em instituições policiais e psiquiátricas, ao tempo que se exigia a constituição de museus referentes à cultura negra; entre outras demandas (Nascimento, 2016). Na esfera educacional, Abdias sinalizou:

4. Esse colóquio recomenda que o governo brasileiro inclua um ativo e compulsório currículo sobre a história e as culturas dos povos africanos, tanto aqueles do continente como os da diáspora; tal currículo deve abranger todos os níveis do sistema educativo; elementar, médio e superior. 5. Este colóquio recomenda que o governo brasileiro tome medidas ativas para promover o ensino e o uso prático de línguas africanas, especialmente ki-swahili e iorubá; o mesmo em relação aos sistemas religiosos africanos e seus fundamentos artísticos; que o dito governo promova válidos programas de intercâmbio cultural com as nações africanas. (Nascimento, 2016, p. 172-173)

Dessa forma, Abdias Nascimento (2016) apontava, já na década de 1970, a necessidade da inclusão efetiva da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo, questão que, no âmbito nacional, só será sinalizada efetivamente no primeiro decênio do

século XXI. Ainda com relação ao tema educacional, Abdias (2016) acentuou que não existia o ensino da História africana e dos povos africanos em nenhum dos graus de ensino do sistema educacional brasileiro e, nos poucos momentos que eram mencionados, serviam para legitimar o neocolonialismo e o padrão eurocêntrico do saber (Nascimento, 2016).

Abdias Nascimento e os militantes negros brasileiros da década de 1970 viveram num contexto de ditadura militar que tinha no sistema educacional um dos seus espaços de divulgação ideológica e de projeto de nação. Em vista disso, o modelo educativo implementado pelos militares visava à formação de indivíduos atentos às regras hierárquicas da sociedade, com o espírito nacionalista e de obediência à ordem.

Nessa conjuntura, configurou-se um ensino de história marcado pela ideia de transmissão do conteúdo vinculado à história tradicional, que destacava os feitos dos heróis nacionais e das datas redentoras como vias de memorização e celebração da unidade nacional. Dados que foram intensificados com a reforma do ensino de 1971, na qual as disciplinas de História e de Geografia acabaram diluídas na disciplina de Estudos Sociais. Sob a Ditadura Militar, a pedagogia tecnicista se tornou o modelo hegemônico implementado em todos os graus de ensino (Saviani, 2021).

Nesse diapasão, o sistema educacional brasileiro reafirmou, no currículo, a visão eurocêntrica de mundo e a defesa da ideia de harmonia racial no processo formativo da nação. Contrapondo-se a essa estrutura educacional racista de negação da história e cultura afro-brasileira e dos africanos, o Movimento Negro Unificado, já no início da década de 1980, exigiu do Estado brasileiro a inclusão do conteúdo da história do negro no Brasil. Logo, em 1982, no III Congresso do MNU, ocorrido em Belo Horizonte, foi apresentado um Programa de Ação com um conjunto de reivindicações a serem realizadas, entre tantas, avultaram-se: a luta contra o mito da democracia racial; o combate para transformar o movimento negro numa entidade de massa; o enfrentamento à violência policial; a inserção das demandas do povo negro nas estruturas partidárias e sindicais; a busca por apoio internacional na luta contra o racismo, dentre outros (Domingues, 2007).

Nesse espaço, a educação também se fez presente no Programa de Ação e nas reflexões do III Congresso do MNU. Desse modo, a luta por educação se constituiu como eixo principal da pauta do movimento negro brasileiro, pois para tal coletivo social a educação era via incontornável para o processo de formação da consciência negra. Aspecto que pode ser lido em duas dimensões: a primeira, refere-se à necessidade de recuperação da história do povo negro e de sua cultura como via para expressar a sua importância e a sua

presença na sociedade brasileira, enquanto aspectos positivos e de orgulho da raça negra; a segunda, configura-se na perspectiva de demonstrar a violência a qual foi submetido o povo negro no decorrer da história e do reconhecimento da existência do racismo como realidade a ser combatida e permanentemente enfrentada no presente/futuro.

Portanto, a educação reivindicada pelas organizações negras brasileiras, da segunda metade do século XX, pode ser vista em diálogo com alguns dos pressupostos educacionais postos por Paulo Freire (1996), da educação como instrumento político de transformação das pessoas e, por conseguinte, da sociedade. Compreendendo-a como rota para a busca pela libertação e emancipação permanente do indivíduo.

Assim dizendo, para o Movimento Negro, a luta contra o racismo tinha (tem) na prática educativa uma via necessária para o combate ao racismo e a emancipação do povo negro brasileiro. Nesse aspecto, vale conferir parte considerável do texto elaborado no III Congresso do MNU de 1982, que estará presente em muitas das bandeiras de lutas do MNCG:

O processo de alienação da criança brasileira se faz sobretudo através da escola, onde se dá o reforço de uma conjuntura de idéias elitistas que distorce os valores culturais e nega a participação *dos oprimidos* no processo histórico brasileiro. Ora, um povo que não sabe do seu passado, *um povo sem história não pode visualizar os caminhos a empreender ao seu futuro* [...] portanto, devemos lutar pela *transformação não só da estrutura, como dos conteúdos do sistema educacional brasileiro*, exigindo a *colocação, no mesmo nível da história Européia, a história da África, assim como a ênfase sobre a participação do Negro e do índio na formação sócio cultural do Brasil*. Cabe ao MNU denunciar e combater a publicação de livros didáticos para crianças e adolescentes com conteúdos racistas [...] Efetuar debates e atividades didáticas anti-racistas e anti-clássicas com a criança e o adolescente negro, na periferia, favelas, alagados, etc, visando despertar sua consciência negra e crítica para a história do Negro no Brasil, na África e para a luta dos oprimidos [...] Contra a discriminação racial nas escolas. Por melhores condições de ensino aos Negros. *Pela reavaliação dos Negros na História do Brasil. Pela participação dos Negros na elaboração dos currículos escolares em todo os níveis e órgãos culturais. Pela inclusão da disciplina História da África nos currículos escolares. Por um ensino voltado para os valores e interesses do povo Negro e de todos os oprimidos. Por mais bolsas de estudos. Pela criação de escolas técnicas municipais profissionalizantes. Pelo ensino público gratuito em todos os níveis*¹⁵⁵.

Nesse documento, se localizam várias resoluções interessantes para se refletir a luta por e na educação do movimento negro brasileiro, na década de 1980, que acompanham, de alguma maneira, algumas concepções críticas educacionais da época, especialmente a

¹⁵⁵ Programa de Ação, discutido e aprovado no III Congresso Nacional do MNU, Belo Horizonte, abril de 1982, mimeo *apud* Santos, 2014, p. 98-99, grifo nosso.

freiriana. Mesmo que tal influência não seja mencionada diretamente, termos e ideias gerais possibilitam essa interpretação. Esses dados ficam bem evidentes nos usos do vocábulo “oprimido” e da ideia de que a educação deve servir ao explorado no seu processo de construção de autonomia e de confrontação às estruturas opressoras.

Para além desse recorte, fica evidente, como posto por Petrônio Domingues (2007, 2013), que o movimento negro brasileiro contemporâneo centralizou suas energias na exigência pelo espaço do currículo escolar, notadamente na luta pelo conteúdo do ensino a ser efetivado. Outras pautas educativas foram levantadas pelas organizações negras dessa época, tais como: bolsas de estudos para alunos(as) negros(as), retirada de livros didáticos com teor racista, maior acesso dos alunos negros ao ensino de primeiro e segundo grau, entre outras tantas reivindicações. Todavia, nesse momento se sobressai a exigência do ensino da história do negro no Brasil e na África.

Nessa conjuntura, Abdias Nascimento, logo quando tomou posse como deputado federal (PDT-RJ – 1983-1987), elaborou vários projetos de leis antirracistas no Congresso, como leis compensatórias para negros, construção da estátua do escravizado desconhecido (em Brasília), reconhecimento do racismo como crime de lesa-humanidade, a data do vinte de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra (feriado nacional), rompimento diplomático com a África do Sul diante da existência do regime do Apartheid, entre outras propostas que igualmente não foram aprovadas e nem se tornaram leis.

Mas, entre os dispositivos legais propostos pelo mais notável militante negro brasileiro, destaca-se a propositura da Lei nº 1.332, de 1983, que dispõe acerca de ação compensatória visando à implementação do princípio da isonomia social do negro em relação aos demais segmentos étnicos do povo brasileiro (Nascimento, 1983). No artigo 8º da Lei 1.332/1983, postula-se que o Ministério da Educação, bem como as secretarias estaduais e municipais, em parceria com representantes de organizações negras e pesquisadores negros comprovadamente atuantes no assunto, analisarão e implementarão mudanças nos currículos escolares e acadêmicos em todos os níveis no sentido de:

I - Incorporar ao conteúdo dos cursos de História Brasileira o ensino das contribuições positivas dos africanos e seus descendentes à civilização brasileira, sua resistência contra a escravidão, sua organização e ação (a nível social, econômica e político) através dos quilombos, sua luta contra o racismo no período pós-abolição; II - Incorporar ao conteúdo dos cursos sobre História Geral o ensino das contribuições positivas das civilizações africanas, particularmente seus avanços tecnológicos e culturais antes da invasão européia do continente africano; III - Incorporar ao conteúdo dos cursos optativos de estudos religiosos o ensino dos conceitos espirituais,

filosóficos e epistemológicos das religiões de origem africana (candomblé, umbanda, macumba, xangô, tambor de minas, batuque, etc.); IV - *Eliminar de todos os currículos referências ao africano como “um povo apto para a escravidão”, “submisso” e outras qualificações pejorativas*; V - *Eliminar a utilização de cartilhas ou livros escolares que apresentem o negro de forma preconceituosa ou estereotipada*; VI - Incorporar Material de ensino primário e secundário a apresentação gráfica da família negra de maneira que a criança negra venha a se ver, a si mesma e à sua família, retratadas de maneira igualmente positiva àquela em que se vê retratada a criança branca; VII - Agregar ao ensino das línguas estrangeiras européias, em todos os níveis em que estas são ensinadas, o ensino de línguas africanas (yoruba ou Kriwahili) em regime opcional; VIII - Incentivar e apoiar a criação de Departamentos, Centro ou Instituto de Estudos e/ou Pesquisas Africanos e Afro-Brasileiros, como parte integral e normal da estrutura universitária, particularmente nas universidades federais e estaduais. § 1º As modificações de currículo aplicar-se-ão, obrigatoriamente, tanto no ensino público quanto no ensino particular, em todos os níveis. (Nascimento, 1983, grifo nosso)

Tal proposta passará por muitas comissões e, finalmente, será arquivada no ano de 1989, isso sem ter passado por votação no Congresso. Porém, esse documento construído por Abdias Nascimento sintetizou os valores da luta por e na educação do movimento negro brasileiro dessa época. Efetivamente, a inclusão, no currículo escolar e acadêmico, da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana se configurou como o cerne da pauta educacional, bem como a necessidade de participação das entidades negras nesse processo.

Por seu turno, ao levarem ao público a temática racial e a problemática da existência do racismo, os movimentos negros e seus militantes estavam educando o poder público e a sociedade, portanto, chamando a atenção para que se considerasse a agenda negra na política pública educacional. No ano de 1986, entre os dias 26 e 27 de agosto, ocorreu a “Convenção Nacional do Negro e a Constituinte”, em Brasília.

Esse evento contou com a presença de mais de cem representantes e mais de sessenta organizações negras de dezesseis estados brasileiros. Ao final do encontro foi elaborado um conjunto de várias reivindicações aos partidos políticos brasileiros, tendo como horizonte a construção da Constituição (1987-1988). Entre tantas solicitações, a educação esteve presente, como relatou Edson Cardoso na ocasião: “vamos tentar modificar a estrutura de ensino, incluindo nos currículos escolares a História do negro no Brasil, a História da África, iniciando assim uma conscientização a partir da infância” (Correio Braziliense, domingo, 2 de novembro de 1986).

Em fevereiro de 1987, foi formada a “Assembleia Nacional Constituinte” que se encerrou em outubro de 1988 com a aprovação da Constituição Nacional. Nessa ocasião, em 7 de abril de 1987, formou-se a “Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas

Deficientes e Minorias” para tratar de direitos e de leis a serem levados à apreciação no Congresso Nacional na implantação da Constituição de 1988. Para tanto, houve audiências públicas e debates com convidados(as) para a escolha dos representantes parlamentares dessa subcomissão. Destaca-se, aqui, a participação de Lélia Gonzalez e Helena Teodoro no debate dedicado ao negro e ao racismo no Brasil, em maio de 1987 (Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, 1987).

No parecer final, no tocante ao negro, na dimensão da educação, foi aprovada a proposta de anteprojeto. Nesse relatório, aponta-se que a educação dará destaque a igualdade dos sexos, à luta contra o racismo e todas as formas de discriminação, afirmando as “características multiculturais e pluriétnicas do povo brasileiro; o ensino de História das Populações Negras do Brasil será obrigatório em todos os níveis da educação brasileira” (Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, 1987, p. 11).

Também durante a década de 1980, vários encontros regionais do Movimento Negro foram realizados em diversas partes do Brasil. Na região Nordeste e Norte tivemos: 1º Encontro Norte-Nordeste, João Pessoa/PB (1981); 2º Encontro Norte-Nordeste, Recife/PE (1982); 3º Encontro Norte-Nordeste, São Luís/MA (1983); 4º Encontro Norte-Nordeste, Maceió/AL (1984); 5º Encontro Norte-Nordeste, Salvador/BA (1985); 6º Encontro Norte-Nordeste, Aracaju/SE (1986); 7º Encontro Norte-Nordeste, Belém/PA (1987); 8º Encontro Norte-Nordeste, Recife/PE (1988); 9º Encontro Norte-Nordeste, Salvador/BA (1989)¹⁵⁶.

Em todos esses encontros, o tema da educação esteve em pauta. Destaque para o VIII Encontro de Negros do Norte e Nordeste, ocorrido de 29 a 31 de julho do ano de 1988, que teve como tema central “O Negro e a Educação”. Alguns militantes do Movimento de João Pessoa e de Campina Grande estiveram presentes nesse encontro. Do MNCG, Josemir Camilo e Jussara Natália participaram desse evento. Alguns temas foram debatidos nesse seminário, a saber: Educação colonizada x Educação para a liberdade; O negro e a evasão escolar; O processo psicopedagógico e seus efeitos sobre o afro-brasileiro; O papel do professor na descolonização do ensino; A participação afro-brasileira na rede educacional; Aprendizagem pela prática cultural; Experiência de autoaprendizagem em comunidades negras; O racismo no livro didático; A literatura infantil; *Introdução da História da África e do Afro-brasileiro nos*

¹⁵⁶ 10º Encontro Norte-Nordeste, Manaus/AM (1990); 1º Encontro Sul-Sudeste, Rio de Janeiro/RJ (1987); 2º Encontro Sul-Sudeste, São Paulo/SP (1989); 3º Encontro Sul-Sudeste, Vitória/ES (1990); 1º Encontro Centro-Oeste, Campo Grande/MT (1988); 2º Encontro Centro-Oeste, Brasília/DF (1989).

currículos escolares; Introdução da língua africana no currículo escolar; Sobrevivências linguísticas africanas no vocabulário regional e a Participação do Movimento Negro na formação de Núcleos afro-brasileiros nas instituições de ensino (Flores, 2023, grifo nosso)

Assim sendo, a pauta educacional também se fez presente na agenda de atuação do Movimento Negro de Campina Grande, que seguiu, à sua maneira, uma forte tendência existente nas ações de centenas de organizações negras espalhadas por várias partes do país. O MNCG era composto, em sua maioria, por estudantes universitários e professores. Inclusive, todas as principais lideranças desse coletivo negro foram e são educadores.

Desse modo, no ano dos cem anos da Lei Áurea, pelas mãos de Josemir Camilo e Wanda Chase, foi construída a cartilha “Centenário da Abolição – 1888-1988: 100 Anos de Libertação Fictícia”. Esse documento educativo foi disponibilizado pela “Comissão Campinense do Centenário da Abolição”, e mesmo não estando mencionado na cartilha, cabe demarcar que foram Josemir Camilo e Wanda Chase os responsáveis pela parte editorial, organização dos textos, escolha dos(as) autores(as) convidados(as) e texto de apresentação. O militante Benedito Antonio Luciano, nas suas contribuições, destaca que este documento foi uma das ações mais importantes do MNCG:

Uma das primeiras, e mais, que eu reputo mais importante, foi quando nós participamos da organização do Centenário da Abolição da Escravatura. Então, nós articulamos juntos à prefeitura, à secretária da educação da prefeitura, e, com *participação especial do professor Camilo*, junto com seus colaboradores [...] elaborou-se uma cartilha, chamada Cartilha do Centenário da Abolição. Essa cartilha foi editada com o apoio do Ministério da Cultura, do governo federal, e o apoio da prefeitura municipal de Campina Grande. Essa cartilha foi distribuída nas escolas, e isso foi um ato que eu achei concreto - *Um ato educativo. Educativo. Voltado pra educação. Uma cartilha, muito boa essa cartilha. É... também nós não ficamos só apenas na questão da cartilha, isso foi importantíssimo*, lá, no caminho da educação, e nós passamos a atuar e atuamos firmemente, *dando palestra em escolas públicas e privadas, é...e... também com algumas entrevistas, debates, mesa redondas, na televisão [...] algumas delas no ao vivo, no debate...*, uns gravados e outras ao vivo. (Luciano, B. A., 2022, p. 6, grifo nosso)

Essas imagens compartilhadas por Benedito são significativas. Num primeiro plano, ele afirma a importância das atividades referentes aos cem anos da abolição e da cartilha na história do MNCG. Por outro lado, reiteramos nossa constatação de que Josemir Camilo foi o principal mentor da estrutura desse documento. Camilo, na época, era um historiador interessado na temática dos estudos da história do negro em Campina Grande. Inclusive, essas questões já vinham sendo trabalhadas por ele em artigos de jornais desde o final da década de 1970. Outrossim, Benedito (2022) realça a dimensão educativa da cartilha e das ações do

MNCG, no ano de 1988, que conseguiu ocupar importantes espaços na mídia local, assim como ministraram várias palestras em escolas públicas e privadas da cidade.

Com efeito, a dimensão educacional esteve corrente nas múltiplas ações construídas pelos militantes do Movimento Negro de Campina Grande nos primeiros anos de sua atuação e tal tônica permanecerá no decorrer dos anos. Para Josemir Camilo, a Cartilha teve uma proposta pedagógica antirracista:

Eu acho que é um material pedagógico [...] a gente não sabia nem como ia manusear isso, mas que cada entidade dessa ia se incorporar e pegar uma parcela dessas cartilhas, e ir trabalhar com elas, quer dizer, distribuir, dar palestras, coisa e tal. Mas, no início, a ideia era essa, era pra ser um *instrumento pedagógico da consciência negra*. Da pessoa ter a historicidade, dos movimentos, verificar que o protagonismo étnico e poesia que a gente colocava aí, ou seja, isso foi discutido com Wanda Chase e outras pessoas e quando ficou pronta [...] não sei quantos exemplares a gente entregou, se entregou quinhentos cartilhas, não sei. (Melo, J. C., 2022, p. 6, grifo nosso)

Assim sendo, Josemir Camilo (2022), assim como Benedito Luciano (2022), reforça o papel educativo da Cartilha do Centenário da Abolição. Para Camilo (2022), este documento foi pensado enquanto um instrumento pedagógico para a Consciência Negra em Campina Grande, para que a população campinense e as instituições públicas e privadas da cidade reconhecessem a presença negra na sua constituição do passado e do presente.

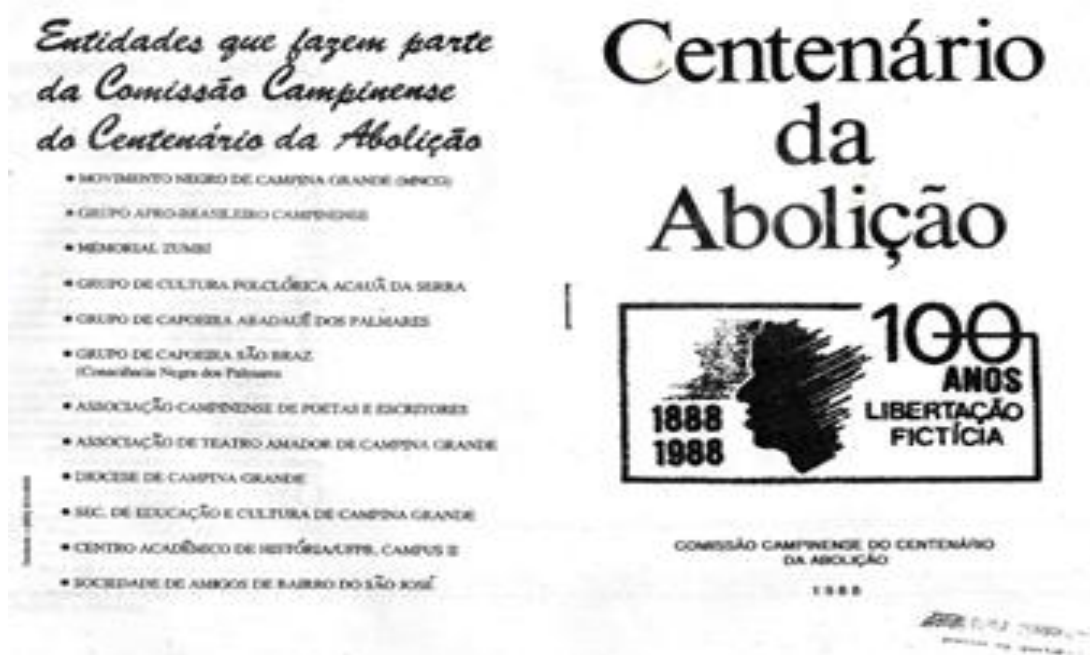
Vale frisar o pouco destaque dado à Cartilha do Centenário da Abolição nos estudos realizados sobre o MNCG (Farias, 2001; Silva, 2014, 2018; Ferreira, 2009; Ribeiro, 2014; Sales, 2021). Mesmo reconhecendo que essas pesquisas não tiveram o ano de 1988 como eixo principal de análise, esta cartilha merece um olhar mais atento, especialmente no que se refere às possibilidades pedagógicas presentes nela.

Nos estudos analisados (Farias, 2001; Silva, 2014, 2018; Ferreira, 2009; Ribeiro, 2014; Sales, 2021), têm-se poucas informações acerca do documento, seus objetivos e sua presença no ano de 1988, em Campina Grande. Mônica Ribeiro (2014) e Ferreira (2009) são os que deram mais destaque a esse texto, mesmo assim, de maneira aligeirada, com poucos parágrafos a respeito de tal documento educativo. Contudo, nessas pesquisas não existe uma apresentação formal desse documento, a saber: como ele está estruturado e dividido? De que trata cada parte contida nele? Além de outras informações que não foram abordadas. Desse modo, essa cartilha necessita de mais estudos e reflexões, visto a sua importância no processo de estabelecimento do Movimento Negro de Campina Grande educador (Gomes, 2017).

Dessarte, no dia vinte e quatro de novembro do ano de 1988, quinta-feira, quatro dias

depois do vinte de novembro (Dia da Consciência Negra), às vinte horas, no Museu de Artes Assis Chateaubriand, foi lançada a cartilha: “Centenário da Abolição – 100 anos de Libertação fictícia 1888-1988”. Este evento foi acompanhado da apresentação do Grupo de Capoeira Abadauê dos Palmares, pela Banda Afro Consciência Negra e pelo Grupo de Cultura Folclórica Acauã da Serra. Ainda nesta noite de lançamento, foi distribuída uma nota pública sobre o 20 de novembro e exibido o vídeo “Ouvi o Clamor deste Povo”, documentário elaborado pela Pastoral Negra da Arquidiocese de João Pessoa, entre outras atrações (Jornal da Paraíba, quinta-feira, 24 de novembro de 1988). Eis a primeira folha da cartilha:

Figura 8 – Capa da Cartilha do Centenário da Abolição: 1888-1988 – 100 anos Libertação Fictícia



Fonte: SEDHIR UFCG

Consta-se no início do documento acima, a capa e as entidades que compõem a Comissão Campinense do Centenário da Abolição e que foram responsáveis pela confecção desse material. Na imagem da capa, temos um logotipo que traz um rosto negro de perfil localizado mais ao centro de um retângulo, com alguns informes em ambos os lados: à esquerda, tem-se o recorte temporal 1888-1988; e, à direita, “100 anos de Libertação Fictícia”. Tal composição de enquadramento reforça a ideia de emparedamento do povo negro no centenário da abolição – de uma liberdade falsa, pois as marcas de violência do passado (1888) estavam impregnadas no presente (1988).

O texto foi publicado em novembro de 1988, mas a parte inicial – “Nota à

comunidade”, “Projeto: reflexões e eventos no centenário da abolição da escravatura”, “Objetivos” e “Ações” – refere-se ao conjunto de ações e planos elaborados pela Comissão Campinense do Centenário da Abolição no início do ano. A cartilha inicia com o texto “Nota à Comunidade”, que foi usado em outras ações do MNCG. Esse texto é bem curtinho (quatro parágrafos) e bem didático; denota-se nele uma intenção de informar detalhadamente quais os objetivos da CCCA¹⁵⁷.

Esta “nota à comunidade” reflete que o treze de maio como data comemorativa é um engodo a ser combatido, do mesmo modo, que o fim do escravismo não acabou com a escravidão do povo negro, pois os índices de desigualdades sociais e econômicas recaíam de maneira brutal sob o contingente negro da população brasileira. Ainda no texto, se encontra um protesto contra o projeto do governo de José Sarney que tornou feriado o treze de maio daquele ano e uma notificação aos campinenses sobre a existência do racismo na recente música junina “Galeguim do zoi azul”, de Genival Lacerda.

O texto se encerra afirmando ser necessário negar as comemorações do 13 de maio e reafirma “o 20 de novembro como *data magna* da NEGRITUDE, por lembrar a morte de ZUMBI DOS PALMARES, símbolo máximo da luta pela libertação dos negros no Brasil. RACISMO É CRIME INAFIANÇÁVEL. ABAIXO A DISCRIMINAÇÃO”. (Comissão Campinense do Centenário da Abolição, 1988, p. 3, grifo nosso).

Essa nota tem uma intencionalidade pedagógica bem explícita, foi escrita de maneira bem objetiva e de fácil compreensão, a ideia era convencer o maior número de pessoas em Campina Grande. As principais mensagens contidas são de que existe uma data para o povo campinense – o 20 de novembro – e que o racismo existe e é preciso combatê-lo de maneira contínua.

O segundo texto da Cartilha, intitulado “Reflexões e eventos no centenário da abolição da escravatura – Introdução e Justificativa”, trata-se de uma narrativa de quatro parágrafos na qual Josemir Camilo, a autoria é dele, embora não esteja nomeado o seu nome, apresenta a justificativa das atividades do “Centenário da abolição da escravatura” (em caixa alta no documento) em Campina Grande. Boa parte desse texto foi o que ele encaminhou para o Ministério da Cultura.

Aqui, temos o levantamento de informações históricas apontando para as conexões da participação do povo negro no processo de formação da cidade de Campina Grande. Existe a informação de que “a presença do NEGRO nesta cidade decorreu principalmente do

¹⁵⁷ Sigla que será usada para designar a “Comissão Campinense do Centenário da Abolição” – CCCA.

crescimento da produção algodoeira da segunda metade do século XIX” (Comissão Campinense do Centenário da Abolição, 1988, p. 4). Em seguida, a justificativa traz um conjunto de revoltas sociais – o Ronco da Abelha (1852), o Levante dos Escravos (1873) e o Movimento de Quebra-Quilos (1874) – ocorridas em Campina na época da escravidão e defende a necessidade de compreendê-las, de maneira mais profunda e conectadas com as tensões políticas e econômicas existentes nas relações entre senhores e escravizados.

No último parágrafo, o texto indica que se torna justo repensar a negritude campinense a partir dos dados do censo de 1980, pois essas informações não refletiam o número real da população negra da cidade. Segundo o IBGE (1980), seriam cerca de 8000 negros residentes em Campina. Um número bem pequeno. Já na parte de encerramento da introdução, indica-se que: “Torna-se mister, pois, *revisar a história local através de uma ótica crítica, sob as luzes da ideologia da negritude, afim de recuperar a cultura e a dignidade do cidadão negro, bem como fornecer condições para sua organização na luta por seus direitos*” (Comissão Campinense do Centenário da Abolição, 1988, p. 4, grifo nosso).

Dessa maneira, essa justificativa se constituiu como uma tentativa de partilhar publicamente a reflexão de que Campina Grande também era um município vinculado a um passado de escravidão e a uma cultura de negritude que fazia parte do seu processo formativo. Com efeito, recuperar e olhar criticamente para a história de Campina Grande sob o ângulo da contribuição cultural do negro era necessário para pavimentar a luta no presente/futuro da militância negra no final dos anos de 1980.

Posteriormente, na cartilha, temos a parte dedicada aos objetivos e às ações planejadas pela Comissão Campinense do Centenário da Abolição para o ano de 1988. No primeiro item, apresenta-se que o objetivo geral – leia-se também principal – da cartilha e das atividades voltadas ao centenário da abolição era proporcionar ações coletivas ou individuais que recuperassem “*a verdade histórica do NEGRO*” (Comissão Campinense do Centenário da Abolição, 1988, p. 5, grifo nosso).

Em vista disso, essa imagem sintetiza o eixo central das ações realizadas pelos militantes do MNCG, durante o final do ano de 1986 e no transcurso dos anos de 1987 e 1988, ou seja, trazer ao proscênio do debate público, na cidade de Campina Grande, a história e a cultura do negro campinense a partir do protagonismo das lutas do passado à luz dos projetos de presente/futuro. Sobretudo, numa sociedade que estava saindo da Ditadura Militar e construindo novos contratos sociais, tendo como marco a nova Constituição de 1988. Dessa forma, a via educacional e a luta pela memória digna do negro se constituíram como

bandeiras imprescindíveis nesse processo de cem anos da abolição.

Já os objetivos específicos postularam-se em cinco, a saber: pesquisar a contribuição do negro no processo formativo do Brasil e de Campina Grande; resgatar na memória da comunidade brasileira e campinense os heróis excluídos pela memória oficial e ideologia dominante; comprovar a presença decisiva do negro nos aspectos políticos, econômicos, culturais e educacionais; desmitificar o 13 de maio como data festiva; e, por último, divulgar o 20 de novembro como data magna da negritude brasileira e campinense (Comissão Campinense do Centenário da Abolição, 1988).

Compreende-se, a partir dos objetivos principal e específicos, que a dimensão da educação, pela via do ensino da história e da luta pela memória, foi o aspecto delineador da Cartilha e das atividades da Comissão Campinense. Esses aspectos atravessam e conectam todos os pontos específicos propostos no texto em análise, dito com outras palavras, a luta pelo ensino da história e da cultura do negro no currículo se tornou o eixo estrutural da Cartilha do Centenário da Abolição.

Continuando a exegese desse documento, após os objetivos específicos, estão apresentadas as ações planejadas pela CCCA para o ano de 1988, foram dezessete ao total. Dessas proposituras, algumas conseguiram ser efetivadas, outras parcialmente e umas não. As ações propostas se deram da seguinte maneira: criação do Centro de Cultura Afro-brasileira; análise de textos, bem como produção de textos verbais e não verbais em Língua Portuguesa, Estudos Sociais e História, na rede oficial e particular da cidade; realização de três ciclos de palestras sobre o NEGRO¹⁵⁸; concurso de textos de teatro, de literatura e cartazes, cuja premiação corresponderá respectivamente à montagem do texto dramático, publicação do texto literário e divulgação do cartaz-tema, incluindo outdoor; apresentações de grupos de capoeira; elaboração de uma cartilha constituída de três números; mostra de filmes e vídeos em relação ao Negro; realização de dois atos públicos; instalação de uma barraca de cultura afro-brasileira, no Parque do Povo, durante os festejos juninos; palestra acerca do Teatro Experimental do Negro; realização do I Festival de Música Afro-brasileira; mostra de fotos da Negritude; realização da Noite da Negritude; criação do logotipo do Centenário, a nível local; recital de poetas negros e exposição de artes plásticas de artistas negros (Comissão Campinense do Centenário da Abolição, 1988, p. 5).

Quando a cartilha foi publicada, no mês de novembro de 1988, constata-se que muitas

¹⁵⁸ No projeto original da Comissão Campinense do Centenário da Abolição, a proposta era trazer Lélia Gonzalez, Joel Rufino, Deputada Benedita da Silva, entre outras personalidades da luta antirracista no Brasil.

ações planejadas pela CCCA não ocorreram e algumas foram realizadas parcialmente. Nesse sentido, destacamos que o Centro de Cultura Afro-brasileira, a instalação de uma barraca com a temática negra no Parque do Povo; análise de material didático de algumas disciplinas da rede pública e privada de ensino; o Festival de Música Afro-brasileira, a exposição fotográfica da negritude e o recital de poetas e artistas plásticos negros não chegaram a ser realizados em 1988.

Por sua vez, algumas ações aconteceram efetivamente e outras, parcialmente. No que lhe concerne, houve apresentações de grupos de capoeira que sempre participaram de atividades promovidas tanto pela Comissão do Centenário Campinense da Abolição quanto pelo MNCG, embora não tenha existido um evento específico de maior abrangência em torno da arte/dança/luta da Capoeira. Também foi realizado o I Ciclo de debate sobre o Negro, em março de 1988 – a proposta inicial era três encontros durante esse ano, mas somente um foi realizado. Apesar disso, o MNCG construiu vários debates em escolas e na mídia campinense voltados às questões raciais e ao negro no Brasil. Do mesmo modo, foi concretizado ainda um grande ato público, no dia treze de maio de 1988, na Praça da Bandeira, assim como outros eventos importantes, tais como a apresentação do Olodum no Parque do Povo (maio) e o lançamento da Cartilha Centenário da Abolição – 1888-1988: 100 Anos de Libertação Fictícia (novembro).

Ainda no tocante a essas perspectivas, foi criado o logotipo do centenário (constituído de um rosto negro de perfil numa linha em retângulo e ao lado o texto “100 anos Libertação Fictícia” – e à frente dessa face existe o recorte temporal de cem anos: 1888-1988)¹⁵⁹, que foi utilizado na cartilha e em outros documentos da CCCA. Mostra de filmes e uma palestra acerca do Teatro Experimental do Negro foram efetivados durante o ano de 1988, assim como o concurso literário.

Neste último caso, a seleção foi intitulada “O NEGRO NA LITERATURA E A LITERATURA NEGRA – Poesia, Cordel, Conto, Monografia”¹⁶⁰, sob a coordenação da Associação Campinense de Poetas e Escritores e da Comissão Campinense do Centenário da Abolição¹⁶¹. Neste concurso, os textos vencedores nas categorias disponíveis teriam direito à publicação impressa, sendo que ficariam divididos entre o(a) autor(a) e a Associação Campinense de Escritores. Além disso, receberiam um certificado e a premiação em

¹⁵⁹ Disponível na imagem presente na página 207.

¹⁶⁰ Folder em anexo.

¹⁶¹ Promoção semelhante ocorreu em João Pessoa, no “Prêmio Zumbi de redação”, para estudantes do 1º e 2º graus da capital paraibana, no ano de 1988. Essa ação foi organizada pelo Movimento Negro de João Pessoa/ SECETUR/SEDEC/Sead/UFPB/Arquidiocese.

novembro de 1988, mas o resultado já seria divulgado em setembro do mesmo ano. Porém, esse concurso não teve o número suficiente de inscritos e a premiação não foi efetivada. Mesmo assim, conseguimos localizar o poema “Mãe Negra”¹⁶² que foi feito para essa seleção, escrito pelo militante negro José Cristovão de Andrade, que na época era estudante do curso de Ciências Sociais, do Campus II da UFPB.

No que se refere à cartilha, inicialmente a intenção da CCCA era produzir três números, mas, ao final, apenas uma edição foi publicada. Dessa maneira, as ações sinalizadas na cartilha e gestadas pela Comissão Campinense do Centenário da Abolição foram de grande relevância no processo de socialização da problemática racial em Campina Grande. E, mesmo que muitas dessas ações não tenham sido concretizadas, tais intenções se demonstraram importantes no processo da constituição de uma cultura de Consciência Negra na cidade. Dois exemplos são bem emblemáticos nesse sentido, a saber: tentar garantir do poder público a construção de um centro para a cultura negra e a publicação de livros e textos literários negros. Trata-se de percepções argutas em torno da valorização da cultura negra campinense. A formação de um espaço de memória e a circulação de textos literários se configuram como dimensões de reconhecimento da história e da cultura afro-campinense, assim como se apontava para o processo de sedimentação da questão racial presente na cidade.

Por seu turno, as ações concretizadas pelo MNCG e CCCA, igualmente, estabeleceram experiências até então nunca realizadas na cidade, nem mesmo pelas universidades e pelo sistema educacional local. Os atos públicos promovidos em protesto ao treze de maio e em prol do 20 de novembro, o ciclo de debate do negro, o show do Olodum, os debates ocorridos nas escolas, universidades, SABs, na mídia local e a produção da Cartilha, entre outros, foram atividades educacionais antirracistas e de valorização da história e da cultura negra brasileira e campinense. Sumarizando, o MNCG, em vários espaços sociais e culturais, fez circular para a sociedade campinense a mensagem de combate ao racismo e da necessidade de valorização do povo negro.

Dando continuidade, após os objetivos, a cartilha traz o texto “A História do Trabalhador Negro no Brasil”, que se inicia com uma síntese de dois parágrafos discorrendo sobre o surgimento da humanidade no continente africano e as invasões dos portugueses em terras africanas no século XIV. Em seguida, temos três tópicos intitulados “Por que os brancos sequestravam os negros?”, “O negro aguentou calado?” e “Datas importantes na luta pela libertação: dos Palmares aos conselhos”. O primeiro apresenta algumas noções de como

¹⁶² Em anexo.

se deu o processo de escravização dos povos africanos trazidos ao Brasil. Até então, era comum utilizar a expressão “os africanos e/ou escravos *vieram* ao país durante a escravidão”. O termo “sequestro” presente no título desse tópico reafirma o caráter de violência brutal que foi o processo de escravização engendrado pelos portugueses sob os povos indígenas e africanos. O texto encerra refletindo acerca do papel econômico do Brasil enquanto colônia de Portugal atrelado ao processo de desenvolvimento do capitalismo mundial.

Logo em seguida, o segundo tópico “O negro aguentou calado?” expõe o caráter da resistência negra durante a escravidão no Brasil, destacando os quilombos, em especial, o Quilombo dos Palmares. Além disso, aponta que na Paraíba existiram comunidades quilombolas, tais como o Cumbe (século XVIII) e outra em Cruz do Espírito Santo. Na parte final, complementa mostrando que existiram quilombos também em outros estados brasileiros.

Cabe destacar, aqui, que nessa época os estudos sobre os quilombos no país eram incipientes e não estavam na ordem do dia do currículo dos cursos superiores de Ciências Humanas. Conhecia-se muito pouco acerca das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil e na Paraíba. Tais comunidades tradicionais só foram receber mais visibilidade enquanto política pública e tema acadêmico no século XXI.

Complementando esse segundo tópico, temos o terceiro (“Datas importantes na luta pela libertação: dos Palmares aos Conselhos”) que traz um conjunto de datas significativas para a história do povo negro brasileiro que tem como recorte inicial o ano de 1549 – quando Tomé de Souza desembarca na Bahia trazendo aqueles que foram, provavelmente, os primeiros escravos africanos no Brasil (Comissão Campinense do Centenário da Abolição, 1988, p.7) – e termina em 1984 – ano no qual o governador de São Paulo, Franco Montoro, em cumprimento às exigências do Movimento Negro, nomeou duas representantes negras para o Conselho Estadual da Condição Feminina e instituiu o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, formado por representantes da comunidade e do Movimento Negro. Em 1984, também foi realizado em São Paulo o Encontro Estadual de Mulheres Negras (Comissão Campinense do Centenário da Abolição, 1988).

Essa parte da cartilha é bem interessante, em razão de que se trata de um calendário temático ligado ao trabalho de recuperação da memória de ações marcantes e de resistência do povo negro, numa contraposição ao calendário e currículo educacional oficial que encobria a presença negra na história e na cultura brasileira. Muitos dos acontecimentos presentes nesse

recorte não estavam localizados em materiais didáticos e nem existiam nos currículos de licenciaturas dos cursos da área de humanas.

São datas que remontam a toda uma tradição de resistência negra à escravidão e aos processos de exclusão no decorrer do pós-abolição que trazem personagens negros de relevo, que eram na época pouco conhecidos nos espaços e debates educacionais. Nesse cipoal, algumas menções chamaram nossa atenção: no século XIX, tem-se a data de morte de Luiz Gama (1882), um dos nossos mais notáveis abolicionistas; por seu turno, na primeira metade do século XX, temos os vários coletivos negros e jornais negros surgidos no país, como a organização “Frente Negra Brasileira” (1931) e o periódico “Jornal Clarim da Alvorada” (1932).

Já na segunda metade do século passado, destacam-se: o surgimento do Grupo Palmares, em Porto Alegre (1971); o bloco afro Ilê Aiyê (1970); a morte da escritora Carolina Maria de Jesus (1977), autora do livro *best-seller* “Quarto de Despejo”. Nesse espaço, a cartilha também evidencia o surgimento do MNU, em São Paulo (1978), e sua tese apresentada, no Congresso Nacional, de defesa para que presos comuns fossem tratados como detentos políticos, bem como a declaração do 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

Próximo do final dessa cronologia da resistência negra no Brasil, apresenta-se o manifesto de mais de cem sociólogos, pesquisadores e entidades negras encaminhado ao IBGE exigindo a inclusão do item “cor” no recenseamento de 1980. Malgrado toda resistência do governo, o protesto negro saiu vencedor, e o IBGE colocou essa informação em 25% dos domicílios (Comissão Campinense do Centenário da Abolição, 1988).

Essa cronologia da resistência negra tem um notável papel educativo, pois se trata da apresentação de uma história e memória proscrita no currículo escolar da época. Sobre essa questão, o militante Jair Silva, que iniciou sua militância em 1992, lembra bem desse material, quando diz:

Eu tinha a cartilha do Movimento Negro de Campina Grande, do centenário da abolição, quem me deu foi o professor Bené. Então essa cartilha foi muito importante para despertar a minha consciência no sentido de conhecer a história e a trajetória de vários movimentos negros no Brasil, por que lá tem toda uma cronologia feita pelo professor Josemir Camilo, mostrando o Teatro Experimental do Negro, a Imprensa Negra Brasileira, A Frente Negra Brasileira, o MNU, a criação do *Ilê Aiyê* em Salvador, em 1974, tudo isso foi muito importante para que eu levasse para as escolas. (Ferreira, J. S, 2022, p.5)

Após essa parte das datas relacionadas à história do negro brasileiro, que ocupam três páginas da Cartilha, tem-se o texto: “ZUMBI: O Capitão de Palmares”. Aqui, encontramos um texto bem detalhado e conciso acerca do processo formativo do Quilombo dos Palmares, sua constituição, expansão, resistência e derrocada. Valendo-se de um diálogo com documentos da época e de pesquisadores do tema, a narrativa se apresenta como uma preciosa introdução à trajetória da “República Palmarina”.

Logo após esse texto, a respeito de Zumbi e do Quilombo dos Palmares, temos uma imagem do mapa da África com a legenda “A trajetória das Raças no Brasil”. Nessa parte, destacam-se os portos de onde foram trazidas as levas de africanos escravizados durante o tráfico negreiro; na página ao lado, temos um quadro informativo demonstrando os números de africanos escravizados em três períodos (“1551-1701”, “1701-1810” e “1810-1857”) e as regiões de onde a maioria desses cativos era capturada, com destaque para Angola, Congo e Costa da Mina.

Essas informações, no final dos anos de 1980, não eram de acesso ao grande público de estudantes, apenas alguns especialistas na área conheciam-nas. A história da África só adentra, de maneira mais geral, no currículo escolar e universitário, após a Lei 10.639/2003 e seus documentos norteadores publicados posteriormente. E isso de maneira muito lenta e imprecisa. Para se ter uma noção dessa questão, existe um exemplo paradigmático constatado pelo historiador Waldeci Ferreira Chagas, professor da UEPB – Campus III, Guarabira, do curso de licenciatura em História. Waldeci publicou, em 2013, um artigo referente aos desafios do ensino de História da África no qual ele produziu um questionário sobre o continente africano e aplicou em uma turma do curso de História (período 2011.2), composta por 53 alunos. Desses, 51 haviam terminado o Ensino Médio no ano de 2010, sete anos após a promulgação da Lei 10.639/2003. O resultado da pesquisa chama a atenção, pois apenas 10% desses alunos tiveram acesso a informações acerca da História da África durante o ensino básico. A esmagadora maioria dos entrevistados associava a África à fome, guerra, tragédia, miséria, e uma parte a compreendia como um país (Oliveira, 2015).

Os dados da pesquisa de Waldeci evidenciam o desconhecimento dos estudantes da rede de educação paraibana quanto à história e à cultura da África, em pleno século XXI, mesmo após toda uma legislação voltada para a obrigatoriedade do ensino das relações étnico-raciais. Na década de 1980, esses aspectos de desinformação eram mais intensos, principalmente pelo fato de não existir nenhuma legislação nacional ou plano educacional em torno do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e africana, embora em poucos estados

e municípios brasileiros já existissem leis educacionais voltadas ao ensino das relações interétnicas.

Nesse aspecto, Josemir Camilo (2022) recorda que colocou a proposta de inclusão da História na África no currículo do Curso de História, em reunião no departamento no qual trabalhava na UFPB – Campus II. Mas, em votação, essa sugestão foi prontamente rejeitada pelos seus pares. Além da derrota, destaca-se que sua proposição foi acolhida por seus colegas docentes pelo viés da ridicularização, pois para uma parte dos professores(as) de História que trabalhavam com Camilo, se fosse para abrir espaço no currículo para a África, deveria se ter lugar para qualquer país e/ou assunto. Na ocasião, Josemir Camilo era professor da disciplina de Pré-História e destacou que a história da humanidade começou no continente africano, logo, o estudo da África era necessário para melhor conhecer o Brasil. Mesmo assim, ele não conseguiu convencer seus colegas de departamento. O docente ainda sublinha:

Eu me lembro que no meu departamento, eu fiz uma moção para incluir a História da África, fui derrotado. Isso por volta do ano de 1987, 1988 [...] na votação mesmo foi derrotada [...] inclusive, ouviram-se os seguintes argumentos, vamos criar uma história dos Estados Unidos, vamos criar uma história da Grécia... quer dizer, *levaram a coisa pelo ridículo*, não me lembro se havia um militante ou mesmo pessoa negra no conjunto docente. Mas a coisa não passou, quer dizer, isso não seria bem antes né, da história da África, eu tinha argumento porque, como *professor de Pré-História eu via que a história da humanidade começou na África*. A origem do homem. (Melo, J. C., 2022, p. 5-6, grifo nosso)

Esses fatores sobrelevam o caráter pioneiro da cartilha campinense “Centenário da Abolição – 1888-1988: 100 Anos de Libertação Fictícia”, por levantar reflexões e informações sobre a história da África, que só terá alguma visibilidade no currículo, com a Lei 10.639/2003 e os documentos normativos desse dispositivo legal. Dito de outra forma, praticamente duas décadas após o lançamento desse material didático.

Posteriormente ao mapa da África ilustrado na cartilha, tem-se o poema “Zumbi é poliglota”, de Severino Lepê (Lepê Correia), militante negro de Recife e poeta, que enriquece o documento com os seguintes versos:

Quando disserem que te pai é um tição, **sorri**
quando bradarem que Isabel te libertou, **corrige**
quando disserem que teu povo é sem estilo, **pise firme**
quando falarem que és racistas às avessas, **esquece esta lição**
quando te chamarem de moreno, **cura-lhes a cegueira**
Mas quando quiserem te fazer calar a voz, estufa o peito e grita pelas
[sete nações]
- eis que Zumbi é poliglota

(Comissão Campinense do Centenário da Abolição, 1988, p. 11)

Nos versos que compõem esse poema, Severino Lepê rende uma homenagem ao líder de Palmares, suas lutas e histórias, enquanto aspectos inspiradores para os embates contra o racismo ainda existente na sociedade brasileira. Utilizando-se de uma construção anafórica, o eu lírico usa repetidas vezes o advérbio “quando” para expor os principais enfrentamentos da militância negra no Brasil, entre eles, destaca-se a democracia racial (seja na ocasião de ser considerado racista às avessas ou ser nomeado moreno, formas comuns de negar a negritude e o racismo na sociedade brasileira); o ataque à memória e à autoestima da gente negra (ao mencionar a Princesa Isabel como heroína, afirmar que o negro não tem estilo e também usar o termo pejorativo “tição”).

O verso final (**eis que Zumbi é poliglota**), em contraposição a essas barreiras, reitera os termos finais destacados em negrito (**sorri, corrige, pise firme, esquece esta lição, curalhes a cegueira**). Esse poema, ao trazer como arremate a imagem de Zumbi, implica a possibilidade de ele ser encarado como uma fonte de inspiração de luta contra as várias linguagens que sustentam o racismo no Brasil.

Cabe frisar que a literatura negra não circulava em muitos espaços educacionais do ensino básico e superior. Mesmo existindo alguns estudos e pesquisas sobre os escritores negros, a literatura afro-brasileira não era um assunto com disciplina própria nos cursos de Licenciatura em Letras, aqui na Paraíba, e nem era trabalhado no currículo da educação de 1º e 2º Grau. Tal literatura era, muitas das vezes, financiada pelos próprios autores em revistas e livros de pequenas tiragens (Oliveira, 2015).

Após esse poema, apresenta-se o texto “A mulher Negra Durante a ESCRAVIDÃO”, que reflete acerca das várias camadas de violência que a mulher negra sofreu durante a escravidão, exploração que permaneceu na sociedade brasileira, visto que “diferente da mulher branca, que gozava de privilégios raciais (como ainda hoje goza), a mulher negra, mais do que o homem negro, foi quem mais sofreu a brutalidade da escravidão” (Comissão Campinense do Centenário da Abolição, 1988, p. 15).

Logo depois, vem o texto: “A MULHER NEGRA APÓS A ABOLIÇÃO”, que, como sinaliza o próprio título, aborda os índices de desigualdades sociais e econômicas que atingem as mulheres negras no país após o fim do sistema escravocrata. A narrativa levanta um conjunto de dados estatísticos comprovando as assimetrias salariais e condições de vida entre mulheres brancas e negras. Além disso, destaca os espaços de subalternidade ocupados pelas mulheres negras no mercado de trabalho e aponta que mesmo as que conseguem acesso ao

serviço público, via concurso público, sofrem um processo de descrédito das pessoas que lhes são subordinadas. No final, existe um chamamento de reflexão para o(a) leitor(a) e a sociedade campinense:

Até quando nós, mulheres negras, vamos continuar sendo consideradas inferiores às mulheres brancas, se temos capacidade de administrar ou exercer funções de comandos? Cabe a nós lutarmos para uma sociedade que reconheça a igualdade entre a mulher negra e a branca. Para nós, mulheres negras, é hora de homenagearmos Anastácia, aquela que não se curvou diante de uma opressora branca; Luísa Mahin, que um dia saiu à procura de seu filho vendido e sumiu para sempre; Zeferina, que armou-se de arco-e-flecha para combater os brancos que oprimiram (e ainda oprimem) sua raça, e muitas outras que foram abafadas nos porões da História do Brasil. (Comissão Campinense do Centenário da Abolição, 1988, p. 16, grifo nosso)

Nessa passagem da cartilha, temos o espaço de reflexão antirracista a partir do lugar da mulher negra na história e na sociedade brasileira. Tal imagem aponta a interseccionalidade do racismo, essa violência recai sobre a pessoa de pele negra, mas, considerando as questões de gênero, constata-se que a mulher negra sofre de maneira mais dramática os efeitos da discriminação e do preconceito racial.

Cabe acentuar que o patriarcalismo é parte constitutiva do processo de formação do Brasil, que fez da dominação masculina e da opressão sobre mulheres, parte integrante do cenário social e econômico do país. Nessa conjuntura de violência de gênero, as mulheres negras sofrem de maneira mais intensa esse quadro de cerceamento, visto que existe uma interseccionalidade entre machismo e racismo.

Em contraposição a esse quadro político, a cartilha aponta para a necessidade de enfrentamento à violência contra as mulheres negras e destaca que elas sofrem mais o racismo existente na sociedade, assim como assinala a imprescindibilidade de se recuperar, dos rios do esquecimento da história oficial, a trajetória de notáveis personalidades femininas que lutaram bravamente por justiça social e racial. Aqui, mais uma vez, localiza-se o papel da história, da luta pela memória como via de combate ao racismo.

Vale ressaltar que a luta pelos direitos das mulheres negras existe desde o tempo da escravidão e permaneceu no decorrer dos anos, no entanto, esse movimento será melhor destacado a partir da década de 1980, uma vez que, com a expansão do movimento negro, a luta das mulheres negras conseguiu paulatinamente impor sua agenda própria na luta antirracista.

Os textos “A mulher Negra Durante a ESCRAVIDÃO” e “A MULHER NEGRA

APÓS A ABOLIÇÃO”, pelo uso de termos no feminino durante essas narrativas, apontam para uma autoria feminina. Porém, não foi possível identificar se tais escritos foram assinados por Wanda Chase ou Inaldete Pinheiro, e, quiçá, até mesmo uma parceria entre elas ou outras militantes negras do MNCG, em razão de que algumas passagens indicam autoria coletiva, como, por exemplo, “para nós, mulheres negras”. Dessa maneira, a cartilha realçou que, em 1988, nos cem anos da abolição fictícia, a luta contra o racismo deveria abranger as mulheres negras, tratando-se, por assim dizer, de um tema a ser discutido e refletido pela sociedade campinense.

A cartilha do centenário da abolição campinense é finalizada com o artigo “DO LADO DE LÁ COMO DO LADO DE CÁ”, de Inaldete Pinheiro de Andrade¹⁶³, escritora e militante do Movimento Negro de Recife. Esse conteúdo encontra-se dividido em duas partes: a primeira descreve os dramas do Apartheid (do lado de lá), na África do Sul, tendo como fio condutor as restrições impostas ao casamento entre Winnie Mandela e Nelson Mandela. Pelo fato de ser uma das lideranças de destaque contra o regime arbitrário, Mandela foi preso jovem e passou a maior parte de sua vida encarcerado, o que afetou o relacionamento com sua esposa, Winnie.

O texto destaca a importância de se enfrentar o terrível sistema político instalado na África do Sul e realça a relevância da luta de Winnie pela liberdade de Nelson Mandela. Portanto, sua luta e causa servem de inspiração para reforçar o caráter da luta das mulheres negras brasileiras, bem como despertam a reflexão de um combate contra o racismo afro-atlântico. “Winnie Mandela é uma entre tantas outras desse continente, que, como Nzinga, enfrentam o dominador e mostram ao mundo a cara branca da opressão” (Comissão Campinense do Centenário da Abolição, 1988, p. 17).

A segunda parte do texto (“do lado de cá”) reflete os conflitos raciais existentes na sociedade brasileira e questiona a ideologia oficial da democracia racial, ou seja, a tese de que não existe racismo na sociedade brasileira, que tal problema pertence a outras nações. Nesse momento, existe uma alusão à Marli Pereira dos Santos¹⁶⁴, mulher negra, nascida no Rio de Janeiro, que teve uma vida marcada por várias tragédias e, ao mesmo tempo, muita resistência. Marli nasceu em 1954, na Favela do Pina. Quando criança, ela viu sua

¹⁶³ Nasceu na cidade de Parnamirim, Rio Grande do Norte, em 1946. Inaldete se muda para o Recife – Pernambuco, para estudar e vai participar da criação do CECERNE e da Frente Negra do Recife. Foi uma das mais notáveis militantes dos movimentos sociais da capital pernambucana, também se tornou escritora e fez mestrado em Serviço Social (Lima; Guillen, 2021).

¹⁶⁴ Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/marli-pereira-soares/>. Acesso em: 28 jul. 2024. Sua história foi relatada no livro “Marli Mulher: tenho pavor de barata, de polícia não”. Infelizmente, não reeditado e de difícil localização.

comunidade ser vítima de incêndio criminoso e presenciou, em 1979, seu irmão Paulo Pereira dos Santos ser retirado de casa por policiais e depois assassinado com vários tiros.

Marli precisou ir trinta vezes à delegacia em Belford Roxo, Baixada Fluminense, em razão de ter visto os rostos dos sequestradores e facínoras que ceifaram a vida de seu irmão. Ela sofreu inúmeras ameaças de morte de membros do esquadrão da morte da região, que era formado por policiais militares e civis. Esse caso teve repercussão na mídia e ela ganhou o nome de “Marli Coragem”. Mesmo diante de toda sua luta, até hoje o sequestro e o homicídio de seu irmão ficaram impunes, e, para somar o quadro nefasto, quatorze anos depois, em 1993, Marli teve seu filho, Sandro, de quinze anos, assassinado pela polícia.

Ao trazer o caso de Marli ao proscênio do texto, Inaldete Pinheiro Andrade, de maneira arguta, denota que na sociedade brasileira não existe uma relação harmoniosa entre as raças constitutivas da nação e nem um tratamento de igualdade dispensado pelo Estado brasileiro ao povo negro, esse último marcado pelo racismo institucional (Almeida, 2019). “Do lado de lá, do lado de cá” pode ser lido como um jogo de palavras que leva a refletir, à sua maneira, sobre a existência de um sistema de segregação contra os negros no Brasil, semelhante ao sistema do “Apartheid”.

Nos cem anos de abolição, a cartilha do centenário encerrava com uma forte mensagem, a de que, em pleno ano de 1988, a sociedade brasileira estava atravessada por uma violência racial tão brutal quanto a existente na África do Sul. Da mesma forma, o texto final sublinhou a importância do combate ao racismo e da resistência negra na dimensão afro-atlântica, uma luta constituída no passado e permanente no presente. As menções a Winnie Mandela e Marli Pereira dos Santos foram trazidas como símbolos desse combate necessário ao racismo brasileiro e ao Apartheid sul-africano.

Apartheid de lá e cá, um instituído, outro não, revelado pelo desemprego, local de moradia, pela educação transmitida, pela espoliação e descaracterização progressiva e violenta da nossa cultura, pela exploração da mulher negra. A luta é uma só, aqui e lá, os deuses garantem axés de glória futura, não no paraíso, mas na terra das nossas ancestrais e onde o seu sangue, leite, luta e vida fizeram botar baobás. (Comissão Campinense do Centenário da Abolição, 1988, p. 18)

Dessa maneira, a cartilha “Centenário da Abolição – 1888-1988: 100 Anos de Libertação Fictícia”, da Comissão Campinense do Centenário da Abolição, com a participação decisiva do MNCG, na sua estruturação formal e no conteúdo, constituiu-se como um valioso material didático para o ensino antirracista e para as relações étnico-raciais.

Trata-se de um documento de dezoito páginas com textos curtos, didáticos e reflexivos sobre várias dimensões da problemática da negritude no Brasil, com imagens, poesia, cronologia, entre outros recursos.

Passados trinta e seis anos, essa obra resistiu bem ao tempo e, atualmente, possui valor pedagógico. Ademais, ela impressiona por muitos aspectos visionários, de temas e abordagens que só terão mais visibilidade nos livros didáticos temáticos produzidos para atender às indicações da Lei 10.639/2003. Algumas reflexões e informações são preciosas no processo de uma educação para as relações étnico-raciais, quais sejam: discorrer acerca das datas históricas das lutas e das ações da gente negra brasileira; refletir sobre o papel da mulher negra no país; ponderar em relação às Áfricas que desconhecemos, entre outras imagens importantes levantadas no material didático em destaque.

Ao analisarmos a cartilha e as ações empreendidas pelo MNCG durante os anos de 1987 e 1988, infere-se que a educação será uma pauta de reivindicação central para os(as) militantes negros(as) campinenses. Sobretudo, essa exigência se dava na luta pelo currículo escolar, para incluir o ensino da História do Negro no Brasil e na África. Uma luta configurada na exação por educação e por memória. Desse modo, o processo educativo foi encarado como caminho fundamental para o processo de formação da consciência negra em Campina Grande.

Nesse sentido, essas ações se desdobram por via educativa, sejam em textos, atos públicos, palestras, artigos de jornais e entrevistas cedidas à mídia local. Daí o componente educador do Movimento Negro de Campina Grande, seus militantes, em plena época de comemorações oficiais do centenário da abolição da escravidão no Brasil, insurgiram contra esse contexto. O MNCG produziu conhecimentos e reflexões argutas e demarcou publicamente que o fenômeno da negritude também existia na cidade de Campina Grande, assim como o racismo. Portanto, era preciso enfrentar esse quadro de preconceito e discriminação racial presente na sociedade campinense.

A cartilha teve uma tiragem de aproximadamente quinhentos exemplares. Segundo Josemir Camilo (2022), a Secretaria de Educação de Campina Grande, ao ser informada de que não receberia recursos do projeto aprovado pela CCCA junto ao Minc, não colaborou para que a obra e o tema fossem efetivamente trabalhados de maneira articulada na rede municipal. Esse material também não foi tema central de pesquisa acadêmica, mesmo tendo um caráter pioneiro e visionário na história da educação do negro na Paraíba e em Campina Grande. Nos poucos momentos em que a cartilha foi abordada em alguns estudos sobre o

MNCG, acabou ocupando o espaço de alguns parágrafos.

Atualmente, as pouquíssimas edições impressas que existem ficaram preservadas nas mãos de poucos militantes e um exemplar se encontra no Setor de Documentação e História Regional, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Instituição de ensino onde Josemir Camilo e Benedito Antonio Luciano, os dois principais militantes nos primeiros anos do MNCG, trabalharam como docentes. Por seu turno, não é possível localizar essa cartilha em bibliotecas públicas e privadas da cidade.

Logo, mesmo diante do limitado alcance educacional, essa cartilha serviu como mote para várias palestras em escolas, SABs e universidades, como foi destacado por Benedito Luciano (2022) e Jaildo Figueiredo (2022). Além disso, ressalta-se que a pesquisa em História da Educação também se dedica a analisar projetos não concretizados plenamente e esses são de grande relevância para melhor conhecermos acontecimentos e eventos ocorridos em uma temporalidade já esvaída.

Com efeito, num momento em que o Governo Federal preparou uma grande festa para celebrar, nos cem anos da abolição (1988), o suposto caráter da democracia racial simbolizado pelo treze de maio, os(as) militantes negros(as) campinenses disputaram o espaço do discurso e da ação e produziram um conhecimento histórico, educacional, anticolonial e crítico sobre a importância do negro na sociedade campinense. Da mesma maneira que denunciaram a intrujice oficial em torno da comemoração do centenário da abolição da escravidão no país.

Outrossim, no conjunto de ações realizadas, o MNCG expôs publicamente que o racismo existia em Campina Grande e que era urgente combater esse problema enraizado na vida cotidiana dos(as) campinenses. Dessa forma, a educação foi compreendida pelo Movimento Negro de Campina Grande como a principal via de acesso para a constituição da Consciência Negra, mas esse processo só seria possível a partir do conhecimento da importância da história do povo negro na formação da cultura campinense.

Do mesmo modo, a percepção da relevância do combate ao racismo ocorria pela necessária cobrança da dívida histórica do Estado para com o contingente negro da população brasileira. Cabe por fim salientar que, nesse período histórico (1986-1988), o letramento racial em relação a algumas obras de arte também foi outro importante espaço de atuação do MNCG.

3.5 – O Movimento Negro de Campina Grande e o Letramento Racial na prática educativa e social (1986-1988)

O Movimento Negro de Campina Grande trouxe para o debate público a problemática do racismo reproduzido no plano da cultura, posto que uma obra de arte, muitas vezes, pode servir para legitimar o preconceito e a discriminação racial. Nesse sentido, músicas, filmes, programas e propagandas de TV podem reproduzir o discurso de subalternização e de ofensa ao homem e à mulher negra. Analisar o mundo social e seus produtos culturais a partir de uma visão racial crítica pode ser chamado de uma prática de letramento racial.

Dito de outra forma, interpretar um objeto ou artefato cultural é também compreender o contexto histórico e cultural das questões raciais. Em vista disso, letramento racial é a conscientização de que, numa sociedade onde a raça e a cor são marcadores sociais fundamentais, como a brasileira, as tensões e as implicações raciais se encontram enraizadas nas manifestações culturais e sociais que circulam na vida cotidiana das pessoas.

Dessa forma, Josemir Camilo refletiu, em alguns artigos, sobre essa problemática que também foi tema de algumas ações do MNCG, em 1988. No artigo “Nêga do cabelo duro”, publicado em 9 de janeiro de 1986, no Diário da Borborema, Camilo levanta algumas reflexões quanto ao racismo recreativo (Moreira, 2019) localizado na música “Fricote”, interpretada pelo cantor baiano Luiz Caldas. Tal canção foi lançada no disco “Magia”, em 1985, mas foi no ano seguinte que ela ganhou projeção nacional e se tornou um grande sucesso. Inclusive, sendo precursora do estilo do *Axé music*. Popularmente, “Fricote”, que foi composta por Luiz Caldas e Paulinho Camafeu¹⁶⁵, ficou conhecida como “Nega do Cabelo Duro”.

Os principais versos/refrões da música “Fricote” são: “Nega do cabelo duro /Que não gosta de pentear / Quando passa na Baixa do Tubo / O negão começa a gritar (2x) / Pega ela aí, pega ela aí / Pra quê? (Pra passar batom) / Que cor? (De violeta) / Na boca e na bochecha...”¹⁶⁶. É dessa passagem que Josemir Camilo retira o título do seu texto e inicia ponderando: “*Mais uma vez a sociedade ri do negro, da negra. Camuflando, alegando brincadeira, música e coisa parecida, a sociedade continua a repetir o preconceito racial que*

¹⁶⁵ Paulinho Camafeu, apesar dessa música composta em parceria com Luiz Caldas, teve grande importância na composição e estruturação do *axé music*, assim como foi autor de músicas clássicas de valorização da negritude, tais como *Ilê Aiyê* (que bloco é esse), um hino de enaltecimento a esse importante grupo negro. Paulinho morreu em 2021.

¹⁶⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T47OVQkv-8M>. MUSICAS ANTIGAS. Luiz Caldas Fricote. Youtube, 469.792 visualizações 24 de jun. de 2011. Acesso em: 28 jul. 2024.

tem contra os negros, mulatos, morenos e mestiços” (Diário da Borborema, quinta-feira, 9 de janeiro de 1986, grifo nosso).

Após esse momento, Josemir traz alguns exemplos parecidos na história da música popular brasileira, portanto, a música de Luiz Caldas não era original, pois outros músicos já haviam realizado canções com letras nesse sentido. Além disso, o artigo reflete o tom de dubiedade e da objetificação da sexualidade da mulher negra na canção “Fricote”, bem como a existência de grande ofensa à estética do cabelo negro. Assim, machismo e racismo se somam nesse texto preconceituoso.

De maneira arguta, Camilo problematiza o racismo localizado nessa música, que deve ser lida como uma agressão à mulher negra realizada de maneira aparentemente sutil, numa letra que ridicularizava, por extensão, a dignidade do povo negro brasileiro. Pior ainda é quando esse historiador e militante negro infere o pacto de aceitação da maioria da população com essa canção, que virou um grande *hit* na época.

Adilson Moreira (2019) estabelece que o humor existe num contexto social, histórico e cultural. No caso do Brasil, ocorreu uma tendência do humor se constituir na ofensa às minorias de direitos. Igualmente, as piadas se sustentam na institucionalização de preconceitos que refletem as estruturas de opressões sociais presentes na sociedade. Em relação ao negro, há vários estereótipos reafirmados no humor, em piadas, músicas e brincadeiras (racismo recreativo), destacando-se: a sexualização da pessoa negra, encarada exclusivamente pelo prisma de um objeto sexual e também como reprodutores com características animalizadas; a incompetência inata e a impossibilidade do indivíduo negro de ocupar espaços de trabalho e/ou desempenhar funções de destaque na sociedade; a desumanização do sujeito negro ao ser associado a outros animais, entre outros. Nos termos de Adilson Moreira (2019, p. 98, grifos do autor):

Isso significa que o humor construído a partir de estereótipos raciais produz o mesmo efeito que discursos culturais e políticos destinados a reproduzir a opressão racial: *a presunção de que apenas pessoas brancas são merecedoras de respeitabilidade social porque só elas devem ser consideradas como agentes capazes de atuar de forma competente no espaço público, o que, no contexto da modernidade, é um requisito fundamental para o reconhecimento da plena humanidade dos indivíduos.*

Deste modo, o racismo recreativo brasileiro se sustenta na tese de que não existe racismo e na valorização do branco como padrão universal e natural, como se esse último fator não fosse uma construção histórica de favorecimento e privilégios. Josemir Camilo

retoma esse debate no artigo “Mas como a cor não pega...”, publicado no dia 13 de novembro de 1987, no Jornal da Paraíba. O título é um trecho da famosa marchinha de carnaval “O teu cabelo não nega”, do compositor Lamartine Babo, da década de 1930, que se tornou um sucesso na época, sendo executada até os dias atuais no período carnavalesco. Essa canção é racista de ponta a ponta e tem um início abjeto: “O teu cabelo não nega mulata / Porque és mulata da cor / Mas como a cor não pega mulata / Mulata eu quero o teu amor”¹⁶⁷.

Temos nessa passagem o uso do termo racista “mulata” (junção do cavalo com a jumenta e/ou da égua com o jumento), a depreciação sob o cabelo da mulher negra e a constatação de que se pode ter relação com ela e que isso não vai fazer a pessoa se tornar negra. Em dias atuais, dificilmente uma música como essa seria permitida por grande parte da sociedade e sofreria considerável pressão por parte dos movimentos sociais negros, de mulheres negras e de intelectuais antirracistas.

Ao lembrar para o(a) leitor(a) dessa marchinha de carnaval, Josemir Camilo estabelece uma série de reflexões sobre a importância da constituição de uma cultura de Consciência Negra em Campina Grande, especialmente pelo fato de que a desigualdade social está atrelada às dimensões raciais. São os(as) negros(as) que mais sofrem a brutalidade da vexaminosa assimetria econômica existente na sociedade brasileira. Segundo Camilo, esses dados precisam ser considerados pelas pessoas negras, sendo essa uma das grandes tarefas históricas do Movimento Negro contemporâneo e do MNCG.

Segundo essa lógica, combater as músicas e outras tantas obras de arte que ofendiam a gente negra brasileira consiste em uma ação de grande valor. Nos termos do militante campinense, instituía-se como necessário que cada negro(a) tomasse a consciência do seu valor como ser humano, mas também como elemento explorado(a), de que essa espoliação atendia ao acúmulo de riquezas dos racistas e, por sua vez, pauperizava o povo negro – pretos(as) e pardos(as). Portanto, “adquirir consciência de seus direitos e do que lhe tem sido negado é um ato político. Mas esta consciência da negritude só pode ser adquirida coletivamente, porque é a única forma de se fazer respeitar” (Jornal da Paraíba, terça-feira, 13 de novembro de 1987).

O enfrentamento realizado pelo MNCG ao racismo recreativo mostrado em produtos culturais, no ano de 1988, terá três focos, a saber: o programa de TV “Os Trapalhões”; a peça de teatro “Fogo-Fátuo”, de Lourdes Ramalho; e a música “Galeguin do Zoi Azu”, de Genival

¹⁶⁷ LUCIANO HORTENCIO. Lamartine Babo – O TEU CABELO NÃO NEGA - Irmãos Valença - Lamartine Babo. Youtube. 24.864 visualizações, 8 dez. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GhIfyHH01es&t=3s>. Acesso em: 28 jul. 2024.

Lacerda. No primeiro caso, o quadro televisivo foi tema de artigos de Camilo e usado em palestras, como exemplo do processo de naturalização do racismo; o segundo, igualmente, foi assunto de textos publicados nos jornais; e o último, tema de artigo e de ações de repúdio público por parte do MNCG.

No caso de “Os Trapalhões”, programa humorístico de grande sucesso na década de 1980, transmitido pela rede Globo de Televisão, foi mencionado em textos de jornais escritos por Josemir Camilo, comentando alguns episódios que demonstraram todo o racismo na tratativa aos personagens Mussum¹⁶⁸ e Sorriso (Tião Macalé). Logo, cabe destacar o texto “Racismo na religião e na TV”, publicado no dia 17 de julho de 1988, no jornal Gazeta do Sertão, no qual Josemir Camilo inicia lamentando: “infelizmente sou obrigado a voltar a este tema, devido à proliferação de atitudes racistas, exatamente quando se pensa no fim da escravidão do homem Negro” (Gazeta do Sertão, domingo, 17 de julho de 1988).

Nessa passagem, o militante do MNCG faz uma alusão aos cem anos do fim da escravatura e constata que, mesmo assim, foi um momento de muitas ações racistas ocorridas no país. Camilo destaca uma entrevista com o único frade negro franciscano exibida na TV, além de um episódio dos Trapalhões no qual “o *advogado* Renato Aragão consegue em um só sketch emitir quatro ou cinco atitudes racistas” (Gazeta do Sertão, domingo, 17 de julho de 1988, grifo nosso). Enfatiza-se a informação de que o Didi era, antes de tudo, interpretado por um homem formado em Direito e advogado de formação. O que deixa a experiência ainda mais desprezível.

Josemir Camilo relata que, no episódio, existe o empresário do artista Michael Jackson, que é primo do Mussum. Para receber o astro da música pop, Didi e Dedé vão preparar a casa de hóspede – sendo a casa do cachorro. Um dos trapalhões afirma que Mussum está bonito, porém, se passasse uma lixa, ficaria mais. Dando continuidade ao texto, Camilo lamenta o fato de Mussum aceitar tal situação e o silêncio do Movimento Negro do Rio de Janeiro diante de um quadro tão terrível de racismo exibido na TV para um público de milhões de pessoas. Também no texto existe a menção ao Tião Macalé¹⁶⁹, personagem negro

¹⁶⁸ Antônio Carlos Bernardes Gomes (1941-1994), nascido no subúrbio do Rio de Janeiro, serviu a Aeronáutica por alguns anos e fundou o grupo musical “Os originais do Samba”, que gravou vários discos de sucesso regional. No final da década de 1960, recebe do ator Grande Otelo o apelido de Muçum, que na grafia ficou Mussum. Passou por várias redes de televisão (Tupi, Record, Excelsior) e, no decênio de 1970, foi para a TV Globo, onde compôs o quadro “Os trapalhões”, que se configurou como um dos principais programas de comédia da televisão brasileira. Para mais detalhes: <https://memoriaglobo.globo.com/perfil/mussum/noticia/mussum.ghtml>. Acesso em: 28 jul. 2024.

¹⁶⁹ Augusto Temístocles da Silva Costa (1926-1993) participou do famoso filme Orfeu Negro (1959) e de uma centena de filmes e de propagandas. Mas foi na participação em Os Trapalhões que o personagem Tião Macalé

e desdentado que exerce o papel cômico no quadro humorístico em questão (Gazeta do Sertão, domingo, 17 de julho de 1988).

Ao final, Camilo sublinha a importância de se denunciar essas situações de constrangimentos, de violência e alerta para a necessidade de não ficarmos de braços cruzados diante de práticas racistas como as localizadas nos episódios de “Os Trapalhões”. Do mesmo modo, reflete sobre como a TV brasileira se tornou o veículo mais capcioso de difusão do racismo. As considerações de Josemir Camilo apontam para a percepção da força do racismo e de como esse fenômeno era tão enraizado no mundo social brasileiro, legitimado e reproduzido de múltiplas formas e, de maneira sutil, mas não menos afirmativa, pela TV.

Os Trapalhões são o exemplo simbólico do racismo recreativo existente no Brasil, do humor e da piada sob o negro que remete ao estado social de opressão racial histórica que deita raízes no sistema escravocrata de mais de três séculos de existência. Dessa forma, a televisão brasileira transmitia e transmite conteúdos e imagens presentes na sociedade, nas suas desigualdades, contradições e embates. Ademais, as redes de TVs são empresas que atendem à lógica lucrativa do mercado que as financia e também aos interesses políticos e econômicos dos seus donos. Embora seja uma concessão pública, os interesses privados se sobrepõem ao bem e ao proveito público.

Dessa forma, as imagens transmitidas pela televisão brasileira, em grande medida, reproduzem os estereótipos racistas existentes na sociedade e, pior, permitem legitimar o *status quo* das relações raciais desiguais. Ao mesmo tempo, a mídia televisiva institui o padrão da branquitude como norma de beleza padrão, assim como símbolos de sucesso e destaques na sociedade.

Tais questões eram mais evidentes nas décadas de 1980 e 1990, pois os programas de auditório, as propagandas, as telenovelas, os telejornais e os programas infantis, entre outros, exibiam de maneira contumaz conteúdos derogatórios em relação à autoestima do povo negro brasileiro. Soma-se a esse quadro a invisibilidade da gente negra na representação de apresentadores, artistas e protagonistas à frente de quadros exibidos na grade diária da televisão.

Por essas veredas, os programas infantis desses períodos são exemplos simbólicos dessa situação, em razão de que as principais apresentadoras dos quadros de grande audiência eram Xuxa (rede Globo), Angélica (SBT e depois Globo) e Eliana (SBT). Assim sendo, num

país onde a maioria das pessoas e das crianças era negra (pretas e pardas), as principais atrações para o público infantil se davam sob o comando de mulheres loiras e de padrão europeu nórdico.

Voltando ao programa Os Trapalhões, este mantinha sucesso de audiência e grande aceitação popular. O próprio elenco representava um pouco a diversidade brasileira: o Didi, era um homem nordestino que tenta viver no Rio de Janeiro; Dedé, um suburbano do Rio; Mussum, um homem preto, sambista, do morro carioca; e o Zacarias, um menino mimado do interior. Sua arte dialogava com a cultura circense popular, na qual os personagens, na maior parte da vida, usam de múltiplas astúcias para tentar sobreviver.

Contudo, esse quadro relativo da diversidade nos integrantes de Os Trapalhões representava muito bem os limites do ideário da miscigenação brasileira, por razão de que foram os personagens pretos os mais ridicularizados, a parte cômica e mais bizarra do quarteto. Grande parte dos episódios desse quadro humorístico eram aqueles nos quais os personagens Mussum e Sorriso serviam de riso, mas de uma risada ligada à ridicularização e reafirmação dos valores racistas, do mesmo jeito do racismo recreativo (Moreira, 2019).

Dessa feita, cabe-nos pensar sobre as constituições das personalidades do Mussum e do Sorriso. O primeiro, de grande popularidade nacional, sempre esteve associado ao alcoolismo, um homem que só pensava em bebida, nos seus próprios termos, no “mé”. Também caracterizado pela ausência de habilidades para o mundo do trabalho formal e voltado apenas ao samba e à vida boêmia.

Além disso, tal personagem falava com a entonação do acréscimo do “is” ao final das palavras, sonoridade que remete a alguém alcoolizado. Outrossim, Mussum era “um exemplo do tipo de humor construído em torno da premissa da superioridade do homem branco em relação ao homem negro porque os personagens brancos eram geralmente representados como pessoas sóbrias” (Moreira, 2019, p. 105).

No caso do Tião Macalé, muitas vezes denominado de “Sorriso” – uma alusão ao fato de ser um homem desdentado, sem possuir os dentes da frente da parte superior –, suas características físicas serviam como principal efeito cômico. Seus bordões eram: “Ih, nojento” e “Tchan”. Esse personagem evidenciava muitos valores racistas; eis um homem preto, feio, de poucas palavras, pronto para ser a piada e, pior, fisicamente servindo como a chacota. Na prática, o corpo e a presença preta de Tião Macalé, nos episódios de Os Trapalhões, podem ser interpretados como um meio para a negação de sua masculinidade e humanidade (Moreira, 2019).

Dessa forma, Josemir Camilo, nos seus textos de jornais, chamava a atenção para a necessidade de enfrentamento a essas práticas racistas localizadas em algumas músicas, programas de televisão, entre outros. A ridicularização do personagem negro numa música ou programa humorístico se configura como uma via para a ridicularização de toda a população negra. Com efeito, o racismo recreativo é uma forma de cancelar o imaginário racista, pois, por um lado, reforça o ideal de superioridade do homem branco, por outro, desumaniza o(a) negro(a).

Nesse contexto, Camilo também criticou o conteúdo presente na peça teatral “Fogo-fátuo”, da dramaturga Lourdes Ramalho, mas não só ele. No artigo “Discriminação na cultura campinense”, do dia 29 de abril de 1988, publicado pelo Jornal da Paraíba, o docente relata que foi rever a peça “Fogo-Fátuo”, no Teatro Municipal Severino Cabral, e antes de terminar, dois membros da Comissão Campinense do Centenário da Abolição falaram com ele e colocaram o quanto a obra era racista.

A peça “Fogo-fátuo”¹⁷⁰ traz a estória da descoberta das primeiras minas de xelita no interior da Paraíba, e logo o produto ganha o interesse de multinacionais, no contexto de expansão pós-guerra (1945). Assim, o título se refere aos aspectos efêmeros da riqueza encontrada pelos garimpeiros e moradores de onde se localizam as minas de xelita, pois as fortunas proporcionadas pelo achado não foram usufruídas por aqueles que estavam mais próximos dele.

As personagens da peça são: Santa (dona do rancho), Zefa (filha de criação), João Campina (pãozeiro), Neco (gerente da mina), Casusa (garimpeiro), Biró (garimpeiro), Zé Babão (fuxiqueiro) e Dora (prostituta). O protagonista do texto é João Campina, um homem negro caracterizado por um conjunto de valores depreciativos e racistas. Esse personagem é retratado como preguiçoso, mulherengo, irresponsável, desonesto, etc. Além disso, ele se torna alvo de comicidade e ridicularizações. João Campina, ao final do texto, fica mais burlesco ainda: “americanizado e vestido de branco, se alia ao capitalismo para explorar os seus irmãos ... aí está o perfil do negro, segundo a autora” (Jornal da Paraíba, sexta-feira, 29 de abril de 1988).

¹⁷⁰ Maria de Lourdes Nunes Ramalho nasceu em 1920, na cidade de Jardim do Seridó, Rio Grande do Norte, e, em 1958, veio morar em Campina Grande. Ela tornou-se escritora, dramaturga, cordelista e estudiosa da história e cultura judaica, vindo a falecer no ano de 2019. Foi no teatro que Lourdes Ramalho se consagrou, autora de mais de vinte peças teatrais, muitos de seus textos receberam várias homenagens e prêmios. Na década de 1970, seus textos começam a ganhar visibilidade nacional. Destaque para as obras “As velhas” (1975) e “A feira” (1976). Nesse período, a peça “Fogo-fátuo”, em 1974, recebeu o prêmio de melhor texto no I Festival Nacional de Campina Grande. Para mais detalhes: <https://paraibacriativa.com.br/artista/lourdes-ramalho/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

De fato, tanto Camilo quanto os membros da Comissão Campinense do Centenário da Abolição estavam corretos na sua indignação diante do texto e da apresentação da peça Fogo-fátuo. Nessa narrativa, temos as cenas características do racismo recreativo, pois João Campina é o riso sob os estereótipos racistas atribuídos ao negro no Brasil.

Num diálogo entre João Campina, Santa e Neco, temos as seguintes imagens: “João – Por que sou chato mesmo, não quero servir de escada pra ninguém subir às minhas custas. *O tempo da escravidão já passou [...] Conheça seu lugar, nego sujo*, que M. Augusta é uma mulher honesta, não quer nada de ninguém, só não está disposta a ser roubada” (Ramalho, s. d., p. 189, grifo nosso). Já noutra conversa entre Dora e Zefa sobre João Campina, tem-se esta passagem:

Dora – João Campina? – *Negro podre!* Veve escadeirado por mim, e como não faço conta dele, diz que faço com os outros o que ele queria que fosse com ele. Olhe, Zefa, *pode acreditar em tudo de mim, menos que dou confiança a negro. Pra melhor dizer, nego pra mim, sentado é um toco, deitado é um porco [...]*

Dora – *Um tição daquele eu não queria nem coberto de roial-briar*¹⁷¹. Boto até os bofes quando sinto a catinga de pituim.
(Ramalho, s. d., p.189-190, grifo nosso)

O texto de Fogo-fátuo é atravessado de ponta a ponta por imagens racistas como essas acima, pois foram as formas escolhidas de tratamento dispensadas ao personagem negro João Campina. Na primeira passagem selecionada, o diálogo entre João Campina, Santa e Neco, existe a afirmação de que o negro, além de naturalmente sujo, tem que se “colocar no seu lugar”, leia-se: no espaço de inferioridade e de subalternidade. Na outra conversa retratada acima, Dora afirma que não se deve dar confiança a negro, que “negro sentado é toco” e “deitado é porco”, e encerra com a exposição de que jamais aceitaria João Campina como companheiro. Nos termos dela, ele é um “tição” bastante fedorento e nem o melhor perfume pode tirar-lhe a catinga natural de “pituim”.

Dois termos racistas são exibidos nessa passagem: “tição” e “pituim”. O primeiro corresponde a um pedaço de madeira queimada para designar as pessoas de cor preta, já o segundo é uma palavra que significa um suposto fedor próprio do negro, como se a pessoa negra tivesse um odor natural e exclusivo da raça. Percebe-se, assim, que o racismo recreativo se encontra presente no texto da Lourdes Ramalho, uma peça marcada pelo humor racista, pelo riso de desrespeito ao João Campina, um personagem negro demarcado por falas racistas

¹⁷¹ Antigo perfume importado. Disponível em: <https://www.propagandashistoricas.com.br/2019/04/locao-royal-briar.html>. Acesso em: 24 jul. 2024.

e, “supostamente, engraçadas”.

As mensagens agressivas presentes em Fogo-Fátuo, representadas pela repetida ofensa e ridicularização de João Campina, expressam a ideia de que o negro no Brasil não merece estima, admiração. Tal peça teatral se conecta ao racismo estrutural existente na sociedade brasileira. Trata-se de usar o humor para naturalizar e justificar a depreciação da integridade da pessoa negra. Nessa lógica, o negro possui a vida que vale menos e, ao mesmo tempo, se torna indigna de empatia e apreciação.

A leitura dessa obra de Lourdes Ramalho se destaca pelo texto repleto de trechos racistas. Tal efeito se torna mais intenso quando a narrativa foi encenada por atores e atrizes num palco, com as entonações e os trejeitos regionais das personagens. Daí a revolta de Josemir Camilo e dos dois membros da Comissão Campinense do Centenário da Abolição, bem como se constata a importância dessa intervenção pública. Camilo finaliza o artigo com as seguintes ponderações:

Aí está o perfil do negro, segundo a autora. E os atores negros, como se sentem? ou são alienados como Mussum, que disse no programa dos Trapalhões: “acabou a abolição, sou ladrão”. *Gente, é preciso estar atento e forte*. É pena que um descendente de negro tenha criado aquela música do galego dos zóio azu, que além de racista, mostra a família negra como imoral. Por outro lado, gente branca escrevendo sobre o negro, esculhambando-o, rebaixando-o. *Pra comemorar 100 anos da abolição. O racismo existe em cada um. Consciência!* (Jornal da Paraíba, sexta-feira, 29 de abril de 1988, grifo nosso)

O artigo conclui chamando a atenção do(a) leitor(a) para se ter Consciência Negra, por razão de não ser mais possível aceitar que músicas, meios de comunicação, peças teatrais, entre outras dimensões culturais, sejam espaços para divulgação do racismo e do desrespeito ao negro. Essa questão se mostrava ainda mais visceral no ano de 1988, por se tratar de uma data simbólica (cem anos de abolição da escravatura) e representativa para comprovar o quanto o racismo permanecia forte na sociedade brasileira.

Um texto como esse de Josemir Camilo tem um caráter educativo antirracista bastante delineado. Destaca-se que se trata de um artigo de circulação pública, localizado em um dos principais jornais da cidade, no qual está exposto um duro questionamento a uma obra dramática de uma escritora conhecida e respeitada na cidade, mas que, mesmo assim, não se encontrava isenta da crítica. Para além desses aspectos, o militante negro Camilo indica a valiosa lição do letramento racial ao analisar tal produção literária, mostrando que, independentemente da manifestação artística em foco, esta pode ser um veículo de

legitimação do racismo e da desigualdade racial. Portanto, o MNCG foi a voz precursora do debate sobre o racismo recreativo na cidade de Campina Grande.

Contudo, como nos lembrou Josemir Camilo (2022), o MNCG levantou um debate público inexistente na cidade. Consequentemente, no momento em que foi ocupando espaço nos meios de comunicação, acabou sofrendo certo antagonismo de alguns jornalistas, em especial, os vinculados aos jornais impressos. A crítica ao racismo feita pelo MNCG à peça teatral *Fogo-fátuo*, de Lourdes Ramalho, foi uma ação de circulação pública, tanto no jornal da Paraíba quanto em entrevistas de rádios e debates. Rapidamente, o coletivo negro campinense se tornou alvo de críticas.

O jornalista, escritor e estudioso do teatro paraibano Hermano José¹⁷² publicou o artigo de resposta ao MNCG, intitulado “Protestos, sim, mas...”, no qual aponta que o Movimento Negro de Campina Grande, ao criticar, num programa de rádio, a obra “Fogo Fátuo”, da dramaturga Lourdes Ramalho, estava caindo no sectarismo comum a movimentos sociais de minorias localizados em outros países – leia-se, Estados Unidos. “Pelas recentes acusações em programas de rádio, à peça “Fogo-Fátuo”, taxada de preconceituosa, o Movimento Negro de Campina Grande faz-nos temer que esteja seguindo por esse equivocado caminho (Diário da Borborema, quarta-feira, 13 de maio de 1988).

Hermano até reconhece que existe desigualdade entre as pessoas devido à cor da pele, bem como o fato de que o branco pode se sentir superior ao negro, no entanto, isso se manifesta apenas jocosamente no texto ficcional (Diário da Borborema, quarta-feira, 13 de maio de 1988). Por fim, ele conclui que faltou bom senso ao MNCG e tal coletivo estava se comportando de maneira ridícula, pois se tratava de uma imitação capenga dos movimentos negros estadunidenses. Desse modo, na ótica do jornalista, o MNCG estava equivocadamente levantando problemas que não existiam na sociedade campinense.

O ideário posto por Hermano José se coaduna com os valores da democracia racial, de que não há racismo no Brasil. Logo, dentro dessa concepção, as passagens agressivas contra a personagem João Campina são meras formas jocosas presentes na sociedade, na cultura popular que Lourdes Ramalho soube tão bem captar. Eis argumentos de desfaçatez para não assumir o racismo existente no país e na peça *Fogo-fátuo*.

Ainda acerca desse texto de Hermano, convém salientar que tal jornalista reproduz a

¹⁷² O jornalista Hermano José Bezerra de Lima, falecido em 2014, esteve ligado ao teatro e foi estudioso e autor de várias peças, como também professor universitário e colunista de alguns jornais da Paraíba. Para mais detalhes: <https://jornaldaparaiba.com.br/cultura/morre-hermano-jose-bezerra-de-lima-imortal-da-academia-campinense-de-letras>. Acesso em: 27 jul. 2024.

visão de que o movimento negro brasileiro é uma tentativa de imitação dos movimentos sociais negros estadunidenses. Traço localizado na ideologia da democracia racial implementada pelos militares na época da ditadura militar (1964-1985), no trato de repressão aos movimentos sociais negros e que até hoje é reproduzido na mídia oficial. Essa questão ficou bem explícita no debate quanto às políticas de ações afirmativas para negros(as), no início da década de 2000, no qual se reafirmava que as cotas raciais eram uma tentativa de imitação de uma ação desnecessária no Brasil, pois, diferente dos Estados Unidos, supostamente inexistia o problema do racismo.

Com relação ao antagonismo provocado pelo MNCG, sua militância, seus argumentos e bandeiras de lutas expostas nos jornais e em atividades públicas, foi publicado, no dia 10 de fevereiro de 1988, o texto “Quem é seu Camilo?”, no Jornal A União. Assinado pelo jornalista Dagoberto Pontes, responsável pela sucursal desse periódico em Campina Grande na época.

Nesse artigo, temos quatro parágrafos repletos de críticas a Josemir Camilo, sobretudo pela postura militante e por sua crítica ao colaborador da União. Nos termos do Dagoberto: “O seu Camilo, até onde eu saiba, é apenas um professor graduado, que não leciona e ainda se mete onde não deve [...] se esse moço quiser aparecer, coloque uma corda de caranguejo no pescoço e venha dançar, de saia, no calçadão”. Não localizamos se existiu uma resposta por parte de Camilo a essa agressão feita pelo jornalista Dagoberto.

Acentua-se o tom de baixaria no texto, que expunha questões pessoais e profissionais, numa tentativa de desqualificação do pesquisador e militante Josemir Camilo. Ao analisar os textos de Hermano José e de Dagoberto Pontes, nota-se o quanto a temática antirracista e de lutas por direitos era conteúdo de controvérsia por parte de setores da sociedade e da imprensa campinense. Com efeito, foi o MNCG o desbravador do debate referente ao racismo e acerca da importância de lutas por direitos do povo negro na cidade, mas esse movimento não foi realizado sem o elemento de tensão, contradição e conflitos. Aspectos mais evidentes quando se considera a força da ideologia da democracia racial e da ausência de tradição de movimentos negros pós-abolição em Campina Grande.

Nessa conjuntura, Josemir Camilo fez um desabafo no artigo “Explosão de Racismo”, Jornal Gazeta do Sertão, do dia 18 de julho de 1988. O militante do MNCG começa constatando que, quando o debate sobre o racismo na sociedade paraibana se iniciou, o ideário racista começou a se manifestar, pois ao negro não se era concedido o direito de questionar e/ou reivindicar, mas “para servir de ridículo, de gozação, servir de piadinha, isso pode, não é,

ilustres jornalistas brancos? Me refiro mesmo a alguns jornalistas que têm se posicionado contra o Movimento Negro [...] Vamos reunir estes jornalistas num só” (Gazeta do Sertão, segunda-feira, 18 de julho de 1988).

Camilo interpela se foram esses jornalistas os seres humanos sequestrados, torturados e escravizados durante séculos, chamando a atenção para a falta de sensibilidade e de ética por parte desses articulistas contrários às reivindicações raciais, em razão de que o ponto de vista desses colaboradores da imprensa é o de que os negros que lutam pela negritude, “não passam de desocupados” (Gazeta do Sertão, segunda-feira, 18 de julho de 1988). Logo em seguida, o militante coloca o papel relevante do Movimento Negro de lutar por reparação histórica ao contingente negro da população e de como tal prática é necessária na busca por uma sociedade melhor.

Por fim, Josemir Camilo defende a imagem de que esses reacionários articuladores da imprensa paraibana, inimigos do Movimento Negro de Campina Grande, eram provincianos destituídos de formação humanista e educacional e, mesmo com todo o período de repressão sob a imprensa durante os anos de Ditadura Militar (1964-1985), não conseguiram perceber a prática autoritária de seus ofícios de jornalistas em relação às pautas raciais. No arremate, indica-se: “é bom lembrar a estes pseudojornalistas que ainda dá tempo de se atualizarem. Por que não vão dar uma voltinha fora da Província?” (Gazeta do Sertão, segunda-feira, 18 de julho de 1988).

Nessa fase de luta contra o racismo recreativo, o MNCG denunciou a música “Galeguim dos Zoi Azu”. No tocante a essa canção, Josemir Camilo compartilhou com o leitor do Jornal da Paraíba, em 29 de abril de 1988, no texto “Discriminação campinense”, que no dia anterior se encontrou com dois militantes do Movimento Negro de Campina Grande, do bairro da Bela Vista, que logo foram relatar para ele a revolta diante dessa música de Genival Lacerda. Assim continua:

Olha, lá em casa só falta quebrar o rádio. Minha mãe mesmo, já não aguenta ouvir essa porcaria. Tu já pensaste, rapaz, *ele compara a cor do negro com a cor do urubu. A gente tem que fazer alguma coisa, diz Assis, o líder comunitário [...] O que é que o Movimento pode fazer?* Vamos chamar, urgentemente, uma reunião e tirar uma posição. Eu ouvia, concordava. (Jornal da Paraíba, sexta-feira, 29 de abril de 1988, grifo nosso)

O Movimento Negro de Campina, conjuntamente com a Comissão Campinense do Centenário da Abolição, protestou contra a música de Genival Lacerda. Para tanto, estabeleceram uma rede de apoio para fortalecer a luta contra essa pérfida canção. Uma carta

com a letra da música e a solicitação de nota de repúdio aos compositores foram enviadas para algumas entidades negras no Brasil¹⁷³. Transcrevendo esse texto, expõe-se:

Nós que fazemos a COMISSÃO CAMPINENSE DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO, estamos enviando ao Companheiro e Entidade a letra da música “Galeguim dos zoi azu” dos compositores nordestinos (ver ao lado), que é um verdadeiro atentado à dignidade da Comunidade Negra do país, devido ao seu caráter eminentemente racista. Solicitamos aos companheiros e entidades que enviem seus protestos de repúdio aqueles compositores para, em seguida, buscarmos os caminhos jurídicos que se fizerem necessários. Correspondência para: COMISSÃO CAMPINENSE DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO, Caixa postal, 10104. CEP: 58-100, Campina Grande, PB. ABAIXO O RACISMO! MUITO AXÉ

Não foi possível localizar para quantas entidades negras foi enviado esse documento. Nessa fase, no Brasil, havia cerca de mais de quinhentas organizações espalhadas por todo o território nacional (Damasceno, 1988)¹⁷⁴. Mônica Ribeiro (2014) encontrou documentos comprovando que dois movimentos negros responderam ao chamado da CCCA, a saber: o “Movimento Negro (Unificado) de Fortaleza” e a “Ação Negra de Nilópolis” (RJ). Mas, conseguimos identificar mais um, trata-se do “Grupo Negro Palmares Renascendo”, do município de Bacabal, Maranhão.

No caso da primeira organização negra, esta informou que em Fortaleza existiam vários grupos que atuavam contra o racismo e que estavam vinculados ao MNU. Compartilhou também que a entidade já havia constatado o tom racista da canção composta por Genival Lacerda e João Gonçalves e que, em decorrência disso, foi realizado protesto junto aos meios de comunicação de Fortaleza, bem como a publicação de um texto no Jornal O Povo, periódico de grande circulação na capital cearense. Além de participações por telefone em alguns programas de rádio de grande audiência da cidade (Ribeiro, 2014). No referido texto publicado pelo coletivo negro de Fortaleza no Jornal O Povo, do dia 06 de julho de 1988, encontra-se a seguinte mensagem:

Aproveito este espaço para, em nome de toda a comunidade negra desta terra, mostrar meu mais veemente repúdio contra uma “musicazinha” chata e

¹⁷³ Documento em anexo.

¹⁷⁴ Sobre essas articulações, via cartas dos grupos sociais negros no Brasil desta época, Magno Cruz, militante negro maranhense, relata: “Nós, na realidade, fazíamos um intercâmbio muito grande com todas as suas entidades. A gente mandava correspondência e recebia. Na época nem tinha esse negócio de Internet, não tinha nada, era carta mesmo. Tinha dia de reunião em que o secretário chegava com 30 cartas para mandar para fora. Aí, cada militante ficava com uma carta para botar no correio, porque a gente não tinha dinheiro. Se a gente mandava 30, recebia 30 também. Então, a gente sempre estava conectado com o movimento negro em nível nacional” (Alberto; Pereira, 2007, p. 266).

metida a engraçada, chamada “Galeguinho do zoi azul” (sic). Trata-se de uma letra racista [...]. Os autores, dois idiotas acostumados a fazer sucesso com letras imorais e de duplo sentido, agora tentam, através de um falso forró, fazer chacota com nossos negros [...] Músicas com esta qualidade nos dão (sic) a certeza de como ainda está distante a democracia racial no Brasil, pois ser negro ainda é motivo de galhofas e piadas de mau gosto. Triste Centenário. (Ribeiro, 2014)

Por seu turno, A Ação Negra de Nilópolis respondeu informando ser justa a indignação diante da horrenda música de Genival Lacerda e João Gonçalves, contudo, tal entidade acreditava ser preciso tomar cuidado no ato de protesto para não promover a canção e os compositores em destaque (Ribeiro, 2014). Vale frisar que na carta enviada pelo MNCG indicou-se a possibilidade de uma ação jurídica como recurso a esse enfrentamento, mas tal possibilidade não foi efetivada pelo coletivo negro campinense.

Nesta ocasião, o Grupo Palmares Renascendo, de Bacabal (Maranhão), compartilhou a necessidade de repudiar e protestar contra a canção racista em destaque e se colocou à disposição para somar a essa luta tão importante. Além disso, tal organização negra enviou uma lista de assinaturas com apoio ao ato do MNCG.

Juntando-se à COMISSÃO CAMPINENSE DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO, vimos de público enviar nossos protestos de repúdio contra os compositores da música “galeguinho dos zoi azul”, que temos como sem nenhum sentido à raça negra, e sim como total desrespeito à mesma. Enviamos ainda total apoio para que a COMISSÃO CAMPINESE DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO juntamente com os MOVINES possa tomar as providências necessárias a fim de que a nossa raça seja valorizada, e respeitada. A favor de nossa Raça e contra qualquer tipo de discriminação, GRUPO NEGRO PALMARES RENASCENDO, atenciosamente, Maria da Paz Santos Rodrigues, Secretária. Bacabal. 10 de setembro de 1988.

Os coletivos “Movimento Negro de Fortaleza”, “Ação Negra de Nilópolis” e “Grupo Palmares Renascendo” não aludem efetivamente ao uso de uma ação jurídica contra os autores da canção. Nesse sentido, cabe salientar as dificuldades estruturais que marcaram esses movimentos sociais negros, que não detinham recursos financeiros suficientes para se manterem, e grande parte das ações realizadas era autofinanciada, com soma de cotas dos participantes e apoiadores. Essas questões inibiam ações jurídicas devido aos gastos consideráveis nessa esfera.

Sobre João Gonçalves¹⁷⁵, um dos compositores da música “Galeguim do zoi azul”, tem-

¹⁷⁵ João Gonçalves (1936-2021). Para mais detalhes: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/musica/noticia/2021/06/21/cantor-e-compositor-joao-goncalves-morre-aos-85-anos-em-campina-grande.ghml>. Acesso em: 28 jul. 2024.

se que este foi um famoso cantor e compositor de Campina Grande, autor de vários sucessos e conhecido como o rei do duplo sentido, em razão de que a maioria de suas canções estar associada às imagens de forte apelo sexual e objetificação do corpo feminino. Já Genival Lacerda¹⁷⁶, começou sua carreira em Recife, foi autor de vários discos e ganhou projeção nacional no ano de 1975 com a música “Severina Xique Xique”, igualmente em parceria com João Gonçalves. A união dessa dupla foi responsável por outros grandes sucessos, como: “Maté o Veio” e “Mariá”, entre outros.

O disco “Galeguim do Zói Azu” foi lançado no ano de 1988. Esse título também foi o mesmo nome da principal música de trabalho desse álbum. Tal canção vem num ritmo de forró, mas com toques de metais num diálogo com o *axé music*. Tanto que, antes do início da canção, existe o seguinte áudio na voz do Genival: “Ô, minha filha, avisa ao povo baiano que estou mandando muito axé, nesse ano de 1988 ... para o povo brasileiro também...segura, segura...”.

Conhecido também como o “Rei da Munganga”, Genival Lacerda foi um artista multifacetado, mas suas principais características eram sua ligação com o humor, na sua forma de dançar, com a mão na barriga dando umbigada, e nas letras de seus principais sucessos, embora no seu repertório existam músicas românticas, como “Quem dera”, feita em parceria com o compositor Nando Cordel. Todavia, foi nas músicas de duplo sentido que se tornou reconhecido nacionalmente, a exemplo do refrão principal de “Severina Xique Xique”, seu maior sucesso (outra parceria com João Gonçalves), que diz: “Ele está de olho é na boutique dela” (2x). No ano de 1988, “Galeguim do zoi azu” foi sua quarta música mais executada nas rádios brasileiras e um sucesso, sobretudo, na região Nordeste e na Paraíba¹⁷⁷.

Quando o MNCG e a Comissão Campinense do Centenário da Abolição realizaram publicamente várias denúncias sobre o racismo presente nessa canção de Lacerda e Gonçalves, tais artistas já eram consagrados e famosos na cidade e região. Ademais, não era comum nessa época, final da década de 1980, debater-se acerca do racismo localizado em canções de grande circulação popular, algo mais intenso num município do interior da Paraíba, como Campina Grande.

A revolta pública do MNCG com a composição “Galeguim do zoi azu” fez todo o sentido, aspecto potencializado pelo fato de que esta canção foi lançada em pleno ano de

¹⁷⁶ Genival Lacerda (1931-2021). Para mais informações sobre esse conhecido artista nacional: <https://g1.globo.com/pe/paranaguano/noticia/2021/01/07/genival-lacerda-morre-no-recife.ghml>. Acesso em: 28 jul. 2024.

¹⁷⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/paranaguano/noticia/2021/01/07/genival-lacerda-deixa-legado-de-musicas-irreverentes-saiba-quais-foram-as-mais-tocadas.ghml>. Acesso em: 28 jul. 2024.

1988, período dos cem anos da abolição da escravatura no Brasil. Data essa utilizada por centenas de movimentos sociais negros no país para denunciar a fraude em torno das celebrações do treze de maio e da Lei Áurea e, igualmente, apontar para a existência do racismo como um dos problemas centrais da sociedade brasileira. A letra da música é uma síntese de muitos valores racistas presentes no imaginário brasileiro, repleto de imagens depreciativas contra a população negra.

Voltando-nos de maneira mais detida à canção “Galeguim do zoi azu”, temos:

Zeca preto que só *carvão*
E Zefa preta que só *quixaba*
A família de Zefa
É da cor de *jabuticaba*
Todo parente de Zeca
É da cor de *urubu*
Mas nasceu na casa deles
Um galeguinho dos zói azu
Um galeguinho dos zói azu (bis)
Zeca todo envergonhado
Foi falar com o capelão
Entrou firme na igreja
Coçando a testa com a mão
O vigário disse logo
Não me meta neste angu
Mas traga pra batizar
Seu galeguinho dos zói azu
Galeguinho dos zói azu (bis)¹⁷⁸

Num primeiro plano, os personagens Zeca e Zefa são um casal preto e comparados, respectivamente, a carvão e quixaba, sendo a família de Zefa associada à “cor de jabuticaba” e a de Zeca, à “cor de urubu”. Portanto, são personagens negros interpretados como coisas, bichos, em suma: desumanizados. Cabe destacar que nomear a pessoa negra de macaco ou de urubu, este último um bicho caracterizado pela sujeira e repugnância, trata-se de uma das mais cruéis expressões de ódio ao outro. Assim dizendo, é a defesa ignóbil de que a pessoa negra não é um ser humano, portanto, não é digna de empatia e respeito.

Outra imagem depreciativa na canção é a mulher negra vinculada à imoralidade e à promiscuidade, uma vez que fica sugerido que Zefa traiu Zeca com um homem loiro de olhos azuis. Essas características foram herdadas pela criança fruto do adultério. Encontra-se expresso, assim, “a degeneração natural das relações entre casais negros”, em razão de que a estória do casal negro se torna o motivo principal da galhofa e do riso. Isso é posto de

¹⁷⁸ GENIVAL LACERDA – Tema. Galeguim do Zói Azu. Youtube, 236.048 visualizações 7 de jul. de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J-SDugQOna0>. Acesso em: 28 jul. 2024.

“maneira engraçada” numa interpretação de um cantor irreverente e de um compositor de duplo sentido. Sendo assim, “Galeguim do zoi azul” é a manifestação do racismo recreativo reproduzido através da música. Os valores racistas reportados, aqui, são de que membros de certos grupos possuem defeitos morais naturais, motivo pelo qual estão envolvidos em situações vexatórias e degradantes (Moreira, 2019).

Adilson Moreira (2019) aponta que o racismo através da piada se sustenta no desrespeito ao outro. O riso diante da “brincadeira” racista só existe pelo fato de reproduzir um ideário localizado na sociedade brasileira no qual o racismo se configura como um problema de ordem estrutural. Portanto, as mensagens racistas vinculadas ao racismo recreativo legitimam o sistema de subordinação e de violência vigente sob a população negra brasileira. Isto posto, músicas como “Galeguim do zoi azul” e “Nega do cabelo duro”, personagens como “Mussun” e “Sorriso” reafirmam o desrespeito ao negro, legitimam os valores racistas disseminados no mundo social.

Dessa forma, os movimentos sociais negros brasileiros, durante anos e anos, denunciaram produtos culturais com conteúdos racistas. Num processo educativo de denúncia e, ao mesmo tempo, educando as instituições públicas no sentido de compreenderem a existência da problemática do racismo disseminado no âmbito da manifestação cultural.

Atualmente, existe uma rede maior de atenção por parte da sociedade diante dos discursos reproduzidos no plano da cultura. Canções e programas analisados anteriormente, dificilmente seriam amplamente permitidos nos dias atuais. Isso em decorrência da pressão da militância negra e de parte da sociedade civil. Contudo, o racismo recreativo ainda se faz vigente na vida privada e pública dos(as) brasileiros(as). Neste mundo contemporâneo, marcado pela era digital, as redes sociais e aplicativos de comunicação são espaços para disseminação de discursos de ódio e de racismo contra minorias de direitos. Em face disso, os estudos de processos criminais elaborados por Adilson Moreira (2019)¹⁷⁹ demonstram o quão distante estamos, no plano da justiça, da compreensão do racismo recreativo e, por outro lado, do quanto o racismo e a democracia racial são dimensões fincadas nas instituições brasileiras.

Nessa conjuntura, o Movimento Negro de Campina Grande exerceu um papel educativo com seus saberes insurgentes e anticoloniais que questionaram a democracia racial e as práticas de racismo recreativo localizadas em programas de TV, músicas e textos literários. Num processo que teve como meio a educação, práticas educativas desdobradas

¹⁷⁹ Vale conferir os estudos de Adilson Moreira analisados sobre como os processos judiciais reafirmam o racismo recreativo, chancelado pelos profissionais do judiciário.

num trabalho de letramento racial, de análise do texto e do contexto presente em obras culturais de considerável circulação popular. Tais práticas antirracistas do MNCG foram realizadas em protestos, textos publicados em jornais, críticas feitas em debates de rádio e televisão e em palestras ocorridas em SABs, escolas e universidades.

Mesmo que as críticas e os protestos do MNCG não tenham afetado a audiência do programa “Os Trapalhões”, a peça “Fogo-fátuo”, as músicas “Nega do Cabelo Duro” e “Galeguim do zoi azul”, suas atividades de denúncias ao racismo recreativo afixadas nessas obras fizeram parte de uma soma de ações educativas em torno de uma cultura de Consciência Negra na cidade de Campina Grande, que, com o passar dos anos, foram sendo timidamente reconhecidas pela população e pelas instituições públicas e privadas.

CAPÍTULO 4 – O MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE: TENSÕES SOCIAIS E VISÕES DE EDUCAÇÃO NO LIMIAR DA LEI 10.639/2003

4.1 – Os Movimentos Sociais Negros, a agenda educacional e racial no contexto da Constituição de 1988

A década de 1980 foi marcada por consideráveis mudanças institucionais no Brasil. O país deixava uma longa ditadura militar e adentrava em um “novo período democrático”. Esse decênio também se caracterizou por fases de intensa crise econômica e social, assim como de grandes mobilizações sociais. Tratou-se de uma fase também atravessada pela assunção de muitos movimentos sociais do campo e urbanos, sindicais e de novos partidos de esquerda, como foi o caso do surgimento do Partido dos Trabalhadores, em 1980.

Em 1985, temos o fim do governo militar e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, que se concluiu com a aprovação da nova Constituição do Brasil no ano de 1988. Logo, em 1989, a sociedade brasileira teve a oportunidade de participar das primeiras eleições diretas para presidente após mais de vinte anos de regime autoritário. Nesse contexto histórico, o movimento negro contemporâneo, surgido em 1978, conseguiu se colocar na sociedade brasileira como importante ator político e, igualmente, obteve o reconhecimento de sua agenda racial no debate nacional.

Na carta magna de 1988, encontram-se alguns avanços referentes à temática racial, a saber: o reconhecimento do racismo como crime inafiançável e imprescritível; o reconhecimento e a titulação das terras remanescentes de quilombos; a menção de que o ensino de História do Brasil deve considerar as contribuições das diferenças culturais e etnias para a formação do povo brasileiro, entre outras. Desta maneira, o ano de 1988 tornou-se um ponto de viragem para a história do Brasil com a aprovação de uma nova Constituição.

Por outra perspectiva, para o movimento negro brasileiro, foi uma data emblemática pelo fato de ter sido o período do centenário da abolição. Assim, o protesto negro “se fortaleceu como um novo sujeito coletivo – ao lado de outros movimentos sociais negros que rejeitaram o projeto de celebração em torno dessa data” (Oliveira, 2021, p. 125-126).

Ademais, essa fase se configurou como o momento no qual o movimento negro brasileiro (re)apresentou suas pautas reivindicatórias e recebeu projeção nacional ao realizar, em vários municípios e estados brasileiros, ações políticas que denunciaram o racismo e negaram o treze de maio como data de redenção para o povo negro. Dessa forma, tais

atividades ganharam visibilidade midiática e alcançaram o debate político nacional. Em relação ao Movimento Negro de Campina Grande, Josemir Camilo indica que:

Em 1988, realmente eu acho que Campina Grande despontou. Acho que foi a coroação do movimento negro mesmo, era essa luta contra o racismo porque a gente sabia da inutilidade da Lei Afonso Arinos, não servia pra nada [...] então toda campanha foi muito forte em cima disso, à medida que os constituintes legislaram sobre isso, então depois que foi promulgada a Constituição, houve um refluxo, aquilo que levava a gente a se movimentar, as emoções e tudo, isso foi preenchido pela lei. Se tratava aí, a partir daí, de outros tipos de luta, de conquista de espaços, de outras denúncias, mas eu acho que nesse período dos anos 80 se cumpriu essa parte aí. Dos diversos militantes. (Melo. J.C, 2022, p.3)

Essa passagem descrita por Camilo se torna importante para demarcarmos alguns dados de conjuntura dessa época. Primeiramente, o ano do centenário da abolição foi o momento que aglutinou os esforços acumulados das centenas de movimentos sociais negros que apareceram após a criação do MNU, no ano de 1978. Convém ressaltar que tal movimento social completava uma década de existência em 1988.

Soma-se a esse cenário a longa luta pela redemocratização e as expectativas de um novo momento político a ser disputado no Brasil, sobretudo na relação do Estado brasileiro com a pauta negra antirracista. Esse sentimento de esperança da luta do movimento negro, dentro deste contexto, ficou bem refletido por Henrique Cunha Junior, um dos mais importantes militantes da causa negra brasileira, numa palestra proferida no I Encontro do Negro Sul-Sudeste, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1987:

A reorganização política e econômica por que passa o país abre novos espaços para negociações, articulações e consensos. Sendo assim, tenho em mente que o próximo salto de qualidade do nosso movimento virá do fato dele deixar de ser nosso e transformar-se num movimento que permeia todos os setores da vida brasileira. *O aprofundamento da composição que a questão da democracia no país depende da solução do que chamam de questão racial deve ser obtido.* Esta dependência centrada nas questões objetivas do trabalho no Brasil, resgatando aquilo que ele tem de mais antigo, *que é nossa participação histórica nele.* (Cunha Júnior, 1992, p. 67, grifo nosso)

Cunha Júnior (1992) refletia a busca do movimento negro por espaço para a problemática racial na constituição da fase de redemocratização que atravessava o país no final dos anos 80. Logo, o ano do centenário da abolição foi o momento mais importante do movimento negro contemporâneo na década de 1980 e um dos mais relevantes do século XX.

Com efeito, o período de 1988 foi marcado por eventos e protestos realizados pelo movimento negro brasileiro, atividades e ações de abrangência nacional que receberam espaço na mídia tradicional.

Outro ponto que merece destaque no relato de Camilo (2022), refere-se ao fato de que a luta contra o racismo se tornou uma questão de grande importância para o protesto negro campinense da década de 1980, dado, por exemplo, que se encontra localizado no texto do projeto de estatuto do MNCG (1988) e nas falas de Camilo (2022) e de Bené (2022) mencionadas anteriormente no presente trabalho.

Nessa perspectiva, a Lei Afonso Arinos, pela sua inutilidade prática no combate à discriminação racial, foi alvo de protestos das organizações negras durante os anos 80. Cabe destacar que tal dispositivo legal foi aprovado no ano de 1951 e se tratou da primeira lei orientada no combate ao racismo no Brasil. A Lei Afonso Arinos nasceu a partir da repercussão nacional e internacional dos casos de racismo sofrido por Katherine Duran¹⁸⁰.

Com grande destaque para essa última, pois se tratava de uma artista de prestígio internacional, cantora, coreógrafa, dançarina e militante antirracista estadunidense proibida de ter acesso a um hotel de luxo em São Paulo, em 1950. Tal acontecimento teve grande repercussão na imprensa da época e fomentou a elaboração e a promulgação da Lei nº 1.390, de julho de 1951, que tornou a prática de preconceito de raça e de cor como contravenção penal. Essa diretriz localizou como espaço de punição a restrição de acesso, atendimento, inscrição, emprego, hospedagem, entre outros, por razão da cor e raça. Punindo com uma pena de três meses, multas e perdas de cargos, caso o agente seja funcionário público (Silva, Luiz, Jacoud, Silva, 2009).

Releva destacar que essa normativa em destaque foi fruto de mobilizações de setores da sociedade civil, de militantes negros e de associações negras, com atenção especial para o trabalho realizado pelo Teatro Experimental do Negro em torno dessa questão. O autor dessa propositura foi o deputado federal Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990). Mesmo considerado um marco histórico: a constituição de uma lei que abordava o racismo pela primeira vez no Brasil; a problemática da discriminação racial continuou existindo e esse dispositivo legal tornou-se uma lei morta e sem validade prática.

¹⁸⁰ No caso dessa última, tratava-se de uma importante dançarina reconhecida internacionalmente. Katherine Duran (1909-2006) esteve na cidade de São Paulo, em 1950, para uma apresentação, no entanto, ela foi impedida de ingressar em um hotel de luxo. O caso estampou a capa de muitos jornais e, durante sua estreia, no Teatro Municipal, Duran denunciou o caso aos jornalistas presentes. Tal acontecimento teve grande repercussão pública na época. Mais detalhes: <https://www.ancestralidades.org.br/marcos-historicos/caso-katherine-dunham>. Acesso em: 24 nov 2024.

Coube à militância negra reatualizar o debate em torno da legislação antirracista, pois, como afirmou Josemir Camilo (2022), sabia-se da ineficácia da Lei Afonso Arinos. Dessa forma, no ano de 1979, a Lei 1.390 foi alvo de um enterro simbólico realizado pela militância negra paulista e, no dia vinte de novembro do corrente ano, na mesma linha, manifestações e protestos foram realizados no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e João Pessoa (Gonzalez, 2020).

Já no ano de 1985, com a Lei 7.437, foi adicionado o preconceito de gênero ou estado civil. Com a formalização da Nova Constituição de 1988, no capítulo “Dos direitos e Deveres Individuais e Coletivos”, no artigo XLII – a prática do racismo foi reconhecida como crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão nos termos da lei. Mas, a partir de muitos esforços do deputado federal Carlos Alberto Caó¹⁸¹, essa normativa foi regulamentada em 1989, com a Lei 7.716/1989¹⁸², denominada de Lei Caó. Essa lei previu a punição para atos motivados pelo preconceito de cor ou raça, partindo de exaustivo trabalho de tipificação daqueles atos e determinando pena que variava de três a cinco anos de prisão (Silva, Luiz, Jacoud, Silva, 2009).

Dessa maneira, concerne destacar que o deputado federal Carlos Alberto Caó (1941-2018) integrava a pequena e aguerrida bancada negra da Câmara Federal que tinha vinculações com o movimento negro brasileiro e partidos de esquerda. Tal fato demonstra a participação ativa do movimento negro brasileiro na construção da Constituição de 1988. Existe um importante relato de Carlos Alberto sobre esse processo histórico, a saber:

Houve um esforço considerável de mobilização do movimento negro, dentro de um longo período de reclusão. Mas nós nos apresentamos, com todas as debilidades, o que ajudou a concretizar o racismo como crime foi também o clima geral na sociedade brasileira contra o autoritarismo. Essa foi a marca que conseguimos imprimir. As resistências foram muitas às propostas de ações afirmativas, políticas compensatórias foram apresentadas e examinadas, mas tudo isso foi cortado, cortado. (Gomes, Rodrigues, p. 938, 2018)

Essa passagem posta por Carlos Alberto Caó evidencia os limites postos no texto da constituição cidadã, dado que, mesmo considerando os avanços formais desse documento ao

¹⁸¹ Carlos Alberto Oliveira dos Santos foi advogado, jornalista e político. Ficou conhecido como Caó e teve uma atuação importantíssima, no parlamento brasileiro, particularmente, no processo de construção da Nova Constituição, em prol do combate ao racismo. Constitui-se como um dos nomes de maior destaque do protesto negro brasileiro do século XX. Para mais detalhes sobre a personalidade negra em destaque: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-02/morto-aos-76-anos-ex-deputado-cao-marcou-na-constituicao-sua-luta>. Acesso em 24 nov 2024.

¹⁸² Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm. Acesso em 24 nov 2024.

sinalizar parte da agenda reivindicatória do protesto negro da época, muitas das pautas colocadas pelos movimentos sociais negros foram substancialmente alteradas no texto final e outras tantas foram recusadas.

Assim, compete lembrar o processo de constituição de fóruns, encontros e subcomissões capitaneados por parlamentares negros e militantes negros, no decênio de 1980, que foram levados para a integralização do texto final da constituição cidadã. Dessa maneira, em 1985, foi realizado o “Primeiro Encontro O Negro e a Constituinte”, em Minas Gerais; em seguida, no ano de 1986, ocorreu “a Convenção Nacional – O Negro e a Constituinte”, em Brasília e; logo depois, em 1987, constituiu-se a “Subcomissão dos negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias” para elaborar propostas para a Comissão da Ordem Social encaminhar para o texto final da Constituição (Gomes, Rodrigues, 2018).

Esses encontros reuniram militantes negros e movimentos de várias regiões do Brasil e o tema da educação sempre esteve presente na discussão. Entre idas e vindas desses espaços de debates, as seguintes propostas na área da educação foram encaminhadas para a discussão da composição do texto da CF: “a educação dará ênfase à igualdade dos sexos, afirmará as características multiculturais e pluriétnicas do povo brasileiro”; “o ensino de ‘História das Populações Negras do Brasil’ será obrigatório em todos os níveis de educação brasileira, na forma que a lei dispuser”; “caberá ao Estado, no sistema de admissão nos estabelecimentos de ensino público, desde a creche até o segundo grau, a adoção de uma ação compensatória visando à integração plena das crianças carentes”; “Lei ordinária disporá sobre a fixação de datas comemorativas para diferentes segmentos étnicos nacionais¹⁸³”.

Essas proposituras condensavam os anseios da militância negra da época. Em relação a esses pontos em torno da educação, sublinhou-se a tendência da luta pelo espaço no currículo, particularmente que o ensino de História garantisse o estudo sobre o povo negro brasileiro e a África. Algo também presente na Cartilha do Centenário da Abolição elaborada pelo MNCG. Nesse sentido, Henrique Cunha Júnior, no Seminário “Raça Negra e a Educação”, de 1987, coloca que, para a organização negra da época, as duas principais reivindicações sobre educação “referiam-se aos currículos escolares, mais precisamente sobre os cursos de História, Geografia, Estudos Sociais e Língua Portuguesa, nos quais predomina um etnocentrismo branco-europeu; e ao reduzido número de não-brancos que concluem os diversos níveis de ensino” (Cunha Júnior, 1992, p.101-102).

¹⁸³Disponível

em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/7c_Subcomissao_Dos_Negros_Populacoes_Indigenas.pdf. Acesso em: 07 ago 2024

Apreende-se, assim, que o Movimento Negro batalhava pelo processo de descolonização do currículo escolar brasileiro, marcado pela predominância eurocêntrica, ao tempo que combatiam a ideologia da democracia racial. Todavia, essas bandeiras de luta não se encerraram com a aprovação do texto final da Constituição da República Federativa do Brasil, pois ao final foram estes os apontamentos sinalizados nesse documento referentes ao recorte racial:

Título I – Dos Princípios Fundamentais. Art. 3º – Constituem objetivos fundamentais da República Federativa [...] IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação [...] Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos [...] XLII – *A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;* [...] Seção II – Da Cultura. Art. 215 – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º *A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.* Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos [...] Título IX – Das Disposições Constitucionais Gerais. Art. 242 – [...] § 1º *O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro [...]* Disposições Transitórias. Art. 68 – *Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.* (Brasil, 1988, grifo nosso)

No texto da constituição cidadã, os marcos de garantia de direitos para o povo negro podem ser lidos como avanços históricos, em razão de que significou por parte do Estado brasileiro o reconhecimento de temas proscritos nas constituições antecedentes. Dessa forma, abriram-se amparos legais para subsidiar as reivindicações por parte da sociedade civil e da militância negra. Mesmo considerando esses progressos no plano jurídico, os limites das políticas públicas em prol da luta contra o racismo também estiveram postos na Constituição Federal de 1988, por exemplo, não se localiza nenhuma menção efetiva de ação reparatória por parte do Estado brasileiro aos descendentes dos escravizados.

Ademais, as proposições levadas pelo Movimento Negro foram abrandadas em menções pontuais e diluídas de desdobramentos no plano concreto da efetividade. Nesse

sentido, a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana no 1º e 2º grau foi substituída pelo inciso §1º do artigo 242, que aponta a necessidade de que o ensino de História deve considerar as contribuições das diferentes etnias que formaram o país. Aspecto que reafirma a lógica da democracia racial e que não destaca concretamente a implementação de uma educação voltada às relações étnico-raciais e antirracista.

Já no tocante aos quilombos, mesmo apontando o reconhecimento do direito à terra na CF - 1988, só em 2003 é que foi estabelecido o Decreto nº 4.887 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68 do ato das disposições constitucionais transitórias. Praticamente, durante toda a década de 1990, a política de titulação de terras quilombolas não foi efetivada.

Por sua vez, no artigo 215 referente à cultura e no inciso §2º que aborda a necessidade de fixar datas comemorativas de grande relevância para as diferentes etnias que formaram o povo brasileiro, apenas com a Lei 10.639/2003 que se postou o vinte novembro como “Dia da Consciência Negra” a ser trabalhado no calendário escolar e, trinta e cinco anos após a CF-1988, com a Lei 14.759/2023, essa data foi reconhecida como feriado nacional a ser comemorado a partir do ano de 2024.

A CF-1988 também destacou que o racismo é considerado pelo Estado nacional crime inafiançável e imprescritível. No entanto, no plano palpável do cotidiano, a discriminação racial e o preconceito racial permaneceram existindo e os casos denunciados e levados à justiça recorrentemente acabaram sendo tipificados como injúria racial, que tinha uma pena mais branda e sem prisão¹⁸⁴. Apenas trinta e cinco anos depois, foi aprovada a Lei 14.532/2023, que tipifica a injúria racial como racismo. Sobre as contradições em torno do crime de racismo tipificado pela Constituição e pela Lei Caó:

Segundo a literatura sobre o tema, os grandes dilemas para a aplicabilidade desta lei são outros. De um lado, o rigor determinado pela inafiançabilidade e imprescritibilidade faz que a lei seja considerada por muitos operadores do direito como excessiva e/ou desproporcional. De outro lado, dificuldades como a de constituir a prova do ato de discriminação ou as resistências encontradas no interior do sistema policial e judiciário em reconhecer a motivação racista dos atos denunciados são alguns dos fatores que explicariam o limitado recurso às normas antidiscriminação [...] entretanto, na década de 1990, analistas e militantes da questão racial passam a destacar [...] que ao atacar o resultado da discriminação, esta legislação afeta pouco suas causas: o preconceito, o estereótipo, a intolerância e o racismo (Silva, Luiz, Jaccoud, Silva, 2009, p.31).

¹⁸⁴ Para mais reflexões em torno das contradições da Injúria Racial na doutrina jurídica, vide o livro **Racismo Recreativo** (2019), do jurista José Adilson Moreira.

Dessa maneira, esses exemplos trazidos anteriormente demonstram a imensa dificuldade de se colocar no debate político e na política pública as pautas antirracistas. Outrossim, sem participação ativa e histórica dos movimentos sociais negros, os dispositivos legais de direitos para o povo negro não existiriam. Do mesmo modo, denota-se a compreensão de que as leis existentes são consequências de lutas e embates entre os grupos sociais que constituem o mundo social. Dito com outras palavras, são frutos das disputas de poder e dos pleitos de setores da sociedade.

Numa sociedade injusta socialmente e desigual como é constituída a brasileira, os grupos dominantes exercem mais poder para impor suas concepções de mundo nos contratos jurídicos implementados pelo Estado. Neste contexto histórico, a desigualdade social no Brasil é permeada pelo racismo estrutural. Como bem apontou o economista Mário Theodoro (2022), o racismo é um componente central da desigualdade econômica brasileira. Trata-se, antes de tudo, de uma problemática estrutural e institucional. Nesse último aspecto, constata-se que o racismo se manifesta, também, no plano institucional, pois as instituições públicas e privadas tratam de maneira assimétrica brancos e negros. Além disso, apenas a partir de muita pressão e tensionamentos, abordam a questão antirracista.

Nesse sentido, o texto da Constituição Federal (1988) exemplifica essas questões, os espaços dedicados à temática negra foram resultados de muitas lutas empreendidas por militantes e parlamentares negros. Com efeito, a Constituição cidadã absorveu tangencialmente as concepções da promoção da igualdade racial.

Destaca-se que, em 1988, também foi fundada a Fundação Cultural Palmares, instituição de âmbito federal responsável pela divulgação e preservação da cultura negra brasileira. “O surgimento dessa fundação simbolizava, em nível federal, a inauguração de uma nova etapa no tratamento da questão racial. Essa temática passa a ser reconhecida como portadora de reconhecimento e legitimidade” (Silva, Luiz, Jaccoud, Silva, 2009, p.26).

Em face dessas questões, o governo federal, no final da década de 1980, acompanhou as mudanças de tratamento em relação à problemática racial realizada por muitos estados e municípios brasileiros que adotaram órgãos e políticas públicas de recorte racial. Por exemplo, no ano de 1984, em São Paulo, foi constituído o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra.

Particularmente na dimensão educacional, muitos grupos de pesquisas e leis voltadas às temáticas negras foram surgindo e gradualmente inseridas em algumas cidades e unidades federativas, três exemplos podem ser mencionados neste sentido: a primeira foi a constituição

da disciplina “Introdução aos estudos africanos” no currículo da rede de ensino estadual de 1º e 2º Grau da Bahia, no ano de 1985; a segunda a Lei 6.312/1989, que instituiu no município de João Pessoa o vinte novembro como “Dia Municipal da Consciência Negra”, nessa data os(as) educadores(as) ficaram responsáveis por ministrar palestras alusivas à cultura negra e a contribuição do negro para a história do Brasil (Silva Junior, 1988) e, por último, cabe destacar o amplo estudo “Raça Negra e Educação” (1987) realizado e publicado pela Fundação Carlos Chagas no qual trouxe um conjunto de pesquisas voltados ao currículo, espaço escolar, livro didático e relatos de experiências educacionais tendo como ângulo central a questão da negritude no Brasil.

Desse modo, ao tempo que o Estado brasileiro, tendo como marco a promulgação da Constituição Cidadã, sinalizava uma nova etapa histórica de tratamento à agenda racial, o programa econômico capitalista neoliberal adentrava no país e freava os ímpetus de um projeto de democracia mais consequente. A vitória do presidente Fernando Collor de Mello (1989-1992) simbolizou a implementação de uma contrarreforma conservadora e autoritária na transição da ditadura militar para a Nova República. “Um encontro trágico”, nos termos de Dennis de Oliveira (2021), que complementa:

A grande singularidade histórica para o Brasil foi uma “coincidência de agendas”: a da democratização do país e avanço dos movimentos sociais e a contrarreforma neoliberal mundial no final dos anos de 1980. O ano de 1988 marca a promulgação da chamada Constituição Cidadã que cristalizou o pacto construído nos anos de 1980 de transição da ditadura militar para a democracia. O que ocorreu é que esses avanços nas agendas dos movimentos sociais foram bloqueados pela vitória das forças de direita nas eleições presidenciais de 1989. E, desde então, o argumento comum entre os conservadores e analistas da mídia hegemônica é que a Carta Constitucional de 1988 é “impraticável” ou “não cabe no orçamento” [...] *Dentre os sujeitos coletivos que lograram avanços no processo de democratização nos anos de 1980, os que tiveram maiores dificuldades de inserção na agenda foi a população negra* (Oliveira, 2021, p.30-31, grifo nosso).

Dessa maneira, o entusiasmo do projeto do MNU de se constituir como um movimento nacionalmente unificado foi se desfazendo após 1988, as bandeiras de transformações sociais vinculadas à luta de raça e de classe se arrefeceram após o fim da guerra fria e da União Soviética. Com a hegemonia do capitalismo neoliberal, a luta antirracista do movimento negro brasileiro não endossou mais a bandeira de busca por uma mudança radical do sistema econômico, social, e se pautou, de maneira dominante, pela reivindicação da implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial.

Desse modo, sobressaltam-se as imensas dificuldades existentes em torno dessa tarefa

de implementação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento ao racismo e à valorização da população negra. Questões que foram desafiadoras e exigiram um acúmulo de lutas e de centenas de ações antirracistas no decorrer de toda a década de 1990 e dos anos 2000.

Nesta fase, surgiram várias organizações negras, tais como a União de Negros pela Igualdade – “UNEGRO” (1988) e o “GELEDÉS” – Instituto da Mulher Negra (1988), entre outros. Desse modo, o Movimento Negro se constituiu num conjunto de diversas organizações negras autocentradas, que realizaram encontros e fóruns regionais e nacionais, todavia, não se configuraram num agrupamento nacionalmente unificado. Mesmo assim, na década de 1990, algumas ações foram efetivadas em âmbito nacional e com forte mobilização social.

Dessa maneira, a década de 1980 foi o período no qual o Movimento Negro conseguiu alocar a problemática “negra” para uma pauta a ser considerada pelo Estado Brasileiro, isso tanto numa direção de denúncia e enfrentamento ao racismo ainda existente na sociedade quanto na perspectiva de valorização e de orgulho de uma história e cultura de resistência negra.

Nessa conjuntura histórica, a expressão “raça negra” recebeu um novo sentido social, em razão de que, pelas mãos e ações da militância antirracista, tornou-se símbolo de orgulho, de luta social e racial. Um termo que foi ressignificado pelo viés político de reafirmação identitária de pertencimento à “raça negra”, sendo esse o recorte político estabelecido pelo movimento negro, que provocou, a partir deste ângulo, o Estado brasileiro por direitos no processo de uma nova etapa política que se abriu no país após o fim do regime militar.

Desse jeito, a existência do movimento negro foi mais um passo na construção de um projeto de democracia que a sociedade brasileira tanto almejava. Na década de 1990, o Brasil passou por um conjunto de mudanças e o protesto negro também, todavia, a luta por educação continuará sendo as pautas prioritárias do movimento negro brasileiro e campinense.

4.2 – Movimento Negro brasileiro e os anos 90: algumas considerações

Antes de adentrarmos na história dos militantes negros campinenses na década de 1990 e suas ações referentes às questões educacionais, faz-se necessário inserir essa organização negra no contexto histórico nacional da luta antirracista da época. O movimento negro brasileiro inicia os anos 90 com a importante campanha de conscientização: “Não deixe

sua cor passar em branco”. Um movimento encabeçado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) em parceria com outras instituições negras, que visou interferir no Censo Geral organizado pelo IBGE, de 1990. Desta forma, tentou-se reparar os baixos índices do contingente de negros extraídos da última pesquisa de 1980, além de reafirmar as categorias de preto e pardo como não brancos. Questão fundamental para o movimento negro na sua luta frente ao Estado brasileiro por políticas públicas para a população negra.

Nessa quadra histórica, foi realizado, em 1991, na cidade de São Paulo, o 1º Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN) que se desdobrou na construção da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN). Esse evento e coordenação tiveram como objetivo a criação de uma unidade nacional em meio à ampla diversidade de movimentos negros que existiam no país e que não detinham, muitas das vezes, um formato institucional e nem partilhavam de um programa nacional comum de luta e de agenda. Muitas dessas organizações foram afetadas pela falta de recursos financeiros para automanutenção, o que acarretou o desenvolvimento de milhares de coletivos sociais negros sem sede física, estatutos e espaços para formação.

Desse modo, a precarização financeira e estrutural se configurou como uma das principais características das organizações negras brasileiras dessa fase. Essa concepção se fez presente em todo o processo histórico do Movimento Negro de Campina Grande. A maioria das ações do MNCG foi constituída por recursos solicitados às entidades de classes¹⁸⁵, por autofinanciamento de seus membros e de apoio pontual de órgãos públicos. Neste último caso, cedendo geralmente o espaço físico e colaborando na divulgação.

Paulatinamente, alguns agrupamentos negros brasileiros conseguiram apoio de empresas privadas, sobretudo as ONGs, e outras do setor público. Essa perspectiva ocorreu mais em cidades de grande porte econômico e de maior tradição histórica de luta antirracista no pós-abolição, quais sejam: Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, entre outras.

Essa conjuntura colaborou para que os movimentos sociais negros, seguindo o contexto de implementação do ideário neoliberal, centrassem suas forças em lutas por reformas e por políticas públicas, eclipsando as bandeiras mais consequentes da luta de raça e classe, de ruptura à ordem capitalista e voltado para uma transformação radical da sociedade. Mesmo assim, o movimento negro agenciou, na diversidade de centenas de coletivos negros existentes no país, ações reivindicatórias de grande relevo, algumas com grande capacidade

¹⁸⁵ Prática comum de alguns militantes negros campinenses era solicitar, via ofícios, apoio financeiro para eventos e ações do MNCG, geralmente tais pedidos eram direcionados a sindicatos. Como consta num ofício de 1998(7) em anexo.

de aglutinação social e política.

Nesse ínterim, a educação se tornou o principal eixo reivindicatório do protesto negro brasileiro pós-abolição, recebendo grande atenção por parte da militância negra no processo de Constituição Federal de 1988. Com efeito, a bandeira em torno da educação continuou como a principal dimensão de disputa do movimento negro brasileiro nos anos de 1990. Nesse sentido, no IX Congresso Nacional do Movimento Negro Unificado, realizado na capital mineira, em 1991, foi aprovado o Programa de Ação do MNU em oito pontos:

1º Por um movimento negro independente; 2º Pelo fim da violência policial e contra a indústria da criminalidade; 3º Pelo fim da discriminação racial no trabalho; 4º *Por uma educação voltada para os interesses do povo negro e de todos os oprimidos*; 5 Pelo fim da manipulação política da cultura negra; 6 Contra a exploração sexual, social e econômica da mulher negra; 7 Pelo fim da violência racial nos meios de comunicação e 8 *Pela solidariedade internacional à luta de todos os oprimidos*. (Programa de Ação do MNU, 1990, p. 1, grifo nosso)

Esse documento é de grande importância por sintetizar as principais dimensões do protesto negro no início da década de 1990. Sublinha-se que muitas estavam presentes desde a constituição do movimento negro contemporâneo, em 1978, tais como: o combate à violência policial contra a população negra; a dimensão internacional da luta contra a opressão racial; a exigência da implementação de uma educação antirracista e o combate à violência contra a mulher negra.

Outros pontos merecem ser destacados e foram incorporados às ações no decorrer do decênio de 1990, a saber: a luta contra a discriminação da população negra no mercado de trabalho; enfrentamento ao racismo reproduzido na grande mídia; o combate aos usos políticos da temática negra e pela independência política partidária do movimento negro. Nesse último item, existia uma preocupação de que, com o processo de democratização das eleições, a temática negra e seus movimentos servissem a interesses partidários e fossem utilizados por militantes negros, enquanto moeda de troca pessoal, em detrimento da causa maior de combate ao racismo.

No plano educacional, o documento do Plano de Ação do MNU, de 1990, no seu item 4 – “Por uma educação voltada para os interesses do povo negro e de todos os oprimidos” - detalha mais aspectos e objetivos reveladores:

A escola [...] tem um papel importante na formação do cidadão. É por seu intermédio que a sociedade educa os seus dirigentes, pois a escola é um dos principais instrumentos da classe dominante para impor a sua ideologia alienante a toda a sociedade brasileira [...] A contribuição que o debate

acerca da educação traz para o processo de reação à violência racial, começa por um lugar-comum: denunciando a seletividade do modelo educacional vigente, o reforço aos valores da classe dominante, a perpetuação de uma prática pedagógica racista, que exclui o patrimônio cultural da população negra dos currículos escolares, o afastamento das classes populares (negras em sua maioria) do processo de ensino e aprendizagem [...] o MNU não pode restringir-se apenas a: defender princípios gerais sobre o direito à educação e a defesa da cultura negra; formular sugestões curriculares que atendam às exigências educacionais da população negra; indicar a dívida dos poderes públicos com o povo negro. É preciso muito mais. Afinal de contas, ao longo da história do Brasil, o RACISMO, mais que a escola, já deu muitas e duras lições [...], entretanto, a escolarização não produz tão só o silêncio, a negação. Ela gera, ainda que este não seja o seu objetivo, o inconformismo e a indignação. Muitos negros resistem aos ensinamentos racistas e, em lugar de afastarem-se de seu povo, reforçam junto a ele a identidade racial negada pela escola. EDUCAM-SE NEGROS.

O movimento que se insurge, e não cessa, contra a violência racial, coloca outras questões sobre educação e aponta novos caminhos [...] neste sentido o MNU propõe duas linhas de atuação. Uma que dê continuidade às pressões para a redefinição da escola, seus métodos e conteúdos; a OUTRA, prioritária, que busque construir uma proposta de EDUCAÇÃO AUTONOMA, sustentada pelo povo negro. Através dessas experiências, o MNU buscará mostrar ao NEGRO que ele é capaz de entender e modificar o mundo, que é ativamente livre para agir, julgar, compreender e criar. Além desta descoberta de que É GENTE NA HISTÓRIA, o negro também poderá perceber-se como AGENTE DA HISTÓRIA, com poder para intervir na realidade que o cerca.

PARA ISTO É NECESSÁRIO:

- DESENVOLVER PROJETOS AUTÔNOMOS de alfabetização tendo como base a questão racial.
- MOBILIZAR o povo negro para, junto com o MNU, criar escolas alternativas onde, o ensino formal esteja associado a história e à cultura do negro brasileiro.
- ELABORAR um currículo afro-brasileiro para escolas alternativas e como subsídio para as escolas formais. Estimular a produção de material didático anti-racista, em especial para cursos de Magistério e Pedagogia.
- DESENVOLVER projetos para crianças e adolescentes onde a educação e a cultura sejam enfocadas como forma de resistência, organização e resgate da negritude.
- DESENVOLVER, ORIENTAR E MINISTRAR cursos, palestras, seminários dirigidos à comunidade escolar;

CABE AINDA AO MNU LUTAR:

- CONTRA a discriminação racial nas escolas e POR melhores condições de Ensino.
- PELA inclusão da disciplina História da África e do Povo Negro no Brasil nos Currículos Escolares.
- POR um Ensino voltado para os valores e interesses do Povo Negro e de todos os oprimidos.
- POR um Ensino Público e Gratuito em todos os níveis. (Plano de Ação do MNU, 1990, p.7-8, grifo nosso)

Esses dados educacionais extraídos nesse texto final, elaborado no Congresso Nacional do MNU (1990), foram frutos de muitas mãos, de militantes negros(as) de várias regiões do país, são expressões das principais dimensões de projetos de educação reivindicados pelo MNU¹⁸⁶. Vários aspectos chamam a atenção dessa atividade, primeiramente a percepção da educação e da escola como espaços de reprodução dos valores racistas, dessa maneira, lugares fundamentais para demarcação de enfrentamento ao racismo. No sentido de se contrapor a essa ordem e também de construir um processo educacional antirracista e para a constituição da consciência negra, pois o universo educativo, no entendimento do MNU, era fundamental no processo de justiça social e racial para o povo negro.

Segunda questão que destacamos nesse documento, em análise, é a compreensão de que a educação deve conseguir “resgatar” a história e a memória do povo negro como agentes ativos da história, como protagonistas do passado e do presente. Assim, apontava-se, implicitamente, que o protagonismo negro também se fazia no presente, como parte formativa da sociedade brasileira de ontem e de hoje. Daí a necessidade da inclusão da disciplina de História e Cultura da África e do Povo Negro no Brasil.

Por último, evidenciamos a importância da ação do movimento negro na construção de novas formas de educação que valorizassem a história e a cultura afro-brasileira. Dessa feita, é tarefa da militância a construção de novas possibilidades de currículos e auxílio pedagógico para as escolas e cursos de magistério. Nessa questão, direcionou-se à importância de que a militância negra precisava ministrar e desenvolver palestras e seminários para a comunidade escolar. Esses aspectos estiveram presentes nas ações do MNCG durante os anos de 1990 e 2000, como veremos com mais detalhes no próximo tópico.

Sumarizando, a esfera educacional foi elencada como a principal reivindicação acionada pelos movimentos sociais negros brasileiros no decênio de 1990. Nessa conjuntura, estava constatada a ausência de políticas públicas educacionais voltadas à inclusão do ensino da História e da Cultura afro-brasileira e africana ao nível nacional. Desta forma, ficou a cargo dos militantes do movimento negro o exercício do ensino da memória do povo negro e africano para as instituições públicas e para a sociedade brasileira.

Tal fato ocorreu, na maioria das vezes, por meio de palestras, eventos, seminários

¹⁸⁶ Aqui, compete salientar que nenhum membro do MNCG participou deste encontro nacional. Todavia, os temas centrais e os muitos pontos da luta antirracista expostos no Programa de Ação do MNU estarão presentes nas ações do movimento negro campinense nos anos de 1990.

organizados pelo movimento negro e levada para escolas, universidades, mídia e sociedades de amigos do bairro. Concomitantemente a esse processo, as organizações negras lutavam por vias educativas. Por esse motivo se torna importante frisar que a luta do movimento negro brasileiro, dado extensivo ao Movimento Negro de Campina Grande, foi *por e na* educação, por razão de que a luta reivindicatória por espaço no currículo aconteceu mediante ações educativas e pedagógicas empreendidas pela militância negra. Atividades e gestos que, nos termos de Nilma Gomes (2022), refletem o papel do “movimento negro educador”.

Neste contexto histórico, a memória de Zumbi dos Palmares foi novamente agenciada pela militância negra nos anos 90, numa das ações mais importantes da história do protesto negro brasileiro, a saber: a “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, ocorrida em Brasília, no dia 20 de novembro de 1995. Esse ano foi a data que marcou o tricentenário da morte de Zumbi.

Os movimentos sociais negros estiveram, desde os anos de 1970, exigindo a inclusão de Zumbi dos Palmares no espaço da memória nacional. Luta essa que continuou na década de 1980, tendo o seu ápice no centenário da abolição em 1988. O Movimento Negro, no ano dos cem anos da abolição, contrapôs-se a agenda oficial do governo federal de comemoração ao treze de maio – a Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel. Os coletivos negros mobilizaram a opinião pública nacional em torno da necessidade da memória de Zumbi e do vinte de novembro como data a ser lembrada pelo povo negro e pela sociedade brasileira. Era o dia que simbolizava a história da resistência e da consciência negra.

Num processo de numerosas ações realizadas em vários estados e em centenas de municípios brasileiros. Levanto, aqui, a hipótese de que, depois da campanha abolicionista, no final do século XIX, o centenário da abolição, em 1988, foi o evento sobre a temática racial que mais conseguiu mobilizar grupos sociais em todas as regiões do país, uma ação de repercussão nacional.

Passados sete anos após os cem anos da abolição e no ano de trezentos anos de morte de Zumbi, 1995, o movimento negro brasileiro organizou a “Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela cidadania e a vida”. Tal atividade foi idealizada e coordenada pelo militante Edson Lopes Cardoso¹⁸⁷ e contou com o apoio de várias entidades de classes e de movimentos sociais negros de várias regiões do país. Segundo Sueli Carneiro, uma das participantes, “depois do centenário da abolição, das ações, das marchas que fizemos por

¹⁸⁷ No livro **Histórias do Movimento Negro no Brasil** (2007), temos várias falas de importantes militantes do protesto negro brasileiro. Nessa obra, tem-se um tópico dedicado à Marcha Zumbi dos Palmares (1995), que, nas falas de Edson Cardoso e de outros ativistas, demonstra as dificuldades para a construção deste evento, as contendas entre militantes, sindicatos e partidos políticos, entre outras informações valiosas de bastidores.

conta do centenário, a Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e Vida foi o fato político mais importante do movimento negro contemporâneo” (Alberti, Pereira, 2007, p. 345).

Essa atividade contou com a participação das seguintes entidades: Agentes de Pastoral Negras (Apn's), Cenarab, Central dos Movimentos Populares, CGT, Comunidades Negras Rurais, Central Única dos Trabalhadores (CUTI), Força Sindical, Fórum Nacional de Entidades Negras, Fórum de Mulheres Negras, Movimento Negro Unificado (MNU), Movimento Pelas Reparações (MPR), Conun, Unegro e Grucon. Frisa-se também que o material impresso reproduzido, durante o evento e após, contou com a colaboração do Geledés e do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT. A Marcha Zumbi dos Palmares (1995), assim, justificava-se:

A Marcha Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida é uma iniciativa do Movimento Negro brasileiro e se constitui num ato de indignação e protesto contra as condições subumanas em que vive o povo negro deste país, em função dos processos de exclusão social determinados pelo racismo e a discriminação racial presentes em nossa sociedade [...] A temática racial, particularmente neste ano do Tricentenário de Zumbi, destaca-se de forma vigorosa no espaço brasileiro de discussão pública. Isto como fruto do crescimento, sem precedentes em nossa história, da luta contra o racismo. Esta é uma das várias vitórias resultantes tanto do fortalecimento das organizações do Movimento Negro, quanto da multiplicação e interiorização das entidades [...] A instituição de Zumbi como herói não apenas nacional, mas das Américas e do mundo livre, não resulta da produção de historiadores ou da boa vontade do Estado. É conquista de uma legião de militantes, muitos dos quais anônimos, que souberam – com determinação e garra reatar o fio histórico da resistência negra no Continente, principalmente no Brasil [...] este é o sentido da Marcha (Por uma Política Nacional de Combate ao Racismo e à Desigualdade Racial, 1996, p.9).

Essa passagem do texto que descreve os principais objetivos da marcha revela a consciência do papel decisivo da militância negra no processo de institucionalização de Zumbi como herói nacional. Representava, assim, um símbolo de inspiração para as lutas por dignidade do povo negro no tempo presente. A marcha, em destaque, resultou numa atividade grandiosa, contando com mais de 30 mil participantes. Tratou-se de um grande encontro de militantes negros(as) de todas as regiões do país nas suas múltiplas manifestações, quais sejam: povos de terreiros, quilombolas; capoeiristas, movimento hip-hop, líderes comunitários, militantes dos movimentos sociais negros, mulheres negras e seus coletivos, sindicalistas, entre outros.

Nessa importante ação, nenhum militante do Movimento Negro de Campina Grande participou da marcha em Brasília. Mas, o ano de 1995, do tricentenário de Zumbi dos

Palmares, não passou despercebido pela militância negra campinense. No dia 14 de dezembro de 1995, houve um ato cultural em memória de Zumbi dos Palmares, no Museu Histórico de Campina, e foi realizado o lançamento do livro “África, essa mãe desconhecida, de Eduardo D’Amorin”, apresentado por Josemir Camilo.

É provável que o MNCG tenha participado de outros tantos debates e palestras em escolas e universidades, em torno do tricentenário de Zumbi, assim como em espaços de entrevistas na mídia. Porém, os vestígios históricos a que tivemos acesso indicam algumas ações localizadas na imprensa, trata-se de artigos escritos por Benedito Antonio Luciano, Jair Silva e Josemir Camilo, publicados em jornais que circulavam na cidade e no estado da Paraíba. Visando alcançar um público e audiência maiores, esses ativistas aproveitaram o espaço da mídia impressa para construir textos de reflexões sobre a importância do 20 de novembro de 1995 – dos trezentos anos de Zumbi dos Palmares.

Denotam-se nestes textos objetivos educativos e pedagógicos relevantes para ampliar o debate sobre as questões raciais no Brasil. Josemir Camilo escreveu um artigo longo, quatro páginas, levando em consideração o espaço do jornal, intitulado “Terceiro centenário do Quilombo dos Palmares”, no jornal A União. Nessa narrativa temos uma síntese histórica bem didática referente à experiência palmarina, do mesmo modo são apresentados dados bibliográficos sobre estudos desse quilombo e a outros existentes em Pernambuco e na Paraíba. Um tópico dedicado ao quilombo do Cumbe, um dos mais antigos registrados pela historiografia paraibana. Sintetizando, Josemir Camilo trouxe dados valiosos, apresentando a grandeza do Quilombo dos Palmares e os estudos em torno dele, assim como apontou a necessidade de mais estudos sobre as experiências quilombolas existentes em terras paraibanas.

Já Jair Silva escreveu o artigo “Pseudo-democracia racial”, no Diário da Borborema, sábado, 20 de maio de 1995. Nesta narrativa, Jair reflete sobre o processo de formação do país a partir do processo de opressão contra o negro e a resistência negra diante desse quadro de injustiça social e econômica. Nisto, o militante questiona a tese de que a democracia racial existe no Brasil.

Por sua vez, Benedito Luciano, no mesmo espaço utilizado por Jair, publicou o texto “Além do 13 de maio”. Aqui, o militante campinense aborda os significados do treze de maio e de como os movimentos sociais negros brasileiros deslegitimaram essa data como símbolo de liberdade do negro e substituíram pelo 20 de novembro, dia que, de fato, deve ser acionado pelo povo negro brasileiro e pela história do país, por motivo de se referir a Zumbi dos

Palmares. Símbolo de resistência e de luta. Contudo, Bené considera que “os espaços ocupados pelos 300 anos de Zumbi não têm sido os mesmos dedicados ao Centenário da abolição. Admito até uma falta de mobilização dos movimentos negros, em nível nacional” (Diário da Borborema, sábado, 20 de maio de 1995).

Assim, Benedito Luciano constata a falta de mobilização do próprio MNCG em relação aos trezentos anos de Zumbi e compara com a forte mobilização do movimento negro realizada em 1988 – ano do centenário da abolição. Por fim, encerra o texto trazendo as novidades bibliográficas sobre a literatura negra e os estudos da história e cultura afro-brasileira. Noutro texto publicado no Diário da Borborema, terça-feira, 19 de setembro de 1995, intitulado “Antecipando-se ao 20 de novembro”, tem-se a continuidade de um artigo anterior (que não tivemos acesso), sobre a epopeia libertária do Quilombo dos Palmares. Esse texto é bem didático, tem-se nele a cronologia dos principais eventos relativos à República palmarina e traz dados sobre novidades bibliográficas em torno do 20 de novembro.

Portanto, o MNCG participou dos debates sobre os trezentos anos do Quilombo dos Palmares, em 1995. Sem a forte mobilização de rua e de atividades como ocorreu em 1988, mas trazendo para o espaço público da mídia, em tom educativo, informações e reflexões importantes sobre os significados do ano de 1995 à luz do tricentenário de Zumbi. No artigo de Benedito Luciano, de 20 de maio de 1995, encontra-se uma queixa sobre a falta de mobilização do movimento negro diante deste ano. Contudo, no segundo semestre de 95, o Brasil vai acompanhar um importante ato público ocorrido em Brasília – o mais impactante dos anos de 1990.

Dessa maneira, a marcha de Zumbi dos Palmares (1995) foi o evento com o maior número de participantes da história do movimento negro. Ao final da atividade, representantes do protesto foram recebidos pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. FHC recebeu o documento com as exigências da marcha e logo depois foi publicado, em 20 de novembro de 1995 (Dia da Consciência Negra), o decreto que instituiu o “Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra”, que tinha como principal objetivo desenvolver políticas públicas para o povo negro brasileiro. Tal coletivo contava com a presença de oito membros da sociedade civil ligados ao Movimento Negro e foi liderado pelo professor Hélio Santos. Dessarte, o Presidente da República admitira a existência do racismo e a necessidade de políticas afirmativas para a população negra brasileira.

Um dia depois, 21 de novembro, pelas mãos do “Movimento Pelas Reparações

(MPR)”¹⁸⁸ e do deputado federal Paulo Paim, foi colocado o Projeto de Lei n. 1239, no plenário da Câmara Federal. Essa normativa determinava a reparação indenizatória para os descendentes de escravizados no Brasil, por razão de que ela parte do pressuposto de que a escravidão foi um crime de lesa-humanidade impetrado pelo Estado brasileiro aos escravizados e com consequências nefastas para os seus descendentes, cabendo, assim, uma política de reparação imediata.

Neste sentido, o artigo 2 colocava que: “A união pagará, a título de reparação, a cada um dos descendentes de africanos escravizados no Brasil o valor equivalente a R\$ 102.000.00 *(cento e dois mil reais)” (Por uma Política Nacional de Combate ao Racismo e à Desigualdade Racial, 1996, p.34). Tal projeto não foi aprovado, mas demonstrou a capacidade crítica do movimento negro de pressionar o Estado brasileiro e exigir políticas compensatórias para a população afrodescendente. Neste mesmo período, a senadora Benedita da Silva, em articulação com as organizações negras, propôs a Lei Nº14/1995, que instituía reservas de vagas de 10% para negros em instituições superiores de ensino de municípios, estados e governo federal (Santos, 2014).

Um ano depois, em 1996, foi aprovada a Lei nº 9.315, de 20 de novembro de 1996, data da Consciência Negra, que sancionou, em comemoração ao tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, a sua inscrição no Livro dos Heróis da Pátria. Nesse mesmo ano foi realizado o “Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos”, na Universidade de Brasília – UNB, patrocinado pelo Ministério da Justiça do Governo FHC (Santos, 2014). Fernando Henrique Cardoso, na abertura desse evento, afirmou que o Brasil é diverso e que existe preconceito racial e trouxe algumas experiências suas enquanto pesquisador vinculado aos estudos de Roger Bastide e Florestan Fernandes (Santos, 2014).

No documento publicado pela Marcha, em 1996, temos a apresentação do que foi o evento e seus objetivos, uma introdução sobre a situação da questão racial no país, um diagnóstico sobre a questão do racismo nas esferas da escola (educação); no mercado de trabalho; na saúde; a violência racial; as relações exteriores e a questão da democracia à luz das demandas do combate ao racismo. Noutra parte, é apresentado o Programa de Superação

¹⁸⁸ No ano de 1993, na véspera do dia da Consciência Negra, um grupo de doze militantes fez um protesto num luxuoso hotel de São Paulo, onde comeram e beberam, mas, recusaram-se a pagar a conta, pois argumentaram que os valores seriam recompensados pela dívida histórica do Estado brasileiro para com o povo negro brasileiro. Esse ato lançou as manifestações exigindo indenização a cada um dos descendentes dos escravizados. Para mais detalhes, recomenda-se o artigo “Agenciar Raça, Reinventar a Nação: O Movimento das Reparações no Brasil”, de Petrônio Domingues, presente no livro **Diásporas imaginadas: Atlântico Negro e Histórias Afro-Brasileiras**, 2020, p.243-266.

do Racismo e da Desigualdade Racial. Por fim, têm-se três anexos: “O I Encontro Nacional de Comunidades Rurais Negras”; “Decreto que institui o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra” e “O projeto de Lei nº 1239”.

Neste texto, mais uma vez, a educação é colocada como uma das principais reivindicações do protesto negro brasileiro. Na parte do diagnóstico, constata-se que a escola é um espaço vital de reprodução do racismo, em razão da presença do currículo eurocêntrico, que faz com que o ensino sirva para legitimar e naturalizar as desigualdades raciais e o racismo. Por seu turno, no plano “programa de superação ao racismo”, a pauta da educação é desdobrada em várias ações, desde políticas universais de melhoria da escola pública para todos até da necessidade de ações afirmativas para o acesso de negros a cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta (Por uma Política Nacional de Combate ao Racismo e à Desigualdade Racial, 1996).

Dessa maneira, a “Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo e pela Cidadania e a Vida” se configurou como um ponto de viragem no tratamento do Estado brasileiro com a pauta racial. Ao reconhecer a necessidade de ações reparatórias para a população negra no Brasil, o poder público e o chefe da República sinalizaram a legitimidade das pautas levantadas pelo movimento negro brasileiro¹⁸⁹ de maneira inédita na história do país. Existe uma passagem emblemática escrita pela Luiza Bairros, em forma de epígrafe, no documento da marcha que reflete:

Estamos apostando hoje na possibilidade de disputar não mais espaço dentro de outros projetos para as nossas questões, que são tidas como menores. Mas nós estamos apostando na possibilidade de que, através de nossas questões, nós consigamos efetivamente tocar, e tocar muito fundo nas questões que dizem respeito à sociedade como um todo. (Por uma Política Nacional de Combate ao Racismo e à Desigualdade Racial, 1996, grifo nosso)

Luiza Bairros (1996) conseguiu captar o sentimento da luta antirracista dos anos 90, em razão de que a militância negra engendrou muitos esforços por meio de múltiplas ações para que sua agenda fosse considerada pelas instituições públicas e privadas. Não como arremedo de políticas sociais mais abrangentes, mas sim como prioridade. Desse modo,

¹⁸⁹ “Sou comprometido pessoalmente com os estudos da questão negra no Brasil. Escrevi dois livros sobre a matéria na época em que se mantinha a idéia de que, no Brasil, não havia o problema negro e com Octavio Ianni, sob a inspiração de Bastide, fizemos pesquisas que mostraram o oposto: havia preconceito, havia discriminação. E para que pudesse se concretizar o ideal de democratização do Brasil, implicaria que os que lutam pela democracia e pela liberdade, assumissem também a luta em favor da igualdade racial. Por ser convicção antiga, creio firmemente nisso” (Cardoso *Apud* Santos, 1998, p. 143)

acreditava-se que, ao apontar o enfrentamento ao racismo como ação incontornável e dever do Estado, a defesa pela dignidade do povo negro era uma das principais ações em prol de uma sociedade brasileira menos desigual. Pois, dessa maneira, o movimento negro brasileiro sublinhava que o racismo era um problema estrutural e estruturante da sociedade.

Dessa forma, a militância negra durante a década de 1990 estabeleceu um conjunto de ações em torno das implementações de ações afirmativas. Com a força demonstrada na Marcha Zumbi dos Palmares (1995), essas pautas foram reconsideradas pelo Estado brasileiro. Isso ocorreu lentamente, acompanhado de uma série de contendas entre a militância negra e o poder público, num ritmo muito aquém do desejado e marcado por muitas contradições.

Malgrado esses limites, a primeira década dos anos 2000 foi caracterizada pelo surgimento de ações afirmativas para a população negra brasileira, sobretudo na área da educação. As Leis 10.639/2003 e 12.711/2012 são exemplos emblemáticos dessa questão. Vale frisar que tais dispositivos legais são desdobramentos de um histórico de luta dos movimentos sociais negros, que teve, nos anos 90, novas configurações e redimensionamentos. É nesse contexto histórico que a militância negra campinense, em sintonia com as demandas maiores do protesto negro nacional, atuou por e na educação.

4.3 - Movimento Negro de Campina Grande na década de 1990: palestras educativas como principal eixo de mobilização

O Movimento Negro de Campina Grande sofreu algumas transformações após as intensas atividades em torno do centenário da abolição. Entre o final de 1986, ano de sua formação, até 1988, o MNCG foi muito atuante na cidade e realizou várias ações públicas que renderam um espaço considerável na mídia local.

Desta maneira, os(as) militantes negros(as) trouxeram para o debate público campinense a agenda política efetivada pelo Movimento Negro Unificado em âmbito nacional. Num processo educativo formado por várias atividades, quais sejam: protestos de rua; textos publicados em jornais e outros distribuídos em eventos; encontros e ciclos de debates sobre o negro e o racismo; participação de debates no rádio, na TV e nos jornais impressos; confecção e distribuição da cartilha “Centenário da Abolição – 100 anos de libertação Fictícia – 1888-1988” (1988); entre outros.

Nesta fase (1986-1988), o MNCG aglutinava em torno de si um número de mais de

vinte integrantes. Segundo Josemir Camilo (2022), direta e indiretamente, essa era a média de participantes que gravitavam em torno das reuniões e atividades da organização negra campinense. Esse é um aspecto muito importante de se destacar, uma vez que as pesquisas que abordaram o início do Movimento Negro de Campina Grande (Farias, 2001; Ribeiro; 2014; Silva, 2004, entre outras) apenas mencionam os nomes de Josemir Camilo e Benedito Luciano.

Após a análise dos jornais da época, dos relatos das memórias de membros do MNCG, nota-se, no final dos anos de 1980, a presença de mais pessoas na luta pela consciência negra em Campina Grande, tais como: Erivaldo Barbosa, Vandilo, Dema*, Franklin, Vanildo Silva, Cristovam Andrade, Djair Silva, Enoque Mendonça, Jaildo Figueiredo, Sabiá capoeirista, dentre outros participantes¹⁹⁰.

Cabe destacar, também, o nome de mulheres que estiveram no movimento antirracista neste momento, algo igualmente eclipsado nesses trabalhos dedicados ao MNCG, a saber: Vera Mendonça, Wanda Chase, Valdinete, Gil, Xênia, Jussara Natalia, Margareth, Elce, entre outras. Inclusive, encontramos a reportagem “Movimento quer desmitificar o 13 de maio” (Diário da Borborema, Quarta-feira, 13 de maio de 1987), na qual, por exemplo, a Vera Mendonça fala em nome do movimento negro campinense e explica como surgiu esse coletivo, bem como relata quais eram os seus objetivos à época. Ainda sobre a questão do feminino no MNCG desta fase, Jussara Natália reflete:

As questões das mulheres, para você ver, na minha narrativa foram muitos homens, embora as mulheres estivessem presentes, mas, na época a gente se envolveu no movimento geral, mas a gente não tinha nossa participação como mulheres negras [...] e hoje a partir das minhas experiências de estudos de gênero e dos estudos interseccionais, com a minha experiência de estudo do feminismo negro, a gente ver que, naquela época, éramos silenciadas, no sentido de que eram os homens que ficavam à frente, nós tínhamos capital cultural, por exemplo, eu segurava a logística interna [...] se você for fazer uma pesquisa são mais os homens que aparecem [...] eu segurava a onda lá em casa, era o ponto de apoio [...] eu fui para uma palestra há dois anos, aqui, na UFCG, sobre o Movimento Negro de Campina Grande e só se falou sobre os homens, como se não existissem as mulheres [...] a Verinha [Vera Mendonça] era forte, Valdinete, Margareth [...] a gente ia para periferia, a gente dava palestra nas escolas (Natália, J.N.M.B.M. 2023, p. 3).

Os apontamentos trazidos por Jussara possibilitam um conjunto de reflexões sobre as relações das mulheres militantes com o Movimento Negro (1986-1988). Num primeiro plano,

¹⁹⁰ Vale salientar que outras pessoas também participaram desse processo, mas que nossa pesquisa não conseguiu localizar.

percebe-se que o MNCG não nasce como uma organização exclusivamente formada por homens. Ademais, desde o seu início, a organização negra campinense colocou o tema da mulher negra como uma questão a ser discutida pela sociedade. Tanto é assim que em jornais, textos de divulgação e na cartilha do centenário da abolição existem passagens apontando a importância de se pensar a luta da mulher negra no combate ao racismo. Tema, igualmente, presente na cartilha dos cem anos da abolição (1988).

Além dessa questão, ressalta-se que mulheres negras participaram das atividades do protesto negro campinense entre 1986-1988. Soma-se a esse aspecto a importância central de Wanda Chase para o processo formativo do MNCG, dimensão confirmada nas falas de Josemir Camilo, Benedito Antonio Luciano, Jaildo Figueiredo e Jussara Natália.

Mesmo reconhecendo esses aspectos, Jussara Natália questiona a falta de maior percepção de autonomia das mulheres negras no início do MNCG. Portanto, Jussara esgaa um silenciamento até hoje presente sobre as mulheres que militaram no MNCG no final dos anos 80. No momento em que escrevo estas linhas, constata-se que não existe nenhum estudo realizado sobre a história da organização negra campinense a partir do ângulo do feminismo negro. Por conseguinte, Jussara Natália evidencia a tendência hegemônica do protagonismo de homens na liderança do MNCG. Elemento marcante até os dias correntes. O que, por sua vez, realça a força do machismo fincado na sociedade brasileira que se reflete em várias dimensões do tecido social e, inclusive, nos movimentos sociais.

Voltando aos aspectos de mudanças do MNCG após 1988, o movimento negro campinense que atraía pessoas para suas fileiras foi se arrefecendo, diminuindo as ações e o número de participantes. Como tão bem refletiu Josemir Camilo (2022), o horizonte do processo de constituição da Constituição Federal brasileira, de redemocratização após mais de duas décadas de ditadura, e o centenário da abolição (1988), foram fatores que conseguiram catalisar e mobilizar a atenção das pessoas em torno da temática negra em Campina Grande.

Assim, passado o ano de 1988, houve uma fragmentação de muitos movimentos negros existentes no país. No caso da Paraíba, isso também ocorreu com os coletivos negros de João Pessoa e Campina Grande. Algumas pessoas deixaram a militância para se dedicar, exclusivamente, aos seus projetos pessoais, poucas continuaram e outras foram aparecendo durante o transcorrer dos anos de 1990.

Particularmente, em relação ao MNCG, Josemir Camilo deixou a militância em tal coletivo e se dedicou aos seus estudos de doutorado e ao seu projeto de vida acadêmico. Porém, a temática negra continuou sendo um assunto de seu interesse e ele permaneceu

publicando textos nos jornais sobre a temática negra e colaborando, vez por outra, em palestras e atividades ligadas às questões raciais. Já na segunda metade dos anos 2000, Josemir Camilo participou do início do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena da Universidade Estadual da Paraíba, acontecimento que o fez voltar de maneira mais sistemática a pesquisar a temática racial.

Dessa forma, do contingente de cerca de vinte pessoas que militavam no MNCG, entre 1987 e 1988, apenas Benedito Luciano e Erivaldo Barbosa permaneceram na militância no decorrer do decênio de 1990. Com grande destaque para o professor Benedito, que foi um dos principais nomes da organização negra até os primeiros anos do século XXI.

Nos anos 90, Moisés Alves e Jair Silva foram os dois militantes que surgiram e protagonizaram a luta antirracista em nome do MNCG, constituindo-se como duas importantes lideranças dessa organização negra até o corrente ano. Aqui cabe assinalar alguns dados sobre esses dois militantes campinenses: Jair Silva Ferreira e Moisés Alves. Sobre o primeiro, tem-se que:

Iniciou sua militância aos 19 anos de idade, quando conheceu integrantes do MNCG durante um debate sobre racismo que ocorreu no auditório do Colégio Estadual da Prata, em 1991. Desde então, tem organizado passeatas, debates, seminários, jornadas pedagógicas em defesa da igualdade racial, pelo cumprimento da Lei 11.645/08 da LDB e combate ao genocídio da juventude negra em escolas públicas e particulares, universidades, teatros, Sociedade de Amigos de Bairros, para grupos e associações de capoeira e comunidades quilombolas paraibanas como Caiana dos Crioulos no município de Alagoa Grande, Matão em Gurinhém, Santa Rosa na cidade de Boa Vista, Matias em Serra Redonda, Grilo no município de Riachão do Bacamarte e Pedra D'Água na cidade de Ingá. Nos anos 90 escreveu vários artigos para denunciar as desigualdades raciais no município de Campina Grande para os jornais da Paraíba e Borborema. Atualmente, tem divulgado suas lutas antirracistas em blogs e sites de entidades do Movimento Negro Brasileiro, a exemplo do Geledés-Instituto da Mulher Negra de São Paulo, Correio Nagô e Tambores da Liberdade de Salvador-BA e na Biblioteca Comunitária do Tambor de Campina Grande, etc. (Sales, 2021, p.21).

No caso de Moisés Alves, ele começou sua militância no movimento campinense no início da década de 1990, de família de muitos irmãos, viveu sua infância na zona leste, logo entrou no movimento estudantil e teatral. No final dos anos de 1980, participou de algumas atividades do MNCG como ouvinte e estabeleceu contato com Bené. Nos anos 90, ele construiu sua militância por meio de palestras em escolas e universidades; participou na mídia local em debates sobre o racismo e a cultura negra; também foi conferencista do Encontro para Nova Consciência; organizou o I Encontro Estadual do Movimento Negro em Campina

Grande no ano de 1998. Moisés Alves fez um trabalho muito importante de interlocução com os grupos de capoeira da cidade e também exerceu sua militância teatral e em defesa do meio ambiente pelo Partido Verde.

Voltando à contextualização do MNCG, em linhas gerais, o Movimento Negro de Campina Grande mobilizou muitas ações nos anos de 1987 e 1988, isso com presença de público e com perspectivas de crescimento e de institucionalização. Ao analisar essa fase, destacou-se a abundância de fontes documentais impressas e bem encadeadas cronologicamente, sobretudo em razão de que a militância negra campinense centrou as energias em torno de ações e eventos alusivos aos cem anos da abolição (1988).

Após essa data, em 1989, localiza-se apenas um evento mais abrangente do MNCG, a saber: o Seminário “O Negro e as relações de poder”, atividade organizada em parceria do Movimento Negro de Campina Grande e Movimento Negro de João Pessoa, que contou com o apoio da Arquidiocese de Campina. Além dessa ação, ocorreram pouquíssimas reuniões durante o ano de 1989.

Numa delas, em 16 de março de 1989, encaminharam-se as seguintes questões: a importância de se fazer alguma atividade no dia 21 de março – Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial; foi informado que o MNCG palestrou em dois colégios da cidade e em Serra Branca; que participou do Dia Internacional da Mulher e de outros debates coletivos. Por último, foi avisado que a organização negra campinense estava acompanhando uma denúncia de racismo ocorrida em um concurso público. Ademais, se comprovado o caso de discriminação racial, o MNCG não iria se intimidar e levaria esse episódio para ser resolvido por vias legais (Movimento Negro de Campina Grande, Campina, 16 de março de 1989).

A ação mais ampla do MNCG, em 1989, foi o Seminário: “O Negro e as Relações de Poder”, de 04 a 07 de julho, ocorrido na Secretaria da Arquidiocese de Campina Grande, no turno da noite. Tal atividade teve à frente o MNCG e MNJP. No primeiro dia da programação, 4 de julho, terça-feira, aconteceu a apresentação do vídeo “Um grito de liberdade” e um debate coordenado por militantes do MNCG e MNJP. No dia seguinte, 5 de julho, (quarta-feira/dia de Xango e Iansã), efetuaram-se as discussões: “Trabalho e Tecnologia”, tendo como debatedor Benedito Antonio Luciano (MNCG) e “Estado e Movimentos Populares”, proferido por Josemir Camilo (MNCG). No dia 6 de julho (quinta-feira/dia de Oxum), aconteceram os seguintes debates: “Religião”, por Carlos (carioca) e “Cultura Negra”, exposto por João Balula (MNJP). No último dia, 7 de julho – “Dia Nacional

de Luta contra o Racismo” (sexta-feira/dia de Oxalá), os temas se sucederam assim: “Escolas”, por Lúcia Helena (MNJP) e “Família”, a responsável foi Gilvanice Carvalho (MNCG).

Esse encontro contou também com apoio da Associação Campinense de Imprensa, UEPB, Associação Campinense de Poetas e Escritores, Associação de Artistas Plásticos, Secretaria da Arquidiocese de Campina Grande, Sindicato dos Comerciantes e Centrac (Seminário O negro e as relações de poder, Campina Grande, 1989). Neste fórum, o tema em torno das eleições presidenciais recebeu grande atenção, pois se discutiu a cobrança da pauta antirracista por parte dos candidatos à presidência do Brasil e, igualmente, refletiu-se sobre o papel dos movimentos sociais negros diante das eleições que se avizinhavam.

Fora essa atividade, o MNCG foi se fragmentando e diminuindo o número de integrantes, como se constata na matéria “Movimento negro em fase de reativação”, de 9 de junho de 1989. Nessa reportagem se informa que o MNCG se reuniu, na terça-feira, 6 de junho, visando reativar o coletivo, por razão de que após o sucesso das atividades alusivas aos cem anos da abolição, em 1988, constatou-se o esvaziamento da organização negra campinense, inclusive, com poucos presentes na reunião.

O texto aponta a importância da retomada das ações do MNCG (Jornal da Paraíba, sexta-feira, 9 de junho de 1989). Mesmo assim, em âmbito de textos publicados na imprensa, o MNCG continuou bem ativo. “Entre 1988 e 1989, Benedito Antonio Luciano, Josemir Camilo e Vanildo Silva produziram e publicaram quarenta e três artigos sobre temas relacionados à questão negra em jornais impressos veiculados em Campina Grande”¹⁹¹.

Já a partir dos anos de 1990, destacam-se grandes dificuldades de documentos inscritos para melhor se visualizar contextualmente as ações do MNCG. De maneira semelhante, tal problemática foi constatada por Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves Silva (2000) ao pesquisar as ações do Movimento Negro Unificado em torno da educação (1978 a 2000). Gonçalves e Gonçalves e Silva (2000, p. 149) assim ponderam:

Seria praticamente impossível fazer uma síntese das múltiplas iniciativas organizadas na área educacional, no período supracitado. Primeiro porque não dispomos nem de fontes, nem de registros suficientes que possam nos dar minimamente um retrato grosseiro dessas ações. Segundo, porque essas ações são de naturezas muito diferentes, por vezes, incomunicáveis entre si. Terceiro, porque as próprias entidades que empreendem ações no campo

¹⁹¹ Para mais informações, vale conferir o artigo “Movimento Negro de Campina Grande II, de Benedito Antonio Luciano publicado no site Paraibaonline, em 2024. Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/blogs-e-colunas/conteudo/movimento-negro-em-campina-grande-ii/>. Acesso em 05 dez 2024.

educacional, seja por conta própria, seja em consonância com os sistemas de ensino, muitas vezes não registraram suas experiências.

Nessa passagem, destaca-se que muitas atividades do movimento negro contemporâneo foram realizadas pelas próprias organizações em parceria com outras entidades públicas e privadas. Essas ações foram predominantemente marcadas pela oralidade, seja em palestras, debates e conferências. Além dessas questões, tais atividades foram caracterizadas pelo caráter espontâneo de seus idealizadores. A maioria dessas ações não ficou registrada em imagens e fontes escritas. Cabe sublinhar que nessa época não era democratizado o acesso ao uso de filmagens e fotografias.

No caso do MNCG, contamos com o valioso auxílio de um cronograma de atividades organizado pelo professor Benedito Antonio Luciano (em anexo) até o ano de 2003. Esse importante trabalho de preservação da memória da organização negra campinense não destaca a totalidade das atividades realizadas, todavia, preservou as mais emblemáticas durante o período de 1986-2003, assim como destacou a participação do organizador desse material (Bené) nelas.

Todavia, num recorte mais amplo, como o nosso estudo, que vai de 1986-2013, outros tantos eventos ficaram de fora desse documento, em razão de algumas características do MNCG: a não institucionalização do movimento, que dificultou a construção de uma agenda de luta e de programas de ações sistematizadas em documentos impressos, logo, a maioria das atividades da organização negra campinense foram gestadas e executadas a partir, muitas das vezes, da iniciativa individual e espontânea de seus militantes. E também deve ser destacado que a predominância das ações do MNCG foi de caráter oral, em forma de aulas, palestras, debates, entre outros. Daí, como tão bem colocaram Gonçalves e Gonçalves e Silva (2000), ser impossível dar conta de todas as ações efetivadas pelo MNU, perspectiva que serve para se pensar o caso do MNCG.

Releva destacar que, para além de Benedito Antonio Luciano, Moisés Alves, Erivaldo Barbosa e Jair Silva, outras pessoas na cidade efetivaram ações antirracistas em espaços da educação sem se reivindicarem como parte do movimento negro campinense, tais como grupos de capoeira, educadores e líderes sociais. O que reforça o caráter da impossibilidade de revisitar todas as ações antirracistas na área da educação ocorridas em Campina Grande durante os anos 90 e 2000.

Dessa maneira, abordaremos nesta parte do trabalho, algumas das atividades do MNCG referente ao tema educacional, que se constituiu como o eixo principal de sua

mobilização, na década de 1990. Nessa quadra histórica, as palestras, os debates e encontros se configuraram como as principais ações do protesto negro campinense, com destaque para a participação do MNCG no Encontro para a Nova Consciência (1996-2006); A sessão especial da Consciência Negra na Câmara de Vereadores, em 1997; O Encontro Estadual do Movimento Negro em 1998.

Essas atividades em destaque foram divulgadas na imprensa e membros da militância negra campinense continuaram, também, participando de entrevistas em rádios, redes de televisão, em jornais impressos de Campina e da Paraíba, sobretudo em datas destacadas pela história, tais como treze de maio e vinte de novembro.

Nesse contexto, convém refletir sobre a prática da palestra como principal ação dos militantes do MNCG. Nessa fase da história da educação brasileira, não existiam leis e diretrizes nacionais determinando o ensino das relações raciais nas escolas. Dados que se reverberavam na maioria dos estados e dos municípios brasileiros. Por exemplo, na Lei Orgânica do Município de Campina Grande de 1992, no capítulo V “Da ordem econômica e social”, na subseção II “Educação”, não se localiza nenhuma menção ao ensino das relações étnico-raciais.

Em todo esse documento, existe apenas uma citação à temática afro, que se encontra na Subseção III – Cultura, no Art. 199: “O Município protegerá as manifestações de culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e as de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (Campina Grande, 1992, p. 77). Porquanto, ficou constatada a falta de espaço para a temática afro na área da educação pública campinense.

Um ano após a publicação da Lei Orgânica do Município, foi aprovada a Lei nº 2.778, de 25 de novembro de 1993, que dispôs sobre a inclusão nas escolas públicas municipais da disciplina História do Negro e do Índio no Brasil (Campina Grande, 1993). Tal dispositivo legal foi uma proposta do vereador Vital do Rego Filho – Vitalzinho (PDT) e sancionada pelo prefeito Félix Araújo Filho (PMDB).

Essa lei em destaque contém três artigos, no primeiro indica a inserção da disciplina História do Negro e do Índio no currículo escolar municipal, os demais artigos apenas revogam as disposições contrárias. Chama a atenção a economia do texto, bem como o fato de que essa normativa não tenha sido acionada pela militância negra campinense. Essa questão ficou constatada nas análises das fontes escritas e nas colaborações das memórias dos militantes consultados nesta pesquisa. Nenhuma dessas pessoas mencionou a Lei nº 2.778/1993.

Esse quadro institucional do poder público de Campina Grande, na primeira metade da década de 1990, demonstra bem o desinteresse pela implementação de um ensino para as relações étnico-raciais na rede municipal. Mesmo com a aprovação da Lei nº 2.778/1993, o tema do ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena não foi aplicado nas escolas de Campina Grande. Dessa maneira, esse dispositivo legal surgiu natimorto.

Nessa conjuntura histórica de silenciamento do poder público em relação à inclusão no currículo do ensino das relações étnico-raciais, coube aos militantes negros campinenses utilizarem as palestras, os debates nas escolas e nas universidades, como principais vias de enfrentamento ao racismo. Nesse tensionamento, a educação se constituiu como a principal agenda de reivindicação e de forma de luta. Daí, nesse segundo caso, a predominância da “palestra” como meio de ação do MNCG se deu nos anos de 1990 até os dias correntes.

Nessas ações educativas, os temas recorrentemente apresentados nos espaços educacionais e na mídia foram a história do negro no Brasil; aspectos da história da África; a importância de combater o racismo na escola e na sociedade, entre outros. Um exemplo dessa questão se encontra na programação da atividade¹⁹²: “Um dia com a cultura negra”, na Escola Estadual de 1º e 2º Grau Félix Araújo, no dia 15 de julho de 1996. Organizado pelo MNCG, a programação ocorreu pelo turno da manhã, com as seguintes atrações: palestra: “O negro e a História do Brasil”, ministrada por Jair Silva Ferreira, logo após as apresentações do grupo de Capoeira “Axé de Palmares”, Grupo Ginga Brasil (Dança de Maculelê) e a banda Arére.

Em uma folha ofício e datilografada, se apresenta a programação dessa atividade, não foi feito cartaz, folder e nem se encontrou apoio financeiro e/ou institucional para tal evento. Dado que demonstra o caráter espontâneo dessas atividades do MNCG e, ao mesmo tempo, de grande importância educativa, uma vez que ocupava um espaço que não existia na programação escolar. Ainda referente ao material de divulgação, existe nele um poema do Jair Silva intitulado “Pele Negra”:

I
Ai! Pele negra
Que me encanta
E que se canta como melodia
Raiz africana que se ama
Chama, luz da poesia
II
Quanta leveza
Você traz na alegria
Quanta pureza
Você traz no corpo
Que no brilho contagia

¹⁹² Em anexo.

Com a simplicidade
Da beleza divisa
III
Diz pele negra
Que fascina
Uma verdade que ainda
Vale a pena
IV
Pois se negra é a pele
Não apele!
Negro pele
Não é morena
V
Não! Não escondam a minha luz
Que me faz grande
Como se fosse pequena
VI
Pois se negra é a pele
Não apele!
Repense, repele...
Negra pele
Não é morena

Nessa ação realizada por Jair Silva, demonstra-se o caráter educativo do MNCG em muitas dimensões. Num primeiro plano, o tema da palestra é sobre o lugar do negro na história do Brasil – um tema que, na época, não era trabalhado no currículo escolar. No segundo, temos as apresentações culturais de Capoeira, Maculelê e banda afro, manifestações culturais da cultura negra que revelam muitos aspectos da história do país. Por último, existe o poema “Pele Negra” que ressalta o orgulho de ser negro e se contrapõe ao ideário racista, afirmando a cor da sua pele como símbolo de grandeza e beleza. Além disso, esse texto poético pode ser lido como uma crítica à ideologia da mestiçagem e da democracia racial, que considera que o Brasil não é negro, pois a nação brasileira, antes de tudo, deve ser vista como morena e mestiça. Desta maneira, a poesia, também, tornou-se uma via didática para se ensinar sobre a cultura negra.

A cronologia do Movimento Negro de Campina Grande, produzida pelo Benedito Antonio Luciano (em anexo), revela bem a força da palestra como a principal atividade realizada pela militância negra campinense. Neste documento, existem as atividades do MNCG registradas por Bené, tendo o recorte histórico de 1986 a 2003. Ao analisar a década de 1990, fica patente como as palestras foram as principais ações do MNCG.

Esses atos ocorreram em vários espaços, da escola pública à privada, da universidade ao programa de rádio, entre outros ambientes. Trazendo um exemplo sobre essa questão, vejamos estes informes: Benedito palestrou no Estadual da Prata (1990;1991,1997, 1999);

UEPB – Campus II – alunos da disciplina Prática de Ensino e no Encontro Nacional de Capoeira (1998); para alunos da terceira idade, do turno da noite, da Escola Estadual do Rosário e para professores e alunos do curso de Letras da UEPB (1999), entre outras tantas palestras proferidas. Sobre o ato de palestra desse período, Benedito reflete:

O objetivo das palestras, de fato, foi atingir um público mais amplo do que aquele que lê jornal, que lê livros [...] as palestras eu reputo como muito interessantes para trazer à baila o tema da negritude, nós, de fato, estabelecemos contato muito próximo com as escolas. Destacaria também a importância dos meios de comunicação, jornais, rádio, televisão, sobretudo a Associação Campinense de Imprensa (ACI), que nos ofereceu um apoio muito grande, por intermédio dos meios de comunicação de massa, nós juntamos as palestras em instituições de ensino com as intervenções nos meios de comunicação, no caso jornal impresso, as rádios e televisão [...] recebemos muitos convites de escolas públicas e privadas. (Luciano. B. A., 2022, p. 6, grifo nosso)

Dessa forma, cabem algumas reflexões sobre o termo “palestra” e os seus significados. Nos dicionários temos um sentido bem aproximado que significa “1 – Conferência sobre determinado assunto cultural ou científico. 2 Conversa, troca de ideias [...] palestrante, aquele que faz uma conferência” (Aulete, 2011). A escolha da palestra, da aula pública em forma de oralidade, realizada pelos militantes negros brasileiros e campinenses, como principal meio de militância, reitera a perspectiva de “Movimento Negro Educador” defendida por Nilma Lino Gomes (2022).

Para essa pesquisadora, o protesto negro no Brasil teve e tem um papel educativo para a sociedade e as instituições brasileiras, por motivo de que a existência de leis de enfrentamento ao racismo e de espaço na educação para abordagem da história e da cultura afro-brasileira e africana são frutos de múltiplas ações do movimento negro.

Na sua função educativa, o movimento negro educa e reeduca a si, ao Estado, à sociedade e estabelece importantes reflexões e práticas sobre as relações raciais (Gomes, 2022). Dessa maneira, essa concepção ficou mais visível na década anterior à aprovação da Lei 10639/2003, porquanto, foi a militância negra que abriu as portas das escolas e das universidades para a temática negra ser considerada tema digno de inclusão curricular. Esse movimento reivindicatório foi realizado a partir de práticas educativas, na maioria das vezes, ausentes nos espaços formais de educação.

Dessa forma, torna-se sintomático o relato de Jô Oliveira (PCdoB), primeira vereadora preta eleita na história de Campina Grande, em 2020, com mais de três mil votos (G1, 2020), na qual revelou que a primeira vez que ouviu falar sobre o enfrentamento ao racismo e a

valorização da cultura negra foi numa palestra de Moisés Alves e Jair Silva, militante do Movimento Negro de Campina Grande, quando era estudante numa escola pública do ensino fundamental na década de 1990:

Eu contando meus causos de criança. Quando eu fazia a quinta, série teve um debate, um momento na Escola Assis Chateaubriand, que é onde eu estudava, eu tinha onze anos e eu recebi a possibilidade de acompanhar uma palestra proferida por Jair e Moisés, como representantes do Movimento Negro de Campina Grande. Eu, criança, todo mundo jovem, e eu fui ouvir. Foi a primeira vez que eu ouvi falar sobre esse movimento, sobre essa atuação e principalmente sobre a importância que, enquanto pessoas negras, nós precisamos pensar, nos articular e refletir sobre o nosso lugar na sociedade. Então, quero agradecer por esse encontro histórico. (Câmara Municipal de Campina Grande, 2021, p.23)

Por sua vez, entre as décadas de 1970 e 1980, Jurema Batista e Sueli Carneiro, duas importantes personalidades da luta antirracista no país, relataram que ingressaram no movimento negro brasileiro após serem impactadas pelas palestras de Lélia Gonzalez. Segundo Jurema Batista, em 1980, ela era presidente da Associação de Moradores do Andaraí - Rio de Janeiro - e estava na Faculdade Santa Úrsula quando foi convidada para assistir a um debate sobre a questão racial, foi prestigiar tal atividade com resistência, pois, na época, não se sentia pertencente a essa discussão. Jurema Batista, quando chegou ao evento, deparou-se com a palestra de Lélia Gonzalez e, após assistir outras exposições dessa militante, revelou que teve acesso à sua consciência negra nesse momento, pois até então tinha sido “enganada. A vida inteira eu bebi a história de que no Brasil não tinha racismo” (Alberti; Pereira, 2007, p.54). De maneira semelhante, Sueli Carneiro compartilhou:

Mas o ponto mesmo emblemático para mim, na trajetória que fiz como militante, foi quando eu vi pela primeira vez a Lélia Gonzalez numa palestra na Biblioteca Municipal de São Paulo. Isso deve ter sido entre 1978 e 79. De fato, quando eu ouvi a Lélia Gonzalez, descobri o que eu queria ser quando crescesse! Do ponto de vista político. Por que a Lélia veio resolver o pedaço que faltava em toda efervescência desse debate, e que era fundamental para minha experiência pessoal, para minhas inquietações [...] E quando eu ouvia a Lélia, parecia que ela estava dentro do meu cérebro, organizando tudo o que me inquietava, tudo o que eu sentia, que não conseguia formular. Parece que ela botou ordem na casa. E, a partir daquele dia, eu sabia perfeitamente o que iria fazer. (Alberti; Pereira, 2007, p.54).

Sueli Carneiro constata a importância da palestra de Lélia Gonzalez para sua formação política, ao dar a sinalização de que precisava para assumir a luta do feminismo negro. Por sua vez, o jurista José Adilson Moreira (2024), refletindo sobre a necessidade de a

hermenêutica jurídica considerar as dimensões da raça em sua prática, traz algumas memórias do seu processo formativo, da sua visão crítica racial diante do saber jurídico. Logo, aponta a importância do movimento negro no seu processo de tornar-se negro:

Meu interesse por história aumentou significativamente quando me tornei membro do movimento negro; comecei a refletir sobre e a fazer ligações entre minha experiência social e familiar com os processos sociais nos quais estava inserido e eles eram uma história de negação da humanidade e de direitos. Minha consciência negra surgiu concomitantemente à minha consciência jurídica. Comecei então a dar nova significação a várias experiências que tinha passado ao longo da minha vida. (Moreira, 2024, p. 75)

Movimento semelhante ocorreu em Campina Grande, em razão de que a primeira geração de militantes negros campinenses, nos nomes mais representativos de Josemir Camilo e Benedito Antonio Luciano, influenciou, de alguma maneira, os militantes Moisés Alves e Jair Silva que surgiram nos anos 90. Segundo este último militante, que na passagem dos 80 para os 90 era aluno secundarista, o contato com uma palestra do Movimento Negro de Campina Grande foi decisivo para o seu ingresso em tal organização. Jair Silva Ferreira assim relata:

Porque quando eu entrei no movimento negro em 1991, *eu já conhecia o movimento negro em 1990* quando eu era aluno do colégio da Prata. E lá teve uma mesa redonda com o MNCG no auditório e foram essas pessoas que me influenciaram na luta contra o racismo. E eu não conhecia porque eu era um jovem, estava no terceiro ano científico no colégio da Prata em 1990, e fiquei encantado, ao mesmo tempo indignado com [...] fiquei encantado porque conheci ali um movimento muito importante *que trouxe autoestima pra mim, que trouxe consciência negra*. E fiquei desencantado e indignado porque vi que o Brasil era um país extremamente violento e racista contra nossa população negra. Então foram, Josemir Camilo, Bené, foram essas pessoas que trouxeram essa consciência política para mim. (Ferreira, J.S, 2022. p.1)

Nesse trecho, Jair Silva se refere aos debates organizados na escola estadual da Prata sobre os temas “Mulher Negra”, “Movimento Negro” e “O porquê do 13 de maio”, que foram uma das atividades do MNCG, entre 1990 e 1991. Sublinha-se nas memórias de Jair Silva o papel educativo do Movimento Negro de Campina Grande para o seu processo de formação racial. Isso tanto em 1988, quando a organização negra campinense conseguiu trazer o grupo Olodum para a cidade, atividade que o tocou muito, quanto no início dos anos 1990, com a palestra do Benedito Luciano na escola onde estudava. Nos seus próprios termos, foram momentos que possibilitaram autoestima enquanto um jovem negro. Dito com outros termos,

foram chaves importantes para o processo de formação da consciência negra de Jair Silva.

Ao cruzarmos os relatos de Jair Silva, Jô Oliveira, Jurema Batista, Sueli Carneiro e José Adilson Moreira, percebe-se a importância da palestra e/ou da aula pública engendrada por militantes do movimento social negro brasileiro no processo de formação da consciência negra dessas pessoas. Portanto, essas ações educativas foram fundamentais para que elas se tornassem ativistas da luta antirracista. Depreende-se assim, mais uma vez, o argumento de Nilma Gomes (2017, 2022) do “Movimento Negro Educador” que educa a si, aos seus próprios militantes no processo de formação permanente.

Ainda sobre as razões educativas das palestras realizadas pela militância negra campinense, Jair Silva, que foi impactado pela palestra de Josemir Camilo e de Benedito Luciano na escola Estadual da Prata quando era aluno secundarista, vai utilizar de tal prática na sua militância nos anos 90. Para o militante Jair Silva Ferreira, as suas aulas públicas, em escolas, SABs, universidades, sobre a cultura negra, a história da África e o racismo, eram atos de saberes insurgentes contra o silenciamento imposto pelo currículo escolar (1º e 2º grau) e universitário da época. Nas palavras desse militante:

Olha, veja bem, eu aprendi a dar palestra contra o racismo a partir da minha experiência com o Movimento Negro de Campina Grande. Comecei minha militância formalmente e historicamente, em 1991. Mas, antes disso, em 1990, *conheci Bené e Camilo*, eles estavam no auditório Pedro Gondim, do colégio gigantão da prata. Estavam palestrando sobre o racismo e os impactos do racismo no mercado de trabalho. Eu me lembro muito bem, na época era aluno, tinha dezenove anos de idade. *Aquilo me impactou bastante. Foi esse exemplo de luta que me fez palestrar na própria escola no ano seguinte, eu comecei a militar na escola, a querer ser igual a eles.* Então, eu chamei a direção da escola, eu me lembro, era o professor Pereira, o diretor da escola da época e o grêmio estudantil, que tinha muitos alunos ligados ao PT. Eu me lembro dos nomes deles, Francisco, Rogéria, Andrea [...] foram esses estudantes que deram apoio para mim, a gente passava nas salas de aula chamando os alunos e professores para minha palestra no auditório da Prata. *O que me levou a palestrar nas escolas foi perceber que a história da África não era contada nas escolas, a história do povo negro de Campina Grande não era valorizada e lembrada nas escolas [...]* quando estava no curso de História, eu entrei em 1992 na UEPB [...] nos anos 90 na UEPB eu já pautava essa temática antirracista [...] por que a comunidade acadêmica dominada por uma branquitude de classe média, na Universidade Estadual da Paraíba, não discutia isso [...] *Tudo isso foi muito importante para que eu levasse para as escolas, porque Bené fazia isso nas escolas, Camilo fazia isso, e eu queria fazer a mesma coisa* (Ferreira, J.S, 2022. p.4, grifo nosso).

Nesse sentido, evidencia-se que Jair Silva, assim como tantos outros(as) militantes negros(as) brasileiros(as), teve conhecimento pela primeira vez sobre o debate da Consciência Negra pelas mãos e às palavras do movimento negro. Inclusive, dado extensivo ao autor desta tese. Sendo que esse primeiro acesso à temática negra foi realizado em debates organizados, muitas das vezes, pelo protesto negro na luta por espaços no calendário escolar das escolas e/ou universidades.

Nesse trecho, destacado acima, da colaboração de Jair Silva, também se demonstra que sua iniciativa de ministrar palestras se deu como uma reação à ausência do trabalho da temática afro-brasileira e africana no currículo das escolas em Campina Grande. Questão extensiva para a grade curricular do curso de História da UEPB, do qual era aluno na época. Ficou exposto para esse militante que o tema da negritude estava proscrito no sistema de educação pública ofertada em Campina Grande, nos seus vários níveis constitutivos. Deste jeito, enquanto militante negro e inspirado em Josemir Camilo e Benedito Luciano, viu-se estimulado a ocupar o espaço educativo para promover palestras sobre o tema do negro e da África nas escolas e universidades.

Neste contexto, nos termos de Benedito Antonio Luciano (2022), o Movimento Negro de Campina Grande estabeleceu proximidade com as escolas públicas e privadas da cidade e, também, era recorrentemente convidado por professores universitários para palestras e composição de mesas de debates referentes aos temas raciais. Ademais, Benedito Luciano (2022) coloca que essas palestras tinham como objetivo alcançar um público maior, assim, o MNCG pretendia transmitir sua mensagem para o maior número de pessoas. Nesse sentido, também era ocupada a mídia local, rádio, jornal impresso e televisão. Com efeito, no decorrer dos anos 90, o movimento negro campinense vai ocupar um espaço na opinião pública e será reconhecido por várias instituições, tais como a imprensa local, “O Encontro para a Nova Consciência” e Câmara Municipal de Vereadores, entre outros.

4.4 Encontro Para Nova Consciência, Sessão Especial da Consciência Negra e o Encontro Estadual do Movimento Negro

O Encontro para Nova Consciência¹⁹³ surgiu, em 29 de fevereiro de 1992, durante o período de carnaval e existe até os dias atuais, de forma online. Em 2004, foi lançada a “Organização Encontro para Nova Consciência” com o intuito de receber recursos e apoio de

¹⁹³ Para mais informações: <https://sites.google.com/site/ongnovaconsciencia/>. Acesso em: 05 nov 2024

instituições públicas e privadas. Esse encontro se tornou parte do calendário cultural da cidade de Campina Grande, tendo seu apogeu na segunda metade dos anos 90 e nos primeiros dos anos 2000.

Considerando o recorte histórico da presente pesquisa (1988-2013), a Nova Consciência tratou-se de um evento ecumênico e filosófico que atraía um bom público de turistas e de campinenses interessados nos debates sobre filosofia, cultura e religiões. Contava com palestrantes e conferencistas de várias partes do país e do exterior. A programação era dividida em muitos encontros de debates espalhados por vários espaços da cidade, sendo o Teatro Municipal Severino Cabral o principal local de concentração para as principais palestras e apresentações culturais.

Ainda sobre esse encontro, constata-se que grande parte do seu público era constituída de estudantes, professores universitários e de pessoas oriundas da classe média. Não era um espaço popular e de abrangência periférica na cidade. Passados alguns anos de existência, em 1996, os organizadores do evento convidaram o professor Benedito Antonio Luciano para proferir uma palestra referente à Consciência Negra. No Jornal da Paraíba, de sexta-feira, 23 de fevereiro de 1996, têm-se mais detalhes sobre essa atividade.

Este ano, o tema do V Encontro para a Nova Consciência: o pensamento da cultura emergente foi: diálogo e tolerância. Baseados neste tema e atendendo a um convite da comissão organizadora do evento, *participamos, pela primeira vez, em nome do Movimento Negro de Campina Grande, na condição de palestrante. Sob o título Consciência Negra*, apresentamos nossa palestra na manhã da segunda-feira, dia 19 de fevereiro de 1996, no Teatro Municipal Severino Cabral. Nos encontros anteriores não recebemos o convite para participar como palestrante, entretanto, participávamos assistindo e torcendo pelo sucesso e continuidade deste encontro. (Jornal da Paraíba, sexta-feira, 23 de fevereiro de 1996, grifo nosso)

Benedito, ainda nesse texto, apresenta os temas abordados em sua exposição, que foram vários, entre tantos, destacaram-se: a África como matriz cultural do negro; os grandes impérios africanos; as africanidades brasileiras; as origens e as vicissitudes do movimento negro brasileiro; o 20 de novembro e a luta do povo negro pela cidadania; as bandeiras do Movimento Negro, entre elas a derrubada do sistema capitalista, entre outras reivindicações do protesto negro no Brasil.

Benedito Luciano assinou esse artigo enquanto “militante do movimento negro e professor da UFPB” e encerrou com a seguinte mensagem: “Expressamos o nosso sentimento de que a compreensão da Consciência Negra é fundamental para o diálogo... Diálogo, sim!

Tolerância com qualquer forma de racismo ou cerceamento das liberdades, jamais!” (Jornal da Paraíba, sexta-feira, 23 de fevereiro de 1996).

No ano de 1997, o professor Benedito Antonio Luciano foi novamente convidado pela organização do Encontro para a Nova Consciência para palestrar no Teatro Municipal. Como consta no texto “Nova Consciência: Educação X Racismo” publicado no Diário da Borborema, sexta-feira, 14 de fevereiro de 1997. Aqui, o professor Benedito discorreu sobre sua palestra intitulada: “Educação como uma Estratégia de Combate ao Racismo”, que ocorreu pela manhã, às 10h, da segunda-feira, 10 de fevereiro de 1997.

Neste texto, Benedito Luciano apresenta uma síntese de sua fala e das questões abordadas durante sua apresentação no encontro em destaque. Essa narrativa é valiosa por demonstrar o valor central da educação para o Movimento Negro de Campina Grande, em razão de ser considerada um instrumento imprescindível para o enfrentamento ao racismo. Segundo Benedito Luciano, os aspectos que deveriam ser considerados para a construção de um processo educativo antirracista foram:

Como tratar do negro em sala de aula: neste tópico, a proposta fundamental é o combate à evasão escolar do estudante afro-descendente, mediante a recuperação da auto-estima e imagem positiva do negro na formação da nação brasileira, ressaltando os heróis negros e questionando as mensagens racistas contidas nos livros didáticos; sejam de forma explícita ou subliminar. A África como matriz cultural brasileira: efetivamente, não se pode falar do negro no Brasil sem se reportar à África como referência histórica, social e antropológica. Este referencial, embora complexo e pouco estudado, é de importância fundamental para a compreensão do tema por parte dos alunos e professores, negros e não-negros [...] O negro na colonização brasileira: diferentemente do que tradicionalmente se tem ministrado em sala de aula, ao longo dos anos, o negro na colonização brasileira não se limitou ao papel do escravo, numa mera contribuição de mão-de-obra não qualificada. O legado do negro na colonização brasileira precisa ser redimensionado para que o educando entenda a sua real magnitude [...] Palmares, Zumbi e a rebeldia negra: apresentam-se a saga dos palmarinos, a organização político-econômica, assim como a controvertida figura de Zumbi, enquanto líder maior da aventura libertária dos negros e não-negros na chamada República dos Palmares [...] Finalizando, são apresentadas algumas das estratégias de combate ao racismo na educação que passam necessariamente por uma ação afirmativa, pela questão da mulher negra, pela saúde, religião, cultura, artes, esportes, estudos, pesquisas, violência policial, legislação, ciência & tecnologia e, por último, não menos importante, pela valorização do professor e pela democratização dos meios de comunicação de massa no Brasil... (Diário da Borborema, sexta-feira, 14 de fevereiro de 1997)

Muitos dos pontos levantados pelo professor Benedito Luciano em sua palestra e/ou aula pública se coadunaram com a agenda de luta do MNU da década de 1990, que elencou a

educação como sua principal bandeira de reivindicação. Benedito atribuiu a necessidade de implementação do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas como via para o processo de afirmação da autoestima do povo negro campinense.

A perspectiva levantada por Benedito Luciano foi parte integrante da agenda de luta empreendida pelo MNCG, sobretudo na defesa de que a aplicação da educação para as relações étnico-raciais era crucial no processo de constituição da consciência negra e no processo da valorização da história do povo negro e de sua cultura (Farias, 2001). Nesse sentido, essas questões foram postuladas e provocadas tendo como referência Campina Grande, uma cidade reivindicada pelo MNCG como também negra e de axé.

Nessa conjuntura, como foi estabelecido na apresentação do militante Benedito Luciano, era fundamental ter atenção para o estudo da África e para novos olhares sobre a história da formação brasileira, um ensino que deveria considerar o valor da resistência e de nomes importantes da história negra brasileira. Em vista disso, evidenciando a importância de se ensinar, nos bancos escolares, sobre o quilombo dos Palmares e a trajetória de luta de Zumbi, bem como refletir sobre a valorização e preservação dos quilombos ainda existentes no país e na Paraíba. Assuntos, na época, interditados no currículo educacional brasileiro e de Campina Grande.

Outros dois aspectos merecem a atenção no artigo de Bendito, o primeiro se reporta à exigência na melhoria da qualidade do ensino e do tratamento dado aos professores pelo sistema educacional brasileiro. Logo, trata-se de pautas maiores e não apenas centradas no recorte racial. Desse modo, a luta por educação do MNCG não se dava apenas no atendimento às agendas raciais, mas também se vislumbrava a necessidade de investimentos maiores no sentido de melhoria da qualidade do ensino ofertado pelo poder público.

O segundo residiu na defesa de Benedito Luciano de que os apontamentos estabelecidos referentes à educação como via de consolidação da consciência negra se dariam a partir das implementações de ações afirmativas. Nesse sentido, esse horizonte de exigência se tornou uma das principais características do protesto negro nos anos 90, que concentrou muita força na luta por políticas afirmativas para o povo negro. Muitos desses esforços e dessas ações realizadas nesse período só serão efetivados nas primeiras décadas do século XXI, e isto foi acompanhado de elementos de tensões e contradições. Nessa perspectiva, as Leis 10.639/2003 e 12.711/2012 são exemplos emblemáticos de políticas afirmativas elaboradas na esfera da educação brasileira.

A partir da participação do professor Benedito Luciano, no Encontro para a Nova

Consciência (1996-1997), surgiu o “Encontro Afro-brasileiro Campinense” como parte da programação desse evento. Nas análises das fontes encontramos registros referentes aos encontros de 1998 a 2006. É possível que este encontro tenha ocorrido até 2007. Todavia, precisamente, temos documentos que nos informam cronologicamente sobre os eventos ocorridos entre 1998 e 2006, portanto não sabemos se depois de 2006 houve uma regularidade desse evento por mais anos.

Pesquisando o site oficial da organização do evento, não temos os cadernos contendo a programação dos encontros passados. Do ponto de vista de documentos impressos, temos apenas quatro cadernos de programação concernentes aos anos de 2002, 2003, 2004 e 2005, também temos os jornais de 2006 e 2007 noticiando as atividades do Movimento Negro de Campina Grande no Encontro Para a Nova Consciência. Cabe evocar que essas mesas redondas e palestras não foram gravadas em vídeos e nem registradas em textos escritos.

Mesmo assim, permite-se demarcar algumas características interessantes do Encontro afro-brasileiro campinense. Num primeiro plano, sublinha-se que os principais conferencistas foram os próprios militantes negros campinenses: Benedito Antonio Luciano, Jair Silva Ferreira e Moisés Alves. Porém, nesses encontros, igualmente, tiveram a participação de militantes de outras cidades e estados, tais como: Edeltônio Liberato (Militante de Salvador – BA), em 1998; Manoel Donato, professor da UFPB – Campus II, em 1999; Benedito dos Santos (Mov. Negro de João Pessoa), em 1999; Henrique Cunha Junior (UFC), 1999, 2000, 2002; Erivaldo Moreira Barbosa (Prof. UFPB), 2000; Maria do Socorro Pimentel (2000); Othon Sérgio de Souza (Capoeira Brasil) e Tânia Maria Correia (UFPB), 2001; Vicente Mariano (Tatalorixá – CG), 2003, entre outros.

Destaca-se, nessa conjuntura, a capacidade de articulação do MNCG com outros militantes negros da Paraíba e de outras unidades federativas. Nesse âmbito, avultou-se a presença, em alguns anos de Nova Consciência, do militante e professor universitário Henrique Cunha Junior, uma das vozes mais relevantes da história do protesto negro no Brasil. Nessa época, o professor Cunha Junior estava como docente da Universidade Federal do Ceará.

Mas, essa aproximação com Henrique Cunha Júnior aconteceu antes, quando, em 1993, Benedito Luciano, que estava na condição de professor visitante do Departamento de Materiais, da Universidade Federal de São Carlos, teve acesso ao Curso “Africanidades”. Esse espaço foi organizado pelo Departamento de Educação da UFSCar, sob a coordenação da professora Petronilha B. G e com o apoio do professor Henrique Cunha Júnior. Ainda sobre o

esse momento de 1993, Benedito Antonio Luciano pondera:

Ah! Como gostaria de poder neste momento estar olhando o semblante dos preconceituosos quando lerem as afirmações de que as bases da ciência da informática eram secularmente conhecidas na África, que os escravos africanos trouxeram importantes soluções tecnológicas para os engenhos de açúcar, que a África antes da Europa, já dominava a tecnologia do ferro[...] Bem que as áreas de humanidades da UFPB ou UEPB poderiam promover, a título de curso de extensão, algo semelhante ao que está sendo realizado pela UFSCar (Diário da Borborema, quarta-feira, 2 de junho de 1993, grifo nosso)

O desejo de Benedito Luciano de presenciar experiências semelhantes realizadas pelos departamentos de Educação e de Humanas da UFPB – Campus II e da UEPB – Campus I não foi realizado durante a década de 1990, em razão de que ficou a cargo do MNCG a tarefa da construção de debates e eventos relacionados à história do negro no Brasil e à cultura africana¹⁹⁴. Tal afirmativa não significa que as universidades locais e alguns de seus respectivos docentes não realizaram atividades e pesquisas sobre a temática negra neste período.

Mas, de maneira mais sistemática e consequente, essas atividades acadêmicas centradas na educação para as relações raciais só foram realizadas a partir dos anos 2000, sobretudo, após os desdobramentos da Lei 10.639/2003, de seus documentos norteadores e do surgimento de grupos de estudos referentes à cultura negra, como foi o caso do surgimento do NEABI - UEPB, em 2006.

Portanto, essa experiência foi marcante para o militante Benedito Antonio Luciano, assim como a sua passagem pela UFSCar durante os anos de 1994 a 1996, enquanto bolsista, onde teve acesso a livros sobre a temática negra e a literatura africana. Esse material era enviado e socializado em Campina Grande. Este momento, igualmente, foi muito relevante para Benedito Luciano por colaborar no processo de construção do livro “Levantamento bibliográfico sobre o Negro no Brasil” (2000)¹⁹⁵, que não foi publicado. Porém, tratou-se de uma ação relevante no âmbito da educação e da pesquisa sobre a história afro-brasileira, um estudo iniciado em 1980 e que foi se acumulando com as leituras proporcionadas pela militância negra.

¹⁹⁴ Por exemplo, no ano do centenário da abolição, o Departamento de História e Geografia, a Coordenação de História e o Centro Acadêmico de História, do Campus II, da UFPB, realizaram a Semana de História com o tema: “1888-1988: Emancipação ou libertação fictícia”

¹⁹⁵ Estamos na torcida para que este livro seja publicado, pelo valor histórico e pelo esforço de tanta pesquisa acumulada. Ademais, trará dados importantes para os pesquisadores e interessados nos estudos afro-brasileiros. Recebemos do autor este material por e-mail.

Organizado em ordem alfabética e com os dados de referências bibliográficas aos interessados. No ano de 1988, o material detinha 676 referências, já no de 1993, com acesso à obra “Bibliografia Afro-brasileira”, de Henrique Alves, chegou-se ao número de mais de 2.000 verbetes. Na edição finalizada de 2000, foram reunidas 2.560 bibliografias. Mesmo não dando conta de todo o material produzido sobre a temática negra no Brasil, a ideia era reeditar a obra e ir atualizando com novas fontes que fossem aparecendo.

Deste modo, Benedito Antonio Luciano esteve “tomado pela consciência da necessidade de contribuir para o processo libertário do negro no Brasil, pela via do conhecimento e autoconhecimento de nossa História” (Luciano, 2000, s/p). Assim, fica registrado, mais uma vez, que para esse militante do MNCG eram questões centrais de sua atuação social a busca por educação e conhecimento da história como afirmação da consciência negra. Tal perspectiva, igualmente, foi o *leitmotiv* da luta por e na educação desempenhada pela militância negra campinense (1986-2013).

Figura 9 - Moisés Alves, Benedito Antonio Luciano e Henrique Cunha Junior – Encontro para a Nova Consciência - dia 07 de março de 2000, em frente ao Teatro Municipal Severino Cabral após a realização do IV Encontro Afro-brasileiro e Campinense.



Fonte: Arquivo pessoal de Benedito Antonio Luciano

Nessa perspectiva, o Encontro afro-brasileiro Campinense ocupou um espaço na concorrida programação do Encontro Para Nova Consciência. Sob a coordenação do Movimento Negro de Campina Grande, foi estabelecido que os debates em torno de uma nova sociedade, mais justa, fraterna e ecumênica, deveriam considerar o enfrentamento ao racismo presente na sociedade brasileira e no mundo.

Nos encontros Afro-brasileiro Campinense os temas centrais da cultura negra estiveram presentes nas mesas de discussões, tais como: a importância da educação na formação da consciência negra; o racismo religioso; a necessidade de conhecimento sobre a história e a cultura africana; a importância da capoeira como arte e ação cultural educativa; a importância do combate à intolerância religiosa para com as religiões do axé; os significados do treze de maio e do Quilombo dos Palmares; A literatura afro-brasileira e sua importância; cotas raciais e a Lei 10.639/2003, entre outros temas.

Nesse diapasão, a educação se constituiu como o tema mais recorrente desses debates, que foram ganhando novos contornos com o passar dos anos. Nos anos 90, o cerne das discussões do Encontro da Consciência Negra se deu pela exigência da presença da história do negro no Brasil e da África no currículo e por ações afirmativas. Já nos anos 2000, as discussões se voltaram mais para as cotas raciais e sobre a Lei 10.639/2003, entre outros temas. Como consta na matéria abaixo:

Figura 10 - Os professores Benedito Antonio Luciano (UFCG), Erivaldo Moreira (UFCG) e Moisés Alves, jornalista e coordenador do Encontro da Consciência Negra de 2006



Fonte: Diário da Borborema, Terça-Feira, 21 de fevereiro de 2006

No texto, acima, assinado pela repórter Lauricéia Barros, temos informações sobre a décima versão do Encontro afro-brasileiro campinense na programação da Nova Consciência do ano de 2006. A narrativa trouxe dados sobre a população negra como majoritária no Brasil e as desigualdades sociais entre brancos e negros no país. A matéria informa que o encontro

vai contar com a participação dos professores Benedito Antonio Luciano e Erivaldo Moreira, acompanhados da Fernanda Oliveira (candomblecista) sob a coordenação de Moisés Alves (MNCG) (Diário da Borborema, terça-feira, 21 de fevereiro de 2006).

Segundo este último, com certo entusiasmo, o evento esperava contar com a presença de cem pessoas¹⁹⁶. Moisés Alves, também, relata que o evento será o primeiro passo para dar início às discussões sobre a Lei 10.639, que determina o estudo da história da África e do negro no ensino fundamental e médio, tema central de um seminário para o mês de março de 2006. Ademais, Moisés indicou que já estavam sendo iniciados os debates com as reitorias das universidades paraibanas sobre políticas públicas e inclusão social para negros - as cotas raciais para o ingresso do negro nas universidades da Paraíba (Diário da Borborema, terça-feira, 21 de fevereiro de 2006).

Dessa maneira, os Encontros para Nova Consciência se tornaram um ambiente relevante para a militância negra apresentar seus saberes, conhecimentos e reflexões. Além disso, esses debates alcançaram espaço na mídia e de público, que recebiam as discussões propostas pela militância negra campinense. Outrossim, o Encontro Afro-brasileiro Campinense, sob a coordenação do MNCG, assinalava que o enfrentamento ao racismo era parte incontornável no processo de construção de uma sociedade mais justa, plural e ecumênica. Esses aspectos eram os principais objetivos elencados pelo Encontro para Nova Consciência. Em suma, a busca por uma nova consciência perpassava pela questão da consciência negra.

Neste mesmo contexto histórico em que o militante negro campinense Benedito Antonio Luciano foi convidado para participar da Nova Consciência (1996-1997) como palestrante, demarcou-se outra importante atuação do MNCG, a saber: a Sessão Especial da Consciência Negra na Câmara Municipal de Vereadores de Campina Grande, em 1997 e 1998. Foi a primeira vez que o parlamento campinense dedicou um espaço de discussão para se refletir sobre a problemática racial na cidade e no Brasil. Tal propositura foi da vereadora Cozete Barbosa (PT)¹⁹⁷.

Em 1987, o então edil Marcio Rocha (PCB), no dia 12 de maio, foi ao microfone para

¹⁹⁶ Acompanhei, por anos, os encontros “afro-brasileiro campinense” no Encontro para Nova Consciência, e posso testemunhar que, apesar da qualidade dos debates, era uma média boa o público presente, mas não chegava a lotar os auditórios e/ou salas onde ocorriam tais eventos.

¹⁹⁷ Foi uma importante líder sindical e política de Campina Grande, filiada ao PT. Após votações expressivas para cargos públicos, ela conseguiu se eleger Vereadora, em 1996, com um forte discurso e histórico de oposição ao grupo Cunha Lima. Porém, nos anos 2000, ela se candidatou como vice-prefeita de Cássio Cunha Lima e, em 2002, ela assumiu a prefeitura, mas não conseguiu se reeleger. No seu mandato de vereadora, ela estabeleceu contatos e possibilitou alguns espaços para o MNCG.

falar do Movimento Negro de Campina Grande e solicitou apoio dos demais colegas de parlamento para o evento de protesto contra o 13 de maio que seria realizado pelo MNCG no dia seguinte do corrente ano. Assim, essa fala foi a primeira menção ao coletivo negro campinense feita na Câmara Municipal de Vereadores. Já, o ano de 1997, foi o período em que se teve a primeira sessão de debate público sobre a problemática racial e que teve como protagonista a militância negra campinense. Nesse horizonte, cabe destacar algumas imagens localizadas no requerimento posto pela vereadora Cozete Barbosa, no dia 21 de outubro de 1997, para a realização da sessão especial para o dia 20 de novembro:

Considerando que muitos foram os construtores de Palmares, mas Zumbi é o seu mártir, foi o líder, governante do Quilombo de Palmares que lutou pela liberdade e dignidade, não só do seu povo, da sua raça, mas de todos os oprimidos do Brasil. Considerando que o dia 20 de novembro é o Dia Nacional da Consciência Negra e foi nesta data que mataram Zumbi dos Palmares [...] *Por fim, considerando que passados mais de trezentos anos da Saga de Palmares, a população negra brasileira ainda luta para alcançar a plena cidadania.* Requeiro, depois de ouvir o Plenário e seguindo as Normas Regimentais, que esta casa aprove a realização de uma Sessão Especial para o próximo dia 20 de novembro do ano em curso para refletirmos sobre o Dia da Consciência Negra. (Câmara Municipal de Campina Grande, Requerimento 4.122/1997, grifo nosso)

Dessa forma, Cozete reverberou, nesta justificativa, boa parte dos argumentos postos, desde os anos 80, pela militância negra campinense sobre o vinte de novembro e a memória de Zumbi dos Palmares. O texto considerou os mais de trezentos anos de existência da República Palmarina e a importância de restituir esta história para se refletir sobre a continuidade do sistema de opressão contra o negro brasileiro. Logo, a Sessão Especial foi aprovada pela Câmara de Vereadores e realizada na manhã de quinta-feira, dia 20 de novembro de 1997.

O Jornal da Paraíba da sexta-feira, 21 de novembro de 1997, trouxe na sua primeira página uma imagem e a apresentação da matéria sobre o evento da Câmara em destaque. Informa a legenda da imagem que tal momento foi bastante prestigiado e contou com grande público. Já no texto da reportagem completa, tem-se apresentado que o Prefeito Cássio Cunha Lima não se pôde fazer presente e enviou o Jurandir Xavier para representá-lo.

A sessão especial começou com o discurso da Cozete Barbosa, que ressaltou a importância da história do quilombo dos Palmares e o modelo societário alternativo posto pela experiência palmarina. Em seguida, a edil petista apresentou dados do IBGE demonstrando as desigualdades sociais que recaiam sobre a população negra brasileira, quais

sejam: apenas duas pessoas em cada cem negras têm trabalho de nível superior; a média salarial de um profissional branco é 7,6 e para homens negros fica 3,7, entre outros (Jornal da Paraíba da sexta-feira, 21 de novembro de 1997).

Esse momento contou com a presença do Tatalorixá Vicente Mariano¹⁹⁸, o mais antigo e conhecido da cidade, a banda de percussão afro “Arerê”, o grupo Capoeira Brasil, Benedito Antonio Luciano e Jair Silva Ferreira representando o Movimento Negro de Campina Grande.¹⁹⁹ Não conseguimos as notas taquigráficas desse momento na Câmara, portanto, não foi possível trazer maiores dados sobre as falas dos militantes negros campinenses. No entanto, a reportagem em destaque recolheu uma síntese das principais ideias postas por Benedito Antonio Luciano e Jair Silva Ferreira nessa atividade.

Chama a atenção que o primeiro defendeu a ideia de que a educação tem que ser um instrumento usado como estratégia de combate ao racismo e ressaltou a importância das implementações de políticas de ações afirmativas para a população negra campinense. Por sua vez, Jair Silva destacou o exemplo do que ocorria em Salvador, na qual as escolas públicas municipais trabalham no currículo disciplinas referentes à raça negra (Jornal da Paraíba, sexta-feira, 21 de novembro de 1997).

Em vista disso, fica constatado, nessa reportagem do JP, a proeminência dada à dimensão educacional por parte desses integrantes do MNCG. A educação, assim, permanecia, desde a origem desse coletivo negro, em 1986, como o principal objeto de luta e de reivindicação. Sobretudo, no combate ao eurocentrismo presente no currículo educacional, numa ação anticolonial que exigia a imediata inclusão da história do negro e da África na estrutura curricular.

Nesse evento, Benedito Luciano e Jair Silva Ferreira, como os demais militantes negros que participaram da Sessão da Consciência Negra, do 20 de novembro de 1997, colocaram para a prefeitura e os legisladores municipais que o racismo se fazia presente na sociedade campinense e postularam a educação como o principal dispositivo para enfrentar essa problemática.

Depois de alguns dias dessa Sessão da Câmara Municipal de Vereadores, em 24 de novembro de 1997, o vereador Romero Rodrigues (PSDB) apresentou o projeto de Lei Nº

¹⁹⁸ O mais antigo Tatalorixá de Campina Grande, que formou uma geração de pais e mães de santos na cidade e região, morreu aos 95 anos de idade em 2024. Para mais informações: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2024/04/27/vicente-mariano-um-dos-representantes-do-candomble-no-brasil-morre-aos-95-anos.ghml>. Acesso em: 24 nov 2024

¹⁹⁹ Aqui, cabe salientar que fizemos pesquisa no arquivo morto da Câmara Municipal de Vereadores e tal espaço se encontra em condições degradantes. Corre-se o risco de, a qualquer momento, uma infiltração ou incêndio destruir grande parte da documentação da Casa de Félix Araújo.

234/97 que institui a “Semana da Consciência Negra” nos estabelecimentos de ensino da rede Municipal de Campina Grande e dá outras providências. Esse projeto foi aprovado na sessão do dia 18 de dezembro de 1997 e sancionado como Lei 3.565/97, no dia 31 de dezembro do mesmo ano, pelo então prefeito Cássio Cunha Lima.

Neste momento, vale assinalar que o texto de justificativa do projeto de Romero Rodrigues foi apresentado, no dia 24 de novembro de 1997, exatamente quatro dias após a realização da Sessão da Consciência Negra. Logo, tal propositura se justificou assim:

O objetivo do projeto é incentivar a participação dos estudantes e professores nos debates a respeito da importância dos nossos irmãos negros na construção da sociedade, e o papel que exerceram, exercem e desenvolverão no futuro em favor do crescimento do Brasil. É importante a conscientização de todos no sentido de se impedir qualquer prática de racismo, que é crime estabelecido na Constituição Federal. *Em outras cidades, a exemplo de Salvador (BA) são ministradas atividades extra-curriculares, e Campina Grande não poderia se omitir de prestar justas homenagens a essas pessoas que sempre contribuíram para o desenvolvimento da Nação*, e, em particular do Município. *Há vários grupos e movimentos negros que poderão participar como consultores e participantes na elaboração da programação a ser desenvolvida, anualmente, nos estabelecimentos de ensino de Campina Grande.* (Câmara Municipal de Campina Grande, 24 de novembro de 1997, grifo nosso).

Ao analisarmos o texto desse projeto, fica detectado que o objetivo principal era estimular o debate e as reflexões sobre o racismo nos espaços educativos das escolas do Município de Campina Grande. Do mesmo modo, observa-se que as provocações realizadas pelo MNCG, na Sessão da Consciência Negra, tiveram ressonâncias na sustentação da Lei 234/97, pois o texto menciona o exemplo do que ocorria na Bahia, como fora apontado por Jair Silva Ferreira. Além disso, se reconhecia que na cidade o MNCG e outros grupos negros poderiam ser tratados como consultores das programações realizadas pela secretaria de educação e escolas.

Essas questões reforçam a perspectiva do “Movimento Negro de Campina Grande Educador”, em razão de que ficou certificado o quanto as intervenções dos militantes negros campinenses sobre a importância da execução do ensino do negro no currículo e da educação no combate ao racismo, na Casa Félix Araújo, impactaram as pessoas que estiveram presentes no evento do dia 20 de novembro de 1997. Em decorrência disso, a Lei 3.565/97 ficou com o seguinte texto:

Art. 1º - Fica instituída a Semana da Consciência Negra nos estabelecimentos de ensino da Rede Municipal de Campina Grande. Art. 2º A Secretaria de Educação, Cultura do Município elaborará em conjunto com

os educandários, a programação a ser cumprida com o Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro de cada ano. Art. 3º As escolas da Rede Particular também serão convidadas a participar dos eventos. Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário. (Prefeitura Municipal de Campina Grande, 31 de dezembro de 1997)

No texto da lei apresentada acima, não se mencionou o MNCG e nem se indicou o diálogo com outros grupos sociais e culturais negros existentes na cidade. Desse jeito, os principais agenciadores da temática negra de Campina Grande ficaram de fora da versão final da Lei 3565/1997. Mesmo reconhecendo o avanço do ponto de vista formal, pois se trata de um reconhecimento do poder público campinense para uma demanda educacional posta pelo MNCG durante onze anos. Cabe salientar que isso ocorreu bem antes da Lei 10.639/2003. Contudo, de maneira prática e concreta, a temática negra ainda permaneceu muito distante do currículo escolar em Campina Grande.

O contexto nacional da época, a repercussão da Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, a atuação do MNCG há onze anos denunciando o racismo existente na cidade de Campina Grande, o bom público e a repercussão da Sessão da Consciência Negra, de 1997, podem ter sido fatores influenciadores para que o gabinete do vereador Romero Rodrigues (PSDB) elaborasse a Lei 3.565/97. Ele era parlamentar da base do governo Cássio Cunha Lima, do grupo Cunha Lima que, desde o ano de 1982, dominava politicamente a cidade. Tratava-se de um projeto político sem nenhuma preocupação efetiva em torno do combate às grandes desigualdades sociais e raciais localizadas na cidade de Campina Grande. Dificilmente partiria dessa gestão uma iniciativa antirracista no plano da educação.

Tanto é assim que tal lei foi aprovada a toque de caixa e não houve nenhuma política orçamentária para que esse dispositivo fosse efetivado, nem documentos norteadores, diretrizes, cursos de formações, etc. A militância negra campinense continuou sua jornada educativa de palestras nas escolas e universidades, atos públicos de protestos, realizações de debates públicos sobre a problemática racial no Brasil e em Campina Grande. Todavia, em 2013, o MNCG recorrerá à atualização da Lei 3.565/1997, algo que será melhor abordado num tópico mais adiante.

Em 1998, foi realizada uma nova Sessão de Consciência Negra, no dia 20 de novembro, e o MNCG novamente participou ativamente deste momento. Porém, nossas pesquisas nos arquivos da Câmara Municipal de Vereadores não conseguiram localizar documentos sobre o evento supracitado. Do mesmo modo, não encontramos jornais desse dia e ano.

Mesmo assim, esse ano de 1998 foi marcante para o MNCG pela constituição do I “Encontro Estadual do Movimento Negro da Paraíba – Perspectivas da cidadania do negro no 3º milênio” ocorrido no dia 29 de agosto, em Campina Grande. No Museu de Arte Assis Chateaubriand. O evento aconteceu durante todo o dia, teve mesas de debates e uma passeata pela manhã a caminho da Praça da Bandeira. Participaram como palestrantes: João Balula (MNPB), Cristovan Andrade (UEPB), Maria das Graças Marques (UEPB), Manoel Donato (UFPB), Moisés Alves e Jair Silva. Ao final das atividades, foram discutidos os assuntos debatidos durante o dia e elaboradas propostas para o vinte de novembro de 1998. Nesse momento, houve o lançamento do livro “Versos D’versos”, do poeta Carlos Brás Cubas, e a apresentação do grupo de pagode Molejo sem preconceito.

Esse encontro contou com mais de sessenta pessoas, professores, pesquisadores da temática afro, praticantes da capoeira, entre outros. Esses dados estão confirmados na lista de presença que recebemos do coordenador deste evento, o professor Moisés Alves²⁰⁰. Nas colaborações de Jair Silva (2022) e Benedito Luciano (2022) ficou registrada a importância desta atividade, pela capacidade de articulação do MNCG e do caráter estadual da ação, ultrapassando, de alguma maneira, o espaço de Campina Grande.

No folder da programação, tem-se a informação de que essa ação contou com o apoio de vários sindicatos e instituições, entre tantos, destacamos a colaboração das Secretarias de Educação do estado da Paraíba e do município de Campina Grande, da UEPB, dos sindicatos dos docentes da UEPB E UFPB e da mídia local.

Como a maioria dos eventos dos movimentos sociais negros brasileiros realizados nos anos 90, que foram sustentados em intervenções orais em forma de palestras e mesas de debates, esse encontro estadual produziu poucos registros escritos e visuais. Como não tivemos acesso aos jornais impressos desse período, não foi possível apreender maiores detalhes das falas e dos nortes de discussões. No entanto, segundo Moisés Alves (2022), a ideia foi debater sobre os desafios do movimento negro paraibano, tendo como norte os grandes embates da pauta antirracista para o novo milênio que se anunciava.

Nessa conjuntura, percebe-se que os militantes negros campinenses foram trazendo pautas da agenda nacional do MNU para o contexto de Campina Grande nos anos 90. A de maior destaque foi a necessidade da aplicação de ações afirmativas para o povo negro brasileiro e campinense por parte do poder público.

Desta forma, o MNCG se apresentou na vanguarda do debate da implementação das

²⁰⁰ Em anexo.

políticas reparatórias para negros na cidade, isso bem antes desse assunto se tornar um campo de batalha na opinião pública e de tema de debates nas universidades paraibanas. Particularmente, nos anos 2000, a partir da implementação de políticas de cotas raciais para negros adotadas em algumas universidades brasileiras, o que acarretou uma acalorada discussão pública em torno dessas questões. Algo que veremos com mais detalhes no próximo tópico.

4.5 – “Da negação da esmola ao pagamento de uma dívida histórica”: as cotas raciais, críticas e reafirmações

O historiador Edward Thompson (1987) coloca, nos seus estudos sobre a formação da classe operária inglesa (século XVIII e XIX), que um dos seus objetivos foi tentar resgatar o pobre tecelão de malhas e outros trabalhadores da condescendência da posteridade. Mesmo constatando que suas práticas, ideais e ofícios já não existem mais, pois eles viveram num tempo já esvaído e suas ações foram importantes nas dimensões de suas próprias existências.

Essa passagem é muito significativa para os estudos da história social, ao sintetizar a importância que nós, historiadores sociais, precisamos ter com as pessoas e grupos sociais menos favorecidos no processo da história. Mulheres, negros, pobres, escravizados, trabalhadores rurais, gays, lésbicas, etc.

Levanto essa passagem para refletir sobre a importância dos estudos sobre os homens e as mulheres que compuseram os movimentos sociais negros na história do Brasil, pessoas que tiveram sua parcela de importância para a existência atual de muitas políticas públicas e de espaços legais conquistados pelo povo negro brasileiro. Essas organizações negras são constituídas de pessoas que possuem faces, nomes e histórias. Mesmo reconhecendo o racismo estrutural que ainda se faz presente no cenário brasileiro contemporâneo, não se pode perder de vista os avanços do reconhecimento da temática racial por parte do poder público.

Por exemplo, em 2022, a Universidade Estadual da Paraíba, através da Resolução nº 03/2022/UEPB/CONSEPE, decretou a política de reservas de vagas, no processo da seleção de graduação na instituição, para pessoas negras, indígenas, ciganas, quilombolas, pessoas trans (transexuais, travestis e transgêneros), pessoas com deficiência e pessoas que tenham estudado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Mesmo com muito atraso em relação às outras instituições de ensino superior localizadas na Paraíba, a comunidade acadêmica da UEPB garantiu as cotas raciais como política pública da instituição.

Sobre essa questão, Ivonildes da Silva Fonseca (2024), docente, vice-reitora da UEPB e uma das principais militantes da luta do feminismo negro paraibano, desempenhou um papel muito importante para que as ações afirmativas para negros nessa instituição de ensino superior fossem efetivadas. Dito de outra maneira, a sua presença como vice-reitora (2021 e 2024) se tornou um fator fundamental para o encaminhamento dos debates e discussões em torno da inserção das cotas raciais na UEPB.

Nessa conjuntura, Ivonildes Fonseca (2024) publicou um artigo sobre as trilhas do processo de implementação das cotas raciais na Universidade Estadual da Paraíba. Neste texto, a autora apresenta o contexto histórico da luta dos movimentos sociais negros brasileiros por políticas de ações afirmativas e discorre sobre a conjuntura nacional e internacional, que possibilitaram o surgimento das cotas raciais no ingresso ao ensino superior no Brasil. Noutra parte deste artigo, Ivonildes se dedica a trazer esse processo de constituição de ações afirmativas dentro da UEPB, as resoluções anteriores que versaram sobre as políticas de cotas sociais e os debates realizados com a comunidade nos anos que antecederam à aprovação da Resolução 03/2022.

Ao analisar o artigo de Ivonildes da Silva Fonseca (2024), não se localiza nenhuma menção ao Movimento Negro de Campina Grande na luta pela implementação das cotas raciais na UEPB. A reitoria e o Campus I da UEPB ficam em Campina Grande, era de se imaginar que algum apontamento ao movimento social negro campinense estivesse presente no seu texto.

E, além disso, a organização negra campinense, em 2020, realizou um manifesto em defesa das cotas raciais para Negros, Ciganos e Índios na UEPB. Nesse texto existe uma contundente crítica à instituição de ensino superior paraibana. Bem como chama a atenção para os dados sociais da população negra da Paraíba, da urgência da adoção das cotas raciais, e solicita que a UEPB e seus órgãos consultivos possibilitassem o diálogo com a sociedade em torno dessas questões. Tal manifesto foi publicado no site da UNEafro e teve ampla circulação nas redes sociais, nos grupos de *WhatsApp*²⁰¹. Cabe salientar que esse movimento de protesto foi capitaneado pelos militantes Jair Silva Ferreira e Ana Lúcia Sales.

Mesmo diante desses dados, a pesquisadora Ivonildes Fonseca (2024) obliterou o nome do Movimento Negro de Campina Grande. Aqui, cabe uma observação ao seu texto, numa pesquisa que aborda uma conjuntura histórica, configura-se como importante o maior

²⁰¹ Para mais detalhes: <https://uneafrobrasil.org/manifesto-em-defesa-das-cotas-raciais-para-negros-ciganos-e-indios-na-uepb/#:~:text=Defendemos%20a%20ideia%20de%20que,de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20ou%20acad%C3%AAmicas>. Acesso em 27 nov 2024.

número de dados possíveis para melhor contextualizar o tema abordado. Mesmo que existam discordâncias e ideias conflitantes no ato realizado pelo MNCG, inclusive, poderia ser um espaço para apresentar outros aspectos dessa movimentação do coletivo negro campinense, não se pode apagar essa parte da história do contexto de cumprimento das cotas raciais na UEPB.

Mas, não foi a primeira vez que a pesquisadora Ivonildes Fonseca retirou de sua pesquisa a presença do Movimento Negro de Campina Grande²⁰². Num capítulo de livro dedicado a uma breve história do Movimento Negro Paraibano, Fonseca (2010) traz um panorama sobre o desenvolvimento dos movimentos sociais negros no Brasil durante o transcorrer do século XX, em seguida apresenta o surgimento do movimento negro na Paraíba. Nessa última parte da narrativa, essa estudiosa levanta informações importantes sobre o aparecimento do Movimento Negro de João Pessoa, em 1979. Apresenta os(as) militantes que iniciaram o protesto negro na capital paraibana, assim como outras ações antirracistas ocorridas no estado.

No que se refere à Campina Grande, existem informações sobre os grupos que participaram do desenvolvimento das ações em torno do centenário da abolição, nisso é citada a monografia de Melânia Farias (2001) sobre o perfil dos militantes negros campinenses. Fonseca (2010) menciona os nomes de Josemir Camilo e Cristovan Andrade e algumas de suas ações referentes aos cem anos do fim da escravidão (1988). Contudo, ao fim e ao cabo, o artigo de Ivonildes Fonseca (2010) não registra a presença do Movimento Negro de Campina Grande, que, detalhe, tinha vinte e quatro anos de existência quando da publicação do capítulo em análise.

Com efeito, para Ivonildes Fonseca (2010) refletir sobre o Movimento Negro da Paraíba é pensar o coletivo social negro de João Pessoa e seus militantes. Tal pesquisadora até menciona a necessidade de novos estudos sobre outras organizações negras existentes em

²⁰² Outro silenciamento correlato ao debatido no texto, verifica-se no livro **Afro-clio: Direitos Humanos, História da África e outras artesanias** (2019), do historiador Elio Chaves Flores. Neste trabalho, Flores (2019) apresenta o processo formativo de sua carreira profissional e analisa suas experiências docentes e acadêmicas. Entre elas, destacam-se o desafio de ter ministrado a disciplina de História da África. Nisto, faz um importante balanço dos obstáculos em torno dessa experiência. Traz um conjunto de dados acerca de tal disciplina no currículo de História da UFPB – Campus I - João Pessoa, entre outros importantes apontamentos. Porém, o único Seminário existente na Paraíba referente a um diagnóstico sobre a Disciplina de História da África, em 2011, não foi mencionado em nenhuma linha ou nota de rodapé. Esse evento contou com os docentes da disciplina, em análise, da UFPB, UFCG e UEPB. Inclusive, o próprio Elio Chaves participou. Os dados desse evento foram enviados para o seu e-mail, em 2016, com fotos, folders e reforçado pessoalmente, anos depois, nas poucas oportunidades no qual o vi pessoalmente. Mesmo assim, Flores (2019) optou por suprimir de seu texto uma atividade singular realizada na Paraíba sobre o ensino de História da África.

terras paraibanas. Porém, Ivonildes Fonseca (2010) demonstra, nesse estudo a respeito do protesto negro paraibano, um processo de silenciamento em relação a existência do Movimento Negro de Campina Grande, dimensão reiterada no artigo sobre as trilhas da implementação das cotas raciais na UEPB, publicado em 2024.

Caminho semelhante foi realizado pelos pesquisadores Waldeci Ferreira Chagas, Vaneide Lima Silva e Josenildo Lima (2022), em um capítulo sobre a implementação das cotas raciais na UEPB. Tal texto compõe o e-book “Democratizando o ensino superior: equilibrando igualdade e diferença”, organizado pelas docentes Ivonildes da Silva Fonseca e Vaneide Lima Silva. Essa obra reúne um conjunto de textos sobre o processo de inclusão das políticas de ações afirmativas na UEPB.

Nesse processo, destacamos o texto dos pesquisadores Waldeci Ferreira Chagas, Vaneide Lima Silva e Josenildo Lima (2022), que estabelece uma importante recuperação histórica da implementação das políticas afirmativas na UEPB. Numa primeira parte, tais autores designam algumas noções sobre a concepção de Universidade no Brasil, logo após analisam a conceitualização das políticas afirmativas e das cotas raciais.

Noutro momento, existe um tópico dedicado ao desenvolvimento das ações afirmativas na UEPB. Assim, apresentam-se as características atuais da Universidade Estadual da Paraíba, a resolução de 06/2006 do CONSEPE que determinou a implementação das cotas sociais e de como a Pró-reitora de Graduação foi abrindo a discussão da temática racial nos projetos políticos pedagógicos dos seus cursos de graduação. Sobretudo, após o advento da Lei 10.639/2003.

Neste momento do texto, ressalta-se que o fato de ter docentes e discentes negros nos quadros da instituição estimulou esse debate, assim como o surgimento de coletivos negros constituídos por discentes e docentes do Campus de Campina Grande e Guarabira. Apontam, também, que após a inclusão das cotas sociais, foi realizado um Seminário Nacional de História e Cultura Afro-brasileira, em 2006 (Chagas; Silva; Lima, 2022).

Chagas, Silva e Lima (2022) sublinham como marco a mesa-redonda “Ações Afirmativas e Educação”, em 2006, com os seguintes debatedores: Maria Bernadete Lopes da Silva (Fundação Palmares- Minc), Prof^a. Dra. Rosa Maria Godoy (UEPB), Prof. Dr. Wilson Roberto Mattos (UNEB), o Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior (UFC) e na mediação o Prof. Ms. Luciano Mendonça (UFCG). Para esses autores, a partir de então, as discussões sobre ações afirmativas na UEPB se consolidaram e, nisso, mencionam vários eventos e ações. Do mesmo modo, ao texto de Fonseca (2024, 2010), Chagas; Silva; Lima (2022) destituem a

presença do Movimento Negro de Campina Grande e paraibano na conjuntura histórica de fomento ao debate das cotas raciais nas universidades locais.

Esses silenciamentos se tornam questões relevantes para reflexões, por razão de que, desde o final dos anos de 1990, a implementação das cotas raciais para negros esteve presente na agenda de luta do MNCG, inclusive pensando a UEPB. Apesar de todo o esforço de invisibilizar a presença da militância negra campinense da história contemporânea da Paraíba, o Movimento Negro de Campina Grande participou, dentro de seus limites constitutivos e de maneira conflituoso entre seus próprios militantes, do processo de debate referente às políticas de ações afirmativas, no Brasil. Vale sublinhar que esse debate público começou a ser mais presente a partir dos desdobramentos da Marcha Zumbi dos Palmares de 1995.

Torna-se relevante destacar que a luta por políticas de ações afirmativas para o negro brasileiro esteve na agenda de luta do movimento negro durante o transcorrer do século XX²⁰³. Como exemplo, neste sentido, Abdias Nascimento, quando deputado federal em 1983, propôs o Projeto de Lei nº1.132/83 que versou sobre um conjunto de políticas públicas para a população negra, tais como reserva de 20% para negros(as) em todos os escalões de trabalho de órgãos administração pública e privada; concessão de 40% de bolsas de estudos para estudantes negros em todos os níveis da educação; 20% reservado para negros(as) no Instituto Rio Branco, entre outros (Vaz, 2022).

Porém, na década de 1990, essa agenda de luta por políticas afirmativas ganhou novos contornos. Na primeira metade, surgiu o “Movimento Pelas Reparações” (MPR), em 1993, exigindo indenização para a população negra brasileira pelos danos da escravidão. Dessa forma, existiu um clima de luta por políticas públicas de igualdade racial que resultou no marco da Marcha Zumbi dos Palmares, no ano de 1995. Essa atividade foi um divisor de águas e de fundamental importância para a instituição das Leis 10.639/2003 e 12.711/2012, essa última que regulamenta as cotas raciais no acesso ao ensino superior das instituições de ensino federal.

Sales Augusto dos Santos (2014) estabelece que, perante os efeitos da Marcha de Zumbi e com a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), foi proposto um conjunto de ações governamentais, entre elas ações afirmativas de recorte racial. Tal programa absorveu muitas das pautas do movimento negro brasileiro.

Dessa maneira, Sales Santos (2014) defende algumas ideias sobre os desdobramentos

²⁰³ Para mais informações sobre as cotas raciais e/ou ações afirmativas existentes no decorrer da história do Brasil, recomenda-se a leitura do livro **Cotas Raciais** (2022), de Livia Sant’anna Vaz, promotora de Justiça do estado da Bahia e militante negra.

do grande ato do movimento negro brasileiro de 1995, com as quais concordamos. Inicialmente, Sales (2014) considera que, mesmo com o refluxo da expansão dos movimentos negros na década de 1990, as entidades negras conseguiram articular negociações com o poder público em prol de suas reivindicações políticas.

Ademais, neste contexto, tem-se um pequeno aumento da presença de intelectuais e pesquisadores(as) negros(as) nas universidades e de parlamentares negros no Congresso Nacional, a soma dessas forças com outras possibilitaram que a agenda do enfrentamento ao racismo fosse considerada pelo Estado brasileiro.

Para Sales (2014), a marcha do tricentenário de Zumbi resultou na unificação dos movimentos sociais negros brasileiros em torno da agenda de luta por educação para o povo negro e da inclusão das políticas de ações afirmativas - sobretudo no processo de efetivação dos(as) negros(as) nas universidades. Assim, essa discussão, que se expandia entre os coletivos negros brasileiros, reverberou na militância negra campinense e na atuação do MNCG.

Neste sentido, em 1998, numa entrevista ao “Jornal 360”, vinculado ao público universitário de Campina Grande, na edição número 15, do mês de julho, existe uma entrevista reveladora com Jair Silva, militante do MNCG. Inclusive, sendo a sua imagem de capa acompanhada da seguinte legenda: “Jair Silva, o polêmico”. Em letras em caixa alta, encontra-se o título da entrevista: “EXISTE DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM CAMPINA GRANDE” (360, julho de 1998). Essa passagem, retirada da entrevista e trazida como chamada, guarda grande importância quando nos referimos ao Movimento Negro de Campina Grande.

Figura 11 – Existe discriminação racial em Campina Grande



Fonte: 360, Campina Grande julho de 1998

Trata-se de um trecho que sintetizou uma das principais mensagens instituídas pelo MNCG na sociedade campinense: a de que o racismo existia na sociedade brasileira, portanto, não se vivia numa democracia racial, como regia e rege a ideologia das classes dominantes. Destaca-se que esse ideário foi o oficial do Estado brasileiro durante a época da Ditadura Militar (1964-1985) e essa perspectiva ideológica existia em âmbito local.

Outrossim, desde sua origem, o protesto negro campinense também sinalizou a existência do preconceito e da discriminação racial em Campina Grande. Um aspecto não trivial, por se tratar de uma cidade do interior da Paraíba com fortes tradições reacionárias e dominada por elites conservadoras e refratárias aos enfrentamentos das desigualdades sociais, raciais e econômicas presentes no município. Além disso, como tão bem pontuou Josemir Camilo, em artigos publicados na imprensa, entre 1987 e 1988, não existiu em Campina Grande uma tradição de protesto negro após a abolição e o fenômeno da negritude não era tema central nos estudos referentes à história da urbe.

Dessa maneira, o MNCG desbravou a temática racial publicamente e reverberou esse debate em várias ações e espaços nos quais os(as) militantes negros(as) campinenses participaram. Como este trazido pelo jornal 360. No texto de síntese sobre a trajetória de Jair

Silva, em 1998. Temos questões interessantes que merecem destaque:

Responsável pela reativação do Movimento Negro em Campina Grande, quando começou, em 1990, a proferir palestras e exibir vídeos-documentários sobre capoeira; racismo e outras causas negras, Jair Silva, acadêmico do curso de História-UEPB, tem causado polêmica por onde passa. Com mais de 30 artigos publicados em jornais campinenses, o poeta Jair é amante fervoroso do bloco afro Ilê Aiyê, da Bahia, “pois é composto só por negros”. É crítico ferrenho do currículo do curso em que estuda, “não lecionam a disciplina de História da África”, e indaga: “Será que no Brasil o negro não tem história?”. Em outros cursos, a exemplo do curso de Comunicação, comanda, entre alunos e professores, debates em defesa da causa negra. Porém, a preocupação maior de Jair é com a discriminação sofrida pelos de “cor” (360, 1998, p.4, grifo nosso)

Nessa síntese sobre Jair Silva, ele é apresentado como integrante principal do desenvolvimento de renovação do MNCG, aparecendo como uma das principais vozes desse movimento na década de 1990. Já sendo reconhecido no público universitário campinense, Jair Silva era, em 1998, aluno do curso de História da UEPB. Dessa forma, enquanto discente, fazia uma crítica aberta ao currículo eurocêntrico desta graduação, que suprimiu a disciplina de História da África. Nos seus próprios termos: “Será que no Brasil o negro não tem história?” (360, p. 8).

Esse militante fazia ressonância e reatualizava uma bandeira do movimento negro campinense estabelecida desde o final dos anos de 1980. Releva sublinhar que Josemir Camilo, quando docente do curso de História da UFPB – Campus II, propôs a inclusão da História da África no currículo dessa graduação. Tal proposta foi recebida de maneira jocosa por parte de seus colegas e, prontamente, não foi aceita. Além disso, a necessidade do ensino sobre a história e cultura africana esteve presente na Cartilha do Centenário da Abolição (1988) e era tema frequente nas várias palestras proferidas e artigos publicados por Benedito Antonio Luciano e Josemir Camilo, entre outros.

Nessa perspectiva, foi apenas no ano de 1999, no curso de História da UEPB, que a disciplina História da África foi incluída no currículo, sendo a Universidade Estadual da Paraíba a primeira localizada no estado a ofertar tal cadeira em sua grade curricular (Flores, 2019). Nesta conjuntura, torna-se sintomático o relato de Elio Chaves Flores (2019), docente aposentado do curso de História da UFPB - Campus I, que reflete os desafios que vivenciou ao ensinar a disciplina em questão, no ano de 2002, quando História da África adentrou no currículo como cadeira optativa a partir de demandas do corpo discente da instituição.

Quando cheguei professor na UFPB, em 1994, ninguém falava em História da África. Nem mesmo a Resolução 42/1996, que reformulou a estrutura curricular do curso de história contemplou essa discussão. Os esforços se concentraram nos estágios curriculares e nas práticas pedagógicas e, se bem me lembro, disciplinas com conteúdos novos não foram incorporadas [...] observei que pouco ou quase nada sabia sobre história da África. Eu precisava buscar “minha formação”, mas sem um pai Nabuco. Desse pouco, fui sendo convidado pelos movimentos sociais e estudantes para falar sobre nossas culturas e mitologias políticas [...] (Flores, 2019, p. 144-145, grifo nosso)

No excerto exposto pelo professor Elio Flores, fica demonstrado o quanto a disciplina de História da África estava ausente do debate e do currículo acadêmico de história na UFPB nos anos 90, dado extensivo a outras universidades brasileiras. Questão que se coaduna com a revolta de Jair presente na entrevista ao jornal 360, em 1998, aluno na época de graduação do curso de História da UEPB.

Desse modo, o ensino de história da África foi sendo absorvido pelas universidades brasileiras a partir de diálogos com a militância do movimento negro, que foi tensionando, provocando o debate da necessidade dessa cadeira no currículo dos cursos de licenciaturas. A presença do ensino da cultura africana só se tornou mais visível após os desdobramentos da Lei 10.639/2003, mesmo assim, o direito ao ensino de história da África ainda não estava consolidado e foi, nas disputas por espaços no currículo hegemonicamente europeu, alvo de questionamentos permanentes (Flores, 2019).

Eis mais uma cena do racismo institucional brasileiro. Num país desenvolvido econômica e historicamente na exploração do trabalho do africano e de seus descendentes escravizados durante mais de três séculos e sendo atualmente a segunda nação do mundo com o maior contingente de negros em sua população (Theodoro, 2022), o direito ao ensino da história africana e de sua cultura se tornou uma bandeira de luta constante de pesquisadores e militantes engajados numa prática educativa antirracista. Como tão bem arrematou Alberto da Costa e Silva sobre a relevância dos estudos da história e cultura africana:

*A história da África é importante para nós, brasileiros, porque ajuda a explicar-nos. Mas é importante também por seu valor próprio e porque nos faz melhor compreender o grande continente que fica em nossa fronteira leste e de onde proveio quase metade de nossos antepassados. Não pode continuar o seu estudo afastado de nossos currículos, como se fosse matéria exótica. Ainda que disto não tenhamos consciência, o obá do Benin ou o *angola a quiluanje* estão mais próximos de nós do que os antigos reis da França. (Silva, 2003, p.240, grifo do autor)*

Voltando à entrevista, Jair conta um pouco de sua história, de seu processo formativo

e, quando indagado sobre as realizações do movimento negro brasileiro até aquele momento, ressalta, no plano internacional, a vitória de Nelson Mandela, na África do Sul, e o fim do apartheid. Em esfera local, aponta a transformação de Zumbi dos Palmares como herói nacional e a destruição do mito da democracia racial (360, 1998).

Nessa última passagem, o que Jair Silva quis afirmar foi que o protesto negro brasileiro conquistara, por parte do Estado brasileiro, o reconhecimento da existência da problemática do racismo na sociedade. Portanto, já não se negava à questão racial, como nas décadas anteriores.

Mesmo assim, ao contrário da afirmação colocada por Jair de eliminação da ideologia da democracia racial, tal ideário, nos termos de Fernandes (2021), “o mito”, permaneceu presente na sociedade e na vida cotidiana das pessoas. Caso contrário, não haveria a necessidade da existência de movimentos sociais negros e seus embates contra a discriminação racial e pela luta por direitos para o povo negro.

Logo em seguida, Jair Silva vai centrar sua fala sobre Campina. Neste momento do texto, ele adiciona que a escravidão existiu na história da cidade e o racismo existia na sociedade campinense. Sublinha, também, o reinado do grupo Cunha Lima e de como a Micarande²⁰⁴ excluía o negro e a cultura negra campinense da festa (360, 1998). Jair, igualmente, denuncia o preconceito racial reproduzido pela televisão e imprensa local.

Por fim, o jornal questiona se a defesa em prol da causa negra não seria uma forma de racismo, uma “discriminação racial reversa”? Eis, aqui, um dos principais pontos que sustentam o ideário da mestiçagem e da democracia racial. Para alguns setores da sociedade brasileira, não faz sentido a luta contra o racismo em razão de que, supostamente, somos uma nação caracterizada pela mistura de raças e povos. Dessa feita, o preconceito racial, do ponto de vista desse ângulo, seria uma problemática inexistente. Nesse âmbito, atuar contra o racismo era vitimizar o negro e reproduzir esse mal ao reverso. Assim, esvaiu-se a sustentação da afirmação de Jair Silva de que o mito da democracia racial no país tinha sido eliminado pelo movimento negro brasileiro. Esse militante responde à pergunta do jornal sobre “o racismo reverso” desta forma:

²⁰⁴ Festa de carnaval fora de época ocorrida, em Campina Grande, entre os anos de 1989 a 2008, que teve seu auge na década de 1990. Esse evento contava com grandes blocos comandados por trios elétricos. Era uma festa privada, para se ter acesso aos principais blocos, o folião precisava pagar um valor considerável, já, quem não tinha, acompanhava do lado de fora, pois existiam trabalhadores segurando uma corda de isolamento. Para mais informações: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/10/11/foliao-relembra-carnaval-fora-de-epoca-de-campina-grande-o-primeiro-realizado-alem-da-bahia.ghtml>. Acesso em 30 de nov.2024

Lógico que não, essa é uma idéia da classe dominante. Eu acredito que a elite branca quer dos negros uma submissão racial, e jamais vou me incluir nesta condição. *O racismo existe em Campina Grande e tenho que explicitá-lo, sem fazer uma política de avestruz. Temos que lutar para mostrar e mudar a situação caótica em que vivemos. São poucos os negros que estudam na faculdade. Quando eu digo que precisamos criar políticas públicas para colocar o negro dentro da UEPB*, as pessoas dizem que estou criando um racismo. Isso é hipocrisia. *Mas espero que as pessoas entendam que as nossas reivindicações são as mais democráticas possíveis.* (360, 1998, p. 5, grifo nosso)

Essa réplica aponta o pioneirismo do MNCG na luta pelo projeto da implementação das cotas raciais na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.²⁰⁵ Ao mesmo tempo, nota-se a enorme resistência das pessoas na época a esta discussão, que só será travada nacionalmente a partir dos anos 2000. Mesmo assim, Jair Silva não declina do seu argumento de necessidade de políticas públicas de inclusão para o negro na UEPB, de resto, indica que tais ações eram formas de amadurecer e aprofundar a experiência democrática no país.

Os debates em torno das ações afirmativas receberam um importante impulso no início dos anos 2000. Aspecto constatado pelo jurista Joaquim Barbosa Gomes (2003) ao apontar que foram apresentados, nos últimos anos – (passagem dos anos 90 para os 2000) - diversos projetos de ações afirmativas visando mitigar as enormes desigualdades raciais entre brancos e negros no país. Propostas de leis de várias matizes ideológicas, do senador José Sarney (PFL), que propunha reserva fixa para negros em cargos da administração pública, a outras proposituras de parlamentares pertencentes a partidos de esquerda, que instituíam as cotas para negros nas universidades e nos meios de comunicação. Essas iniciativas geraram forte reação da mídia e das elites autocratas brasileiras (Gomes, 2003). Nessa conjuntura de disputas em torno de projetos de implementações de políticas para a igualdade racial, Joaquim Barbosa (2003, p.15, grifo nosso) aponta questões relevantes:

Todos esses projetos, que têm sido duramente criticados pelo “establishment” branco receoso de perder nacos dos privilégios multisseculares de que desfrutam, evidentemente *têm reduzidas chances de aprovação, a não ser que os negros brasileiros se organizem de forma mais coerente e passem a constituir uma força política expressiva no jogo político nacional*. Fora essa hipótese, *só mesmo o acaso ou a emergência de um líder político suficientemente forte e dotado de vontade inquebrantável de mudança social* (não necessariamente negra, é bom frisar!), poderá mudar o quadro de abandono, ostracismo e violenta exclusão a que os negros brasileiros cotidianamente são relegados. Assim, embora as chances de aprovação desses projetos sejam reduzidas no atual quadro-jurídico do país,

²⁰⁵ Aqui colocamos em evidência o Campus I – Campina Grande, pois não tivemos acesso e nem conhecimento de como ocorreu o debate das cotas em outros campi da UEPB.

a reflexão acerca do tratamento jurídico do tema neles tratado reveste-se da maior relevância.

Joaquim Barbosa (2003) não se mostrava confiante na aplicação de políticas de ações afirmativas para os(as) negros(as) no Brasil, postulava que apenas com a mobilização organizada do povo negro essa batalha seria conquistada, assim como a existência de um presidente sensível à temática que, de fato, comprasse esse projeto e bancasse o enfrentamento aos setores conservadores do país. A hesitação de Joaquim Barbosa (2003) reflete as limitações do governo Fernando Henrique Cardoso em torno da execução de políticas de igualdade racial.

O presidente FHC foi o primeiro chefe do Estado brasileiro a reconhecer oficialmente a existência do racismo no país, inclusive reforçou essa constatação na apresentação da segunda reimpressão do livro “Superando o Racismo na Escola”²⁰⁶ (2000). Desse modo, para o ex-presidente, o preconceito racial ainda existente no Brasil era um problema moral e político a ser enfrentado por todos os brasileiros. Nesse sentido, “a educação é um dos terrenos decisivos para que sejamos vitoriosos nesse esforço” (Cardoso, 2000, p.10).

Apesar de toda a retórica do governo FHC e de algumas ações na perspectiva de discussão e implementação de políticas públicas de recorte racial, entre elas foram aparecendo programas de ações afirmativas em alguns ministérios, tais ações ocorreram nos últimos anos de mandato²⁰⁷. Porém, a participação de militantes do movimento negro na Conferência de Durban, em 2001, e a assunção do mandato do presidente Lula, a partir de 2002, situaram novos contornos aos debates referentes às políticas de igualdade racial.

No primeiro caso, tratou-se da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, realizada em Durban, na África do Sul, no ano de 2001²⁰⁸. Esse evento foi organizado pela Organização das Nações

²⁰⁶ Esse livro foi marco na história da educação brasileira por se tratar de uma publicação elaborada pelo Ministério da Educação em que se reconhece a existência do racismo no país e no espaço escolar. Publicado em 1999, foi organizado pelo antropólogo Kabengele Munanga (USP) e contou com capítulos assinados(as) por importantes pesquisadores(as) das relações étnico-raciais. Embora o MEC não tenha realizado um processo de formação para com os(as) educadores(as) da rede da educação básica, no Brasil, a partir desta coletânea, a publicação e distribuição deste livro se tornou um fato simbólico na história da educação antirracista.

²⁰⁷ “Ainda em 2001, tiveram início programas de ações afirmativas em alguns ministérios, que, apesar de seus limitados resultados, destacam-se como as primeiras experiências realizadas no campo por órgãos públicos no país. Programas de ações afirmativas foram anunciados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Cultura e da Justiça, determinando o estabelecimento de cotas para negros em sua direção, no preenchimento de vagas em concurso público” (Silva, Luiz, Jaccoud, Silva, 2009, p. 36).

²⁰⁸ Para mais detalhes sobre esta importante conferência e a participação da militância negra brasileira, recomenda-se o livro **Olhares sobre a mobilização brasileira para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlatas** (2013), organizado por Joselina da Silva e Amauri Mendes Pereira. Nessa obra, existem relatos preciosos de militantes negros brasileiros que

Unidas, e, até então, haviam ocorrido duas edições: 1978 e 1983. A terceira ocorreu a partir de uma proposta do embaixador brasileiro José Roberto Lundegreen Alves, em 1997 (Silva; Pereira, 2013).

O encontro em questão foi precedido de encontros regionais preparatórios nos quatro continentes. No caso da América do Sul, por negligência do governo brasileiro, ocorreu no Chile. Nisso existiu um processo preparatório interno no Brasil de representantes de entidades negras. Ao final da Conferência de Durban (2001), o Estado brasileiro se tornou signatário do Art. 108, que estabeleceu a necessidade de adoção de medidas positivas a favor das vítimas do racismo na sociedade. Dito de outro jeito, a adoção de políticas reparatórias para os descendentes dos escravizados que possibilitem representatividade e condições melhores no mundo social, econômico e do trabalho.

Nesse ínterim, pode-se afirmar que a movimentação interna da militância negra, antes da Conferência de Durban e depois (2001-), garantiu uma visibilidade maior para a problemática das ações afirmativas no país. Dessa forma, paulatinamente, as políticas para igualdade racial foram sendo consideradas no enfrentamento das desigualdades sociais e raciais no Brasil (Silva, Luiz, Jaccoud, Silva, 2009).

No Brasil, seguindo o argumento histórico do movimento negro, as ações afirmativas raciais foram associadas à ideia de reparação para o povo afrodescendente, visto como o grupo social e racial mais discriminado, historicamente, nessa sociedade. Espoliação sedimentada no racismo estrutural advindo do sistema escravocrata, que foi a instituição política mais longa da nação, com duração de mais de três séculos de existência.

Tal perspectiva foi endossada pelo Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, instituído após a Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995. Essa compreensão de ação afirmativa foi reforçada conceitualmente por importantes juristas brasileiros, o de maior destaque foi Joaquim Barbosa Gomes (2001), que sustentou tanto a perspectiva da compensação quanto os pressupostos da justiça distributiva na sua análise das cotas raciais. Para Barbosa (2003, p.26-27), essas políticas podem ser compreendidas assim:

As ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais

como a educação e o emprego. Diferentemente das políticas governamentais antidiscriminatórias baseadas em leis de conteúdo meramente proibitivo, que se singularizam por oferecerem às respectivas vítimas tão somente instrumentos jurídicos de caráter reparatório e de intervenção *ex post facto*, as ações afirmativas têm natureza multifacetada [...]

Essa passagem de Joaquim Barbosa (2003) são reflexões jurídicas de um conceito trazido ao debate público pelo movimento negro brasileiro. Com o advento do governo Lula (2002-2011), as organizações negras foram pressionando, em aliança com pesquisadores(as) negros(as) e parlamentares negros(as) de partidos de esquerda, a construção de políticas de igualdade racial. Isso num processo tortuoso e de muitos embates e contradições²⁰⁹

O mandato do presidente Lula foi consolidando uma perspectiva iniciada no final do governo anterior. No ano de 2003, encaminhou-se a constituição da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), com *status* de Ministério, que visava articular, formular e alinhar políticas de enfrentamento ao racismo. No mesmo ano, foi aprovada a Lei 10.639/2003 e instituído o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial, entre outras ações.

Porém, esses espaços institucionais abertos para se discutir e implementar políticas afirmativas para a população negra foram afetados pela falta de orçamento e transversalidade. Igualmente, não foi construído um processo de participação coletiva. Por fim, durante o governo Lula, não ficou bem estabelecido o equilíbrio devido entre as metas universalizantes das políticas sociais e da focalização de suas ações, tendo em consideração o tratamento prioritário da problemática racial (Jaccoud, 2009).

Nessa conjuntura, o debate sobre as cotas raciais para negros nas universidades foi recebendo espaços de discussões públicas. Logo, por deliberação interna, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no ano de 2002, definiu cota mínima de 40% das vagas para afrodescendentes nos cursos de graduação e de pós-graduação. Por seu turno, no ano seguinte, 2003, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) instituiu reserva de vagas para candidatos (as) negros(as). Em seguida, em 2004, foi a vez da Universidade de Brasília (UnB), primeira Instituição de Ensino Superior Federal a adotar o sistema de cotas raciais, reservando 20% de suas vagas para discentes negros(as). Após essas experiências, outras universidades abriram o debate autônomo sobre a efetivação do sistema de cotas, a maioria

²⁰⁹ Para uma visão mais contextualizada e profunda em relação aos encontros e desencontros do processo de implementação das Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil, recomenda-se o livro **“A Construção de uma Política de Promoção da Igualdade Racial: uma análise dos últimos 20 anos”** (2009) organizado por Luciana Jaccoud e editado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

associando as cotas raciais com as dimensões sociais dos(as) candidatos(as) (Vaz, 2022).

Essas políticas afirmativas praticadas por essas universidades geraram um acalorado debate nacional, de tal forma que nunca uma pauta defendida pelo movimento negro brasileiro gerou tanta celeuma pública quanto a exigência das cotas raciais nas instituições de Ensino Superior. Isso até mesmo na militância e no seio da intelectualidade negra.

Neste cenário, a grande mídia fomentou toda uma polêmica que descaracterizou os pontos principais das funções das políticas de ações afirmativas, bem como instituiu a discussão centrada no uso dos termos “cotas raciais”. Dessa maneira, inicialmente, a opinião pública, fomentada pela grande imprensa, no sentido de questionar a necessidade de cotas raciais, apresentou o debate público sobre a existência ou não do racismo no Brasil, reforçando a ideologia da democracia racial.

A militância negra campinense participou, ao seu modo, desta quadra histórica permeada pelo forte debate público oportunizado pelo surgimento das políticas de cotas raciais. Neste sentido, a primeira discussão pública, na UEPB – Campus I, sobre cotas raciais, se deu devido à intervenção do MNCG. Dessa maneira, no ano de 2002, o Movimento Negro de Campina Grande, tendo à frente o militante Jair Silva, que era membro do Centro Acadêmico de História Eduardo Galeano, realizou a I Semana da Consciência Negra do Centro de Educação da UEPB.

Tal evento aconteceu entre os dias 26 a 28 de novembro de 2002. Essa atividade aconteceu no Museu de Artes da UEPB e teve na mesa de abertura o tema: “Cotas para afrodescendentes na UEPB”. Estiveram no evento como palestrantes: Ricardo Coutinho (deputado estadual PT), José Cristovan de Andrade (Prof. da UEPB e Chefe do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais) e Eli Brandão (Prof. da UEPB – curso de Letras).

Noutro momento da atividade, aconteceu a mesa de discussão em torno do tema: “Políticas Afirmativas, mulher negra e racismo no Brasil”, que contou com a participação das professoras da UEPB: Ofélia Barros, Maria das Graças Marques, Socorro Pereira e Auri Donato. A mediadora foi Ana Cristina Santos (aluna do curso de Jornalismo e História da UEPB). Durante os dias do evento em questão sucederam outros debates relacionados às questões raciais, quais sejam: o negro na revolta do quebra-quilos; a invenção do racismo no Ocidente; Ciência, Cultura e Tecnologia na África. Além desses momentos, existiram as atividades culturais, declamações de poesia, oficinas de música negra, etc.

A “primeira Semana da Consciência Negra do Ceduc – UEPB” pode ser lida como uma ação precursora na história do debate sobre as cotas na instituição. Por iniciativa do

Movimento Negro de Campina Grande, a discussão sobre ações afirmativas foi iniciada no Campus I. No ano seguinte, foi realizada a “II Semana de Consciência Negra”, entre os dias 18, 19 e 20 de novembro de 2003, no Centro de Educação da UEPB. Essa ação começou com o minicurso “Construindo uma pedagogia anti-racista na sala de aula”, ministrado por Jair Silva (Militante do Movimento Negro). Na manhã do dia 19, houve a apresentação do filme “Filhos da Mãe África”, em seguida o debate com alunos da disciplina História da África, ministrada pelo professor Benjamin Pereira.

Já à noite aconteceu a mesa-redonda “Raça, racismo e Negritude: a importância do Afrodescendente na Formação da Sociedade Brasileira”, que contou com os seguintes palestrantes: Moisés Alves (Coordenador do Movimento Negro Campinense), Josemir Camilo (Prof. Dr. visitante da UEPB), Manoel Donato (Prof. Dr. UFCG), e teve na mediação Caio Fernandes (Presidente do CAHEG). E no dia da Consciência Negra, 20 de novembro de 2003, às 19h, teve a mesa de debate: “Cotas para Negros na Universidade”, com a presença do Dep. Estadual Ricardo Coutinho, Eliane Moura Silva (Pró-reitora de integração e desenvolvimento estadual), um representante do Movimento Negro Unificado da Bahia, Luciano Mendonça (Prof. UFCG), José Cristovão Andrade (Prof. UEPB), a mediação se deu sob a coordenação de Jair Silva e, ao final, houve a apresentação do grupo de Capoeira Afro Nagô. A Semana da Consciência Negra foi encerrada com o minicurso “Cultura e resistência negra no Brasil”, ministrado pelo professor Luciano Mendonça (UFCG).

Cabe destacar também que, no ano de 2003, no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – Departamento de Psicologia da UEPB, no mês da Consciência Negra, dia 25 de novembro, foi realizada uma mesa de debate com o tema “Dia Mundial de Combate à Violência”. Nesse evento, houve uma discussão sobre a temática Mulher negra, memória e resistência, proferida pelo militante Jair Silva, e outra palestra sobre o tema “Cotas para negros na universidade”, apresentada pela professora Ms. Maria do Socorro Pimentel (militante do movimento negro paraibano).

Essas informações trazidas sobre as duas semanas de Consciência Negra (2001 e 2002)²¹⁰ e do debate sobre as cotas no encontro organizado pelo Departamento de Psicologia da UEPB (2003) estão localizadas na programação impressa que conseguimos acessar e elas se coadunam ao relato dado pelo militante Jair Silva:

Na UEPB [...] eu tenho uma longa trajetória de luta contra o racismo, porque já começa nos anos 90. Então eu me considero pioneiro porque eu não me

²¹⁰ Em anexo.

lembro de ninguém fazer uma semana da consciência negra, por exemplo, no Seduc. Em 2001, a primeira semana da conscientização negra do Seduc. Tendo como tema principal: “Cotas para Afrodescendentes na UEPB”. E aí nós chamamos a comunidade acadêmica, chamamos o atual Pró-Reitor de Graduação Eli Brandão. Na época, chamamos o deputado estadual pelo PT, Ricardo Coutinho. E fizemos uma mesa redonda para discutir cotas para negros na UEPB. Isso em 2001. Portanto, essa foi uma das iniciativas que eu tive a partir do centro acadêmico de História Eduardo Galeano e como parte do Movimento Negro de Campina Grande [...], mas, no ano posterior, em 2002, a gente continuou essa luta na universidade. Eu me lembro muito bem que nós fizemos um debate sobre cotas para negros lá em Psicologia, na faculdade de Psicologia da UEPB, com uma professora que era do MOVANI - Movimento de Ação Negra, que era professora da UEPB. E Socorro Pimentel, que é uma histórica militante do movimento negro paraibano, nós fizemos essa discussão sobre as cotas raciais na universidade. Além de outros temas como o racismo enfrentado pela mulher negra. (Ferreira, J. S., 2021, p. 7)

Dessa maneira, ao encontrarmos esses documentos históricos, constatamos que os primeiros debates e discussões sobre a implementação das cotas raciais na UEPB, Campus I, decorreram pela iniciativa do Movimento Negro de Campina Grande em parceria com o Centro Acadêmico de História Eduardo Galeano. Destaca-se, também, que o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena da UEPB só surgiu em 2006.

Na programação da Semana da Consciência Negra (2001 e 2002), no que se refere às mesas de discussões sobre as cotas raciais na UEPB, o MNCG convidou docentes da própria instituição e um deputado estadual para reforçar a importância dessa política pública de reparação ao povo negro campinense e paraibano. Portanto, o MNCG contribuiu para trazer esse debate para a comunidade acadêmica da UEPB – Campus I. Esse aspecto se conecta à compreensão do movimento negro educador (Gomes, 2022), que no decurso da história contemporânea do Brasil se tornou um ator político importante no processo de chamar a atenção das instituições públicas de ensino para a temática racial.

Particularmente, acerca da implementação das cotas raciais no Brasil, a presença do movimento negro foi decisiva. Porém, nos anos 2000, o debate referente às ações afirmativas para negros no acesso às universidades gerou divisões entre intelectuais negros e militantes. Esses dados estiveram mais intensos no início da discussão, por sua vez, com o decorrer do processo de legalização e expansão de tais políticas, de maneira hegemônica, esses setores abraçaram a defesa das cotas. No caso do MNCG, os militantes Moisés Alves e Benedito Antonio Luciano se mostraram contrários às políticas das cotas raciais.

No Jornal da Paraíba, do dia 9 de setembro de 2001, foram publicadas duas matérias sobre o tema das ações afirmativas para negros nas instituições de ensino superior, a saber:

“Campina tem menos de 2% de negros nas universidades: índice revela que eles não freqüentam a maioria dos cursos em quatro instituições” e “Movimento rejeita o sistema de cotas para garantir vagas”. Tais textos foram assinados pelo jornalista Geovaldo Carvalho e têm como principal interlocutor Moisés Alves (MNCG), inclusive com sua imagem acompanhando o texto: “Moisés Alves: Não queremos esmolas, mas oportunidades” (em anexo).

No primeiro texto, o jornalista Geovaldo Carvalho traz um conjunto de dados reveladores sobre a pouca presença de negros nas instituições de ensino superior no Brasil e em Campina Grande. Essa matéria informa que é quase inexistente a presença de alunos negros nas cinco mil vagas disponibilizadas pelas universidades brasileiras. Em relação à Campina, não chega a 1%, dado inferior ao número nacional que era de 2,2% dos alunos negros brasileiros que concluem o curso superior, já, no caso dos “mulatos”, no Brasil, chegavam a 13%.⁵ O número em Campina Grande representa menos de um aluno negro por curso, nos 53 disponibilizados pela UEPB, FACISA, UVA e UFPB – Campus II. (Jornal da Paraíba, domingo, 09 de setembro de 2001).

Na reportagem em questão, Moisés Alves (MNCG) atribui esses números aos dados de desigualdades econômicas que afetam a população negra campinense, que dificultam a continuidade de alunos negros no transcurso do ensino médio para o superior. Assim, a maioria tem que trabalhar para sobreviver, o que acarreta grande dificuldade para prosseguir nos estudos (Jornal da Paraíba, domingo, 9 de setembro de 2001). Nessa mesma matéria, Moisés informa que na FACISA (Faculdade privada) não existe nenhum aluno negro matriculado.

Em seguida, o texto ressalta que a inexpressiva presença de negros nas universidades de Campina Grande também se reflete no magistério. Sendo pouquíssima a presença de educadores(as) negros(as) na educação básica pública e privada. Geovaldo traz alguns nomes de docentes negros universitários que conseguiram se ascender à carreira universitária, tais como Josemir Camilo (UFPB-Campus II), Benedito Antonio Luciano (UFPB-Campus II) e Madalena Rodrigues (Coordenadora do Centro de Humanidades da UEPB). Esses pesquisadores citados anteriormente servem de exemplos emblemáticos para se refletir sobre o racismo presente no país, uma vez que, no disputado e importante espaço do ensino superior, a presença de pesquisadores negros constituía-se em uma minoria no universo docente universitário, mesmo numa nação formada majoritariamente por pessoas negras (pretos e pardos).

Na segunda matéria, “Movimento Rejeita o sistema de cotas para garantir vagas”, a fala e imagem de Moisés Alves (MNCG) ocupam o texto. Para tal militante, a proposta do governo federal de implementação das cotas raciais no acesso à universidade era inaceitável. Nos seus próprios termos, tratava-se de uma “exclusão oficializada”, e complementa: “*Nós não queremos esmola*, nem favor, queremos oportunidade de competir de igual para igual e respeito aos nossos direitos garantidos na Constituição” (Jornal da Paraíba, domingo, 09 de setembro de 2001, grifo nosso).

Para Moisés Alves, as desigualdades do negro vêm da origem do modelo excludente do mundo econômico, que segrega o negro do trabalho e da continuidade dos estudos. Uma desestrutura social reproduzida no seio da família negra, em razão de que ela não tem como garantir para os seus filhos as condições para se dedicar aos estudos, pois a luta pela sobrevivência material se torna a prioridade. Em seguida, Moisés Alves arremata sua crítica e coloca que o sistema de cotas é uma ofensa à capacidade da raça, que não quer favores, mas respeito acima de tudo para estudar e trabalhar em igualdade (Jornal da Paraíba, domingo, 09 de setembro de 2001).

Analisando essa reportagem, alguns aspectos se destacam. Num primeiro momento, os dados trazidos revelam o brutal processo de exclusão da população negra nos espaços de ensino superior nos primeiros anos do século XX. Nessa parte, chama a atenção a ausência da fonte de pesquisa e/ou documental que revela esses números no Brasil e em Campina Grande. Tem-se, assim, uma discussão pertinente, realçada na foto de uma turma do Curso de Comunicação Social da UEPB, que revela apenas dois alunos negros, mas com números sem lastros de origem.

Além disso, usa-se a expressão “mulatos”, um termo já em desuso pelos órgãos de pesquisas da época e rechaçado por grande parte da militância negra brasileira. Outrossim, localizam-se erros de digitação que demonstram a frouxidão da revisão editorial do jornal. Igualmente, nessa matéria não se mencionam as expressões “ações afirmativas”, “políticas reparatórias” e/ou “políticas afirmativas”, o que se tem tão-somente são “cotas raciais”. Eis uma tendência presente na grande mídia nacional ao abordar as políticas de igualdade racial, sendo uma maneira de empobrecer analiticamente o debate.

Esses aspectos dificultaram e dificultam o leitor/a interessado nessa discussão que quis e/ou quer ter mais acesso às informações levantadas nesse texto jornalístico. Contudo, os índices apresentados eram aproximados aos de outras pesquisas que demonstravam a enorme assimetria de brancos e negros nas universidades brasileiras. Para ilustrar essa desigualdade,

em 2001, na Universidade de São Paulo, existiam 8,3% de negros, dentre eles, 7% de pardos e 1,3% de pretos, para uma população de mais de 20% de pardos e mais 4% de pretos no estado de São Paulo (Santos; Lobato, 2003).

Numa segunda perspectiva, destacam-se os argumentos de contraposição ao sistema de cotas defendidos pelo militante Moisés Alves. Para esse ativista, as cotas raciais eram uma “esmola” do governo para o povo negro – uma política que ofendia a população negra no Brasil. Isso posto, a solução era garantir oportunidades iguais para brancos e negros.

Tem-se, aqui, nestas argumentações defendidas pelo militante negro campinense em evidência, aspectos do espontaneísmo da militância negra campinense, como tão bem constatou Melânia Farias (2001, 2004). Em razão de que nos pontos apresentados por Moisés Alves não se localiza, efetivamente, uma contraproposta de política para o povo negro campinense, bem como para o enfrentamento ao racismo.

Desse modo, a problemática racial fica ausente na sua fala e ideias. Denota-se que tal questão não foi discutida internamente pelo MNCG e nem se tornou tema de reuniões com encaminhamentos sobre o posicionamento do coletivo negro campinense diante dos temas das cotas raciais, assunto, aliás, que mobilizou a grande mídia nacional. Cada militante atuou, à sua maneira, sobre a implementação das ações afirmativas.

A exposição pública de Moisés Alves sobre as cotas, igualmente, revela a sua desconexão e alheamento com a agenda de luta do movimento negro unificado estabelecida desde o final dos anos 80. Perspectiva fortalecida pela Marcha Zumbi dos Palmares (1995) e pela Conferência de Durban (2001), que colocaram a garantia de políticas reparatórias raciais como ação necessária da luta antirracista no Brasil (Alberti, Pereira, 2007).

No documento em análise, também se evidenciou a quebra da sequência argumentativa na reportagem, pois já existe um destaque no título da reportagem que demonstra a exclusão do negro nas universidades em Campina Grande. Em seguida, no texto da matéria, temos dados eloquentes da desigualdade racial no acesso ao ensino superior. Questões que, por si só, já reforçavam a urgência de alguma política pública com o recorte racial. Porém, Moisés Alves rechaçou as cotas raciais num tom jocoso e inflamado, ao mesmo tempo que não apontou nenhuma ação específica contra esses números reveladores do racismo estrutural e institucional. Portanto, depreende-se que, para esse militante, a solução era garantir a igualdade para todos. Dito com outros termos, a resolução para o povo negro deveria ser social e econômica.

Essa postura de Moisés Alves se conecta com uma das principais críticas às políticas

de cotas raciais, nesse período, a de que o problema da presença de poucos negros nas universidades brasileiras era, antes de tudo, social e não racial. Estava, assim, apresentada a ideologia da democracia racial numa perspectiva progressista, que considerava o problema da desigualdade racial, mas a solução não seria via políticas de recortes raciais, mas, sim, universais. Mas, passados alguns anos dessa matéria de 2001, Moisés mudou de ideia e acabou adotando as políticas de ações afirmativas para o negro. Segundo Moisés (2022, p. 5) “fiz uma primeira leitura apressada por desconfiança dos usos do poder público, mas com o passar do tempo fui percebendo e compreendendo a importância das cotas raciais, logo, passei a defendê-las”. A antropóloga Gracielle Silva (2017) conseguiu ter acesso a uma significativa colaboração de Moisés Alves sobre o tema em debate:

A princípio, eu era contra as cotas e refletia comigo – porque é que tenho que ser tratado como um coitadinho? Porque, o que a mídia colocava é que a gente ia entrar como vítima. Por que eu vou entrar como vítima se eu sou protagonista? A primeira questão que vinha na minha cabeça – eu sou contra as cotas. Depois, não. Comecei a ouvir outras pessoas, comecei a ler mais. Comecei a pesquisar mais e ocupar mais espaço. Foi quando veio a transformação de não querer ser mais contra as cotas e ter a coragem de chegar na universidade e dizer: - não, as cotas estão corretas. Revi a história e depois comecei a falar, inclusive, fui à universidade, em um seminário, dizer: olha, eu fui contra as cotas até hoje, mas a partir de hoje nós vamos discutir as cotas na universidade. Eu procurei muitos espaços de massa para dizer o porquê de ser a favor das cotas. Procurei mais recortes de jornais, precedentes históricos e a partir daí eu construí uma outra mentalidade. Aí, sim, eu mudei de pensamento e mudei também de postura política [...] a partir daí, eu criei uma militância em todos os espaços que eu pude para falar do porquê de ser a favor das cotas. (Silva, 2017, p.97)

Esses apontamentos relatados por Moisés Alves demonstram o quanto o Movimento Negro também tem um papel educativo para os seus próprios militantes (Gomes, 2022), em razão de que ele foi reconsiderando a importância das cotas a partir da sua movimentação enquanto ativista negro. Também se evidencia a iniciativa de defender a temática nos espaços de debates abertos possíveis.

Com atuação semelhante a de Moisés Alves, desse primeiro momento, foi a do militante Benedito Antonio Luciano (2022), que se apresentou como um antagonista das políticas de cotas para negros na educação. Ponto de vista que permanece até os dias atuais. Esse militante escreveu artigos, participou de debates, na primeira década dos anos 2000, sobre o tema das cotas raciais. Infelizmente, não tivemos acesso aos seus textos publicados e dados colocados nas mesas de debates e reflexões das quais Benedito Luciano escreveu e participou. Mas, nas suas memórias, assim estão apresentadas tais questões:

Me posicionei contra as cotas e continuo me posicionando contra as cotas. É [...] e participei de mesas redondas na universidade e expus meu ponto de vista em todos os artigos que escrevi no Diário da Borborema. Um deles, o título já diz tudo: “O equívoco das cotas”. Certa feita, entrevistado por um repórter, eu acho que do Jornal Correio, ele me perguntou por que eu era contra as cotas. Eu disse pra ele, que estava me entrevistando em frente a uma goiabeira, dê uma olhadinha nessa goiabeira. Você percebe que as folhas dela não são tão viçosas, né? Você não vê o fruto de goiaba nessa goiabeira. Provavelmente tem um problema com essa goiabeira. E certamente o problema não é lá, em cima, na copa não, o problema é embaixo, nas raízes. São os nutrientes na terra em que ela está plantada que não estão subindo pelo caule para atingir a copa. Então não dá bons frutos porque o problema vem de baixo da raiz. Assim também é o problema das cotas. Estão querendo resolver o problema aplicando adubo na copa das árvores, não é assim. A questão da educação se resolve na base, a questão dessa *suposta* dificuldade dos negros de entrar na universidade não vai ser resolvida criando cotas, aqui, em cima, tem que ser na pré-escola. De baixo pra cima, porque se ele tiver uma boa base, não vai precisar de cota pra entrar na universidade. *Vai tá bem preparado pra disputar*. Sem nada de cota. Você quer ver um exemplo disso: Olha, aqui, na sua frente. Eu nasci numa família pobre, meu pai semianalfabeto, minha mãe também, negro, mas fiz uma boa base feita na escola pública. Passei no primeiro período do curso de Engenharia Elétrica, era a turma mais difícil na época e terminei no tempo mínimo, nunca sofri qualquer discriminação racial na minha trajetória na universidade. *Nunca*. Certo! Essa coisa das cotas, né? Talvez, se eu tivesse entrado pelas cotas, eu *não teria tido o respeito* que eu obtive com meus colegas, porque eles me respeitavam pelo meu desempenho, *pelo mérito*. Nesse particular, sim, *sou meritocrata*. Assim, a meritocracia [...] se resolve na base. E a responsabilidade é do Estado. Se o aluno tiver uma boa base, podem vir tempestades, dificuldades mais adiante, que eles brotarão e darão bons frutos. Porque ele tem uma base. (Luciano, B.A, 2022, p. 20, grifo nosso)

Vale sublinhar que Benedito Antonio Luciano e Erivaldo Moreira Barbosa publicamente se desligaram do Movimento Negro de Campina Grande, no encerramento do VI Encontro Afro-brasileiro Campinense, no XI Encontro para Nova Consciência, em 2002. Todavia, Benedito Luciano continuou sendo convidado para palestras e entrevistas, assim como permaneceu escrevendo artigos nos jornais sobre o tema da história e cultura negra²¹¹.

Para o militante e pesquisador Benedito Antonio Luciano, era e é um equívoco a utilização das cotas raciais no acesso ao ensino superior, em razão de que, para ele, a solução deveria ser um forte investimento na base da educação pública. A sua defesa contrária às ações afirmativas para negros se sustenta na tese da meritocracia. Igualmente, Benedito

²¹¹ Inclusive, no mês da consciência negra de 2024, ele escreveu quatro colunas, no site Paraibaonline, dedicadas à memória do MNCG e de sua atuação. Para mais informações, vide referências. <https://paraibaonline.com.br/blogs-e-colunas/conteudo/movimento-negro-em-campina-grande-i/>. Acesso em 12 de dez 2024.

Luciano destaca sua trajetória humilde como prova de que a pessoa negra, esforçada e dedicada, consegue alcançar seus objetivos pessoais e profissionais.

Por seu turno, para Josemir Camilo, que na época desse debate público não fazia mais parte do MNCG, as cotas eram políticas urgentes de reparação para o povo negro. Camilo não participou de maneira intensa da discussão referente às ações afirmativas, mesmo assim, essa temática foi abordada por ele em alguns textos e falas. Nesta fase, Josemir Camilo estava atuando no Neabí-UEPB – Campus I.

Nesse cenário, Camilo (2022) afirmou que sempre foi favorável às cotas e que achava pouco tais políticas reparatórias, pois era necessário que o Estado brasileiro pagasse muito mais ao povo negro brasileiro. Assim, Camilo (2022) menciona os judeus que, após a tragédia do Holocausto, foram reparados com a criação do Estado de Israel. Portanto, “a escravidão, a diáspora negra exige uma reparação. Então, cotas é figurinha diante disso, nem discuto isso mais” (Melo, J.C, 2022, p.22). Especificamente sobre a legitimidade das cotas raciais, Josemir Camilo (2022) pondera sobre os dados de desigualdades sociais e de exclusão econômica aos quais o povo negro brasileiro enfrenta atualmente:

Como é que vai sair disso, desse atraso, hoje, 142 anos, né? Dessa abolição que houve. 1888 [...] mais ou menos isso. Então, como é que vai sair disso? Porque você tinha praticamente um milhão de seres humanos escravizados diretamente. De repente, você diz: está acabada a escravidão! Essa categoria étnica passou 300 anos. 380 anos produzindo, como ela saiu disso? Ela sai com uma mão na frente e outra atrás. Quer dizer, eu costumo comparar isso: você sai do emprego, é botado para fora. Qual é a primeira coisa que você faz? Entrar na justiça por reparação. Cobrar os seus direitos. Você trabalhou oito anos, trinta anos, sei lá, mas cobre seus direitos. O povo negro trabalhou 380 anos, 388 anos, forçadamente, porque era preso, eu chamo isso de prisão. A escravidão era uma prisão. Era preso pra trabalhar de graça para o branco, e você não recebe nada?! (Melo, J.C. 2022, p. 22)

Os argumentos postos por Josemir Camilo correspondem à noção de ação afirmativa enquanto política de “reparação”, que foi o entendimento do Movimento Negro Unificado. Por essa vereda, as cotas são encaradas como políticas necessárias para se enfrentar as estruturas de desigualdades e de racismo estabelecidas na sociedade brasileira. Luciano Mendonça de Lima, professor de História da UFCG, é outro militante docente e social que merece destaque nesta conjuntura de debate em torno das cotas raciais.

Luciano Mendonça participou ativamente de atividades do Movimento Negro de Campina Grande e produziu um provocador texto de defesa pela implantação das cotas raciais

na UFCG²¹². Tal narrativa circulou nas mãos de alguns militantes e serviu como fonte de pesquisa na sustentação da legitimidade de tais políticas. Convém sublinhar que esse historiador participou das atividades do centenário da abolição em 1988, enquanto estudante e representante do centro acadêmico de história – Campus II – UFPB. Da mesma forma, também fez parte da Comissão Campinense do Centenário da Abolição e se tornou o principal estudioso da escravidão em Campina Grande, construindo trabalhos importantes sobre a dimensão da resistência negra no período oitocentista. Ademais, nos anos 2000, Luciano Mendonça participou de mesas de debates e em outras ações do MNCG, assim como atuou ativamente em discussões na Associação dos Docentes da UFCG em prol da defesa das cotas raciais.

Nessa esfera, Luciano Mendonça preparou esse texto para um debate que aconteceu sobre as cotas raciais, na UFCG, em 2004. Nessa narrativa, ele destacou as principais teses contrárias às ações afirmativas para negros no acesso ao ensino superior público e se contrapôs uma a uma. O texto propõe a refletir sobre a legitimidade da aplicação de ações afirmativas no Brasil e depois analisar a mais polêmica delas, a saber: as cotas raciais. Um mérito especial deste artigo é trazer a contextualização maior das cotas raciais, como uma das formas de política de ação afirmativa existente no país e presente em outras nações do mundo.

Luciano (2004) inicia questionando as teses contrárias postas aprioristicamente, quais sejam: as cotas iriam criar uma comunidade de alunos segregados nas universidades e diminuir a qualidade do ensino ofertado pelas universidades públicas, entre outras. Estes argumentos foram bem disseminados na época e se sustentaram em resultados já pré-existent, antes mesmo da prática das cotas raciais nas universidades entrar em vigor. Destaca-se que, em muitas universidades, já existia a reserva de vagas para alunos de escola pública e nem por isso tal política gerou tanta revolta e indignação por parte de setores da sociedade brasileira.

Outro ponto refletido por Luciano Mendonça (2004) se deu sobre os limites do ideal da meritocracia, que é, por sua vez, o ponto de vista defendido por Benedito Antonio Luciano (2022) para deslegitimar a adoção de cotas raciais. Assim, para Mendonça (2022), o ideário da meritocracia tão presente no mundo universitário deve ser questionado e refletido no Brasil a partir das enormes desigualdades sociais que tornam injusto o processo da disputa por vaga nesse espaço de ensino.

Portanto, entre os brasileiros, as condições de concorrência e de preparação são

²¹² LIMA, Luciano Mendonça. **Pela implantação das cotas raciais na UFCG**, 2004. Esse texto foi revisado, ampliado e publicado na revista do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES, em 2010.

assimétricas e injustas. Daí a pouquíssima presença de discentes negros nas universidades públicas e, sobretudo, em cursos mais concorridos de nível, tais como os de Medicina.

No texto em destaque, Mendonça (2004) se contrapõe ao argumento de que não se tem precisamente como afirmar quem é negro no Brasil, devido ao processo de mestiçagem existente no desenvolvimento da nação. Para Luciano Mendonça (2004) essa justificativa mereceu atenção em razão da complexa relação entre as raças e povos que formaram a sociedade brasileira.

Porém, a existência do racismo e as pesquisas demográficas demonstravam bem o reconhecimento de uma pessoa negra e da população negra brasileira. “Ora, se fomos capazes de criar essa poderosa máquina de exclusão, haveremos de encontrar mecanismos para interromper esse perverso processo e iniciar um salutar tempo de inclusão” (Lima, 2004, s/p). Desse modo, era necessário criar mecanismos de controle interno e externo para garantir a justiça social no tocante à implementação das cotas raciais²¹³.

Por fim, Luciano Mendonça, entre outros pontos levantados, destaca duas teses contrárias à implementação de ações afirmativas. A primeira trata do fundamento de que as cotas são juridicamente ilegais, pois, supostamente, feriam o direito de tratamento de igualdade para todos. Nesse aspecto, esse autor aponta a existência de outras tantas políticas de ações afirmativas no país, quais sejam: reserva para pessoas com deficiência física em concursos públicos e espaço para mulheres candidatas em partidos políticos, entre outros.

Nessa perspectiva, pode-se citar outros exemplos de políticas de ações afirmativas já estabelecidas na história do Brasil, entre elas, a Lei do Boi – Lei nº 5.465/1968, que determinava que as escolas de ensino médio agrícola e superior de Agricultura e Veterinária, mantidas pelo Governo Federal, reservariam, anualmente, 50% de suas vagas para candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residissem com suas famílias no campo, e 30% para agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residissem em cidades.

Por seu turno, durante o Governo Vargas foi decretada a Lei dos dois terços, que estipulava a contratação de pelo menos dois terços de trabalhadores brasileiros por qualquer empresa existente no país (Santos, 2014). Além disso, tal prática já era correntemente exercitada em outros países no mundo, nos quais seus governos utilizavam políticas

²¹³ Atualmente, as bancas de heteroidentificação servem para validar e tentar enfrentar as fraudes no processo de autodeclaração dos candidatos negros (pretos e pardos), nas seleções para universidades e nos concursos públicos. Para mais informações, recomenda-se o texto “As comissões de heteroidentificação e o necessário controle da política pública: ou sobre quem é negro no Brasil”, presente no livro **Cotas Raciais** (2022), de Livia Sant’Anna Vaz.

universais e, ao mesmo tempo, reparatórias para determinados grupos sociais mais fragilizados socialmente.

Por fim, Luciano Mendonça (2022) indica uma crítica aos setores sociais que afirmavam que as cotas desviam o foco dos problemas estruturais maiores da educação brasileira, como, por exemplo, o sucateamento das escolas e universidades públicas. Tal ponto de vista, de certa maneira, foi defendido por Moisés Alves, na reportagem de 2001, e foi um dos principais aspectos para Benedito Antonio Luciano se mostrar contrário às políticas de ações afirmativas. Cumpre observar que esse último militante usou e usa a metáfora da árvore sem frutos para indicar que o problema estava nas raízes e não na copa (Luciano, B.A, 2022).

Para Luciano Mendonça (2004), essa crítica era um apontamento de um falso problema, por razão de que a existência de política de cotas e/ou ações afirmativas não impediria ações de investimentos na educação, sobretudo, na rede básica. Vale ressaltar que as mudanças estruturais, na área educativa e em outros setores da sociedade, só dão resultados a médio e a longo prazo. Portanto, uma política temporária, como são as cotas, não impede investimentos maiores, porquanto, ambas somadas, possibilitam melhores resultados no enfrentamento às desigualdades sociais e raciais.

Essas divergências na militância do MNCG em relação às cotas configuraram uma tendência que ocorreu no país, onde alguns setores minoritários do movimento negro e de pesquisadores da temática racial divergiram sobre a necessidade de tais ações afirmativas para a população negra brasileira. Durante a década de 2000, Yvonne Maggie e Peter Fry (UFRJ), dois importantes antropólogos da cultura negra, ambos brancos, publicaram artigos e livros questionando a legitimidade social e histórica das cotas raciais. Além disso, lideraram a “Carta Pública ao Congresso Nacional” (2006), texto assinado por 114 intelectuais, artistas e políticos, entre outros representantes da sociedade. Yvonne Maggie entregou presencialmente tal documento em Brasília. Nesse manifesto, reivindica-se a não implementação das cotas raciais. Em contrapartida, 330 pesquisadores, artistas, militantes e intelectuais assinaram o “Manifesto em favor das Cotas Raciais”, que também foi destinado aos parlamentares do Congresso Nacional (Santos, 2014).

Por sua vez, em 2008, o mesmo coletivo contrário às cotas raciais construiu e entregou o texto “Cento e Treze Cidadãos Anti-racistas contra as Cotas”, coordenado pela Yvonne Maggie, que entregou esse texto ao Gilmar Mendes, que na época era presidente do Supremo Tribunal Federal. Na contraposição a esse documento, o texto “120 Anos de Luta pela Igualdade Racial no Brasil, Manifesto em Defesa da Justiça e Constitucionalidade das Cotas”,

assinado por 640 pessoas, foi destinado ao Ministro Gilmar Mendes (Santos, 2014).

Desta maneira, constata-se o quanto o tema das cotas raciais mobilizou a opinião pública, a academia e militantes sociais. A grande imprensa, diga-se, os grandes veículos de comunicação, os editoriais da Globo, Folha de São Paulo, Veja, entre outros, se colocaram e atuaram contra essas políticas sociais. Exemplificando, Ali Kamel, diretor de Jornalismo da Globo, publicou o livro “Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor” (2006).

Em linhas gerais, para Kamel (2006), os defensores das políticas afirmativas para negros querem importar dos Estados Unidos para o Brasil uma perspectiva racial de divisão entre brancos e negros inexistente no país. Desconsiderando, assim, o processo de mestiçagem formativa da sociedade brasileira e tirando o foco do problema principal, que se constituía como social e econômico.

Essa tese defendida por Kamel (2006) sintetizou o tom da hegemonia do discurso reproduzido pela grande mídia sobre a implementação de políticas afirmativas para o contingente negro da população brasileira. Tal quadro de disputas resultou na ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 186), em 2009, protocolada pelo Partido Democratas ao STF solicitando analisar a (in)constitucionalidade do sistema de cotas raciais da Universidade de Brasília, primeiro Instituto de Ensino Superior Federal a adotar tais políticas. Dito de outra forma, a questão central posta “era se programas de ações afirmativas que instituem sistema de reserva de vagas para o acesso ao ensino superior, com base em critérios étnico-raciais, eram ou não constitucionais” (Vaz, 2022, p. 98).

De maneira unânime, os ministros do STF votaram pela constitucionalidade das cotas raciais implementadas na Universidade de Brasília, regulamentando juridicamente a política de ações afirmativas para negros no Brasil. Nesse processo, militantes e pesquisadores antirracistas participaram das audiências públicas, desempenhando um papel importante para o desfecho final.

Após grande batalha pública entre vários setores da sociedade brasileira, o STF publicou o reconhecimento jurídico das cotas raciais e meses depois foi aprovada a Lei 12.711/2012, que regulamentou a reserva de vagas sociais e raciais no ingresso às instituições de Ensino Superior vinculadas ao Ministério da Educação. Foi estabelecido que, até o ano de 2016, todas as instituições de ensino federal de educação tinham que se adequar às normas determinadas no texto da Lei 12.711/2012:

Reservar, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo, 50% das vagas para estudantes que cursarem o ensino médio/fundamental integralmente em escolas públicas. Destas vagas, reservar-se-á metade, ou seja, 25% do total, para estudantes oriundos de famílias com renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio. Reservar, dentro do percentual de 50% destinado a estudantes de escola pública, vagas para autodeclarados negros, pardos e indígenas e pessoas com deficiência, numa fração, no mínimo igual à proporção desses grupos na população da unidade da federação em que estão instaladas as instituições, segundo o último censo do IBGE. (Brasil, 2012)

A Lei de Cotas estabelece, ainda, que ela seria avaliada após dez anos de existência para decidir sobre sua continuidade ou não. Convém sublinhar que, de fato, essa lei garantiu subcotas para negros na reserva social, não se tratou de uma reserva eminentemente racial. Mesmo assim, a Lei 12.711/2012 significou uma conquista dos movimentos sociais e pesquisadores negros.

Nesse âmbito, o MNCG participou do debate em torno da implementação das cotas raciais no ingresso ao ensino superior. Isso ocorreu de forma conflituosa e atravessada por limites constitutivos, tendo em vista que a organização negra campinense foi caracterizada, nos anos 90 e 2000, pelo caráter espontaneísta e individualista (Farias, 2001), em alguns momentos podendo ser lida como personalista.

Tais singularidades ficaram evidenciadas na ausência de uma agenda coletiva do MNCG em torno da temática das ações afirmativas, não foram realizadas reuniões internas para se discutir sobre esse tema e, muito menos, existiram diretrizes e/ou plano de ação. Soma-se a esse quadro, a debilidade estrutural e financeira desse coletivo social negro de Campina Grande, que realizou grande parte de suas atividades a partir de apoios pontuais de sindicatos e de outras instituições.

Por mais que se constate que o debate das cotas na UEPB – Campus I tenha sido uma ação pioneira do MNCG (2002-2003), provavelmente, essas ações não geraram desdobramentos mais consequentes e nem repercussões nessa instituição de ensino. Nessa conjuntura, o pesquisador Antônio Berto Machado (2010) coloca que, em relação à UFCG, foram realizados três momentos de discussões sobre as cotas raciais na instituição sem grande repercussão na comunidade acadêmica, a saber: O seminário “Realidade Brasileira em Questão” (2001), organizado pelos estudantes; o “1º Encontro de reflexão sobre Políticas de Ação Afirmativa na Universidade” (2004), realizado pela Comissão de Direitos Humanos da UFCG; no mesmo ano, houve um seminário sobre cotas, promovido pela ADUFCG-S. Sindical (Machado, 2010).

Antônio Berto Machado (2010) aponta que esses fóruns sobre cotas raciais na UFCG ocorreram de maneira difusa e com pouquíssima ressonância na comunidade acadêmica. Provavelmente, foram eventos com pouco público e que não geraram a ampliação do debate interno. Essa constatação trazida por Berto (2010), encontra-se ausente no texto de Waldeci Ferreira Chagas, Vaneide Lima Silva e Josenildo Lima (2022), embora apresentem a existência de alguns seminários e debates sobre as cotas organizados na UEPB, todavia, não refletem sobre os efeitos dessas ações em meio ao público docente e discente dessa instituição.

Chama a atenção que, para Chagas, Silva e Lima (2022), o primeiro seminário sobre as cotas na Universidade Estadual da Paraíba, relativas às ações afirmativas para negros, aconteceu em 2006, e as cotas raciais só foram aprovadas em 2022. Tem-se, assim, uma distância de dezesseis anos. Um tempo considerável. De maneira semelhante, Jair Silva Ferreira (2022), na sua contribuição, não apresenta informações sobre os efeitos e/ou consequências dos primeiros encontros organizados sobre o tema das cotas na UEPB (2002, 2003).

Dessa maneira, esses debates e as discussões sobre a implementação das cotas raciais na UEPB tiveram sua importância no desenvolvimento das ações afirmativas na instituição e na aprovação da Resolução nº 03/2022/UEPB/CONSEPE. Mesmo assim, não se pode superestimar essas atividades, encarando-as como responsáveis diretas pela aprovação da implementação das cotas raciais na UEPB.

Em outros termos, a realização do primeiro encontro da consciência negra, em 2001-2002, por parte do MNCG, e os seminários existentes internamente na UEPB, a partir de 2006, nos quais trouxeram o debate sobre as ações afirmativas na UEPB, não foram eventos que determinaram o resultado da Resolução nº 03/2022/UEPB/CONSEPE 2022.

Todavia, por outra perspectiva, as ações promovidas pelo MNCG, referentes às cotas raciais na Universidade Estadual da Paraíba, fazem parte do processo histórico de lutas por direitos para o povo negro paraibano. Do mesmo modo, trata-se de registros que não podem ser obscurecidos numa pesquisa e/ou texto que se propõe a contextualizar as cotas raciais na UEPB.

Cabe destacar que existiram outras palestras e mesas-debates sobre a temática em análise ocorridos em escolas e na mídia, nos quais os militantes da organização negra campinense participaram. Porém, por serem atividades orais, não tivemos acesso a esses documentos referentes à luta por ações afirmativas no recorte histórico estabelecido na

pesquisa (1986-2013). Mas, a pauta em favor das cotas se fez presente na agenda de luta do MNCG durante os anos 2000.

Nessa conjuntura, Gracielle Silva (2017) coloca que, na sua atividade de campo com militantes do Movimento Negro de Campina Grande, no ano de 2016, participou de várias palestras que transcorreram em escolas da cidade, inclusive, sendo convidada para falar. Nessas experiências, algo que chamou sua atenção foi a resistência e a contrariedade dos professores da rede básica em relação às ações afirmativas. “Confesso que me surpreendi ao ver quantos professores e alunos se posicionaram contra as cotas, mas, ao mesmo tempo, esses fatos me trouxeram a certeza da necessidade de se debater e de se conscientizar” (Silva, 2017, 88). Assim, ela constatou a relevância do MNCG em levar essas discussões para as escolas públicas, haja vista as limitações da academia em alcançar o público docente e discente da rede de educação básica (Silva, 2017).

Já, no ano de 2013, coube ao Movimento Negro de Campina Grande a iniciativa da realização da “I Conferência Municipal de Igualdade Racial: Por uma Campina Grande Afirmativa”, em parceria com a Secretaria de Educação do Município de Campina Grande, o Conselho Municipal de Educação e de Juventude, Secretaria de Cultura, Saúde, Assistência Social e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (UEPB). Este encontro fez parte da etapa municipal, que antecedeu o encontro estadual, e, por sua vez, escolheu e elegeu delegados para participar da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que aconteceu em Brasília em 2013²¹⁴.

Moisés Alves (MNCG) esteve à frente da articulação e organização da etapa de Campina Grande, também foi escolhido na etapa estadual para ser um dos representantes da Conferência Nacional. A I Conferência Municipal de Igualdade Racial de Campina Grande, aconteceu durante todo o dia do sábado, 27 de julho de 2013. A programação teve a palestra de abertura intitulada: “Reparação e Promoção da Igualdade Racial para o Fortalecimento da Democracia”, ministrada por Dalmo Oliveira e Ariosvalber Oliveira.

Logo após foram realizados quatro eixos de discussões: 1º “Estratégias para o desenvolvimento e o enfrentamento ao racismo”, coordenado pelo professor Joseilton Brito²¹⁵; 2º “Políticas de igualdade racial no Brasil: avanços e desafios”, sob a coordenação de Moisés Alves (MNCG) e Ariosvalber Oliveira; 3º “Arranjos institucionais para assegurar a

²¹⁴ Em novembro de 2013 aconteceu a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que recebeu delegados de vários estados brasileiros. Destaca-se que essa atividade foi marcada por tensões internas do MNCG, sobretudo pelo protagonismo da organização desse fórum.

²¹⁵ Não localizamos o texto final na nossa pesquisa, nem nos arquivos impressos da Seduc e nem nos sites oficiais.

sustentabilidade das políticas de igualdade racial”, que teve como coordenadora a professora Patrícia Cristina Aragão (NEABI-UEPB); 4º “Participação e controle social: igualdade racial nos espaços de decisão, mecanismo de participação da sociedade no monitoramento das políticas de igualdade racial”, sob a direção da docente Cristiane Nepomuceno (NEABI-UEPB).

Posteriormente, foi realizada a plenária final, na qual foram apresentadas as propostas escolhidas em cada eixo de discussão. Em seguida, houve a eleição, homologação dos delegados para a etapa estadual e a leitura da ata final da Conferência. O ato de encerramento se deu com a apresentação musical da banda Afrobatuki. Para Moisés Alves, um dos coordenadores do evento, a I Conferência da Igualdade Racial de Campina Grande deveria refletir a educação, por motivo de que era “preciso discutir sobre as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, como também a opressão vivenciada pelo negro no mercado de trabalho, no convívio social e os próprios poderes públicos que ainda tratam como distanciamento” (A União, João Pessoa, Paraíba, sábado, 27 de julho de 2013).

Apesar do simbolismo e da relevância desse momento, esse encontro não resultou em desdobramentos efetivos em torno da implementação de políticas afirmativas para a população negra de Campina Grande. Ademais, tal evento não publicou e organizou ações a partir das demandas apresentadas frente ao poder público municipal. Tornando-se mais uma atividade relevante de discussões sobre a temática antirracista, tendo como protagonismo o MNCG, mas sem uma sequência de luta e sem a construção de um programa coletivo em torno dos principais pontos levantados na conferência em análise²¹⁶.

Dessa maneira, apesar de todas as limitações constitutivas do MNCG e do seu caráter contraditório de desenvolver ações mais individualistas do que coletivas, o debate sobre as cotas raciais esteve na agenda de luta do Movimento Negro de Campina Grande. De alguma maneira, os eventos, as discussões propostas, as palestras, as entrevistas, em que militantes do MNCG organizaram e participaram, contribuíram para fomentar o debate das políticas de

²¹⁶ Dois anos após essa conferência, foi aprovada, em Campina Grande, a Lei nº 196/2014, que reservou aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos de âmbito da administração municipal, bem como para processos seletivos simplificados para contratações temporárias em regime especial. Com vigência de dez anos. Esse dispositivo legal foi, originalmente, elaborado pelo Vereador Napoleão Maracajá (PCdoB), em 2014, mas sofreu alterações e ficou acrescentando uma divisão de 10% para negros que residem na zona rural e 10% para a zona urbana. Porém, ele foi provocado pelo militante Jair Silva sobre tal temática. A justificativa do projeto não menciona o MNCG nem outros coletivos sociais negros, apenas traz exemplos de outras leis federais que justificam a implementação em Campina Grande. Destaca-se que esse dispositivo legal encerrou seu prazo em 2024, sem nunca ter sido efetivado em concursos e seleções públicas realizadas pela Prefeitura Municipal de Campina Grande durante sua vigência.

ações afirmativas na cidade²¹⁷.

Convém frisar que, diferente da geração anterior do MNCG, na qual Josemir Camilo e Benedito Antonio Luciano estavam à frente, ambos professores universitários, os militantes Jair Silva Ferreira e Moisés Alves não possuíam um emprego público estável, uma fonte de renda assegurada, portanto, pessoas marcadas pela precarização financeira. Questão extensiva para o MNCG, que, igualmente, não detinha orçamento próprio. Sendo as ações e atividades organizadas pela organização negra campinense, financiadas a partir da solicitação de ajuda a sindicatos, instituições públicas e privadas. Essas colaborações se davam com valores apenas para a realização dos eventos propostos e, quando muito, apenas com reservas de espaços para as atividades solicitadas pelo MNCG.

Esses aspectos são relevantes e consideráveis para se manter uma luta contínua e mais organizada em torno da pauta antirracista, uma vez que as preocupações da subsistência caminhavam simultaneamente às inquietações da militância social. Além disso, nessa conjuntura de discussão sobre as cotas raciais em Campina Grande, o embate pela implementação da Lei 10.639/2003 se configurou como a principal agenda de luta do Movimento Negro de Campina Grande educador.

4.6 – Uma década de implantação da Lei 10.639/2003: Movimento Negro de Campina Grande na luta por e na educação

Edson Lopes Cardoso, um dos mais destacados militantes do movimento negro brasileiro e idealizador da Marcha Zumbi dos Palmares, de 1995, refletindo sobre a Lei 10.639/2003 e a sua importância para o povo negro, resumiu: “Se quero dominar uma população, o que faço? Ou apago ou distorço sua história” (Alberti, Pereira, 2007, p. 431). Essa passagem descrita por Edson Cardoso revela o papel central da memória e da história para o protesto negro brasileiro e de como a disputa pelo processo educacional e currículo se tornou fundante, em razão de que se tratava, antes de tudo, de lutas por projetos de sociedade e de poder.

Dessa maneira, a educação ao longo do século XX foi a principal dimensão de reivindicação dos movimentos sociais negros no Brasil. Essa questão se tornou tema de várias pesquisas e autores (Domingues, Gomes, 2013; Gomes, 2017, 2022; Santos, 2014; Silva, 2022, entre outros). Para a militância negra, a batalha pela educação se configurou em uma

²¹⁷ Outras pessoas participaram desse debate e outros eventos provavelmente foram realizados. Trata-se de um tema que merece mais estudos e pesquisas.

estratégia de busca pela emancipação individual e social, por inclusão social, cultural e econômica.

Nessa perspectiva, com o advento do Movimento Negro Contemporâneo – o MNU –, em 1978, e o fim da Ditadura Militar (1985), as exigências educacionais das organizações negras terão como centro a inclusão no currículo da história e da cultura do negro no Brasil e na África. Sendo, por assim dizer, o meio de possibilidade para a constituição da cultura de “Consciência Negra” na sociedade brasileira.

Em outros termos, a partir do acesso ao conhecimento da história e cultura do negro, o afrodescendente se conheceria melhor e estaria preparado para enfrentar o racismo e para lutar por direitos. Dessa forma, no entendimento das organizações sociais negras brasileiras, a devida compreensão do valor histórico e cultural da pessoa negra se daria pelo acesso à memória e à história, constituindo-se como via que garantiria o fortalecimento da identidade vinculada à “raça negra”, encarado agora como termo de orgulho e de exação perante o poder público. Assim, a escola que, muitas das vezes, reproduzia o racismo presente na sociedade, deveria trabalhar o ensino da história do negro e da África para assim permitir o processo de constituição da Consciência Negra.

Essa agenda posta pelo movimento negro brasileiro contemporâneo esteve presente como a principal pauta reivindicatória do Movimento Negro de Campina Grande (1986-2013). Jair Silva exemplifica bem essa questão quando relata que “desde quando eu comecei a lutar contra o racismo, há trinta e um anos, vejo na educação uma arma poderosíssima pra gente combater as desigualdades raciais. Quer seja na universidade, quer seja nas escolas” (Ferreira, J. S. 2022, p. 6).

A pauta educacional passou por mudanças no decorrer dos anos. Nos decênios de 80 e 90, o foco da batalha se deu pela implementação do ensino da história e da cultura do negro no Brasil e da África no currículo educacional. Entretanto, com o advento da Lei 10.639 sancionada em 2003, a direção da exigência foi alterada. A partir de então, os esforços foram para que tal dispositivo legal fosse efetivado e não se tornasse mais um regulamento sem desdobramento prático.

Nessa conjuntura, cabe estabelecermos uma contextualização da Lei 10.639/2003, tendo em vista que ela é resultado de um processo acumulativo de lutas e de projetos gestados no transcorrer dos anos. Com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o fortalecimento do movimento negro brasileiro, formado por amplo conjunto de coletivos sociais negros criados em vários estados e municípios, a história do negro no Brasil e da

África foi sendo inserida em várias regiões do país.

Ademais, no próprio texto da Constituição de 1988, o inciso I, do Artigo nº 242/88, indica que o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferenças culturais e etnias para a formação do povo brasileiro (Brasil, 1988). De forma difusa, essa parte desse artigo, de alguma maneira, dispunha de uma ampliação do ensino de história tendo como premissa garantir a diversidade. Tal perspectiva vai ser reforçada na Lei 9.394/1996 - Diretrizes e Bases da Educação, no artigo 26, inciso 4º, que realça: o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes matrizes culturais e étnicas no processo de constituição da população brasileira, sublinhando as colaborações dos povos indígenas, africanos e europeus (Brasil, 1996).

Logo em seguida, foram aprovados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) formados por dez volumes com diretrizes educacionais nacionais, entre esses cadernos foi publicado o “Pluralidade Cultural” (1997) que postulava a necessidade de se trabalhar nas escolas o tema da diversidade formativa do povo brasileiro. Por um lado, esses apontamentos trazidos na Carta Magna, LDB e PCNs representavam avanços no sentido de demarcar o espaço da diversidade formativa no ensino da história do Brasil. Por outra via, constata-se o limite de uma proposta educacional antirracista e para as relações étnico-raciais.

De maneira concisa, esse *corpus* legislativo ainda reproduzia o ideário da democracia racial brasileira, na qual se devem reconhecer as contribuições do indígena e do negro no processo de desenvolvimento da cultura brasileira, no entanto, sem se ater e/ou aprofundar as dimensões de exploração e de opressão sob esses povos no passado e nas consequências do presente. De resto, igualmente, não se colocava efetivamente o papel da educação no enfrentamento ao racismo ainda presente na sociedade brasileira a partir do ensino da história do Brasil.

Nessa quadra histórica, surgiram muitas leis estaduais e municipais referentes ao ensino da história e cultura do negro, do indígena e do africano no Brasil. Adriano Bueno da Silva (2022) aponta que na Constituição do estado da Bahia, de 1989, se localizava um artigo relativo à implementação do Ensino da história do negro brasileiro e da África, dispositivos jurídicos semelhantes revelaram-se em Belo Horizonte, 1990; Porto Alegre, 1991; Belém do Pará e Aracaju, 1994; São Paulo, 1996, entre outros (Silva, 2022).

Destaca-se, nesse período, que no município de João Pessoa, em 1989, surgiu a Lei 6.312/1989 que instituiu o “Dia Municipal da Consciência Negra” a ser desenvolvido nas escolas da rede. Já em Campina Grande, em 1993, tem-se a Lei 2.778, determinando a

inclusão do ensino da história do índio e do negro no Brasil, e, em 1997, a 3.565/97, instituindo a “Semana da Consciência Negra nas escolas da rede municipal”. Salienta-se que nesta última a participação do MNCG foi decisiva, como demonstrado em uma parte anterior desse trabalho.

Dessa maneira, um conjunto de leis em torno do ensino das relações étnico-raciais foi se apresentando nas décadas de 1980 e 1990, ou seja, antes da Lei 10.639/2003. Porém, esses ordenamentos não foram efetivados e nem se constituíram enquanto políticas públicas e acabaram não sendo executadas. Em Campina Grande, as Leis 2.778/93 e 3.565/97 se tornaram inócuas e sem desenvolvimento concreto.

Mesmo reconhecendo os avanços no plano formal, tais normativas não foram levadas ao chão e às salas de aula das unidades educativas do município. Essas leis em destaque não foram complementadas por diretrizes reguladoras e nem existiu previsão orçamentária para implementá-las, muito menos foram realizados cursos de formação para os(as) educadores(as) e nem adquiridos livros didáticos relacionados ao ensino das relações étnico-raciais.

Esses dados presentes em Campina Grande foram extensivos para grande parte dos estados e municípios que adotaram leis em torno do ensino da história do negro no Brasil e na África. Soma-se a esse quadro a ausência de diretrizes nacionais efetivas que postulassem uma política pública educacional antirracista em âmbito nacional a ser executada na educação básica. Porém, antes da Lei 10.639/2003, existiram tentativas de projetos de leis que garantissem o ensino da história afro-brasileira e africana, como tão bem demonstra o quadro elaborado pelo pesquisador Adriano Bueno da Silva (2022, p. 99):

Figura 12: Tabela de projetos de leis sobre o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana no Brasil.

Quadro 1 - Histórico de Projetos de Lei sobre ensino de História e cultura africana nas escolas

Ano	PL	Proponente(s)	Partido	Estado	Casa	Situação
1983	1332	Abdias do Nascimento	PDT	RJ	Câmara Federal	Arquivado
1988	678	Paulo Paim	PT	RS	Câmara Federal	Arquivado
1988	857	Benedita da Silva	PT	RJ	Câmara Federal	Rejeitado
1993	3621	Benedita da Silva	PT	RJ	Câmara Federal	Arquivado
1993	948	Humberto Costa	PT	PE	Assembleia de Pernambuco	Aprovado ¹⁴⁵
1995		Benedita da Silva	PT	RJ	Senado	Arquivado
1995	859	Humberto Costa	PT	PE	Câmara Federal	Arquivado
1997	75	Abdias do Nascimento	PDT	RJ	Senado	Arquivado
1999	259	Esther Grossi	PT	RS	Câmara Federal	Aprovado
		Ben-Hur Ferreira	PT	MS		
2002	7276	José Carlos Coutinho	PFL	TO	Câmara Federal	Não tramitou

Fonte: Silva (2022)

Temos nessa tabela um apanhado histórico dos projetos elaborados sobre o ensino

para as relações étnico-raciais, de Abdias do Nascimento (1983) a Ben-Hur e Esther Grossi (1999).²¹⁸ Nota-se que existiram algumas tendências nos proponentes, quais sejam: hegemonicamente, são políticos negros(as) vinculados a partidos de esquerda (PDT e PT) e movimentos sociais negros (Abdias Nascimento, Benedita da Silva, Paulo Paim, Ben-Hur Ferreira e Humberto Costa).²¹⁹

Nesse âmbito, acentua-se que o projeto da Lei 10.639/2003 teve o movimento negro brasileiro como seu principal agenciador, em razão de que essa norma se originou, numa perspectiva de um elo mais estreito²²⁰, do projeto de Lei nº 948/93, do deputado estadual Humberto Costa (PT) – estado de Pernambuco. Esse dispositivo legal determinava a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos e das lutas do negro na história do Brasil, sua cultura e legado. Humberto Costa, assim, atendeu a uma propositura do movimento negro pernambucano a partir da interlocução com José Severino de Oliveira,²²¹ um de seus assessores da época e destacado integrante do protesto negro pernambucano. Esse projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa de Pernambuco, mas acabou vetado pelo governador Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti (PMDB, 1991-1995)

Em seguida, Humberto Costa se elegeu deputado federal (1995-1999) e levou esse projeto derrotado, em Pernambuco, para o Congresso Nacional através do projeto de Lei 859/95, sendo arquivado em 1999, pois o parlamentar pernambucano não conseguiu a reeleição para levar adiante a propositura. Neste contexto, Edson Lopes Cardoso, militante histórico do movimento negro brasileiro e assessor do deputado federal Ben-Hur Ferreira (PT-MT), recuperou o projeto do movimento negro pernambucano sintetizado na propositura de Humberto Costa e logo depois foi elaborado o projeto de Lei 259/99 de Esther Grossi (PT-RG) e Ben-Hur Ferreira (PT-MT).

Prontamente, a proposta de Lei 259/99 foi encaminhada às comissões responsáveis do

²¹⁸ Para uma análise mais detalhada de cada um desses projetos, recomenda-se a leitura da dissertação de Adriano Bueno da Silva (2022).

²¹⁹ Bueno (2022) demonstra que Humberto Costa, mesmo não sendo um homem negro, no sentido fenotípico, se considera um afro-brasileiro, isso segundo o relato de José Severino Oliveira, um dos seus assessores quando ele era deputado estadual. Já Esther Grossi é uma mulher branca, educadora e filiada ao PT. Outro ponto que merece destaque é que o projeto do deputado José Carlos Coutinho (PFL) foi feito quando já estava praticamente aprovado o projeto de Lei de Esther Grossi e Ben-Hur Ferreira (Silva, 2022).

²²⁰ Aqui não se desconsidera a importância dos projetos anteriores de Paulo Paim, Benedita da Silva e Abdias do Nascimento, mas é que na justificativa da Lei 259/99, que se desdobra na Lei 10.639/2003, encontra-se o reconhecimento da Lei 948/93 de Humberto Costa. Questão reafirmada por Edson Lopes Cardoso em colaboração na pesquisa de Adriano Bueno da Silva (2022) e na sua fala presente no livro *Histórias do Movimento Negro no Brasil* (2007).

²²¹ Para mais informações referentes a este notável militante negro pernambucano, vide sua entrevista ao projeto “Projeto Rítmicos, Cores e Gestos da Negritude Pernambucana”, disponível em: <https://eduplay.rnp.br/portal/video/33434>. Acesso em: 06 nov de 2024.

Congresso, onde sofreu alterações, sendo aprovada e enviada ao Senado para apreciação através do Projeto de Lei da Câmara 17/02. No ano de 2002, tal propositura tramitou no Senado Federal e recebeu algumas adequações técnicas (Silva, 2022).

Posteriormente, no dia 16 de dezembro de 2002, o PLC 17/02 foi lido, aprovado no Senado e, em 9 de janeiro de 2003, foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a seguinte redação, “a Lei 10.639/2003 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e dá outras providências”:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26 A, 79-A e 79-B: Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. §1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. §2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministradas no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artísticas e de Literatura e História Brasileiras. §3º (VETADO). Art. 79-A (VETADO). Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 9 de janeiro de 2003. (Brasil, 2003)

Compreende-se, a partir da contextualização dessa lei em destaque, a participação central do movimento negro na sua construção, em razão de que existiram outros projetos de leis em prol de um ensino para as relações étnico-raciais propostos por parlamentares negros(as) vinculados às organizações negras no Brasil que não foram aprovados. De igual maneira, essa propositura surgiu pelas mãos do coletivo negro pernambucano, tendo como articulador José Severino de Oliveira, e a sua retomada pela iniciativa de Edson Lopes Cardoso. Portanto, pode-se afirmar que a Lei 10.639/2003 é fruto da luta histórica do movimento negro brasileiro. Porém, a presença desse importante ator político acabou eclipsada na redação final dessa lei, configurando-se como um dos temas dos dois vetos existentes.

O inciso 3º do artigo 26-A e o artigo 79-A foram vetados. O primeiro destacava que no ensino médio as disciplinas de História do Brasil e Educação Artística deveriam disponibilizar dez por cento de seu conteúdo programático anual ou semestral à temática da lei, essa questão afetava os pressupostos da base nacional e a fixação do currículo mínimo e da parte diversificada posta na Constituição de 1988 (Brasil, 2003).

Já o segundo veto se refere aos cursos de capacitação para professores, que deveriam contar com a participação de entidades do movimento afro-brasileiro, das universidades e de outras instituições de pesquisa pertinentes à matéria (Brasil, 2003). Esse impedimento se justificava pelo fato de que em toda LDB não se disciplina ou existe alguma menção a cursos de capacitação para educadores, portanto, sendo um tema estranho à unidade da Lei 9.394/96. Mesmo reconhecendo os limites constitutivos da linguagem jurídica, chama a atenção a invisibilidade do movimento negro na redação final da Lei 10.639/2003.

Essa lei foi acompanhada de documentos complementares e normativos. No ano de 2004, foram elaboradas e aprovadas as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”²²², esse documento foi publicado em 2005 e teve como relatora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, pesquisadora e militante do movimento negro brasileiro. No ano de 2006, foi publicado o documento “Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais” e, em 2013, surgiu o “Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”.

Nesse cipoal normativo, cabe destacar que a Lei 10.639/03 foi complementada, em 2008, pela 11.645/08 que adicionou o Indígena na resolução e apontamentos – assim se tornou obrigatório, nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena (Brasil, 2008).

A Lei 10.639/2003, ao adotar o termo “obrigatório”, evidenciou de maneira contundente a ausência do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana do currículo da educação básica, outrossim, essa expressão “garantia ênfase e força, gerando um grande constrangimento nas escolas sobre a gravidade de seu descumprimento” (Silva, 2022, p.110). Essa lei, com o passar dos anos, gerou uma considerável mudança no tratamento da temática racial nas escolas.

Desse modo, torna-se possível afirmar que, em nenhum momento da história da educação brasileira, o indígena e o negro receberam tanta visibilidade no currículo do Ensino básico e superior. No entanto, não foi apenas o surgimento da Lei 10.639/2003 que possibilitou uma maior circulação da educação para as relações étnico-raciais nas escolas brasileiras. Para tanto, foi necessário um encadeamento de lutas dos movimentos sociais

²²² Nesse texto, existe o reconhecimento da importância do Movimento Negro para a aprovação da Lei 10.639/2003 e aponta como esse ator político pode colaborar no processo de efetivação dessa lei nas escolas. Porém, ressalta-se a pouca efetividade na inclusão do movimento negro no desenvolvimento das diretrizes curriculares.

negros e de pesquisadores antirracistas para que essa lei fosse efetivada.

Esse movimento foi atravessado por muitas limitações, contradições, negociações e contendas, sublinhando que mesmo recebendo mais atenção e destaque, o ensino antirracista e uma educação para relações étnico-raciais preconizados na Lei 10.639/2003 se encontraram longe de ter sido materializado no Brasil. Sobre tudo considerando o recorte da nossa pesquisa (1986-2013), existiu um longo caminho percorrido no qual tal dispositivo legal não resultou na implementação de fato de um processo educacional antirracista, em razão de que o trabalho sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena esteve restrito às “datas comemorativas”.

Dias como, 19 de abril, dia do indígena, e 20 de novembro, dia da Consciência Negra, são “comemorados” como se esses assuntos fossem uma concessão a serem refletidas nas escolas apenas nessas datas. Situou-se, também, a ausência de formação continuada para os profissionais das escolas da rede pública do ensino básico. Do mesmo modo, não existiu uma distribuição efetiva de livros didáticos temáticos.

Então, os poucos avanços existentes se deram nas negociações, ações provocadas pelas organizações negras perante o poder público e também do apoio de pesquisadores negros nessa luta²²³. A Lei 10.639/2003 estabeleceu diretrizes ao ensino básico e também afetou o Ensino Superior, sobretudo os cursos de licenciaturas que formam professores, em razão de que tiveram que se posicionar de alguma forma diante das diretrizes postas pela Lei 10.639/2003 e seus documentos norteadores.

Nessa conjuntura, após essa lei em análise, livros sobre educação para as relações étnico-raciais foram produzidos, assim como surgiram, no estado da Paraíba, cursos de especialização, seminários, fóruns, núcleos de estudos, entre outros espaços que abordam essa temática. Podemos citar alguns exemplos: Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba (2001); os Núcleos de Estudos em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Neabí), da UEPB (2006), da UFCG (2008) e da UFPB (2011)²²⁴.

Mas esse processo foi acompanhado de ações do Movimento Negro de Campina

²²³ Cabe lembrar que no ano 2000 foi lançada a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Trata-se de uma organização de pesquisadores prioritariamente negros e cujo objetivo é demarcar o recorte racial na produção do conhecimento científico e em prol da defesa das populações negras do Brasil e do mundo. Para mais detalhes: <https://abpn.org.br/institucional/>. Acesso em 20 nov 2024.

²²⁴ No caso de Campina Grande, o Neabí da UEPB foi um coletivo importante no processo de circulação do debate da história e cultura afro-brasileira e africana. Tendo à frente o professor José Benjamin Pereira e com a participação dos docentes Josemir Camilo, Patrícia Aragão, entre outros, além de um corpo discente de colaboradores ativos, esse coletivo conseguiu construir vários eventos nacionais sobre o tema da educação para as relações étnico-raciais e, em 2009, foi aberta a primeira turma de especialização de História e Cultura Afro-brasileira no estado da Paraíba²²⁴. Porém, torna-se importante frisar que esses núcleos de estudos enfrentaram várias pressões e questionamentos dentro de suas respectivas instituições de ensino. Aqui, eis um tema aberto para novas pesquisas da história da educação do tempo presente na Paraíba: a trajetória e as memórias dos membros que construíram os núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas paraibanos.

Grande que, antes mesmo de 2003, já atuava por espaço na educação. Nessa direção, tem-se a coluna “Informe Campina”²²⁵, do Jornal Correio da Paraíba, provavelmente do dia 21 de novembro, quarta-feira, de 2001, intitulada “Cobrança procedente”, assinada pelo jornalista Antonio Marcos, que destaca a Sessão Especial da “Consciência Negra” ocorrida na Câmara Municipal de Vereadores a partir da iniciativa do edil “Negão do Café”²²⁶ (Partido Verde).

Nesse texto jornalístico, o(a) leitor(a) é informado de que nesse encontro de debate ocorrido na Casa de Félix Araújo, o militante Jair Silva indagou Pedro Lúcio, secretário de educação do município de Campina Grande, a razão da ausência de aulas de capoeira nas unidades educativas municipais. Além disso, apontou o racismo institucional da prefeitura municipal ao não incluir os grupos de capoeira no Festival de Inverno (Correio da Paraíba, 2001)²²⁷. Na parte final da matéria, a reportagem endossa a existência do racismo na cidade e a coragem do militante do MNCG de expor a questão publicamente.

Depois de alguns anos após essa reportagem, a Lei 10.639/03 foi chamando a atenção do MNCG. Nesse horizonte, o Jornal da Paraíba, do domingo, 24 de julho de 2005, trouxe a reportagem “Ensino de Cultura africana nas escolas deve reduzir preconceito” com a seguinte chamada “Lei federal prevê implementação, mas nenhum educandário cumpriu a determinação”, assinado pela jornalista Ana Claudia Papes. Os convidados da reportagem para refletir sobre os dados apresentados foram o professor Fábio Freitas (UFCG) e Moisés Alves, militante do MNCG, ambos tendo suas imagens expostas na página da matéria.

Esse texto iniciou acusando a existência dos casos de racismo envolvendo o centroavante do Campinense Marcos Antônio e o árbitro Genival Santos, assim como de um estudante de Campina Grande que desacatou um policial militar e afirmou que não aceitava ser preso por um agente de segurança negro (Jornal da Paraíba, domingo, 24 de julho de 2005). A matéria continua e expõe:

²²⁵ Só tivemos acesso a essa parte da coluna, mas cruzando os dados presentes no texto com outras fontes, podemos supor que se trata de uma edição do Correio da Paraíba publicada em 21 de novembro de 2001.

²²⁶ Trata-se do apelido de João Ricardo de Lima, homem preto, que era bem conhecido na cidade por vender café nas ruas centrais e nas eleições de 2000 ele teve uma expressiva votação e se elegeu vereador.

²²⁷ Destaca-se que, em 2007, foi instituído o projeto “Capoeira nas Escolas”, no qual a secretaria municipal de educação, em parceria com o Instituto Alpagatas e a União dos Capoeiristas do Planalto da Borborema. Para mais informações: G1: Com 2.807 alunos, roda de capoeira conquista recorde nacional na Paraíba. Grupo recebe o título de maior roda de capoeira infantojuvenil do Brasil. Recorde aconteceu em Campina Grande e foi registrado pelo RankBrasil. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/11/com-2807-alunos-roda-de-capoeira-conquista-recorde-nacional-na-paraiba.html>. Acesso em 29 dez 2024. Os grupos de capoeira e os capoeiristas são atores sociais e educacionais que merecem ser melhor estudados na história da educação de Campina Grande. Na nossa pesquisa, localizamos que, desde o início do MNCG até os dias atuais, a sua luta antirracista contou com a presença inestimável dos capoeiristas campinenses. Uma questão que merece mais atenção e novas pesquisas.

Para ativistas do movimento negro, a implementação da lei 10.639, que determina o ensino da História e Culturas Africanas no ensino fundamental e médio, certamente contribuirá para reduzir o preconceito na Paraíba. *Mesmo sendo uma das primeiras leis assinadas pelo presidente Lula, em 9 de janeiro de 2003, o ensino da História e da Cultura Africanas ainda é uma realidade muito distante das salas de aula.* Pensando em reverter essa situação, *ativistas do Movimento Negro de Campina Grande* estarão realizando em setembro, no mini teatro Paulo Pontes, um seminário para discutir a questão do negro, ocasião em que será elaborado e enviado aos diretores de escolas e Secretarias de Educação do Estado e município, um documento reivindicando a implementação da lei 10.639. “Precisamos que a lei seja implementada de fato e de direito. Sabemos que a lei existe e que servirá como instrumento de segurança social. No entanto, é necessário que o Estado contribua para sua implementação. Ocorre que, muitas vezes, o Estado cria as leis e ao mesmo tempo que funciona como rolo compressor. É preciso corrigir essa contradição”, declarou Moisés Alves, Movimento Negro em Campina Grande. (Jornal da Paraíba, domingo, 24 de julho de 2005)

Essa reportagem foi publicada dois anos após a Lei 10.639/03 e continua com a fala do professor Fábio Freitas (1960-2016), coordenador da Comissão de Direitos Humanos da UFCG, afirmando a importância da educação no enfrentamento ao racismo e a importância de se trabalhar essa temática nas escolas da educação básica. Posteriormente, temos o registro do professor Flávio Romero, Secretário de Educação de Campina Grande, ressaltando que “temos interesse em implementar a lei 10.639, aliás, essa é uma proposta da atual administração municipal, que a considera importante para a superação do preconceito racial. No entanto, enfrentamos uma grande dificuldade. A falta de profissionais capacitados” (Jornal da Paraíba, domingo, 24 de julho de 2005).

Flávio Romero indica que a SEDUC vai realizar um seminário, em setembro do ano de 2005, para discutir a implementação da referida lei nas escolas municipais e a secretaria pretende ampliar o diálogo com representantes do Movimento Negro de Campina Grande. A ideia é somar forças para colocar em prática a lei 10.639/03 (Jornal da Paraíba, domingo, 24 de julho de 2005).

Esse documento permite algumas chaves de leituras importantes. Numa primeira camada, a Lei 10.639 é vista pelo MNCG como um instrumento de grande valor no combate ao racismo. Assim, a educação se configura, mais uma vez, como peça-chave da luta contra a discriminação racial existente na sociedade campinense. Noutra parte, demonstra-se o quanto essa lei, em 2005, não estava sendo aplicada na rede municipal de educação de Campina Grande e se constata também o problema da qualificação dos professores para trabalhar o conteúdo previsto por essa prescrição jurídica em sala de aula. Além desses aspectos, ressalta-se o fato de o Movimento Negro de Campina Grande ter sido lembrado pelo secretário como

um importante ator político para colaborar no processo de fazer valer o dispositivo legal em destaque.

Moisés Alves enfatiza a necessidade da Lei 10.639 ser materializada e complementa que a situação de discriminação racial não iria mudar “*enquanto as pessoas não conhecerem, efetivamente, a história e a importância do povo negro* dentro do contexto sociológico e antropológico da sociedade brasileira” (Jornal da Paraíba, domingo, 24 de julho de 2005, grifo nosso). A fala de Moisés sintetiza o olhar do protesto negro campinense em torno do processo educativo desde o seu início, em razão de que se pleiteava o “resgatar” a história do negro e de sua cultura através da educação. Uma luta pela memória para sedimentar um ensino que, por um ângulo, demonstrasse a violência da escravidão sob o negro e a permanência do racismo, e por outro, apresentasse as páginas de resistência do povo negro ao sistema de opressão e os heróis do povo negro brasileiro. Dessa maneira, constitui-se o orgulho de ser negro, de tornar-se negro, o sentimento de altivez de fazer parte da “raça negra” e, assim, formar a “Consciência Negra”.

Não localizamos dados sobre o seminário sobre a Lei 10.639/2003, de setembro de 2005, em documentos escritos e nem nas memórias dos nossos colaboradores, como prometido pelo secretário Flávio Romero (Jornal da Paraíba, domingo 24 de julho de 2005). Mas, em seguida, no ano de 2006, foram organizados dois eventos capitaneados pelo MNCG em parceria com a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura do Município de Campina Grande.

O primeiro foi o “I Seminário Municipal de Combate ao Racismo na Educação: diversidade e inclusão étnica”, ocorrido entre os dias 29 a 31 de maio de 2006, no Teatro Municipal Severino Cabral e no Mini Teatro Paulo Pontes (anexo). Segundo o folder oficial²²⁸, o objetivo principal dessa atividade era a valorização da cultura e da história dos povos africanos e o cumprimento da Lei 10.639. Do mesmo modo, esse evento se propunha a integrar os diversos grupos que trabalhavam com a cultura negra paraibana e chamar a atenção da sociedade campinense para a necessidade de superação de todas as formas de intolerância e discriminação racial existente, portanto, considerando a pluralidade étnico-racial como um elemento na concepção de uma escola viva e inclusiva.

Este seminário iniciou na segunda-feira, 29 de maio de 2005, com a abertura oficial com representantes da prefeitura municipal de Campina Grande e do Movimento Negro de Campina Grande (Jair Silva e Ana Lúcia Sales). Logo após, tiveram as apresentações culturais

²²⁸ Em anexo.

dos coletivos: Grupo de Ciranda Margarida Maria Alves, Caiana dos Crioulos e Pérola Negra. Em seguida, tiveram duas palestras: “Educando pela diversidade afro-brasileira e africana”, ministrada por Jorge Arruda (*Máster Recherche* em Ciências da Educação, Universidade de Nantes – França) e “Combatendo o racismo na educação”, apresentada pelo professor Luciano Mendonça (Prof. UFCG e doutorando em História Social pela UFPE).

No dia seguinte, na terça-feira, 30 de maio de 2005, foi realizada a mesa redonda pelo turno da tarde intitulada: “Os africanos na construção da sociedade brasileira”, que teve como expositores os(as) docentes: Solange Rocha (Organização das Mulheres Negras, doutoranda em História da Escravidão – UFPE), Josemir Camilo (Prof. Dr. em História - UEPB) e Waldeci Ferreira Chagas (Prof. Dr. em História – UEPB). Esse momento foi encerrado com a declamação do poema “Navio Negreiro”, de Castro Alves, declamado por Jair Silva. Já no turno da noite, de 30 de maio de 2005, aconteceram as palestras “Racismo na Filosofia”, proferida por Nazito Pereira Costa (Mestre em Filosofia – UEPB) e “Educação e Saúde: doenças prevalentes na População Negra”.

No último dia, 31 de maio de 2005, existiram atividades nos turnos da tarde e noite. No primeiro caso, ocorreram as seguintes palestras: “Resistência negra e colonialismo na História de Cabo Verde”, proferida por Bruno Pinto (Graduando em História – UEPB), e “Raízes africanas da Capoeira”, apresentada pelo Mestre Marcos Sabiá (Associação Cultural de Capoeira Badauê). Ao final desse momento houve uma apresentação de capoeira.

No turno noturno, foram apresentadas duas palestras, a saber: “Ciência e Tecnologia na História da África”, fala realizada por Jair Silva (Poeta; Militante do Movimento Negro; Graduando em História – UEPB) e “Educando para Igualdade”, ministrado por João Balula, Presidente do Movimento Negro Paraibano). No encerramento desse encontro, existiu a confraternização “Kizomba Negra” (candomblé, Escola de Capoeira Afro Nagô, Escola Mukambo de Capoeira Angola Palmares, Associação Cultural de Capoeira Terra Firme, poesia e MPB).

Nesta fase, o Movimento Negro Campina Grande tinha como principais líderes Jair Silva e Moisés Alves, porquanto, nos anos 2000 em diante, foram eles os proponentes e organizadores da maior parte das atividades do MNCG. Destaca-se que nesse período foi se acentuando o individualismo e espontaneísmo da organização negra campinense, destacado na pesquisa de Melânia Farias (2001), em razão de que não existiu nenhum movimento, de fato, no sentido de ampliação do número de participantes e integrantes do coletivo negro campinense.

Acrescenta-se que existiu um processo de bifurcamento do MNCG entre Moisés Alves e Jair Silva, mesmo que em alguns momentos, ambos participassem dos mesmos eventos, a tendência foi de uma postura individual e de não discussão coletiva, muito menos de construção de projetos de ações e documentos norteadores que abrangesse a concepção de um movimento negro ampliado e que agregasse mais pessoas. Nesse sentido, foi sintomático que tal agrupamento social permanecesse sem ser institucionalizado, sem sede e documentos escritos com agendas de lutas, objetivos gerais e específicos.

Aqui vale uma reflexão, o movimento social negro traduz uma tradição de luta histórica do povo negro brasileiro, caracterizado pela soma, pela solidariedade, pela justaposição de alianças e forças. Mas, no momento em que o movimento se direciona pelo caminho excessivo do individualismo, ele dificulta ainda mais a luta contra o racismo, pois se torna uma organização que, ao invés de falar com o povo negro, busca fundamentalmente, falar em nome da gente negra. Dessa maneira, arrisca-se a ser um agrupamento marcado pelo dirigismo sem muita perspectiva de continuidade.

Mesmo diante desse quadro de certo personalismo²²⁹ e de precarização estrutural, o MNCG se manteve ativo e chamando a atenção da sociedade campinense para a questão do racismo, utilizando do diálogo e do tensionamento com as instituições públicas e privadas. Nesse sentido, com dois professores da educação básica à frente, o protesto negro de Campina Grande permaneceu centrando suas ações em torno da educação.

O “I Seminário Municipal de Combate ao Racismo na Educação: diversidade e Inclusão Étnico-Racial: Diversidade e Inclusão Étnica”, de 2006, demonstrou como, a partir de então, a luta pela concretização da Lei 10.639 se tornou o eixo motriz das ações do MNCG. Nessa atividade em questão, chama a atenção a participação de pesquisadores e militantes negros(as) que estavam na luta desde os anos de 1980, quais sejam: João Balula, Josemir Camilo, Luciano Mendonça, Mestre Sabiá e Solange Rocha.

Percebe-se, igualmente, neste seminário, o protagonismo do MNCG, basta verificar com cuidado o folder, a programação, os temas, os convidados, a gramática política presente

²²⁹ Nesse sentido, compete compartilhar uma importante reflexão da Lélia Gonzalez: “Uma consciência histórica que de repente a gente perde na medida em que nos jogamos com tal intensidade para dentro do movimento, pensando como nossa contribuição é divina e maravilhosa (e aí entra a questão do narcisismo, que é preciso também exorcizar), a gente acha que vai resolver todas as questões [...] e aí nos temos que aprender com os nossos antigos, os africanos, esse sentido da sabedoria, esse sentido de saber a hora em que você vai interferir e como você vai interferir, fora desse lance individualista [...] agora, no movimento negro você não vai crescer se misturar isso. Se misturou, dançou. Você vira um fanático que ninguém aguenta, que ninguém suporta. Acho isso fundamental [...] você constrói sua vida pessoal, você tem a possibilidade de ser universal, humano, de entender o todo, de sentir esse todo dentro de você. Então, você não se sectariza, radicaliza, mas não sectariza. E para isso tem que estar muito atento. Senão vai ser a grande dançada. A gente cansa, a gente morre na praia.” (Gonzalez, 2020, p. 334-335)

em toda atividade, em razão de que os nomes dos palestrantes e os temas presentes eram questões de domínio da militância negra campinense, sobretudo de Jair Silva, organizador dessa atividade. Além disso, tratava-se de um conhecimento de um nicho pequeno de conhecedores da educação básica da época, de poucas pessoas afeitas e que participavam dos debates em torno da militância negra no Brasil.

Esse primeiro encontro de debate sobre o combate ao racismo na sala de aula contou com o apoio da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura de Campina Grande, que disponibilizou folders, colaborou na estadia e deslocamentos dos palestrantes de fora da cidade, apoiou no acesso ao principal teatro da cidade. Compendiando: esse seminário foi importante por iniciar o debate público na cidade sobre a Lei 10.639/03 e os desafios na constituição de um ensino para as relações étnico-raciais. Ana Lúcia Sales, que participou dessa atividade, assim sublinhou:

Acreditamos que foi a primeira vez que o poder público municipal conseguiu envolver a sociedade civil na discussão sobre o cumprimento da Lei 10.639/03, apesar de não ter feito nenhum esforço político para integrar os professores e gestores escolares, pois percebemos um grande esvaziamento em matéria de participação de educadores/as e gestores/as escolares da Rede Municipal. (Sales, 2021, p. 19, grifo nosso)

Malgrado a parceria entre MNCG e Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, o evento foi esvaziado de público, segundo Ana Lúcia (2021), dado visível levando em consideração o amplo espaço do teatro municipal e o tamanho da rede municipal de educação, que era constituído de muitas escolas e de educadores, pois se trata da segunda maior cidade da Paraíba, com mais de 400 mil habitantes. Infelizmente, eis uma tendência abordada pelo professor Antônio Berto Machado (2010) sobre os debates esvaziados na UFCG sobre as cotas raciais. Trata-se de um certo desinteresse materializado no pouco empenho das instituições de ensino em trazer público para eventos relacionados às discussões que envolvem o tema do racismo. Esse aspecto pode ser lido como uma camada que compõe o racismo institucional brasileiro.

Essa perspectiva também se fez presente na outra atividade liderada pelo MNCG e em parceria com a Secretaria de Educação de Campina Grande, tratou-se do lançamento da coleção didática “A África está em nós”, de Roberto Benjamin, em 25 de julho de 2005 – Dia Internacional da Mulher Negra Latina e Caribenha, no Teatro Municipal. Eis mais uma ação em prol da descolonização do currículo escolar promovido pelo MNCG. Os livros didáticos de Roberto Benjamin sobre a história e cultura afro-brasileira e africana foram uns dos

primeiros a serem publicados e disponibilizados em Campina Grande.

Porém, esse material não foi tema de formações continuadas junto aos educadores da rede municipal de Campina Grande e se tornou mais um livro direcionado para algumas escolas municipais e sem utilidade prática, sem ser acionado como um instrumento didático de conhecimento para auxiliar os educadores no exercício de uma educação antirracista e de valorização da História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Sales (2021), que, igualmente, participou dessa ação do MNCG, evidenciou mais uma vez uma atividade do MNCG esvaziada, no qual não existiu um exercício de mobilização por parte da Seduc para que o público da rede educacional participasse. Uma questão relevante, pois sem a presença maciça dos educadores e gestores da rede municipal de educação de Campina Grande, tornava-se inviável atender os pressupostos da Lei 10.639/03 e a materialização de uma educação para as relações étnico-raciais.

Dessa maneira, o próprio poder público municipal não priorizou a implementação da Lei 10.639/03 e só fez ações a toque de caixa para atender demandas do MNCG e aos indicativos legais dos quais ele não podia se ausentar totalmente. Segundo Sales (2021), a prefeitura municipal não aceitou a solicitação do MNCG em realizar mais seminários em torno da Lei 10.639/03. Para essa autora, tais questões podem ser vistas como cenas do racismo institucional que reproduzia a naturalização do eurocentrismo no currículo e não implementava um projeto educacional efetivamente antirracista e anticolonial. Sales (2021, p. 19) reflete que:

A persistência do racismo institucional e do forte eurocentrismo nas práticas educativas e na mentalidade de muitos gestores públicos no Brasil, ao nosso ver, tem dificultado a implementação da Lei 10.639/03 no currículo escolar. Nesse sentido, a rede Municipal de Ensino de nossa cidade não foge dessa realidade, visto que a Prefeitura, na gestão do Prefeito Veneziano Vital do Rêgo, não quis realizar outras edições do Seminário Municipal de Combate ao Racismo na Educação, apesar das reivindicações apresentadas pela militância do MNCG, nas audiências realizadas com o ex-secretário Flávio Romero Guimarães.

Mesmo tendo em vista a possibilidade de ter existido contendas e atritos entre o MNCG e a Secretaria de Educação de Campina Grande durante a construção e efetivação das duas atividades referentes à educação para as relações étnico-raciais, em 2006, nada justificou a rede municipal não ter elaborado, nos anos posteriores, ações continuadas em prol do atendimento à Lei 10.639/03. No entanto, nesse cenário desafiador, a organização negra campinense construiu, no mesmo ano de 2006, no mês da Consciência Negra, a “1º Jornada

pelo Cumprimento da Lei 10.639: História e Cultura da África e dos Afro-brasileiros”.

Essa atividade foi liderada pelo Movimento Negro de Campina Grande e contou com a colaboração das seguintes entidades: SINTEP, ANPUH-PB, SINTENP, SINATB, ADUEPB, Ca's de História e Pedagogia – UEPB, DCE-UFCG, DCE UEPB e UCPB. Já o apoio se deu com as seguintes instituições: a Prefeitura Municipal de Campina Grande / Secretaria Municipal de Educação/ Governo do Estado da Paraíba / Secretaria de Educação e Cultura / Universidade Federal de Campina Grande / Universidade Estadual da Paraíba. Os coordenadores dessa ação foram: Sizenando Leal Cruz (SINTEP), Jair Silva (Movimento Negro de Campina Grande), Virginia Passos (Equipe de Capoeira Mestre Jelon), Luciano Mendonça (UFCG).

Os debates desse encontro ocorreram no dia 20 de novembro de 2006, “Dia da Consciência Negra” – o título “I Jornada pelo Cumprimento da Lei 10.639: História e Cultura da África e dos Afro-brasileiros” se justifica, em virtude de que foi um dia com três mesas de debates durante os três turnos. Pela manhã, no auditório de extensão José Farias Nóbrega da UFCG, o debate gerou a partir da mesa redonda: “A Lei 10.639, projetos político-pedagógicos e o papel da Universidade”, com os debatedores: Antônio Berto Machado (UFCG), Solange Rocha (Anpuh-PB), Vicemário Simões (Pró-reitor de Ensino – UFCG) e na mediação Luciano Mendonça (UFCG). Ao final teve apresentação de capoeira.

No turno da tarde foi realizada a segunda mesa intitulada “A Lei 10.639 e o Poder Público: responsabilidades e desafios”, no auditório do Colégio Estadual da Prata, que teve os seguintes expositores: Flávio Romero (Secretário de Educação do Município de Campina Grande), representante da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, Eduardo Rabenhorst (Professor do Departamento de Direito da UFPB) e na mediação o professor Sizenando Leal Cruz (Sintep).

Pela noite, a roda de discussão sucedeu, no Auditório do CEDUC - UEPB, com o debate “A Lei 10.639, movimentos sociais e educação anti-racista”, tendo como debatedores: Jair Silva (Movimento Negro de Campina Grande), Cristovan Andrade (Diretor do CEDUC-UEPB), Edna Maria Serafim (Diretora do Sintep) e a mediação ficou a cargo de Virginia Passos (Fundação de Capoeira Mestre Jelon).

Na apresentação do folder, existem informações sintetizadas sobre o evento, quais eram os objetivos dessa jornada. Aponta-se, também, a importância da lei sancionada pelo presidente Lula em 2003, que, apesar de quase quatro anos de existência, não estava sendo aplicada. Além disso, essa parte do texto reflete como essa normativa foi fruto da luta

histórica do movimento brasileiro desde o início do século XX.

Igualmente, cabe assinalar a estrutura desse evento, que amarrou uma discussão sobre o papel da universidade, dos movimentos sociais e do poder público em torno da aplicação da Lei 10.639. Aspecto que garantiu a participação de representantes das duas universidades públicas presentes em Campina Grande e das secretarias de educação do município e do estado da Paraíba.

Assim, temos a junção de forças de militantes, pesquisadores negros e atores públicos simpatizantes do combate ao racismo que defendiam a efetivação de uma educação para as relações étnico-raciais. Como bem destacou a passagem da apresentação do evento na qual explica que um conjunto de entidades ligadas ao Movimento Negro de Campina Grande “vêm atuando para evitar que as expectativas criadas em torno da lei 10.639 e seus desdobramentos pedagógicos e políticos se vejam frustrados, em função do descompromisso do estado brasileiro em suas múltiplas instâncias” (1º Jornada pelo Cumprimento da Lei 10.639, Campina Grande, 20 de novembro de 2006).

Dessa maneira, o primeiro evento público ocorrido em Campina Grande, exigindo a materialização da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana a partir da Lei 10.639, foi uma ação do MNCG, sobretudo por iniciativa do militante Jair Silva Ferreira. Todavia, essa atividade só foi possível graças à participação de outros importantes militantes antirracistas, tais como José Cristovan Andrade, Solange Rocha, Antônio Berto Machado, Luciano Mendonça, entre outros. Não se pode olvidar, nesse contexto, a colaboração das entidades públicas de ensino básico e superior da cidade.

Essa jornada produziu uma carta aberta à população campinense, chamando a atenção para a importância do cumprimento da Lei 10.639 e do Ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana. Esse texto foi redigido pelo professor Luciano Mendonça, intelectual, pesquisador, militante negro desde os anos 80 e um dos principais organizadores do evento em destaque (Sales, 2021). No entanto, essa epístola se encontra assinada pelas entidades que organizaram a Jornada. Tem-se na carta as seguintes reflexões:

Para que a Lei 10639, uma conquista do **Movimento Negro** e seus aliados, não vire “coisa morta”, é preciso que algumas premissas básicas sejam observadas. Como principais centros de formação de professores e pesquisadores, as universidades devem atualizar o currículo dos seus cursos de licenciatura e de pós-graduação e, ao mesmo tempo, contribuir para o processo de re-qualificação dos docentes que já se encontram exercitando suas atividades em sala de aula. Às prefeituras e governos estaduais, cabe a tarefa de criar as condições materiais e políticas para que professores e demais agentes da escola pública possam desempenhar com dignidade mais

essa missão e, concomitantemente, fiscalizar os estabelecimentos particulares na observância do que determina a mencionada lei. Convém destacar ainda que, atendendo a uma representação de ativistas negros, o Ministério Público recentemente instaurou uma ação civil, que prevê severas penalidades para aqueles gestores públicos e entes privados de todo o Brasil que continuarem a descumprir o que preceitua a **Lei 10639**. Quanto à sociedade brasileira, cabe a importante tarefa de participar do debate, acompanhar e cobrar cotidianamente das autoridades responsáveis, pois os efeitos positivos da lei não dizem respeito apenas aos segmentos negros da nossa população e sim a todo povo brasileiro, incluindo a atual e as próximas gerações. Por fim, gostaríamos de lembrar que neste **20/11/2006, Dia Nacional da Consciência Negra**, transcorreram-se 311 anos da morte de **Zumbi dos Palmares**. Porém, o seu sonho e o de milhares de homens e mulheres que lutaram por uma sociedade livre de qualquer forma de opressão e preconceito continua vivo mais do que nunca e hoje passa, necessariamente, por um projeto de educação inclusivo, anti-racista e cidadão. (Carta aberta à população: pelo cumprimento da Lei 10639 – História e Cultura Afro-brasileira e Africana, Campina Grande, 2006)

As ponderações presentes na carta têm como alicerce a defesa da educação como via de luta contra a opressão racial e as injustiças sociais presentes na sociedade brasileira. Nesse caso, focando na implementação da Lei 10.639. Sobre esse seminário de discussão sobre tal normativa, não foi possível localizar imagens e textos, além disso, não foram produzidos encaminhamentos escritos. Trata-se de um evento marcado pela exposição oral. Igualmente, na colaboração de Jair Silva (2022), constata-se a importância dessa ação, mas não se tem indícios sobre resultados imediatos. Assim, não foi possível verificar, efetivamente, a repercussão da primeira Jornada de Cumprimento da Lei 10.639. Todavia, a luta em torno da materialização deste dispositivo legal continuou.

Mesmo diante desses fatos, fica demarcada a relevância da iniciativa do MNCG de construir um debate público sobre a Lei 10.639/03, ainda mais quando se conseguiu provocar e articular essa discussão em parceria com as universidades públicas e redes de educação básica de Campina Grande. Esse ponto se coaduna com o argumento de Nilma Lino Gomes (2022) de Movimento Negro educador, quando defende que esse ator político no Brasil exerceu um papel educativo durante o século XX ao levar a temática racial e colaborar para que as instituições de ensino adotassem a agenda negra nos seus currículos. Dado extensivo ao coletivo negro campinense, que pode ser lido também, a partir desses pressupostos, como Movimento Negro de Campina Grande educador.

Dessa maneira, a luta pela efetivação da Lei 10.639/03 permaneceu na agenda do MNCG, em palestras nas escolas, universidades, debates na mídia, entre outras ações. Desse modo, essa reivindicação educacional continuou sendo realizada pelo MNCG. Muitas ações

não foram documentadas e não se encontram registros escritos e visuais, porém, outras foram preservadas em documentos.

Em 5 de maio de 2009, o militante Moisés Alves organizou um seminário sobre educação dos negros no Brasil. Essa discussão ocorreu na Escola Estadual Assis Chateaubriand, do bairro Santo Antônio, em Campina Grande. Essa ação teve o apoio da UEPB e debateu as Leis 10.639 e 11.645 junto à comunidade escolar. Para Moisés, esses dispositivos legais deveriam se transformar em “Patrimônio Cultural”, de domínio público da sociedade campinense, sobretudo do contingente negro da população da cidade (Jornal da Paraíba, terça-feira, 5 de maio de 2009).

Nesse mesmo sentido, houve um minicurso sobre História e Cultura Afro-brasileira e Africana realizado na Escola Estadual Virgínius da Gama e Melo, entre novembro e dezembro de 2010. Tal atividade foi organizada pelo Movimento Negro de Campina Grande sob a coordenação de Jair Silva e participação do professor Luciano Mendonça (Youtube, JPB 2, 11/12/2010).²³⁰ Cabe mencionar que outros tantos eventos foram realizados, nesse sentido, por outros(as) educadores(as) e pesquisadores(as) antirracistas, mas que não temos como trazer todas essas ações. Portanto, destacamos, assim, as ações que envolveram os principais militantes do MNCG e às quais tivemos acesso documental.

Por sua vez, no dia 16 de novembro de 2011, foi realizada a “I Jornada de Educação Afro-brasileira e Indígena”. Esse encontro foi idealizado pelo Movimento Negro de Campina Grande e teve a parceria do Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais do Agreste da Borborema, da Prefeitura Municipal de Campina Grande e da Universidade Estadual da Paraíba.

O evento ocorreu durante os três turnos do dia 16, com mesas de debates sobre “Estatuto da Igualdade Racial”²³¹, exposição de Chico César – na época era secretário de cultura do estado da Paraíba; Lei 10.639/03; “Diretrizes Curriculares Nacionais Para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana” – palestra de Henrique Cunha Junior (UFC); “Lei 10.639/03, Ciência e Tecnologias Africanas na Formação da Sociedade Brasileira” - fala de Luciano Mendonça de Lima (UFCG); Abdias do Nascimento, ativismo negro e o ensino de história da África e Cultura

²³⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8xk0vQ3Ds9E&t=13s>. Acesso em 05 de nov 2024

²³¹ A Lei 12. 288/10 aprovou o Estatuto da Igualdade Racial, em 2010. Este dispositivo legal foi coordenado pelo senador Paulo Paim (PT-RS). Depois de uma década de luta e de ter o projeto original modificado de várias formas, essa normativa tem um valor histórico importante e foi fundamental para colaborar na lei de cotas raciais, em razão de que definiu o “negro”, no Brasil, do ponto de vista de direitos, como o indivíduo preto ou pardo.

afro-brasileira – José Pereira de Souza Junior (UEPB) e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena na rede pública de ensino: “Por que tanto descaso com a Lei 11.645?” – expositores Juciene Ricarte (UFCG), Waldeci Ferreira Chagas (UEPB) e Sebastian Sánchez Martin (UEPB). Esse evento fez uma campanha de arrecadação de alimentos que foram doados a quilombos na Paraíba. Ainda sobre essa ação, conseguimos localizar a lista de presença dos participantes e foi uma ação que teve uma audiência considerável.

Nota-se que o MNCG renovou a agenda e já colocou a Lei 11.645/08, que atualizou a 10.639, como pauta prioritária. Vale focalizar que os organizadores dessa atividade produziram um panfleto de divulgação com a programação da Jornada de Educação Afro-brasileira e Indígena e no verso tinha-se um pequeno texto de apresentação sobre a justificativa do evento e os seus objetivos²³². Essa narrativa é bem didática e teve o objetivo de alcançar um público mais amplo da sociedade, e ela explica como surgiu essa legislação educacional antirracista no Brasil, suas diretrizes e de como essas normativas eram frutos da luta histórica do movimento negro brasileiro.

O texto continua e denuncia que, após oito anos de Lei 10.639/03, muitas cidades brasileiras, inclusive Campina Grande, não estavam aplicando essa normativa em suas respectivas redes de ensino, ao tempo que reforça a problemática da ausência de formação para professores e trabalhadores da educação, em razão de que se constatava que “as diretrizes aqui citadas não foram formuladas e adaptadas ao contexto histórico e educacional de Campina Grande, pois o que se tem ocorrido em torno da Lei 11.645/08 são atividades pontuais, geralmente construídas pelo esforço individual de alguns docentes” (I Jornada de Educação Afro-brasileira e Indígena, 2011).

Essa passagem foi reveladora sobre a problemática em torno da implementação de um ensino para as relações étnico-raciais, tendo como base os indicativos das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Pois, verificava-se que tais leis não foram tratadas como políticas públicas pelas redes educacionais de ensino básico de Campina Grande. Nesse sentido, não houve cursos de formação continuada para os profissionais da educação, nem compra de materiais didáticos específicos. Quando muito, as ações, em torno de um ensino antirracista, davam-se pela iniciativa de alguns educadores e de algumas escolas em datas pontuais, isso, muitas das

²³² Esse texto também chama a atenção para o período de 2011, escolhido como Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes, aprovado pela Assembleia da ONU, cujo objetivo foi chamar a atenção da comunidade internacional para a importância desses povos e de sua história para o mundo contemporâneo. Para mais detalhes: <https://brasil.un.org/pt-br/56313-ano-internacional-dos-povos-afrodescendentes-2011#:~:text=O%20Ano%20Internacional%20dos%20Povos%20Afrodescendentes%20foi%20lan%C3%A7ado%20no%20Dia,pessoas%20de%20ascend%C3%A7%C3%A3o%20africana%20enfrentam>. Acesso em 05 nov 2024.

vezes, liderados por educadores da área de Humanas e em parceria com militantes e pesquisadores negros.

Nesse cipoal de barreiras e desafios no processo de constituição de uma educação antirracista, denota-se a força do racismo institucional que fazia com que os avanços legais conquistados pelo movimento e pesquisadores negros fossem constantemente desrespeitados, tratados não como prioridade e, sim, de maneira tangencial em eventos esporádicos.

Logo após a Jornada de Educação Afro-brasileira e Indígena (2011), no ano de 2012, o Movimento Negro de Campina Grande, em nome de Jair Silva, foi convidado pelo Ministério Público do estado da Paraíba – Promotoria de Defesa da Educação da Comarca de Campina Grande para participar de uma audiência pública sobre o descumprimento da Lei Federal nº 11.645/08 nos sistemas de educação de Campina Grande, Lagoa Seca, Massaranduba e Boa Vista, assim como discutir sobre a discriminação racial existente em escolas dessas respectivas redes de ensino.

Cumpramos aqui contextualizar este momento. Ele foi um desdobramento de uma denúncia realizada por Jair Silva, em 2006, contra a Prefeitura Municipal de Campina Grande. Dado confirmado pelo promotor de Justiça Herbert Vitorino Carvalho. Dessa forma, em 2010, o Ministério Público da Paraíba instaurou um inquérito civil público para averiguar se o ensino para as relações étnico-raciais estava sendo ministrado nas escolas dos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Boa Vista e Massaranduba. Uma equipe técnica foi responsável por uma inspeção e, via ofício, solicitou informações sobre essa questão às respectivas secretarias de educação²³³.

A investigação começou, em 2011, sob a responsabilidade de Luís Nicodemos, Promotor de Justiça, que coordenava o 2º Centro de Apoio Operacional às Promotorias. Dessa forma, ficou constatada a omissão por parte desses entes públicos investigados, provou-se que as unidades escolares não estavam trabalhando a história e cultura afro-brasileira e indígena. Segundo a pedagoga da Promotoria do Cidadão de Campina Grande, Valuce Alencar Bezerra, a grande dificuldade de se trabalhar a temática afro-brasileira, africana e indígena, em sala de aula, residia na ausência de um conhecimento sólido dos educadores sobre a temática em questão, sendo necessário garantir cursos de formação e de qualificação para esse público.

Ainda sobre o processo do inquérito instaurado pelo Ministério Público da Paraíba, a Promotoria enviou ofício ao Reitor da UEPB solicitando adequações dos currículos de licenciatura para que, assim, atenda às necessidades da legislação da educação para as

²³³ Texto de matéria compartilhada em anexo.

relações étnico-raciais. Em e-mail circular, do dia 28 de fevereiro de 2011, Jair Silva faz uma crítica a demora do Ministério Público de decidir sobre a denúncia feita contra a Prefeitura Municipal de Campina Grande e continuou reafirmando a negligência dessa instituição pública em atender aos pressupostos da Lei 11.645/08. Por fim, o militante solicitou que o MP fizesse um encontro, uma audiência pública para se debater sobre o tema²³⁴.

Dessa maneira, não é possível afirmar que a reivindicação pública realizada por Jair Silva tenha resultado no encontro de 2012, mas, o fato é que o Ministério Público da Paraíba convocou as entidades públicas, sindicais e educacionais para uma audiência pública, em 12 de junho de 2012, às 14h. Neste evento estiveram presentes o Promotor de Justiça Dr. Herbert Douglas Targino; Walber Santiago Colaço, secretário de educação do Município de Campina Grande; Paulo Loureiro, presidente da Associação das Escolas Particulares de Campina Grande; Jair Silva Ferreira, coordenador do Movimento Negro de Campina Grande; José Pereira de Sousa Junior, coordenador do Núcleo de Estudos afro-brasileiros e Indígenas (NEAB-Í -UEPB); Solange Pereira da Rocha, coordenadora do Núcleo de Estudos afro-brasileiros e Indígenas (NEAB-Í -UFPB); Juciene Ricarte Apolinário, representante do Programa de Pós-graduação em História da UFCG; Luciano Mendonça de Lima, representante do curso de História da UFCG.

Chama a atenção a capacidade de articulação do MNCG em conseguir aglutinar importantes pesquisadores da temática negra paraibana e de representações da educação básica. Mesmo assim, nenhum representante da rede estadual de ensino esteve presente, bem como dos municípios de Lagoa Seca, Massaranduba e Boa Vista. Sobre o primeiro, fica exposto, a partir dessa ausência, o desinteresse do poder público do estado da Paraíba com a implementação de um ensino para as relações étnico-raciais.

Ao final, considerando o ofício do MNCG apontando o descumprimento da Lei 11.645/08 e a mobilização das falas presentes à audiência, o Ministério Público requisitou a fiscalização da Gerência Técnica e a aplicabilidade da mencionada lei, nos sistemas públicos

²³⁴ FERREIRA, Jair Silva. MINISTÉRIO PÚBLICO E LEI 11.645/08. “Infelizmente, o Ministério Público não vem se empenhando muito para que a Lei 10.639/03 possa algum dia sair do papel. Digo isto pelo fato de ser o autor da denúncia contra a Prefeitura de Campina Grande e saber que a mesma nunca foi punida por descumprir o Estatuto da Igualdade Racial e a própria Lei 10.639/03. A atual gestão municipal vai fazer 7 anos que vive no poder e a Lei que estabelece o ensino da história dos povos africanos e afro-brasileiros completou 8 anos no ano de 2011, mas nunca foi respeitada por quem administra a educação municipal. Portanto, seria bom que o MP fizesse uma audiência pública com o SINTAB, Movimento Negro de Campina Grande e a Prefeitura para que juntos possamos acabar com esse descaso com a legislação que estabelece o ensino de história da África, cultura afro-brasileira e história indígena, como determina a nova Lei 11.645/08 que manteve todos os dispositivos anteriores da Lei 10.639/03, incluindo a cultura dos povos indígenas com muita justiça no currículo das nossas escolas públicas e particulares. Axé! (Jair Silva-historiador, Coordenador do Movimento Negro de Campina Grande e integrante do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial da Paraíba)” [mensagem pessoal]. Mensagem recebida em 28 de fevereiro de 2011.

e privados de Ensino, municipais e estaduais, bem como, solicitou monitoramento aos dirigentes das universidades públicas e privadas neste mesmo sentido. Além disso, o órgão ministerial solicitou às redes educacionais da educação básica, localizadas em Campina Grande, o encaminhamento das adequações dos currículos escolares no que concerne ao ensino sobre História afro-brasileira e indígena, assim como das universidades. O documento dos termos da audiência foi assinado por Herbert Douglas Targino, Walber Santiago Colaço, Paulo Loureiro e Jair Ferreira.

É provável que tal decisão tenha surtido alguns efeitos nos anos seguintes, porém, no nosso recorte de estudo, que termina um ano após essa audiência (2013), não foi possível detectar ações efetivas por parte do poder público educacional para atender às requisições da audiência pública do Ministério Público, em 2012. Nesse sentido, Jair Silva publicou um artigo de protesto, em blogs ligados aos movimentos negros brasileiros²³⁵, criticando o descaso do governador Ricardo Coutinho (2011-2018) com a pauta antirracista, entre elas, destaca a pauta educacional.

Jair Silva (2013) refletiu sobre uma negligência permanente da rede estadual de educação do da Paraíba em relação à implementação da Lei 10.639/03, para isso fez um apanhado histórico de cursos de formação disponibilizados para os educadores que não trabalharam o tema das relações étnico-raciais. Esse militante constatou esse quadro a partir da experiência que teve ao visitar muitas escolas estaduais de Campina Grande para sua pesquisa de monografia, além das palestras proferidas em muitas delas.

Para Jair Silva Ferreira (2013), o que prevalecia era uma omissão criminosa do estado em garantir o desenvolvimento da materialização das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Desse modo, competia ao MNCG e à sociedade paraibana cobrar o governo estadual. Ademais, Ferreira (2013) expôs as seguintes questões: quantos livros didáticos de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena o governo havia adquirido até então? Quantos professores já passaram por cursos de formações continuadas para melhor se trabalhar as Leis 10.639 e 11.645 em sala de aula? Quais razões justificam o silenciamento de muitas escolas estaduais diante do vinte de novembro? Qual a razão de o Dia Estadual da Cultura Afro-Paraibana só ter sido realizado em João Pessoa? (Ferreira, 2013)

Tais questionamentos realizados por Jair Silva possibilitam visualizarmos que, um ano após a audiência com o Ministério Público provocada pelo MNCG, pouca coisa mudou, e a

²³⁵ “Da Lei 10.639/03 ao Genocídio da Juventude Negra na Paraíba. Por que tanto descaso e indiferença?” 28/05/2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/governo-ricardo-coutinho-e-sua-omissao-frente-ao-genocidio-da-juventude-negra/>. Acesso em 11 de nov de 2024.

rede estadual de educação permanecia mantendo uma relação de desídia na aplicação das leis educacionais voltadas às relações étnico-raciais. Nessa conjuntura, em 2012, foi iniciado o “Seminário Agosto Para Igualdade Racial”²³⁶, evento idealizado e organizado por Jair Silva, que existe até os dias atuais e, a partir do ano de 2021, foi acolhido como presente no calendário cultural e turístico do estado da Paraíba.

Trata-se de um encontro educativo voltado ao trabalho de temas ligados à educação e cultura do povo negro, marcado por oficinas, palestras, apresentações culturais, que conta com a presença de pesquisadores locais e de outras regiões do país, além de militantes sociais e ativistas culturais. O tema da educação acabou se configurando como o eixo principal desse encontro. As mesas de debates acontecem, sobretudo, nas escolas públicas do município de Campina Grande e nas universidades.

No primeiro “Agosto para Igualdade Racial”, em 2012, os temas principais de debates foram “Genocídio da Juventude Negra e a Lei 11.645/ Qual o papel dos educadores(as)? Que contou com importantes pesquisadores e militantes da educação antirracista, quais sejam: Elói Ferreira, Maria das Graças Andrade, Elio Chaves Flores, entre outros (Sales, 2021). Na segunda edição, em 2013, o tema central foi: “215 Anos da Revolta dos Búzios - Homenagem ao poeta Arnaldo Xavier”. Nessa edição houve a mesa de discussão intitulada: “10 anos de Lei 10.639: desafios e perspectivas para implementação dos conteúdos afro-brasileiros no Currículo Escolar” (Silva, 2021).

Em 2013, após uma década de implementação da Lei 10.639/2003, foi publicado o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Tal documento visava garantir a implementação da referida lei nos sistemas de ensino e que, dessa maneira, servisse no desenvolvimento de ações de enfrentamento ao racismo presente na sociedade brasileira (Brasil, 2013). Assim, esse documento evidenciava que a legislação educacional para as relações étnico-raciais estava longe de ter sido efetivada no Brasil, mesmo após um decênio de existência da Lei 10.639/2003.

Neste mesmo ano, em Campina Grande, no mês de abril, o vereador Napoleão Maracajá (PCdoB), que já vinha participando de atividades com o MNCG, propõe o projeto de alterações dos artigos 1º e 2º da Lei nº 3.565, de 31 de dezembro de 1997, de autoria do edil Romero Rodrigues, e acresce o inciso 1 no artigo 1º. Dessa forma, ficou proposto o

²³⁶ Para mais detalhes sobre esse seminário: <https://abpn.org.br/a-12a-edicao-do-seminario-agosto-para-igualdade-racial-do-estado-da-paraiba-tera-como-tema-aquilombando-campina-com-capoeira-maracatu-e-hip-hop/>. Acesso em 5 nov 2024.

primeiro artigo que institui “a Semana de Consciência Negra e de Ação Anti-Racista”, no período de 14 a 20 de novembro. Já o artigo 2º estabelece “Feriado Municipal do Dia da Consciência Negra”, no dia 20 de novembro de cada ano. Por fim, o artigo 3º define que a Semana da Consciência Negra e de Ação Anti-racista será coordenada e organizada pela Câmara Municipal, Secretaria de Educação e Cultura, pelos grupos do Movimento Negro de Campina Grande e por membros da sociedade civil interessados.

Napoleão Maracajá, na justificativa do projeto, reitera a importância de Zumbi dos Palmares, sublinha a noção de “anti-racismo”, ausente no projeto de 1997, no sentido de colaborar na luta pela igualdade de direitos, e indica a importância de Campina Grande adotar o feriado de 20 de novembro – Dia da Consciência Negra, como já ocorria em outros municípios e estados brasileiros. Esse projeto só foi aprovado em outubro de 2013, com algumas alterações.

Nesse contexto, convém informar que a sugestão desse projeto se deu sob o diálogo entre o MNCG e Napoleão Maracajá, que foi apresentado a projetos anteriores dedicados à educação para as relações étnico-raciais. Napoleão recebeu apoio de dois textos públicos solicitando a aprovação de seu projeto. O primeiro foi o artigo “Câmara Municipal de Vereadores de Campina Grande mata Zumbi dos Palmares”, de Jair Silva (MNCG), já o outro, tratou-se da “Carta aberta aos vereadores e vereadoras de Campina Grande-PB, em apoio ao Projeto de lei de autoria do vereador Napoleão Maracajá para o dia 20 de novembro”, de Laura Taddei Alves Pereira Pinto Berquó (Presidente da Comissão de Promoção da Igualdade Racial e Diversidade Religiosa da OAB/PB).

O texto público de Jair Silva Ferreira (2013) contextualiza a história de leis voltadas às questões raciais, sobretudo na área da educação. Destaca que a Lei 356/97 nunca foi efetivada pela prefeitura, aponta dados salientando a importância da aprovação do projeto de Napoleão Maracajá. Esse artigo, também, traz o projeto de Lei 249/09 do ex-vereador João Dantas, de 2009, que foi vetado pelo Prefeito Veneziano Vital do Rêgo. Mesmo com ampla maioria dos edis, o executivo fez questão de não sancionar essa lei. Releva observar que João Dantas era oposição ao prefeito.

Tal ação demonstra que a indiferença da gestão de Cássio Cunha Lima ao tema da educação antirracista foi seguida pelo governo do prefeito Veneziano. Logo em seguida, esse projeto de lei de João Dantas foi recuperado por Jair Silva e enviado por e-mail para o edil Napoleão Maracajá e para pesquisadores e militantes antirracistas de Campina Grande e da Paraíba.

O projeto de João Dantas nº 264/2009 trazia avanços importantes, no sentido formal do termo, em razão de que, além de instituir a Semana da Consciência Negra e Anti-racista (14 a 20 de novembro), colocou os objetivos dessa ação de maneira mais detalhada e abrangente. Igualmente, propôs um artigo indicando que o Poder Executivo deveria trabalhar para que a Semana da Consciência Negra alcançasse o maior número de bairros e vilas da cidade.

Voltando ao texto de Jair Silva (2013), ele chama a atenção para o desinteresse da Câmara pela pauta antirracista e critica o projeto do vereador Antonio Pereira (PSB), de 2009, que instituiu o nome Zumbi dos Palmares para uma rua de Campina Grande²³⁷, por motivo de que, após três anos de aprovado, não se tinha nenhuma notícia do resultado dessa lei. Logo, Jair Silva (2013) desafiou a Câmara a retomar o projeto de João Dantas e aprovar o 20 de novembro como feriado municipal.

Por fim, reflete que, após mais de trinta anos de história do MNCG e pelo fato de que Campina Grande ter mais da metade de sua população constituída de negros, possuir apenas “dois nomes de ruas, que ninguém sabe onde fica, é muita mediocridade e mesquinha diante de tantas dores, sofrimentos e lutas que a raça negra enfrentou para construir a maior parte das riquezas materiais e culturais do Brasil. Por que a casa de “Félix Araújo” matou Zumbi da memória do povo campinense?” (Ferreira, 2013).

Já a carta pública de Laura Berquó (2013), em nome da Comissão de Promoção da Igualdade Racial e da Diversidade Religiosa da OAB/PB, reforça a importância da aprovação do projeto do edil Napoleão Maracajá e solicita aos vereadores a aprovação dele. Para tanto, justifica que o feriado do 20 de novembro já existe em mais de 700 municípios brasileiros, levanta dados estatísticos da composição populacional da Paraíba e de Campina Grande, demonstrando a predominância dos pardos e dos pretos (negros).

Berquó (2013) também destaca os argumentos do militante Jair Silva referente ao problema do genocídio negro da população negra brasileira e dos jovens paraibanos e campinenses, e solicita políticas públicas em torno dessa problemática. Essa advogada reforça a necessidade de implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 em Campina Grande e, também, cobra políticas de saúde para a população negra campinense²³⁸.

²³⁷ Tratou-se do Projeto de Lei nº 258/2009 – que denomina de “Zumbi dos Palmares” uma das novas ruas de Campina Grande e dá outras providências, do vereador Antônio Pereira (PSB). Aprovado no dia 19 de novembro de 2009, um dia da data da Consciência Negra.

²³⁸ Nesse período, Joseilton Brito de Freitas, sociólogo e militante do Movimento Negro de Campina Grande, esteve à frente do Conselho Municipal de Saúde e realizou ações relevantes sobre as doenças prevalentes na população negra, em especial em relação à Anemia Falciforme. Eis um tema que merece mais estudos e pesquisa: a história das políticas de saúde do povo negro brasileiro e paraibano.

Por fim, Berquó (2013) exige uma lei para enfrentar o racismo institucional presente na cidade de Campina Grande. Portanto, encerramos, “pedindo mais uma vez a necessidade da aprovação do Projeto de Lei da autoria do vereador Napoleão Maracajá para o resgate da memória e concretizar ações afirmativas em favor da população negra que é a população que sofre mais com a exclusão social” (Berquó, 2013).

Esse movimento de apoio ao projeto de Maracajá não teve apoio do NEABI-UEPB e de outros militantes e pesquisadores negros de Campina Grande e da Paraíba, apenas Jair Silva e Laura Berquó fizeram uma campanha pública em defesa desta lei em análise. Dessa maneira, em 31 de outubro de 2013, foi sancionada a Lei nº 5.337, pelo prefeito Romero Rodrigues, atualizando a Lei 3.565/97, que instituiu a “Semana da Consciência Negra e de Ação Anti-racista” (10 a 20 de novembro) a ser trabalhada a cada ano. Também ficou determinado que caberia à Secretaria de Educação e de Cultura a promoção do debate e atividades inerentes à cultura afro-brasileira, e que a organização das atividades a serem desenvolvidas ficaria sob a coordenação da Câmara Municipal, Secretaria de Cultura e de Educação, e pelos grupos do Movimento Negro de Campina Grande e da sociedade civil interessada.

Chama a atenção na leitura desse projeto a omissão de referência ao projeto nº 264/2009, de João Dantas, pois o texto aprovado da 5.337/2013 reproduz praticamente os artigos contidos nessa primeira proposta vetada pelo executivo (Veneziano). Levantamos a hipótese de que essa negligência se deu pelo fato de que Dantas foi, na época, integrante do grupo político oposicionista. Ao final, a proposta de o 20 de novembro – “Dia da Consciência Negra” se tornar feriado municipal não foi aprovada, bem como foram retiradas as responsabilidades do Poder Executivo em torno da Semana da Consciência Negra.

De toda forma, a Lei 5.337/13 determinou que a “Semana da Consciência Negra” deveria ser trabalhada nas escolas municipais de Campina Grande e reconheceu publicamente a importância da organização social negra campinense na construção dessa atividade educacional. Nesse momento, o MNCG tinha vinte e sete anos de existência. Compete lembrar que a primeira ação de rua do Movimento Negro de Campina Grande foi o ato público realizado, na Praça da Bandeira, no dia 13 de maio de 1987. Esse evento protestou contra as comemorações do treze de maio – a data da Princesa Isabel - ao tempo que defendeu o 20 de novembro – Dia da Consciência Negra – como espaço de memória do povo negro campinense, em razão de que se recuperava a morte de Zumbi dos Palmares, símbolo de resistência e de luta contra as injustiças sociais. Passadas mais de duas décadas, o MNCG, de

alguma maneira, colaborou para que o poder público municipal e o povo campinense tivessem em conta a importância da “Consciência Negra”, sobretudo, mediante à educação.

Ainda, em 2013, houve uma Sessão Especial da Consciência Negra, em 27 de novembro, na Câmara Municipal de Campina Grande, proposta pelo vereador Napoleão Maracajá. Neste mesmo período, foi aberta a primeira turma de Especialização em “Educação para as Relações Étnico-Raciais” da UFCG, com cem vagas disponíveis para professores e demais profissionais da educação pública. Um espaço muito importante de formação para educadores e educadoras de Campina Grande e região, uma vez que tal oportunidade não era ofertada pela rede pública de educação básica da cidade.

E, assim, nos dez anos de promulgação da Lei 10.639/2003, a luta por sua materialização, pela implementação de uma educação para as relações étnico-raciais e antirracista, tornou-se a principal agenda de luta do Movimento Negro de Campina Grande. Com efeito, a trajetória do MNCG teve na educação sua principal bandeira de reivindicação.

Dessa maneira, no decênio de 2003 a 2013, muitas ações, em Campina Grande, foram realizadas em torno da Lei 10.639/2003, sendo inviável trazer todas as atividades ocorridas. Esses eventos foram organizados não apenas pelos militantes da organização negra campinense, mas por outros ativistas, pesquisadores, educadores, capoeiristas, entre outros tantos. Constitui-se numa agência negra fruto de uma soma de gestos e práticas educacionais de valorização da história e da cultura afro-brasileira. O resultado é que muitos eventos, palestras, atividades na Câmara Municipal de Vereadores ficaram de fora do nosso texto. Todavia, trouxemos ao proscênio da nossa pesquisa, os eventos e gestos mais emblemáticos realizados pelo MNCG. Momentos que, sobretudo, foram documentados e possibilitaram análises e reflexões.

Nessa conjuntura, o destaque ficou para os militantes Jair Silva Ferreira e Moisés Alves, que protagonizaram as principais atividades do MNCG, no período, aqui estabelecido, de 2003-2013. Ambos os ativistas sociais negros deram continuidade à tradição de luta dos principais militantes que os precederam, a saber: Josemir Camilo e Benedito Antonio Luciano. Isso em novo contexto e com posturas e modos de ações próprios.

A Lei 10.639/2003 possibilitou um novo cenário de luta para os movimentos negros brasileiros em torno da construção de um ensino que possibilitasse o devido espaço e importância para a História e Cultura Afro-brasileira. Desse jeito, a educação foi encarada pelo Movimento Negro de Campina Grande como uma via incontornável para a cidadania do povo negro campinense. Assim, à medida que um ensino para as relações étnico-raciais fosse

implementado, possibilitaria que os indivíduos negros refletissem sobre sua identidade e, a partir daí, considerariam um novo olhar sobre si.

Tal perspectiva poderia resultar na constituição da “Consciência Negra”, do orgulho de se sentir parte da “raça negra”, um processo de tornar-se negro, de reconhecer o passado de dor da escravidão e a força do racismo do presente, assim como, de maneira mais intensa, compreender a vitalidade da resistência e da beleza da história e cultura do povo negro. Aspecto tão bem simbolizado pela trajetória de Zumbi dos Palmares.

Validamente, para o Movimento Negro de Campina Grande, a educação e a luta pela memória oportunizada pela Lei 10.639/03 se configuraram como uma trilha duradoura para um futuro melhor, mas que só seria possível pelo acesso a uma educação antirracista e anticolonial no presente. Por esses motivos, existiram tantas ações e eventos realizados pela organização negra campinense para que esse dispositivo legal não se tornasse mais uma letra-morta na história da educação brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento que precede o encerramento da nossa pesquisa, estabelecemos algumas ponderações relevantes. O presente estudo analisou as lutas dos militantes do Movimento Negro de Campina Grande por e na educação, tendo como recorte histórico 1986-2013. Partimos da compreensão de que o protesto negro brasileiro pós-abolição considerou a educação sua principal bandeira de reivindicação. Contudo, as perspectivas de disputas educativas mudaram no decurso da história e atenderam às especificidades contextuais. Convém sublinhar que essa preocupação pelo espaço educativo foi um tema de atenção por parte de militantes e pesquisadores negros de outros países que sofreram com a escravidão e a diáspora negra, quais sejam: Estados Unidos, África do Sul, Angola, entre outros. Assim, essa característica se trata de uma experiência afro-atlântica (Butler; Domingues, 2020).

Com a criação do Movimento Negro Contemporâneo, simbolizado pelo MNU, em 1978, várias organizações sociais negras surgiram em municípios e estados brasileiros. Na Paraíba, foram fundados o Movimento Negro de João Pessoa, em 1979, e o coletivo negro de Campina Grande, em 1986. Tais agrupamentos sociais iniciaram suas trajetórias no contexto da redemocratização brasileira e da promulgação da Constituição de 1988. Esses fatores tiveram consequências na educação e nas políticas públicas, por razão de que foram aprovadas as Leis de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, e houve a implementação, no Brasil, de uma nova estrutura curricular de educação básica, assim como diretrizes e planos educacionais.

Do final de 1980 até os anos 2000, a educação foi disputada pelos militantes negros de várias formas, no entanto, o questionamento ao currículo eurocêntrico e a exigência por espaço para a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, no espaço curricular, tornaram-se os eixos motrizes da mobilização negra. Após aprovação da Lei 10.639/2003 e de um conjunto de políticas públicas afirmativas implementadas para o contingente negro da população, nos anos 2000, houve alterações nas prioridades da luta educacional agenciada pela militância negra. Dessa forma, a batalha pelas cotas raciais nas universidades e a concretização das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 configuraram-se como pautas prioritárias do movimento negro nacional.

A partir desse contexto histórico, defendemos a ideia de que o Movimento Negro de Campina Grande também seguiu as principais agendas de lutas do protesto negro nacional, sobretudo no que tange à educação. Portanto, o MNCG, igualmente, avaliou a educação como

o mais importante espaço de disputa e de reivindicação. Num primeiro momento, entre 1986 e 2002, focou sua pauta na necessidade da inclusão do ensino da história e cultura do negro do Brasil e da África no currículo, isso tanto na educação básica quanto no ensino superior. Noutra fase, de 2003 a 2013, centrou suas forças na inclusão das cotas raciais como meio de acesso às universidades públicas e, sobretudo, pela efetivação da Lei 10.639/2003 na educação básica.

Para tanto, muitas atividades foram efetivadas, quais sejam: centenas de artigos escritos em jornais; diversas palestras explanadas em escolas, universidades e SABs; entrevistas em programas de rádio e televisão; participação em sessões na Câmara Municipal de vereadores e no Encontro para Nova Consciência; entre outros tantos eventos. Tudo isso realizado no sentido de ganhar legitimidade perante a sociedade campinense e convencer as instituições públicas e privadas sobre a importância da temática racial. A partir desses pressupostos, acreditamos que o MNCG exerceu um papel educativo.

Para Nilma Lino Gomes (2022), o Movimento Negro Contemporâneo é um ator político educador, visto que as leis educacionais voltadas às relações étnico-raciais, a presença de conteúdos sobre o negro no currículo escolar e a percepção da importância desses temas para o Estado brasileiro só foram possíveis pela ação política do protesto negro brasileiro. Ademais, as atividades engendradas pelas organizações negras foram educativas por trazerem saberes e epistemologias que questionaram o currículo eurocêntrico e possibilitaram outras concepções curriculares.

Utilizando-se dessa concepção de Gomes (2022), poder-se-ia denominar o “Movimento Negro de Campina Grande Educador”. Porquanto, o MNCG exerceu uma função educativa na sociedade campinense. O início de sua trajetória ocorreu no final do ano de 1986, num município sem tradição de luta antirracista pós-abolição e nem de estudos sobre o papel da escravidão e do negro na cidade. Além disso, Campina Grande era uma cidade do interior da Paraíba, saindo de um período de Ditadura Militar, com fortes tradições reacionárias e autoritárias arraigadas na vida cotidiana.

Não por acaso, essa organização negra nasceu da iniciativa de docentes e discentes universitários. Estes, ao terem acesso aos debates e discussões que ocorriam em outras partes do país, conseguiram trazer, de maneira crítica, a problemática racial para a cidade de Campina Grande. Isso não quer dizer que nesse município não existiam tradições culturais negras e pessoas interessadas no tema. Todavia, refletir e pensar de maneira mais consequente sobre o fenômeno da negritude e do racismo, em âmbito local, aconteceu pelas mãos e mentes

da militância negra campinense. Sumarizando, coube à organização social negra campinense desbravar a agência racial na cidade.

Nesse contexto, um grupo de pessoas se reuniu para pensar e agir sobre a questão negra em Campina Grande, entre elas, destacaram-se: Josemir Camilo, Benedito Antonio Luciano, Wanda Chase, Jaildo Figueiredo, Jussara Natália, Enoque Mendonça, Djair Silva, Gil, Valdinete, Vera Mendonça, Vanildo Silva, Francisco de Assis, Marcos, Sabiá, Luciano Mendonça, Erivaldo Moreira, Marcos (Marquinhos), entre outros e outras. Desses, Josemir Camilo (Camilo) e Benedito Antonio Luciano (Bené), ambos docentes da UFPB – Campus II, foram os protagonistas do MNCG e também os que mais escreveram textos na imprensa, participaram de palestras e debates nas escolas, universidades e mídia, constituindo-se como as principais referências do protesto negro campinense no período de 1986 a 1989.

O Movimento Negro de Campina Grande nasceu tendo, no horizonte futuro, a data de 13 de maio de 1988, período que marcou os cem anos da abolição, simbolizada pela Lei Áurea assinada em 1888. Nesse contexto, existiu uma enorme mobilização nacional dos movimentos sociais negros em contraposição ao projeto de comemoração do governo de José Sarney referente a essa data, projeto este que pretendia reafirmar a ideologia da democracia racial brasileira. O MNCG seguiu essa agenda nacional do protesto negro a partir de 1987. Aliás, um ano que não foi analisado por estudos dedicados ao coletivo social em questão.

Este período de 1987 se caracterizou por muitas ações concretizadas pela militância negra campinense, entre as quais se destacaram: o primeiro ato público de protesto, ocorrido na Praça da Bandeira, no qual se questionou as festividades sob o treze de maio e exigiu-se o 20 de novembro como dia de memória para o povo negro (13/04/1987); palestras, artigos de jornais, entrevistas em programas de rádio e televisão; ações de contestação e de abaixo assinado que denunciaram a violência policial contra os militantes Djair Silva e Enoque Mendonça; o dia da Consciência Negra que se desenvolveu em palestras e ato público (Praça da Bandeira e SABs); a constituição da Comissão Campinense do Centenário da Abolição, entre outros.

Vale reforçar também que, ao mesmo tempo que o coletivo social negro campinense atuava na fase dos cem anos da abolição (1986-1988), realizaram-se ações educativas de letramento racial. O MNCG chamou a atenção da sociedade campinense para o fato de que produtos culturais podem reproduzir e legitimar o racismo, isso numa época em que tais temas não eram debatidos na seara pública. A denúncia feita sobre o racismo presente no programa humorístico “Os Trapalhões”, na música “Galeguim dos zoi azu” e na peça Fogo-Fátuo, foi

publicizada em artigos de jornais, palestras, entrevistas na mídia e atos públicos de rua. Por outro lado, essas atividades receberam certo antagonismo por parte da mídia local que acusava o protesto negro campinense de ser um agente sectário que trazia um problema racial inexistente na sociedade de Campina Grande. Segundo esse entendimento, o Brasil era caracterizado, primordialmente, pelo processo de mestiçagem e de mistura cultural de brancos, negros e indígenas.

Essas atividades praticadas pelo MNCG de combate ao racismo recreativo (Moreira, 2019) localizadas em obras culturais tiveram o objetivo de alcançar o maior número de pessoas e, assim, mostrar aos campinenses a necessidade de não aceitar a manifestação do racismo em textos e peças culturais. Portanto, esse combate era indeclinável no desenvolvimento da luta contra o preconceito e a discriminação racial. Esses fatores se evidenciaram mais no momento em que existia uma efervescência da militância negra brasileira na disputa em torno do centenário da abolição.

Dessa maneira, o MNCG travou uma batalha pública acerca dos cem anos da abolição e construiu um processo educativo antirracista mediante a luta pela memória, no caso específico, por ressignificar a experiência histórica de Zumbi dos Palmares. Assim, os militantes negros de Campina Grande realizaram múltiplas ações educativas sobre os significados econômicos resultantes do modelo excludente de abolição da escravidão efetivado pelas elites escravocratas brasileiras. Essas ações foram potencializadas após a aprovação do projeto do centenário da abolição junto ao Ministério da Cultura e com a formação da Comissão Campinense do Centenário da Abolição, desenvolvida por várias entidades sociais e políticas.

De janeiro a dezembro de 1988, aconteceram diversas ações antirracistas, algumas até então nunca ocorridas em Campina Grande, tais como o “I Ciclo de Debates sobre Negro”, na semana do 21 de março – “Dia Internacional de Luta Contra a Discriminação Racial”, e a produção e distribuição da cartilha intitulada “Centenário da Abolição: 100 anos de libertação fictícia – 1888-1988”, constituindo-se como o primeiro material didático de educação para as relações étnico-raciais publicado na história da educação da Paraíba e de Campina Grande. Um documento até então mencionado ligeiramente em alguns estudos, mas nunca analisado.

Na exegese dessa cartilha, sublinhamos a importância de Josemir Camilo, aspecto confirmado por Benedito Antonio Luciano (2022) e Jussara Natália (2023). Perspectiva igualmente localizada na confrontação desse documento com o projeto enviado ao Minc, que foi escrito por Camilo. Na cartilha em análise, a exigência pela história se configurou como o

eixo central de todo o texto, cujo objetivo geral foi criar as condições “de recuperação da verdade histórica” sobre o negro no Brasil e em Campina Grande (Comissão Campinense do Centenário da Abolição, 1988).

Daí o papel central da educação para o MNCG, em razão de que a luta educacional se dava pela necessidade de incluir, no currículo escolar e universitário, a história e a cultura do negro no Brasil e na África. Nessa lógica, como bem diagnosticado por Melânia Farias (2001), a militância do Movimento Negro de Campina Grande reconhecia a educação como sua principal bandeira de luta, em decorrência da crença de que assim estaria trilhando um caminho para a construção da “consciência negra”, que seria positivar a identidade do ser negro no município.

Devido ao racismo estrutural fincado na sociedade brasileira, a identidade negra foi recorrentemente marcada por signos e valores negativos acumulados que fizeram, muitas vezes, uma parte considerável dos afrodescendentes negarem a si e a sua própria identidade racial. Desse modo, o papel desempenhado pelos movimentos sociais negros foi de confrontar esse ideário e construir uma consciência racial crítica. Um processo de “tornar-se negro”, como postulou Neusa Santos (2021), que se configura em converter de maneira positiva o ato de ser assumir uma pessoa negra, alimentando o orgulho de ser negro, de pertencer à “raça negra”. Essa ressignificação seria possível via educação, sobretudo por um processo educacional alicerçado no ensino das relações étnico-raciais e do antirracismo.

Dessa maneira, tornava-se incontornável o direito ao estudo da história do povo negro. Era necessária a assunção de um currículo anticolonial que permitisse o acesso à memória da trajetória de luta e de resistência da gente negra. Como posto por Benedito Luciano (2022) e Jair Silva (2022), a educação era vista como instrumento de libertação e de luta. Nesse cipoal, a experiência social e histórica do Quilombo dos Palmares e de Zumbi dos Palmares representava um símbolo de orgulho da resistência negra no Brasil, que servia de inspiração para os embates do presente e para a pavimentação de dias melhores no futuro.

Tanto é assim que o 20 de novembro – Dia da Consciência Negra – foi reatualizado e trazido ao proscênio do debate público campinense durante a fase dos festejos do centenário da abolição (1986-1988), numa contraposição ao projeto da memória oficial posta pelo Estado Brasileiro em torno do 13 de maio. No entanto, a luta pelo 20 de novembro se fará presente até o ano de 2013. Durante esse período, atividades, textos e eventos ocorreram tendo como pano de fundo o dia da Consciência Negra.

Nessa conjuntura, a partir da intervenção direta do MNCG, foi aprovada a Lei nº

5.337/2013, que instituiu, no município de Campina Grande, a “Semana de Consciência Negra e de Ação Anti-racista”, a ser realizada anualmente de 14 a 20 de novembro e organizada pela Secretaria de Educação, de Cultura, Câmara Municipal de Vereadores e pelos grupos do “Movimento Negro de Campina Grande”. Deste modo, a agenda posta pelo MNCG desde 1986 foi inserida e reconhecida na lei municipal. Mesmo que a ocupação de um espaço formal não se traduza imediatamente na esfera prática, o surgimento desta Lei, a 5.337/2013, de alguma maneira, reconheceu o papel social, político e educativo do Movimento Negro de Campina Grande.

Cabe assinalar que essa lei mencionada, no parágrafo anterior, surgiu como um desdobramento de normativa anterior, pois ela alterou a Lei 3.565 de 1997, aprovada alguns dias após a realização da Sessão Especial de Dia da Consciência Negra, ocorrida na Câmara Municipal de Campina Grande. Como demonstramos, a justificativa do projeto de lei do vereador Romero Rodrigues utilizou argumentos do militante Jair Silva e de outras falas do protesto negro campinense. Desse modo, na década de 1990, o MNCG permaneceu lutando pelo direito ao ensino da história do negro no Brasil e na África.

Nessa fase, os principais interlocutores do coletivo social negro campinense foram Jair Silva, Moisés Alves e Benedito Antonio Luciano, que estiveram à frente de importantes ações empreendidas pelo MNCG. Uma delas foi o Encontro para Nova Consciência, um espaço de atuação muito importante, em especial na criação do Encontro Afro-brasileiro e Campinense como parte da programação desse evento. A realização do Encontro Estadual do Movimento Negro em Campina Grande, no ano de 1998, e a Sessão Especial da Consciência Negra na Casa Félix Araújo, em 1997, igualmente, constituíram-se como ações importantes.

Com o advento do debate das políticas de ações afirmativas nos anos 2000 e da implementação da Lei 10.639/2003, o MNCG catalisou suas energias nessas duas agendas de lutas, sendo a organização negra campinense a pioneira em pautar esse debate em âmbito público. No tocante às cotas raciais, os primeiros debates aconteceram em 2001 e 2002, no I e II Encontro da Consciência Negra do Ceduc – UEPB; por sua vez, o primeiro fórum a tocar na discussão sobre a implementação da Lei 10.639/2003 na educação se deu em 2006, no I Seminário Municipal de Combate ao Racismo na Educação – Diversidade e Inclusão Étnica. Destaca-se que ambos os eventos foram organizados pelo Movimento Negro de Campina Grande.

Dessa maneira, pode-se afirmar que o MNCG foi o principal agenciador da agenda antirracista na cidade entre 1986 e 2013. Nessa conjuntura, esse agrupamento social negro

reivindicou a educação como sua principal bandeira de luta. Para tanto, muitas atividades ocorreram nesse sentido, ao tempo que se encaminharam muitos tensionamentos com instituições públicas e setores da mídia. Houve todo um aparato didático nos textos publicados em jornais e blogs, nos seminários organizados, nos atos de protestos de rua, entre outros, para a agenda racial ser considerada relevante na cidade de Campina Grande.

No recorte estabelecido neste estudo, não foi possível abarcar todas as ações relevantes efetivadas pelos militantes negros campinenses. Muitos feitos, pessoas e encontros importantes ficaram de fora. Isto por tratar-se de um movimento não institucionalizado, que não possuía sede nem um acervo documental preservado e que teve nas palestras e debates orais suas principais atividades, além do caráter predominante do espontaneísmo e individualismo de suas ações. Assim sendo, seria impossível dar conta da totalidade das atividades engendradas pela militância negra campinense. Ademais, não tivemos a pretensão de estudar todas as agendas e pessoas que estiveram atuando na luta antirracista em Campina Grande no recorte temporal selecionado.

Por sua vez, destaca-se que outros nomes e agrupamentos antirracistas não foram pesquisados. Mesmo reconhecendo a importância do MNCG na luta pelo direito à educação e à Consciência Negra na cidade de Campina Grande, essa questão contou com a participação de outros importantes atores sociais, tais como capoeiristas, pesquisadores negros, lideranças das religiões do axé, grupos de estudos e culturais. A partir das somas dessas forças, permitiu-se que a agenda negra recebesse alguma atenção do poder público e de parte da sociedade campinense. Com efeito, fica o convite para outras pesquisas redimensionarem os dados e as informações trazidas neste texto.

Em vista disso, nosso texto chamou a atenção para a importância de que os estudos da história da educação paraibana considerem os esforços realizados por homens e mulheres para que a temática negra fosse incluída no currículo e se tornasse um tema digno de ser ensinado em sala de aula. Os avanços, no plano formal, da existência de uma legislação em torno da educação para as relações raciais, tais como as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, são resultados de muitos embates e reivindicações. A trajetória de atos e atividades do Movimento Negro de Campina no decorrer de 1986 a 2013 demonstra, mesmo com suas limitações e contradições, que sem luta não há transformação.

Não obstante, para se enfrentar o racismo estrutural presente na sociedade, a educação foi a dimensão mais relevante para a militância negra campinense, tendo em vista que se configurou como possibilidade para que a pessoa negra melhor compreendesse a si, sua

beleza, bem como o racismo e as maneiras mais eficazes de enfrentá-lo. Eis, assim, constituída a “Consciência Negra”. Para essa finalidade, os(as) militantes negros(as) de Campina Grande acreditaram que o processo educativo possibilitaria a abertura de novos caminhos para a constituição da cidadania da pessoa negra. Nessa encruzilhada, o MNCG compreendeu que um futuro melhor pertence ao povo que conhece criticamente seu passado e prepara o seu presente. Axé!

Referências

Bibliografia

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Trad. de Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 2. ed. Trad. de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.
- AMORIN, Alessandro Moura de. **MNU representa Zumbi (1970-2005): cultura histórica, movimento negro e ensino de história**. 2011. 204f. Universidade Federal da Paraíba. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa, 2011.
- ANDREWS, Kehinde. **A Nova Era do Império: como o racismo e o colonialismo ainda dominam o mundo**. Trad. de Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- ALBERTI, Verena; Pereira, Amílcar Araújo. **Histórias do Movimento Negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: textos em História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBERTO, Paulina. L. **Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX**. Trad. de Elisabeth de Avelar Solano Martins. Editora Unicamp: Campinas, 2017.
- ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1962.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Fábio Chang de. Internet, fontes digitais e pesquisa histórica. In: BARROS, José D'Assunção (org.) **História digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo**. Petrópolis: Vozes, 2022. p. 101-120.
- ASSANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade como um novo paradigma. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.) **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.
- ASSIS, Machado de. **Obra completa de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, Vol. III, 1994.
- ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete: Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.
- BARROS, José D'Assunção. **O tempo dos historiadores**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BARROS, José D' Assunção. História e Historiografia: todas as interações possíveis. In: BARROS, (org.). **A Historiografia como Fonte Histórica**. Petrópolis: Vozes, 2022, v 1, p. 15-77.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (org.). **O estado da arte da pesquisa em história da educação da população negra no Brasil**. Vitória, ES: SBHE/Virtual Livros, 2015.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Um balanço sobre a história da educação dos negros no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinicius; BARROS, Surya, (orgs.). **A História da educação dos negros no Brasil**. Niterói: Eduff, 2018. p. 51-72.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **Universo letrado, educação e população negra na Parahyba do Norte (século XIX)**. 2017. 306f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Sem romantizar e sem amnesia: História da Educação como ferramenta para uma educação antirracista. In: ECAR, Ariadne Lopes; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (orgs.). **História da Educação, formação docente e a relação teoria-prática**. São Paulo: FEUSP, 2022^a. p.169-188.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de 200 anos de educação da população negra no Brasil. In: GAZOLA, Kenia Cassia Pinto *et al* (orgs). **Educação e Nação no Bicentenário da Independência**. Belo Horizonte: KMA, 2022b. p.157-17.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-234.

BÉRIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADA, Janaína (orgs). **Usos & abusos da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 219-232

BRITO, Wanderley de; STERINMULLER, Ida. **História de Campina Grande**: da aldeia à metrópole, Campina Grande: Editora IHCG, 2020.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

BOSI, Alfredo. **Literatura e Resistência**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BLOCH, Marc. **A estranha derrota**. Tradução de E. Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

BUTLER, Kim D.; DOMINGUES, Petrônio. **Diásporas imaginadas**: Atlântico negro e histórias afro-brasileiras. São Paulo: Perspectiva, 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECADI, 2005.

BRASIL. **Plano nacional de implementação das diretrizes nacionais para a educação das relações e para o ensino de História e cultura Afro-brasileira e africana**. Brasília. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2013.

CADERNO DE PESQUISA. **Raça negra e educação**, Fundação Carlos Chagas, n. 63, nov. 1987.

CAMARGO, Zeca. **Elza**. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnico-raciais**. Tradução de Dina Kleve. São Paulo: Selo Negro, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando a escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CARDOSO, Hamilton. B. Limites do confronto racial e aspectos da experiência negra do Brasil – Reflexões. In: SADER, Emir (org.) **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987. p. 82-104

CARDOSO, Edson Lopes. **Nada os trará de volta**: Escritos sobre racismo e luta política. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio a 2º reimpressão (2001). In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília, 2005.

COMISSÃO CAMPINENSE DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO. Cartilha. **Centenário da abolição 100 anos – Libertação Fictícia – 1888-1988**. Campina Grande: [s. n.], 1988.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Textos para o Movimento Negro**. São Paulo: Edicon, 1992

CHAGAS, Waldeci Ferreira; SILVA, Vaneide Lima; LIMA, Josenilda. Políticas de ações afirmativas na UEPB: Das cotas sociais à reserva de vagas para pessoas vulneráveis. In: FONSECA, Ivonildes da Silva; SILVA, Vaneide Lima (orgs.). **Democratização do Ensino Superior**: Equilibrando Igualdade e Diferença. Campina Grande: EDUEPB, 2022, p. 57-82.

CHALHOUB, Sidney. **A força social da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CRUZ, Manoel de Almeida. Pedagogia Interétnica. In: **Caderno de Pesquisa Fundação Carlos Chagas: Raça Negra e Educação**, São Paulo, 1987. p. 74-76.

DAMASCENO, Caetana de; et al (orgs.). **Catálogo de entidades de movimento negro no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, 1988.

DOMINGUES, Petrônio. O recinto Sagrado: educação e antirracismo no Brasil. In: _____; GOMES, Flavio dos Santos (org.). **Da nitidez e invisibilidade**: legado dos pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 269-304.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos. **Tempo**.

Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, p. 113-136, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Dimensões**: Programa de Pós-Graduação em História – UFES. v. 21, p. 101-124, 2008.

ELIAS, Cleidiana Bem. **Capoeira em Campina Grande**: da vadiagem a atividade respeitável (1980-2014). 263f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, 2022.

FARIAS, Melânia Nóbrega Pereira de. **Negro no Plural**: um estudo de caso sobre a construção identitária de negros Militantes e Não-Militantes em Campina Grande/PB. 2004. 139f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

FARIAS, Melânia Nóbrega Pereira de. “**Sou, por isso somos e por sermos, sou**”: uma inclusão sobre o perfil do Militante Negro em Campina Grande – PB. 2001. 66f. Monografia (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal da Paraíba – Campina Grande, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 6. ed. São Paulo: Contracorrente, 2021.

FERNANDES, Florestan. **O significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez, 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a História do Tempo Presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n 23, p. 80-108. jan./mar. 2018.

FERREIRA, Jair Silva. **Representações da África de ensino de professores da rede estadual**. 49f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba – Campina Grande, 2009.

FONSECA, Marcus Vinicius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 13, p. 09-33, 2007.

FONSECA, Ivonildes da Silva. O Movimento Negro da Paraíba: um breve histórico. In: ROCHA, Solange Pereira da; FONSECA, Ivonildes da Silva (orgs.). **População Negra na Paraíba**: Educação, História e Políticas. Campina Grande: EDUFPG, 2010, p. 101-108.

FONSECA, Ivonildes da Silva. As trilhas da implantação das cotas por marcadores sociais da diferença na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. **Revista Educare (Online)**, [S. l.], v. 11, n. Especial, p. 1–19, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/educare/article/view/71498>. Acesso em: 27 nov. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996

FLORES, Elio Chaves. **Afro-Clio: Direitos Humanos, História da África e outras artesanias**. João Pessoa: CCTA-UFPB, 2019.

GARCIA, Januário (org.) **25 anos de Movimento Negro (1980-2005)**. Brasília: Fundação Palmares, 2008.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**. Tradução de Federico Carotti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia racial. In: OLIVEIRA, Iolanda (org.) Niterói: Eduff, 2002. p. 33-60. **Cadernos PENESB - 4**.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e Democracia**. 2. ed. São Paulo: editora 34, 2012.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Modernismos negros: a formação brasileira (1930-1970)**. São Paulo: Editora 34, 2021.

GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO, Antonio Luigi. Além das senzalas e fábricas: um certo número de ideias para uma irrestrita história social do trabalho. In: DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Da nitidez e invisibilidade: legado do pós-emancipação no Brasil**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 25-44.

GOMES, Nilma Lino; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Resistência democrática: a questão racial e a Constituição de 1988. **Educ. Soc.** Campinas, v. 39, nº. 145, p.928-945, out.-dez., 2018

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. In: FONSECA, Marcus Vinicius; DA SILVA, Carolina Mostaro Neves e FERNANDES, Alexandra Borges (org.). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2011. p. 39-59.

GOMES, Nilma Lino. (org.) **Saberes das lutas do movimento negro educador**. Petrópolis: Vozes, 2022.

GOMES, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (orgs.). **Ações Afirmativas: Políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 15-58.

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Enciclopédia Negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos** In: LIMA, Márcia; RIOS, Flávia (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz G. Movimento Negro e educação. **Revista Brasileira de educação**, n. 15, p. 134-158, set./out./nov./dez. 2000.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negro e educação no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, v. 1, p. 325-346.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Pensar a educação, pensar o racismo no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinicius; DA SILVA, Carolina Mostaro Neves; FERNANDES, Alessandra Borges (orgs.). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil** Belo Horizonte: Mazza, 2011. p. 93-144.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffer. São Paulo: Vértice, 1990.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p. 5-12, maio 1990.

HOBBSBAWM, Eric. O presente como história. In: **Sobre História**. Tradução de Cid Knipel Moreira São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 315-321.

JACCOUD, Luciana. (org.). **A construção de uma política de promoção da igualdade racial**: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: IPEA, 2009.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas**: uma reação aos que querem nos transformar numa ação bicolor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KÖSSLING, Karin Sant' Anna. **As lutas anti-racista de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)**.313f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LARA, Silvia Hunold. “Blowin in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. In: Projeto de História. São Paulo: **Revista de Pós-graduação de História**. PUC/SP, 1995. p. 43-56.

LE GOFF, Jaques. **História & Memória**. 7. ed. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 2013.

LEO, Marr. Adorno e a experiência formativa. In: ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 2. ed. Tradução de Wolfgang Leo Marr. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020. p.11-30.

LIMA, Ivan Costa. **As pedagogias do movimento negro no Rio de Janeiro e Santa Catarina (1970-2000)**: implicações teóricas e políticas para a educação brasileira. 2009. 319f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, 2009.

LIMA, Ivan Costa. **História da educação do(a) negro(a) no Brasil II**: Pedagogia multirracial, o pensamento de Maria Jose Lopes da Silva (RJ). Curitiba: Appris, 2021.

LIMA, Ivan Costa. Nossas persistências históricas: caminhos das pedagogias do movimento negro do Brasil. **Saeculum – Revista de História**, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, jul./dez. 2011. p. 141-158.

LIMA, Luciano Mendonça de. Negros estrangeiros: “as nações” africanas no agreste da Paraíba do século XIX. In: ROCHA, Solange Pereira da; FONSECA, Ivonildes da Silva (org.). **População Negra na Paraíba**: Educação, História e Política. Campina Grande: EDUFPG, 2010. p. 55-66.

LIMA, Luciano Mendonça de. Uma porta estreita para a liberdade: as ações cívicas e alguns aspectos do cotidiano escravo na Campina Grande do século XIX. *et al*: **Paraíba no Império e na República**: estudos de História Social e Cultural. 2. ed. João Pessoa: Ideia, 2005. p. 47-78.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da Rainha da Borborema**: uma história social da escravidão em Campina Grande – século XIX. 356f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Derramando susto**: os escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande. Campina Grande: EDUFPG, 2006.

LIMA, Luciano Mendonça de. **História e poder nas páginas de um jornal**: 1971/2011.

Disponível em:

http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=12875.

Acesso em: 20 abri.2023.

LIMA, Luciano Mendonça. Cotas, movimento docente e democratização do ensino superior no Brasil: uma discussão necessária. **Universidade e Sociedade**. Brasília ano XX nº 46 p. 8-174 jun. 2010, p. 45-50.

LIMA, Luísa Mendonça de. **O rap como cultura de resistência na Paraíba a partir dos anos 2000**. 120f. 2019. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019.

LIMA, Ivaldo Marciano de França; GUILLEN, Isabel, Cristina Martins (orgs.). **Movimentos sociais negros em Pernambuco**. Recife: Editora UFPE, 2021.

LIMA, Damião de. **Campina Grande sob intervenção**: a ditadura de 1964 e o fim do sonho

regional/desenvolvimentista. João Pessoa. Editora da UFPB, 2012.

LOPES, Nei. **Dicionário escolar afro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2006.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: Aviso de incêndio: uma leitura das teses sobre o conceito de história. São Paulo: Boitempo, 2005.

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; RODRIGUES, Melânia Mendonça. Dos indícios à constituição da pesquisa em história da educação no PPGE/ UFPB. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 37, p. 17-28, mar. 2010.

MACHADO, Antonio Berto. Um olhar sobre a luta por políticas afirmativas no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande. **Universidade e Sociedade**. Brasília ano XX nº 46 p. 8-174 jun. 2010, p.99-110.

MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

MARTINS, Suely Aparecida. E. P. Thompson e a educação: a socialização como experiência. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 59, p. 304-317, out. 2014. ISSN 1676-2584.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabiola. **História Oral, como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativa**: História oral aplicada. São Paulo: Contexto, 2020.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Combates pela história: história e memória, **Revista de história Oral**. Rio de Janeiro, 2007. p. 27-42.

MOREIRA, Adilson José. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.

MOREIRA, Adilson José. **Pensando como negro**: Ensaio de Hermenêutica Jurídica. São Paulo: Contracorrente, 2024.

MOREIRA, Adilson José. **Letramento Racial**: uma proposta de reconstrução da democracia brasileira. São Paulo: Contracorrente, 2024.

MOURA, Clóvis. **BRASIL**: Raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983.

MOURA, Clóvis. **A dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. São Paulo: Fundação Mauricio Grabois, 2014.

MOURA, Carlos. 20 anos de História. **Revista Palmares - Cultura Afro-brasileira**. Fundação Palmares 20 anos. Brasília. Ano IV, nº 4, outubro de 2008, p. 8-16.

MUNANGA, Kabengele. Teoria Social e relações raciais no Brasil contemporâneo. In: OLIVEIRA, Iolanda; GONÇALVES, Maria das Graças; MÜLLER, Tânia Maria Pedrosa (org.). **Cadernos PENESB**, n. 12, 2. ed. Niterói: EdUFF, 2013. p. 163-198.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: processo de um Racismo Mascarado; 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NETO, Agostinho. **Poemas de Angola**. 2º ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1976.

OBALUAÊ, Neninho de. **Beco sem Saída**: eu vivi no Carandiru. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1999.

OLIVEIRA, Ariosvalber de Souza et al. (org.). **UBUNTU**: Educação, Alteridade e Relações Étnico-Raciais. João Pessoa: Editora do CCTA/UFPB, 2016.

OLIVEIRA, Ariosvalber de Souza; SILVA, M. A.; AIRES, José Luciano de. **Nas confluências do axé**: desafios e possibilidades de uma educação para as relações étnico-raciais. 1. ed. João Pessoa: CCTA/UFPB, 2015.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho. Notas sobre a História do Tempo Presente. In: MAYNARD, Dilton C. S.; TRINDADE, Monica P. A.; ASSIS, Raquel A. L. de. (org.). **Fontes para o ensino da História do Tempo Presente**. 1. ed. Recife: EdUPE, 2022, v. 1. p. 31-44.

PACHECO, Henrique dos Santos. O pensamento de E.P. Thompson e a “experiência” como mediação necessária na educação de jovens e adultos trabalhadores em Itaboraí/RJ. **Revista Trabalho Necessário**, Universidade Federal Fluminense, ano 12, n. 2014, p. 134-155.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Para além do racismo e antirracismo**: a produção de consciência engra na sociedade brasileira. Itajaí: Casa Aberta, 2013

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetória e perspectiva do movimento negro brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

PEREIRA, Amilcar Araújo *et al.* (org.). **História Oral e educação antirracista**: narrativas, estratégias e potencialidades. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

PEREIRA, Amilcar Araújo. O movimento negro brasileiro e a Lei nº 10.639/2003: da criação aos desafios para a implementação. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 11, n. 22, ago./dez. de 2016.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **O Mundo Negro e a constituição do Movimento Negro Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PEREIRA, Amilcar Araújo. Por uma autêntica democracia racial: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. **Revista História**. v.1, n. 1, p. 111-128, 2012.

PEREIRA, Amilcar Araújo; MAIA, Jorge Lucas; LIMA, Thayara Cristine Silva de. Os “rolês” do movimento negro brasileiro na atualidade, nas “pegadas” da educação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 75, p. 162-183, abr. 2020.

PIMENTEL, Maria do Socorro. **A identidade dos trabalhadores negros na realidade educacional paraibana**. 1998. 98f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1998.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **5 Gerações de Historiadores da Educação Brasileira**. João Pessoa – PB: CCTA, 2020.

PINTO, Regina Pahim. Movimento negro e educação do negro: a ênfase na identidade. São Paulo. **Caderno de Pesquisa**: Fundação Carlos Chagas. Novembro, n. 86, p. 25-38, ago. 1993.

PINTO, Regina Pahim. **Movimento Negro em São Paulo**: luta e identidade. São Paulo: Fundação Carlos Chagas – UEPG, 2013.

RAMALHO, Lourdes. **Fogo Fátuo**. [s.n.]

RIBEIRO, Mônica dos Santos. **Resistência e Negritude em Campina Grande**: O movimento negro no centenário da abolição. 2014. 40f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

ROCHA, Solange Pereira. A Lei 10.639/03 na primeira década: reflexões, avanços e perspectivas. In: AIRES, José Luciano de Queiroz; *Et al* (org.). **Diversidade étnico-raciais & interdisciplinaridade**: diálogos com as Leis 10.639 e 11.645. João Pessoa: EDUFPG, 2013, p. 299-342.

ROCHA, Solange Pereira; DA SILVA, José Antonio Novaes; À luz da Lei 10.639/03, avanços e desafios: movimentos sociais negros, legislação educacional e experiências pedagógicas. **Revista da ABPN**, v. 5, n. 11, p. 55-82, jul./out. 2013.

ROCHA, Solange Pereira; FONSECA, Ivonildes da Silva. **População negra na Paraíba**: Educação, História e Política. Campina Grande: EDUFPG, 2010.

ROCHA, Solange Pereira; FLORES, Elio Chaves. Trajetórias comparadas de homens negros de letras no Brasil: ensino de história, biografias e sociabilidades. In: (org.) OLIVEIRA, Ariosvalber de Souza; SILVA, M. A.; AIRES, José Luciano de. **Nas confluências do axé**: desafios e possibilidades de uma educação para as relações étnico-raciais. 1. ed. João Pessoa: CCTAUFPG, 2015, p. 143-184.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino. **Movimento Negro no cenário brasileiro**: embates e contribuições à política educacional nas décadas de 1980-1990. 2005. 115f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2005.

ROMÃO, Jerusa (org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

SALES, Ana Lucia. **Histórias afro-reluzentes a partir do livro a bela acordada**: o cumprimento da Lei 10.639/03. 2021. 57f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2021.

SANTOS, Arany Santana Neves. Inclusão da Disciplina aos estudos africanos no currículo oficial da rede estadual de 1º e 2º grau da Bahia. In: **CADERNO DE PESQUISA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS: Raça Negra e Educação**. São Paulo, 1987. p. 69-71.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **O movimento negro e o Estado (1983-1987): o caso do conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra no governo de São Paulo**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2006.

SANTOS, Joel Rufino dos. **A questão do negro na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1990.

SANTOS, Joel Rufino dos. O movimento negro e a crise brasileira. In: **Política e Administração**, v. 2., jul./set. 1985.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Educação: um pensamento negro contemporâneo**. Jundiaí: Paco editorial, 2014.

SARNEY, José. Abertura das comemorações do centenário da abolição da escravidão. Palácio do Planalto, 21 de março de 1988. **Biblioteca da Presidência da República**, 1988, p.121-126.

SAVIANI, Demerval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SELIGMAN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Editora UNICAMP, 2022.

SILVA JUNIOR, Hédio. **Anti-racismo: coletâneas de leis brasileiras (federais, estaduais, municipais)**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

SILVA, Joselina da; PEREIRA, Amauri Mendes. **Olhares sobre a mobilização brasileira para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlatas**. Brasília: Fundação Palmares-Minc; Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

SILVA, Alexandra Lima da. **Jardim Secreto: educação como desejo de liberdade na diáspora africana**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2021.

SILVA, Gracielle da Costa. **Movimento negro ou movimentos negros? As múltiplas vozes da militância antirracista em Campina Grande – PB**. 2018. 150f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

SILVA, Gracielle da Costa. **Militância e identidade: Uma incursão sobre o Movimento Negro de Campina Grande na atualidade**. 2014. 64f. Monografia (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal De Campina Grande, Campina Grande, 2014.

SILVA, Tânia Maria Correia da. **Lemba Odu: práticas informacionais no contexto do Movimento Negro na cidade de João Pessoa - PB**. 1999. 175f. Dissertação (Mestrado em

Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.

SILVA, Adriano Bueno da. **Ensino de História e Cultura Afro-brasileira**: Pauta do Movimento Negro à Lei 10.639/ f. 244. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade de Campinas, 2022.

SILVA, Adailton; LUIZ, Cristiana; JACCOUD, Luciana; SILVA, Waldemir. Entre o racismo e a desigualdade: da constituição à promoção de uma política de igualdade (1988-2008). In: JACCOUD, Luciana. (org.). **A construção de uma política de promoção da igualdade racial**: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: IPEA, 2009, p. 19-92.

SILVEIRA, Oliveira. Vinte de Novembro: história e conteúdo. In: GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz e Silvério, Valter Roberto. (orgs.). **Educação e ações afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, p. 23-42.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. Pesquisa Histórica da Educação do Tempo Presente. **Revista Lusófona de Educação**, p. 27-40, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **BRASIL**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOUZA, Neusa Santos. **Torna-se negro no Brasil**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SOUTO MAIOR, Gilson. **A história da imprensa na Paraíba**: jornais e revista. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba – EDUEPB, 2023.

THEODORO, Mário. **A sociedade desigual**: racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa** – a árvore da liberdade. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da Classe Operária Inglesa** – A força dos trabalhadores. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 3.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria e outros ensaios**. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Vozes, 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. Educação e Experiência. In: **Os românticos**: a Inglaterra na era vitoriana. Tradução de Sérgio Moares R. Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.p. 11-48.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História oral. 2. ed. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **Revista História Oral**, Associação Brasileira de História Oral, Dossiê – Identidade e região, n. 5, jun. 2002.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modo de usar. História, memória e política**. Tradução de Tiago Avó. Lisboa: Unipop, 2012.

VAZ, Livia Sant'anna. **Cotas Raciais**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). São Paulo: **Revista Brasileira de História** – Dossiê: O ofício do Historiador, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003.

WOODSON, Carte Godwin. **A des-educação do negro**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

Sites e links

ANCESTRALIDADES. Caso Katherine Duran. Última atualização: 19.04.2023. Disponível em: <https://www.ancestralidades.org.br/marcos-historicos/caso-katherine-dunham>. Acesso em: 24 nov 2024.

AGENCIABRASIL. Morto aos 76 anos, ex-deputado Caó marcou na Constituição sua luta antirracista. Acesso em 24 nov 2024. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-02/morto-aos-76-anos-ex-deputado-cao-marcou-na-constituicao-sua-luta>. Acesso em 24 nov 2024.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE (ATAS DE COMISSÕES). Subcomissões dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas deficientes e Minorias. Disponível em: Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/7c_Subcomissao_Dos_Negros_Populacoes_Indigenas.pdf. Acesso em: 07 ago 2024

ASSOCIAÇÃO CRIANÇAS RAÍZES DO ABAETÉ. A imagem da mulher negra e a rede Globo. Por Jair Nguni. Disponível em: <http://blogdoacra.blogspot.com/2014/10/a-imagem-da-mulher-negra-e-rede-globo.html?m=1>. Acesso em: 05 maio 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS. A 12ª edição do Seminário Agosto para Igualdade Racial do estado da Paraíba terá como tema Aquilombando Campina com Capoeira, Maracatu e Hip-Hop. 12/07/2023. Disponível em: <https://abpn.org.br/institucional/>. Acesso em 25 nov 2024

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS. <https://abpn.org.br/a-12a-edicao-do-seminario-agosto-para-igualdade-racial-do-estado-da-paraiba-tera-como-tema-aquilombando-campina-com-capoeira-maracatu-e-hip-hop/>. Acesso em 5 nov 2024.

A UNIÃO. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/institucional/quem-somos>. Acesso em: 01. mai. 2023.

AUGUSTO, Ronald. **Transgressão**. Disponível em: <https://poesia-pau.blogspot.com/2013/02/transnegressao.html>. Acesso em: 27 de jul de 2024.

BNDIGITAL. Augusto Temístocles da Silva Costa: Tião Macalé, O Nojento! por Raquel Ferreira 26 OUT 2020. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/entretenimento-augusto-temistocles-da-silva-costa-tiao-macale-o-nojento/>. Acesso em: 28 de jul de 2024.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2005.

BRASIL. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2006.

BRASIL. Plano nacional de implementação das diretrizes nacionais para a educação das relações e para o ensino de História e cultura Afro-brasileira e africana. Brasília, DF: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2013.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 25 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 28 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 25 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 29 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em 24 nov 2024

BRASIL. LEI nº 7.658. Decreta feriado nacional, destinados às comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura, o dia 13 de maio de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/l7658.htm. Acesso em 17 de dez 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 nov 2024.

BRASILDEFATO. João Balula, presente: história afro-paraibana. História Pública & Narrativas Afro-Atlânticas 12 de setembro de 2023 às 23:09. Por Elio Flores. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2023/09/12/joao-balula-presente-historia-afro-paraibana>. Acesso em: 27 de jul de 2024

BLOGLIVROS DO TAMBOR. Da Lei 10.639\03 ao Genocídio da Juventude Negra na Paraíba. Por que tanto descaso e indiferença? Terça-feira, 14 de maio de 2013. Disponível em: http://livrosdotambor.blogspot.com/2013/05/da-Lei-1063903-ao-genocidio-da.html?m=1https://youtu.be/gwfc4E_1ZX4. Acesso em: 25 ago. 2022.

CENTRAC. Carta Aberta de Apoio ao Feriado do Dia da Consciência Negra em Campina Grande. Campina Grande, 5 de junho de 2013. Disponível em: https://centrac.org.br/2013/06/05/carta_aberta_de_apoio_ao_feriado_do_dia_da_consciencia_negra_em_Campina_grande/. Acesso em: 02 jan. 2021.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 27 jul de 2024.

PROGRAMA DE AÇÃO DO MNU. Aprovado no IX Congresso Nacional. Belo Horizonte, 13 à 15 de maio de 1990. Disponível: https://mnu.org.br/wp-content/themes/flawless-child/docs/programa_de_acao.pdf. Acesso em 26 nov 2024.

CUT. Nilma Lino ataca o golpe e critica o fim da Seppir. Para ministra, extinção da Seppir é dramática. 23 jun. 2016. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/esse-golpe-tem-como-destinatario-principal-as-politicas-sociais-emancipatorias-13fd>. Acesso em: 15 jan. 2021.

DATAPEDIA/IBGE. Campina Grande – PB. Disponível em: <https://datapedia.info/cidade/2202/pb/Campina-grande/?b=1#etnias>. Acesso em: 17 mar. 2022.

DECRETO Nº 94.326, DE 13 DE MAIO DE 1987. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/d94326.htm. Acesso em: 27 de jul. de 2024

ENCONTRO PARA NOVA CONSCIENCIA. Disponível em: <https://sites.google.com/site/ongnovaconsciencia/>. Acesso em: 05 nov 2024

FAPESP. Kabengele Munanga. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/5509/kabengele-munanga/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. CENTENÁRIO DA ANTIABOLIÇÃO 1988, Florestan Fernandes. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/o-centenario-da-antiabolicacao-1988/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FURNE. Disponível em: <https://www.fundacaofurne.org.br/index.php/a-furne/sobre>. Acesso em: 29 jul. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. O historiador Carlo Ginzburg fala sobre sua formação intelectual e defende que se faça hoje história política. 13 de junho de 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs13069912.htm>. Acesso em: 30 mar. 2023.

FGV CPDOC. História Oral. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/historia-oral>. Acesso em 10 abril 2023.

GELEDES. Perfis Feminino - Luiza Bairros. 28 mar. 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/perfis-femininos-luiza-bairros/>. Acesso em: 09 fev. 2023.

GELEDES. Governo Ricardo Coutinho e sua omissão frente ao genocídio da juventude negra. Da Lei 10.639/03 ao Genocídio da Juventude Negra na Paraíba. Por que tanto descaso e indiferença? 28/05/2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/governo-ricardo-coutinho-e-sua-omissao-frente-ao-genocidio-da-juventude-negra/>. Acesso em: 27 set. 2022.

HEMEROTECA DIGITAL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 abr. 2023.

GLOBO. Nesta página, você confere Formato de 'Os Trapalhões'. Navegue pelos destaques deste programa de entretenimento da Globo. Por Memória Globo. 29/10/2021 01h16. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/humor/ostrapalhoes/noticia/formato.ghtml>. Acesso em: 27 jul de 2024.

GSHOW. Em 1988, campanha 'Axé Brasil' reunia personalidades negras em manifesto. 13/05/2019 11h55 Atualizado há 5 anos. Disponível em: <https://gshow.globo.com/programas/video-show/noticia/em-1988-campanha-axe-brasil-reunia-personalidades-negras-em-manifesto.ghtml>. Acesso em: 27 jul de 2024.

IMPRENSA NEGRA PAULISTA (1903 A 1963). Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/impresanegra/>. Acesso em: 07 jul. 2023.

IBAHIA. Alan Oliveira • 25/11/2023 às 19:02 • atualizada em 25/11/2023 às 20:18. De Manaus a Salvador: conheça trajetória de Wanda Chase. Jornalista, que comandou especial da editoria Preta Bahia no Novembro Negro, é tema da quarta e última reportagem da série. Disponível em: <https://www.ibahia.com/preta-bahia/de-manaus-a-salvador-conheca-trajetoria-de-wanda-chase-309684>. Acesso em: 27 de jul de 2024.

G1. Cantor e compositor João Gonçalves morre aos 85 anos em Campina Grande Músico sofreu um infarto enquanto dormia. João Gonçalves era conhecido por escrever músicas de duplo sentido e autor de vários sucessos em parceria com Genival Lacerda. Por G1 PB21/06/2021 10h39. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/musica/noticia/2021/06/21/cantor-e-compositor-joao-goncalves-morre-aos-85-anos-em-campina-grande.ghtml>. Acesso em 27 de jul de 2024.

G1. Cantor Genival Lacerda morre aos 89 anos por complicações da Covid-19, no Recife. Por G1 PE07/01/2021 08h12. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/01/07/genival-lacerda-morre-no-recife.ghtml>. Acesso em: 28. de jul de 2024.

G1. Folião relembra 'carnaval fora de época' de Campina Grande, o primeiro realizado além da Bahia' Micarande' foi realizado durante quase 20 anos e se tornou referência para outras cidades do Nordeste. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/10/11/foiao-relembra-carnaval-fora-de-epoca-de-campina-grande-o-primeiro-realizado-alem-da-bahia.ghtml>. Acesso em: 30 de nov de 2024.

G1. Vicente Mariano, um dos representantes do candomblé no Brasil, morre aos 95 anos. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2024/04/27/vicente-mariano-um-dos-representantes-do-candomble-no-brasil-morre-aos-95-anos.ghtml>. Acesso em 24 nov 2024.

G1. Genival Lacerda deixa legado de músicas irreverentes; saiba quais foram as mais tocadas. Por G1 PE 07/01/2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pe/paranaguá/noticia/2021/01/07/genival-lacerda-deixa-legado-de-musicas-irreverentes-saiba-quais-foram-as-mais-tocadas.ghtml> Acesso em: 28 de jul de 2024

G1. Censo 2022: veja quais são os municípios mais amarelos, brancos, indígenas, pardos e pretos do Brasil. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/centro/noticia/2023/12/22/centro-2022-veja-quais-sao-os-municipios-mais-amarelos-brancos-indigenas-pardos-e-pretos-do-brasil.ghtml>. Acesso em 26 dez 2024.

G1. Com 2.807 alunos, roda de capoeira conquista recorde nacional na Paraíba. Grupo recebe o título de maior roda de capoeira infantojuvenil do Brasil. Recorde aconteceu em Campina Grande e foi registrado pelo RankBrasil. Para mais detalhes: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/11/com-2807-alunos-roda-de-capoeira-conquista-recorde-nacional-na-paraiba.html>. Acesso em 29 dez 2024.

JORNAL DO COMERCIO. O centenário de Décio Freitas – o intelectual que libertou a História. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/especiais/reportagem-cultural/2023/01/882336-o-centenario-de-decio-freitas-o-intelectual-que-libertou-a-historia.html>. Acesso em: 27 de jul de 2024

JORNAL DA PARAIBA. Morre jornalista Chico Maria. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/cotidiano/morre-aos-92-anos-chico-maria-jornalista-que-marcou-epoca-na-tv-da-paraiba>. Acesso em: 27 de jul de 2024.

JORNAL DA PARAÍBA. Morre jornalista Hermano José. <https://jornaldaparaiba.com.br/cultura/morre-hermano-jose-bezerra-de-lima-imortal-da-academia-campinense-de-letras>. Acesso em: 27 jul de 2024

LITERAFRO. Abdias do Nascimento. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/462-abdias-nascimento>. Acesso em: 22 jul. 2023.

LITERAFRO. Solano Trindade. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/429-solano-trindade>. Acesso em: 22 jul. 2023.

LITERAFRO. Joel Rufino dos Santos. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/288-joel-rufino-dos-santos>. Acesso em: 20 jul. 2023.

LITERAFRO. Hamilton Cardoso. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/hamilton-cardoso/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

LITERAFRO. Henrique Cunha Junior. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/276-henrique-cunha-jr>. Acesso em: 22 jul. 2023.

LITERAFRO. Arnaldo Xavier. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/169-arnaldo-xavier>. Acesso em: 27 jul 2024.

LUCIANO HORTENCIO. Lamartine Babo - O TEU CABELO NÃO NEGA - Irmãos Valença - Lamartine Babo. Youtube, 24.864 visualizações 8 de dez. de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GhIfyHH01es&t=3s> Acesso em: 28 de jul de 2024

MEMORIA DA DITADURA. MARLI PEREIRA SOARES. Biografias de Resistências. <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/marli-pereira-soares/>. Acesso em: 28 de jul de 2024.

MEMORIAGLOBO. Mussum. Por Memória Globo. 01/08/2022 16h44. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/perfil/mussum/noticia/mussum.ghtml>. Acesso em: 28 de jul de 2024

METROPOLES. Morre José Flávio Sombra Saraiva. Disponível em: <https://www.metrosoles.com/distrito-federal/jose-flavio-sombra-saraiva-professor-da-unb-morre-aos-64-anos>. Acesso em: 24 de dez 2024

MUSICAS ANTIGAS. Luiz Caldas Fricote. Youtube, 469.792 visualizações 24 de jun. de 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T47OVQkv-8M>. Acesso em: 28 de jul de 2024.

NASCIMENTO, Abdias. PROJETO DE LEI N.º 1.332, DE 1983. Disponível em: http://www.abdias.com.br/atuacao_parlamentar/deputado_lei_texto.htm#compensatoria. Acesso em: 27 jul de 2024.

NACOESEUNIDASBRASIL. Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/56313-ano-internacional-dos-povos-afrodescendentes-2011#:~:text=O%20Ano%20Internacional%20dos%20Povos%20Afrodescendentes%20foi%20lan%C3%A7ado%20no%20Dia,pessoas%20de%20ascend%C3%A7%C3%A3o%20africana%20enfrentam>. Acesso em 05 nov 2024.

OLHAR DIGITAL. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2018/12/18/tira-duvidas/google-historia-curiosidades-e-tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-o-buscador/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

PARLAMENTOPB. Morre jornalista Juarez Amaral. Disponível em: <https://parlamentopb.com.br/jornalista-juarez-amaral-morre-vitima-do-coronavirus/>. Acesso em: 27 de jul de 2024.

PARAIBAONLINE. Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/blogs-e-colunas/>. Acesso em: 01 abr 2023.

PARAIBAONLINE. Movimento Negro de Campina Grande I. Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/blogs-e-colunas/conteudo/movimento-negro-em-campina-grande-i/>. Acesso em 12 de dez 2024.

PARAIBAONLINE. Movimento Negro de Campina Grande II. Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/blogs-e-colunas/conteudo/movimento-negro-em-campina-grande-ii/>. Acesso em 05 dez 2024.

PARAIBA CRIATIVA. Lourdes Ramalho. Autora de mais de cem textos teatrais (alguns ainda inéditos), o alcance que tiveram os textos e espetáculos de Lourdes Ramalho lhe rendeu muitas homenagens, indicações e premiações. Data de publicação: julho 2, 2019. Disponível em: <https://paraibacriativa.com.br/artista/lourdes-ramalho/>. Acesso em: 28 de jul de 2024.

PARAIBA CRIATIVA. Archidy Picado Filho. Pinto, desenhista, cartunista, ilustrador, escritor e músico. É neto e filho de artistas. Tem uma extensa trajetória de produção no cenário cultural paraibano. Data de publicação Novembro, 30, de 2016, Disponível em: <https://paraibacriativa.com.br/artista/archidy-picado-filho/>. Acesso em 20 dez 2024

PORTALGELEDES. “Da Lei 10.639/03 ao Genocídio da Juventude Negra na Paraíba. Por que tanto descaso e indiferença?”. 28/05/2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/governo-ricardo-coutinho-e-sua-omissao-frente-ao-genocidio-da-juventude-negra/>. Acesso em 11 de nov de 2024.

PRAGMATISMO POLÍTICO. Disponível em : A incrível história da fotografia que venceu o Prêmio Esso há 35 anos. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/07/historia-fotografia-premio-esso-negros.html>. Acesso em 15 dez 2024.

PRIMEIROS NEGROS. É preto ou negro? – É letramento racial? Disponível em: <https://primeirosnegros.com/e-preto-ou-negro-e-letramento->. Acesso em: 27 de jul de 2024.

PROPAGANDAS HISTÓRICAS. <https://www.propagandashistoricas.com.br/2019/04/locao-royal-briar.html>. Acesso em: 24 de jul de 2024.

PROJETO RITMOS, CORES E GESTOS DA NEGRITUDE PERNAMBUCANA. Entrevista com José Severino de Oliveira. Disponível em: <https://eduplay.rnp.br/portal/video/33434>. Acesso em: 06 nov de 2024.

MANASSESPICUI. JPB2 11/12/2010. Minicurso realizado pelo Movimento Negro de Campina Grande (PB) durante os meses de novembro e dezembro de 2010. As aulas foram ministradas na Escola Estadual Virgínio da Gama e Melo e teve a participação dos professores Luciano Mendonça (UFCG), Jair Silva (UEPB) e Ariosvalber Oliveira (UFCG). O público beneficiado foi de 30 estudantes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8xk0vQ3Ds9E&t=13s>. Acesso em 05 de nov 2024

OLODUM. Disponível em: <https://olodum.com.br/>. Acesso em: 27 de jul de 2024.

RETALHOS HISTÓRICOS DE CAMPINA GRANDE. Relembrando o vereador Márcio Rocha. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2010/08/relembrando-o-vereador-mario-rocha.html>. Acesso em: 27 de jul de 2024.

UFPB. Resolução 29/2020. Disponível em: https://www.ufpb.br/dgeoc/contents/documentos/RESOLUCAO_29_2020.pdf. Acesso em: 14

jan. 2021.

UFCG. Conheça a UFCG. Segunda, 19 de novembro de 2018, 16h10. Disponível em: <https://portal.ufcg.edu.br/conheca-a-ufcg.html>. Acesso em: 05 mar. 2023.

UFCG. Programa de Pós-Graduação em História. Disponível em: <https://www.ppgh.ufcg.edu.br/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

UFCG. UFCG completa 15 anos de criação. Disponível em: <http://cfp.ufcg.edu.br/portal/index.php/noticias-do-centro/124-ufcg-completa-15-anos-de-criacao>. Acesso em: 05 ago. 2023.

UEPB. Biblioteca de obras raras Átila Almeida. Disponível em: <https://bibliotecaatilaalmeida.uepb.edu.br/#acervo>. Acesso em: 28 abr. 2021.

UEPB. RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/003/2022. Disponível em: [file:///C:/Users/55839/Downloads/RESOLU%C3%87%C3%83O-CONSEPE-003-2022-Revoga%20a%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20de%20Cotas%20na%20Gradua%C3%A7%C3%A3o%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/55839/Downloads/RESOLU%C3%87%C3%83O-CONSEPE-003-2022-Revoga%20a%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20de%20Cotas%20na%20Gradua%C3%A7%C3%A3o%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias%20(1).pdf). Acesso em 27 nov 2024.

UNEAFRO. Manifesto em Defesa das Cotas Raciais Para Negros, Ciganos e Índios na UEPB. Set 22, 2020. Disponível em: <https://uneafrobrasil.org/manifesto-em-defesa-das-cotas- raciais-para-negros-ciganos-e-indios-na-uepb/#:~:text=Defendemos%20a%20ideia%20de%20que,de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20ou%20acad%C3%A2micas>. Acesso em: 27 nov 2024.

UNISINOS. Centenário de Dom José Maria Pires, o bispo da causa negra. 19 março de 2019. O texto é de Luis Miguel Modino. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/587504-centenario-de-dom-jose-maria-pires-o-bispo-da-causa-negra>. Acesso em: 29 jul. 2023.

UOL. Professor de Alagoas luta pra salvar a memória do Quilombo dos Palmares. Jean Albuquerque, do Olhos Jornalismo Colaboração Ecoa, de Maceió (AL). 15 ago. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2022/08/15/professor-de-alagoas-luta-para-salvar-a-memoria-do-quilombo-dos-palmares.htm>. Acesso em: 19 jul. 2023.

UOL. Luiz Caldas diz que não canta mais 'Fricote' por letra racista.... *Colaboração para Splash*, em São Paulo 25/10/2021 14h46 Atualizada em 29/10/2021 14h02. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2021/10/25/luiz-caldas-diz-que-nao-canta-mais-fricote-por-letra-considerada-racista.htm>. Acesso em 27 de jul de 2024.

VERMELHO. Kizomba, da Vila Isabel, 35 anos atrás despertava para a Consciência Negra. por Wagner de Alcântara Aragão. Publicado 03/11/2023 07:38 | Editado 29/11/2023 10:07. Disponível em: <https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/kizomba-da-vila-isabel-35-anos-atras-despertava-para-a-consciencia-negra/>. Acesso em 27 jul de 2024.

Periódicos

A UNIÃO, João Pessoa, Terça-feira, 19 de Maio de 1987.

A UNIÃO, João Pessoa, Quarta-feira ,10 de Fevereiro de 1988.

A UNIÃO, João Pessoa, Paraíba, Sábado, 27 de Julho de 2013.

CORREIO DA PARAÍBA, Campina Grande, Sexta-feira, 29 de Novembro de 1985.

CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, Domingo, 02 de Novembro, Domingo, de 1986

DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, Quinta-feira, 13 de Maio de 1982.

DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, Domingo, 11 de Maio de 1986

DIARIO DA BORBOREMA, Campina Grande, Quinta-feira, 09 de Janeiro de 1986

DIARIO DA BORBOREMA, Campina Grande, Terça-feira, 02 de Dezembro de 1986.

DIARIO DA BORBOREMA, Campina Grande, Quarta-feira, 04 de Novembro de 1987.

DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, Quarta-feira, 13 de Maio de 1987.

DIARIO DA BORBOREMA, Campina Grande, Sexta-feira, 29 de Janeiro de 1988.

DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, Sexta-feira, 13 de Maio de 1988.

DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, Terça-feira, 24 de Maio de 1988.

DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, Quarta-feira, 2 de junho de 1993.

DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, Sábado, 20 de maio de 1995.

DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, Terça-Feira, 19 de setembro de 1995.

DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, Sexta-feira, 14 de fevereiro de 1997.

DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, Terça-Feira, 21 de fevereiro de 2006.

CORREIO DA PARAÍBA, Paraíba, Quarta-feira, 21 de novembro de 2001.

JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande, Terça-feira, 17 de Fevereiro de 1987.

JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande, Sábado, 17 de Janeiro de 1987.

JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande, 12 de maio de 1987.

JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande, Sexta-feira, 04 de Dezembro de 1987.

JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande, Quarta-feira, 04 de Novembro de 1987.

JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande, Sábado, 07 de Novembro de 1987.

JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande, Sexta-feira, 20 de Novembro de 1987.

JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande, Terça-Feira, 19 de Maio de 1987.

JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande, Terça-Feira, 03 de Fevereiro de 1987

JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande, Domingo, 08 de novembro de 1987.

JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande, Quinta-feira, 19 de novembro de 1987.

JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande, Quinta-Feira, 24 de Novembro de 1988.

JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande, Sexta-feira, 13 de Novembro de 1987.

JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande, Domingo, 08 de novembro de 1987.

JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande, Domingo, 07 de fevereiro de 1988.

JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande, Domingo, 28 de Fevereiro de 1988.

JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande, Sexta-feira, 29 de Abril de 1988
JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande, Sexta-feira, 13 de Maio de 1988.
JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande, Terça-feira, de 24 de Maio de 1988.
JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande, Sexta-feira, 9 de junho de 1989.
JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande, Sexta-Feira, 23 de fevereiro de 1996.
JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande, Sexta-feira, 21 de novembro de 1997
JORNAL DA PARAÍBA, Domingo, 09 de Setembro de 2001.
JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande, Domingo, 24 de julho de 2005.
GAZETA DO SERTÃO, Campina Grande, Domingo 11 de Outubro de 1981
GAZETA DO SERTÃO, Campina Grande, Domingo, 17 de Julho de 1988.
GAZETA DO SERTÃO, Campina Grande, Segunda-feira, 18 de Julho de 1988.
GAZETA DO SERTÃO, Campina Grande, Terça-feira, 27 de Outubro 1981.
360. Campina Grande, nº 15, julho 1998.

Outros documentos

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. VII - **Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias – Anteprojeto** – Relatório. Brasília, 1987.

BERQUÓ, Laura Taddei Alves Pereira Pinto. CARTA ABERTA AOS VEREADORES E VEREADORAS DE CAMPINA GRANDE-PB, EM APOIO AO PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO VEREADOR NAPOLEÃO MARACAJÁ PARA O DIA 20 DE NOVEMBRO.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Estado da Paraíba. Casa Félix Araújo. **Apanhando Taquigráfico da 37ª Sessão Ordinária** realizada no dia 12 de maio de 1987, p. 1-13.

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Estado da Paraíba. Casa Félix Araújo. **Projeto de Lei Nº 234/97**. Em 24 de novembro de 1997. Ementa: Institui a Semana da Consciência Negra nos estabelecimentos de Ensino da Rede Municipal de Campina Grande e dá outras providências.

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Estado da Paraíba. Casa Félix Araújo. Projeto de Lei 196/2014 Campina Grande-PB, 15 junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimentos de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública municipal, das autarquias municipal de Campina Grande, bem como aos processos seletivos simplificados para contratações temporárias sob o regime especial

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. APANHADO TAQUIGRÁFICO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 18ª LEGISLATURA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2021.

CAMPINA GRANDE. **Lei Orgânica do Município de Campina Grande**, 1992.

CAMPINA GRANDE. **Lei Nº 2.778**, de 25 de novembro de 1993. Dispõe sobre a inclusão nas escolas públicas municipais a Disciplina História do Negro e do Índio no Brasil e dá outras providências.

CAMPINA GRANDE. **Lei Nº 3.565**, 31 de dezembro de 1997. Institui a semana da Consciência Negra nos estabelecimentos de Ensino da Rede Municipal de Campina Grande e dá outras providências.

CAMPINA GRANDE. **Projeto de Lei nº 264/2009** – Institui, no âmbito do Município de Campina Grande a Semana da Consciência Negra, e dá outras providências. Vetado.

CAMPINA GRANDE. **Lei nº 258/2009**, 19 de 11 de 2009. Denomina de “ZUMBI DOS PALMARES” uma das ruas de Campina Grande e dá outras providências.

CAMPINA GRANDE. **LEI Nº 5.337, de 31 de outubro de 2013**. Altera o art. 1º e art. 2º e acrescenta o inciso 1 no artigo 1º da Lei 3.565/1997 e dá outras providências.

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO: PELO CUMPRIMENTO DA LEI 10639 – História e Cultura Afro-brasileira e Africana, Campina Grande, novembro de 2006.

COMISSÃO CAMPENSE DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO. **Nota ao público de repúdio ao dia 13 de maio**. Campina Grande/PB, 1988.

COMISSÃO CAMPINENSE DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO. **Carta Circular**, janeiro de 1988.

COMISSÃO CAMPINENSE DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO. **Of. Nº002/88**, 10 de fevereiro de 1988.

ESTATUTO DO MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE, 1989. (Esboço).

GRUPO NEGRO PALMARES RENASCENDO. **Carta à Comissão Campinense do Centenário da Abolição**. Maria da Paz Santos Rodrigues, Secretária. Bacabal. 10 de setembro de 1988

SEMINÁRIO O NEGRO E AS RELAÇÕES DE PODER. Movimento Negro de Campina Grande, Movimento Negro de João Pessoa, 1989. (Folder)

LIMA, Luciano Mendonça. **Pela implantação das cotas raciais na UFCG**, 2004. [s.n.].

MELO, Josemir Camilo de. **Rediscutindo o negro** (1988).

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO – Gabinete do Ministro do Centro de Inteligência do Exército. **Centro de Inteligência do Exército**. Relatório Periódico Mensal. Jan-Mai, 1988.

MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE. **Abaixo-assinado**. Campina Grande/PB, 03 nov. 1987.

MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE, Campina, 16 de março de 1989.

LUCIANO, Benedito Antonio. **Levantamento bibliográfico sobre o Negro no Brasil**. [s.n.] Campina Grande, Paraíba, 2000.

NGUNI, Jair. **Câmara Municipal de Vereadores de Campina Grande mata Zumbi dos Palmares**, 2013.

POR UMA POLITICA NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO E À DESIGUALDADE RACIAL: Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida. Brasília: Cultura Gráfica e Editora Ltda, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG. **Lei nº. 5.337**, de 31 de outubro de 2013. Altera o art. 1º e 2º, e acrescenta o § 1º no art. 1º da Lei 3.565/1997 e dá outras providências. Campina Grande, PB: PMCG, 2013.

SEMINÁRIO O NEGRO E AS RELAÇÕES DE PODER, Campina Grande, 1989 (Folder)

1º Jornada pelo Cumprimento da Lei 10.639, Campina Grande, 20 de novembro de 2006 (Folder)

14º ENCONTRO PARA NOVA CONSCIÊNCIA. Por uma Cultura de Paz na Construção de um Novo Mundo. Campina Grande. Paraíba. Brasil, 2005.

13º ENCONTRO PARA NOVA CONSCIÊNCIA. Preservando o diálogo. Campina Grande. Paraíba. Brasil, 2004

12º ENCONTRO PARA NOVA CONSCIÊNCIA. Um mundo para todos: Globalizando a paz. Campina Grande. Paraíba. Brasil, 2003.

I JORNADA DE EDUCAÇÃO AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA, 2011.

Fontes Orais

ANDRADE, J. C. José Cristovam Andrade: testemunho [26 jan. 2023]. Testemunho concedido a Ariosvalber de Souza Oliveira. Campina Grande/PB, 2023.

FERREIRA, J.F. Jair Silva: testemunho [15 jul. 2022]. Testemunho concedido a Ariosvalber de Souza Oliveira. Campina Grande/PB, 2022.

MELO, J. M. Josemir Camilo de. [9 ago. 2022]. Testemunho concedido a Ariosvalber de Souza Oliveira. Campina Grande/PB, 2022.

MELO, J.N.M.B.M. Jussara Natália Moreira Bélens de. [5 ago. 2022]. Testemunho concedido a Ariosvalber de Souza Oliveira. Campina Grande/PB, 2022.

LUCIANO, L.B.A. Benedito Antonio Luciano. [20 ago. 2022]. Testemunho concedido a Ariosvalber de Souza Oliveira. Campina Grande/PB, 2022.

SILVA, M. A. Moisés Alves da. [11 jan. 2023]. Testemunho concedido a Ariosvalber de Souza Oliveira. Campina Grande/PB, 2023.

FIGUEIREDO, Jaildo. [10 ago. 2022]. Testemunho concedido a Ariosvalber de Souza Oliveira. Campina Grande/PB, 2022.

Anexos 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA (Semiestruturada)

Tese: O Movimento Negro de Campina Grande: memórias e lutas por e na educação (1986-2013).

Pesquisador Responsável: Ariosvalber de Souza Oliveira. Aluno do curso de Doutorado em Educação – Linha História da Educação. Universidade Federal da Paraíba – Matrícula: 20211015896

Colaborador: _____

- 1 - Como surgiu o Movimento Negro de Campina Grande e como aconteceu o seu ingresso nele?
- 2 - Quais as dificuldades encontradas pelo MNCG nos primeiros anos de atuação?
- 3 - Como se estruturou o funcionamento do MNCG coletivo no seu início?
- 4 - Quais as leituras e as lideranças negros(as) que lhe serviram de influência na militância antirracista?
- 5 – Quais os objetivos do MNCG no evento relativo ao centenário da abolição 1988?
- 6 - Para o(a) senhor(a) qual o papel da educação no seu processo formativo individual de consciência negra e na perspectiva de militante negro/a? Quais os sentidos da educação e por que uma das principais bandeiras?
- 7 - Razões para ter escolhido a profissão docente?
- 8 - Quais as suas reivindicações e as expectativas de educação no período anterior a Lei 10.639/2003?
- 9 - Como você analisou e atuou nos debates em torno da implementação das políticas de cotas raciais na educação superior (2012)?
- 10 - Para o(a) senhor(a) quais os avanços e os limites de uma educação antirracista após a Lei 10.639/2003?

Campina Grande

Anexo 2

UMA BREVE CRONOLOGIA DO MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE²³⁹

08/11/1986 I Encontro Afro-brasileiro Campinense. Local: Museu Histórico de Campina Grande.

18/11/1986 O Jornalista Juarez Amaral entrevista militantes do MNCG (Benedito Antonio Luciano, Josemir Camilo e Wanda Chase) no programa Jornal de Verdade, Rádio Caturité.

20/11/1986 Dia Nacional da Consciência Negra. Pela manhã, o jornalista Rômulo Azevedo entrevista, na Rádio Campina Grande FM, os militantes do MNCG, Benedito Antonio Luciano e Durval. À tarde, ato público, na Praça da Bandeira. À noite, o MNCG se reuniu no Museu Histórico de Campina Grande para discutir o 20 de novembro.

13/05/1987 Ato público sobre o 13 de maio. Local: Praça da Bandeira, Campina Grande.

29/11/1987 Entrevista no programa A PALAVRA É SUA, na TV Paraíba, com militantes do MNCG: Benedito Antonio Luciano, Josemir Camilo e Jaildo F. Nascimento. Tema: Consciência Negra.

09/12/1987 Movimento Negro de Campina Grande recebe o Coordenador para Assuntos de Etnia do Ministério de Educação e Cultura - MEC, Sr. José Pimenta, e participa, com ele, de reunião com o então Presidente da Câmara de Vereadores de Campina Grande que, na ocasião, representou o prefeito da cidade. Como decorrência desta visita, constituiu-se uma comissão, intitulada Comissão Campinense do Centenário da Abolição, com o objetivo de elaborar um projeto relativo ao evento, em nível local. Deste projeto, destacam-se três grandes frutos: a edição da cartilha Centenário da Abolição: 1888-1988, 100 anos Liberdade fictícia, lançada em 1888; uma ajuda substancial aos grupos de capoeira do São Braz e Abadauê dos Palmares e ao Grupo de Cultura Folclórica Acauã da Serra.

17/12/1987 Reunião do MNCG com a Comissão Campinense do Centenário da Abolição. Local: auditório da Associação Comercial (cobertura da TV Borborema).

20/12/1987 Reunião do MNCG com a Comissão Campinense do Centenário da Abolição. Local: auditório do Museu Histórico de Campina Grande.

31/12/1987 TV Paraíba grava e leva ao ar uma mensagem de Final de Ano com o professor Benedito Antonio Luciano, militante do MNCG.

05/01/1988 Reunião do MNCG com a Comissão Campinense do Centenário da Abolição. Local: auditório do Museu Histórico de Campina Grande.

12/01/1988 Reunião do MNCG com a Comissão Campinense do Centenário da Abolição. Local: auditório do Museu Histórico de Campina Grande.

27/01/1988 Reunião do MNCG com a Comissão Campinense do Centenário da Abolição. Local: auditório do Museu Histórico de Campina Grande.

06/02/1988 Entrevista com militantes do MNCG na Rádio Borborema. Programa “Som da Terra”.

09/02/1988 Reunião do MNCG. Local: auditório do Museu Histórico de Campina Grande.

23/02/1988 Reunião do MNCG. Local: auditório do Museu Histórico de Campina Grande.

29/04/1988 Reunião do MNCG com a Comissão Campinense do Centenário da Abolição. Local: Centro Cultural de Campina Grande.

26/02/1988 Ato público, na Praça da Bandeira, contra a decretação do 13 de maio como feriado nacional.

21 a 25/03/1988 I Ciclo de Debates sobre o Negro. Local: Museu de Artes da UEPB.

12/05/1988 O Jornalista Juarez Amaral entrevista militantes do MNCG no programa Jornal de

²³⁹ Texto elaborado pelo professor Benedito Antonio Luciano que faz parte de um projeto de um livro não concluído.

Verdade, Rádio Caturité. Entrevista com militantes do MNCG no programa Bom Dia Paraíba (TV Paraíba). Ato público, na Praça da Bandeira: Cem anos de abolição sem abolição.

13/05/1988 Entrevista, ao vivo, no Programa Chico Maria, na TV Paraíba, com o militante do MNCG, professor Benedito Antonio Luciano.

14/05/1988 Debate, na Rádio Caturité, com os militantes do MNCG: Josemir Camilo (professor), Wanda Chase (jornalista) e Benedito Antonio Luciano (professor).

14/06/1988 Visita ao Jornal Correio da Paraíba (MNCG e Comissão Campinense do Centenário da Abolição).

22/05/1988 Apresentação pública do Grupo OLODUM, no Parque do Povo, patrocinada pelo MNCG e pela Comissão Campinense do Centenário da Abolição.

26/11/1988 Lançamento da Cartilha Centenário da Abolição: 1888-1988, 100 anos Libertação fictícia. Local: Museu de Artes da UEPB.

13/12/1988 O professor Josemir Camilo, militante do MNCG, faz a apresentação do livro “A escravidão na Paraíba: historiografia e história”, do historiador José Octávio. Local: Auditório Guilardo Martins, Campus II - UFPB.

03/03/1989 Banda Afro-Brasil se apresenta no GRESB.

25/05/1989 Reunião do MNCG. Local: Centro Cultural de Campina Grande.

06/06/89 Reunião do MNCG. Local: Museu de Artes da UEPB.

17/06/1989 Reunião do MNCG. Local: ACI/CG.

27/06/1989 Reunião do MNCG. Local: ACI/CG.

04/07/1989 Abertura do Seminário “O Negro e as relações de poder”. Promoção conjunta dos Movimentos Negros de Campina Grande e João Pessoa. Local: salão do secretariado da Diocese de Campina Grande.

13/05/1991 MNCG participa de palestra/debates no Colégio Estadual, discorrendo sobre os temas: “Mulher negra”, “Movimento Negro” e “O por quê do 13 de maio”.

19/02/1996 MNCG participa do V Encontro para a Nova Consciência. Local: Teatro Municipal de Campina Grande.

15/06/1996 O professor Benedito Antonio Luciano, militante do MNCG, participa do I Encontro de Consciência Negra de Pombal - PB.

14/12/1995 Ato Cultural em Memória de Zumbi dos Palmares. Local: Museu Histórico de Campina Grande. Lançamento do livro “África, essa mãe quase desconhecida”, de Eduardo d’Amorim, apresentado pelo historiador e militante do MNCG professor Josemir Camilo.

08/02/1997 MNCG participa do VI Encontro para a Nova Consciência. Local: Teatro Municipal de Campina Grande.

10/02/1997 MNCG participa do VI Encontro para a Nova Consciência. Local: Teatro Municipal de Campina Grande.

11/02/1997 O professor Dr. Benedito Antonio Luciano, representante do MNCG participa de reunião de avaliação do VI Encontro para a Nova Consciência. Local: Teatro Municipal de Campina Grande.

21/03/1997 MNCG participa, proferindo palestras/debates sobre o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. Local: auditório do Colégio Estadual da Prata, Campina Grande.

09/05/1997 A convite da comissão organizadora, o professor Benedito Antonio Luciano, representante do MNCG participa de reunião preparatória do VII Encontro para a Nova Consciência. Local: DENTUR, Campina Grande.

13/05/1997 MNCG participa de Seminário sobre Consciência Negra. Tema: 13 de maio, data mítica ou ridícula? Local: Auditório Guilardo Martins, Campus II - UFPB.

20/11/1997 MNCG participa de Sessão Especial, na Câmara Municipal de Campina Grande, “Casa de Félix Araújo”, onde foi discutido o “Dia Nacional da Consciência Negra”, conforme propositura da Vereadora Cozete Barbosa (PT).

07/01/1998 A convite da comissão organizadora, Benedito Antonio Luciano, Jair Silva e Sérgio, representantes do MNCG participam de reunião preparatória do VII Encontro para a Nova Consciência. Local: DENTUR, Campina Grande.

20/02/1998 O jornalista Marcial Lima entrevista, nos estúdios da Rádio Cidade, em Campina Grande, os professores Benedito Antonio Luciano e José Lívio, militantes do NMCG, sobre a participação do MNCG no VII Encontro para a Nova Consciência.

21/02/1998 O jornalista Fred Oliveira entrevista, nos estúdios da Rádio Correio FM, em Campina Grande, o professor Benedito Antonio Luciano, militante do NMCG, sobre a participação do MNCG no VII Encontro para a Nova Consciência. Em seguida, o professor Benedito foi entrevistado pelo jornalista Juarez Amaral, nos estúdios da Rádio Caturité.

22/02/1998 O professor Benedito Antonio Luciano e Jair Silva, militantes do MNCG, são entrevistados pelo jornalista Carlos Alberto, nos estúdios da Rádio Borborema, sobre a participação do MNCG no VII Encontro para a Nova Consciência.

23/02/1998 Em substituição ao Dr. Henrique Cunha Júnior, militante do Movimento Negro e palestrante convidado, o professor Dr. Benedito Antonio Luciano apresentou no VII Encontro para a Nova Consciência a palestra intitulada: “Estratégia de combate ao racismo nas escolas e no pensamento brasileiro”.

24/02/1998 O professor Dr. Benedito Antonio Luciano, militante do MNCG, é entrevistado pelo jornalista Juarez Amaral, nos estúdios da Rádio Caturité, sobre a realização do II Encontro Afro-brasileiro Campinense, na programação paralela ao VII Encontro para a Nova Consciência.

24/02/1998 Realização do II Encontro Afro-brasileiro Campinense, no Museu de Artes Assis Chateaubriand, de acordo com a programação paralela ao VII Encontro para a Nova Consciência. Palestrantes: professor Dr. Benedito Antonio Luciano, Jair Silva e Edeltônio Liberato, militante de Salvador – BA.

01/03/1998 O jornal Correio da Paraíba publica matéria sobre o MNCG, sob o título: Movimento Negro defende ação alternativa para o Estado, seguida de uma entrevista com o professor Dr. Benedito Antonio Luciano.

13/05/1998 Ato público realizado na Praça da Bandeira.

17/06/1998 Palestra sob o tema Racismo na Educação, proferida pelo professor Dr. Benedito Antonio

Luciano, junto aos alunos da disciplina Prática de Ensino CH/UFPB, Campus II.

18/06/1998 Palestra proferida pelo professor Dr. Benedito Antonio Luciano dentro da programação do I Encontro Nacional de Capoeira, organizado pelo grupo Capoeira Brasil.

22/07/1998 Palestra sob o tema Educação como uma estratégia de combate ao racismo, proferida pelo

professor Dr. Benedito Antonio Luciano, junto aos alunos do PET CCT/UFPB, Campus II.

29/08/1998 I Encontro Estadual do Movimento Negro da Paraíba. Campina Grande: Museu de Artes Assis Chateaubriand. Coordenador: Moisés Alves. Palestrantes: João Balula (João Pessoa), Cristóvam Andrade (Campina Grande), Maria das Graças Marques (Campina Grande), Manoel Donato (Campina Grande), Jair Silva e Moisés Alves (Campina Grande).

19/11/1998 MNCG participa de Sessão Especial, na Câmara Municipal de Campina Grande, “Casa de Félix Araújo”, onde foi discutido o 20 de novembro: “Dia Nacional da Consciência Negra”, conforme propositura da Vereadora Cozete Barbosa (PT).

15/02/1999 A convite da comissão organizadora e do MNCG, o professor da Universidade Federal do Ceará, Dr. Henrique Cunha Júnior, militante do Movimento Negro, apresentou no Fórum Aberto do VIII Encontro para a Nova Consciência a palestra intitulada: “Negras raízes africanas na construção do Brasil”.

15/02/1999 Dr. Henrique Cunha Júnior, militante do Movimento Negro, participante do VIII Encontro para a Nova Consciência concede entrevista à jornalista Magdônia Alves, da Rádio

Borborema, e ao repórter Morib Macêdo, da TV Borborema.

16/02/1999 O professor Dr. Benedito Antonio Luciano, militante do MNCG, e o professor da Universidade Federal do Ceará, Dr. Henrique Cunha Júnior, são entrevistados pelo jornalista Juarez Amaral, nos estúdios da Rádio Caturité, sobre a participação do Movimento Negro no III Encontro Afro-brasileiro Campinense, na programação paralela ao VIII Encontro para a Nova Consciência.

16/02/1999 Realização do III Encontro Afro-brasileiro Campinense, no Museu de Artes Assis Chateaubriand, no âmbito da programação paralela ao VIII Encontro para a Nova Consciência. Palestrantes: professor Moisés Alves da Silva (MNCG), professor Manoel Donato (UEPB), Benedito dos Santos (Mov. Negro de João Pessoa) e professor Dr. Henrique Cunha Júnior (UFC).

23/03/1999 MNCG participa, proferindo palestras/debates sobre o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. Local: auditório do Colégio Estadual da Prata, Campina Grande.

24/03/1999 Palestra sob o tema Ética, jornalismo e discriminação racial, proferida pelo professor Dr. Benedito Antonio Luciano, junto aos alunos da disciplina Legislação em Ética e Jornalismo, UEPB, Campina Grande.

26/03/1999 Aulas/palestras sobre o tema discriminação racial, proferidas pelo professor Dr. Benedito

Antonio Luciano e pelo militante Jair Silva, junto aos alunos da primeira e terceiras séries da Escola Normal, Campina Grande.

07/07/1999 Aulas/palestras sobre o tema discriminação racial, proferidas pelo professor Dr. Benedito Antonio Luciano e pelo militante Jair Silva, junto aos alunos da terceira idade, turno da noite, na paróquia de Santa Rosa, Campina Grande.

17/08/1999 Mesa Redonda: “A participação do Negro na Literatura”. Coordenadora: Prof a Dr a Sudha Swarnakar (UEPB). Debatedores: Prof. Dr. Benedito Antonio Luciano (UEPB), Prof. José Benjamim Montenegro (UEPB) e Jair Silva (aluno do curso de história da UEPB). Evento: X Semana de Letras. Local: CEDUC – UEPB, Campina Grande – PB.

20/11/1999 Palestras sobre o tema consciência negra, proferidas pelo professor Dr. Benedito Antonio Luciano e pelo professor Moisés Alves da Silva, dentro da programação do Encontro de Capoeira organizado por Mestre Sabiá.

02/03/2000 O professor Dr. Benedito Antonio Luciano, militante do MNCG, é entrevistado pelo jornalista Wilson Moux, nos estúdios da Rádio Campina Grande FM, sobre a realização do IV Encontro Afro-brasileiro Campinense, na programação paralela ao IX Encontro para a Nova Consciência.

07/02/2000 Realização do IV Encontro Afro-brasileiro Campinense, no Museu de Artes Assis Chateaubriand, no âmbito da programação paralela ao IX Encontro para a Nova Consciência. Palestrantes: professor Moisés Alves da Silva (MNCG), professor Erivaldo Moreira Barbosa (UEPB), Prof. Dr. Benedito Antonio Luciano (UEPB), Maria do Socorro Pimentel (UEPB) e professor Dr. Henrique Cunha Júnior (UFC).

14 a 18/04/2000 Título do evento: Brasil “500 anos de busca de novas perspectivas”. Local: ESCOLA NORMAL-CG-II. Presença dos militantes: Prof. Dr. Benedito Antonio Luciano (UEPB), Prof. José Benjamim Montenegro (UEPB) e Jair Silva (aluno do curso de história da UEPB).

18/07/2000 Reunião do MNCG. Local: Pastoral, por trás da Catedral de Campina Grande.

19/09/2000 Reunião do MNCG. Local: Pastoral, por trás da Catedral de Campina Grande.

10/10/2000 Reunião do MNCG. Local: Pastoral, por trás da Catedral de Campina Grande.

07/11/2000 Reunião do MNCG. Local: Pastoral, por trás da Catedral de Campina Grande.

19/11/2000 O professor Dr. Benedito Antonio Luciano, militante do MNCG, é entrevistado pelo jornalista Adelmo Castro, nos estúdios da Rádio Borborema de Campina Grande, tendo

como tema o Dia 20 de Novembro: Dia Nacional da Consciência Negra.

20/11/2000 O professor Dr. Benedito Antonio Luciano, militante do MNCG, é entrevistado pelo jornalista Wilson Moux, nos estúdios da Rádio Campina Grande FM, tendo como tema o Dia 20 de Novembro: Dia Nacional da Consciência Negra.

09/01/2001 Palestras sobre o tema racismo, proferidas pelos professores Benedito Antonio Luciano e Moisés Alves da Silva, militantes do MNCG. Local: Colégio Estadual Clementino Procópio.

02/02/2001 Reunião do MNCG. Local: Mini-teatro Paulo Pontes.

06/02/2001 Reunião do MNCG. Local: Mini-teatro Paulo Pontes.

16/02/2001 Palestra sobre o tema consciência negra, proferida pelo professor Dr. Benedito Antonio Luciano, a pedido do Grupo Capoeira Brasil. Local: Sociedade de Amigos do Bairro da Liberdade.

27/02/2001 Realização do V Encontro Afro-brasileiro Campinense, no Museu de Artes Assis Chateaubriand, no âmbito da programação paralela ao X Encontro para a Nova Consciência. Palestrantes: Othon Sérgio de Souza (Capoeira Brasil) e Tânia Maria da S. Correia (MNPB). Coordenação do debate: professora Margareth Maria de Melo.

21/03/2001 O professor Dr. Benedito Antonio Luciano, militante do MNCG, é entrevistado pelos jornalistas Atalmir Guimarães e Genilson Costa, nos estúdios da Rádio Campina Grande FM, tendo como tema o Dia 21 de março: Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.

21/03/2001 Reunião do MNCG. Local: Pastoral, por trás da Catedral de Campina Grande.

06 a 09/09/2001 IV Encontro do Movimento Negro (Negros: auto-estima & participação). Local: Centro de Treinamento de Professores, Souza-PB. Participação dos seguintes Militantes do MNCG: Vereador Negão do Café, Aparecida Firmino, Jair Silva e Moisés Alves.

26/09/2001 Monografia intitulada: “Sou, por isso somos e por sermos, sou – uma incursão sobre o perfil do militante negro em Campina Grande – PB”, é apresentada por Melânia Nóbrega Pereira de Farias perante uma banca examinadora de professoras do Curso de Sociologia e Antropologia do Centro de Humanidades da UFPB. A referida banca foi composta pelas professoras Maria Cristina de Melo Marin (orientadora), Elizabeth Cristina de Andrade e Maria da Conceição Mariano Cardoso von Oosterhout.

18/11/2001 I Encontro Estadual da Escola de Capoeira Afro-Nagô – CG. Local: Ginásio do Sesi – Distrito Industrial de Campina Grande – PB. Participação: Vicente Mariano e Jair Silva.

20/11/2001 Sessão Especial na Câmara de Vereadores de Campina Grande para marcar o Dia Nacional da Consciência Negra, proposta pelo vereador Negão do Café.

23 a 25/11/2001 Semana da Consciência Negra do Pedregal. Promoção conjunta do MNCG e Clube de Mães Nossa Senhora de Fátima. Local: Escola Municipal Manoel da Costa Cirne. Participação: Cristóvão Andrade, Moisés Alves e Jair Silva.

29/11/2001 Mesa Redonda sobre o tema “Racismo e Exclusão com a Cultura Negra” organizada pelo Grupo de Capoeira Brasil. Local: Centro Cultural de Campina Grande. Participação dos seguintes Militantes do MNCG: Vereador Negão do Café, Mestre Sabiá (Capoeira Palmares), Othon Sérgio de Souza e Virgínia (Capoeira Brasil), Benedito Antonio Luciano, Jair Silva e Moisés Alves.

12/02/2002 Realização do VI Encontro Afro-brasileiro Campinense, no Museu de Artes Assis Chateaubriand, no âmbito da programação paralela ao XI Encontro para a Nova Consciência. Palestrantes: Moisés Alves, Erivaldo Moreira Barbosa e Benedito Antonio Luciano.

03/03/2003 Realização do VII Encontro Afro-brasileiro Campinense, no Museu de Artes Assis Chateaubriand, no âmbito da programação paralela ao XII Encontro para a Nova Consciência. Palestrantes: Jair Silva, Manoel Donato, Moisés Alves, Tatalorixá Vicente

Anexo 3

Artigos de Benedito Luciano, Josemir Camilo e Jair Silva publicados em jornais locais

1. LUCIANO, Benedito Antonio. Sessenta vem aí...Diário da Borborema, Campina Grande, 22 dez. 1985, Revista Tudo, p. 5.
2. LUCIANO, Benedito Antonio. Apartheid vírgula. Diário da Borborema, Campina Grande, 24 fev. 1986.
3. LUCIANO, Benedito Antonio. Jubiabá, o filme. Diário da Borborema, Campina Grande, 13 jun. 1987.
4. LUCIANO, Benedito Antonio. O racismo e o boicote intelectual. Diário da Borborema, Campina Grande, 13 jun. 1987.
5. LUCIANO, Benedito Antonio. Racismo. Diário da Borborema, Campina Grande, 22 set. 1987.
6. LUCIANO, Benedito Antonio. Instrumento de re-cercar. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 26 set. 1987.
7. LUCIANO, Benedito Antonio. Racismo. Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, n. 104, out. 1987.
8. LUCIANO, Benedito Antonio. Abolição, cem anos depois. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 30 dez. 1987.
9. LUCIANO, Benedito Antonio. O engenheiro André Rebouças. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 28 fev. 1988.
10. LUCIANO, Benedito Antonio. O engenheiro André Rebouças. Gazeta do Sertão, Campina Grande, 28 fev./ 05 mar. 1988.
11. LUCIANO, Benedito Antonio. 20 de novembro ou 13 de maio? Jornal da Paraíba, Campina Grande, 07 abr. 1988.
12. LUCIANO, Benedito Antonio. 13 de maio vem aí! Jornal da Paraíba, Campina Grande, 10 abr. 1988.
13. LUCIANO, Benedito Antonio. O negro na luta de Sísifo. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 13 maio 1988.
14. LUCIANO, Benedito Antonio. Negro, da cor do pecado. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 28 jun. 1988.
15. LUCIANO, Benedito Antonio. Três doses aquém. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 06 jul. 1988.
16. LUCIANO, Benedito Antonio. Grupos vírgula. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 20 jul. 1988.
17. LUCIANO, Benedito Antonio. A festa do Rosário de Pombal. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 27 set. 1988.
18. LUCIANO, Benedito Antonio. Negros, mais de um é quilombo. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 06 nov. 1988.
19. LUCIANO, Benedito Antonio. Novembro, mês histórico. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 18 nov. 1988.
20. LUCIANO, Benedito Antonio. Kizomba, festa da raça. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 30 nov. 1988.
21. LUCIANO, Benedito Antonio. Burocracia: poder e incompetência. Jornal da Paraíba,

- Campina Grande, 04 abr. 1989.
22. LUCIANO, Benedito Antonio. Movimento Negro: um ano depois. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 28 abr. 1989.
 23. LUCIANO, Benedito Antonio. Negritude. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 12 maio 1989.
 24. LUCIANO, Benedito Antonio. O negro no mercado de trabalho. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 15 jul. 1989.
 25. LUCIANO, Benedito Antonio. Movimento Negro e as eleições presidenciais. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 21 jul. 1989.
 26. LUCIANO, Benedito Antonio. Não basta ser negro. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 01 nov. 1989.
 27. LUCIANO, Benedito Antonio. Dia da Consciência Negra. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 14 nov. 1990.
 28. LUCIANO, Benedito Antonio. Jurandir Alfredo (In memoriam). Jornal da Paraíba, Campina Grande, 25 jan. 1991.
 29. LUCIANO, Benedito Antonio. Novembro e os negros. Diário da Borborema, Campina Grande, 16 nov. 1991.
 30. LUCIANO, Benedito Antonio. Africanidades brasileiras. Diário da Borborema, Campina Grande, 02 jun. 1993.
 31. LUCIANO, Benedito Antonio. Valeu, Zumbi! Diário da Borborema, Campina Grande, 15 nov. 1994.
 32. LUCIANO, Benedito Antonio. Além do 13 de maio. Diário da Borborema, Campina Grande, 20 maio 1995.
 33. LUCIANO, Benedito Antonio. Antecipando-se ao 20 de novembro (I). Diário da Borborema, Campina Grande, 17 de set. 1995.
 34. LUCIANO, Benedito Antonio. Antecipando-se ao 20 de novembro (II). Diário da Borborema, Campina Grande, 19 de set. 1995.
 35. LUCIANO, Benedito Antonio. O cordel e o preconceito de cor. Diário da Borborema, Campina Grande, 5 de nov. 1995.
 36. LUCIANO, Benedito Antonio. Zumbi e o 20 de novembro. Diário da Borborema, Campina Grande, 20 de nov. 1995.
 37. LUCIANO, Benedito Antonio e CUNHA Jr., Henrique. Movimentos negros hoje. Diário da Borborema, Campina Grande, 20 de nov. 1995.
 38. LUCIANO, Benedito Antonio. Consciência negra. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 23 de fev. 1996.
 39. LUCIANO, Benedito Antonio. Consciência negra em Pombal. Diário da Borborema, Campina Grande, 20 de jun. 1996.
 40. LUCIANO, Benedito Antonio. Nova Consciência: educação X racismo. Diário da Borborema, Campina Grande, 14 de fev. 1997.
 41. LUCIANO, Benedito Antonio. Discriminação racial. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 26 março 1997.
 42. LUCIANO, Benedito Antonio. Consciência negra na imprensa. Diário da Borborema, Campina Grande, 18 de nov. 1997.
 43. LUCIANO, Benedito Antonio. André Rebouças. Diário da Borborema, Campina Grande, 29 de abr. 1998.
 44. LUCIANO, Benedito Antonio. Sobre Luis Gama. Diário da Borborema, Campina Grande, 30 de abr. 1998.
 45. LUCIANO, Benedito Antonio. Globalização da capoeira. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 30 de jun. 1998.
 46. LUCIANO, Benedito Antonio. Capoeira Zen. Diário da Borborema, Campina Grande,

- 28 de ago. 1998.
47. LUCIANO, Benedito Antonio. Negros do Norte. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 14 de nov. 1998.
 48. LUCIANO, Benedito Antonio. Discriminação racial, ética e educação. Diário da Borborema, Campina Grande, 02 de abr. 1999.
 49. LUCIANO, Benedito Antonio. Metrologia e Quebra-Quilos. Diário da Borborema, Campina Grande, 15 de maio 1999.
 50. LUCIANO, Benedito Antonio. O negro na literatura brasileira. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 31 de ago. 1999.
 51. CAMILO, Josemir. Os movimentos de libertação dos negros. Gazeta do Sertão, Campina Grande, 11 jul. 1981.
 52. CAMILO, Josemir. Zumbi, memorial e protesto. Gazeta do Sertão, Campina Grande, 27 nov. 1981.
 53. CAMILO, Josemir. “Professor analisa simpósio sobre quilombo dos Palmares” (Depoimento). Diário da Borborema, 29 nov. 1981.
 54. CAMILO, Josemir. O falso dia do negro. Diário da Borborema, Campina Grande, 13 maio 1982.
 55. CAMILO, Josemir. Negros contra brancos: Revolta da Chibata. Gazeta do Sertão, Campina Grande, 4 jul. 1982.
 56. CAMILO, Josemir. A abolição da outra escravatura. Diário da Borborema, Campina Grande, 17 set. 1983.
 57. CAMILO, Josemir. Racismo global. Diário da Borborema, Campina Grande, 9 abr. 1985.
 58. CAMILO, Josemir. Apartheid é puro fascismo. Correio da Paraíba, João Pessoa, 20 set. 1985.
 59. CAMILO, Josemir. Apartheid é puro fascismo. Diário da Borborema, 20 set. 1985.
 60. CAMILO, Josemir. Negros na Inglaterra. Correio da Paraíba, João Pessoa, 03 out. 1985.
 61. CAMILO, Josemir. Negros na Inglaterra. Diário da Borborema, 23 out. 1985.
 62. CAMILO, Josemir. Ainda o apartheid. Diário da Borborema, Campina Grande, 12 dez. 1985.
 63. CAMILO, Josemir. Ainda o apartheid. Correio da Paraíba, João Pessoa, 18 dez. 1985.
 64. CAMILO, Josemir. O dia da negritude. Correio da Paraíba, João Pessoa, 29 nov. 1985.
 65. CAMILO, Josemir. O dia da negritude. Diário da Borborema, Campina Grande, 4 dez. 1985.
 66. CAMILO, Josemir. Nega do cabelo duro. Diário da Borborema, Campina Grande, 9 jan. 1986.
 67. CAMILO, Josemir. Nega do cabelo duro. Correio da Paraíba, Campina Grande, 9 jan. 1986.
 68. CAMILO, Josemir. Um movimento anti-Apartheid. Diário da Borborema, Campina Grande, 20 jan. 1986.
 69. CAMILO, Josemir. A razão econômica do 13 de maio. Diário da Borborema, Campina Grande, 11 maio 1986, Supl. TUDO, p. 6.
 70. CAMILO, Josemir. África do Sul baixo astral. Correio da Paraíba, João Pessoa, 29 maio, 1986.
 71. CAMILO, Josemir. África do Sul baixo astral. Diário da Borborema, Campina Grande, 29 maio, 1986.
 72. CAMILO, Josemir. Aniversário do massacre de Soweto. Diário da Borborema, Campina Grande, 22 jun. 1986.
 73. CAMILO, Josemir. Soweto, o massacre continua. Folha Popular, Souza, 01 jul. 1986.

74. CAMILO, Josemir. Um quilombo exótico. Diário da Borborema, Campina Grande, 17 jun. 1986.
75. CAMILO, Josemir. Movimento negro. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 17 jan. 1987.
76. CAMILO, Josemir. Preconceito, discriminação e racismo. Diário da Borborema, Campina Grande, 13 fev. 1987.
77. CAMILO, Josemir. Diário de uma negra. Diário da Borborema, Campina Grande, 20 fev. 1987.
78. CAMILO, Josemir. Quilombos e reforma agrária. Diário da Borborema, Campina Grande, 9 mar. 1987.
79. CAMILO, Josemir. Presidente Pelé. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 27 mar. 1987.
80. CAMILO, Josemir. O negrinho e a madame (música e racismo). Diário da Borborema, Campina Grande, 22 abr. 1987.
81. CAMILO, Josemir. Movimento quer desmistificar o 13 de maio (depoimento). Diário da Borborema, Campina Grande, 13 maio 1987. p.7.
82. CAMILO, Josemir. A revolução dos negros. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 13 maio 1987.
83. CAMILO, Josemir. As crianças do apartheid. A União, João Pessoa, 15 maio 1987.
84. CAMILO, Josemir. Movimento negro. A União, João Pessoa, 19 de maio 1987.
85. CAMILO, Josemir. Racismo é fascismo. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 22 maio 1987.
86. CAMILO, Josemir. Vozes do escravismo. Diário da Borborema, Campina Grande, 5 jul. 1987.
87. CAMILO, Josemir. Racismo na televisão. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 2 out. 1987.
88. CAMILO, Josemir. Mas como a cor não pega. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 13 nov. 1987.
89. CAMILO, Josemir. Contra o racismo. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 20 nov. 1987.
90. CAMILO, Josemir. A palavra é do negro. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 4 dez. 1987.
91. CAMILO, Josemir. O axé da Globo. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 1 jan. 1988.
92. CAMILO, Josemir. O Centenário da Abolição em Campina. A União, João Pessoa, 29 jan. 1988.
93. CAMILO, Josemir. História do negro em Campina Grande. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 5 fev. 1988.
94. CAMILO, Josemir. Candomblé e catolicismo. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 19 fev. 1988.
95. CAMILO, Josemir. O negro, em Cristino Pimentel. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 21 fev. 1988.
96. CAMILO, Josemir. Abolicionista (nem tanto). Gazeta do Sertão. Campina Grande, 3 abr. 1988.
97. CAMILO, Josemir. Ceará: abolição precoce ou crise econômica? Fortaleza, NUDOC (Núcleo de Documentação Cultural)/ Universidade Federal do Ceará, Série Histórica, n. 1, p. 32-39, 1988.
98. CAMILO, Josemir. Cem anos de suor e sangue. Gazeta do Sertão. Campina Grande, 6 mar. 1988.
99. CAMILO, Josemir. Preconceito, raça e classe. Jornal da Paraíba. Campina Grande, 11 mar. 1988.

100. CAMILO, Josemir. A revolta do (mulato?) Pedroso. *Gazeta do Sertão*. Campina Grande, 10 abr. 1988.
101. CAMILO, Josemir. Igreja e escravos, no Nordeste. *Gazeta do Sertão*, Campina Grande, 24 a 30 abr. 1988.
102. CAMILO, Josemir. O Dragão do Mar. *Gazeta do Sertão*, Campina Grande, 8 a 14 maio 1988.
103. CAMILO, Josemir. Razões do 13 de maio. *Jornal da Paraíba*. Campina Grande, 13 maio 1988.
104. CAMILO, Josemir. Racismo e complexo. *Gazeta do Sertão*. Campina Grande, 15 a 21 maio 1988.
105. CAMILO, Josemir. A origem negra do homem. *Gazeta do Sertão*. Campina Grande, 19 maio 1988.
106. CAMILO, Josemir. Um Centro de Cultura Afro. *Gazeta do Sertão*. Campina Grande, 22 a 28 maio 1988.
107. CAMILO, Josemir. Sultos. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 24 maio 1988.
108. CAMILO, Josemir. Discriminação na cultura campinense. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 29 maio 1988.
109. CAMILO, Josemir. Valor de Escravos em Campina Grande. *Revista Raízes*. Campina Grande, Mestrado em Economia e Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, nº 7, p. 22-31, Jun. 1988/ Dez. 1990.
110. CAMILO, Josemir. Benedita da Silva. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 10 jun. 1988.
111. CAMILO, Josemir. Documentos, crioulo! *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 12 jun. 1988.
112. CAMILO, Josemir. Escravidão, congresso nacional. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 17 jun. 1988.
113. CAMILO, Josemir. Uma América negra. *Gazeta do Sertão*. Campina Grande, 1 jul. 1988.
114. CAMILO, Josemir. Explosão de racismo. *Gazeta do Sertão*, Campina Grande, 17 a 23 jul. 1988.
115. CAMILO, Josemir. Axés de Oxum. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 22 jul. 1988.
116. CAMILO, Josemir. Historiadores e racismo. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 27 dez. 1988.
117. CAMILO, Josemir. Batismo de capoeiras. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 27 jan. 1991.
118. CAMILO, Josemir. Treze de maio e trabalho assalariado. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 13 maio 1992.
119. CAMILO, Josemir. Racismo e egoísmo. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 15 maio 1992.
120. CAMILO, Josemir. “Oferendas que exorcizam” (depoimento). *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 13 set. 1992.
121. CAMILO, Josemir. O levante dos escravos em Campina. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 10 out. 1993.
122. CAMILO, Josemir. Racismo no futebol. *A União*, João Pessoa, 8 jul. 1994.
123. CAMILO, Josemir. O terceiro centenário do Quilombo dos Palmares. *A União*, João Pessoa, 31 out. 1994.
124. CAMILO, Josemir. Quociente de preconceito. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 3 nov. 1994.
125. CAMILO, Josemir. Inteligência e racismo. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 11 nov. 1994.

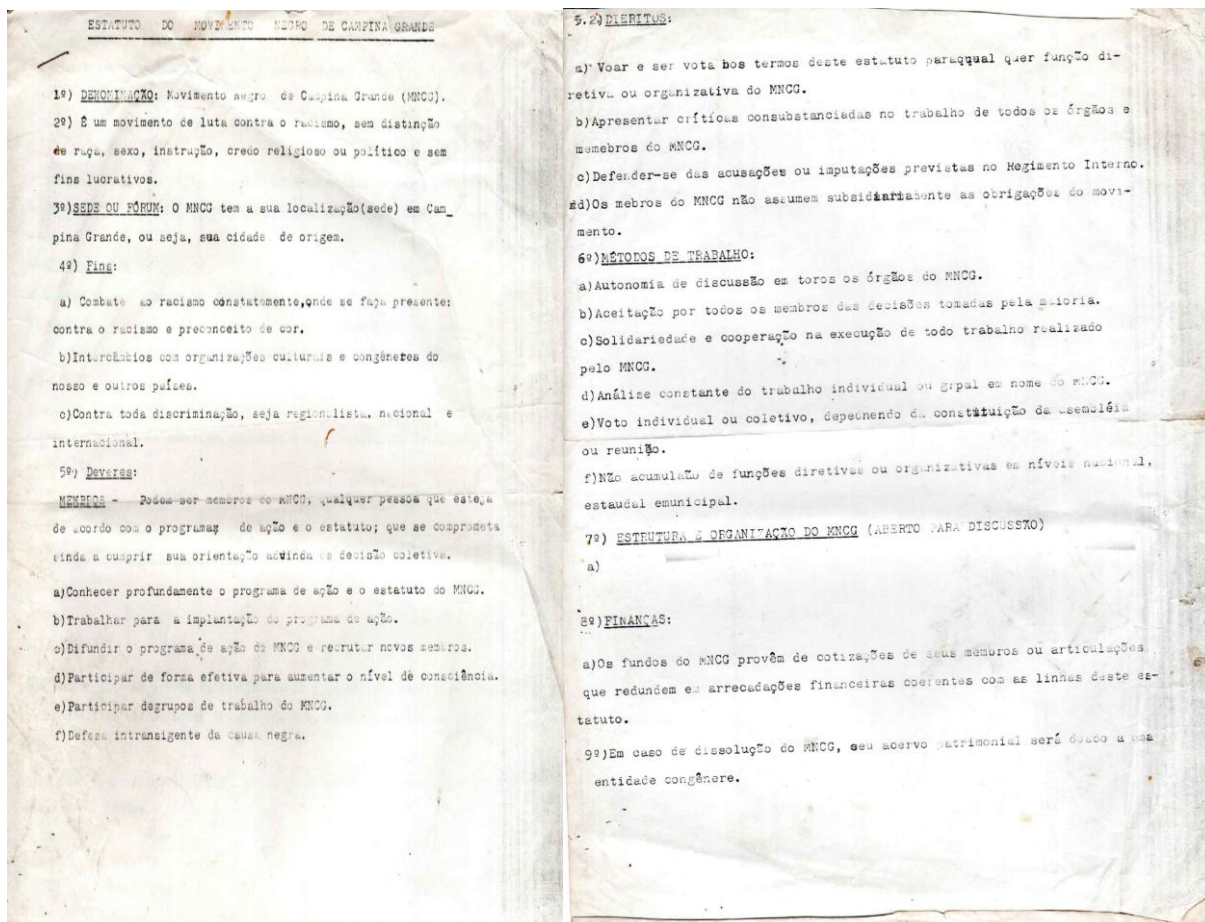
126. CAMILO, Josemir. O terceiro centenário do Quilombo dos Palmares. Diário da Borborema, Campina Grande, 4 dez. 1994, Supl. TUDO, p. 4.
127. CAMILO, Josemir. O terceiro centenário do Quilombo dos Palmares. Cadernos Nordeste em Debate. Campina Grande, n. 3, 1995.
128. CAMILO, Josemir. Em busca do Narciso Negro. Suplemento PAINEL do Jornal da Paraíba, Campina Grande, 26 maio 1995.
129. CAMILO, Josemir. Chicotada cordial. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 12 mai. 1996.
130. CAMILO, Josemir. José Africano. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 30 jun. 1995.
131. CAMILO, Josemir. Cem anos de luta e suor. Suplemento PAINEL do Jornal da Paraíba, Campina Grande, p.2, 18 maio 1997.
132. CAMILO, Josemir. O patrimônio e o povo. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 23 mar. 2001.
133. FERREIRA, Jair Silva. Pseudo-democracia racial. Diário da Borborema. Campina Grande, p. 4, 20 mai. 1995.
134. FERREIRA, Jair Silva. Os 300 anos dos ideais de Zumbi. Jornal da Paraíba. Campina Grande, p. 4, 19 nov. 1997.
135. FERREIRA, Jair Silva. 21 de março - dia mundial contra o racismo. Jornal da Paraíba. Campina Grande, p. 4, 23 mar. 1997.
136. SILVA, Vanildo. Negros fazem protestos em praça pública. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 13 maio 1988.

Fonte da pesquisa:

LUCIANO, Benedito Antonio. **Levantamento bibliográfico sobre o negro no Brasil**. Campina Grande: Edição do autor, 2000. (Livro a ser lançado)

ANEXO 4

Proposta de Estatuto do Movimento Negro de Campina Grande – 1989



ANEXO 5

Comissão lança cartilha da Abolição

A Comissão Campinense do Centenário da Abolição realizará, hoje, às 20 horas, no Museu de Artes Assis Chateaubriand, o lançamento da cartilha "100 anos, Libertação Fictícia", tendo como proposta principal mostrar a vida do povo negro — escravo, além da divulgação do trabalho para o crescimento da cidade, assim como em nível de país.

O ato de lançamento da cartilha será precedido por apresentação de capoeira, do grupo Abadauê dos Palmares, pela Banda Afro Consciência Negra de Palmares, além do grupo folclórico Acauã da Serra.

Por ocasião do evento, a Comissão do Centenário da Abolição distribuirá com o público uma nota sobre o dia 20 de novembro — Dia Nacional da Consciência Negra transcorrido no último domingo.

Fazendo parte da programação acontecerá ainda, a exibição do vídeo "Ouví o Clamor deste Povo", documentário elaborado pela Pastoral Negra da Arquidiocese de João Pessoa, entre outras atrações.

Em seu conteúdo a cartilha "100 anos, Libertação Fictícia" aborda vários temas, a exemplo do objetivo geral que em resumo propõe a "criação de condições objetivas de apoio as iniciativas individuais ou grupais concretas, para que se recupere a verdade histórica do negro"; "porque os brancos sequestravam os negros"; entre outros tópicos.

Um dos capítulos da cartilha enfoca "a mulher negra durante a escravidão" e a condição desta após a abolição. Entretanto, segundo os membros da Comissão essa discriminação com a mulher negra continua latente nos dias atuais e a sua participação no trabalho não encerrou o período escravocrata.

A cartilha, de acordo com os membros da Comissão, servirá como meio de reflexão, principalmente para essa problemática da mulher negra que continua sendo inferiorizada pelas brancas, quando ela tem capacidade para administrar ou exercer funções de comando, como qualquer outra. "Cabe a nós lutarmos para uma sociedade que reconheça a igualdade entre a mulher negra e a branca.

Centenário da Abolição



1888
1988

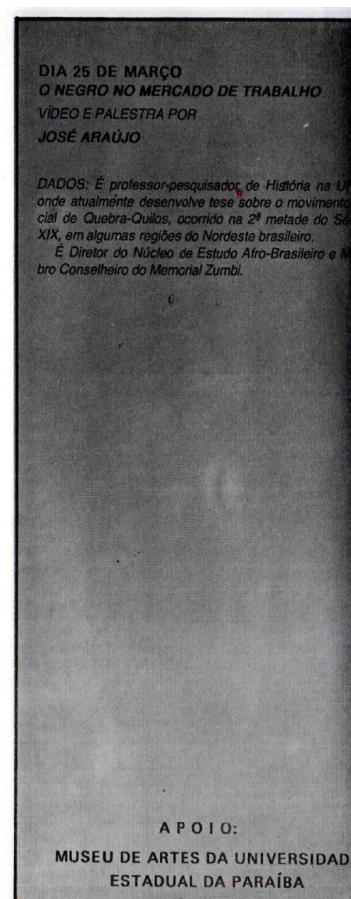
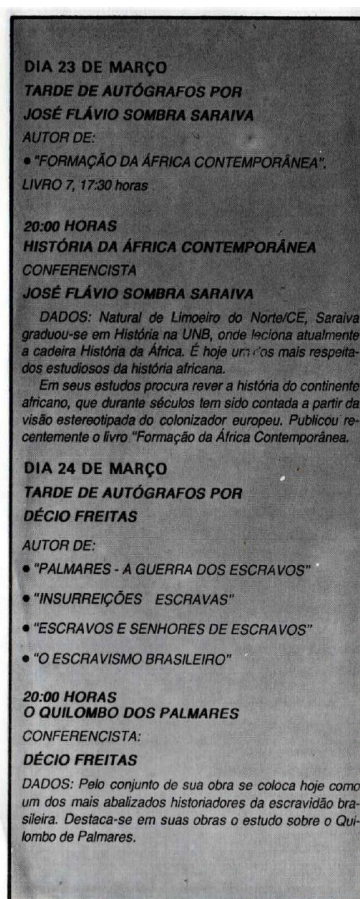
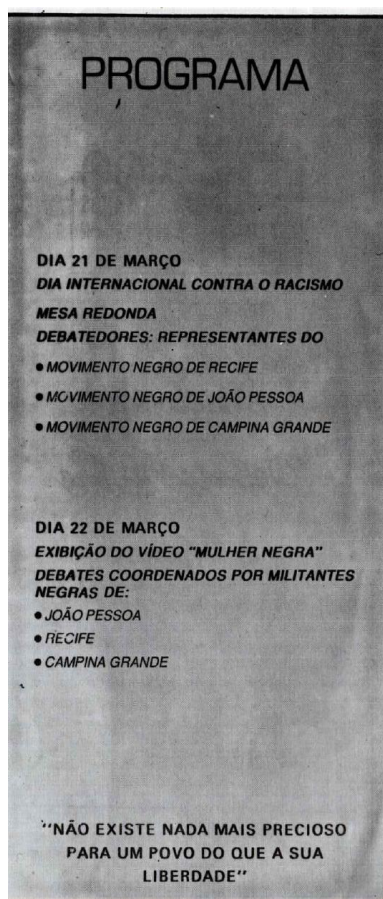
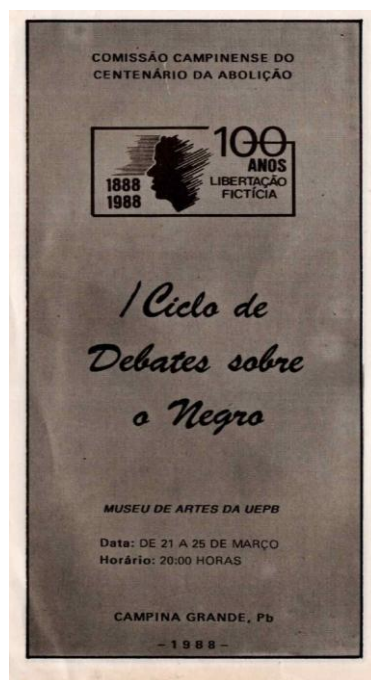
100
ANOS
LIBERTAÇÃO
FICTÍCIA

A cartilha retrata a história do negro brasileiro

Jornal da Paraíba, Campina Grande, Quinta-Feira, 24 de novembro de 1988

ANEXO 6

Folder e programação do “I Ciclo de debates sobre o Negro” – 21 a 25 de março de 1988



ANEXO 7

Ministério Público da Paraíba – Audiência pública sobre o descumprimento da Lei 11.645/2008, após solicitação do Movimento Negro de Campina Grande, 2012.


ESTADO DA PARAÍBA
MINISTÉRIO PÚBLICO
2º CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
PROMOTORIA DE DEFESA DA EDUCAÇÃO DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos doze dias de Junho de 2012, pelas 14h30min, na Sala de Audiência da Promotoria de Justiça Dos Direitos e Defesa da Educação, nesta Comarca de Campina Grande, presente o Excelentíssimo Promotor de Justiça Dr. Herbert Douglas Targino, compareceu o Sr. Walber Santiago Colaço, Secretário de Educação do Município de Campina Grande; o Sr. Paulo Loureiro, Presidente da Associação das Escolas Particulares de Campina Grande-PB; o Sr. Jair Ferreira, Coordenador do Movimento Negro de Campina Grande- PB; o Sr. José Pereira de Sousa Júnior, Coordenador do Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas (NEAB-I) da UEPB, a Sra. Solange Rocha, Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas (NEAB-I) da UFPB; a Sra. Juciene Ricarte Apolinário, Representante do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG; o Sr. Luciano Mendonça de Lima, Representante do Centro de Humanidades do Curso de História da UFCG; tendo sido acordado o seguinte:

Considerando o Ofício do Movimento Negro de Campina Grande, que faz menção ao descumprimento da Lei Federal nº 11.645/08 ;

Considerando a mobilização envolvendo esta Temática no Campo Educacional, em especial as Relações Étnicas-raciais no Brasil;

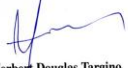
Considerando as manifestações de todos os participantes na Audiência, no que concerne ao cumprimento da referida Lei Federal nº11.645/08;

Que o Órgão Ministerial irá requisitar a fiscalização da Gerência Técnica a aplicabilidade da Lei federal nº 11.645/08, nos sistemas Públicos e

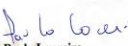
Privados de Ensino, Municipais e Estaduais, bem como, requisitar aos Dirigentes das Universidades Públicas e Privadas nesse mesmo sentido;

Que o Órgão Ministerial irá requisitar as Secretarias de Educação dos Municípios e do Estado, o encaminhamento das adequações dos Currículos Escolares no que concerne ao Ensino sobre História de Cultura Afro Brasileira e Indígenas , bem como, as Universidade Públicas e Privadas

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Audiência, do que para constar, lavro o presente Termo que, lido e achado, vai devidamente assinado por todos.


Herbert Douglas Targino
Promotor de Justiça de Defesa da Educação


Walber Santiago Colaço
Secretário de Educação do Município


Paulo Loureiro
Presidente da Associação das Escolas Particulares de Campina Grande-PB


Jair Ferreira
Coordenador do Movimento Negro de Campina Grande- PB


MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
2º CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
PROMOTORIA DE DEFESA DOS DIREITOS DA EDUCAÇÃO

CONVITE

Convidamos o **Sr. JAIR FERREIRA, COORDENADOR DO MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE-PB**, para comparecer nesta Promotoria de Justiça, instalada na Rua Terezinha Lopes de Moura, S/Nº – Liberdade, Complexo Judiciário, nesta cidade, **no dia 12 de Junho de 2012, às 14:30h**, para debater, com as entidades negras do Estado da Paraíba, Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas das Universidades paraibanas, sindicatos que representam a educação em todas suas instâncias e os agentes públicos, sobre as devidas irregularidades constatadas no tocante ao descumprimento da Lei Federal 11.645/08, no sistema público e particular de ensino.

Campina Grande, 28 de Maio de 2012.


Herbert Douglas Targino
Promotor de Justiça De Defesa Dos Direitos da Educação

José Pereira de Sousa Júnior
Coord. do Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas (NEAB-I) da UEPB


Solange Rocha
Coord. do Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas (NEAB-I) da UFPB


Juciene Ricarte Apolinário
Representante do Programa de Pós- Graduação em História da UFCG

Luciano Mendonça de Lima
Representante do Centro de Humanidades do Curso de História da UFCG

Ilmo. Sr.
Jair Ferreira
Coordenador do Movimento Negro de C. Grande-PB
Rua Men de Sá , 706 – Quarenta
CEP: 58.416-300
Campina Grande – PB – Brasil

ANEXO 8

Capa do Diário da Borborema, 13 de maio de 1988 – Chamada de reportagem: Negros preferem 20 de novembro



ANEXO 9

Diário da Borborema, 13 de maio de 1988 – Recorte da matéria sobre ato público de protesto do Movimento Negro de Campina Grande



ANEXO 10

Concurso literário: **O negro na literatura e literatura negra**, proposto pela Comissão Campinense do Centenário da Abolição e o poema “Mãe Negra”, do estudante, na época, José Cristovan Andrade

b - Do total de livros publicados 55% dos livros ficarão de posse da ASSOCIAÇÃO CAMPINENSE DE POETAS E ESCRITORES e 45% serão distribuídos nas quatro categorias:

1º lugar: 20%
2º lugar: 15%
3º lugar: 10%.

c - Os concorrentes premiados terão apenas direito (na sua respectiva categoria) a 45% dos livros publicados na 1ª edição.

d - Serão distribuídos certificados com todos os participantes.

A entrega da premiação está programada para o mês de novembro de 1988. Contudo, a divulgação dos premiados será no mês de setembro do ano em curso.

As decisões das Comissões Julgadoras serão irrecorríveis, cabendo-lhes o direito de não atribuir qualquer prêmio.

CONCURSO

Poesia
Conto
Cordel
Monografia

O NEGRO NEGRA

NA LITERATURA
E A LITERATURA

PROMOÇÃO: ASSOCIAÇÃO CAMPINENSE DE POETAS E ESCRITORES.
COMISSÃO CAMPINENSE DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO.

MÃE NEGRA

Hoje estou feliz!
Muitos pensam que, só porque sou de cor negra
Não tenho felicidades...
Hoje estou feliz!
Mesmo diante de tantas discriminações que
Imperam a mais de 400 anos...
Chamam a nossa sociedade de moderna, mas mesmo assim,
Ainda enfrentamos as mais drásticas perseguições
Na escola
No trabalho
No lazer
Nas religiões...

E assim passam os dias...
E haja óculos,
E haja ódio!
Tudo isso,
Só porque tenho a cor negra...
Sou negra!
Não nego minha cor...
Sai que tudo isso não é novo...
Fui serva dos senhores,
Fui escrava dos senhores,
Só pela minha cor...
Simplesmente, porque tenho a cor negra,
Só porque sou negra!
Hoje, substituem a serva e a escrava de antes
Por uma serva e escrava assalariada como

P
A babá
A doméstica
A garç
A lavadeira
A cozinheira
A bóia fria...

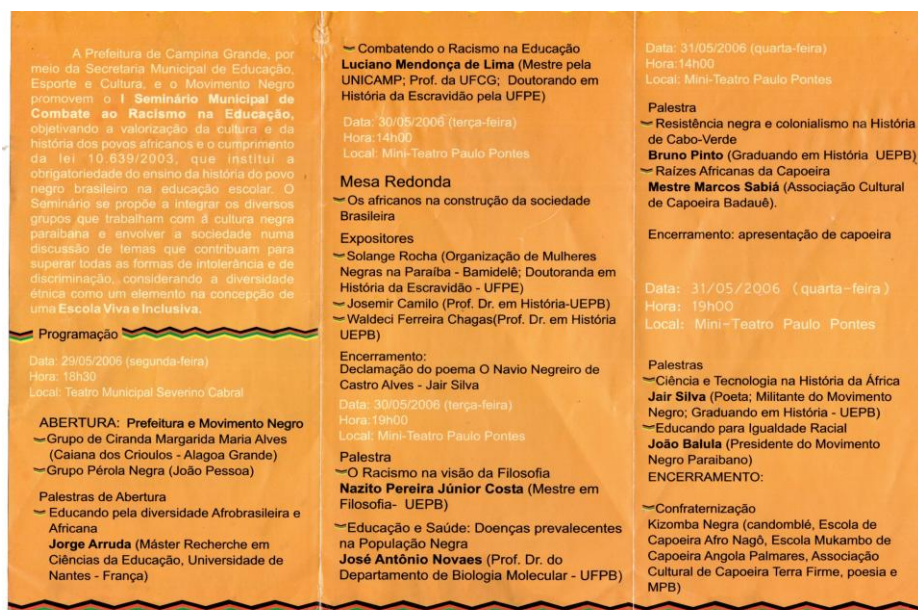
E assim continuamos servos e escravos,
E assim continuamos exercendo as profissões mais pesadas;
Tudo isso porque tenho a cor negra...
Tudo isso porque sou negra!
Diante de todas essas discriminações
Quero dizer a vocês
Que sou feliz...
Que sou gente...
E apesar dos estereótipos criados,
Resurgem em nós
Essa vontade de lutar...
Sou negra!
Sou mãe!
Sou eu!
Sou humana!
Sou gente!

E até quando vamos continuar assim?
Quanto séculos?
E vocês?...

José Cristovão de Andrade
Campina Grande

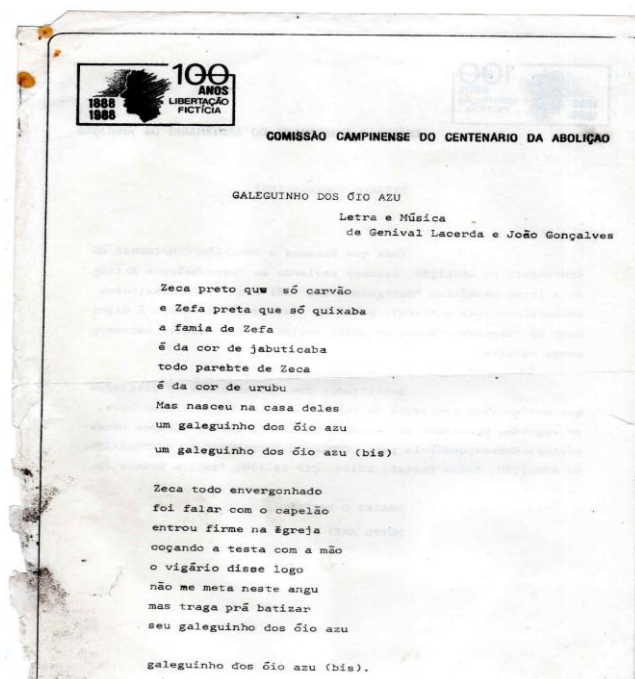
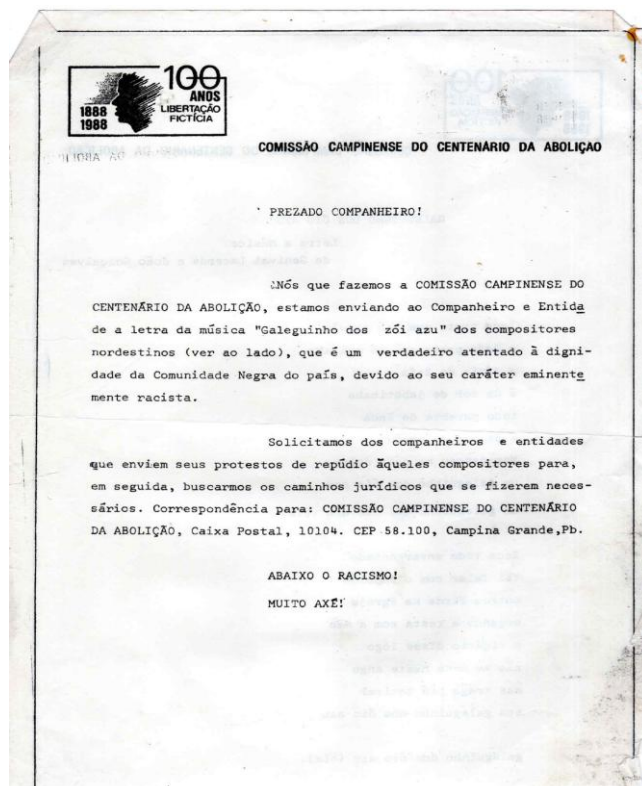
ANEXO 11

Folder: I Seminário Municipal de Combate ao Racismo na Educação - Diversidade e Inclusão Étnica - 29 a 31 de maio de 2006



ANEXO 12

Carta pública de protesto contra a canção e os compositores da canção “Galeguinho dos zói azu”, assinado pela Comissão Campinense do Centenário da Abolição enviado para entidades negras



ANEXO13

Jornal Gazeta do Sertão, 13 de maio de 1988 – edição espacial sobre os cem anos da abolição em parceria com a Comissão Campinense do Centenário da Abolição

Gazeta do Sertão

Edição Histórica.

Campina Grande, 13 de maio de 1988.

1888
1988



Abolição: um século depois, o negro ainda busca sua liberdade total



Um século depois que a Princesa Isabel sancionou a Lei Áurea, dando fim a escravidão no Brasil, os negros ainda enfrentam todos os tipos de preconceitos impostos pela sociedade, que não se conscientizou e nem teve a dignidade, ainda, de aceitá-los como membros independentemente de sua cor. Cem anos de "liberdade" e convivência diária com a sociedade dita civilizada, não foram suficientes para o negro encontrar seu lugar ao sol, sendo discriminado em todos os lugares.

No Brasil o racismo "já" é crime, inclusive sem fiança. Mas isso em termos práticos de nada vale, se for tomado por base o que acontece em outros países, como nos Estados Unidos, por exemplo, onde existem bairros de negros, escolas de negros, ônibus de negros, e as pessoas são consideradas negras pela porcentagem de sangue negro que têm em suas veias, e não propriamente pela cor. Mesmo assim a cor do sangue de todas as pessoas é vermelha e todos morrem igualmente, indo, um dia, para o mesmo lugar.

Sempre colocado em posição inferior, o negro vem enfrentando ao longo desses cem anos, o olhar indiferente da sociedade, que insiste em não lembrar — a nem reconhecer — que foi o negro quem construiu o país e deu

— muitas vezes — a própria vida pela terra que hoje não lhe pertence e que o menospreza.

Aceitar o negro como pessoa integrante de uma sociedade dita civilizada, nada mais é do que uma questão de educação e de conhecimento, pois a cor negra, fanfarrina, está em todas as pessoas. Só que em maior quantidade em alguns — que hoje são maioria — e que são chamados negros. Cem anos de "liberdade" ainda não foram suficientes para a sociedade dita civilizada ter consciência de que o negro é uma pessoa igual a todas as outras e apenas quer nascer, crescer, viver, multiplicar e morrer, como todo mundo. É só uma questão de justiça. Mas como esperar justiça de um País onde a própria justiça é injusta — e até racista?

Grande tem uma imagem cruel de seu avô. Em sua entrevista Maria Vieira afirma que o trabalho de Carga D'Água era desumano e perverso, mesmo com essa imagem, ele casou quatro vezes, teve vários filhos e viveu livre, sempre sob a proteção dos senhores de engenho. Tudo sobre Carga D'Água e sua neta, na página 8.

Uma luta antiga

A luta pela liberdade do povo negro vem de longe. Já em 1788, em Paris, era criada a Sociedade de Amigos dos Negros, que se posicionava contra o tráfico e contra a escravidão. Espalhados em tais princípios, outros países também deram início a luta pela libertação dos escravos, já sancionados pela Declaração dos Direitos do Homem. A luta conti-

Carga D'Água: perseguidor de escravos fugitivos

Mesmo não tendo físico compatível com sua profissão, já que era de pequena estatura, João Carga D'Água foi um dos mais valentes caçadores de escravos fugitivos da Paraíba recebendo por este serviço, a designação de Capitão do Alato Destemido e corajoso mas considerado de instável. Maria Vieira Carga D'Água foi o responsável por muitas perseguições e punições aos negros fugitivos, que mesmo diante de sua figura pequena, nada faziam para enfrentá-lo.

Recebendo dinheiro dos senhores de engenho para perseguir os negros, João Carga D'Água era pessoa de confiança dos patrões.

A neta de Carga D'Água, Maria Vieira, vive hoje em Campina

página 8

ANEXO 14

Atividade realizada pela Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – Bodocongó - 14 a 18 de setembro de 1988 – Campanha Fraternidade “Escutai o Clamor deste Povo”



ANEXO 15

Questionário construído e aplicado pelo Movimento Negro de Campina Grande com o objetivo de comprovar a existência da problemática racial na cidade - 1987

86

Q U E S T I O N Á R I O

Sexo: ☒ F Idade: 46 Profissão: *Assistente* Educação: *1º grau*
Cor Branca: ☒ Negra: ☐ Outras: ☐

1) Você tem preconceito, de cor?
Sim: ☒ Não: ☐ Depende: ☐ Outros: ☐

2) Você se casaria com uma pessoa de cor negra?
Sim: ☒ Não: ☐ Depende: ☐ Outros: ☐

3) Você votaria num político negro?
Sim: ☒ Não: ☐ Depende: ☐ Outros: ☐

4) Como você se sentiria tendo um chefe/patrão negro?
Superior: ☐ Inferior: ☒ Igual: ☐ Indiferente: ☐

Observações: *.....*

2) *"só se fosse um Negro bonito", "tenho preconceito com mulher negra"*

4) *"Nã queria, nã, um chefe negro. me sentiria superior para ter patrão negro"*

ANEXO 16

Abaixo-assinado: “Policia Espanca Negros”, organizado pelo Movimento Negro de Campina Grande em solidariedade a prisão e espancamento dos militantes negros Djair Silva e Enoque Mendonça, 1987

MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE.

POLÍCIA ESPANCA NEGROS.

Nós, militantes e simpatizantes do MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE - M.N.C.G., abaixo-assinados, vimos a público denunciar a VIOLENCIA POLICIAL, que se abateu sobre nossa cidade, culminando no dia 31/10/87, com a prisão e espancamento de dois militantes do Movimento Negro: DJAIR SILVA E ENOQUE MENDONÇA, por estarem conversando política num bar, provando assim, que o CIDADÃO NEGRO, não tem Liberdade de Opinião, vindo confirmar, que o Negro continua sendo brutalmente discriminado.

- ABAIXO A VIOLENCIA POLICIAL ;
- ABAIXO A DISCRIMINAÇÃO RACIAL ;
- PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO.

Campina Grande, 03 de novembro de 1987.

<u>J. A. M.</u> Assinatura <u>[assinatura]</u> Assinatura <u>[assinatura]</u> Assinatura <u>[assinatura]</u> Assinatura <u>[assinatura]</u> Assinatura <u>[assinatura]</u> Assinatura <u>[assinatura]</u> Assinatura <u>[assinatura]</u> Assinatura <u>[assinatura]</u> Assinatura <u>[assinatura]</u> Assinatura	<u>ADVOGADO</u> Profissão <u>Estudante</u> Profissão <u>professor</u> Profissão <u>func. públ. (câmara)</u> Profissão <u>funcionário (câmara)</u> Profissão <u>func. público (câmara)</u> Profissão <u>func. público (câmara)</u> Profissão <u>RA HISTÓRIA</u> Profissão <u>Estudante</u> Profissão <u>Estudante</u> Profissão <u>Estudante</u> Profissão

ANEXO 17

Ofício solicitando o auditório do Museu de Artes Assis Chateaubriand para o evento do I Ciclo de debate sobre o Negro, assinado por Jussara Natália Moreira Bélens, militante do Movimento Negro de Campina Grande e secretária da Comissão Campinense do Centenário da Abolição, 16 de março de 1988

Of.nº007/88
16 de março

Ilmo. Sr.
Diretor do IAPAS

Senhor Diretor,

A Comissão Campinense do Centenário da Abolição vem de atenciosamente agradecer a V.S. pela liberação do auditório desta conceituada entidade para o I CICLO DE DEBATES SOBRE O NEGRO, de 21 a 25 de março. Entretanto, devido à grande demanda de público por aquele evento, a Comissão houve por bem recorrer a um auditório maior, no que se refere ao número de pessoas. Espero contar com a sua compreensão e apreço.

Atenciosamente,

Jussara Natália Moreira Bélens
Comissão Campinense do Centenário da Abolição
SECRETÁRIO (A)

Anexo 17

Lista com nomes de pessoas que participavam e colaboravam com as atividades do MNCG (1986 a 1988)

MNCG Militantes		Militantes do MNCG	
1 - Vira Mendonça (fundadora)	universitária	- José Jetai	TV Barro Preto
2 - Gilvanete (apartada)	"	- Francisco de Amorim	Func ^o UFLA
3 - Enoque Mendonça	comerciant	- Marcos	Secundarista
4 - Djalma Santos	univ ^o	- Marcos Sabino	
5 - Jussara M. Moreira	secundarista	- Dorival	Coordenador / Acadêmico de UFLA
6 - Jaildo	advogado	- Galvão	Secundarista
7 - Jacinto	univ ^o	- Fommand	Prof ^o Sec.
8 - Pepê (fundador; apartado)	gráfico, art. p ^o	- Tony	
9 - Valéria	univ ^o	- Margaret	
10 - Elise	"	- Socorro Zacarias	Secundarista
11 - Fernando	Func ^o UFLA	- Maria José	Func ^o Pub ^o / UFLA
12 - Socorro Santos	univ ^o	- Zival de Vete	est.
13 - Rildo	Prof.	- Alessandra	est.
14 - Maria		- Vera (Mestrado de Psicologia)	func ^o pub ^o
15 - Joana Cambo	univ ^o	- Nodusa L. S. de Oliveira	
16 - Marcio	Secundarista	- Pacifico Luciano da Mota de M. S.	
17 - Kalina	secund.	- Rodocamp	
18 - Sebastião	Secundarista	- Maria Expedita Santos	
19 - Vanildo	jornalista	- E. Hespides, Carlos, 190	
20 - Eliete	estudante	- Jacinto	
21 - Elze	"	- Gil	
22 - Socorro Lúcia de F. Fernandes	univ ^o		

MNCG Militantes	
23 - Elvinda	
24 - Dena	gráfico
- Afonso	
- Lúcia	
- Lúcia	
contatos / participantes	
- Amélia	func ^o
- Amélia	est.
- Abadia	est.
- Arlandil	est.
- Gilmar dos Santos	est.
- Luciano	comunic.
- Gilmar do Rio	
- ~~Marta da Silva~~	
- Afonso, da Foz de	jornalista
- ~~Marta~~	
- ~~Marta~~	
- Boninha	
- Nelson de Angola	est.
- Eugênio	prof / art. p ^o
- José Benjamin / Rosilene	est.
- Damião	
- João	advogado
- Álvaro	dentista
- ~~João~~	

ANEXO 18

Programação com evento do MNCG na Escola Estadual do 1º e 2º graus Félix Araújo – 15 de junho de 1996

Escola Estadual do 1º e 2º graus Félix Araújo

PROMOVE : UM DIA COM A CULTURA NEGRA
DIA : 15 de junho de 1996

8:30 - Abertura
8:45 Palestra : "O Negro e a História do Brasil" Palestrante
Jair Silva Ferreira , MNCG .

Apresentações
9:35 - Grupo de Capoeira "Axé da Palmares"
10:20 - Intervalo
10:30 - Grupo Ginga Brasil (Dança do Maculelê)
11:00 - Encerramento (Banda Aréere).

" Pele Negra "
Autor : Jair Silva Ferreira (

I	IV
Ai ! Pele negra	Pois se negra e a pele
Que me encanta	não apele !

ANEXO 19

Ofício do MNCG solicitando apoio financeiro ao SINTAB para a realização de evento em 1998. Sem nenhuma estrutura de financiamento próprio, o coletivo social negro campinense e seus militantes foram interpretados como um agrupamento de uma “elite negra” em Campina Grande

<u>P R E S T A Ç Ã O D E C O N T A S</u> PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO ATO PÚBLICO DO DIA NACIONAL DA CONCIÊNCIA NEGRA — 20/NOVEMBRO/1997. LOCAL: PRAÇA DA BANDEIRA INÍCIO: 16:00hs TÉRMINO: 19:00hs <u>CONTRIBUIÇÕES (RECEITA):</u> <table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 70%;">ADUF-PB-CG</td> <td style="width: 30%;">R\$.: 30,00 (TRINTA REAIS)</td> </tr> <tr> <td>SINTAB</td> <td>R\$.: 30,00 (TRINTA REAIS)</td> </tr> <tr> <td>ADUEFP</td> <td>R\$.: 30,00 (TRINTA REAIS)</td> </tr> <tr> <td>SINDISCO</td> <td>R\$.: 30,00 (TRINTA REAIS)</td> </tr> <tr> <td>DOE-RUPB</td> <td>R\$.: 20,00 (VINTE REAIS)</td> </tr> <tr> <td>TOTAL:</td> <td>R\$.: 140,00 (CENTO E QUARENTA REAIS)</td> </tr> </table> <u>DESPESAS:</u> <table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 70%;">CARRO SOM (03-TRÊS HORAS)</td> <td style="width: 30%;">R\$.: 90,00</td> </tr> <tr> <td>TRANSPORTES (GRUPOS CONVIDADOS)</td> <td>R\$.: 50,00</td> </tr> </table> OBS.: ESTAMOS PRESTANDO CONTAS COM CERTO ATRAZO, PORÉM POR MOTIVO DE TRANSPARÊNCIA E CONDUTA ÉTICA, JÁ QUE SOMOS UMA ENTIDADE SÉRIA, ACHAMOS NECESSÁRIO QUE TODOS SAIBAM DO DESTINO DAS CONTRIBUIÇÕES ACIMA CITADAS, QUE CADA ORGANIZAÇÃO SINDICAL E ESTUDANTIL OFERECERAM PARA O ATO SHOW DO DIA NACIONAL DA CONCIÊNCIA NEGRA. APROVEITAMOS A OPORTUNIDADE PARA RENOVAR-NOS LAÇOS FRATERNOS. _____ JAIR SILVA FERREIRA — COORDENADOR DO ATO —	ADUF-PB-CG	R\$.: 30,00 (TRINTA REAIS)	SINTAB	R\$.: 30,00 (TRINTA REAIS)	ADUEFP	R\$.: 30,00 (TRINTA REAIS)	SINDISCO	R\$.: 30,00 (TRINTA REAIS)	DOE-RUPB	R\$.: 20,00 (VINTE REAIS)	TOTAL:	R\$.: 140,00 (CENTO E QUARENTA REAIS)	CARRO SOM (03-TRÊS HORAS)	R\$.: 90,00	TRANSPORTES (GRUPOS CONVIDADOS)	R\$.: 50,00	<u>MOVIMENTO NEGRO CAMPINENSE</u> CAMPINA GRANDE, PARAÍBA, 17 DE MARÇO DE 1998 OFÍCIO: Nº 0002/98 DC MNCG A DIRETORIA DO SINTAB O MNCG vem solicitar junto a essa entidade classista um carro de som, para que nós possamos fazer um ato público referente ao Dia Internacional para a Eliminação do Preconceito de Raça, que realizar-se-á no dia 21 de março do corrente ano. Certo de vossa colaboração, agradecemos respeito sante. _____ JAIR SILVA FERREIRA REPRESENTANTE DO MNCG — _____ OTHON SÉRGIO DE SOUSA COSTA — REPRESENTANTE DO CAPOEIRA BRASIL — 103/98
ADUF-PB-CG	R\$.: 30,00 (TRINTA REAIS)																
SINTAB	R\$.: 30,00 (TRINTA REAIS)																
ADUEFP	R\$.: 30,00 (TRINTA REAIS)																
SINDISCO	R\$.: 30,00 (TRINTA REAIS)																
DOE-RUPB	R\$.: 20,00 (VINTE REAIS)																
TOTAL:	R\$.: 140,00 (CENTO E QUARENTA REAIS)																
CARRO SOM (03-TRÊS HORAS)	R\$.: 90,00																
TRANSPORTES (GRUPOS CONVIDADOS)	R\$.: 50,00																

ANEXO 20

Carta aberta da “I Jornada de Educação Afro-brasileira e Indígena” e a programação desse evento, 2011, organizado pelo MNCG

I JORNADA DE EDUCAÇÃO AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Desde a década de 40 que o Movimento Negro vem lutando para que o Estado brasileiro reconheça a importância do processo civilizatório africano na formação da nossa cultura e história. Entretanto, apenas em 2003 esse sonho foi conquistado quando o Governo Federal alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e instituiu a História da África e Cultura Afro-Brasileira na matriz curricular de nossas escolas públicas e particulares. Além dessa obrigatoriedade que deve perpassar por todo âmbito do currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira. A Lei 10.639/03 também inseriu no calendário escolar através do Artigo 79-B o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

Passados mais de 8 anos da criação desta Lei diversos governantes e agentes públicos resistem em cumprir com o que ela determina. Aqui em Campina Grande, por exemplo, percebemos que o quadro docente das redes municipal, particular e estadual de ensino pouco trabalha com a Lei 10.639/03 e ainda são muitos os gestores escolares que desconhecem os conteúdos das Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Na verdade, falta capacitação pedagógica para os trabalhadores e trabalhadoras em educação face aos desafios educacionais oriundos da Lei 11.645/08, uma vez que a História e Cultura dos Povos Indígenas também deve constar na formação de nossos professores(as) e alunos(as). Até o presente momento, as diretrizes aqui citadas não foram formuladas e adaptadas ao contexto histórico e educacional de Campina Grande, pois o que tem ocorrido nesse debate no tocante à Lei 11.645/08 são atividades pontuais, geralmente construídas pelo esforço individual de alguns docentes.

Portanto, diante desse contexto, o Movimento Negro de Campina Grande em parceria com o SINTAB convida toda a sociedade civil a fazer um debate amplo e democrático sobre o cumprimento da Lei 11.645/08, visto que estamos no Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes e sabemos que o Brasil só será um país justo e igualitário quando oferecer uma educação que realmente promova a plena igualdade racial, superando esse modelo de educação eurocêntrico, excludente e racista que historicamente tornou-se hegemônico em todos os níveis da educação brasileira.

*“Cabelo veio da África
junto com meus santos
Respeitem meus cabelos, brancos”
(CHICO CÉSAR)*

I JORNADA DE EDUCAÇÃO AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Os participantes terão direito a receber certificado

PROGRAMAÇÃO: **Entrada: 1k de Alimento não perecível.**

Quarta-feira 16/11/2011- Manhã- 08:00h- TEATRO do SESC CENTRO

- ◆ Solenidade de Abertura: Jair Silva- Historiador e Coordenador do Movimento Negro de Campina Grande. Napoleão Maracajá- Presidente do SINTAB.
- ◆ Palestra: Estatuto da Igualdade Racial e Políticas Públicas Para a Cultura Afro-Brasileira. Expositor: Chico César- Secretário de Cultura do Estado da Paraíba.
- Palestra: Lei 10.639/03 e Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Expositor: Henrique Cunha Júnior- Mestre em História, Sociólogo, Doutor em Engenharia Elétrica e Professor da UFC.
- ◆ Encerramento: Escola de Capoeira Afro Nagô- Instrutor Evaldo Batista (Morcego) Projeto NH2C- Hip Hop / Lançamento do “CD Versos a Dois”- Dido Voxon e Banda Princípio Ativo - (Participação especial Marcelo do B)

Quarta-feira: Tarde 14:00h - MINI-TEATRO PAULO PONTES (TEATRO SEVERINO CABRAL)

Coordenador: Nazito Pereira - SINTAB

- ◆ Palestra: Lei 10.639/03, Ciência e Tecnologias Africanas na Formação da Sociedade Brasileira. Expositor: Luciano Mendonça de Lima - Doutor em História e Professor da UFCG
- ◆ Palestra: Abdias do Nascimento, Ativismo Negro e o Ensino de História da África e Cultura Afro- Brasileira. Expositor: José Pereira de Sousa Júnior - Doutorando em História pela UFPE e Professor da UEPB.

Quarta-feira: Noite- 19:00h - MINI-TEATRO PAULO PONTES (TEATRO SEVERINO CABRAL)

Coordenador: Jair Silva – Coordenador do Movimento Negro de Campina Grande

- ◆ Mesa-redonda: Ensino de História da África, Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Rede Pública de Ensino: Por Que Tanto Descasos Com a Lei 11.645/08? Expositores: Juciene Ricarte - Doutora em História e Professora da UFCG. Waldeci Ferreira Chagas - Doutor em História e Professor da UEPB. Sebastián Sánchez Martín - Doutor em Educação e Professor da UEPB.
- ◆ Encerramento: CIA Caravana - Performance de Dança do Ventre - Raks África

APOIO: uepb  **REALIZAÇÃO:** Movimento Negro de Campina Grande 

ANEXO 21

Folder com a programação e os objetivos da “I º Jornada pelo cumprimento da Lei 10.639/2003 – História e Cultura dos afro-brasileiros (as)”, 20 de novembro de 2006. Organizado pelo MNCG, esse evento foi o primeiro debate público realizado na cidade com o objetivo central de cobrar a materialidade da Lei 10.639/2003

História e Cultura Afro-Brasileira
1ª jornada pelo cumprimento da Lei 10639 na Paraíba-20/11/2006.

HISTÓRIA E CULTURA DA AFRICA E DOS AFRO-BRASILEIROS (AS)

APRESENTAÇÃO
Em janeiro de 2003 foi sancionada, no âmbito do governo federal, uma importante lei. Trata-se da Lei 10639, que instituiu a obrigatoriedade do conteúdo de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio no Brasil. Resultado da luta e das aspirações de gerações e mais gerações de educadores, militantes e demais setores da sociedade brasileira ao longo do tempo, a referida lei aponta na direção de uma educação efetivamente inclusiva, anti-racista e libertária, ao reconhecer o papel fundamental da experiência histórica dos afro-brasileiros na formação desse país, ainda hoje tão injusto e excludente. Passados quase quatro anos de sua aprovação, porém, a Lei 10639 não vem sendo cumprida na maior parte das unidades da federação, incluindo aí a Paraíba. Nesse sentido, um conjunto de entidades e instituições ligadas ao movimento negro, movimento sindical, movimento estudantil, às universidades e a sociedade civil como um todo, vêm se mobilizando para evitar que as expectativas criadas em torno da lei e seus desdobramentos pedagógicos e políticos se vejam frustrados, em função do descompromisso do Estado brasileiro em suas múltiplas instâncias. Por isso mesmo, convidamos a todos para participarem da “1ª jornada pelo cumprimento da Lei 10639 na Paraíba”.

PROGRAMAÇÃO

8hs Abertura;
Exibição de Capoeira;
(UCPB);

1ª Mesa-Redonda: A Lei 10639, projetos político-pedagógicos e o papel da Universidade;

Convidados
- Antonio Berto Machado (Professor da Unidade Acadêmica de Educação da UFCG).
- Solange Pereira Rocha (ANPUH-PB).
- Vicemário Simões (Pró-Reitor de ensino da UFCG).
Mediador: Luciano Mendonça - UFCG
Local: Auditório do centro de extensão José Farias Nóbrega - UFCG.

14hs Exibição de Capoeira;
(UCPB);

2ª Mesa-Redonda: A Lei 10639 e o Poder Público: responsabilidades e desafios.

Convidados
- Flávio Romero (Secretário de Educação do Município de Campina Grande).
- Representante da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba.
- Eduardo Rabenhorst (Professor do Departamento de Direito da UFPB).
Mediador: Sizenando Leal Cruz - SINTEP
Local: Auditório do Colégio Estadual da Prata

19hs Exibição de Capoeira;
(UCPB);

3ª Mesa-Redonda: A lei 10639, movimentos sociais e educação anti-racista.

Convidados
- Jair Silva (Movimento Negro de Campina Grande).
- Cristóvão Andrade (Diretor do CEDUC-UEPB).
- Edna Maria Serafim (Diretora do SINTEP).
Mediador: Virginia Passos - Fundação de Capoeira Mestre Jelon

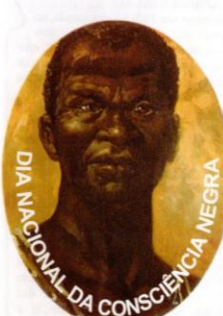
Encerramento: Confraternização com Degustação da Culinária Afro-Brasileira
Local: Auditório do CEDUC-UEPB.

Realização:
Movimento Negro de Campina Grande; SINTEP; ANPUH-PB; SINTENP; SINTAB; ADUEPB; Ca's de História e Pedagogia - UEPB, DCE - UFCG; DCE UEPB; UCPB.

Apoio:
Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria Municipal de Educação; Governo do Estado da Paraíba/Secretaria de Educação e Cultura; Universidade Federal de Campina Grande; Universidade Estadual da Paraíba.

COORDENAÇÃO
Sizenando Leal Cruz SINTEP
(83) 9127-4245 / 3321-0093
SizenandoLeal@yahoo.com.br
Jair Silva Movimento Negro de Campina Grande
83/8853-6829
Virginia Passos Equipe de Capoeira Mestre Jelon
(83) 8819-9138
jiriniapassospb@yahoo.com.br
Luciano Mendonça UFCG
83/3333-2432
mlig.com@ig.com.br

1ª JORNADA PELO CUMPRIMENTO DA LEI 10.639
HISTÓRIA E CULTURA DA AFRICA E DOS AFRO-BRASILEIROS (AS)



20 DE NOVEMBRO
CAMPINA GRANDE

ANEXO 21

Reportagem sobre as cotas raciais nas universidades brasileiras na qual o militante Moisés Alves afirma que tais políticas são esmolas que o MNCG não aceita. Jornal da Paraíba, domingo, 9 de setembro de 2001

Cidades 7 Paraíba • Domingo, 09 de Setembro de 2001 B-5

Campina tem menos de 2% de negros nas universidades

Índice revela que eles não freqüentam a maioria dos cursos em quatro instituições

GEOVALDO CARVALHO

Campina Grande - A presença do negro nas quatro universidades que disponibilizam cerca de 5 mil vagas anualmente, em Campina Grande, é quase inexistente, conforme revela um levantamento efetuado pelo Movimento Negro, deixando em relevo um modelo excludente que o Governo agora quer consertar, estabelecendo cotas.

Em Campina, a presença do negro no ensino superior é ínfima, em torno de 0,2%, inferior ao índice nacional que está em torno de 2,2% dos brasileiros que concluem cursos universitários e são negros, subindo para 13%,5 para mulatos.

O índice de 0,2% significa menos de um aluno por curso, nos 53 oferecidos pela Universidade Estadual da Paraíba, Facisa, Universidade Federal da Paraíba, Campus II, além da UVA-Universidade do Vale do Acaia, que ministra curso de fim-de semana nas instalações do Geo.

O movimento Negro atribui essa exclusão ao próprio modelo social, que não propicia condições para os negros, oriundos de família humildes, chegue às universidades. "Eles quando chegam ao curso secundário já têm que trabalhar, ou mesmo trabalham antes e não tem condições de competir com os que tem mais condições de estudar", assegura Moisés Alves, do Movimento Negro, acrescentando que nem sempre aquele que conseguiu entrar na universidade vai até o fim do curso.

A exclusão do negro nos bancos das universidades campinenses é mais acentuada nas instituições na

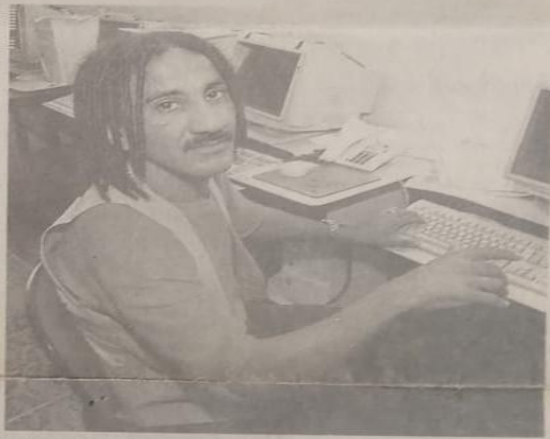


O Curso de Comunicação da UEPB é uma amostra do número reduzidos de negros em sala de aula

Movimento rejeita o sistema de cotas para garantir vagas

Moisés Alves, integrante do Movimento Negro de Campina Grande e presidente do Partido Verde, classifica de "exclusão oficializada", a proposta do Governo que pretende adotar a implementação de cotas para garantir o acesso do negro nas universidades.

"Nós não queremos esmola, nem favor, queremos oportunidade de competir de igual para igual e respeito aos nossos direitos garantidos na Constituição, como qualquer cidadão", diz Moisés. Para ele, as desigualdades do negro vem da origem, distorções do próprio modelo que o exclui do mercado de trabalho, das oportunidades e da escola. "Um negro que vive à margem da sociedade organizada, sem



Moisés Alves: não queremos esmolas, mas oportunidades

ANEXO 22

Folder da programação do I Encontro Estadual do Movimento Negro da Paraíba, organizado pelo MNCG, em 1998

CONVITE

Convidamos V.Sa. para participar das atividades alusivas ao I Encontro Estadual do Movimento Negro da Paraíba, que será realizado no Museu de Arte Assis Chateaubriand da UEPB, no dia 29/08/98, nas dependências daquela casa cultural.

Agradecemos sua presença,

Moisés Alves
Coordenador

PROGRAMAÇÃO

SÁBADO - MANHÃ

8:00h - Abertura
Hino Nacional - Banda Filarmônica Epitácio Pessoa - Prefeitura Municipal - Secretaria de Educação de Campina Grande

8:30h - Composição da mesa

8:45h - Quilombo do Talhado - "S.O.S. para ninguém morrer"
Palestrante: João Balula

9:20h - O Negro diante das mudanças do mundo do trabalho
Palestrante: Prof. Cristovam Andrade - UEPB

10:00h - Debates

11:00h - Passeata até a Praça da Bandeira
Programação de rua (Capoeiras)

TARDE

12:00h - Horário livre - alimentação

14:00h - S.O.S Talhado: 138 anos de solidão
Palestrante: Maria das Graças Marques
Professora pesquisadora da Universidade Estadual da Paraíba - Dept. de Psicologia

14:40h - Globalização e negritude; o fato e o mito
Palestrante: Manoel Donato - professor, mestre pela UFPB, doutorando em Ciências Sociais pela Unicamp

15:30h - O negro e as perspectivas políticas
Palestrantes: Jair Silva - Moisés Alves

16:00h - Lançamento do livro Versos D'versos, do poeta Carlos Brás Cubas - Homenagens e agradecimentos especiais - Avaliações, discussões e propostas para o dia 20 de novembro - *Participação especial:* Molejo sem preconceito (pagode)

APOIO:

- ADUFPB-CG
- ADUEPB
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE
- SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS
- SINDICATO DOS BANCÁRIOS
- MUSEU DE ARTE ASSIS CHATEAUBRIAND
- UEPB
- CENTRO ACADÊMICO VLADIMIR HERZOG - COMUNICAÇÃO SOCIAL
- DECOM - UEPB
- JORNAL 360 GRAUS
- CLOVIS CARTAZISTA
- LUIZ LUNA
- IMPRENSA FALADA, ESCRITA E TELEVISADA
- JÚLIO CESAR

Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito...

Não somos o que deveríamos ser, não somos o que iremos ser, mas graças a Deus não somos o que éramos.

Martin Luther King

AGRADECIMENTO ESPECIAL:

A Deus pela força, pela luz, pelo amor, por ter fé, pela saúde...

Gratidão, muita gratidão...



**ENCONTRO
ESTADUAL DO
MOVIMENTO
NEGRO
DA PARAÍBA**

29 DE AGOSTO/1998 - CAMPINA GRANDE-PB

**PERSPECTIVAS DA CIDADANIA
DO NEGRO NO 3º MILÊNIO**

Local: Museu de Arte Assis Chateaubriand

É melhor tentar e falhar que preocupar-se e ver a vida passar...

É melhor tentar, ainda que em vão, que sentir-se fazendo nada até o final... Eu prefiro na chuva caminhar, que em dias triste me esconder... Prefiro ser feliz, embora louco(a) que em conformidade de viver!! (Martin Luther King)

ANEXO 23

Programação da “I e II Semana da Consciência Negra” no SEDUC, da UEPB, Campus I, em 2002 e 2003. Tratou-se do primeiro debate a abordar as cotas raciais na UEPB

II Semana da Consciência Negra

PROGRAMAÇÃO

Local: CEDUC-UEPB Dia 18, 19 e 20.11.03 Horário: 14:30 Sala 09

Mini-curso: Construindo uma Pedagogia anti-racista na sala de aula.
Ministrante : Jair Silva (Militante do Movimento Negro).

Local: CEDUC-UEPB Dia: 19.11.03 Horário: 08:40 Sala 18

Apresentação do vídeo Filhos da Mãe África, seguido de debate com os alunos da Disciplina História da África do Professor Benjamin.

Local: CEDUC-UEPB Dia: 19.11.03 Horário: 19:00 Auditório

Mesa-redonda: Raça, Racismo e Negritude: A Importância do Afrodescendente na Formação da Sociedade Brasileira.

- Moisés Alves (Coordenador do Movimento Negro Campinense)
- Josemir Camilo (Prof. Dr. Do Curso de História UEPB)
- Manoel Donato (Professor- Doutor do Deptº. Economia - UFCG)
- Coordenador da Mesa - Caio Fernandes (Presidente do CAHEG)

Local: CEDUC-UEPB Dia: 20.11.03 Horário: 8:30 e 19:00 Auditório

Mesa-redonda : Cotas para Negros na Universidade.

- Dep. Estadual Ricardo Coutinho
- Profª. Eliane Moura Silva – Pró-Reitora de Integração e Desenvolvimento Estadual
- Representante do Movimento Negro Unificado da Bahia
- Luciano Mendonça (Professor Mestre e Chefe do DHG -UFCG)
- José Cristóvão de Andrade (Professor Mestre, Chefe do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais do CEDUC e Presidente da ADUEPB)
- Coordenador da mesa: Jair Silva (Militante do Movimento Negro e membro do CA)
- Encerramento: Apresentação da Escola de Capoeira Afro Nagô

Local: UFCG Dias: 22 e 29.11.03 Horário: 08:00-12:00 LABEHG

Mini-curso: Cultura e Resistência Negra no Brasil .
Ministrante : Luciano Mendonça (Professor Mestre UFCG)

“O Câncer do Racismo Suja o Caráter da Nação”
Bob Marley

I SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA DO CEDUC.

Período 26 a 28 de Novembro.

Local: Museu de Artes da UEPB.

Tema: Cotas para Afrodescendentes na UEPB

Abertura: Jair Silva (Diretor Cultural do CA de História e Militante do movimento negro)

Palestrantes: Valdênio Freire (Diretor Cultural do CA de História).
Ricardo Coutinho (Deputado Estadual do PT).
José Cristóvão de Andrade (Mestre em Sociologia e chefe do departamento de Filosofia e Ciências Sociais do CEDUC).

Debatedor: Eli Brandão (Professor – Doutor do Curso de Letras da UEPB). 08:30hs terça-feira

Expositoras: Mesa - redonda: Políticas afirmativas, mulher negra e racismo no Brasil.
Socorro Pereira (Professora - Mestra do Departamento de Psicologia UEPB).
Maria das Graças Marques (Professora - Mestra do Departamento de Psicologia UEPB)

Mediadora: Auri Donato (Professora - Doutora do Departamento de Serviço Social e membro do grupo de gênero flor e flor UEPB).
Ofélia Barros (Professora – Mestra UEPB).
Ana Cristina Santos (jornalista e aluna do curso de história da UEPB) 19:00hs terça-feira.

Encerramento: Jair Silva Declama “O Navio Negroiro” de Castro Alves.

Palestra: Candomblé, cultura e identidade

Palestrantes: Idalina Santiago (Professora - Doutora do Departamento de Serviço Social e membro do grupo de gênero flor e flor UEPB). 08:30hs
Vicente Mariano (Tataiorixá – Terceiro Senhor do Bonfim)
Valdemir Mariano (Doutorando em Engenharia Mecânica - UFPB).

Encerramento: Apresentação de Candomblé (Louvação pra Oxum).

Mesa - redonda: Ciência, Cultura e Tecnologia dos africanos no Brasil

Expositores: Josemir Camilo Professor - Doutor da UEPB)
Matusalém Alves Oliveira (Mestrando e professor da cadeira de África da UEPB)
José Benjamin (Professor – Mestre da UEPB).

Mediador: Pe. Luiz Zadra (Negra Voz).

Encerramento: Rossi Alaiide (Aluno do curso de História UEPB) 19:00hs quarta-feira.

Palestras: Apresentação do Cordel Abolição sem Libertação (Hélvia Callou).
A invenção do racismo no ocidente. 08:30hs quinta-feira
O negro na revolta de Quebra - Quilos

Palestrantes: João Balula (Especialista em cultura Afro-brasileira e presidente do movimento negro Paraibano).
Luciano Mendonça de Lima (Professor Mestre da UFCG).
Leônidas da Silva (Historiador).

Encerramento: Escola de Capoeira Afro – Nagô

Oficina de Gênero e Etnia (Grupo de Gênero Flor e Flor do Curso de Serviço Social).
Oficina de Capoeira (Escola de Capoeira Afro Nagô).
Oficina de Percussão (Candhum B)

(Local das oficinas CEDUC horário 14:00hs).
“O futuro também precisa ser negro” (Bob Marley).

ANEXO 24

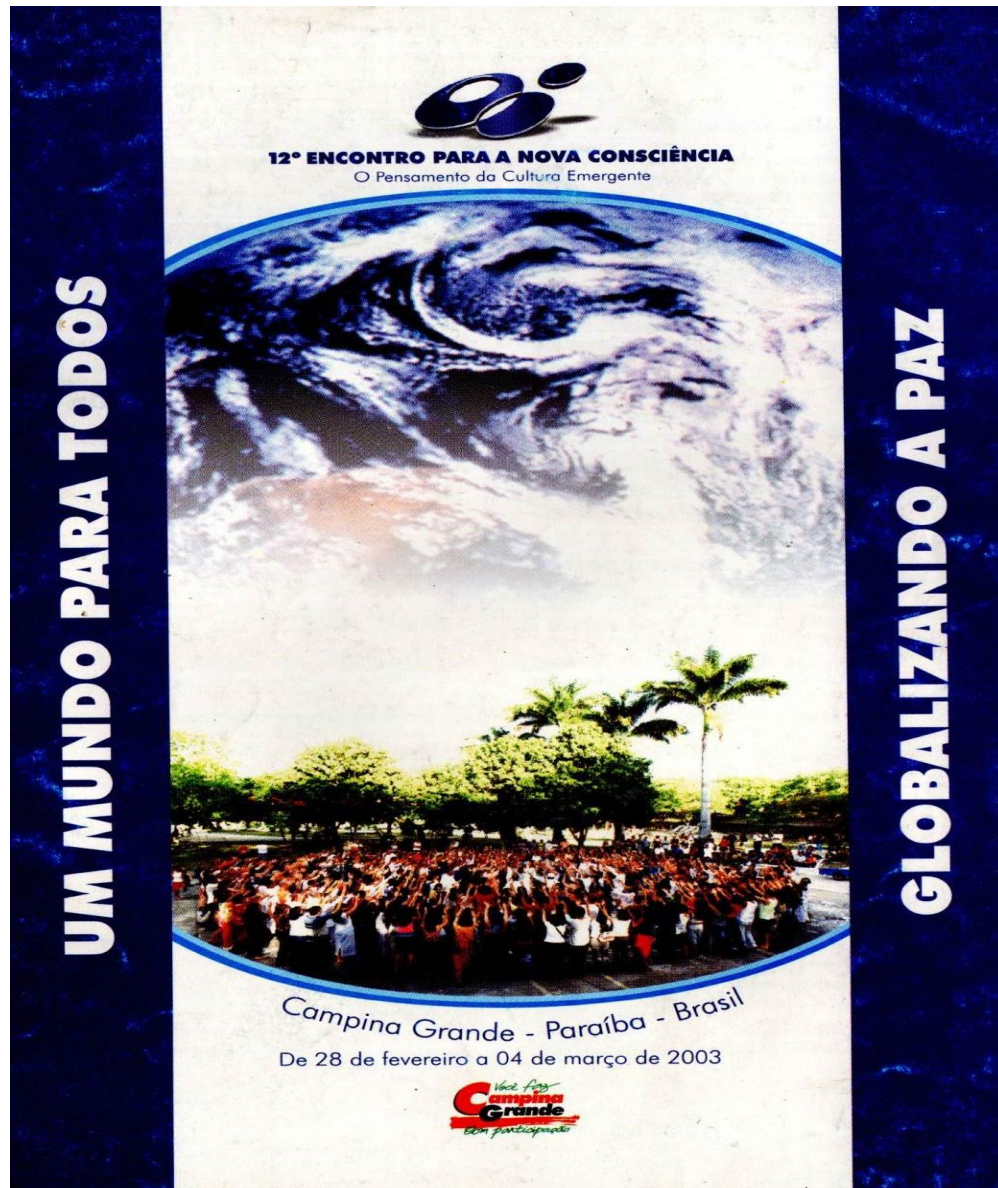
Primeira folha da lista de presença do I Encontro Estadual do Movimento Negro Paraibano,
Campina Grande 1998

I Encontro Estadual do Movimento Negro
Lista dos Representantes
Campina - Grande
28-08-98
Paraíba

- 1 - Nome e grupo - BENEDITO DOS SANTOS (GRUPO 2000)
- 2 - Gilson G. A. RIBEIRO 238-8492 (GRUPO 2000)
- 3 - Edvaldo Augusto Costa (GRUPO 2000)
- 4 - Edvânia Alves Turtli, São Sebastião do Umbuzeiro PB (GRUPO 2000)
- 5 - Clovis P. Mates Santos (DECOM - UEPB)
- 6 - Jacinta de Fátima Santos (Cumbre - João Pessoa)
- 7 - Suzanne Victor de Barros - Ministério Público / Unidade de Cidadão - João Pessoa.
- 8 - Prof. Dalva da Silva 232 2270
- 9 - Valdeci Ferreira Chagas - Grupo de Estudos sobre o Negro
- 10 - Severina Saitiro de Sales (Professora de Física) (083) 237-8663 - Praia Londrina
- 11 -
- 12 - Gonçalo Pereira da Silva
- 13 - Adriana Nascimento Lima (Associação Kunka - Kerlebe)
- 14 - Razimary Belina Gomes Alves
- 15 - Francisco dos Anjos
- 16 - Lucilânio Santos Eugênio
- 17 - Djalma Pequeno dos Santos
- 18 - José Roberto da Conceição Araújo
- 19 - Grupo de pesquisa Kunka KERLEBE
- 20 - Heriberto de S. Rodrigues
- 21 - Alcio Zito - Nascimento
- 22 - Marlene do Nascimento Brito - APN's - João Pessoa
- 23 - Carlos Martins
- 24 - Geraldo de Brito da Nascimento
- 25 -

Anexo 25

Capa do caderno com a programação do 12º Encontro Para a Nova Consciência – O pensamento da Cultura Emergente. Campina Grande – 28 de fevereiro a 04 de março de 2003



ANEXO 26

Cartaz de divulgação da I Jornada pelo Cumprimento da Lei 10.639 – História e Cultura da África e dos Afro-brasileiros (as) – 20 de novembro Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro de 2006 (Observação: a imagem de Zumbi dos Palmares e do vinte de novembro permanece como pano de fundo das ações do MNCG de 1986 a 2013)



ANEXO 27

Reportagem que aponta atuação do Ministério Público sob as secretarias de educação de Campina Grande, Boa Vista, Lagoa Seca e Massaranduba em relação ao descumprimento da Lei 10.639/2003 após intervenção do MNCG em 2006, 26 de fevereiro de 2010

MP instaura inquérito para saber se escolas ensinam cultura negra e indígena

Equipe técnica fará inspeções em escolas públicas e particulares nas quatro cidades

Postado por Demócrito Garcia em [Notícia](#), dia 26/02/2010 às 09:29h

O Ministério Público da Paraíba instaurou inquérito civil público para averiguar se o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena está sendo ministrado nas escolas nos municípios de Campina Grande, Massaranduba, Lagoa Seca e Boa Vista, conforme determina a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 9.394/96, também chamada "LDB"). Para isso, uma equipe técnica fará inspeções em escolas públicas e particulares nas quatro cidades.

Na semana passada, a Promotoria de Justiça do Cidadão da Comarca de Campina Grande encaminhou ofício aos secretários de Educação desses municípios solicitando a relação das escolas e ao secretário da Educação da Paraíba, solicitando informações sobre a adequação dos currículos das redes públicas municipais e estadual de ensino em relação à obrigatoriedade do ensino desses conteúdos. Após o envio das informações, será promovida inspeção por amostragem em escolas públicas.

As investigações foram iniciadas no ano passado pelo promotor de Justiça que atualmente coordena o 2º Centro de Apoio Operacional às Promotorias, Luís Nicomedes. Conforme explicou o promotor de Justiça Herbert Vitório Carvalho, o inquérito foi instaurado com base na reclamação feita, em 2006, por integrante do Movimento Negro de Campina Grande que participa do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro da UFCG.

"Segundo eles, os gestores municipais não estariam cumprindo o artigo 26-A da LDB, que diz que as escolas devem trabalhar conteúdos programáticos referentes à história e à cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros em todo o currículo escolar, com destaque para as áreas de história, literatura e educação artística", disse Herbert Vitório.

A pedagoga da Promotoria do Cidadão de Campina Grande, Valuce Alencar Bezerra, destacou que as unidades de ensino devem trabalhar esses conteúdos de forma transversal e não como uma disciplina específica. Por isso, a Promotoria de Justiça também encaminhou ofício ao reitor da Universidade Estadual da Paraíba, solicitando informações sobre a adequação dos currículos pertencentes aos cursos de licenciatura.

"A dificuldade de trabalhar o tema de forma transversal é que se requer dos professores uma cultura geral sólida e exige um planejamento amplo, sendo necessária qualificação para torná-los capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnicos-raciais em projetos que esboçam práticas pedagógicas cotidianas entre todos os componentes curriculares", avaliou